

Sociedade de Fronteira

uma análise social da história do Suriname

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Maria Stela Pompeu Brasil Frota

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA



Diretor Álvaro da Costa Franco

INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



Diretor Carlos Henrique Cardim

A *Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira. A Funag tem dois órgãos específicos singulares:

Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI) – tem por objetivo desenvolver e divulgar estudos e pesquisas sobre as relações internacionais. Com esse propósito:

- promove a coleta e a sistematização de documentos relativos ao seu campo de atuação;
- fomenta o intercâmbio científico com instituições congêneras nacionais, estrangeiras e internacionais, e
- realiza e promove conferências, seminários e congressos na área de relações internacionais.

Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD) – cabem-lhe estudos e pesquisas sobre a história das relações internacionais e diplomáticas do Brasil. Cumpre esse objetivo por meio de:

- criação e difusão de instrumentos de pesquisas;
- edição de livros sobre história diplomática do Brasil;
- pesquisas, exposições e seminários sobre o mesmo tema;
- publicação do periódico *Cadernos do CHDD*.

Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3322-2931, 3322-2188
Site: www.funag.gov.br

Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI)

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6786/6800/6816
Fax: (61) 3323-4871
E-mail: ipri@mre.gov.br

Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD)

Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196
Centro – 20080-002 Rio de Janeiro, RJ
Telefax (21) 2233-2318/2079
E-mail: chdd.funag@veloxmail.com.br

COLEÇÃO AMÉRICA DO SUL

R. A. J. Van Lier

Sociedade de Fronteira

uma análise social da história do Suriname

Tradução
Mary Amazonas Leite de Barros



_____ Apoio: _____

CNPq
Ministério da Ciência e Tecnologia
PROSUL

Copyright © R. A. J. Van Lier

Título original:

Frontier Society: a Social Analysis of the History of Surinam

Van Lier, R. A. J.

Sociedade de Fronteira: uma análise social da história do Suriname.

Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. Brasília: Funag/IPRI, 2005.

Coleção Países da América do Sul.

600p.

ISBN 85-7631-023-6

1. Suriname – História do Suriname. 2. Países da América do Sul.

I. Funag/IPRI. II. Título.

© Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)

Ministério das Relações Exteriores

Esplanada dos Ministérios, Bloco H

Anexo II, Térreo, Sala 1

70170-900 Brasília – DF

Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847/6028

Fax: (61) 3322-2931, 3322-2188

Site: www.funag.gov.br

E-mail: publicacoes@funag.gov.br

Impresso no Brasil 2006

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional
conforme Decreto nº 1.825 de 20.12.1907



Por iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, parte integrante da Fundação Alexandre de Gusmão, inicia, no corrente ano, a publicação de uma nova coleção – a *Coleção América do Sul*.

A grande prioridade da política externa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Nessas circunstâncias, julgou-se oportuno que o IPRI pudesse contribuir para tal objetivo, ao colocar à disposição do leitor brasileiro obras fundamentais para conhecimento dos países da América do Sul, de autoria de conhecidos e respeitados escritores sul-americanos, traduzidas para o português.

Com efeito, a integração da região sul-americana, em que está empenhado o Governo, repousa, não só sobre aspectos econômicos e comerciais, mas também sobre aspectos políticos, sociais e culturais. Nesse sentido, um melhor conhecimento dos países da região, de sua história e de suas sociedades é condição importante para que suas populações aprendam a compreender e a estimar as diferentes culturas e a diversidade de estruturas sociais incluídas no espaço sul-americano. A *Coleção América do Sul* procura, justamente, estimular no leitor brasileiro o interesse pela região e o sentido de pertencer a uma área que vai além das fronteiras do Brasil.

A nova coleção inicia-se, assim, com a publicação de *A Argentina, História do País e de seu Povo*, de María Sáenz Quesada; *Peru: Classes, Estado e Nação*, de Julio Cotler; *Breve História Econômica do Equador*, de Alberto Acosta; *Ideologia Autoritária*, de Guido Rodríguez Alcalá, relativo ao Paraguai; *Os Mitos Profundos da Bolívia*, de Guillermo

Francovich; *Sociedade de Fronteira: uma análise social da história do Suriname*, de R. A. J. Van Lier. Acadêmicos e autoridades sul-americanas, nacionais de cada um dos países em questão e, também, de conhecidos especialistas brasileiros contribuirão, em certos casos, pequenos prefácios e introduções.

Sumário

Prefácio	9
Prefácio da primeira edição	13
Introdução	15
Capítulo I A “plantação do Suriname”	37
Capítulo II Os senhores brancos	61
Capítulo III O estabelecimento como colônia escravocrata	79
Capítulo IV A comunidade judaica	125
Capítulo V Os mulatos e negros livres e a posição dos alforriados	141
Capítulo VI Os escravos	169
Capítulo VII Emancipação e o período da supervisão do Estado	251
Capítulo VIII Política do governo e caráter do período após 1863	267

Capítulo IX	
As mudanças econômicas e sociais após a emancipação	303
Capítulo X	
Organização do Estado e tensões políticas	411
Pós-escrito	
A luta por uma existência Nacional	519
Tabela I – IV	573
Bibliografia	577
Bibliografia de literatura selecionada (1940-1970)	589

Prefácio

O Suriname situa-se na América do Sul mas, por sua formação sócioeconômica e sua história, não se vincula à região. Fruto da política colonial holandesa desde o século XVII, o país só alcançou a independência em 1975, após seguir uma trajetória singular.

Tendo seu litoral sido avistado por Cristóvão Colombo em 1498, o Suriname só foi ocupado em meados do século XVII, por colonos britânicos. Em 1667, após a invasão de uma frota holandesa, houve a aquisição definitiva do território pelos Países Baixos por força de um tratado com a Inglaterra, mediante o qual foi cedida em troca a ilha de Manhattan. A *rationale* do negócio, que hoje soa tão bizarro, foi a necessidade de assentar os agricultores holandeses que exploravam o açúcar do Brasil, mas foram expulsos após a derrota militar de Guararapes. Daí por diante, toda a lógica da colonização holandesa girou em torno da exploração do açúcar. No século XIX, para fazer face ao aumento da demanda internacional, o governo neerlandês começou a importar mão-de-obra semi-escrava da Ásia (Java, China, Bengala) que se somou aos escravos africanos e aos indígenas nativos para explorar as plantações da margem direita do rio Suriname.

Desta combinação de origens resulta, em primeiro lugar, a diversidade extraordinária da população surinamense. Os descendentes dos colonos originais – indianos de Bengala, javaneses, chineses – mantiveram, de modo geral, suas culturas praticamente intactas. Preservam seus templos e seus costumes, casam-se entre si, unem-se em partidos, clubes e associações próprias. Entre os afro-descendentes, um grupo significativo mantém, igualmente, sua personalidade cultural intacta: são os *bush negroes*, que habitam aldeias no interior (antigos quilombos) onde tudo é igual ao que se encontra em qualquer povoado do interior da África Ocidental. Apenas cerca de 30% dos surinamenses

são *créoles*, ou seja, oriundos de casamentos mistos, geralmente entre negros, brancos e, freqüentemente, índios, na boa receita brasileira. Finalmente, há um pequeno contingente de ameríndios e um grupo ainda menor de brancos, muitos dos quais descendentes de judeus que originalmente vieram do Brasil, na época colonial, expulsos que foram junto com os holandeses ou por ordem do marquês de Pombal.

Com tal história e tal estrutura demográfica, não surpreende que o Suriname tenha chegado muito mais tarde do que os demais países sul-americanos a um sentimento nacional. O próprio processo de independência, que se desenrolou já no ocaso do colonialismo, foi muito mais incentivado pelos Países Baixos do que resultante de uma aspiração do povo surinamense. Em realidade, um segmento importante – os indianos agrupados no Partido VHP – opôs-se à independência por temer a maioria *créole* e a votação final na Assembléia Nacional foi muito apertada.

Assim, os anos que se seguiram à proclamação da independência, em 1975, foram assinalados por uma grande agitação política em razão do surgimento inédito de um movimento de militares de baixa patente com posições nacionalistas e esquerdistas. Em 1980, liderados por Dési Bouterse, os sargentos deram um golpe de estado que provocou forte resistência civil. Este curso chegou a um ponto de explosão em dezembro de 1982, quando o movimento militar prendeu e matou 15 dos mais destacados líderes civis, proclamando uma ditadura. Inicialmente, o regime militar recebeu apoio de Cuba, que forneceu cooperação significativa para substituir a ajuda holandesa, cortada após o massacre dos civis. Mas esta intervenção cubana só durou até o fim de 1983, quando houve rompimento com os militares surinamenses no poder. A partir deste momento, graças ao apoio do Brasil e da Venezuela, o Suriname começou um processo de aproximação com os países sul-americanos e passou a buscar inserir-se na região. Daí por diante, passada a fase mais traumática, o país foi encontrando o

caminho da democracia e da normalidade política como a que hoje vive.

O livro *Frontier Society: a Social Analysis of the History of Surinam*, de Rudolf Van Lier, é um trabalho de grande fôlego que examina em profundidade as raízes do país. Escrito originalmente em 1949, o trabalho mostra como se desenvolveu em nosso continente uma sociedade muito mais próxima dos modelos coloniais caribenhos e asiáticos, que pouco tinha em comum com aquela que floresceu nos países sul-americanos de colonização ibérica.

Luiz Felipe Lampreia

Fevereiro de 2005

Prefácio da primeira edição

Sociedade de Fronteira (Samenleving in een Grensgebied) foi traduzido do holandês para o inglês pela primeira vez em 1949. A segunda edição holandesa dessa obra, publicada em 1971, sofreu várias pequenas correções e acrescentou alguns trechos, embora em sua essência ela tenha permanecido inalterada. A tradução inglesa corresponde ao texto holandês da segunda edição.

Mais de vinte anos se passaram desde a primeira publicação de *Sociedade de Fronteira*. Desde então, nada foi lançado que me levasse a corrigir ou a introduzir acréscimos importantes à obra original, e, embora pesquisas posteriores feitas no Departamento do Arquivo Público de Haia tenham trazido à luz outras informações, não houve motivo para alterar o quadro e os exemplos apresentados. Isto se deve, em primeiro lugar, ao caráter da obra. É a tentativa de uma análise estrutural e histórica do desenvolvimento de uma colônia de exploração baseada na escravidão, em um tipo de sociedade encontrado em muitas partes do mundo fora da Europa no período que precedeu a descolonização. Mas, com certeza, é também o resultado da escassez de publicações históricas sobre um país a respeito do qual há um rico e vasto material disponível.

Escolhi o conceito de “sociedade plural” como ponto de partida para minha análise e, desde a publicação do livro, encontrei grande quantidade de literatura sobre esse tema. Entretanto, não me pareceu conveniente aprofundá-lo na introdução, onde discuto esse conceito, em retrospectiva e à luz dos últimos desenvolvimentos científicos. Isto me pareceu desnecessário especialmente porque o presente trabalho não é uma tentativa de demonstrar o significado do modelo plural para a análise geral de um tipo particular de sociedade; seu objetivo é simplesmente esboçar o desenvolvimento histórico desse tipo de

sociedade a fim de fornecer bases para a pesquisa sociológica moderna no Suriname. Felizmente, nesse ínterim, esse tipo de pesquisa começou a ser realizado.

Para os leitores interessados no destino do Suriname posterior a 1940, incluo uma resenha do desenvolvimento do país nas últimas décadas sob a forma de pós-escrito. Não me propus a uma análise aprofundada da história social recente; contudo, não me abstive de expressar minhas opiniões em determinados momentos. Também acrescento uma bibliografia selecionada da literatura publicada depois de 1948.

R. A. J. Van Lier

Introdução

Meu objetivo ao escrever este livro foi fazer um breve relato do desenvolvimento da sociedade do Suriname que pudesse servir de introdução à análise das relações sociais no país nos dias de hoje.

Em 1947, passei sete meses no Suriname, com o objetivo de coletar material para um estudo de sua sociedade. Quando, em meu retorno à Holanda, comecei a analisar o material, senti que a falta de uma percepção mais profunda da história pregressa da sociedade atual era um inconveniente. Tornou-se impossível interpretar satisfatoriamente os fenômenos sociais contemporâneos sem a compreensão do passado colonial, pois este ainda hoje exerce uma forte influência no presente. Portanto, era essencial preceder a análise da sociedade atual de um estudo mais profundo de seu passado. Esse método possibilitaria obter uma visão imparcial da situação contemporânea. Ao examinar a sociedade do Suriname, fica-se impressionado como idéias engendradas no passado ainda exercem influência direta no julgamento de acontecimentos atuais. O único modo de obter a imparcialidade necessária a uma interpretação dos fatos que visa à objetividade é estudar a origem do pensamento que guia os membros da sociedade em seu comportamento social.

No estudo do passado social do Suriname, recorri a trabalhos nesse campo, bem como a documentos impressos. Quando, até onde pude observar, verifiquei que esse material pouco esclarecia os fenômenos que eram objeto de minha pesquisa, consultei o material disponível na seção sobre o Suriname do Departamento de Arquivo Público em Haia e, desse modo, pude preencher algumas lacunas em meu conhecimento. Restringi a pesquisa ao meu objetivo, que era fazer um sumário do desenvolvimento da sociedade do Suriname. Não tentei fazer um relato cronológico da história social do Suriname, pois essa

tarefa exigiria anos de intenso trabalho no estágio de desenvolvimento que o estudo da história do Suriname havia atingido até a data. Embora um grande número de documentos tenha sido preservado, eles não foram exaustivamente utilizados no que se refere à história social. São poucos os estudos preliminares significativos nesse campo; as únicas fontes às quais tive acesso foram alguns fragmentos da renomada obra de Wolber sobre a história do Suriname, que contêm dados valiosos relativos a seu desenvolvimento social, e alguns artigos curtos da *Encyclopaedie van Nederlandsch West-Indië* e do *De West-Indische Gids*.

Neste livro, registro as relações sociais que foram importantes para a determinação da vida na Colônia. Elas surgiram como resultado do esforço conjunto de um grupo de pessoas para atingir certos objetivos, e de suas percepções, que demonstram uma mentalidade ligada a determinadas situações. Ambições, mentalidade e opiniões são transmitidas de uma geração para a seguinte. Mas, no processo, elas sofrem certas mudanças decorrentes tanto de alterações em situações concretas, como de situações relativamente autônomas no mundo das idéias. Ênfase, por meio de exemplos históricos, todas as mudanças determináveis ocorridas no desenvolvimento da sociedade do Suriname.

Na parte final do livro, em que analiso o período de 1863 até a Segunda Guerra Mundial, dei maior atenção ao “grupo crioulo” do que aos grupos indiano e javanês* devido à sua influência e predominância

* “*Creole*” é uma palavra francesa e uma derivação da palavra portuguesa *crioulo* (*criar*) que significa nascido ou criado em casa, em oposição a comprado. (Cf. W. Meyer-Lübke, *Etymologisches Wörterbuch*, 1935, n. 2305: *create*). Originalmente, apenas europeus nascidos na América do Sul e nas Índias Ocidentais eram chamados de crioulos, mas gradualmente a denominação também passou a ser aplicada aos negros ali nascidos; o termo era usado até em referência à progênie de animais importados. Assim, crioulo tornou-se uma designação das pessoas nascidas na América do Sul e nas Índias Ocidentais cujos ancestrais vinham de além-mar.

Também no Brasil, os negros nascidos no país eram chamados de crioulos. (Cf. Gilberto Freyre, p. 66). Este costume parece ter sido muito comum no Suriname desde 1770. (Cf. Hartsinck II, p. 899 e Blom, p. 415.) Até o final do século XX, a denominação crioulo

no destino do país. As grandes mudanças sociais resultantes das atividades sociais e políticas do grupo indiano após a Segunda Guerra Mundial constituem tema de um estudo posterior.

Extrapolo ocasionalmente o período delimitado para este estudo, e, algumas vezes, fatos ocorridos no passado recente foram expostos a fim de proporcionar uma melhor compreensão da situação.

Os sociólogos sempre demonstraram grande predileção por distinguir os diferentes tipos de comunidade. Sociólogos alemães renomados como Tönnies, Vierkandt e Max Weber basearam suas teorias na distinção entre “comunidade” e “sociedade”. Vemos uma distinção análoga entre grupos com solidariedade “mecânica” e “orgânica” nas obras do sociólogo francês E. Durkheim. Esses conceitos têm história própria, que reflete principalmente as reações dos sociólogos à situação social de sua época¹. Num levantamento introdutório da sociedade do Suriname não se pode evitar a tentação de aplicar os critérios de “comunidade” e de “sociedade” ao grupo social em discussão. Mas esses dois termos são empregados com muita frequência somente por pessoas guiadas, por um lado, pelo ideal de um modo de vida mais puro, mais genuíno de alguns grupos em oposição ao padrão fornecido pela sociedade moderna, que não satisfaz seus desejos sociais mais profundos, denominando “comunidade” o primeiro grupo citado e “sociedade”, o segundo. Entretanto, esses conceitos têm igualmente

era aplicada a toda pessoa nascida no Brasil; o adjetivo também era usado com referência ao gado.

Contudo, em conseqüência da imigração de um grande número de asiáticos, a palavra assumiu no Suriname um novo significado, sendo então usada principalmente em relação ao grupo constituído por pessoas negras, de modo que era possível distingui-las dos descendentes de imigrantes. Uma criança de ascendência européia nascida no Suriname também pode pertencer a esse grupo se ele ou ela se considerar membro do grupo e for aceita como tal pelos demais crioulos.

¹ H. Freyer, *Soziologie als Wirklichkeitswissenschaft*, Leipzig, 1930, p. 238; *Handwörterbuch der Soziologie*, Stuttgart, 1931; artigos sobre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* por Th. Geiger, p. 173 e p. 201; R. MacIver, *Society. A Textbook of Sociology*, Londres, 1937, p. 4 e 8.

algum valor para os sociólogos, pois distinguem tipos diferentes de agrupamento social que são determinados pelo grau de unidade do grupo e pela igualdade entre seus membros; eles também nos permitem estabelecer até que ponto as diferentes atividades no interior do grupo estão integradas. Se, como Freyer, aplicarmos esses conceitos sem lhes atribuir juízos de valor, com base no método da sociologia como a ciência da realidade social, poderemos determinar algumas das principais características da sociedade do Suriname.

Freyer considera o fato de uma sociedade ser composta por elementos heterogêneos que são mantidos juntos por meio do poder como sua característica mais importante. Numa comunidade não há relações de poder, enquanto a cultura, como um todo, é propriedade espiritual de cada membro individualmente. Aqui, os fatores mais importantes para a formação da comunidade são: o estabelecimento comunal em uma única área espacialmente contínua; a presença, no grupo, de uma religião e de um corpo de mitos em que a maioria dos membros acreditem; um código moral que reúna todos os membros do grupo, com poucas exceções apenas; e uma cultura material simples que todos dominem igualmente².

Todavia, na maior parte dos grupos modernos, deixando de lado as diferenças regionais e de classe, a língua é o único elemento que pode ser considerado propriedade cultural comum, compartilhada por todos. Grupos que possuam o caráter absoluto de uma comunidade são virtualmente inexistentes nos dias de hoje. Na sociologia moderna estamos, portanto, preocupados principalmente com o estudo das sociedades. Contudo, é importante aplicar o conceito de comunidade a sociedades modernas à guisa de critério, pois isto nos permitirá lançar alguma luz sobre os fatores formadores da comunidade numa

² Freyer, *op. cit.*, p. 245.

sociedade. As sociedades não são baseadas somente no poder, mas contêm, igualmente, elementos de formação da comunidade.

Nas comunidades, a liderança se baseia sobretudo na autoridade. Autoridade, diz Freyer, é o resultado da circunstância de um indivíduo particular ser responsável por todos, de maneira bem-sucedida, e que os demais membros do grupo se esforçam por alcançar. A autoridade não aliena seus detentores da comunidade – eles são parte integrante do grupo em que vivem. Nas sociedades, a liderança baseia-se principalmente no poder. Os líderes e seus súditos vivem em mundos quase opostos; os súditos têm pontos de vista sobre a vida, códigos de honra, obrigações e divertimentos diferentes. Em grupos em que a separação entre o mundo dos líderes e o dos súditos é completa, podemos falar de governantes e súditos³.

Entretanto, a diferença entre os dois tipos de liderança não é absoluta. Em uma sociedade, aqueles que exercem o poder possuem também certas capacidades que lhes dão o prestígio que os detentores da autoridade em uma comunidade possuem de forma mais completa. Vemos, pelo exposto acima, que não apenas estão presentes em uma sociedade os fatores formadores das comunidades como, por exemplo, a língua e a religião, mas que certos fenômenos sociais de uma sociedade também podem possuir características que constituem um aspecto do fenômeno correspondente em uma comunidade.

O Suriname é um país que até recentemente possuía uma sociedade de natureza distintamente colonial. O termo colônia, em seu sentido mais amplo, abarca todas as áreas em que os cidadãos de um determinado Estado se estabelecem e assentam as fundações de uma sociedade que permaneça politicamente dependente do país de origem. Há diferentes tipos de colônia, contudo. Desde a primeira tentativa de Jean Baptiste Say de classificá-las, outras tentativas mais ou menos bem-sucedidas

³ Freyer, *op. cit.*, p. 248.

foram feitas nesse sentido⁴. O Suriname era uma colônia do tipo denominado “colônia de plantação” por Leroy-Beaulieu e Keller, dois dos escritores mais proeminentes sobre a colonização⁵. Leroy-Beaulieu escreve:

Os estabelecimentos tornaram-se verdadeiras usinas, sem outro objetivo que não fosse fornecer açúcar, café e algumas mercadorias caras; as culturas de víveres não existiam mais; a terra era explorada ao máximo em vista de um só produto; não havia, a bem dizer, sociedade nessas colônias: o absenteísmo dos proprietários, a não-existência de classe média, a opressão de uma multidão de homens sem direitos considerados como instrumentos e contratados sem cessar pelo tráfico, todos esses fatos anti-sociais davam aos estabelecimentos europeus dos trópicos o caráter mais triste e mais contrário aos princípios gerais de nossa civilização⁶.

Leroy-Beaulieu qualifica a situação que prevalecia nas colônias de plantação, que também denomina “colônias de exploração” – “totalmente anormal e artificial, sem exemplo até então na história dos povos modernos”⁷.

Keller compara a “colônia de plantação” com a “colônia fazenda” do tipo encontrado na parte norte dos EUA, por exemplo, e distingue as seguintes propriedades características da colônia de plantação: As colônias de plantação são colônias agrícolas em zonas tropicais. A migração para uma colônia desse tipo acontece apenas em pequena escala; os colonos são poucos em quantidade e principalmente homens.

⁴ A. Zimmerman, *Kolonialpolitik*, Leipzig, 1905. A. von Mühlensfels, *Der Kolonialbegriff in der Wirtschaftswissenschaft*, *Weltwirtschaftliches Archiv*, 56, 1942, II, p. 28.

⁵ P. Leroy-Beaulieu, *De la Colonisation chez les peuples modernes*, 2 vols., Paris, 1908, *passim*, e A. G. Keller, *Colonization. A study of the Founding of new Societies*, Boston, 1908, *passim*.

⁶ P. Leroy-Beaulieu, *op. cit.*, p. 190.

⁷ Leroy-Beaulieu, *op. cit.* II, p. 542.

O indivíduo constitui a unidade social básica, não a família. Os próprios colonos não trabalham a terra, mas forçam a mão-de-obra negra a lavrar o solo para eles. Há uma freqüente mescla de homens brancos e mulheres negras. A agricultura é a espinha dorsal da economia da colônia de plantação; está focalizada na produção de gêneros de primeira necessidade para exportação para os mercados de além-mar. A produção é realizada em larga escala para ser lucrativa e deve ter à sua disposição uma grande força de trabalho. Tudo isto requer um investimento de capital relativamente alto na colônia. Essas condições estimulam o desenvolvimento de plantações como forma de exploração do solo. A economia nacional da colônia de plantação era, portanto, inteiramente dependente da metrópole devido a sua dependência tanto do capital como dos mercados ultramarinos. Além disso, era dependente das importações dos países para os quais exportava. Essa dependência tornava a economia da colônia de plantação altamente vulnerável⁸. O ambiente tropical e as condições de produção registraram sua marca no caráter dos colonizadores. Segundo Keller:

Os europeus tinham uma bem fundamentada aversão e medo, mais do que amor, pelo novo ambiente; sua presença nele foi principalmente motivada pelo desejo de riqueza obtida rapidamente. Por via de regra, não demonstravam qualquer interesse real pela região de sua estada temporária. Levando em conta a tendência da humanidade de penetrar em caminhos que ofereçam a menor resistência, não é surpreendente descobrir que o sistema de cultura de plantação era cruel e perdulário, não apenas do solo mas dos homens. É o que os alemães graficamente denominam *Raubbau*. A agricultura é mais extensiva do que intensiva, com tudo o que isso implica de não recuperação do solo, até a não rotação de culturas, etc. O absentismo freqüente e demorado de proprietários doentes ou indiferentes – que

⁸ Keller, *op. cit.*, p. 3 e segs.

eram de fato meros acionistas de uma companhia – desempenhou seu papel na má administração e no desperdício. Prevaleceu uma indiferença generalizada ou o cinismo em relação ao destino do animal humano trabalhador; que era comumente considerado como um fator inanimado na acumulação de riqueza⁹.

Politicamente, também, a colônia de plantação permaneceu dependente da metrópole, pois o número reduzido de colonizadores era amplamente superado pela população indígena ou pela grande massa de mão-de-obra importada que estava, não obstante, sob o domínio de um pequeno grupo de europeus. Como resultado, a colônia de plantação dependia da ajuda externa para manter a distribuição de poder determinada em caso de crise. Também permaneceu dependente da proteção da metrópole contra a agressão externa – os produtos coloniais eram muito cobiçados por várias nações européias.

Devido à dependência, as populações dessas colônias não podiam desenvolver uma vida política normal, e, portanto, careciam de experiência política. A estrutura social da colônia de plantação era aristocrática.

A produção em grande escala e o sistema de latifúndios ou propriedades extensas, implicando uma original aristocracia da riqueza, contribuem para o rápido surgimento de estratos sociais, e o extensivo sistema de escravidão faz que as linhas de divisão da sociedade se ampliem em abismos inconfundíveis entre as classes “alta” e “baixa”. A classe empreendedora encontra seu nível em uma espécie de relação de dependência; sacerdotes e missionários formam, às vezes, um tipo de casta sacerdotal. E a dispersão de grupos populacionais no que se pode perfeitamente chamar de domínio senhorial – um fenômeno devido principalmente ao modo de produção e às relações com raças

⁹ Keller, *op. cit.*, p. 11.

dominadas – proporciona ainda um outro traço característico do regime aristocrático¹⁰.

As colônias de plantação surgiram nas fronteiras da área de cultura européia. Desde a descoberta do continente americano a fronteira oeste da civilização européia permaneceu ali. Turner visualizou a história dos EUA como a de uma área com uma fronteira em constante movimento para oeste¹¹. Uma abordagem semelhante da história da Europa como um todo seria bastante factível – pode-se enfocá-la como a história de uma área em expansão cuja fronteira oeste fica no continente americano. As sociedades das colônias de plantação apresentam todas as características das sociedades de fronteira. Foi por essa razão que dei a meu estudo do desenvolvimento da sociedade do Suriname o título de *Sociedade de Fronteira*. Este título era especialmente atraente no caso do Suriname porque a imagem mental que formei era a de uma área periférica situada nos limites da economia mundial em que a civilização européia exerce sua influência, bem como de um país cujas áreas colonizadas e cultivadas ficam às margens das poderosas selvas de seu interior não cultivado. Este é o quadro que ainda hoje se nos apresenta. Mas, em primeiro lugar, para mim, estava o conceito de situações “limítrofes” no sentido usado pela psicologia moderna – em que a população se encontrava constantemente como resultado da escravidão e da vida sob condições coloniais.

Generalizando, pode-se dizer que pessoas individualmente ou grupos vivem numa situação limítrofe quando seu ambiente perdeu o caráter confiável, familiar, e elas são colocadas numa situação à qual não têm a sensação de estarem se ajustando satisfatoriamente. Pelo fato de tanto os escravos como seus senhores terem sido desarraigados

¹⁰ Keller, *op. cit.*, p. 17.

¹¹ E. J. Turner, *The Frontier in American History*, New York, 1920.

e terem precisado se ajustar a condições que eram novas e não familiares para eles, ambos os grupos viviam continuamente em situação limítrofe. Além disso, as condições sociais que surgiram em decorrência da instituição da escravidão, criaram tanto nos senhores como nos escravos um estado de espírito governado pelo medo. Em conseqüência disso, o sentimento de insegurança era até maior do que nas sociedades não fundamentadas no trabalho escravo. Após a abolição da escravidão, crises econômicas perpetuaram esse sentimento de insegurança. A situação colonial e os problemas enfrentados pela classe baixa crioula em se adaptar à cultura ocidental também contribuíram para a presença contínua, nas condições prevalentes no Suriname, de certos aspectos de situação social limítrofe. Também para os indianos e os javaneses, as condições de vida no Suriname no período em que tiveram que se adaptar e elas tiveram características de situação limítrofe¹².

Durante o primeiro século de sua existência como colônia, a população do Suriname era do tipo misto. Tinha muitas características do tipo designado como “colônia de plantação” por Leroy-Beaulieu e Keller. Mas, devido à presença de um grande número de famílias que haviam escolhido o Suriname como residência permanente, possuía uma das principais características de colônia baseada na colonização européia. Depois de meados do século XVIII, contudo, o Suriname tornou-se um exemplo clássico de colônia de plantação, apesar do fato de diversas famílias brancas, especialmente as judaicas, ainda residirem permanentemente no país. O Suriname reteve esta característica quase até meados do século XIX. A emergência de uma classe média negra mais numerosa no início do século XIX foi o primeiro sinal a anunciar que os dias da colônia de plantação estavam contados. Em meados daquele século, ocorreram mudanças políticas, sociais e econômicas

¹² Para o termo “situação limítrofe”, cf. E. A. D. E. Carp, *De Neurosen*, Amsterdam, 1939, p. 14; ele é elaborado pela primeira vez como um conceito filosófico e psicológico por K. Jaspers, *Psychologie der Weltanschauungen*, Berlim, 1954, p. 229 e segs.

que viriam a transformar a antiga colônia numa colônia do tipo moderno, encontrada em todas as regiões tropicais do mundo. A abolição da escravidão, a maior liberdade política, a emergência total da classe média não branca e a partida dos proprietários de terra brancos em consequência da qual apenas uma aristocracia branca de funcionários veteranos do governo permaneceu, operou uma mudança completa no caráter da sociedade. Finalmente, a imigração de indianos e javaneses como trabalhadores agrícolas, que se estabeleceram permanentemente no Suriname após o término de seus contratos, aumentou a diversidade étnica da população. Como resultado, o caráter plural da sociedade, que tem suas origens na diferenciação sociocultural da população da colônia de escravos em proprietários europeus e escravos africanos e seus descendentes, foi intensificado.

O conceito de “sociedade plural” é frequentemente usado nas publicações inglesas com respeito às sociedades das Índias Ocidentais britânicas. Na sociologia moderna, esse conceito foi introduzido e elaborado pela primeira vez por J. S. Furnivall no estudo do que ele denomina “economia plural” das sociedades coloniais¹³. Antes disso, Boeke usara o conceito de “dualismo” na análise dos fenômenos econômicos nas sociedades não-ocidentais para distinguir entre um setor pré-capitalista e outro capitalista na economia nacional¹⁴.

A questão que permanece sem resposta é se é preferível para os sociólogos distinguir uma sociedade plural como tipo separado, e, se assim for, quais são as propriedades características de tal sociedade.

Furnivall define sociedade plural como uma “(sociedade) que compreende dois ou mais elementos ou ordens sociais que vivem lado a lado, mesmo sem se juntarem numa unidade política”¹⁵. Se compararmos esta definição com a definição de Freyer de uma

¹³ J. S. Furnivall, *Netherlands India. A Study of Plural Economy*. London, 1939, cap. XIII.

¹⁴ J. Boeke, *De Nederlandsche Bestuurspolitiek in Indonesië, Indonesië, 1947-1948*, p. 580.

¹⁵ Furnivall, *op. cit.*, p. 447.

sociedade como “*eine Sozialform, die ein ganzes ist und als eine Struktur begriffen werden muss, die aber aus heterogenen Teilgruppen besteht, welche durch eine Herrschaftsbeziehung zusammen gehalten werden*”, não fica imediatamente claro qual diferença entre as duas definições justificaria a adição do conceito de “sociedade plural” às distinções existentes, especialmente porque a palavra “política”, na definição de Furnivall, tem um significado muito amplo e deve ser interpretada aqui num sentido mais social do que político¹⁶. Os exemplos de sociedades plurais no Oriente dados por Furnivall, e, mais ainda, seu exemplo das províncias francesas do Canadá, são provas de que ele não queria dizer que em sociedades desse tipo os diferentes grupos não se mesclam numa unidade política. Pois de outro modo sua definição não teria sentido. A significativa diferença entre as definições respectivas de Furnivall e Freyer do conceito de “sociedade” é, contudo, que “as ordens sociais” são tipos especiais de “*heterogene Teilgruppen*”.

Isto justifica a introdução de uma distinção separada em relação a sociedades compostas de tais elementos. O conceito de “sociedade plural” evoca o conceito de “sociedade indiferenciada” como seu oposto. Talvez não fosse descabido notar que nesse caso “indiferenciada” não é equivalente a “não complicada”, pois estruturas de parentesco muito complicadas, por exemplo, são encontradas em sociedades chamadas de primitivas, homogêneas. É possível distinguir dois tipos de sociedade com base no caráter da cultura dos subgrupos de que as sociedades são formadas: uma sociedade pluralista e uma sociedade plural. E, em acréscimo a essas, temos como terceiro tipo o grupo com uma cultura homogênea.

Comparando as principais características da sociedade pluralista e da sociedade plural, observaremos que ambas são compostas de elementos que são mantidos unidos pelo poder do Estado. A diferença

¹⁶ Freyer, *op. cit.*, p. 239.

entre elas é que nas sociedades pluralistas as partes componentes são o resultado de uma estrita divisão da força de trabalho e da distribuição desigual da propriedade material e cultural da população. Isto resulta no surgimento de estratos sociais com estilos de vida diferentes e, igualmente, de diferentes meios, costumes e tradições. Mas essas diferenças são meras gradações dentro de uma mesma cultura, da qual a parte principal é a propriedade comum de todos. Além disso, os membros de uma sociedade pluralista são geralmente da mesma etnia e compartilham língua e religião comuns. Outrossim, o comportamento econômico dos diferentes grupos é geralmente determinado pelos mesmos motivos. A sociedade plural é marcada pela ausência de unidade étnica e religiosa. Há uma diferença tipológica entre as religiões; e além disso, os diferentes grupos vivem em esferas econômicas diversas. As diferenças que emergem nesse tipo de sociedade são não-gradações dentro de uma mesma cultura, mas são o resultado da descendência dos diferentes grupos de etnias diversas com culturas distintas. Os estratos sociais geralmente coincidem, em grande parte, com grupos que diferem com base em fatores raciais, culturais e econômicos igualmente.

Podemos observar que as diferenças socioculturais entre os grupos heterogêneos são maiores nas sociedades plurais do que nas pluralistas. Mas, ao mesmo tempo, há um sentimento de solidariedade mais forte no interior de grupos de uma sociedade plural do que no interior de estratos da sociedade pluralista, que surgem principalmente como resultado dos métodos de produção e distribuição de bens econômicos.

As diferenças entre os dois tipos de sociedade são tão importantes que temos todas as justificativas para distinguir as sociedades plurais como um tipo especial.

O Suriname é provavelmente um dos melhores exemplos de sociedade plural. Um quadro geral do país e do período em discussão – 1940-1950 – é apresentado no final deste livro.

De acordo com estatísticas oficiais, havia no Suriname: 1.609 europeus, 78.873 crioulos, 34.542 javaneses, 57.872 indianos, 2.375 chineses, 22.000 *boschnegers*, 3.700 indianos e 2.609 pessoas de nacionalidades diversas, isto é, uma população total de 203.580 habitantes.

Os principais grupos populacionais são formados pelos membros de três grupos étnicos muito diferentes, que pertenciam originalmente a áreas de cultura totalmente diversas. Embora as diferenças raciais não levem a conflitos importantes, há certos sentimentos e atitudes com base na discriminação racial. Há uma preferência marcante entre os europeus e mulatos, que têm afinidade maior com os europeus do que com os africanos, bem como entre os indianos, pelo casamento dentro do grupo ou pela escolha de um parceiro do mesmo grupo. Embora haja um ou outro casamento entre pessoas de grupos populacionais diferentes, isto é relativamente raro. Entre as classes mais abastadas do grupo negro e entre os mulatos de classe média, há uma preferência pelo casamento com parceiros de pele mais clara ou com europeus. Os negros são conscientes de que os europeus têm propensão a discriminá-los. Os europeus apresentam uma tendência marcante a formar grupos exclusivos que se mantêm afastados do resto da população. Devido ao fato de que a maioria dos europeus pertence à classe superior e que seu grupo conta com as mais altas autoridades em suas fileiras, a diferença entre os “holandeses” e os “surinameses” não é apenas uma diferença racial, mas também de classe.

A população negra tem consciência de que existe uma discriminação racial contra ela por parte dos europeus, assim como de muitas outras pessoas de pele clara.

Os crioulos, por sua vez, mesmo aqueles das classes mais baixas, desenvolveram sentimentos de superioridade em relação aos indianos e aos javaneses, pois estes receberam menos educação européia e viveram em circunstâncias de extrema pobreza, especialmente durante os primeiros anos depois de sua chegada ao país.

O progresso social dos indianos fez que muitos dos preconceitos existentes contra esse grupo desaparecessem. Por outro lado, deu origem a novos problemas, pois os crioulos começam a temer serem economicamente superados pelos indianos, e esse medo algumas vezes se expressa por um comportamento agressivo. Alguns indianos apresentam indícios de sentimento de superioridade em relação aos outros grupos, em parte como uma reação à atitude da maioria dos crioulos, em parte como resultado da autoconfiança de um grupo em desenvolvimento. Esse sentimento de superioridade é alimentado especialmente pela consciência de alguns de seus membros de serem descendentes de uma nação antiga, altamente civilizada, que é etnicamente mais aparentada aos povos da Europa do que os outros grupos populacionais do Suriname.

Na sociedade do Suriname, nos deparamos com o fenômeno de estratos sociais e agrupamentos étnicos muito coincidentes uns com os outros. A camada mais elevada compreende funcionários mais antigos e diretores das diversas grandes companhias, que geralmente são nomeados na Holanda. Muitas pessoas negras proeminentes também pertencem a essa camada. A camada média é formada principalmente por mulatos claros, e um número crescente de negros e indianos uniu-se a esse grupo nos últimos anos. Um número proporcionalmente pequeno de indianos também pertence ao estrato mais elevado, que também inclui poucos negros; mas, mesmo como membros da classe mais alta, os indianos mantêm sua própria identidade nacional.

Embora no Suriname as linhas de estratificação sejam muito irregulares, existe, inegavelmente, uma consciência da desigualdade hierárquica, que, como em qualquer outro lugar, dá origem à discriminação e ao antagonismo.

Há dois grupos populacionais, o dos *boschnegers* e o dos ameríndios, que vivem nos limites da sociedade. Habitam o interior do Suriname, ou espalham-se pela área costeira muito arborizada, com pouco ou nenhum contato com os demais grupos.

As influências ameríndias na cultura do Suriname são perceptíveis principalmente nos nomes de enseadas, rios e aldeias e no conhecimento e utilização de algumas culturas de alimentos e de vários instrumentos. Contudo, parte da população ameríndia foi absorvida pela cultura urbana.

Há também diferenças entre os grupos populacionais em relação à sua mentalidade econômica; como em tantas sociedades plurais, há diferenças em suas necessidades sociais. Existe, além disso, uma forma de divisão do trabalho entre os vários grupos étnicos. A maioria dos javaneses e indianos está envolvida na agricultura; a maior parte dos crioulos está empregada nas poucas indústrias que se estabeleceram no país, bem como na mineração e em outras indústrias no interior, enquanto os crioulos monopolizaram amplamente o comércio e os serviços. O comércio atacadista é monopólio dos europeus, judeus, sírios e de poucos crioulos, enquanto o comércio varejista de gêneros alimentícios é dirigido quase exclusivamente pelos chineses. O número de indianos que ingressaram no comércio e nos mercados aumentou nos últimos anos. Nos distritos, a agricultura em pequena escala também é praticada pelos crioulos. Nos arredores da cidade há numerosos colonos holandeses especializados em horticultura e na criação de gado, em particular.

Em 1946, o número de protestantes que viviam no Suriname chegou a 48.859, os católicos romanos eram 34.502, os muçulmanos 55.543, os hindus 33.764 e os confucionistas 1.641. No que se refere à religião, a sociedade também apresenta associações de natureza amplamente divergente.

Não há igualmente uma língua uniforme. O setor mais instruído da população fala holandês. Essa língua também é compreendida por uma grande porcentagem dos grupos com menor nível de escolarização. No que se refere a esses grupos, o conhecimento do holandês prevalece entre os crioulos de classe mais baixa. Os crioulos podem ser considerados bilíngües, pois a maioria é capaz de se expressar em holandês, mas

pensa e fala preferivelmente em *sranan* (inglês negro). O *sranan* é a língua franca do Suriname, falada ou pelo menos compreendida por todos os grupos populacionais, exceto pelos recém-chegados da Europa.

Os indianos e javaneses ainda falam sua própria língua, embora seu conhecimento do holandês também esteja aumentando. Um grande número de pessoas de todos esses grupos são trilingües, capazes de falar o inglês negro e o holandês, além do próprio idioma.

Na sociedade do Suriname existe, portanto, uma rica variedade de grupos populacionais amplamente divergentes. Os membros desses grupos pertencem a raças diferentes, falam idiomas diferentes e professam diferentes religiões, de modo que três dos mais importantes elementos formadores de comunidades que poderiam contribuir para a unidade da sociedade estão ausentes. A unidade da sociedade do Suriname é promovida, por outro lado, pelo fato de que esses diferentes grupos funcionam como setores componentes de uma economia nacional e vivem sob um único e mesmo governo. A cultura e a economia ocidentais constituem fatores unificadores dessa sociedade. A língua e a cultura da pequena minoria no topo e da maioria da classe média são holandesas. Os indianos e javaneses que pertencem a esse estrato também incorporaram a cultura ocidental, apesar do fato de terem preservado igualmente suas próprias língua e religião. A essas classes pertencem os líderes e os funcionários do governo, de modo que o Estado possui um caráter distintamente ocidental. O conhecimento do holandês no Suriname e a propagação da língua mesmo entre as classes sociais mais baixas angariaram para esse país o nome de “o território mais holandês de além-mar”. Embora esta possa ser uma designação adequada para o Suriname, ela cegou os eventuais observadores para o fato de que falar um idioma não implica necessariamente a adoção da cultura do país do qual ele é a língua nacional; ela também impediu o desenvolvimento de uma pesquisa rigorosa da questão de até que ponto o Suriname é de fato ocidentalizado. Além disso, ao atribuir um caráter holandês ao Suriname, negligenciou-se o fato de

que grande parte da população – a saber, os indianos e os javaneses –, que veio a estabelecer-se ali permanentemente só depois do final do século XIX, adaptou-se com grande dificuldade à cultura holandesa.

Mas também é óbvio, pela simples observação da população crioula, que a afirmação de que ela é holandesa é demasiado banal. Observamos acima que os crioulos prósperos e de classe média são holandeses sob o ponto de vista lingüístico e cultural, e podemos afirmar, sem reservas, que a cultura ocidental se tornou propriedade espiritual desses dois grupos. Mas o contrário também é verdadeiro – pode-se dizer que os crioulos de classe mais baixa possuem uma cultura popular própria.

Os membros dessa classe, como mencionamos anteriormente, preferem falar o inglês negro, mesmo quando conhecem o holandês. Em suas conversas, freqüentemente passam de uma língua para a outra. A vida familiar desse grupo, além disso, é pouco voltada para os ideais ocidentais – o padrão familiar e os padrões morais das classes inferiores possuem um caráter distintivo. Eles têm isto em comum com todas as sociedades que se desenvolveram em ex-colônias de escravos no hemisfério ocidental. Nessas sociedades, a mãe e seus filhos formam uma unidade familiar firmemente unida, enquanto os homens têm, com freqüência, laços muito frouxos com suas famílias, tendo algumas vezes mais de uma família para sustentar. Assim como um grande número de relacionamentos é regular e duradouro, existe uma grande quantidade de relacionamentos em que tanto os homens como as mulheres trocam de parceiros após um período de geralmente dois-cinco anos. Essas relações de curto prazo são facilitadas porque em muitos casos homens e mulheres coabitam sem legalizar a união ; conseqüentemente, o número de filhos ilegítimos é alto nesse país. A forma legal de casamento monogâmico ocidental é mantida como um vago ideal, mas as classes inferiores demonstram pouca propensão a levá-lo a sério. Também sob o ponto de vista religioso, a ocidentalização é incompleta. A quase totalidade da população crioula

adotou a religião cristã. Mas, apesar do cristianismo, as classes baixas preservaram muitos vestígios da religião dos escravos africanos, que, para muitos indivíduos desse grupo, tem o mesmo e muitas vezes até maior significado do que a religião cristã. Por conseguinte, o comportamento religioso dos membros desse grupo constitui um assunto mais complexo do que o observador casual imaginaria ao ver a devoção de uma congregação de fiéis cristãos da classe baixa.

Um ângulo de abordagem do problema da ocidentalização dos crioulos seria averiguar até que ponto o passado africano dos crioulos de classe baixa do Suriname ainda os influencia. Isto nos conduz a um dos problemas mais intrigantes da sociologia e da etnologia modernas, a saber, a questão do negro no Novo Mundo¹⁷. O presente estudo tem igualmente por objeto ser uma introdução histórica ao problema no que concerne o Suriname, sem pretender esgotar o tema.

A penetração da influência ocidental na economia nacional também está longe de ser completa. Os crioulos da classe baixa e os javaneses são totalmente carentes de uma compreensão econômica sofisticada e racional. Alguns membros do grupo indianos têm compreensão econômica, e o que é importante, são prósperos e essas qualidades estão mais em acompanhar as noções ocidentais de economia; mas devemos ser cuidadosos para não atribuir uma consciência econômica comparável à do tipo ocidental ao grupo inteiro.

Para voltar a nosso ponto de partida – se compararmos a sociedade plural do Suriname que acabamos de esboçar com o tipo de comunidade definida acima –, torna-se evidente que a sociedade plural do Suriname está bem distante do quadro apresentado para a “comunidade”. A sociedade do Suriname é formada por grupos que diferem em raça, língua, religião, hábitos, costumes e tradições, percepção econômica e comportamento econômico. Está dividida em estratos que coincidem em grande parte com os grupos étnicos. A falta de unidade dos padrões

¹⁷ Cf. M. J. Herskovits, *The Myth of the Negro Past*, Nova York, 1941, e M. J. Herskovits, *Problem, Method and Theory in Afro-American Studies*, *Afro-America*, vol. I, n^{os}. 1-2, 1945.

morais enfraquece a influência da opinião pública, de modo que o controle social do indivíduo pela sociedade é frágil. Há um “espírito público” fraco – a sociedade apresenta uma tendência marcante para dividir-se em seitas, grupos exclusivos e grupos raciais e de interesses mutuamente competitivos e presa fácil para indivíduos espertos que os manipulariam em interesse próprio. No interior dos grupos, os membros podem apresentar um forte sentimento de solidariedade quando interesses comuns estão em jogo; também há sinais que indicam o desenvolvimento de sentimentos que talvez possam ser eventualmente bem-sucedidos, transformando a população heterogênea em uma nação unitária. O laço mais importante atualmente, contudo, é aquele que une cada um ao mesmo governo, o dos interesses econômicos comuns e de elementos culturais holandeses comuns que penetraram até agora nos diferentes grupos populacionais em graus diferentes. A imagem ideal que os crioulos, especialmente os dos estratos superior e médio, têm do “surinamês”, é a de uma pessoa que se identificou com a cultura européia holandesa (apesar de sua desconfiança em relação a tudo o que é holandês), mas que, contudo, preservou os laços sentimentais que a une ao Suriname.

No entanto, no estágio de desenvolvimento em que o país se encontrava desde 1940, esse ideal podia levar a conflitos com os indianos e com os javaneses em vez de promover a unidade da sociedade. Os indianos e os javaneses têm uma forte tendência a se agarrar à sua própria cultura, e encaram toda tentativa de propagar um ideal que abale sua cultura como uma ameaça à sua liberdade espiritual.

Até 1940, o governo era estrangeiro. Durante todo o período em que o presente estudo se concentra, o abismo que separava o povo e a alta elite governamental não era apenas geográfico, mas também espiritual. A autoridade máxima do governo estava situada além-mar, na metrópole. Os mais altos funcionários do governo são nomeados de fora – são vistos como estrangeiros pelo povo, e muitos deles permanecem estrangeiros em todo o período de sua estada no Suriname,

seja ela curta ou longa. O estilo de vida das autoridades governamentais é totalmente diferente do povo, de modo que a muitas autoridades falta conhecimento sobre os diferentes grupos que vivem em condições totalmente diferentes daquelas com que esses funcionários estão familiarizados em seu próprio país. Com o passar do tempo, os círculos desses funcionários mais antigos desenvolveram uma certa percepção da sociedade, que foi transmitida a todos os recém-chegados ao país. Expressa em memorandos e relatórios, essa perspectiva passou a ser aceita e aplicada (muitas vezes indiscriminadamente) como verdade política absoluta e, portanto, freqüentemente influenciou certo atraso no desenvolvimento do país. Gostaria de frisar, porém, que felizmente existem exceções. Mas, apesar delas, o governo é encarado como um poder arbitrário, estranho, que permanece completamente fora da esfera da vida familiar e impossível de ser influenciado. Embora possua o prestígio que cerca todo tipo de poder, isso pouco altera o fato de que o povo continua a considerá-lo como tendo um elemento incalculável, hostil, incompreensível, e a vê-lo com desconfiança. Por outro lado, o povo procura a ajuda e o apoio desse governo, e espera encontrar um caminho para sair do impasse em que encalhou a economia do Suriname.

Esta situação deu origem a uma atitude ambivalente em relação ao governo, à Holanda e aos holandeses que são associados a ele.

Não encontrei nenhum sinal de vontade política que conduzisse a qualquer forma de organização entre as classes baixas no período em discussão neste livro. O descontentamento resultou em violentas explosões de agressividade que, embora assumissem o caráter de distúrbios, não tiveram conseqüências políticas. Desde 1863, houve duas conspirações com o objetivo de derrubar o governo. Essas, contudo, não foram apoiadas por um grande movimento popular, embora o grupo que as planejou estivesse expressando as emoções e motivos mais profundos que impeliam os surinameses.

Os crioulos das classes alta e média eram politicamente conscientes desde meados do século XIX. Principalmente entre suas fileiras eram

recrutados os eleitores do *Staten van Suriname* (o Parlamento do Suriname), que, até 1949, era eleito por apenas 2% da população. A política partidária não entrou no cenário político até 1940. Mesmo nos grupos mais politicamente conscientes representados no *Staten van Suriname* havia uma certa ambivalência em relação ao governo. O *Staten* sentia que sua posição era a mesma que a da população em geral porque lhe haviam sido concedidos direitos parlamentares insuficientes; quando chegava o momento decisivo, o governo invariavelmente ignorava seu controle e sua influência. Por conseguinte, ele expressava em seu comportamento as reações do povo e se considerava como uma oposição que oferecia resistência a um governo que ele próprio também encarava como um poder estranho, cujos desejos eram contrários aos seus e que, certamente, não levava em consideração os interesses do Suriname. Apesar do fato de que muitas das leis submetidas ao *Staten* e à administração fossem aprovadas por ele, havia uma tensão definitiva entre ambos – as relações entre o corpo representativo e os detentores da autoridade eram em sua maior parte tensas.

A sociedade do Suriname ainda tem que encontrar seu equilíbrio. Embora sociedades perfeitamente equilibradas não sejam encontradas em lugar algum do mundo, existe um número significativo de sociedades suficientemente bem equilibradas para tornar o progresso possível. Na sociedade do Suriname, esse equilíbrio essencial ainda não está presente em proporção suficiente.

O objetivo deste livro é contribuir para a consecução desse equilíbrio. Ele pretende alcançá-lo revelando as forças que contribuíram, no passado, para a formação da sociedade atual. Tentarei, assim, preparar o caminho para uma percepção mais profunda da sociedade do Suriname, a fim de contribuir com a necessária compreensão para que se possa atingir um equilíbrio social mais favorável – uma das condições essenciais para um futuro melhor para o país.

Capítulo I

A “plantação do Suriname”

Encontramos colônias de europeus nas “costas selvagens da Guiana” já na primeira metade do século XVII. Mas foi apenas em 1650 que as fundações para uma colônia permanente numa escala um pouco maior foram lançadas na área que mais tarde seria conhecida como o território da “Plantação do Suriname”. Francis Willoughby, Conde de Parham, comandou uma expedição à “costa da Guiana” e reivindicou para si uma extensão de terra naquele ano. Após doze anos, Carlos II, rei da Inglaterra, conferiu plenos direitos de propriedade sobre a área assim reivindicada a Parham e seus descendentes, bem como a Lawrence Hide, filho do presidente da Câmara dos Pares, conde de Clarendon.

O Suriname, contudo, não permaneceu em mãos inglesas por muito tempo, pois em 1667 foi conquistado por uma esquadra holandesa da Zelândia comandada por Abraham Crynssen, passando para o domínio holandês com o Tratado de Paz de Breda. Permaneceu como parte do reino dos Países Baixos a partir daquele ano, exceto por um curto intervalo durante o interregno britânico, entre 1804 e 1816.

Após um período inicial de administração pelo *Staten van Zeeland* e depois pela Companhia das Índias Ocidentais, a Colônia do Suriname ficou sob o controle da *Geoctroyeerde Societeit van Suriname* (Sociedade Privilegiada do Suriname). O *Staten van Zeeland* vendera o Suriname para a Companhia das Índias Ocidentais pela soma de 260 mil florins holandeses. A nova companhia passou a existir depois que a cidade de Amsterdam e Cornelis van Aerssens van Sommelsdijck adquiriram, um terço cada um, das ações na Colônia. A Companhia das Índias Ocidentais, a cidade de Amsterdam e a família Van Aerssens van

Sommelsdijck formaram assim conjuntamente a *Societeit van Suriname* (Sociedade do Suriname).

Em 1682, os Estados-Gerais (isto é, o Parlamento dos Países Baixos) concederam à Companhia das Índias Ocidentais uma carta patente delimitando as condições mediante as quais a sociedade devia conduzir a administração do Suriname, sob a soberania dos Estados-Gerais. Mesmo quando, em 1770, as ações da família Van Sommelsdijck passaram para a cidade de Amsterdam os termos estipulados na carta patente permaneceram inalterados. Na realidade, essa carta, que justificadamente foi designada como a Constituição da Colônia, permaneceu em vigor até o ano de 1795. Naquele ano, a *Societeit van Suriname* foi dissolvida e substituída pelo *Comitté tot de Zaken van de koloniën en bezittingen op de kust van Guinea en in America* (Junta para os Negócios das Colônias e Possessões na Costa da Guiné e nas Américas). No que se refere à regulamentação dos assuntos internos, a carta patente permaneceu em vigor até 1816.

Essa “Junta” foi substituída, segundo a Constituição Colonial de 1798, por um *Raad voor het Bestuur van de West-Indische Bezittingen en Koloniën in Amerika en op de Kust van Guinea* (Conselho para a administração das Possessões das Índias Ocidentais e Colônias nas Américas e na Costa da Guiné). Esse conselho era responsável e subordinado ao governo Executivo. Em 1814, no final do período de governo francês, o Suriname ficou sob a soberania do rei; a administração de seus negócios passou a ser responsabilidade do ministro das Colônias, que após 1848 tornou-se, por sua vez, responsável pelos Estados-Gerais. Havia, contudo, diversas questões que eram atribuição exclusiva do Legislador, como a ratificação da Constituição para o Suriname¹.

¹ A melhor e mais detalhada obra sobre a história do Suriname até 1861 é: J. B. Wolbers, *Geschiedenis van Suriname*, Amsterdam, 1861. Sobre o período posterior a 1863, há apenas um breve esboço, que trata dos acontecimentos até 1898: J. R. Thomson, *Overzicht der Geschiedenis van Suriname*, La Hague, 1903. Ver também os artigos históricos na

A base econômica e social sobre a qual a sociedade do Suriname viria a se desenvolver posteriormente também foi lançada pelos primeiros colonizadores ingleses. No século XVII, com a ajuda de capital europeu, foram estabelecidos nas ilhas das Índias Ocidentais e nas Guianas empreendimentos comerciais com o objetivo de produzir gêneros de primeira necessidade para os mercados europeus. Naquele período, o açúcar era o principal produto do Suriname, enquanto no século XVIII, as exportações de café, cacau, algodão, tabaco e anil começaram a desempenhar igualmente um papel relevante. Esse país tropical mostrou-se eminentemente apropriado ao cultivo em grande escala de produtos que, embora a princípio fossem considerados artigos de luxo para uma minoria privilegiada, gradualmente passaram a ser básicos para a população em geral de certos países europeus.

Os ingleses foram os primeiros a explorar o Suriname no sistema de plantação. Essa forma de cultivo também é encontrada em áreas fora das regiões tropicais, mas prevalece naquelas em que os europeus se empenham no cultivo sob condições tropicais. Nos estados do sul dos EUA, nas ilhas das Índias Ocidentais e na América Central e do Sul, a fazenda era a unidade socioeconômica que determinava o caráter da sociedade. Ela não constituía apenas um tipo de empresa econômica, mas era também uma unidade social com características públicas e culturais. De tal forma que Thompson chegou a definir fazenda, justificadamente, da seguinte maneira: “É uma forma de organização política com o propósito de produzir mercadorias agrícolas geralmente vendidas no mercado mundial”, dando assim ao aspecto “político” uma ênfase mais acentuada que a usual ².

Encyclopaedie van Nederlandsch West-Indië, 1917, e concernentes à marcha dos acontecimentos em particular: *Encyclopaedie van W. I.*, o artigo sobre *Bestuursregeling* (organização administrativa), p. 117, e J. A. E. Buiskool, *Surinaamsch Staatsrecht*, Amsterdam, 1937.

² E. T. Thompson, *Population Expansion and the Plantation System*, *American Journal of Sociology*, 1935, p. 314, e E. T. Thompson, *The Plantation: The Physical basis of traditional*

As plantações eram antes de tudo empresas comerciais que deviam sua existência a investimentos de capital de além-mar. Em muitos casos, o fazendeiro era também o proprietário, embora fosse frequentemente forçado a contar com capital emprestado. Essas empresas eram estabelecidas em países onde não havia mão-de-obra, ou cujos habitantes viviam em tribos com uma cultura primitiva, e para os quais a produção capitalista e o desejo simultâneo de lucro eram estranhos. O tipo de agricultura praticado por eles assumiu a forma de cultura de subsistência, um tipo muito diferente daquele praticado nas propriedades rurais, que era inteiramente concentrado na produção de mercadorias de primeira necessidade. Nas áreas em que tinham de enfrentar a escassez de mão-de-obra, a princípio foram feitas tentativas de usar a mão-de-obra branca para trabalhar a terra. Mas não havia número suficiente de trabalhadores para manter a rápida expansão do sistema de plantação, e, como os europeus não eram considerados adequados ao trabalho em áreas tropicais, tornou-se necessário procurar trabalhadores que fossem nativos dessas regiões. Eles foram encontrados em países em que a vida tribal também era governada, sobretudo por princípios não-capitalistas. A agricultura do tipo de plantação desenvolveu-se no Novo Mundo com a ajuda da mão-de-obra africana.

Conseqüentemente, dois mundos econômicos diferentes foram colocados face a face nas plantações: o mundo da Europa Ocidental capitalista com seu desejo de lucro, representado pelos responsáveis pela produção, o colono e seus agregados, *versus* o mundo da economia tribal, focalizado na satisfação imediata das necessidades, representado pelo trabalhador negro. A diferença na orientação dos dois grupos resultou, entre outras coisas, numa diferença no compasso do trabalho. Além disso, as condições sob as quais os membros dessas culturas mais estáticas enfrentavam a economia dinâmica do Ocidente não contribuíam para dar-lhes o estímulo necessário para aumentar a produção. Eram trabalhadores desprovidos da oportunidade de desenvolver a própria iniciativa, e não recebiam compensação alguma.

Onde dois mundos tão completamente diferentes – tão opostos em seus objetivos – se encontravam e onde o administrador era obrigado a controlar tanto o andamento do trabalho quanto a continuidade da mão-de-obra, desenvolveu-se automaticamente um sistema de coerção. A instituição da escravidão, pela qual seres humanos são comercializados como bens inanimados, tornou possível, no passado, organizar esse sistema de tal modo que o senhor possuía plenos poderes coercitivos, sendo o trabalhador um escravo sem direito algum. O desejo de lucro acarretou uma cruel exploração de seres humanos e do solo durante o período de expansão do capitalismo. Os escravos sofreram o mesmo processo de desumanização que afetou os trabalhadores europeus sob o sistema capitalista dos séculos anteriores – eram considerados menos como seres humanos do que como instrumentos usados no processo de produção. Como, além disso, os escravos eram “diferentes” devido a características étnicas e culturais, os desentendimentos com seus semelhantes, sobre os quais se condicionava o desenvolvimento desse processo, eram até mais marcantes no seu caso. Desenvolveu-se uma ideologia que tornava mais fácil esquecer que eles eram humanos; era a ideologia do pagão preguiçoso e depravado que, para seu próprio benefício e o do mundo, tinha de ser submetido a uma rígida disciplina e ser arrastado para o processo de produção capitalista pelos meios mais severos possíveis. Essa ideologia persiste ainda hoje em todas as áreas em que o empenho capitalista em obter lucro se desenvolveu num ambiente ao qual ele é estranho. Outro fator que favoreceu a introdução e continuação da escravidão foi a escassez de mão-de-obra no Novo Mundo³. Se não houvesse meio de

Race Relations, in E. T. Thompson, *Race Relations and the Race Problem*, Durham, 1939, p. 180; *Encyclopaedia of Social Sciences*, New York, 1931 e segs.: o artigo *Plantation*; U. B. Philips, *American Negro Slavery*, New York, 1918; Max Weber, *Wirtschaftsgeschichte*, München, 1923, pp. 28 e 256.

³ Sobre a influência dos fatores geográficos e sociais na origem e continuação da escravidão, ver H. J. Nioboer, *Slavery as an Industrial System*, The Hague, 1910.

unir o trabalhador ao dono da fazenda, haveria competição por sua mão-de-obra, e isto tornaria o investimento de capital nas fazendas demasiadamente arriscado. O escravo não era um agente livre – era propriedade de seu senhor e representava parte de seu capital, que era protegido pelas leis da escravidão.

Pelo fato de a circunstância garantir aos colonos plena autoridade disciplinar sobre seus escravos – a assim chamada jurisdição doméstica – a plantação assumiu até certo ponto o caráter de instituição pública. Em consequência, os colonos tornaram-se como agentes do governo, exercendo autoridade sobre uma grande massa de mão-de-obra subjugada. Pequenas unidades semipúblicas, que coincidiam com as unidades sociais, cobriram o país; nelas, duas classes diferentes – a dos senhores e a dos escravos –, representantes de dois grupos étnicos muito diferentes – um negro e um branco, respectivamente – viviam lado a lado. Formavam dois grupos que estavam ligados entre si pelo servilismo de um – o maior dos dois – ao outro, uma pequena minoria dominante.

Dentro dessas unidades, duas culturas completamente diversas opunham-se uma à outra. Os representantes dessas culturas, tanto os senhores como os escravos, tinham sido arrancados de seu ambiente cultural familiar. Embora já não estivessem em atividade em suas próprias culturas, trouxeram elementos delas para o Novo Mundo. Alguns desses elementos foram adaptados ao novo ambiente, e sobreviveram, enquanto outros foram preservados sem preencher sua função e, outros desapareceram completamente. Estava fora de cogitação uma vida cultural integrada de que tanto os senhores quanto os escravos participassem. Embora isso tivesse sido possível no caso dos escravos devido à sua força numérica, suas vidas tornaram-se demasiadamente dependentes de um poder que tinha efeito inibidor sobre seus impulsos criativos e a livre expressão, que são condições necessárias para o desenvolvimento ou preservação de uma cultura em todos os seus aspectos. Isto empobreceu sua cultura. Embora,

indubitavelmente, as fazendas não tivessem sido planejadas com qualquer intenção cultural ou missionária em vista, tornaram-se, contudo, não intencionalmente os canais por meio dos quais alguns elementos da cultura ocidental foram difundidos na massa escrava. Isto não ocorreu de modo uniforme no país inteiro, mas alguma coisa, ainda que muito pequena, penetrou por toda parte, mesmo que em geral não tenha sido muito mais que o conhecimento técnico transmitido aos artesãos entre os escravos. Todavia, os poucos elementos ocidentais por eles apropriados eram insuficientes para enriquecê-los culturalmente ou substituir o que fora perdido.

A fazenda, como empresa agrícola, era conhecida há muito tempo, desde a época romana, quando existia sob a forma da *villa* romana⁴. Em épocas mais recentes, o sistema de plantação em ampla escala foi revivido em quatro partes diferentes do mundo, a saber, nas ilhas portuguesas e espanholas do oceano Atlântico, no Brasil, nas ilhas pertencentes aos espanhóis nas Índias Ocidentais e nos estados do sul da América do Norte. Foi no Brasil que a plantação atingiu pela primeira vez a sua forma clássica⁵. Parece provável que esse tipo de agricultura tenha sido transferido do Brasil para o Suriname e que os holandeses tenham desempenhado indiretamente um papel importante em seu desenvolvimento desde os primeiros anos de existência da Colônia. Na época, eles criaram nas Américas novas oportunidades de obter os três pré-requisitos necessários para estabelecer uma plantação, isto é, conhecimento, capital e mão-de-obra. No período que precedeu a

⁴ A *villa* medieval tinha um caráter inteiramente diferente das colônias romana e moderna; cf. H. Pirenne, *Histoire du Moyen-Âge*, Paris, 1936, pp. 62 e segs

⁵ Sobre o desenvolvimento da plantação na América do Norte, ver Phillips, *op. cit.*, *passim*; sobre o sistema de plantação nas Índias Ocidentais espanholas, ver F. Ortiz, *Cuban Counterpoint: Tobacco and Sugar*, New York, p. 254; sobre o sistema de plantação no Brasil, cf. Gilberto Freyre, *The Masters and the Slaves*, New York, 1946; E. O. von Lippmann, *Geschichte des Zuckers*, Leipzig, 1890.

fundação da colônia do Suriname, os holandeses estavam no auge de seu poderio no hemisfério ocidental. Tinham conquistado o Brasil em 1634, onde adquiriram conhecimentos sobre o sistema de plantação e a indústria açucareira. Tornaram-se grandes propagadores dessa forma de agricultura e da fabricação do açúcar. Por iniciativa deles, alguns fazendeiros de Barbados – de onde partiu a expedição de Parham para a costa da Guiana poucas décadas depois, foram ao Brasil para estudar o cultivo da cana-de-açúcar. Os holandeses também supriram fazendeiros britânicos e franceses das ilhas da Índia Ocidental com o capital necessário e as dispendiosas caldeiras de cobre para os engenhos, ou refinarias de açúcar. Além disso, durante esse período essas nações dependiam igualmente dos holandeses para o suprimento de mão-de-obra. Não muito tempo após o descobrimento do Novo Mundo, os europeus chegaram à conclusão de que a agricultura tropical só podia ser praticada com a ajuda dos nativos das regiões tropicais. Trabalhadores eram exportados como escravos da África por comerciantes e vendidos para os donos de fazendas em países em que a população indígena era pequena e mostrava-se inapta para a agricultura em condições de escravidão. No período da supremacia holandesa nos territórios americanos, os traficantes holandeses de escravos encontravam-se numa posição extremamente favorável. Tinham o controle de numerosos pontos estratégicos na costa africana. A totalidade da Costa do Ouro, a área mais importante para o tráfico de escravos, ficava completamente inserida em sua esfera de influência, e eles possuíam o monopólio virtual do comércio de escravos. Em 1640, Portugal declarou-se independente da Espanha, e, como consequência, os portugueses foram proibidos de comercializar escravos nas colônias espanholas. Assim, os espanhóis, os britânicos e os franceses ficaram inteiramente dependentes do comércio ilegal holandês de tráfico de escravos.

Contudo, o poder dos holandeses foi rapidamente debilitado depois de 1648. Nessa data, eles foram expulsos do Brasil, permanecendo

apenas com a posse de Pernambuco por mais alguns anos. Após o tratado de Westfália, em 1648, a Companhia das Índias Ocidentais já não podia continuar abertamente com o comércio de contrabando nos portos holandeses, de modo que ele passou para as mãos de particulares. A lei naval britânica e a competição de companhias inglesas e francesas na América e na costa da Guiné enfraqueceram ainda mais a posição holandesa. Mas a influência exercida por eles na propagação do cultivo do açúcar naquela época havia obtido importantes resultados em toda parte. Como conseqüência do ativo papel que também continuaram a desempenhar mais tarde no mercado escravo na área caribenha, os holandeses continuaram a ter uma participação importante no desenvolvimento do sistema de colonização em áreas diferentes das de seus próprios territórios no hemisfério ocidental.

No século XVII, os ingleses importaram para o Suriname o sistema de plantação em rápida expansão. Observa-se, de acordo com documentos antigos do final do século XVII e do início do XVIII, que a influência dos portugueses permanecia muito forte naquela época, pois ainda eram usadas palavras portuguesas para os vários estágios do processo de refinação do açúcar e para o engenho⁶.

A colonização agrícola recebeu um novo impulso quando um grupo de fazendeiros judeus chegou ao Suriname e se estabeleceu ali em 1664. George Warren, autor de uma das mais antigas descrições do país, que passou algum tempo na colônia pouco antes de 1667, isto é, antes de sua conquista pelos zelandeses, relata que nesse período

⁶ A. P. Newton, *The European Nations in the West-Indiës 1493—1688*, London, 1933, pp. 193 e segs.; J. A. Williams, *The Carribbee islands under the Proprietary Patents*, London, 1926, pp. 155 e segs.; H. A. Wyndham, *The Atlantic and Slavery*, London, 1935, p. 15. Sobre os nomes portugueses, cf. J. F. Herlein, *Beschrijving van de Volkplanting Zuriname*, Leeuwarden, 1718, p. 74, e G. Warren, *Een Onpartijdige Beschrijvinge van Suriname*, Amsterdam, 1669, Cap. VII.

havia no Suriname de 40 a 50 fazendas de açúcar que renderam grandes lucros para seus proprietários⁷.

A produção na colônia era inteiramente aparelhada para a exportação para os mercados mundiais. Embora o país produzisse alguns alimentos para sua própria subsistência, permaneceu dependente de importações estrangeiras de um grande número de gêneros alimentícios.

O Suriname logo se transformou numa colônia de plantação, e permaneceu como um território exclusivo de agricultura em grande escala até a abolição da escravidão. No início, as fazendas situavam-se geralmente mais para o interior, mas, logo depois que os zelandeses introduziram o sistema de pôlderes nas áreas litorâneas baixas, uma rede muito unida de fazendas contíguas, espalhou-se ao longo dos rios e enseadas em blocos retangulares, cobrindo as áreas aluviais.

O açúcar continuou sendo o produto principal, mas, desde o início do século XVIII, o número de fazendas de café e cacau também aumentou rapidamente. O algodão também era cultivado já no início do século XVIII, mas só a partir da segunda metade daquele século as exportações dessa mercadoria assumiram proporções significativas. Além dessas fazendas, havia outras de índigo e de produção de madeira, material indispensável para a construção na Colônia. Havia também muitas pequenas fazendas voltadas para a produção de gêneros alimentícios para a cidade ou para as fazendas que não cultivavam suas próprias safras de alimentos.

Toda agricultura em pôlderes era do mesmo tipo em todo lugar, com exceção das fazendas de produção de madeira, que consistiam em grandes concessões de terras florestais. As plantações eram dispostas em grandes blocos retangulares cercados por diques e divididos por canais de drenagem (chamados *trensens* no Suriname) ligados aos rios por meio de comportas. Mas, como resultado dos diferentes tipos de

⁷ Warren, *op. cit.*, p. 15.

mão-de-obra ligados aos diferentes produtos, as plantações tornaram-se diferenciadas de acordo com o produto cultivado em cada uma. Evidentemente, as propriedades madeireiras também possuíam um caráter distinto.

A maior parte das fazendas de açúcar, café e cacau situavam-se ao longo dos grandes rios. A maioria das fazendas produtoras de madeira localizava-se nas terras altas ao longo do rio Suriname e no distrito do Pará. Plantações de algodão foram dispostas no litoral, pois a abafada brisa marinha e o solo salino mostravam-se mais favoráveis a esse tipo de cultura⁸. Um olhar sobre um mapa antigo do Suriname mostrará que muitas das áreas aluviais ao longo dos rios Suriname e Commewijne foram dedicadas à agricultura. Paramaribo foi a única cidade que se desenvolveu nessa região, que era, desde aquela época, circundada por plantações. Era o centro administrativo e comercial da colônia de plantação.

A palavra “crioulo” em geral traz hoje à mente o cidadão de Paramaribo, por conseguinte, uma pessoa criada na cidade. Embora no começo do século XVIII – isto é, no período em que floresceu como municipalidade – Paramaribo já tivesse começado a imprimir sua marca sobre um grupo que viria a tornar-se o núcleo da população crioula e que já vinha desenvolvendo as qualidades distintivas que posteriormente caracterizariam a maior parte desse grupo, é inegavelmente verdadeiro que até a segunda metade do século XIX a sociedade do Suriname sobrevivia a partir dos distritos rurais. A maioria da população

⁸ J. C. Kielstra ressalta que os sistema de pôlderes da Zelândia e do Suriname mostram semelhanças marcantes, pois a mudança das marés é utilizada na drenagem da terra, de modo que não há necessidade de bombear. As comportas são abertas na maré baixa a fim de drenar a água supérflua, e são fechadas de novo na maré alta. Cf. J. C. Kielstra, *Wirtschaftliche und Soziale Probleme in Niederländisch West-Indiën*, Jena, 1925, p. 7. Sobre a história dos diferentes produtos, ver *Enc. W. I.*, os artigos sobre *cacao* (cacau), *indigo*, *katoen* (algodão), *koffie* (café), *suiker* (açúcar).

crioula não havia sido moldada por uma vida no proletariado urbano, mas antes, por uma existência em pequenos grupos no campo. A plantação, como instituição, tendo se desenvolvido rapidamente, dominava a vida da maior parte da população. Em 1688, após a invasão britânica sob Harmons e Henry Willoughby, havia apenas 23 fazendas com um total de 564 escravos, enquanto em 1738 o número mencionado é de 430 e o número de escravos de 50 a 55 mil⁹. O número de plantações cresceu ininterruptamente até 1788, época em que chegou a 591¹⁰. Mas, no início do século XIX, o declínio da economia do Suriname começou a se fazer sentir e o número de propriedades rurais também refletiu essa tendência. Teenstra relata que nos 16 anos que antecederam 1832, mais de 80 fazendas encerraram suas atividades¹¹. Naquele ano – isto é, antes da abolição da escravidão –, o desequilíbrio entre a população urbana e a rural era perceptível; em um país que era quase exclusivamente dependente da agricultura, isto apontava para uma situação anômala. Esse desequilíbrio marca o começo do domínio de Paramaribo sobre o destino do país.

Quando os britânicos chegaram ao Suriname, instituíram como centro administrativo um estabelecimento chamado Teorarica ou Thorarica (também Torarico ou Torrarica), no rio Suriname, aproximadamente a 37 quilômetros de sua foz. Warren encontrou ali cerca de cem casas e uma capela não muito antes de 1667. Torarica não estava, contudo, destinada a tornar-se a capital do Suriname. Em 1763, quase cem anos depois, Thomas Pistorius, escrevendo sobre Torarica, diz: “O mencionado

⁹ *Enc. W. I.*, p. 343; R. Bylsma, *Surinaamsche plantage-inventarissen uit het tijdvak 1713–1742*, *W. I. Gids*, 1921, p. 325. Cf. B. van den Oudermenlen's memorandum in: D. van Hogendorp, *Kort Staat van onze Bezittingen in de West-Indiën bij Stukken, Raakende den tegenwoordigen Toestand der Bataafsche Bezittingen in Oost-Indië*, La Hague, 1801, apêndices L^a.K., para os números de escravos. Van der Oudermeulen, em contradição com a lista de Bylsma, lista 400 plantações.

¹⁰ *Essai Historique*, Paramaribo, 1788, II, p. 38.

¹¹ M. D. Teenstra, *De Landbouw in de Kolonie Suriname*, Groningen, 1835, 2 vols., II, p. 6.

lugar oferece aspecto humilde, sendo habitado em sua maior parte por trabalhadores, colonos e judeus”¹². Fermin expressou opinião semelhante sobre o minúsculo povoado em 1767. Depois disso, pouco a pouco, ele foi totalmente abandonado ¹³.

Warren relatou que a “pequena aldeia chamada de Forte”, que se localizava a oito quilômetros para o interior, recebera o nome de Paramaribo e se tornara a capital do Suriname¹⁴. Conta-se que nesse lugar havia existido uma aldeia indígena do mesmo nome. Não longe dali, os britânicos construíram um forte de pedra chamado “Zeelandia” pelos zelandeses após sua conquista da Colônia. O nome Paramaribo para a aldeia próxima ao forte já figura em um antigo mapa de 1671. Numa carta ao Staten van Zeeland datada de 28 de dezembro de 1678, o governador, Johannes Heinsius, refere-se a “um espaço aberto com algumas casas dispersas”, cujo número foi estimado em cerca de 28. Eram, na maioria, residências de funcionários que administravam a Colônia, hospedarias e edifícios públicos. Seu sucessor, Van Sommelsdijck, à sua chegada, encontrou principalmente hospedarias e tavernas de contrabandistas¹⁵. Herlein, que passou algum tempo nesse lugar quase 25 anos mais tarde, relata que “Paramaribo enumerava aproximadamente 500 casas, todas de madeira, por ser mais fresca do que o tijolo”¹⁶. A cidade tinha na época uma câmara municipal de tijolos, cujo andar superior era usado para reuniões religiosas. Além dessa construção, havia mais duas casas de alvenaria. A residência do governador e a do comandante do forte “Zeelandia” também eram

¹² Warren, *op. cit.*, Cap. I; Th. Pistorius, *Korte en zakelijke beschrijvinge van de Colonie van Suriname*, Amsterdam, 1763, p. 5.

¹³ Ph. Fermin, *Description générale, historique, géologique et physique de la colonie de Surinam*, Amsterdam, 1767, 2 vols., I, p. 10.

¹⁴ Warren, *op. cit.*, Cap. I.

¹⁵ *Enc. W. I.*, p. 550; J. J. Hartsinck, *Beschrijving van Guyana of de Wilde Kust in Zuid Amerika*, Amsterdam, 1770, II, p. 648.

¹⁶ Herlein, *op. cit.*, p. 46.

prédios respeitáveis, mas eram construídos em madeira. Nepveu duvidava, contudo, que pudesse haver 500 casas em 1718. Relata que na época, isto é, na segunda metade do século XVIII, havia menos de 800 casas, embora nesse período a cidade já tivesse sofrido uma expansão considerável¹⁷. Seja como for, é certo que desde a chegada de Van Sommelsdijck, em 1683, o município crescera rapidamente. O *Essai Historique* relata que o número de casas era de 1.119 em 1787¹⁸. Em 1863, havia 1.643 casas principais, com pequenas cabanas de escravos vizinhas¹⁹.

Os dados estatísticos referentes à população anterior a 1850 baseiam-se em grande parte em estimativas. Mesmo após essa época, eles não têm pretensão à exatidão, embora o mesmo se aplique a dados contemporâneos. Tanto quanto se sabe, só duas vezes foram feitos recenseamentos antes de 1940: um em 1811, durante o interregno britânico, e outro em 1921²⁰. Todavia, as estatísticas realizadas durante uma série de anos dão alguma noção do desenvolvimento ocorrido. E não é inteiramente impossível extrair algumas conclusões importantes mesmo com base em estimativas aproximadas.

A população de Paramaribo em 1787, o primeiro ano para o qual se tem uma estimativa razoavelmente confiável, totalizava 9.650 habitantes²¹. Por conseguinte, presumindo que a população total fosse de aproximadamente 50 mil habitantes, isto significa que apenas um quinto da população vivia na cidade. Poucas mudanças haviam ocorrido na situação em 1791, quando havia cerca de 11.500 habitantes em Paramaribo para uma população total de 58.120 pessoas²². Contudo,

¹⁷ J. Nepveu, *Annotatiën*, MS. Public Record Office.

¹⁸ *Essai Historique*, II, p. 20.

¹⁹ *Enc. W. I.*, p. 551..

²⁰ Sobre o censo de 1811, ver Wolbers, *op. cit.*, p. 564.

²¹ *Essai Historique*, II, pp. 37 e segs.

²² M. D. Teenstra, *Landbouw*, I, p. 54.

nas primeiras décadas do século XIX, a situação mudou rapidamente. Para o ano de 1830, encontramos um índice segundo o qual 27% da população total viviam em Paramaribo²³. Mas, mesmo antes disso, existe menção a uma distribuição não-econômica da mão-de-obra disponível pelas áreas urbanas e rurais. Os governadores do século XVIII, Mauricius e Nepveu, queixavam-se do acúmulo de escravos domésticos inaptos e improdutivos na cidade. Mas, entre os anos de 1830 e 1850, a distribuição era tal que mais de 30% da população viviam na cidade de Paramaribo. Sem considerar este número como um total absoluto em nossa avaliação da situação, é possível observar, contudo, que um índice como esse entre a população urbana e rural numa área agrícola sem nenhuma indústria secundária própria e que, além disso, não fornecia serviço algum a países estrangeiros e também não agia como credora, deve ser considerado como um fenômeno incomum.

A tabela a seguir mostra que o percentual da população de Paramaribo em relação à população total apresenta um aumento regular, ao mesmo tempo em que há uma diminuição do número de escravos, dos trabalhadores rurais e do próprio número de propriedades. Embora uma redução do número de propriedades agrícolas não seja em si indicativa de queda da produção, ela aponta, contudo, para um declínio num período em que não havia principalmente concentração ou expansão das propriedades existentes. As causas da perturbação do saudável equilíbrio entre a população rural e a urbana foram: a diminuição da população rural, resultante tanto da suspensão das importações de novos escravos como de um número de mortes superior ao de nascimentos; e a quantidade de alforrias, combinada com a preferência dos escravos alforriados pelo estabelecimento na cidade. A escassez de mão-de-obra e um futuro incerto – rumores da iminência

²³ Teenstra, *op. cit.*, p. 294.

da abolição da escravidão circulavam muitos anos antes do acontecimento efetivo – levaram muitos proprietários a encerrar as atividades de suas fazendas.

O processo pelo qual a agricultura finalmente deixou de desempenhar o papel dominante nas vidas da população crioula do Suriname começou antes mesmo da abolição da escravidão. Mas, após a emancipação, a agricultura continuou a exercer uma influência, importante não só como fator que determinou a história prévia desse grupo e que ainda se fazia sentir por essa razão, mas também porque continuou a determinar o destino do país e a natureza e composição de sua população na medida em que ele requeria novos trabalhadores, que, por sua vez, viveram sob o regime da escravidão antes que a maioria se libertasse e estabelecesse como colonos independentes em terras não ocupadas, como um novo grupo populacional além dos crioulos.

Ano	Paramaribo	Suriname	%	Escravos	Fazendas	Fazendas de açúcar	Fazendas de café
1787	9.650	± 49.000	19,7	45.000	452	—	—
1791	11.500	55.892	20,6	53.000	—	—	—
1830	15.265	56.198	27,1	48.784	370	108	170
1850	16.338	52.080	31,4	39.679	273	92	76
1855	17.140	52.533	32,6	38.592	255	90	—
1860	17.830	53.017	33,6	37.001	248	87	—
1863	18.666	52.963	35,2	36.484	210	85	—

Até o fim do século XVIII, a população do Suriname consistia principalmente em senhores e escravos, uma composição que era consequência do sistema econômico do trabalho forçado por meio do qual a colônia era explorada. A classe proprietária era constituída, em grande parte, de colonos, proprietários rurais e seus administradores. Originalmente, era costume chamar apenas o “plantador” de proprietário,

mas, no século XIX, o nome começou a ser usado para todos os responsáveis pela administração de uma propriedade²⁴.

O número de funcionários que governavam a Colônia era bastante reduzido até o início do século XIX. Apenas alguns, veteranos, podiam se colocar no mesmo nível ou acima dos colonos – além do governador, apenas os dois procuradores-gerais, os dois secretários da Corte e o controlador das Finanças se qualificavam como membros dessa classe. Os membros dos tribunais eram funcionários honorários e eram eleitos entre os cidadãos mais proeminentes – eram colonos, portanto. Houve mesmo alguns colonos entre os governadores: Van Scharpenhuysen, Mauricius, Nepveu, Crommelin e Friderici, para nomear alguns, eram proprietários rurais. Muitos dos procuradores-gerais também eram colonos, assim como alguns dos oficiais comandantes, os comandantes da guarnição e outros oficiais, que também podem ser classificados nesse grupo. Os interesses dos colonos dominaram o desenvolvimento do país até o final do século XX.

O que podia ser considerado como classe média nos séculos XVII e XVIII desempenhava apenas um papel insignificante. O número de oficiais de baixa patente e o de comerciantes, bem como uma categoria de europeus cujas ocupações variavam de artífice e estalajadeiro a contrabandista ou merceeiro, era demasiado pequeno e diferenciado para funcionar como uma classe média. Não havia classe média de agricultores tampouco, pois a fazenda de tamanho médio competiria com dificuldade com as grandes fazendas para a produção e exportação de artigos de primeira necessidade, importantes no período anterior a 1863. Na segunda metade do século XVIII, emergiu uma classe média composta de descendentes mulatos de senhores e de escravos. No

²⁴ Sobre os dados para o ano de 1787, cf. *Essai Historique*, pp. 37 e segs., para o ano de 1791, Teenstra, *op. cit.*, I, p. 54, para o ano de 1830, Teenstra, *op. cit.*, II, p. 204; sobre os dados para os anos 1850–1863, cf. *Koloniale Verslagen e Enc. van Ned. W.-Indië*.

entanto, ela não desempenhou qualquer papel de importância até a primeira metade do século XIX. Era composta principalmente por amanuenses, lojistas e artesãos.

A estratificação de acordo com a riqueza e a função coincide em grande medida com uma classificação baseada na etnia e na situação legal. A classe mais alta, de funcionários veteranos, colonos e administradores era constituída de europeus livres. Eles viriam a ser alcançados por numerosos mulatos no século XIX, é verdade, mas esses permaneceriam em número reduzido. A classe média consistia principalmente em mulatos livres e negros alforriados, escravos emancipados e seus descendentes. Abaixo deles, havia um pequeno proletariado livre, negro ou mulato, e a grande massa de escravos negros. A coincidência da estratificação social com a classificação em grupos com características raciais especiais ainda é encontrada hoje, embora tenha havido maior divergência após a abolição da escravidão.

Há duas outras características que determinam a composição da população. Uma parte considerável da população branca era de judeus, que formavam um grupo separado com direitos políticos próprios. Alguns deles formavam uma classe superior isolada, a dos donos de fazendas e comerciantes; outros preenchiam a função de uma classe média juntamente com a classe média negra emergente. Além disso, a população branca tinha um caráter muito cosmopolita em consequência da imigração de cidadãos de diferentes nações européias.

Numa carta escrita por Pieter Versterre durante o período de dominação zelandesa, lemos que em 1675 havia “123 homens robustos da nação holandesa” e “58 homens robustos da nação judaica”²⁵. Uma estimativa da população em 1787, indicando pela primeira vez o número de judeus, mostra que eles correspondiam a aproximadamente um terço da população branca. Havia 1.311 judeus em comparação

²⁵ F. Mullert, *De Bevolking van Suriname in 1675*, *De Navorscher*, 1917, nº 10.

com um total de 3.360 europeus²⁶. Em 1811, os judeus compreendiam dois terços da população branca (1.292 judeus em um total de 2.029 brancos). Em 1830, o número de judeus ainda correspondia a pouco mais de metade – 1.324 judeus para um total de 2.638 brancos²⁷.

Mesmo os primeiros autores que escreveram sobre o Suriname apontaram para a grande diversidade de nacionalidades ali encontradas. Herlein escreve sobre Paramaribo: “Os cidadãos dessa cidade são parcialmente holandeses, franceses, alemães e judeus”²⁸. Nepveu notou com referência a isto que, mais do que enumerar essas nações, Herlein poderia ter dito todas as nações²⁹. O governador Mauricius também chama a atenção para a composição cosmopolita da população numa carta aos diretores da sociedade³⁰. O elemento estrangeiro deve ter sido tão forte que o missionário Zander, resumindo as nacionalidades dos habitantes em seu relatório para o escritório central de sua Sociedade da Missão, esquece de mencionar os holandeses, e escreve: *Die Einwöhner der Stadt bestehen aus Engländer, Französen, und Hochdeutschen, auch portugiesischen und deutschen Juden*³¹.

O elemento holandês estava, contudo, igualmente bem representado. Depois dos holandeses, os franceses haviam sido no passado os mais numerosos. Houve mesmo uma época em que, juntamente com os judeus, eles constituíram o principal elemento da população. Isto se deu no final do século XVII, ou seja, na época em que as bases da sociedade do Suriname estavam sendo estabelecidas.

Durante o período da dominação britânica, muitos franceses que haviam sido expulsos de Caiena pelos ataques dos índios chegaram ao

²⁶ *Essai Historique*, pp. 37 e segs.

²⁷ Wolbers, *op. cit.*, p. 564; Teenstra, *op. cit.* II, p. 204.

²⁸ Herlein, *op. cit.*, p. 48.

²⁹ Nepveu MS.

³⁰ *Recueil van egte Stukken*, Amsterdam, 1757, vol. III, p. 519.

³¹ F. Staehelin, *Die Mission der Brüdergemeine in Suriname und Berbice im achtzehnten Jahrhundert*, Herrnhut, s.d., I. p. 90.

Suriname para ali se fixarem³². Van Sommelsdijck, que era casado com uma filha de nobres franceses, levou consigo para o Suriname uma grande quantidade de franceses, principalmente artesãos. Sob seu governo, foi fundada uma colônia de labadistas (os seguidores do ex-jesuíta Jean de Labadie), baseada na comunidade da propriedade. As irmãs de Van Sommelsdijck estavam entre os membros dessa seita. A experiência malogrou, e os labadistas se estabeleceram entre os demais colonos³³. Em 1865, após a revogação do edito de Nantes, um número considerável de famílias francesas, algumas das quais abastadas, chegaram ao Suriname para fugir da perseguição religiosa. Um grupo dessas prósperas famílias chegou em 1686 e dedicou-se à agricultura³⁴. Fundaram Walloon, uma comunidade religiosa independente, que permaneceu isolada até 1783, quando se filiou à Comunidade Holandesa Reformada. Os descendentes dessas famílias francesas desempenharam um papel importante na história do Suriname. Encontramos pelo menos cinco membros desse grupo entre os governadores, enquanto uma grande quantidade deles eram magistrados e membros da *Hof van Politie* e da *Hof van Civiele Justitie*.

Só uma pequena parte da população britânica original permaneceu no Suriname. Depois que a colônia foi conquistada pelos zelandeses, muitos ingleses e judeus deixaram o país. Mas o número de ingleses que ficaram deve ter aumentado gradualmente outra vez, pois, no século XVIII, encontramos vários colonos britânicos no Suriname³⁵. Eles aparentemente se mantiveram de alguma forma à parte do resto da

³² Hartsinck, *op. cit.*, II, p. 583. Sobre os franceses no Suriname, ver C. A. van Sypesteyn, *De vestiging van Fransche uitgewekenen (Refugiés) in Suriname, West-Indië*, I, 1855, e S. Kalff, *Fransen in Suriname, W. I. Gids*, 1929, p. 316.

³³ L. Knappert, *De Labadisten in Suriname, W. I. Gids*, 1926, p. 193.

³⁴ Wolbers, *op. cit.*, p. 65.

³⁵ Stedman menciona os nomes de proprietários de fazendas ingleses em vários lugares. Ver J. G. Stedman, *A Narrative of a five years expedition against the revolted negroes of Surinam*, 2 vols., London, 1813.

sociedade; seja como for, não desempenharam um papel relevante na história do Suriname como grupo separado. Com o interregno britânico (1804-1816) novos colonos ingleses vieram para o país. Beyer relata que dos 3.500 europeus que viviam no Suriname em 1823, cinqüenta e sessenta eram ingleses, vinte e trinta franceses e cem alemães³⁶. Os ingleses formavam o grupo estrangeiro mais importante e a maioria deles eram colonos. No distrito de Nickerie, que até o século XIX também compreendia o atual distrito de Coronie, os colonos ingleses constituíam o elemento mais importante. Van Heeckeren observou, em 1826, que o distrito de Nickerie, “em virtude de sua população britânica, criou a impressão de ser uma possessão britânica mais do que holandesa”. Todos os agricultores nesse distrito, com poucas exceções, eram ingleses ou escoceses³⁷. A memória dessa permanência vive até os dias de hoje nos nomes de antigas propriedades rurais, exatamente como um grande número de nomes de propriedades francesas são remanescentes da nacionalidade de seus antigos donos. A influência britânica nesse distrito continuou a ser perceptível até o século XX.

Havia muitos alemães na Colônia. Eram administradores e supervisores de fazendas, embora alguns deles tenham se tornado até mesmo proprietários.

Mas os alemães também são encontrados em outras profissões. Em 1772, Nepveu solicitou o embarque de uma dúzia de obras médicas, pois quase todos os cirurgiões dos hospitais da cidade e dos postos distantes eram alemães. O alemão Johann Heinrich Schaefer, que se autodenominava *Schaap* (carneiro em holandês), e, por conseguinte sua fazenda *Scaapstede* (redil), obteve algum renome³⁸.

³⁶ E. Beijer, *Suriname in deszelfs tegenwoordige toestand*, Amsterdam, 1823, p. 7.

³⁷ [E. L. van Heeckeren], *Aanteekeningen betreffende de kolonie Suriname*, p. 38.

³⁸ F. Oudschans Dentz, *Is het in Suriname altijd een armoedige boel geweest?*, *W. I. Gids*, 1926, p. 92.

Ao morrer em Paramaribo em 1765, deixou uma propriedade que valia milhões. O alemão August Kappler, fundador da aldeia de Albina, também se tornou uma figura bem conhecida, em parte pelos livros que escreveu sobre sua prolongada estada no Suriname³⁹.

Muitos dos alemães que foram para o Suriname eram pobres. Faz-se menção em 1747, de um projeto de colonização envolvendo colonos de Paltzer e suíços que malogrou apesar da ajuda do governo. Muitos deles foram para o Suriname como soldados, e com o passar do tempo ou ao término de seu serviço, buscaram trabalho em alguma fazenda ou em outra parte. Houve sempre um grande número de alemães no exército do Suriname. Em 1745, Mauricius teve uma ordem do dia referente ao espírito de insubordinação entre as tropas lida em voz alta em holandês e em alto alemão, para que todos pudessem compreendê-la apropriadamente. Tanto nessa época quanto depois, as tropas incluíam um grande número de alemães⁴⁰. Mesmo no século XX, alguns alemães ainda podiam ser encontrados no exército colonial do Suriname.

Os Herrnhutters ocupavam um lugar especial entre os habitantes alemães do Suriname e eram o grupo estrangeiro que exercia a mais forte influência sobre o caráter da população crioula. Os irmãos morávios de Herrnhut trabalharam como missionários na Colônia a partir de 1735⁴¹. Seu número aumentou regularmente no século XIX e eles desempenharam papel importante na vida do Suriname até a

³⁹ Para uma biografia de A. Kappler, ver *Enc. W. I.*; A. Kappler, *Sechs Jahre in Surinam*, Stuttgart, 1854. A. Kappler, *Höllandisch Guiana. Erlebnisse und Erfahrungen während eines 43-jährigen Aufenthalts in der Kolonie Surinam*, Stuttgart, 1881.

⁴⁰ Mauricius' Journal (Public Record Office), 16th November, 1745.

⁴¹ Sobre a história dos Herrnhutters no Suriname, ver F. Staehelin, *Die Mission der Brüdergemeine in Surinam...*, s. d., e H. Steinberg, *Ons Suriname. De Zending der Evangelische Broedergemeente in Nederlandsch Guyana* (met medewerking van G. J. Staal), The Hague, 1933.

Segunda Guerra Mundial. O número de alemães que se estabeleceram no Suriname como cidadãos particulares, independentes da missão, diminuiu depois do início do século XIX. Kappler escreve, em 1842:

*Unter den Europäern sind die meisten Holländer, Engländer und Schotten, dann Amerikaner, und während früher die Deutschen sowohl im Handel wie als Pflänzer eine ehrenhafte Stelle einnahmen, tritt das deutsche Element in den Hintergrund und würde wie ein Bettlerlämpchen wohl ganz verlöschen, wenn nicht die moravischen Brüder sich die Aufgabe gestellt hätten, den numerisch bedeutenden Theil der Kolonie im Gottesdienst zu unterrichten und die Moral zu heben*⁴².

A tolerância dos colonos, também em questões de religião, é geralmente elogiada. Beyer relata:

No conjunto, as diferenças entre nacionalidades, classes e religiões não são tão pronunciadas no Suriname como na Europa: seu povo é tolerante e, portanto, sociável; e, embora os residentes ingleses e franceses desse país (os quais, contudo, não são muitos) tendam a se manter reservados, as famílias européias que têm residido ali por muitos anos, por outro lado, parecem misturar-se como se estivessem em uma única nação juntamente com os holandeses e os alemães⁴³.

Opinião semelhante foi expressa no século anterior. Mas esse quadro é antes muito idealizado, especialmente no que se refere à atitude em relação aos alemães. Percebe-se nas *Remarques Critiques* que havia uma certa animosidade contra os alemães mesmo naquela época. Tanto assim que se tentou imputar-lhes grande parte da responsabilidade pela crueldade com os escravos. O autor das *Remarques* observa: “*Je sais au*

⁴² Kappler, *Holl.-Guiana*, p. 16.

⁴³ Beijer, *op. cit.*, p. 79.

moins, que les Allemans sont plus cruels que les autres Nations qui habitent cette colonie”⁴⁴. (Sei, pelo menos, que os alemães são mais cruéis que as outras nações que vivem nessa colônia.) Bosch, que viajou pelo Suriname cinquenta anos mais tarde, expressou um ponto de vista parecido⁴⁵. E quando Wolbers teve que descrever um colono cruel e desumano em uma história sobre o tratamento dos escravos, ele o representou como um alemão falando mal o holandês⁴⁶. Essa animosidade é mais óbvia nos documentos de Teenstra. Mas, a esse respeito, ele diz que tal animosidade não é tão pronunciada a ponto de tornar o Suriname um lugar desagradável para os alemães viverem. De acordo com esse autor – embora talvez sua própria animosidade seja responsável por essa opinião –, eles até ocupavam uma posição privilegiada no Suriname, pois havia discriminação a seu favor quando os melhores empregos e a administração de fazendas importantes estavam sendo distribuídos⁴⁷. Seja como for, os alemães, como outras nações da Europa Ocidental, desempenharam um papel importante na colonização do Suriname pelos europeus, especialmente devido à obra da Missão Morávia.

⁴⁴ *Remarques critiques sur le Tableau Historique*, London (Amsterdam), 1799, p. 50.

⁴⁵ G. Bosch, *Reizen in West-Indië*, Utrecht, 1843.

⁴⁶ J. Wolbers, *De Surinaamsche Negerslaaf*, Amsterdam, 1854, p. b6.

⁴⁷ M. D. Teenstra, *De Negerslaven in Suriname*, Dordrecht, 1842, pp. 18 e 37.

Capítulo II

Os senhores brancos

A presença de um número relativamente grande de pessoas de diferentes nacionalidades num pequeno grupo de colonos não poderia deixar de exercer uma certa influência sobre o caráter desse grupo. Esse fato não passou despercebido de observadores sagazes como Mauricius e Nepveu. Mauricius, em uma de suas cartas aos diretores da Sociedade, escreveu:

No que se refere à harmonia e à boa-vontade mútuas, e assim por diante, e à paz e tranqüilidade da Colônia em geral, queiram Vossas Senhorias lembrar minhas palavras relativas à natureza do país no parágrafo 2 do terceiro despacho em resposta à petição; e é preciso ter sempre em mente que os habitantes da Colônia consistem na aglomeração de várias nacionalidades, tendo isto quatro conseqüências lógicas. Primeiramente, muitos nasceram sob uma monarquia, e agora ouvindo que vivem sob um governo livre, vão de um extremo ao outro, imaginando que liberdade é sinônimo de libertinagem e anarquia. Em segundo lugar, sendo a grande maioria de forasteiros, eles não se identificam com o país, nem vêem os Países Baixos como sua terra natal. Em terceiro lugar, dificilmente se pode esperar as mesmas relações harmoniosas entre membros de diferentes nações como elas são encontradas entre membros da mesma nação, como nas colônias francesas e britânicas. Em quarto lugar, eles sempre conservarão um certo *animum revertendi* e, por conseguinte, não têm apego por um país que não encaram como um lar para si mesmos e seus filhos, mas meramente como um país no qual são estrangeiros em trânsito. A isto poderiam ser acrescentadas várias observações que nascem da mesma fonte, em particular que muitas

dessas pessoas não receberam educação, ou não tinham um ofício em seu próprio país e raramente tinham alguma noção, ou tinham uma noção muito distorcida de religião e justiça e, especialmente, do que é universalmente compreendido por disciplina, decência e propriedade. Tais pessoas são propensas a discórdias, e a mais insignificante disputa se transforma na mais amarga e inflexível rixa. Todavia, devo fazer essa justiça aos residentes desse país que, enquanto permanecem humildes, são amantes da paz e submissos, e, não importando o quanto sejam provocados ou incitados, mostram sempre aversão à rebelião; mas quando saem de sua posição humilde para a riqueza e a honra, isto vira sua cabeça¹.

Nepveu diz que a grande diversidade de opiniões na colônia deve ser atribuída à diferença de origem dos residentes, visto que ela não é consequência do clima, como alguns acreditam². A falta de tradição é a principal consequência dessa diversidade nacional. Embora numa sociedade colonial a influência da tradição seja muito mais desprezível do que em outra parte qualquer para se começar, especialmente nos estágios iniciais da colonização, a heterogeneidade de sua população só pode intensificar essa falta. Emprego aqui a palavra tradição no sentido de compromisso de um grupo com uma cultura de algum modo diferenciada das gerações precedentes. Pois é claro que no desenvolvimento de uma colônia também há uma série de costumes que são preservados no decorrer dos séculos e que são copiados após um período de tempo mais longo ou mais curto por cada novo residente. Isto também não passou despercebido aos observadores do passado. Malouet, um intendente francês que visitou o Suriname em 1777, observa:

A colônia do Suriname encerra mais estrangeiros que holandeses: assim, cada um deles traz os gostos de seu país, que com o tempo

¹ *Recueil van egte Stukken*, III, p. 519.

² Nepveu MS.

se fundem no que eu chamo não de costumes, mas de hábitos coloniais³.

Ele emite sua opinião sobre esses *habitudes coloniales* (hábitos coloniais) – que são definitivamente merecedores de citação – ao escrever sobre Santo Domingo. Embora pessoas de diferentes distritos franceses mantenham suas peculiaridades provincianas, diz ele, todas elas adotam as *habitudes coloniales*. Continua:

Essa distinção é importante, e não pode escapar a um observador. Em moral, em política, estuda-se, dirige-se o espírito público, o caráter de um povo. Em Santo Domingo não há corpo de povo; há apenas indivíduos que têm alguns interesses comuns e opiniões isoladas.⁴

Apesar disso, o clima, a natureza do trabalho, o ambiente e o modo de vida contribuem para uma certa unidade do grupo e dá origem a diversas características comuns.

Há uma naturalidade geral, há um luxo relativo; o clima se ameniza ou tende ao repouso; a cupidez desperta e refreia a preguiça; a indústria age, todo mundo está ocupado. Os nervos mais facilmente excitados, levam aos prazeres, aos excessos; a maioria sucumbe. Faltam ao local comodidade e salubridade porque nada ali foi colocado para agradar, seduzir, prender; todos querem deixá-la; todos correm, todos se apressam; os habitantes parecem mercadores numa feira: a arte do governo teria que torná-los cidadãos. E conclui: Eis os traços e as nuances que tornam os colonos diferentes e semelhantes.⁵

³ P. V. Malouet, *Collection de Mémoires... sur les Colonies*, III, Paris, An X, p. 113.

⁴ Malouet, *op. cit.*, IV, p. 98.

⁵ Malouet, *op. cit.*, IV, p. 99.

Era este desejo de fazer fortuna e deixar a Colônia que dominava a sociedade colonial. Esse era o *animus revertendi* de que Mauricius falava e a respeito do qual Nepveu observa que era um obstáculo para tornar a colônia um lugar agradável de se viver. O lançamento de projetos para embelezar a colônia e torná-la habitável e nunca completá-los é uma “doença comum”, escreve Nepveu. É consequência do

acima-mencionado *animus revertendi*, que é forte em todas as pessoas e que, em muitos, se não em todos os aspectos, é mais fatal para essa Colônia, uma vez que todos que deixaram o país no começo imaginam – e isso não passa de uma invenção da imaginação — que um dia se repatriará após um certo tempo a fim de ter o prazer de viver em retiro em seu próprio país, ou como anseia a maioria após um tempo de ostentação⁶.

Esse *animus revertendi* é típico de todas as colônias tropicais de exploração. As pessoas vão para as colônias a fim de enriquecer rapidamente e voltar para sua terra natal. Os trópicos eram considerados impróprios para a residência permanente de europeus e eram incapazes de prender a população heterogênea a seu solo. Como resultado disso, o desenvolvimento do Suriname foi totalmente diferente daquele das colônias latino-americanas. O país nunca teve um grande grupo de colonizadores europeus permanentes, com exceção dos judeus, a partir do último quarto do século XVIII.

Antes de 1775, muito mais do que depois dessa data, o Suriname possuía o caráter de um assentamento além-mar no verdadeiro sentido da expressão. No ano de 1775, começou uma crise econômica que mudou totalmente a estrutura do país.

Entre os anos de 1751 e 1773, as casas comerciais de Amsterdam tinham muita atividade no Suriname. Bons preços eram obtidos

⁶ Nepveu MS.

principalmente para o café. Havia uma grande quantidade de capital disponível na metrópole, e as pessoas estavam ansiosas para investir no Suriname. Os colonos daquele país estavam desejosos de ofertas de empréstimos, embora também houvesse muitas pessoas interessadas em se tornar donos de fazendas, levantando empréstimos. Mas esses empréstimos foram esbanjados em luxo e viagens ao país de origem em vez de serem gastos com discernimento. Entre 1765 e 1772 grandes somas de dinheiro também foram investidas em fazendas de café, mas essas fazendas não conseguiram dar o retorno esperado, possivelmente por causa do método incorreto de plantio, e caíram em estado de abandono⁷. O interesse capitalista, em alguns casos, levou a práticas ignominiosas de especuladores e representantes de casas comerciais, que maquinaram, no Suriname, quedas artificiais dos preços das ações no mercado com propósitos especulativos, abalando a confiança das casas comerciais na Colônia. Essas quedas foram tramadas por meio da divulgação de boatos sobre a iminente ameaça de violência dos quilombolas ou de escravos fugitivos que viviam escondidos nas florestas, dando um retrato tão exagerado do perigo real que o destino da Colônia parecia estar selado. Isto só podia solapar a confiança do público na colonização do país⁸. Quando uma crise no mercado de ações em Amsterdam, em 1773, pôs fim ao crédito disponível para o Suriname, a prosperidade do país foi liquidada. Colonos foram forçados a vender suas propriedades, que passaram para as mãos de credores em Amsterdam. Iniciou-se a época do *propriétaire ausente*. De acordo com o *Essai Historique*, havia apenas oitenta ou noventa colonos que eram residentes no Suriname em 1786, em oposição a um total de quinhentas fazendas no período⁹. Von Sack observou, em

⁷ Wolbers, *op. cit.*, pp. 233, 261, 301 e 311. A. Blom, *Verhandeling over de Landbouw in de Colonie Suriname*. Haarlem, 1785, pp. 195 e segs.

⁸ *Remarques*, p. 65.

⁹ *Essai Historique*, I, p. 146.

1800, que a maior parte dos colonos residiam fora da Colônia¹⁰. De acordo com um registro elaborado em 1813, 297 das 369 fazendas pertenciam, nessa época, a proprietários ausentes¹¹. Esse número diminuiu levemente a partir de então, mas permaneceu, contudo, alto. Lans observa, em 1842, que naquela época a maioria das fazendas pertencia a “sindicatos anônimos ou tinha se tornado propriedade de um certo número de sócios por meio de herança”¹². A alta proporção de acionistas ausentes teve uma influência inibidora na introdução de novas técnicas de produção na primeira metade do século XIX. Os proprietários sentiam-se muito pouco envolvidos na administração de suas fazendas; o principal objetivo era o lucro imediato, e eles não mostravam muita disposição para fazer investimentos de capital. O declínio do Suriname no século XIX – as exportações de açúcar formavam a espinha dorsal da economia da Colônia – é, em grande parte, atribuído a esse comportamento.

¹⁰ A. von Sack, *Reize naar Surinamen*, Haarlem, 1821, I, p. 148.

¹¹ Cf. Teenstra, *Negerslaven*, p. 15.

¹² W.H. Lans, *Bijdrage tot de kennis der kolonie Suriname*. La Hague, 1842, p. 38. A proporção entre proprietários que viviam fora do país e proprietários que viviam no Suriname de 1824 a 1861 era a seguinte:

Número total de fazendas		Pertencentes a proprietários estrangeiros		Administradores Europeus surinameses	
1824	340	268	79%	285	39
1835	267	195	72%	248	40
1861	142	89	63%	77	62

Embora o número de proprietários estrangeiros tenha diminuído proporcionalmente, a maioria das fazendas no Suriname permaneceu, contudo, em mãos estrangeiras e, além disso, fazendas de propriedade de estrangeiros eram maiores do que as dos surinameses. Em 1861, o número de escravos empregados nas 89 fazendas de europeus era de 16 700, enquanto o número empregado nas 53 fazendas de propriedade de surinameses atingia apenas 7 700. Vemos também um aumento regular no número de administradores nascidos no Suriname (inclusive um grande número de mulatos). Em cada um dos três anos acima havia um número de vagas para os administradores. Cf. B. C. van den Ende, *Oud en Nieuw over Surinam's Verleden en Toekomst*. Kampen, 1875, pp. 10/11.

A influência do proprietário ausente na estrutura social foi de longo alcance. Muitos colonos perderam o direito a suas fazendas e tiveram de se considerar felizes por terem sido autorizados a permanecer como administradores de suas antigas propriedades. Os proprietários ausentes eram representados por agentes, os assim chamados *administrateurs* (superintendentes de fazendas), que viriam a se tornar os membros mais importantes da sociedade. Esses *administrateurs* recebiam uma parte generosa dos lucros e usufruíam altos salários. Alguns deles supervisionavam mais de cinquenta ou sessenta fazendas. Wolbers, falando do período em torno de 1775, observa: “O reinado dos colonos caminhava rapidamente para seu fim, enquanto o dos *administrateurs*, que continuou até hoje, se iniciava”¹³.

A ausência dos proprietários de fazendas teve, contudo, outras conseqüências duradouras. Os colonos eram geralmente homens de família. Uma grande quantidade de famílias tinha vindo para o Suriname para ficar, e, ainda que o *animus revertendi* fosse forte, a história do período anterior a 1775 atesta que muitas famílias se estabeleceram definitivamente no Suriname. Nepveu chega a observar uma melhora na estabilidade da população por volta dessa época; isso se manifestava, entre outras coisas, na tendência a dar mais atenção ao embelezamento da cidade e das fazendas, e de cultivar jardins¹⁴. Mas o número de famílias só podia diminuir com a introdução do regime dos *administrateurs* e o fim do período de expansão da área cultivada nas fazendas. Havia mais do que vantagens suficientes na função de *administrateur*. Candidatos à posição de administrador de fazenda, ou “feitor branco”, como os supervisores de fazendas eram chamados, podiam ser recrutados em uma variedade de grupos tais como

¹³ Wolbers, *op. cit.*, p. 312. Em relação aos *administrateurs*, cf. também *Essai Historique I*, pp. 164 e 169, e Teenstra, *De Negerlaven*, p. 12. Teenstra fala das malversações vergonhosas por parte dos *administrateurs*, que enganavam seus empregadores.

¹⁴ Nepveu, MS.

ex-soldados e estrangeiros, ou aventureiros que tinham vindo tentar a sorte além-mar. Eles eram na maioria solteiros, e estavam, portanto, mais aptos a fazer fortuna no menor tempo possível, e depois deixar novamente o país. Uma conseqüência disso foi que o Suriname, como muitas outras colônias de exploração, teve que enfrentar a escassez de mulheres européias.

Mesmo nos primeiros tempos, a proporção entre os dois sexos era muito desfavorável, mas, depois de 1775, o equilíbrio foi ainda mais alterado. A sociedade e a vida social eram dominadas por homens – e se desenvolveram em uma sociedade tipicamente masculina. Von Sack escreve que, no início do século XIX, “há pouca mistura social entre os residentes, pois os colonos mais importantes, que costumavam viver na cidade, deixaram a Colônia, e aqueles que ficaram para trás são na maioria homens solteiros”¹⁵. Os *Administrateurs* não gostavam de ver seus intendententes se casarem; estes eram, ainda no século XIX de acordo com Teenstra, freqüentemente ameaçados de demissão se declarassem sua intenção de se casar. Nos primeiros tempos, uma preferência semelhante pelo envio de homens solteiros para o Suriname era demonstrada pelo Exército. Numa carta do Suriname enviada aos diretores da sociedade, pedia-se que não mandassem oficiais casados para o país (20 de agosto de 1769)¹⁶. A escassez de mulheres brancas contribuiu para outro fenômeno tipicamente colonial, a saber, o *concubinato*. Por causa da falta de um número suficiente de famílias organizadas com base em fortes laços familiares, a tendência individualista da sociedade do Suriname tornou-se mais forte. Já observamos que havia uma tradição cultural fraca, mas que certos costumes coloniais evoluíram, ganhando a adesão de sucessivas gerações. Uma das características mais marcantes, que acentuava a falta de compromisso

¹⁵ Von Sack, *op. cit.*, p. 148.

¹⁶ Teenstra, *Neger-slaven*, p. 25. F. Oudschans Dentz, *Geschiedkundige aantekeningen over Suriname en Paramaribo*, Paramaribo, 1912, p. 47.

com a tradição, era a falta de compromisso com a religião ou com a lei. Essa característica foi observada muito tempo antes que a colônia perdesse seu caráter de colônia além-mar no sentido estrito da palavra. A sociedade era composta – e gradualmente veio a ser ainda mais – de um grande número de indivíduos que haviam brotado no país, vindos de diferentes partes do mundo, para se estabelecerem num ambiente tropical, com o objetivo de fazer fortuna a qualquer custo. Havia um fraco espírito social, e as pessoas cumpriam seus deveres de cidadãos a contragosto, exceto no que dizia respeito a funções honorárias, para as quais havia muita concorrência, embora alguns relutassem em assumir até mesmo essas funções.

Em oposição a esse grau extremo de individualismo, havia uma forte tendência à formação de grupos exclusivos. Estes se formavam com base em interesses comuns, embora, algumas vezes, antes em aversões comuns. O grupo dos inimigos influentes do governador Mauricius, por ele chamado “a cabala”, ficou na história. Continuou a dominar o cenário histórico durante o governo de Wigbold Crommelin e a tornar a tarefa de governar o país impossível e ingrata¹⁷. A falta de religiosidade é especialmente evidente na baixa freqüência aos serviços religiosos, um fenômeno chocante em vista da devoção que em geral prevalecia no século XVIII. Mauricius relata que, apesar das admoestações do pastor, realizou-se um baile às vésperas da Santa Comunhão na casa de uma das mais importantes residentes, uma viúva, ao qual compareceram inúmeros cidadãos muito distintos e que se transformou num caso muito turbulento. Esse fato foi justificadamente aceito como prova do fraco espírito religioso da sociedade, que é ainda mais chocante se compararmos a colônia do Suriname com outras colônias protestantes do norte do continente americano¹⁸. A freqüência

¹⁷ Wolbers, *op. cit.*, p. 209.

¹⁸ Wolbers, *op. cit.*, p. 186.

com que o edito, estimulando a observância do Sabá foi reeditado, por exemplo, mostra quão negligentes as pessoas eram em respeitá-lo. Na primeira metade do século XIX, esse edito foi publicado pelo menos uma vez a cada cinco anos, e depois disso também foi considerado necessário editá-lo repetidamente. A necessidade de chamar constantemente a atenção das pessoas para esse regulamento, demonstra igualmente quão fraco era o poder da lei sobre os cidadãos do Suriname. Outros artigos da lei precisaram ser promulgados várias vezes seguidas, e o desleixo dos residentes em observá-la é evidente no preâmbulo de todos eles. O código moral tinha, da mesma maneira, pouco poder de adesão e não era apoiado pela influência de uma opinião pública forte. Vestígios desbotados da moral calvinista da metrópole só eram discerníveis no conjunto em reações individuais de poucos membros da sociedade. Mesmo clérigos vivendo em concubinato não representavam uma impossibilidade¹⁹.

A sociedade colonial era marcada por fortes contrastes. Numa sociedade tão sem tradição como esta, havia uma tendência a aderir a uma hierarquia social estrita. O aristocrático princípio de classe da Regência Holandesa mantinha-se nas relações sociais de além-mar. Havia, por outro lado, maior mobilidade social no Suriname. Apenas a riqueza era capaz de dar a uma pessoa uma posição social bem mais elevada. Há diversos exemplos de pessoas que vieram para a Colônia como soldados e que rapidamente fizeram fortuna por meio de trabalho árduo ou de sorte. Não obstante essa mobilidade, a hierarquia social era aceita com a máxima rigidez, tanto mais que em uma sociedade pequena como essa, ela estava sob constante ameaça. Havia uma rígida distinção de classes. Herlein, escrevendo sobre o período anterior a 1772, relata que mesmo naquela época havia um cemitério separado para os funcionários mais antigos da sociedade²⁰. Por volta de 1770,

¹⁹ Stedman, *op. cit.* I, p. 30; Staehelin, *op. cit.* III, 2, p. 93.

²⁰ Herlein, *op. cit.*, p. 47.

dois clubes diferentes são mencionados, enquanto Nepveu escreve que os “cavalheiros do governo (agora) têm um clube separado”²¹. A divisão em clubes diferentes continuou até o século XIX. Beyer refere-se a três clubes ou “sociedades fechadas” – um para funcionários antigos do governo, colonos e *administrateurs*, outro para funcionários subalternos, comerciantes e capitães navais e “demais membros da burguesia”, e um terceiro para oficiais (1823). Além desses, os judeus tinham seu próprio clube independente²².

Mesmo na formação das lojas maçônicas, que eram encontradas em toda parte no Suriname em meados do século XVIII e que exerceram forte influência sobre a vida intelectual, a distinção de classes era mantida. Teenstra escreve sobre a “grande e desencorajadora distância em que são mantidos no Suriname o governo e outros funcionários e os demais que ocupam uma posição humilde”. Separados de seus amigos e conhecidos, os pobres levavam uma vida de aflição e penúria²³.

Nas fazendas a hierarquia também era rigidamente imposta. Os feitores brancos eram deliberadamente mantidos à distância pelos administradores, embora estes tivessem começado suas carreiras como feitores. Já em 1842, Lans compara a situação prevalente nas fazendas àquela um navio de guerra²⁴.

A falta de refinamento parece não ter sido obstáculo para admissão na classe mais elevada – a classe dos funcionários do governo, dos colonos, *administrateurs* e de alguns cidadãos particulares, muitos dos quais médicos e práticos. Numerosos colonos e *administrateurs* tinham ascendido do grupo de feitores de fazenda, que era composto por pessoas de formação social e cultural muito divergente. O quadro que vários dos escritores sobre o Suriname apresentam desses administradores e feitores brancos não é muito lisonjeiro.

²¹ Nepveu, MS.

²² Beijer, *op. cit.*, p. 79.

²³ Teenstra, *De Negerslaven*, p. 38.

²⁴ Lans, *op. cit.*, p. 37. Teenstra, *De Negerslaven*, p. 23.

A Lei da Colonização, da qual Van Sommelsdijck redigiu numerosos regulamentos em relação à administração de fazendas em 1686, “por conta das violações e irregularidades cometidas por feitores e outros empregados”, oferece informações adicionais sobre as condições prevalecentes nas fazendas. Os empregados eram ameaçados várias penalidades “por servirem a seus senhores de mau humor desrespeitoso e tratá-los de maneira imprópria ou dirigir-lhes palavras injuriosas”, ou “por ameaçarem” ou baterem em seus senhores (artigo 6). A penalidade para a primeira ofensa era o “confisco de três meses” de salário, enquanto a segunda era punida “de acordo com a gravidade da ofensa”. Essa lei foi constantemente reconfirmada em conseqüência de queixas sobre a falta de disciplina nas fazendas²⁵. Quando, em 1784, ela foi novamente promulgada, uma admoestação para que os feitores “não ameaçassem ou agredissem” seus subordinados “nem usassem linguagem chula e irreverente, que pudessem provocar a ira de tais empregados” foi apensa ao sexto artigo.

Podemos presumir que, sem dúvida, havia muitos indivíduos cruéis e rudes entre os administradores e feitores brancos, embora seja preciso ter cautela para não generalizar demais.

Por volta de 1830, o padrão dos administradores e feitores brancos melhorou. Eles já não eram recrutados nas fileiras de soldados e marinheiros, mas muitos jovens de famílias respeitáveis foram para a Colônia para trabalhar nas fazendas. Isto resultou em uma melhora considerável no relacionamento entre administradores e feitores, embora um grande número de administradores do antigo estilo que mantinha seus subordinados à distância e os tratava apenas com benevolência ainda tenha permanecido²⁶. Pode-se dizer que houve um declínio no conjunto do padrão cultural quando a Colônia veio a ser

²⁵ Revisto nos anos de 1695, 1725, 1760, 1761, 1781 (Cf. *Plakkaten* etc.).

²⁶ Teenstra, *De Neger-slaven*, p. 18. Lans, *op. cit.*, p. 37.

habitada mais por pessoas individualmente do que por famílias estreitamente ligadas. Próximo ao final do século XVIII, a situação começou a melhorar um pouco nesse aspecto. Uma melhora marcante no padrão cultural seria observada após 1830.

O reflexo na Colônia das noções aristocráticas mantidas por patrícios holandeses também é discernível na organização política. Até a segunda metade do século XIX, a vida política era totalmente dominada pelos interesses de colonos e *administrateurs*. Na Carta outorgada à Companhia das Índias Ocidentais pelos Estados-Gerais estipulava-se que a administração da Colônia devia ser confiada a um governador assistido por um conselho político.

O governador era obrigado a consultar o conselho sobre questões de importância e a implementar todas as resoluções aprovadas pelo conselho com pluralidade de votos (artigo XX). Os membros do conselho político, chamado *Hof van Politie* (Corte de Polícia) e posteriormente *Hof van Politie en Crimineele Justitie* (Corte de Polícia e Justiça Criminal), eram selecionados entre um número de pares eleitos com “uma maioria de votos” por “todos os membros da população colonial”, e designados pelo governador. De acordo com a Carta, eles tinham que ser escolhidos “das fileiras dos cidadãos mais proeminentes, judiciosos e prudentes da Colônia”. Os conselheiros da *Hof van Politie* eram designados vitaliciamente (artigo XIX). Podemos imaginar a importância do poder exercido numa pequena comunidade por este conselho político, que, de acordo com o artigo XXII, era também encarregado da administração da lei criminal. Os casos de lei civil eram julgados por uma *Hof van Civiele Justitie* (Corte de Lei Civil). Seus membros eram igualmente designados pelo governador, mas indicados a partir de um número de pares pela *Hof van Politie*. Eles deviam também ser “cidadãos proeminentes e judiciosos”; ser membro da *Hof van Politie* e da *Hof van Civiele Justitie* não era mutuamente exclusivo. Todos os residentes da colônia tinham o direito de votar, mas o sistema

de votação era tão aristocrático quanto o da República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, sendo elegíveis apenas membros da classe governante e das classes abastadas. Na prática, a eleição equivalia a cooptação. Os cidadãos menos importantes eram dependentes dos colonos e *administrateurs* ricos e poderosos e concordavam em ser guiados por suas vontades. Em uma comunidade pequena como essa era perigoso ignorar as vontades e desejos desse grupo²⁷.

O poderoso grupo dos colonos opunha-se freqüentemente ao governador e seus funcionários, que representavam os interesses da sociedade em relação aos colonos. No que se refere à sociedade, a Colônia era uma empresa rentável que tinha dar lucro.

Os interesses dos habitantes da Colônia vinham depois dos da sociedade; ambos estavam com freqüência em conflito. Especialmente a questão da tributação e a regulamentação do pagamento de contribuições para a guarnição eram objeto de constantes discussões, pois o ponto em questão era a determinação dos respectivos valores da contribuição a ser paga pela sociedade e pelos residentes da Colônia para a defesa do país.

O tratamento dos escravos e sua punição constituíam outro sério ponto de controvérsia. Em muitos casos, os governadores que tinham opiniões mais humanas sobre esse tema se opunham aos donos de escravos, que tendiam a aplicar as mais rigorosas punições quando necessário, ou que protegiam escravos que tinham cometido as mais aterradoras atrocidades. Além disso, a grande liberdade de que os governantes usufruíam era uma fonte de aborrecimentos para os colonos, que faziam repetidos esforços para restringi-la.

No *Verzoekpunten van Redres* (Requerimento de Itens para Compensação) submetido, em 1753, ao governo da metrópole pelos “colonos e habitantes” depois das dificuldades que emergiram durante

²⁷ Cf. Hartsinck, II, p. 623, para o texto da Carta.

o governo de Van Mauricius, foi feito um requerimento para a introdução de um regulamento oficial proibindo os governadores de promulgar leis ou estatutos sem a cooperação dos membros da *Hof*. Esse requerimento não foi deferido pela princesa Regente, e o governador manteve seus direitos anteriores em conformidade com as resoluções aprovadas pelos Estados-Gerais em 8 de junho de 1740 e 17 de julho de 1747²⁸.

Conseqüentemente, desde os primeiros dias da colonização, havia dois partidos: o do governador e o dos colonos. Os colonos e seus partidários faziam oposição ao governador e seus defensores, sendo os últimos não menos dependentes dele, embora por tomarem seu partido tenham se tornado ainda mais dependentes com receio de ocuparem uma posição isolada demais no futuro. Na primeira metade do século XIX, houve alguns governadores, é verdade, que tomaram o partido dos colonos e se opuseram à opinião pública dos Países Baixos sobre a questão da abolição da escravidão. Mas esses se alternavam com governadores que, como no passado, foram antagonizados por um grupo denominado “cabala”, com qual se desentenderam, especialmente por causa de suas opiniões liberais em relação à escravidão.

A estrutura administrativa do Suriname continuou como estipulado pela Constituição de 1682 até o fim do interregno britânico. Entretanto, a natureza oligárquica do sistema foi intensificada pela ordem sobre a política governamental promulgada após a fundação do reino dos Países Baixos em 1816. A *Hof van Politie* foi mantida, estipulando o artigo 26 que seus membros tinham de ser eleitos “entre os mais proeminentes, competentes e prósperos cidadãos de boa reputação que são proprietários de fazendas e que por essa razão estão mais preocupados com a prosperidade da Colônia”. O privilégio a respeito dessa *Hof* foi abolido sem o mínimo protesto por parte dos cidadãos. Dos nove membros da *Hof* um renunciava a seu posto a cada

²⁸ Hartsinck, II, *Verzoekpunten van Redres*, pp. 817 e 874.

ano, sendo essa pessoa indicada por votação secreta. A própria *Hof*, designava, então, três novos candidatos, dos quais o governador escolhia um (G. B. 1.816, nº 2). A *Hof*, contudo, era privada de sua competência em relação à administração da lei criminal, e suas atividades deveriam, no futuro, ser limitadas a questões políticas. Todavia, até a fundação de uma *Hof van Justitie* (Corte de Justiça), a *Hof van Politie* permaneceu temporariamente encarregada da administração da justiça criminal. O governador manteve seus amplos poderes anteriores. Ele era livre para submeter questões à *Hof van Politie* a seu critério, sendo-lhe exigido apenas submeter à *Hof* as ordenações e leis que incluíam disposições penais ou estipulavam impostos.

O termo “colonocracia” foi algumas vezes justificadamente usado com referência ao Suriname²⁹. Esse sistema político prevaleceu até a introdução da Constituição de 1865, embora os interesses dos colonos tenham continuado a dominar o cenário político por muitos anos desde então. A administração da Ordem da Colônia promulgada em 24 de julho de 1828 (G. B. nº 3) pelo Conde Van den Bosch, que temporariamente eliminou a influência dos proprietários de terras sobre a administração geral, teve vida curta. Em 9 de agosto de 1832 (G. B. nº 13) uma série de regulamentos para a reorganização administrativa foi promulgada, dando provimento à instituição de um Conselho de Estado sob a presidência do governador. Esse conselho era composto pelo procurador-geral, o *Administrateur van Financiën* (diretor de Finanças), e seis cidadãos proeminentes, “alguns deles donos de terras residentes na Colônia e alguns agentes de proprietários ausentes”. Portanto, foi criado um lugar especial para *administrateurs*. Mas eles terminaram por obter controle total – durante todo o período de sua existência o Conselho de Estado nunca contou com um único dono de terra residente na Colônia entre seus membros³⁰.

²⁹ *Enc. W. I.*, p. 122.

³⁰ *Enc. W. I.*, p. 122.

Novos membros do conselho eram escolhidos pelo governador entre séries de três indicados pelo próprio conselho. A posição do governador foi novamente reforçada, recebendo ele amplos poderes de arbítrio quanto a submeter ou não questões à discussão do conselho. Os *administrateurs* exerciam, contudo, influência considerável na política governamental na Colônia.

Um exame do período entre 1682 e 1866 mostrará que havia, de um lado, um governador investido com poderes autocráticos e, de outro, um pequeno grupo de pessoas proeminentes que dominavam completamente o cenário colonial. Uma perigosa combinação de poderes Legislativo e Executivo e – até a introdução das regulamentações para a organização administrativa em 1815 – a combinação da administração da justiça com esses dois, contribuiu para uma situação em que a injustiça, a arbitrariedade e os interesses pessoais tinham livre trânsito. Existem incontáveis exemplos disso nos anais do Suriname. Apenas os sábios e os isentos são capazes de exercer apropriadamente um poder tão irrestrito. Mas a natureza dos colonos tornava-os principalmente desqualificados para a pesada responsabilidade colocada sobre seus ombros.

Capítulo III

O estabelecimento como colônia escravocrata

As linhas gerais da sociedade do Suriname traçadas até agora são típicas de todas as sociedades coloniais tropicais. A ausência de um forte apego ao solo, o *animus revertendi*, a pouca tradição, o frouxo controle exercido pelas leis e convenções, o caráter secular de um grupo de pessoas originárias de uma metrópole protestante, a rápida ascensão de um pequeno número de indivíduos, combinada, ao mesmo tempo, com uma hierarquia social restrita que é a cópia fiel da sociedade de classes de além-mar – todas essas características são igualmente encontradas nas colônias tropicais de outras nações no decorrer dos séculos. O Suriname adquiriu numerosas características especiais além das acima mencionadas – como todas as colônias do Novo Mundo – em virtude do fato de ter sido uma colônia escravocrata.

A instituição da escravidão é um fenômeno tão importante numa sociedade, que atribui um caráter especial à estrutura daquela sociedade e à personalidade de seus habitantes. Raynal, que foi provavelmente o primeiro a tentar construir a sociologia colonial, discute em sua *Histoire Philosophique et Politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les Deux Indes* a índole dos europeus nas colônias das ilhas das Índias Ocidentais¹. No conjunto, o quadro que esse autor apresenta do caráter dos europeus é favorável: são valentes, hospitaleiros e intelectualmente ágeis e vivazes. A opinião de Raynal sobre as mulheres

¹ T. Raynal, *Histoire Philosophique et Politique des Établissements et du Commerce des Européens dans les deux Indes*. Amsterdam, 1773, IV, p. 198 e segs.

não é tão favorável: embora confiáveis, elas são ciumentas e indolentes. Todavia, o que mais distingue os colonos brancos da maioria das pessoas nascidas e criadas na Europa é a influência da escravidão sobre sua personalidade. A submissão dos escravos à sua vontade conduz ao desenvolvimento, desde a mais tenra infância, de uma vaidade extrema e de uma arrogância desmesurada que os torna impopulares com os demais.

A descrição dos habitantes brancos do Suriname feita por Nepveu, em suas *Annotatien*, corresponde em muitos aspectos ao quadro apresentado por Raynal. Observa que alguns atribuem “a diversidade de idéias que é freqüentemente notada ali” ao fato dos colonizadores serem de nacionalidades diferentes e prossegue dizendo que algumas pessoas

atribuem isto igualmente ao clima, entre outras coisas, e mais especialmente ao seu domínio e poder absolutos sobre os escravos, mas também ao caráter submisso e servil exigidos dos últimos por todos os brancos, o que geralmente produz uma certa arrogância. Desprezam todo tipo de sujeição e isso parece exercer influência especialmente sobre os nascidos no país que, tendo sido acostumados a tal poder e glória absolutos desde a infância são mais arrogantes e extravagantes².

A escravidão despertou um grau de arrogância nos colonos que faz o autor das *Remarques* observar: “O mais vil colono do Suriname se julga igual ao governador e aos ministros da sociedade. Daí as intrigas e o ódio contra as pessoas da administração³.”

O retrato dos colonos brancos que Nepveu apresenta não é de todo desfavorável. Os autores do *Essai Historique* e o nobre prussiano Von Sack também sublinham diversas qualidades positivas dos colonos⁴.

² Nepveu, MS.

³ *Remarques*, p. 13.

⁴ *Essai Historique* II, p. 59. Von Sack, *op. cit.*, I, p. 150.

Mas além dessas, há uma quantidade de características marcadamente negativas, tal como a arrogância a que se referiram Nepveu e Raynal. Sem dúvida, o espírito de insubordinação entre os cidadãos mais proeminentes é, em boa medida, responsável pelas dificuldades políticas que emergem no governo de Mauricius e também no de seus sucessores. Ainda assim, a arrogância era apenas um defeito insignificante em comparação com o amor ao ócio, a crueldade dos proprietários de escravos e a perda de respeito por seus semelhantes.

Desde os primórdios da colonização, a questão do controle dos escravos foi o problema predominante. Não só as relações internas, mas também o relacionamento com a metrópole eram, em grande parte, determinados por ela. As primeiras disputas sérias entre os colonos e a sociedade surgiram em relação ao problema do tamanho da guarnição. Desentendimentos entre os colonos e a sociedade referentes às contribuições que deviam ser pagas pelos colonos para a defesa da Colônia eram comuns desde 1712, quando uma esquadra francesa sob o comando de Cassard atacou a Colônia⁵. A sociedade acreditava ser responsável apenas pelos custos da defesa externa, e que não estava comprometida com a proteção pessoal dos colonos “contra sua própria massa de escravos; quer dos escravos ainda em sua posse, quer dos fugidos”, como escreve Nepveu. Os colonos, motivados pelo “medo da massa de escravos”, exigiram o fortalecimento da guarnição e consideraram a sociedade responsável pelos custos⁶. Isto deu origem a discussões infundáveis.

Esse temor das massas de escravos fornece a chave para uma compreensão da colônia escravocrata. O número de residentes brancos nunca alcançou mais de 7% do número de escravos em tempo algum durante o século XVII ou nos séculos subsequentes; em 1738, a

⁵ Wolbers, *op. cit.*, p. 94 e *passim*.

⁶ Nepveu, MS.

proporção entre brancos e escravos era de 1:25, enquanto em 1839, quase um século depois, era de 1:20. A distribuição territorial dessas proporções em 1787 era: em Paramaribo 2:7, e, nos distritos, não mais que 1:65. Os soldados da guarnição, cujo número variava muito de uma época para outra, não eram considerados nesses índices. Em alguns períodos, a guarnição contava com menos de 300 soldados, embora este fosse considerado o mínimo. Mas, em outras épocas, como em 1773, quando o Suriname dispunha de uma força com mais de 2.300 soldados treinados, havia um grande contingente militar presente na Colônia para a campanha contra os escravos fugidos⁷. A média de soldados durante os diferentes períodos chegava a aproximadamente seiscentos. Esta ainda era a proporção no século XIX; em 1825, o contingente total era de 873 homens, mas em 1833 a guarnição compreendia novamente 620 soldados⁸. Todavia, a força da guarnição raramente era suficiente para dar aos colonos um sentimento de segurança, especialmente quando a Colônia era ameaçada por um ataque invasor estrangeiro. Além disso, a guarnição disponível era distribuída entre Paramaribo e os distritos, de modo que seu poder de defesa era consideravelmente minimizado.

O relacionamento entre negros e europeus estava condicionado ao medo.

A proporção entre os dois grupos, que era tão desfavorável para o setor branco da população, foi um problema a partir da colonização. Mesmo no governo de Van Sommelsdijck, foi publicada uma lei que estipulava que para cada dez escravos devia ser designado, em todas as fazendas, um feitor branco (lei datada de 24 de janeiro de 1864). Essa lei foi reeditada muitas vezes. Em 1692, a administração estipulou a designação de apenas um feitor para cada grupo de vinte escravos; mas,

⁷ Cf. *Enc. W. I.*, p. 423.

⁸ Teenstra, *Landbouw* II, p. 91.

em 1788, a proporção de dois europeus para 25 escravos foi novamente considerada necessária. Esses regulamentos não eram rigidamente cumpridos, não só por razões econômicas, mas, também, porque era difícil recrutar feitores brancos adequados para as fazendas. A Ordenação da Colônia incluía um regulamento referente ao número de brancos nas fazendas mesmo em sua última promulgação. Em 1839, todavia, foi necessário promulgá-la novamente, a fim de estabelecer penalidades especiais para aqueles que não empregassem o número prescrito de feitores brancos em suas propriedades. Este é um dos sintomas reveladores do medo contínuo da massa de escravos até pouco antes da emancipação.

Os proprietários brancos estiveram sempre conscientes da proporção desfavorável. Ficavam algumas vezes surpresos diante da humilde submissão de um grande número de homens fortes a um punhado de europeus. Um relatório oficial de 1828 fala do

extraordinário fenômeno de centenas de homens que se submetiam a ser empurrados para os campos por uma só pessoa a fim de mourejarem sem pagamento, sendo os frutos de seu trabalho utilizados unicamente em benefício do proprietário.

Um fenômeno que só pode ser explicado, de acordo com o autor do relatório, o ex-governador Vaillant, bem informado sobre esse fato de que “o escravo está acostumado a olhar para seu amo como uma criatura pertencente a uma ordem superior, a quem ele deve obediência incondicional”⁹.

Apesar disso, os senhores viviam sempre involuntariamente com medo, um medo que precisava de pouco para se manifestar, associado a sintomas de pânico. Pois, embora o escravo encarasse seu amo como

⁹ Public Record Office: *Adviezen van de Commissie tot de zaken der Protestantsche Kerken in Nederlandsch Oost en West-Indië* (Colonial Records after 1816, nº 666).

uma criatura pertencente a uma ordem superior, este sabia que, apesar da atitude servil de seus escravos, eles nutriam uma hostilidade latente que podia irromper em atos de violência nos momentos mais inesperados. As rebeliões de escravos eram o pesadelo constante dos senhores brancos.

Em fevereiro de 1750, um certo Amand Thomas e seu escrevente foram mortos por alguns escravos de sua fazenda Bethlehem; toda a força escrava, liderada pelos assassinos, fugiu para a floresta. Havia igualmente um clima de desassossego em algumas fazendas da vizinhança. Os fugitivos foram capturados e levados para a cidade, onde foram sentenciados e executados. Nas anotações relativas ao dia 13 de março de 1750 do diário de Mauricius lê-se:

A execução dos escravos de Thomas ocorreu à tarde – três, inclusive Gallien, que assassinou o escrevente, e um negro de Thumelaar, foram enforcados, tendo sido suspensos por um gancho de ferro enroscado em seus flancos; três, inclusive um de Lespinasse, foram torturados na roda; dois queimados no poste, dois enforcados e vinte esquartejados, dos quais dois decapitados.

Essa foi a primeira sessão de uma execução em massa. Em 15 de março, Mauricius escreve sobre essa mesma execução:

É um problema que nenhuma quantidade de sabedoria humana poderá definir, a saber, se a recente execução, não importa quão justa, não fez mais bem do que mal (*sic*), pois o terror engendra ao mesmo tempo amargura; e alguns dos juízes revelam demasiada irritação e emoção, de modo que é necessário demonstrar que enquanto o culpado é severamente punido, o inocente nada tem a temer.

O medo e a incerteza dessa época levaram novamente a explosões de ódio e crueldade. O julgamento continuou. Mauricius advertiu contra

novas punições, a menos que elas fossem executadas secretamente nas fazendas. Os membros da *Hof* não deram atenção à sua advertência, pois, como escreve o governador: “seus ânimos haviam sido superexcitados”. E acrescenta, apreensivamente: “Tudo estaria bem se pudéssemos, pelo menos, ter um número suficiente de europeus e estar seguros da superioridade de nossa força”. De acordo com essas palavras, medo e sentimento de insegurança, embora também, sem dúvida, consciência culpada resultante da execução atroz dos dias precedentes, deram origem a uma dessas irrupções de pânico que são características das colônias escravocratas e foram recorrentes. Depois que algumas pederneiras praticamente inúteis foram encontradas, em 14 de março, nas cabanas de alguns escravos – por informação de uma escrava que, depois de uma briga traiu o homem com quem estivera vivendo – a intranqüilidade se transformou em pânico. Mauricius, que em nenhum momento perdeu a lucidez, descreve vivamente a situação:

Toda Paramaribo está mais uma vez em estado de alarme devido a uma conspiração imaginária de escravos que supostamente estaria para estourar esta noite, de acordo com as suposições de algumas velhas esposas. O fato de uma grande árvore de algodão, próxima do terreno da execução, ter pegado fogo, é encarado como um mau presságio. Uma verdadeira comoção mechliniana! Todos ficam de vigília, patrulhando as ruas. Mesmo o senhor Theher percorreu as ruas no meio da noite com uma espingarda a tiracolo, enquanto eu pacificamente fui para a cama na hora de costume. Van de Schepper, que, como capitão, estava de guarda, provocou uma grande movimentação com as patrulhas e comandos. (*Diário*, 17 de março).

No entanto, parece não ter havido razão para alarme, e a excitação cessou gradualmente.

Esse incidente oferece um excelente exemplo do modo como o medo pode aumentar e dar origem ao pânico. Esta não havia sido,

contudo, uma ocorrência incomum. Em 1763, houve uma rebelião de escravos na vizinha colônia de Berbice que quase a extinguiu, dando origem a uma atmosfera de pânico nos territórios adjacentes e nas ilhas das Índias Ocidentais¹⁰. Uma grande quantidade de proprietários de fazendas e suas famílias foram brutalmente massacrados nessa ocasião, e o governo esteve a ponto de evacuar a colônia e abandoná-la aos escravos.

As notícias da rebelião provocaram considerável excitação em Paramaribo. O estado de espírito que prevalecia na época está bem refletido numa carta datada de 31 de agosto de 1763 e escrita por Schmidt, um missionário morávio que acreditava, em vista da situação, ser talvez aconselhável para a Missão retirar-se temporariamente do Suriname, pois havia igualmente uma considerável tensão entre os cidadãos. Schmidt relata:

Es ist das Raisoniren unter Militär und Bürgern so laut, dass einem nicht Wohl ist, es an zuhören. Wir sind auf die Gedanken gekommen ob's nicht gut wäre, wenn wir wenigstens diesen Ort auf eine paar Jahre (verliessen und) in Abwesenheit zusähen, wo es hinaus geht. E continua: Es ist wahr, dass es confus genug (aussieht, als ob es) zu einer Empörung oder rebellion kommen wollte, nicht allein von Seite der Neger, deren Tausend von dort hier her gebracht werden täglich zum verkaufen und noch einige Schiffsladungen voll nächstens zu erwarten sind, sondern auch von den übrigen Menschen, die sowolhl deshalb als auch mancher anderer Ursache wegen der Desperation nahe sind, so dass, wenn was geschehen sollte, jedermann glaubt, dass es hier ein bisschen ärger gehen würde als es in Berbice gegangen, obgleich es schlecht genug (gegangen) ist. Indess haben wir uns unserm lieben Herrn empfohlen¹¹.

¹⁰ Para uma descrição da rebelião de escravos em Berbice, ver Hartsinck, *op. cit.* I, p. 369.

¹¹ Staehelin, *op. cit.*, II, 3, p. 293.

O medo dos colonos manifestava-se de muitas formas diferentes. Um sintoma concomitante era o ressentimento contra a administração, com a qual tiveram uma longa disputa acerca das medidas de segurança necessárias. A situação tornou-se tal que a administração foi forçada a editar uma lei proibindo a disseminação de rumores perigosos. Essa curiosa lei nos dá, ao mesmo tempo, uma visão da verdadeira disposição dos escravos em relação a seus senhores – eles chegaram a expressar em canções com perverso deleite os acontecimentos na colônia de Berbice.

Como a *Hove van Politie en Crimineele Justitie* (Corte de Polícia e de Justiça Criminal) soube com grande desprazer que discussões são mantidas diariamente sobre as circunstâncias dos acontecimentos de Berbice das colônias vizinhas e seus governos, que não somente são contrárias à verdade, mas que, além disso, almejam simplesmente difundir, como se fossem verdadeiros, fatos que poderiam estimular pessoas perversas a cometer atos que de outra maneira nunca lhes ocorreriam, sendo isto pernicioso num país como este, onde a lei e a ordem devem ser escrupulosamente mantidas, especialmente entre os escravos, foi com base nessas considerações que a acima mencionada *Hove* julgou a matéria e considerou conveniente proibir todas as pessoas de espalharem boatos maliciosos e ordenar-lhes que impedissem que seus escravos cantassem ou falassem sobre a supracitada Colônia de maneira a revelar sua malevolência ou inclinações rebeldes e prazer com as adversidades dos europeus e puni-los por fazer isso, advertindo a todos que ficassem certos de que este governo tomará precauções, ou seja, processará quaisquer pessoas que ajam contra esta resolução da *Hof*'s e as punirá como agitadoras de acordo com as circunstâncias (lei de 20 de abril de 1763).

Esta lei foi uma tentativa de conter o pânico que ameaçava irromper. Era dirigida às pessoas ansiosas com intenção de tranquilizá-las e aconselhá-las a ter confiança na administração. O temível conceito de “rebelião de escravos” é sugerido, mas não mencionado explicitamente.

Uma rebelião geral de escravos jamais ocorreu na colônia do Suriname, embora tenham acontecido revoltas isoladas de grupos de escravos nas fazendas. A razão de tal rebelião geral não ter ocorrido foi porque, desde um estágio anterior em diante, os escravos fugitivos se dirigiam para selva impenetrável, e porque todos os casos de insatisfação generalizada em um grande grupo de escravos culminavam em sua fuga para a selva, quase sempre depois de matar o fazendeiro. Ali encontravam seus companheiros de adversidade e fundavam quilombos. Embora, por um lado, a possibilidade de se libertarem da servidão escapando para floresta evitasse rebeliões amplas do tipo descrito nos anais de outras colônias escravagistas, por outro lado, os fugitivos, ou quilombolas, freqüentemente levavam o país à beira do desastre e intensificavam o medo e a insegurança dos colonos. Além dos ataques, os escravos fugidos forçavam o governo a organizar dispendiosas campanhas contra eles, apesar dos rumores sobre suas atividades que eram freqüentemente espalhados por especuladores inescrupulosos no mercado de ações de Amsterdam, como mencionado acima, também causarem grande dano ao crédito da colônia. As ameaçadoras sombras negras de quilombolas emergindo da selva eram o pesadelo mais aterrador dos fazendeiros das margens superiores dos rios.

Mesmo na época da ocupação britânica, os escravos procuravam abrigo na floresta e ali fundavam quilombos, de onde partiam para a guerra contra os colonos. Especialmente após a invasão francesa, em 1712, quando muitos escravos procuraram refúgio na selva, seu número aumentou velozmente. Prêmios oferecidos pela captura de escravos e punições severas para os fugitivos (em 1712 a fuga era punida com a morte) malograram em pôr um fim à situação.

Por volta de 1770, o número de quilombolas foi estimado entre 5 mil a 6 mil indivíduos. Inúmeras expedições foram organizadas contra eles, tanto por particulares como pela administração, mas não conseguiram terminar com seus ataques. Além disso, um número cada

vez maior de fugitivos se unia a eles¹². O governador Mauricius resolveu, portanto, concluir com os quilombolas um acordo de paz que os reconhecia como pessoas livres, contanto que cessassem as hostilidades e suspendessem novas fugas¹³.

Em 1749, o primeiro tratado foi concluído com um grupo de 1.600 negros cujo chefe era Adoe. Este foi seguido, em 1769, por outro tratado com um grupo muito importante de negros do mato (*boschnegers*) além de Auka chamado Djuka devido ao rio Djuka, e a paz foi concluída. Esse tratado, por sua vez, foi acompanhado em 1769 pela conclusão de mais um acordo com um grupo de negros conhecidos como Saramaccan. Contudo, novos grupos fugiam constantemente, e algumas vezes parecia que a paz com os “boschnegers pacificados” ameaçava ser perturbada. Por volta de 1772, o número de fugitivos tornara-se tão elevado que o destino da Colônia ficou indefinido mais uma vez. O pânico irrompeu novamente. O grupo mais perigoso era constituído por uma força de escravos fugidos no rio Cottica. Stedman, que em 1773 participou como capitão de uma expedição em busca de fugitivos chefiada pelo coronel Fourgeoud, escreve que, em 1772, os “rebeldes do Cottica” quase infligiram à colônia o “golpe final”.

Naquele período tudo era horror e consternação; nada a não ser um massacre geral era esperado pela maioria dos habitantes, que fugiram de suas fazendas e se aglomeraram na cidade de Paramaribo em busca de proteção¹⁴.

Naquela época, a administração modificou sua política em relação aos fugitivos. Não foram mais concluídos tratados, mas decidiu-se decretar guerra contra eles. Em 1772, foi criada uma unidade de soldados negros, formada por escravos que haviam sido libertos com o objetivo

¹² Wolbers, *op. cit.*, p. 114 e segs.

¹³ Hartsinck, *op. cit.*, I, p. 780 e 802. Wolbers, *op. cit.*, p. 147.

¹⁴ Stedman, *op. cit.*, I, p. 83.

específico de combater os fugitivos. As esperanças alimentadas em relação a esses soldados não foram frustradas, pois eles lutaram lealmente ao lado dos colonos. Eram chamados Black Rangers ou *Redi Moesoe* (N.E.) devido a seus capacetes vermelhos. Anteriormente (em 1770), havia sido formada uma unidade de mulatos livres e negros emancipados que deveriam estar prontos para lutar quando necessário.

Foi também nessa época que, de acordo com o plano do governador Nepveu, foi formado um “cordão”; era um cinturão de segurança de postos militares erguidos em volta da terra costeira cultivada¹⁵. Esse cordão tentava proteger os colonos contra os fugitivos, bem como evitar que outros escravos escapassem. A expedição de Fourgeoud era também consequência da mudança na política em relação aos fugitivos. Em 1778, Fourgeoud pôde relatar que a Colônia tinha sido purgada de fugitivos não-pacificados. Sua força principal retirara-se para território francês e ali não causaram outros distúrbios. A paz foi estabelecida com os aucanos e com os saramacanos. Fourgeoud deixou a Colônia com o que restou de suas tropas, drasticamente reduzidas¹⁶.

Não considerando os ataques de pequenos bandos de novos fugitivos, a Colônia ficou daí em diante livre do perigo oferecido pelos quilombolas, em parte devido ao cordão, que se revelou extremamente eficaz. O medo, contudo, permaneceu vivo, e as pessoas precisavam ficar de sobreaviso¹⁷.

Em 1781, chegaram à Colônia notícias de que a república se envolvera em uma guerra contra a Grã-Bretanha; conseqüentemente, a Colônia foi ameaçada de invasão estrangeira. Uma epidemia de febre estivera varrendo o país por dois anos e havia feito muitas vítimas, especialmente entre os soldados que tinham que servir sob condições particularmente

¹⁵ Sobre o Cordão, ver Malouet, *op. cit.*, III, p. 53; *Essai Historique*, II, p. 51; Wolbers, *op. cit.*, p. 319.

¹⁶ Stedman, *op. cit.*, p. 326 e segs. e 396.

¹⁷ Diário de B. Texier, 16 de março de 1781. Public Record Office.

rigorosas nos postos do cordão. Bernard Texier, ex-oficial e homem muito corajoso, era governador do Suriname naquela época. Ele não se esforçou em esconder sua apreensão sobre a situação em seu diário.

Há muitos homens doentes no cordão, provavelmente por causa do rigor do serviço que precisa ser realizado por um pequeno contingente de soldados, pois eles têm que estar de prontidão noite e dia, por assim dizer, a fim de evitarem ser apanhados de surpresa e massacrados miseravelmente. Quando voltamos nossos olhos para o cordão e para a cidade de Paramaribo, não conseguimos deixar de tremer, pois seríamos de fato desafortunados se o inimigo interno tirasse vantagem da ruptura com os britânicos em consequência do que nosso poder contra eles encolheu tão desordenadamente que não temos quase nada a lhes opor.

Não era um perigo imaginário; os escravos compreenderam a fragilidade da posição de seus senhores e se tornaram agitados, insolentes e em algumas fazendas foram relatados excessos ultrajantes. Texier captou uma visão crescentemente obscura da situação. Lembranças da rebelião de 1763, quando ele fora enviado como comandante de um destacamento de soldados para libertar os colonos de Berbice foram revividas:

É de se esperar que as medidas já tomadas pelo governo cortem esse mal pela raiz: desastres terríveis pairam sobre nossas cabeças se os escravos decidirem tirar vantagem da fragilidade de nossa posição. Privados como estamos de soldados, cujo número diminui a cada dia, estamos totalmente incapacitados de prevenir ou impedir quaisquer empreendimentos malévolos de sua parte; e se eles compreendessem seu próprio poder e nossa fraqueza, nosso destino poderia ser mais triste do que o da colônia vizinha de Berbice no ano de 1763¹⁸.

¹⁸ Cf. Hartsinck, *op. cit.*, p. 369.

Todavia, o perigo passou e o desastre foi evitado. O medo dos escravos fugitivos arrefeceu gradualmente do cenário após o início do século XIX, embora houvesse alguns conflitos ocasionais. Mas o medo das rebeliões de escravos não desapareceu totalmente até a emancipação, em 1863. Esse medo está expresso, por exemplo, na petição dirigida ao governo, em 1833, por diversos comerciantes de Amsterdam com interesses no Suriname. Temia-se que os relatórios referentes às medidas preparatórias para a libertação dos escravos nas colônias britânicas pudessem ter “conseqüências temíveis” para o Suriname, e, conseqüentemente, foi feito um requerimento para reforçar a guarnição com 2 mil soldados. O governador-geral do Suriname, como era chamado na época o governador da Colônia, respondeu aos inquéritos feitos pelo governo da Holanda que o moral da população escrava era positivo, e que apenas os escravos do distrito de Nickerie, fronteiro ao território britânico, constituíam uma exceção. Tinha mesmo havido uma conspiração de escravos em Nickerie antes disso (em 1821), embora tivesse sido reprimida. O governador-geral, contudo, considerava o medo dos signatários da petição exagerado; apesar disso, aconselhou que a guarnição fosse reforçada com setecentos a oitocentos soldados¹⁹.

Nos debates sobre a abolição, o “medo das massas de escravos” vinha constantemente à tona com a perspectiva de sua libertação, e acreditava-se que o dia da emancipação não podia acontecer sem um reforço substancial da guarnição e o aumento do número de navios de guerra na Colônia²⁰.

Havia outra ameaça longamente discutida pelos escritores antigos, de caráter mais doméstico, por assim dizer. Os fazendeiros e suas famílias estavam constantemente expostos ao perigo de envenenamento pelas

¹⁹ Cf. *Nota* de 12 de julho de 1833. Public Record Office. *Gouverneur-Generaal der W. I. Bezittingen* n° 608, 7.

²⁰ *Emancipatie-Verslag over 1864*. (Relatório da Emancipação para 1864). Relatórios Apêndices dos Processos dos Estados-Gerais, 1895-1866.

mãos de seus escravos domésticos. Os dados disponíveis mostram que esse perigo não era imaginário. Um projeto de lei redigido pelo relativamente humano Mauricius mostra quão profundamente o medo de envenenamento estava arraigado na população branca; esse projeto propunha à *Hof van Politie*, depois que se tornou evidente que os envenenadores, tanto homens como mulheres, não tinham medo da morte, condenar esses sentenciados “a terem a língua e ambas as orelhas cortadas amputadas” e a serem mantidos acorrentados em confinamento solitário pelo resto da vida. Os negros papas do Daomé, em especial, tinham fama de ser hábeis envenenadores²¹. Até a emancipação, havia administradores que, com medo de envenenamento, levavam uma criança de uma das famílias mais influentes de escravos para suas casas e a forçavam a ingerir todos os alimentos que comiam. Esperavam, desse modo, proteger-se contra envenenamentos²².

Por conseguinte, além da crença em sua superioridade natural e de sua arrogância, os proprietários de escravos sentiam um medo profundo de criaturas a quem consideravam como inferiores. Sua ânsia exagerada de poder fazia com que inconscientemente sentissem a insegurança inspirada pelo medo de seus escravos como uma humilhação, o que, por sua vez, estimulava de forma anormal sua ânsia de poder – um círculo vicioso. Isto forneceu um solo fértil para o sadismo, que encontrava vazão na crueldade para com os escravos. Voltarei ao assunto na avaliação das condições que estes viviam. Gilberto Freyre observou que, como consequência da escravidão, toda a sociedade brasileira se caracteriza por um traço de sadismo que não desapareceu mesmo depois da após a abolição. Os senhores apresentavam, por um lado, tendências sádicas, enquanto os escravos, por outro, possuíam

²¹ *Plakkaat* (lei) de 22 de dezembro de 1745; sobre os negros papas do Daomé, ver Nepveu MS.

²² E. J. Bartelink, *Hoe de Tijden veranderen. Herinneringen van een oudplanter*. Paramaribo 1914, cap. III.

características masoquistas. A escravidão despertou “a mania de dar ordens às pessoas em volta”, que, em períodos posteriores da história do Brasil, assumiu a forma de gosto pelo autoritarismo. Outro modo de satisfazer essa ânsia de poder era oferecido pela proclamação da “manutenção da lei e da ordem”²³. Uma colônia escravagista formava um ambiente favorável para o desenvolvimento de tipos psicopáticos de personalidade. Em casos em que já existia uma certa predisposição, ela levava diretamente ao desenvolvimento de uma personalidade psicopata, mas mesmo as pessoas normais desenvolviam em consequência disso traços doentios²⁴.

O ambiente começa a exercer sua influência sobre o indivíduo na primeira infância. Stedman relata como certa vez, sendo hóspede em uma fazenda, testemunhou o filho de dez anos do proprietário bater no rosto de uma negra idosa à mesa porque ela acidentalmente esbarrara em seu cabelo empoado ao pegar um prato. Quando o hóspede expressou seu espanto e desaprovação em relação ao incidente, o pai replicou com um sorriso que seu filho não lhe daria outro motivo de aborrecimento, pois estava embarcando para a Holanda no dia seguinte com o propósito de aprimorar sua educação²⁵. A criança estava, sem dúvida, imitando o comportamento dos adultos de seu ambiente, se não o de seus pais. O contato diário com os escravos oferecia aos colonos a saída mais imediata para sua ânsia de poder. Herlein descreve, em 1712, o *dolce far niente* das mulheres brancas do Suriname, que não faziam nada sozinhas e

²³ Gilberto Freyre, *The Masters and the Slaves*, Nova York, p. 75 e segs.

²⁴ E. A. D. E. Carp, *De Psychopathiën*, Amsterdam, 1941, p. 12 e 86. Estabelecemos uma distinção entre pessoas que são classificadas como psicopatas com base em tendências psicopáticas adquiridas em oposição àquelas classificadas nessa categoria com base em traços de caráter herdados.

²⁵ Stedman, *op. cit.* I, p. 104.

chamam aos gritos suas servis escravas domésticas, que ostentam nomes como Café, Chá, Chocolate ou outro qualquer de uma grande variedade de nomes jocosos, escolhidos ao acaso, apenas para, de acordo com a usual diligência dos europeus, encarregá-las de alguma tarefa desprezível²⁶.

Os europeus consideravam um desprestígio realizar qualquer tipo de trabalho manual, especialmente serviços domésticos diante de seus escravos. Essa dependência do servilismo de outros, componente masoquista de uma mentalidade sádica ou talvez até normalmente prepotente, fica clara em um relato de Stedman, que esporadicamente nos oferece um relance da vida familiar na Colônia. Stedman conta como, ao passar sua primeira noite na Colônia, e sendo hóspede de um fazendeiro, uma linda escrava foi posta à sua disposição e, depois de ter se oferecido a ele em vão, começou a tirar-lhe os sapatos e as meias²⁷. Era um costume colonial as escravas tirarem os sapatos dos patrões, digno de ser relatado, em parte porque no Suriname era bastante comum até o fim da Primeira Guerra Mundial os criados negros realizarem esse tipo de tarefa como algo normal, mesmo nas famílias negras. Ele exemplifica como o passado pode influenciar condições mais modernas da maneira mais inesperada. Mesmo em 1826, Vlier descreve da seguinte forma o tratamento que os donos davam as escravas domésticas:

Quem quer que tenha passado algum tempo, mesmo que um só dia, numa fazenda, deve ter percebido como é curioso o comportamento de muitos administradores em relação a seus escravos domésticos. Se depois de assobiar chamando seus criados (sendo esse o costume nas fazendas) eles não responderem imediatamente, pelo menos 90% dos administradores os reprovarão com uma linguagem

²⁶ Herlein, *op. cit.* I, p. 88.

²⁷ Stedman, *op. cit.* I, p. 25.

abusiva quando eles aparecerem depois do segundo assobio, simplesmente porque não responderam imediatamente quando chamados para servir um copo de água ou uma bebida forte, por exemplo, ou pegar para o administrador seu cachimbo ou caixa de tabaco que podem estar a dois ou três passos dele²⁸.

Os senhores continuaram a submeter seus servos domésticos a esse tipo de tratamento autoritário durante muitos anos após a emancipação. Em geral, essa dependência absoluta dos criados, que era mantida por razões de prestígio, entre outras coisas, é uma característica que distingue muitas sociedades coloniais.

Outro fator importante no desenvolvimento da personalidade era a maneira fácil como os senhores jovens podiam aplacar seus desejos sexuais com jovens escravas. Freyre chamou a atenção para a importância desse comportamento no desenvolvimento da personalidade dos donos de escravos no Brasil²⁹. Os mesmos fenômenos observáveis no Brasil e nas demais colônias escravagistas em relação à oportunidade de atividade sexual precoce são também constatados no Suriname. Os autores do *Essai Historique* têm o seguinte a dizer em sua descrição dos “crioulos” brancos:

Os homens dali são mais ou menos como os de todos os lugares, com a diferença que, entre 12 e 14 anos, possuem o talento de fazer seus semelhantes, que é imediatamente cultivado com o mais ardoroso zelo; essa desordem resulta apenas do contato com os negros e do pouco cuidado que se tem na casa paterna de se conter na presença das crianças. As propostas livres e capazes de aguçar os desejos, são a causa disso³⁰.

²⁸ N. G. Vlier, *Ontwerp ter Verbetering van Onderscheidene Zaken in de Kolonie Suriname, opgedragen aan Zijne Majesteit den Koning der Nederlanden*, março de 1826, Amsterdam. Public Record Office: *Koloniën* após 1816. n° 740.

²⁹ Freyre, *op. cit.*, p. XXV, p. 70 e 395.

³⁰ *Essai Historique*, II, p. 60.

Os autores nos informam que os judeus portugueses constituíram a única exceção a esse tipo de comportamento; mantinham uma forte disciplina em suas famílias e não toleravam conversa desabrida.

A dissolução sexual é outra característica típica das colônias escravistas. As leis que proibiam os relacionamentos entre brancos e negras por causa das “irregularidades” a que davam origem, não tiveram o menor efeito. Eram bastante comuns, por parte dos senhores, arbitrariedades em relação às escravas, sobre as quais muitos exerciam pressões, direta ou indiretamente, se elas não se mostrassem dispostas a atender os desejos de seus amos. Vlier escreve, em 1826, sobre o “comportamento vergonhoso” de muitos administradores que não tinham escrúpulo algum em relação às jovens casaduras.

Se elas não atende voluntariamente os desejos sexuais do administrador ou de seus amigos – o que não é raro, pois são seres exatamente como nós e, portanto, com os mesmos sentimentos – os senhores não têm escrúpulo algum em puni-las por sua relutância com tantas chicotadas que em muitos casos vários dias se passavam antes que os vergões desaparecessem³¹.

Geralmente não era necessário usar de força para persuadir as escravas a manterem relações sexuais, mas há também muitas indicações do contrário para deduzirmos que no caso da mulher se recusar nenhum tipo de coerção fosse exercido.

Como resultado da instituição da escravidão, algumas pessoas davam livre curso à sua ânsia de poder e impulsos sexuais, e isso contribuiu para o desenvolvimento de personalidades com traços psicopáticos³². O tipo de personalidade que freqüentemente se

³¹ Vlier, MS.; Staehelin, *op. cit.* III: 2, p. 56.

³² Carp, *Psychopathiën, passim*.

desenvolvia era desequilibrada, temperamental, irascível e demonstrava tendências maníacas. Um exemplo clássico desse tipo de personalidade é oferecido por Salomon Duplessis, um dos opositores de Mauricius, que viajou para os Países Baixos a fim de apresentar queixa junto aos Estados-Gerais contra o governador.

Mauricius descreve como Duplessis se enfureceu depois de uma eleição cujo resultado lhe foi desfavorável, e escreve:

O senhor Duplessis ficou tão perturbado com esse resultado adverso, que se apresentou diante do forte inteiro totalmente agitado, provocando um espetáculo cômico, girando sem parar e, como um marinheiro extravagante, injuriava e dizia centenas de impropérios e, notem bem, cuspiendo fogo por pura fúria.

Fazia as mais graves ameaças contra os judeus, que ele acusava de oposição, e, em conseqüência, muitos diretores da comunidade judaica chegaram a pedir proteção ao governador para qualquer eventualidade. Surrou um morador judeu a quem ele devia dinheiro quando o homem cobrou-lhe a dívida. Continuou a realizar esse tipo de cena de se enfurecer, arengar e ameaçar durante vários dias³³. Embora não se possa descartar que Mauricius tenha feito um quadro um tanto exagerado de seu mais feroz inimigo, suas palavras parecem soar verdadeiras. Encontramos outros exemplos de pessoas totalmente descontroladas como ele, tanto homens quanto mulheres, nesse e em períodos posteriores. Basta, nesse contexto, mencionar sua homônima, a notória Maria Suzanna du Plessis, sobre a qual uma série de histórias e atos de crueldade espetaculares chegaram até nós.

A natureza da instituição da escravidão fez até que personalidades saudáveis, que eram imunes ao desenvolvimento de traços psicopáticos

³³ Diário de Mauricius, 28 de novembro e 2 de dezembro de 1745, Public Record Office.

resultantes da estrutura social, desenvolvessem tendências esquizóides. Como foi observado acima, o sistema de colonização era um sistema de exploração pelo qual eram produzidas mercadorias para um mercado além-mar sob condições capitalistas num país tropical com a ajuda de uma força de mão-de-obra que trabalhava sob coerção. O fazendeiro estava convencido de que, sem o uso da coerção no sistema de escravidão, seu negócio terminaria em falência. Era comumente sustentado que o clima e a falta de “necessidade”, bem como a natureza dos habitantes das regiões tropicais eram responsáveis pela falta de inclinação para cumprir o trabalho regular que caracteriza os europeus. Acreditava-se que sem coerção os escravos deixariam de trabalhar e cairiam num estado de depravação. A. J. Buirma, “superintendente de várias fazendas”, escreveu por volta de 1812: “Disciplina severa – como ordem, regularidade e punição efetiva – é tão necessária como comida e bebida para um escravo”³⁴. Em 1842, Lans escreveu sobre a necessidade de coerção dos escravos desta forma:

Como tínhamos sido convencidos de que em certos países não há trabalho sem coerção direta e que sem trabalho nenhuma civilização e nenhum refinamento da espécie são possíveis, devemos coagir como medida essencial, mas ao mesmo tempo nos esforçando para torná-la o menos repressora possível³⁵.

O argumento da necessidade da força para obter trabalho era constantemente usado pelos opositores da emancipação. Esse é o tema de um livro extraordinário escrito por Hostmann, um médico alemão e dono de fazenda no Suriname, que tenta o tempo todo convencer seus leitores a não terem dúvida em relação à sinceridade de suas

³⁴ Von Sack, *op. cit.* III, p. 145.

³⁵ Lans, *op. cit.* III, p. 11.

intenções quando ele argumenta que a escravidão devia ser mantida em primeiro lugar no interesse dos próprios escravos e no de sua cultura. Ele suprime, contudo, muitos fatos e nos apresenta a situação sob um prisma demasiadamente favorável por estar inteiramente convencido da pureza de seus motivos³⁶. J. F. Roux, um dono de fazenda e ex-membro do Conselho de Estado, expressou o ponto de vista dos fazendeiros, em 1855, diante da comissão do governo designada com o propósito de preparar a emancipação. Em resposta à pergunta feita pelo presidente sobre como propunha manter os negros trabalhando após a Emancipação, ele disse: “A única possibilidade de fazer isso é por meio da força; só pelo uso da força é possível fazê-los continuar a trabalhar; nada deve ser esperado da persuasão”³⁷.

Os donos de fazendas encaravam os escravos como meros instrumentos no processo de produção. A técnica de supervisionar os escravos era algo que tinha de ser adquirido e também uma das coisas mais importantes que um administrador precisava conhecer. Encontramos instruções para manter os escravos sob controle em antigas descrições da Colônia³⁸. Em primeiro lugar, dava-se ênfase à austeridade, mas também à equidade e à necessidade de manter distância dos escravos. Era amplamente difundida a noção de que a superioridade dos brancos não podia, em hipótese alguma, ser depreciada aos olhos dos escravos, porque, como o relatório de 1828 dizia, a submissão dos escravos era, em grande parte, dependente deles perceberem seus senhores como “criaturas pertencentes a uma ordem superior”³⁹. Tanto quanto possível nada era poupado para enfatizar as aparências exteriores dessa superioridade. O senhor punindo seus escravos tinha de parecer aos olhos deles como uma criatura superior que tinha poder sobre a vida e

³⁶ F. W. Hostmann, *Over de beschaving van negers in America*. 2 vols, Amsterdam, 1850.

³⁷ *Rapport der Staatscommissie...*, 2 vols., Haia, 1855-1856, vol. I, p. 289.

³⁸ Cf. Fermin, *op. cit.*, p. 157. Pistorius, *op. cit.*, *Instructiën*. Hartsinck, *op. cit.*, p. 918. Blom, *op. cit.*, p. 399.

a morte. Era costume que o escravo fosse obrigado a ficar diante do senhor após o açoitamento mais severo em sua presença e agradecer-lhe pela punição que acabara de receber. Esse gesto pretendia fazer que o escravo se sentisse submisso, mas provavelmente destinava-se também a convencê-lo da justiça de sua punição e, assim, evitar que ele alimentasse sentimentos de vingança em relação ao seu senhor; pois, por esse meio, o próprio escravo reconhecia a justiça do senhor. A fim de acentuar as diferenças entre o escravo e seu senhor, dava-se atenção aos detalhes mais insignificantes; por exemplo, havia uma lei que proibia aos escravos o uso de sapatos e meias (lei de 14 de março de 1781). A preocupação dos europeus em manter sua imagem como uma classe superior nunca foi mais bem exemplificada do que no caso envolvendo Elizabeth Samson, a primeira negra na Colônia a contrair matrimônio com um homem branco⁴⁰. Esse é um acontecimento raro mesmo em tempos posteriores. Elizabeth Samson era uma negra livre que havia amealhado uma grande fortuna. De acordo com uma das anotações de Nepveu, ela retirava de suas fazendas uma renda entre 80 mil e 100 mil florins holandeses⁴¹. Não se sabe como ela juntara essa fortuna, mas seu nome leva a supor que a herdara de um proprietário judeu que lhe também lhe deu a liberdade. Elizabeth apresentou-se, em 1764, aos cinquenta anos de idade, junto com um organista da igreja, de trinta anos, chamado Christoph Policarpus Brabandt, aos comissários para assuntos matrimoniais, a fim de notificar seu pretendido

³⁹ Public Record Office: *Adviezen Commissie Zaken Prot. Kerken*.

⁴⁰ Sobre o caso de E. Samson, ver: Public Record Office, *Notulen van de Raad van Politie en Crimineele Justitie, 13 Februari 1764: W. I. Suriname*, p. 222, 321; *Extract uit het register der Resolutiën van de Directeuren der Geotroyeerde Sociëtei van Suriname, 6 Juni 1764; Notulen van de Raad van Politie etc.*, 17 de agosto de 1767; nos apêndices: carta de E. Samson ao governador Crommelin.

⁴¹ Hartsinck, *op. cit.* II, p. 865, menciona uma quantia de 30-40 mil florins holandeses. Mas Nepveu estava no Suriname na época quando o caso E. Samson estava em discussão e está, portanto, provavelmente mais bem informado.

casamento. Os funcionários ficaram sem saber o que fazer sobre o assunto, “pois, como foi dito E. Samson, é uma negra e não há precedente de um branco contrair matrimônio com uma negra”. Lembravam-se de ter lido na *Beschrijving* (Descrição) de Herlein que Van Sommelsdijck havia proibido o casamento entre europeus e negros. Resolveram, portanto, encaminhar a questão à *Hof van Politie*. Os membros da *Hof* consideraram-na suficientemente importante para ser levada aos diretores da sociedade nos Países Baixos. Expuseram numa longa carta os argumentos a favor, mas especialmente aqueles contra a aceitação de um casamento desse tipo. Escreveram:

A objeção a tal casamento é que ele é repugnante e revoltante, sendo uma séria desonra para um homem branco contrair um casamento desse tipo, seja ele motivado por sexualidade perversa seja pelo desejo de lucro, pois esse tipo de casamento sempre foi desprezado aqui. Além disso, é fato inegável que temos de nos manter no meio de uma raça tão perversa e desprezível, mais em virtude da certeza de nossa superioridade sobre eles, porque somos criaturas de melhor natureza, e mais nobre do que a deles, o que os negros pensam de nós do que em virtude de qualquer poder real de nossa parte. E o que irão pensar de nossa excelente natureza se virem que são livres para se unirem conosco por meio dos laços solenes do matrimônio e que, portanto, são absolutamente iguais a nós. Não é ridículo que europeus se degradem desse modo para atrair a atenção?

Os argumentos em favor da permissão do casamento eram que as partes interessadas provavelmente, de acordo com o costume do país, iriam de qualquer maneira viver em concubinato e que a proibição da união encorajaria a coabitação ilícita. Mas o principal argumento a favor era que a riqueza que o rapaz receberia pelo casamento,

no devido tempo provavelmente passaria para mãos européias, o que é algo favorável, pois um grande mal deve ser temido de haver

aqui pessoas emancipadas com demasiado poder entre os negros, pois isso dará a nossos escravos a noção de que eles são capazes de chegar a nosso nível. Se Elisabeth Samson deixar sua riqueza a seus parentes, ela permanecerá nas mãos de negros.

O perigo mais grave a ser temido desse tipo de união era, contudo, que o exemplo poderia encorajar casamentos entre mulheres brancas e negros, uma conseqüência que os membros da *Hof* consideravam “naturalmente incestuosa”. A *Hof*, portanto, declarou-se contra o casamento e propôs que uma legislação proibindo o matrimônio entre negros e europeus fosse introduzida.

Enquanto isso, Elizabeth Samson dirigira-se aos diretores da sociedade por intermédio de um procurador em Amsterdam, um certo Peter Rijdenius. Os diretores decidiram que não havia fundamentos legais pelos quais o casamento pudesse ser proibido, mas deixou a decisão final para a *Hof van Politie* do Suriname. Quando, em 1767, Elizabeth Samson novamente se apresentou com um noivo branco, desta vez um certo Zobre (o primeiro candidato morrera nesse meio tempo) a fim de se unirem em matrimônio, a *Hof van Politie* não ousou recusar o requerimento e o casamento foi realizado. Esse não deve ter sido o único casamento entre grupos étnicos diferentes na família de Elizabeth Samson. Lemos no *Journal* de Nepveu (19 de fevereiro de 1773) que, vários anos mais tarde, um homem chamado Schouten, de Amsterdam, casou-se com uma sobrinha de Elizabeth, e que seus parentes, como uma rara exceção, misturaram-se socialmente com proeminentes famílias brancas em total igualdade de condições⁴².

O caso de Elizabeth Samson e a troca de correspondência em torno dele nos permite compreender melhor a mentalidade dos donos de escravos. Os trechos citados da correspondência demonstram que a técnica para manter as massas de escravos sob controle era

⁴² Wolbers, *op. cit.*, p. 317.

conscientiosamente aplicada. Qualquer técnica assim empregada em relação a seres humanos conduz a uma racionalização dos relacionamentos humanos que comumente atinge a desumanização. Por causa do *animus revertendi*, ou esforço para retornar assim que possível ao país de origem como homens ricos, os escravos não eram poupados – por meio deles se alcançava esse objetivo. Havia uma cruel exploração das pessoas e do solo; se a produção fosse abundante e o lucro alto era muito fácil obter novos escravos, enquanto havia uma quantia ilimitada de solo fértil disponível. Como havia relativamente poucos colonos com a mentalidade de fazendeiros permanentes na Colônia, o paternalismo dos proprietários de escravos, do qual os exemplos mais freqüentes são encontrados no sul dos Estados Unidos, se desenvolveu somente em alguns casos isolados no Suriname no período anterior aos últimos quarenta anos antes da emancipação. A ausência do proprietário tinha um efeito desfavorável sobre o destino dos escravos e tornava sua vida mais difícil, pois os *administrateurs* e feitores das fazendas eram os responsáveis. Os chefes além-mar, que não estavam familiarizados com as condições que prevaleciam em suas fazendas, e portanto, não tinham compaixão por seus escravos. *Administrateurs* e feitores com freqüência tinham de satisfazer demandas irracionais por parte de seus chefes e, além disso, também queriam obter a maior renda possível para si próprios.

A técnica de controlar escravos que era aplicada no sistema econômico de coerção a fim de manter a disciplina nas fazendas é um dos exemplos mais antigos da completa racionalização das relações humanas no sistema capitalista, encontrada numa forma igualmente extrema, mais tarde, nos séculos XIX e XX. Isso contribuiu para o surgimento de outro sintoma psicopático, a saber, o desenvolvimento em alguns indivíduos de uma forma de esquizofrenia resultante do sistema social no qual tinham que agir. Desenvolveram um traço de temperamento de brutalidade quando tiveram de formar sua capacidade de administrar fazendas, mesmo que seus sentimentos e

caráter permanecessem de algum modo inalterados. Os viajantes não acostumados à vida numa colônia de escravos foram imediatamente confrontados com essa realidade. Há uma descrição feita por Stedman da visita que fez certa vez a um nobre francês, o senhor de Cachelieu, em sua fazenda Egmond. Depois de descrever a hospitalidade e afabilidade de seu anfitrião, ele acrescenta:

Quão inconsistente com isso era sua injustiça e severidade para com seus escravos! Por exemplo, dois jovens negros, que bem mereciam uma sova por arrombar e roubar o armazém de seu senhor, escaparam com umas poucas chicotadas; enquanto dois negros velhos, por uma disputa trivial, foram condenados cada um a receber não menos que trezentas chibatadas. Perguntando qual a causa dessa parcialidade, recebi como resposta do senhor de Cachelieu, que os jovens tinham uma pele ainda muito boa e podiam trabalhar muito; enquanto os velhos há muito estavam desfigurados, desgastados e quase inaptos para qualquer serviço; mais ainda, que matá-los seria um benefício para a fazenda⁴³.

Para Stedman seu anfitrião parecia ter dupla personalidade – uma de anfitrião gentil, culto e a outra, de proprietário de escravos frio e racional que encarava a vida humana apenas em termos de produção.

Um exemplo ainda mais singular, que causou profunda impressão sobre o narrador, é encontrado nas memórias de W. Boekhoudt, que viveu no Suriname como professor e cura de 1845 a 1849. Ele conta que certa vez passou uns dias em uma fazenda e, depois de receber a “mais cordial” acolhida de seu anfitrião, subiu para o quarto após uma agradável conversa.

⁴³ Stedman, *op. cit.* I, p. 360.

Logo fui para a cama e caí numa doce modorra. De madrugada, despertei subitamente. Fora acordado por um som contínuo e percuciente que não consegui explicar. Ouvei. Era um som estranho, um silvo penetrante; não sei por que, mas isso me perturbou e alarmou tanto que saltei de minha rede, ansiando por ar fresco, escancarei os postigos.

Meu Deus, que espetáculo depararam meus olhos! Uma jovem negra estava pendurada em uma árvore, gemendo devido às chicotadas sibilantes que penetravam seus flancos e estavam sendo aplicadas por dois *bastiaans* (feitores negros), enquanto um pouco ao lado estava meu afável anfitrião da noite anterior, urrando, arengando, praguejando e instigando os *bastiaans* a maior severidade sob as mais sérias ameaças. Fiquei revoltado. Fechei as persianas com mãos trêmulas, mas o sono me abandonara. Quando, algumas horas depois, desci para o café da manhã, meu anfitrião se aproximou de mim com o mesmo ar de gentileza e afabilidade da noite anterior, como se para todos os efeitos nada houvesse acontecido. Passei mais dois dias ali que foram um tormento absoluto para mim, e agradei aos céus quando finalmente cheguei novamente à cidade, onde meus olhos eram poupadados de tais cenas de pesadelo⁴⁴.

Todos os recém-chegados à Colônia devem ter ficado chocados com os traços esquizóides dos donos de escravos. Jovens sem nenhum refinamento tiveram, com frequência, muita dificuldade em se ajustar ao sistema prevalecente ao chegar da Holanda pela primeira vez. Mas o ambiente não deixava de exercer sua influência sobre eles. Eram seduzidos pelas perspectivas de fazer carreira e o processo esquizofrênico, que era necessário a fim de sobreviver nesse ambiente, também se iniciava em cada um⁴⁵.

⁴⁴ W. Boekhoudt, *Uit mijn Verleden*. Winschoten, 1874, p. 111.

⁴⁵ Blom, *op. cit.*, p. 403.

Instituições como a da escravidão, que são baseadas em poder e prestígio, nunca podem funcionar sem uma ideologia. Essa ideologia fornece uma pseudojustificativa para as condições existentes: acalma o sentimento de culpa ou evita que alguém a desenvolva completamente, enquanto dá àqueles no poder a força interior de que necessitam para manter sua autoridade. Já nos habituamos à idéia de que empresas lucrativas são impossíveis sem o trabalho forçado nos trópicos. A sustentabilidade dessa opinião é ainda debatida, mas há pelo menos uma aparência de verdade nela, embora haja exemplos em profusão de empresas bem-sucedidas com mão-de-obra livre nos trópicos desde a abolição da escravidão para refutá-la. Um dos elementos principais dessa ideologia era formado com a noção da natureza básica do negro. A carta escrita pelos membros da *Hof van Politie* aos diretores da sociedade com referência ao caso Samson é também instrutiva do ponto de vista ideológico. Uma das passagens diz:

Naturalmente falando, os negros são iguais a nós, exceto que seu cabelo e pele são diferentes. Teologicamente falando, são nossos irmãos e irmãs na carne. Somos todos filhos de Adão e carne da mesma carne, osso do mesmo osso. Todavia, os negros são ‘uma raça perversa e desprezível’ e misturar-se com ela deve ser ‘repugnante e vil’.

A concepção da natureza depravada, sensual e vingativa dos negros, que por essa mesma razão devem ser mantidos em estrita sujeição é encontrada nas obras de todos os antigos autores que escreveram sobre o Suriname, com exceção de Stedman. Como é de se esperar, uma ênfase especialmente forte é dada à sua promiscuidade e ao seu paganismo. Esses são temas constantemente recorrentes na imagem criada pelos europeus do desprezível ou abjeto “outro homem” no qual as tendências que eles temiam ou tentavam suprimir em si mesmos eram projetadas. Não pode ser negado que havia uma grande liberdade sexual entre os escravos, mas isso devia ser encontrado igualmente entre

os senhores brancos e era observável em toda parte nas relações entre senhores e escravos. A promiscuidade era um resultado natural da instituição da escravidão.

Embora nas obras de um escritor como Fermin, como na carta aos membros da *Hof* acima citada, também encontremos a concepção da igualdade de negros e brancos como seres humanos, ele é ao mesmo tempo um ardente protagonista da escravidão e a considera até mesmo como uma necessidade para a salvação dos negros⁴⁶.

A escravidão, de acordo com os donos de escravos, não entrava em conflito com as doutrinas cristãs, nem eles entravam em conflito com sua consciência cristã por manter escravos. Tanto Fermin como Blom se referem a passagens da Bíblia para provar que a escravidão era permitida. Eles podiam igualmente ter selecionado aleatoriamente qualquer número de passagens de incontáveis obras teológicas contemporâneas que defendiam a instituição⁴⁷. Contudo, esses escritores eram pessoas relativamente cultas que nutriam alguns sentimentos humanos em relação aos escravos, afora uma ou duas exceções. Na prática, a atitude de muitos feitores e supervisores provavelmente se aproximava mais estreitamente da visão extrema sobre o negro que proclamava ser ele uma criatura depravada⁴⁸. Pode-se dizer que o número de donos com um comportamento humano em relação aos escravos aumentou no século XIX sob a influência do iluminismo e do liberalismo, embora nem essas duas correntes tenham produzido

⁴⁶ Fermin, *op. cit.* I, p. 109. Ph. Fermin, *Dissertation sur la question s'il est permis d'avoir en sa possession des Esclaves & de s'en servir comme tels dans la Colonie de l'Amérique*, Maastricht, 1770.

⁴⁷ Um dos mais extraordinários estudos teológicos em defesa da escravidão que apareceram no século XVIII é indubitavelmente o de J. E. J. Capitein, um negro da Costa da Guiné, que, após estudar teologia em Leiden, voltou à África como clérigo. Ver J. E. J. Capitein, *Dissertatio politico-theologica de servitute, libertati christianae non contraria*, Lugdun. Batav. Em 1742, uma tradução holandesa de H. de Wilhelm também foi publicada em Leiden.

⁴⁸ Teenstra, *De Negerlaven*, p. 109.

alguma mudança drástica na colônia escravagista. O movimento para a emancipação veio de fora.

A natureza ideológica da noção de que o negro é um pagão depravado é clara na oposição mostrada por muitos colonos à propagação do cristianismo entre os escravos. As fontes da história da Missão Morávia no Suriname contêm muitos dados sobre as campanhas missionárias contra a oposição que enfrentavam por parte dos colonos em sua obra entre os escravos⁴⁹. Os missionários tiveram de conduzi-las com tato e discrição contra um grupo extremamente poderoso. Os colonos opunham-se à pregação da doutrina da igualdade entre os escravos, que podia fazê-los pensar que eram do mesmo nível de seus senhores, humana e religiosamente falando. Ela solaparia um dos pilares que sustentavam a ideologia do escravo como uma criatura inferior, ou seja, seu paganismo. Embora houvesse alguns fazendeiros que admitissem missionários em suas fazendas e os apoiassem em sua obra, esses constituíam uma pequena minoria. A oposição à conversão de escravos só terminou quando, no século XIX, as vantagens passaram a ser consideradas preponderantes em relação às desvantagens.

O caráter racional da escravidão torna-se claro a partir da considerável melhora na sorte dos escravos, após 1808. Naquele ano, as importações de escravos foram suspensas. O número de mortes sempre ultrapassou o de nascimentos, mas enquanto houve material humano novo excedente não havia motivo para particular ansiedade. Contudo, a necessidade de manter a força escrava existente num nível estável, e de aumentar o número de nascimentos era mais eficaz do que a influência das idéias liberais. Os médicos começaram a se preocupar com o bem-estar físico dos escravos, o governo deu ordens para que uma pesquisa fosse feita sobre a eficiência de sua dieta alimentar por meio de análises químicas e as mães gestantes recebiam cuidado especial.

⁴⁹ Cf. Staehelin, *op. cit.* III: 3, p. 336, *Feindseligkeiten*.

Considerava-se que uma das causas do baixo número de nascimentos era a ausência de fortes laços matrimoniais entre os escravos bem como sua promiscuidade. Acreditava-se que, introduzindo a religião cristã, esses laços matrimoniais poderiam ser fortalecidos. Na Holanda, uma comissão do governo foi designada, em 1821, a partir de considerações religiosas e morais, para estudar a possibilidade de propagar a fé entre os escravos e de tornar o casamento cristão aceitável para eles. Contudo, nenhuma ação definitiva jamais foi empreendida para pôr essas recomendações em prática. A questão foi arquivada até que o conde Van den Bosch foi enviado ao Suriname como comissário-geral. Embora os relatórios das comissões lhe tenham sido entregues⁵⁰, não há tampouco sinal de quaisquer medidas oficiais posteriores. Os colonos começaram, contudo, a mostrar interesse por esses planos, pois eles coincidiam com seus interesses pessoais. Em 1828, nos círculos reacionários de alguns *administrateurs* e funcionários mais antigos, que viriam a se opor à emancipação, foi tomada a iniciativa de fundar a “Sociedade para a promoção de instrução religiosa entre escravos e outros pagãos na colônia do Suriname”. Não pode ser negado que Van den Bosch também pressionou para a criação dessa sociedade⁵¹. O cristianismo se espalhou rapidamente entre os escravos daquela época em diante. Embora sua difusão indubitavelmente tenha exercido uma certa influência sobre os padrões morais dos escravos, não se pode dizer que ela tenha fortalecido os laços matrimoniais no período precedente à emancipação. O exemplo dado pelos senhores cristãos era demasiado fraco para ser capaz de provocar essa mudança. Muitos senhores eram extremamente promíscuos e a grande maioria vivia em concubinato.

O concubinato é fato constante na instituição da escravidão. É encontrado onde quer que existam barreiras jurídicas, sociais ou

⁵⁰ Ver Public Record Office, *Adviezen Commissie Zaken Prot. Kerken*.

⁵¹ Wolbers, *op. cit.*, p. 645.

econômicas evitando o casamento legal, onde os relacionamentos de natureza mais que temporária acontecem. A escravidão criava uma série de barreiras, tanto de natureza jurídica – o escravo não possuía personalidade legal – quanto de natureza social. Havia uma grande diferença entre o *status* da mulher escrava e o de seu dono. O *status* dos colonos brancos e o dos escravos libertos e seus descendentes também diferia de maneira suficientemente ampla para que constituísse um empecilho ao casamento entre eles. Numa sociedade em que tais obstáculos existiam e em que o número de homens brancos excedia em muito o número de mulheres brancas enquanto havia uma população negra com muitas mulheres jovens, não é surpreendente que o concubinato se tornasse a forma mais prevalente de relacionamento. Datam de 1830 as primeiras estatísticas sobre a proporção de homens e mulheres. Essas proporções são as seguintes em relação à população européia adulta:

	Homens	Mulheres	Homens excedentes
Paramaribo	766	545	+ 221
Distritos	500	37	+ 463
	—	—	—
A totalidade do país	1.266	586	+ 684

Conseqüentemente, havia um excedente de 684 homens europeus no país; a distribuição era tal que 221 deles viviam em Paramaribo e 463 nos distritos. Além disso, uma porcentagem das mulheres eram solteiras⁵². Esses números mostram que ali deve ter havido um grande número de casos de concubinato. Não podemos possivelmente supor que os colonos fossem sexualmente abastêmios, especialmente quando levamos em conta o nível das pessoas que imigravam e das oportunidades para a licenciosidade. Na Colônia prevalecia a liberdade

⁵² Sobre esses dados, ver Teenstra, *Landbouw* II, p. 204.

moral – também como resultado da escravidão – em consequência da qual muitos homens casados mantinham uma ou mais mulheres negras como “esposas secundárias” além de sua esposa legítima. A instituição de manter “esposas secundárias”, termo que é ainda familiar nos costumes do Suriname, não era um fenômeno incomum até o final do século XIX e mesmo no início do século XX. O concubinato floresceu especialmente após a crise de 1773, quando o número de famílias na Colônia diminuiu e começou o regime de *administrateurs* e feitores na maioria das vezes solteiros no lugar dos colonos e suas famílias.

Em uma parte da população branca, especialmente a judia, as condições eram diferentes. Os números da população para 1830, indicavam 419 homens e 434 mulheres sob a rubrica de “nativos”, e havia 1.556 deles no total, isto é, incluindo mulheres e crianças. O número de judeus na Colônia, incluído no de nativos brancos, era de 1.324. Por conseguinte, em 1830 havia no Suriname apenas 232 europeus que tinham nascido no país. Assim, constata-se que os “nativos” brancos como grupo coincidiam praticamente com o grupo judaico. Nesse grupo, vê-se que o número de mulheres excedia o número de homens em apenas 25 – um excedente incomumente pequeno⁵³. Portanto, provavelmente havia um número maior de pessoas casadas nesse grupo. Mas havia indubitavelmente também judeus que viviam em concubinato ou que mantinham esposas secundárias; em muitos aspectos, o comportamento deles não diferia dos demais colonos.

Os relacionamentos sexuais entre brancos e negros são encontrados onde quer que os dois grupos sejam confrontados. Sua frequência varia com o caráter nacional do poder colonizador; é menor entre os anglo-saxônicos e maior entre os portugueses. O caráter nacional e as condições especiais prevaletentes na região em que o contato entre os diferentes grupos étnicos acontece desempenha um papel

⁵³ *Ibid.*, p. 204.

para isso. Os colonos do Suriname, membros de diferentes nações, devem ser classificados entre os grupos em que a frequência dos relacionamentos sexuais entre brancos e negros pode ser considerada elevada. O governo tentou em vão tomar medidas contra esses relacionamentos. Herlein relata a existência de uma lei de Van Sommelsdijck que proibia o casamento de homens europeus com mulheres negras. Quando a primeira lei secundária da Colônia foi redigida por Van Sommelsdijck, em 1686, ele enfaticamente proibia, no artigo 10, todas as formas de relacionamento sexual entre os dois grupos: “Todos os habitantes são estritamente proibidos de ter negócios com negras e especialmente com mulheres índias livres, e de ter intimidade carnal com elas, sob pena de uma multa de 2 libras de açúcar”. Esse artigo foi mantido na lei da Colônia quando ela foi reeditada em 1725 e 1749. Quando a lei foi novamente promulgada, em 1761, a multa imposta para essa ofensa foi aumentada para duzentos florins (artigo IX). Ninguém, contudo, deu qualquer atenção a essa proibição e quando a lei secundária foi promulgada mais uma vez, em 1784, esse artigo foi emendado, acrescentando a cláusula de que uma multa de 200 florins seria imposta para relacionamentos entre “brancos e mulheres escravas”, se provocassem “perturbações nas fazendas”. Em outra revisão, em 1817, o artigo foi totalmente rescindido (G.B. 1817, nº 3). Relações entre mulheres brancas e negros não apenas eram condenadas, mas eram vistas com repugnância, como atesta a carta da *Hof* relativa ao caso Samson. A dependência da mulher em relação ao homem na cultura ocidental fazia que parecesse especialmente penoso para ela tornar-se dependente de um membro de um grupo “inferior”. O complexo de culpa do homem branco, que ele inconscientemente desenvolveu como resultado de abusar sexualmente das mulheres negras, fazia que ele visse qualquer tipo de relacionamento entre um homem negro e uma mulher branca como o inverso do relacionamento com base na dominação. Embora em sua imaginação um homem negro dominando um membro feminino de seu grupo – que ele

estava acostumado cercar de todo tipo de tabus –, assumia as proporções de exemplo da mais revoltante sensualidade e perversidade. A crença na hipersexualidade do negro, um elemento da ideologia racial, concedia, além disso, um grau de violência incomum às reações a tais relacionamentos. Em 1711, dois casos de relacionamento sexual entre um negro e uma mulher branca foram relatados, o que levou à promulgação, pelo governador Johan de Goyer, de uma lei estipulando que uma mulher branca solteira que tivesse relações sexuais com um negro estava sujeita ao açoite e à expulsão da Colônia, e se fosse mulher casada seria igualmente estigmatizada. Os negros ficavam sujeitos à pena de morte por essa ofensa.

A causa imediata para a introdução dessa legislação foi um pedido de divórcio feito por um homem de nome Barend Roelofs, que declarou “que sua esposa, Maria Keijser, havia tido intimidade carnal com um negro, tendo ficado grávida, havia dado à luz a uma garota mulata alguns meses antes”. Durante as deliberações sobre esse caso, o caso de Judith de Castre, que também havia tido um filho com um negro, mas havia depois disso se casado com um certo Jean Milton, também foi posto em discussão. A *Hof* resolveu notificar Judith de Castre “que nem ela nem sua mãe, nem ninguém mais, não importa quem, poderia trazer seu filho mulato, ou mandar trazê-lo, para Paramaribo, sob pena de punição arbitrária”⁵⁴. Desejava-se, evidentemente – também em vista do prestígio do homem branco em relação aos escravos – dar o mínimo de publicidade possível a casos como esses.

Casos mais recentes de relacionamentos desse tipo não são de nosso conhecimento, embora isto não signifique, é claro, que não tenham ocorrido em segredo. Mas não tiveram nenhum significado social e a comunidade permaneceu obstinadamente contrária a essa possibilidade.

⁵⁴ Public Record Office: *Notulen van Gouverneur en Raden, Archief Hof van Politie etc.*, 17th November, 1710, 12th January, 1711, 28th January, 1711; *Plakkaatboek* (Collection of Edicts): Edict 28th January, 1711.

A opinião pública tolerava, por outro lado, o concubinato e o contato entre homens brancos e mulheres negras ou mulatas. Stedman, que tinha um romance com uma escrava, uma garota mulata chamada Joanna, faz um relato de como, para sua grande surpresa, ele foi felicitado por sua escolha no dia em que ele e Joanna começaram a morar juntos, por algumas senhoras importantes, incluindo a esposa do secretário da *Hof van Politie*, Demelly, em cuja casa ele havia conhecido a garota.

À tarde, visitei o senhor Demelly, que, com sua senhora, congratulou-me por meu restabelecimento; e, ao mesmo tempo, por mais estranho que isso possa parecer a muitos leitores, eles, com um sorriso, desejaram-me felicidades pelo que, com seu costumeiro bom humor, tinham o prazer de chamar de minha conquista; que uma das senhoras da sociedade assegurou-me, embora talvez fosse censurada por alguns, era aplaudida por muitos, mas ela acreditava de coração ser invejada por todos.⁵⁵

Por conseguinte, até ano de 1772, a sociedade tolerava o concubinato como uma instituição, e assim continuou a partir de então. Para o solteiro nos trópicos o concubinato não era apenas importante sexualmente, mas uma concubina também preenchia a tarefa de uma governanta encarregada da supervisão dos escravos domésticos ou, no caso do menos abastado que não mantinha escravos domésticos, desempenhava o também papel de criada doméstica. O concubinato era cognominado “casamento no estilo Suriname” na Colônia, não imerecidamente. Van Breughel, um proprietário holandês que visitou a Colônia, em 1840, faz um excelente relato que resume a instituição e que também caracteriza os períodos precedente e seguinte:

⁵⁵ Stedman, *op. cit.*, p. 83.

Muitos banquetes são freqüentados apenas por cavalheiros, pois muitos deles vivem no estilo Suriname, isto é, eles e suas governantas vivem como marido e mulher.

Homens que vêm para a Colônia para se estabelecerem como comerciantes ou funcionários do governo não podem deixar de constituir um lar. Alugam ou compram escravas, e essas precisam da supervisão de uma mulher. Assim, logo começam a procurar em torno por essa pessoa. Têm uma ampla escolha, pois de fato famílias inteiras podem estar à espreita desse tipo de vantagem. Uma vez feita a escolha, ele tem que se declarar; e se suas declarações de amor forem bem recebidas, ele deve fazer a corte durante algum tempo. No dia marcado, a mãe da noiva, acompanhada por alguns vizinhos, a conduz ao quarto do noivo no escuro, onde ele já está esperando por ela; a mãe e os vizinhos partem, para voltar ao quarto – do qual o jovem casal terá então desaparecido – na manhã seguinte a fim de anunciar então que o casamento foi consumado; desse momento em diante, a união é considerada legal. Não é raro que o homem resolva mais tarde se casar com uma mulher branca; uma mulher branca jamais se degradará realizando num casamento no estilo Suriname – apenas mulatas e escravas fazem isso. Ou o homem pode, às vezes, resolver arranjar outra governanta, mesmo que a primeira tenha tido filhos dele. Em ambos os casos, a parte abandonada lamenta profundamente, embora menos por um casamento com uma mulher branca do que se ela for vítima de infidelidade e for substituída por outra governanta. Se o “marido” infiel não deixá-la com um dote generoso será severamente criticado, o que, contudo, não o despojará inteiramente de sua boa reputação, pois o ciúme e os parentes da segunda governanta, por seu lado, proclamam que ela é culpada da infidelidade. A governanta abandonada e seus filhos, que mantêm o nome do pai, não são por isso menos respeitados; ela poderá se tornar governanta várias vezes, embora raramente de uma pessoa de *status* inferior. – Quão retrógradas são as pessoas desse incivilizado continente! Que vida imoral elas levam! – ouve-se

com freqüência o tão altamente civilizado europeu exclamar, inteiramente esquecido do fato de que tira respeitosamente seu chapéu para, entre outros, seu H...S, que leva uma vida muito mais imoral com suas governantas ou assim chamadas sobrinhas... do que o cuco!

A prática do casamento no estilo Suriname salvaguarda muitos recém-chegados à Colônia, que são obrigados a permanecer ali pelo resto de suas vidas, contra os excessos que cedo os levariam para a sepultura. Uma companhia desse tipo é inestimável para ele em casos de doença, que é preciso ver para crer nisso⁵⁶.

A cerimônia de realização do “matrimônio” descrito por Van Breughel e, de fato, toda a natureza do relacionamento atesta que essa é uma instituição social que possui todas as características de um casamento, mas em que a diferença de classe e a diferença de origem dos dois parceiros parecem constituir o principal obstáculo para dar à mulher o *status* legal e social de legítima esposa. É evidente, pelo papel desempenhado pela mãe ao realizar a união, que não se trata absolutamente de relações promíscuas. Era impossível induzir uma jovem mulher a se tornar uma concubina contra a vontade de sua mãe; a autoridade materna era considerável na classe média negra. O costume de acompanhar uma união como essa com festividades cerimoniais é ainda mais antigo. Stedman também descreve como o início de seu concubinato com Joanna foi precedido de uma cerimônia: “Um casamento decente, e eu estava tão feliz quanto qualquer noivo jamais esteve durante a cerimônia”⁵⁷. Constata-se que a instituição do concubinato, que já existia em 1772, quando Stedman vivia na Colônia, manteve seu caráter através dos séculos.

⁵⁶ G. van Breughel, *Dagverhaal van eene reis naar Paramaribo en verdere omstreken in de Kolonie Suriname*. Amsterdam, 1842, p. 30.

⁵⁷ Stedman, *op. cit.* I, p. 113.

Além dessa instituição, a da “esposa secundária” – a concubina ao lado da esposa legítima – é também encontrada desde muito cedo. Embora a opinião pública fosse menos tolerante a esse respeito, a instituição não era julgada exatamente por padrões morais demasiado severos. Existia ali em geral uma lassidão moral mais ou menos camuflada. Algumas senhoras casadas mostravam-se facilmente inclinadas, como reação aos casos dos maridos com uma concubina ou escrava, a relacionamentos com solteiros ou viajantes recém-chegados⁵⁸. Já mencionamos o tom licencioso das conversas em muitas famílias, de acordo com os autores do *Essai Historique*. O fato de existirem mais homens brancos do que mulheres brancas também teve influência na vida social. Van Sack e Van Breughel, mencionam o predomínio de homens nas festas como um fenômeno surpreendente. As festas eram freqüentadas exclusivamente por homens. Pois, embora o concubinato fosse tolerado, não era socialmente aceito e a concubina não podia ser igualada a uma esposa que apenas carecia do reconhecimento legal como tal. Em muitos casos, as concubinas não comiam à mesa com seu marido como seus iguais, sobretudo se ele estivesse recebendo hóspedes. A distância social que parecia tornar o casamento impossível exercia sua influência mesmo dentro do próprio concubinato.

Mulheres que viviam em concubinato constituíam um grupo separado, que provavelmente tinha algum contato com o grupo de mulheres casadas de sua própria classe ou *status* simplesmente porque isso era inevitável, mas não havia um bom relacionamento social entre elas⁵⁹. Vestígios da tradição que confinava a mulher no lar enquanto o marido passava a maior parte de seu tempo longe de casa são ainda encontrados nas classes baixas no Suriname atual e são reminiscência

⁵⁸ Stedman, *op. cit.* I, p. 33. Sobre a predominância dos homens nas festas etc., ver Von Sack, *op. cit.* I, p. 148, Van Breughel, *op. cit.*, p. 30.

⁵⁹ Vlier, *Ontwerp*, MS., P. J. Benoit: *Voyage au Suriname: Description des possessions néerlandaises dans la Guyane*, Bruxelles, 1839, p. 31.

da influência do passado de algumas características do “casamento no estilo Suriname” estabelecido há muito tempo nesse grupo social, que fornecia concubinas visto que elas não eram escravas. As igrejas adotaram uma atitude mais severa com respeito ao concubinato no século XIX.

Crianças nascidas de uniões ilícitas eram batizadas apenas na quinta-feira, de acordo com Vlier (1826). Na época de Boekhoudt (1840) crianças ilegítimas eram batizadas atrás do púlpito, após o serviço. “Essa medida – por estranha que pareça – era tomada a fim de aumentar o prestígio do casamento aos olhos da congregação⁶⁰.” As comunidades Herrnhutter e católicas romanas recusavam-se a admitir na sagrada comunhão qualquer pessoa que vivesse em concubinato.

Havia uma intensa mistura social entre as famílias brancas na cidade, bem como entre colonos e administradores de fazendas. Estes, que viviam uma vida solitária em suas fazendas, visitavam-se com frequência, e os residentes brancos de várias fazendas organizavam muitas festas. Todavia, a cidade era o centro social da Colônia e as pessoas vinham constantemente à cidade procedentes de todas as direções a fim de fazer compras, ouvir a última fofoca e participar da mais variada vida social ali. Depois que um número maior de famílias se estabeleceu na cidade e se expandiu um pouco, a cidade se tornou o eixo da vida da Colônia. Ali se desenvolveu um certo estilo de vida em consequência a adaptação do comportamento europeu ao clima no que se refere à alimentação, vestuário e rotina diária. Mas também se desenvolveram ali certos fenômenos que eram diagonalmente opostos aos costumes holandeses tradicionais. Para citar alguns deles: ostentação e competição na vida social que levavam a uma extravagância sem limite. As pessoas viviam em grande estilo, o que era especialmente evidente pelo número de escravos domésticos mantidos – algumas famílias em Paramaribo mantinham de trinta a cinquenta escravos como criados domésticos.

⁶⁰ Boekhoudt, *op. cit.*, p. 35.

Organizavam-se bailes e jantares festivos freqüentados por grande quantidade de hóspedes e uma grande exibição de luxo era feita então. Nepveu observa nesse sentido:

A prodigalidade do serviço nos grandes jantares festivos e bailes é indescritível. Os anfitriões sentir-se-iam embaraçados se as mesas não tivessem sido postas com algumas centenas de talheres e guarnecidas com o mesmo número de pratos de carnes, frutas e assim por diante, tanto quanto possível – algo em torno de duzentas ou trezentas iguarias⁶¹.

Todavia, se tivéssemos de nos guiar inteiramente pelas impressões dadas pelas notas de Nepveu e pelas descrições de Fermin e Stedman ficaríamos inclinados a superestimar o luxo com que os colonos se cercavam. O autor das *Remarques* condena justificadamente isso em seu feroz ataque no livro de Fermin⁶². No todo, os acessórios e enfeites das mulheres não eram excessivamente abundantes ou suntuosos em comparação com a Europa. Mas havia mais ostentação do que esse escritor pretende nos fazer acreditar. Havia uma ininterrupta sucessão de festas, bailes, especialmente de jovens, e eram consumidas uma quantidade imensa de comida e bebida. Essa forma de entretenimento alcançou seu auge durante o interregno inglês. Depois disso, as festas se deterioraram, tendo a pobreza se espalhado rapidamente e a partida de muitas famílias brancas posto fim a elas. Não eram mais os colonos que, pela sua força numérica, marcavam o ritmo na sociedade da cidade, mas os funcionários mais idosos nomeados pela metrópole e uns poucos *administrateurs*. Apesar disso, a mistura social entre colonos e administradores de fazendas continuaram numa escala mais modesta nos distritos. Aconteceu uma mudança no estilo de vida. Na própria

⁶¹ Nepveu MS.

⁶² *Remarques*, p. 58 e segs.

Holanda, houve uma mudança para um comportamento mais austero visível no início do século XIX como resultado da emergência de uma nova burguesia. Essa maior austeridade fez-se sentir na Colônia também, sem, contudo, fazer que instituições tipicamente coloniais como o concubinato desaparecessem. Isso provavelmente explica por que Van Lennep Coster, um oficial da Marinha que visitou o Suriname pela segunda vez entre 1837 e 1840, após um intervalo de dez anos, foi capaz de observar:

Uma grande mudança aconteceu no modo de vida dos moradores da cidade de Paramaribo desde minha estada anterior na Colônia. De maneira geral, as pessoas vivem uma vida mais tranqüila e observam as assim chamadas regras de etiqueta mais meticulosamente do que antes em seu comportamento social. Tornou-se moda, em muitos círculos proeminentes, que as visitas e festas ocorram após as 8 horas da noite; nessas ocasiões, atenção especial é dada à roupa, observando-se muita cerimônia⁶³.

Grandes bailes, festas e a atmosfera informal que prevalecia neles tornaram-se coisa do passado.

O clima intelectual era particularmente patético no primeiro século da existência da Colônia, embora mais tarde continuasse igualmente deprimente. Embora serões musicais acontecessem algumas vezes, como as performances de sociedades dramáticas amadoras, não há sinal de nada semelhante a uma intensa vida cultural. Os primeiros sinais de um renascimento são visíveis em meados do século XVIII quando uma loja maçônica foi criada no Suriname. A data precisa dessa fundação original não é conhecida. No último quartel do século XVIII, após a fundação da Loja Concordia em 1773 (houve antes disso uma loja

⁶³ G. van Lennep Coster, *Aanteekeningen gehouden gedurende mijn verblijf in de West Indiën in de jaren 1837 – 1840*. Amsterdam, 1842, p. 40.

semelhante com esse mesmo nome), a maçonaria tornou-se muito popular. Ela continuou a ser um dos elementos mais importantes da vida intelectual do Suriname até esta data. Pode-se mesmo dizer, por ora, que a antiga Loja Concordia foi o cenário de toda atividade cultural de alguma importância fora da igreja no período anterior a 1940⁶⁴. Um renascimento cultural também é observado em outros campos na última parte do século XVIII. Em 1775, foi aberto um *Hollandse Schouwburg* (Teatro Holandês), que empregou vários atores e atrizes que eram remunerados por seus serviços. No ano seguinte, os judeus criaram um teatro próprio.

Em 1780, criou-se uma sociedade de pesquisa em ciências naturais com *Raad-Fiscaal* Wichers (o último governador) como presidente. Por iniciativa de alguns judeus portugueses, em 1783, criou-se uma sociedade literária chamada *Docendo Docemur*. Várias outras sociedades desse tipo foram criadas, inclusive a sociedade de *De Surinaamsche Lettervrienden* (Sociedade Literária do Suriname), fundada em 1786. Nessa época, também, importou-se da Europa um grande número de livros publicados em várias línguas modernas e um grupo de cidadãos abriu uma biblioteca, que logo contou um bom acervo comparável a qualquer biblioteca do exterior⁶⁵. Essas sociedades dramáticas e literárias, contudo, tinham vida curta. Esse é um fenômeno que frequentemente observa-se no Suriname. A falta de continuidade cultural por causa da dependência das atividades culturais de um número relativamente pequeno de pessoas. De modo que, deixavam de existir quando algum de seus participantes falecia ou deixava o país. No começo do século XIX emerge uma quantidade de companhias teatrais amadoras. Dessas, a *Thalia*, fundada em 1837, sobreviveu a todas as demais; o edifício do mesmo nome que foi inaugurado como um teatro por essa

⁶⁴ *Enc. W.I.*, o artigo sobre Maçonaria.

⁶⁵ *Essai Historique*, II, p. 77.

companhia em 1839 é ainda usado como tal. A *Maatschappij tot Nut van't Algemeen* (Sociedade para o Bem-Estar Comum) foi também importante para a vida intelectual no início do século XIX. Seus membros se reuniam para discutir assuntos culturais. Mas a *Maatschappij* foi dissolvida em 1847.

O primeiro jornal foi lançado em 1774. Seguido por muitos outros, que só conseguiram manter-se à tona por períodos muito curtos. Na época da emancipação havia três jornais, publicados duas vezes por semana, em Paramaribo.

Até o começo do século XIX o nível educacional era muito fraco. Os professores não estavam à altura de sua tarefa e o padrão de ensino era baixo. Muitos colonos que podiam custear o envio de seus filhos para a metrópole para sua educação o faziam. A qualidade da educação melhorou com a chegada de vários professores qualificados em 1809, daí em diante a administração passou a se preocupar pelo sistema educacional.

Houve pouca mudança na posição das igrejas; a influência que elas exerciam sobre a população continuou a enfraquecer. Em 1785, permitiu-se instalação da Igreja Católica Romana, que tinha sido anteriormente impedida de entrar no país. Alguns dos mais proeminentes cidadãos tanto protestantes quanto judeus contribuíram para a construção de uma Igreja Católica Romana. O *Essai Historique* encara isto como um sinal de tolerância, enquanto Wolbers atribui o fato à indiferença em questões espirituais⁶⁶.

Em conclusão, há um fenômeno mais notável que é digno de menção, a saber, a influência da religião africana dos escravos sobre os senhores. É evidente, a partir do *Essai Historique*, que em caso de doença os europeus freqüentemente consultavam os curandeiros negros⁶⁷.

⁶⁶ *Essai Historique*, II, p. 26. Wolbers, *op. cit.*, p. 415.

⁶⁷ *Essai Historique*, II, p. 63; Von Sack, III, p. 92.

Menciona-se também, que algumas vezes, os europeus pressionavam os escravos convertidos que anteriormente desfrutavam de alguma fama como peritos nesse campo para que voltassem às suas antigas práticas⁶⁸. O contato prolongado de mulheres brancas com os escravos domésticos em particular, acabou fazendo que as senhoras atribuíssem alguma importância à fé desses escravos. Até poucas décadas atrás, era comumente sustentado no Suriname que ali ainda existia uma forte crença – e especialmente das senhoras da comunidade judaica, a única comunidade branca a ter residido na antiga Colônia – no poder dos vestígios da religião africana que ainda sobrevivia nas classes mais baixas. Daí essa crença ter-se transformado numa forma de superstição nesse grupo.

⁶⁸ Staehelin, *op. cit.* III: 2, p. 57, *Diarium 1783: Ein Umstand, der unsern Geschwistern vielfach Noth verursacht, ist, dasz viele Blanke ebenso sehr als die Neger an verschiedene Zauberkräfte glauben und bei allen Gelegenheiten ihre Zuflucht dazu nehmen und unsere Neger dazu zwingen wollen. Wenn die sich weigern, sagte man ihnen: Sind wir nicht Christen ebenso gut als ihr Herrnhutter, wenn wir so etwas machen könnt ihr es auch thun.*

Capítulo IV

A comunidade judaica

Os judeus do Suriname formam o único grupo de colonos brancos que ali se estabeleceu muito antes da emancipação e que manteve sua identidade como um grupo separado. Houve provavelmente judeus no país antes mesmo da chegada de Lorde Parham¹. Em 1652, diversos judeus entraram no país com Parham, e, em 1666, chegou um novo grupo com David (Cohen) Nassy.

Quando, em 1654, foi proibido o culto religioso judeu em território português, muitos deles deixaram o Brasil para os Países Baixos, onde, em 1654, receberam uma importante licença da Companhia das Índias Ocidentais. Essa licença garantia a um grupo o direito de se estabelecer em Caiena, que fora em sua maior parte conquistada pelos holandeses em 1656 e 1657. Além disso, receberam a liberdade de culto, o direito de ministrar sua própria forma de justiça e uma série de privilégios relacionados com os impostos. Esse grupo se estabeleceu em Caiena, mas se mudou para o Suriname quando Caiena foi conquistada pelos franceses em 1664. Ali, os britânicos lhes ofereceram uma recepção favorável. O grupo era formado por pessoas abastadas que trouxeram consigo seus bens e escravos, e, em especial, técnicas de plantio que tinham aprendido no Brasil. Os judeus exerceram considerável influência no desenvolvimento agrícola do Suriname.

¹ P. A. Hilfman, Some further notes on the History of the Jews in Surinam. *Publications of the American Jewish Historical Society* nº 16, local de publicação não mencionado, 1907; R. Bylsma, De stichting van de Portugeesch Joodsche gemeente en synagoge in Suriname; *W. I. Gids*, 1919, II, 8; F. Oudschans Dentz, *De kolonisatie van de Portugeesch-Joodsche Natie in Suriname*, Amsterdam, 1927.

Conta-se que um deles, um certo David Mercato, havia inventado um novo método de construir engenhos de açúcar em 1663².

Depois que a Colônia foi conquistada pelos zelandeses, muitos judeus se mudaram, tendo vários deles deixado o país em 1670, 1675 e 1677³. Contudo, seu número voltou rapidamente a crescer e, em 1694, noventa e duas famílias judaico-portuguesas e de 10 a 12 judaico-alemãs viviam no Suriname, além de cinqüenta pessoas solteiras. Eram proprietários de quarenta fazendas de açúcar com um total, naquele ano, de 9 mil escravos⁴. A maior parte dessas fazendas estava situada na parte alta do rio Suriname. A *Joden Savanne*, a aldeia judaica que abrigava uma grande sinagoga inaugurada em 1685, situava-se a três horas de barco de Paramaribo. Alguns dos judeus, entretanto, viviam em Paramaribo e seus arredores desde o início do século XVIII. Mas a *Joden Savanne* era o centro da vida judaica na Colônia. No início do século XIX, esse estabelecimento judeu foi gradualmente negligenciado e quase totalmente abandonado desde 1832. A vida religiosa centralizou-se daí em diante totalmente na cidade, onde as comunidades israelita portuguesa (desde 1737) e israelita germânica (desde 1735) tinham cada qual sua sinagoga. A sinagoga do grupo israelita germânico pertencia originalmente aos judeus portugueses, que a haviam fundado em 1720 e deram-na aos judeus alemães 15 anos depois. As relações entre os dois grupos foram, com freqüência, tensas. Isto se evidencia, entre outras coisas, a partir de resoluções pelas quais a comunidade alemã impunha multas a qualquer de seus membros que visitasse a sinagoga portuguesa, ou que estipulavam que quem se casasse com uma “portuguesa” estaria sujeito a “ter seu nome suprimido da lista de membros e rebaixado a membro associado”. Essa determinação foi

² *Enc. W. I.*, p. 386; Wolbers, *op. cit.*, p. 36.

³ *Enc. W. I.*, p. 386.

⁴ *Ibid.*, p. 386.

mantida até 1814 e foi também aplicada no caso de casamento com “mulatas”⁵.

Os judeus e, em especial, os judeus portugueses, formavam um grupo separado com direitos políticos próprios. Em 1665, obtiveram uma série de privilégios importantes. Tinham o direito de culto livre e adquiriram, além disso, direitos adicionais que os isentavam da obrigação de preencher cargos públicos compulsórios e de prestar serviço militar, contanto que fornecessem substitutos e não houvesse ameaça de invasão inimiga. Conseguiram, também, permissão para redigir testamentos e concluir casamentos de acordo com seus costumes e para conduzir seus próprios julgamentos, contanto que o veredicto não alcançasse uma multa superior a 10 mil libras de açúcar.

Quando Abraham Crijnsen conquistou o povoado, em 1667, o contrato concluído em sua transferência estipulava “que todos os habitantes presentes, de qualquer nacionalidade que possam ser, compartilharão e usufruirão dos mesmos privilégios que os holandeses com quem viverão em conjunto” (artigo 4)⁶.

A política que a sociedade adotou não introduzia mudança alguma na situação dos judeus. Em 1669, o governador Lichtenberg garantiu-lhes o direito de trabalhar aos domingos, e prometeu-lhes, além disso, executar as ordens do Conselho da Igreja Judaica em casos de desobediência, e mandar expulsar os agitadores da comunidade judaica da Colônia mediante consulta aos “Representantes da Nação”, a fim de manter a disciplina nas questões religiosas. Em 1671, uma guarda cívica especial judaica prestou juramento, tendo sido também citada em resoluções do governador e de seus conselheiros como a guarda do “bairro judeu”⁷. Os privilégios dos judeus foram explicitamente

⁵ *Ibid.*, p. 388.

⁶ *Essai Historique*, I, p. 113, 129.

⁷ *Essai Historique*, I, p. 133.

confirmados numa missiva datada de 10 de dezembro de 1685 dos diretores da sociedade para Van Sommelsdijck. Isto, contudo, não conseguiu impedir ou prevenir o surgimento de atritos em consequência desses privilégios e do lugar especial ocupado pelos judeus, de modo que o latente anti-semitismo, que os colonos não tinham deixado para trás ao deixar a metrópole, reergueu-se novamente e assumiu uma forma mais definida. Logo surgiram disputas sobre o direito dos judeus de contrair matrimônio. Em 1705, decidiu-se permitir aos judeus celebrar casamentos apenas “depois que um certificado de casamento editado pela *Hof* pudesse ser produzido, sob pena de uma multa de 200 florins”. O direito de trabalhar aos domingos era especialmente ofensivo. Van Sommelsdijck queria pôr fim a isso, mas, após uma petição de dois proeminentes judeus na Holanda, o conde Belmonte e Samuel Nassy, que haviam se estabelecido na Holanda após uma prolongada estada no Suriname, os diretores decidiram que o privilégio devia ser preservado. Mas esse veredicto não evitou no final sua revogação poucas décadas depois. Os judeus foram proibidos de fazer negócios e de abrir suas lojas aos domingos⁸.

O parágrafo de abertura da lei que faz essas proibições mostra claramente o ressentimento alimentado contra a comunidade judaica. Também revela que a proibição foi publicada após protestos terem sido levantados pelos consistórios das comunidades protestantes.

Saudações a todos os que vêem ou ouvem este escrito, pelo qual comunicamos que refletimos sobre as queixas dos Honoráveis Consistórios das comunidades holandesas e francesas respectivamente, submetidas ao lorde Raad Fiscaal aqui em Paramaribo, e encaminhada a nós por Vossa Reverência, a saber, com a finalidade de que membros da nação judia nesta cidade não tenham o direito de abrir suas

⁸ *Essai Historique*, I, p. 135, 139.

lojas aos domingos, não obstante nossas leis e resoluções em contrário; sendo esse dia reservado ao culto religioso, como para profaná-lo e irritar os cristãos; os judeus expõem todos os tipos de mercadorias em suas vitrines e as mascateiam nas ruas; e que além do mais, permitem que as mulheres costurem, teçam e façam todo tipo de trabalho de agulha na porta de casa, não só aos domingos, mas sempre que estamos a caminho da igreja, com todo o jeito de agir assim com o intuito premeditado de depreciar nossa religião e escarnecer de nossas leis (lei de 11 de novembro de 1718).

Numa pequena comunidade, a diferença de tratamento entre os moradores tende a irritar e dar origem a atritos. Portanto, as fontes históricas sobre o Suriname contêm numerosos dados sobre conflitos com o grupo judeu acerca de seus privilégios. Todavia, o relacionamento não era de um modo geral ruim até meados do século XVIII. O próprio Van Sommelsdijck tinha os judeus em alto conceito. Em 1684, escreve aos diretores da sociedade:

Finalmente, em conclusão ao acima exposto, devo dar testemunho de que diariamente sinto-me extremamente contente com a docilidade, diligência, disposição amigável e honestidade com que a nação judia age e se comporta. Gostaria de poder dizer a quarta parte disso de nossos cristãos⁹.

Os judeus eram nomeados para algumas funções públicas, tais como as de notário e assistente de coletor de impostos; mas nenhum deles jamais teve êxito em ser nomeado para uma função importante no século XVII ou XVIII, ou foi eleito membro da *Hof van Politie*. Pode-se, contudo, dizer que os colonos judeo-portugueses eram

⁹ Cartas de Van Sommelsdijck, *W. I. Gids*, 1923, p. 437.

respeitados e se misturaram socialmente com os demais colonos antes da metade do século XVIII ¹⁰.

A causa principal do anti-semitismo que se desenvolveu após 1750 era de natureza política. Desde o início, os judeus, que de alguma forma continuaram a considerar-se um grupo de certo modo discriminado e que, provavelmente, estavam conscientes do anti-semitismo latente dos colonos, procuraram a proteção dos diretores da sociedade na Holanda e a de seus representantes na Colônia, a saber, os governadores. Tentaram prestar aos governadores certos serviços, e tornou-se habitual que os representantes dos judeus visitassem o governador às vésperas de uma eleição de um novo membro da *Hof van Politie* a fim de perguntar-lhe em qual candidato deveriam votar. Esta parece ter sido uma tradição de longa data na Colônia. Mauricius relata ter-se oposto a essa prática quando chegou ao Suriname.

O costume de acordo com o qual os representantes judeus ou seus assim chamados governadores viessem apresentar seus respeitos ao governador na noite anterior ao pleito e perguntar-lhe quem Sua Excelência recomendava é tão antigo quanto a própria Colônia, costume que não introduzi, mas encontrei aqui já pronto¹¹.

Em um trecho do seu *Journal* por ocasião da substituição, o governador Beeldsnijder Matroos observa com referência a uma eleição que

O comportamento da nação judaica, tendo pouco a temer do poder do governador interino que está para se aposentar, foi arrogante ao extremo nessa questão, embora eles sejam por outro lado as pessoas através de quem um governador pode forçar a nomeação, *sed transeat*

¹⁰ *Essai Historique*, I, p. 155, 156.

¹¹ *Recueil van egte Stukken*, II, p. 96.

cum aceteris; e é quase uma questão de indiferença, pois muitos dos membros eleitos se misturam, seja como for, mais com seus colegas do que com o governador e seus ministros¹².

Essa tradição ainda existia no final do século XVIII. O antagonismo entre os colonos e a sociedade e seu representante – o governador –, que posteriormente emergiu na vida política, também deu origem a atritos entre os outros colonos e os judeus, que apoiavam o governo.

As tensões políticas existentes alcançaram seu clímax no governo de Mauricius e no período que se seguiu à sua aposentadoria. Os judeus apoiavam o partido de Mauricius – embora algumas vezes, em circunstâncias especiais, eles tenham retirado seu apoio – e essa atitude ofendeu os demais habitantes. O ressentimento contra eles nunca desapareceu inteiramente, sobretudo porque o grupo judeu havia preservado a tradição de apoiar o governador.

Creio que essa foi uma das principais causas das formas de anti-semitismo desenvolvidas aqui no Suriname e que, uma vez instaladas, foram constantemente agravadas por novos conflitos e controvérsias. Não me surpreende encontrar muitas queixas formuladas especialmente contra os judeus no *Verzoekpunten van Redres* (Itens Requeridos para Reparação), uma petição submetida pelos inimigos de Mauricius ao governo da Holanda no interesse dos fazendeiros e outros residentes. O artigo XXIII faz uma requisição para excluir os judeus das eleições de membros da *Hof van Politie*, pois “nenhuma outra nação cristã permite ou tolera que os judeus participem da direção dos negócios do país”; além disso, “(eles) oferecem ao governador seu voto, ou este é obtido deles por promessas ou ameaças”¹³. Todavia, o governo na Holanda não se sujeitava aos desejos dos colonos em relação aos judeus.

¹² Diário do governador Beeldsnijder Matroos, 9 de dezembro de 1784. Public Record Office: Government Archives.

¹³ Hartsinck, *op. cit.*, p. 817 e segs.

O relacionamento entre colonos judeus e não judeus piorava paulatinamente. Em 1761, alguns membros da *Hof van Politie* conceberam um plano para alocar bairros residenciais especiais para os judeus. Os diretores da Holanda não rejeitaram a proposta, mas observaram, em sua resposta, que os privilégios dos judeus tinham de ser mantidos¹⁴, e que nenhuma medida adicional jamais havia sido tomada para colocar esse plano em execução. Esses sentimentos antijudaicos tornaram-se ainda mais perigosos quando a posição econômica dos judeus se deteriorou acentuadamente durante a crise de 1765-1775 no Suriname. Os judeus foram o mais seriamente atingido de todos os grupos. As causas gerais da crise, em especial o aumento de enormes empréstimos que não foram utilizados em proveito de melhorias nas fazendas ou que foram gastos imprudentemente, as especulações em relação a oportunidades de crédito e, em conclusão, a suspensão do crédito foram igualmente sentidas pelos judeus donos de propriedades. Mas a posição dos judeus tornou-se especialmente desfavorável como resultado de uma circunstância especial surgida anteriormente, que teve conseqüências particularmente desastrosas na época. Os judeus estavam entre os donos de fazenda mais antigos, cujas terras, situadas ao longo do rio Suriname, como quaisquer outras na Colônia, foram exauridas. Não ocorreu aos donos usar fertilizantes. O solo exaurido dessas propriedades passou a produzir lucros cada vez menores. Esta foi uma das principais razões pelas quais os fazendeiros judeus foram incapazes de prosseguir. A crise alcançou seu clímax entre os anos 1770 e 1775, quando os prestamistas holandeses começaram a vender as fazendas dos proprietários que não haviam conseguido pagar os juros devidos. Muitas fazendas foram vendidas nesse período e os judeus foram os mais duramente atingidos. Os preconceitos que o resto da comunidade tinha formado contra eles não lhes permitiram obter mais crédito, ao contrário dos demais colonos; nem tiveram

¹⁴ *Essai Historique*, I, p. 159; Wolbers, *op. cit.*, p. 273.

oportunidade – como muitos colonos que tinham perdido suas fazendas – de continuar como administradores de suas antigas propriedades. Além disso, não conseguiram obter trabalho nas fileiras dos *administrateurs*, cuja tendência na época era amealhar grandes fortunas como representantes dos proprietários ausentes. Em 1760, os judeus ainda possuíam 115 das 591 fazendas, a maioria das quais eram fazendas de açúcar, enquanto por volta de 1788 esse número havia diminuído para 46, incluindo 16 fazendas de açúcar e de café; as restantes consistiam principalmente em fazendas produtoras de madeira¹⁵. Os preconceitos contra os judeus gradualmente assumiram uma forma estereotipada. Foram considerados responsáveis pela fuga dos escravos, pois tinham mandado muitos escravos para a selva durante a invasão francesa de 1712 para reduzir a participação deles no recrutamento imposto pelo almirante francês. Depois disso, supostamente provocaram um significativo aumento no número de desertores devido ao tratamento cruel a que submetiam seus escravos, pois não conseguiam manter a disciplina devido ao grande número de festas judaicas em que o trabalho era paralisado. Alguns os acusavam de intimidade demais com seus escravos, outros de excessiva crueldade. Diziam que eram maus fazendeiros, que só podiam culpar a si mesmos por sua ruína¹⁶. Os autores do *Essai Historique* reuniram provas suficientes para refutar essas opiniões. Estas, contudo, persistiram até a emancipação e entre as muitas vítimas inocentes encontravam-se judeus. Especialmente a opinião de que os judeus eram senhores excepcionalmente cruéis para seus escravos apareciam constantemente na literatura sobre o Suriname. Encontramos alusões a isso nos escritos de Hartsinck e Stedman e, até no século XIX, Teenstra escreveu sobre o tratamento cruel que os escravos recebiam especialmente nas mãos de proprietários judeus¹⁷.

¹⁵ *Essai Historique*, I, p. 72, 144, 147 e II, p. 50.

¹⁶ *Essai Historique*, p. 140 e 143.

¹⁷ Teenstra, *Negerslaven*, p. 46.

Não encontrei qualquer indício de que o tratamento a que os judeus submetiam seus escravos fosse pior do que o dado por outros colonos. Existem mesmo observações esparsas sobre escravos satisfeitos sob senhores judeus. Mas pode ser que os judeus tenham criado a impressão, no século XIX, de serem senhores de escravos cruéis e tirânicos, pois eles eram, naquela época, um dos poucos grupos de colonos dos primórdios da colonização que, mais do que qualquer outro grupo, tinham inconscientemente preservado os costumes do passado de uma colônia escravagista tanto por manter uma certa intimidade com seus escravos como pela severidade das punições. Além disso, muitos judeus eram vigorosos opositores da emancipação. Isto deu origem a uma atitude hostil em relação a eles por parte do povo e dos protagonistas da emancipação. O *Essai Historique* sintetiza a posição dos judeus após 1770, como exposto a seguir. Depois de esboçar a conclusão de que até a época de Mauricius os judeus viviam em circunstâncias favoráveis, apesar de alguns pequenos aborrecimentos e leves dificuldades em relação a seus privilégios, os autores continuam:

Mas logo que os judeus perderam sua riqueza e que a pobreza se fez sentir, todos os recursos lhes foram barrados, começaram menosprezos contínuos, afastamento de tudo o que lhes interessava e a palavra insultuosa *Smous* foi prodigalizada aos portugueses e alemães indistintamente até se tornar, em seguida, a palavra favorita, empregada pelos próprios escravos, para designar com desprezo todo e qualquer judeu: efeito infeliz do costume das crianças na casa de seus pais, & dos escravos nas de seus amos. Em conseqüência, as casas judias não foram mais freqüentadas pelos cristãos e nunca mais foram convidados para nenhuma festa ou comemoração privada ou pública. Falavam-lhes até com arrogância, & várias vezes os judeus experimentaram (excetuando a condenação jurídica) o que disse *Candide*, quando veio ao Suriname. Esse afastamento criou a seguir uma indiferença tão notável, que passou de pai para filho, a

maior parte dos cristãos atribuíram uma espécie de baixeza a ter-se familiaridade com os judeus. Esquecidos, portanto, de seus vizinhos, eles retomaram em casa, em suas famílias uma maneira de viver, que, ainda que afastada do fausto & de uma limpeza minuciosa & forçada é talvez mais natural & mais moral aos olhos de um bom observador filósofo do que se faz em outras partes. Essa indiferença que, dando vazão à prevenção, produzia ódio, foi causa de que, à menor falta cometida por um indivíduo do grupo, a Nação inteira fosse acusada. Jamais *tal judeu* havia cometido este erro ou aquele crime, mas *os judeus o cometeram*, &, embora várias ofensas feitas à Nação tenham sido constantemente reparadas pela conduta sempre uniforme dos senhores proprietários, o preconceito continuava¹⁸.

Esta é uma excelente análise da origem de uma corrente anti-semítica e seus sintomas. No Suriname, como em outro lugar qualquer, o judeu foi transformado em “bode expiatório” em épocas de graves tensões.

No próprio grupo judeu, o infortúnio que o atingiu efetuou as mudanças que também são observáveis em situações contemporâneas, onde quer que haja crise em sua vida. Os judeus desenvolveram sentimentos agudos de culpa e encaravam a desventura que lhes acontecia como uma forma de retribuição divina. Sentimentos de agressão em relação a outros habitantes da Colônia que eles não eram capazes de expressar ou de dar vazão de outra forma qualquer, eram dirigidos contra o próprio grupo. A antiga lei canônica era aplicada com extremo rigor; o fanatismo tinha livre curso, enquanto os governadores exerciam sua autoridade penal livremente. Assim, os judeus enfrentaram uma época extremamente difícil. Não eram mais designados para funções públicas menores, como antes, e eram proibidos de exercer o comércio como padeiros ou vendeiros. A guarda cívica

¹⁸ *Essai Historique*, I, p. 156.

judaica era insultada durante seus exercícios e os escravos dos colonos judeus eram proibidos de passar a noite na cidade. Todas essas medidas eram racionalizadas pelos preconceitos existentes. Outro exemplo de discriminação era a proibição de freqüentarem o teatro. Por esta razão, abriram seu próprio teatro em 1776, cujo padrão de representação, de acordo com o autor das *Remarques*, era bem superior ao do teatro holandês. O fato de que vários colonos de descendência não judaica atuavam como amadores no teatro judeu mostra que não havia uma discriminação total¹⁹.

As condições melhoraram para os judeus várias décadas depois, no governo de Texier, que se mostrava simpático a eles. Sob seu mandato, o ex-governador Wichers era *Raad-Fiscaal*. Este, como mencionado anteriormente, foi o fundador do *Genootschap voor Natuurstudie* (Sociedade para o Estudo da Natureza), para cuja filiação os judeus também eram elegíveis. Sob o governador Wichers, outras mudanças para melhor foram introduzidas. Wichers tornou-se patrono da sociedade literária judaica *Docendo Docemur* e ele mesmo teve um papel efetivo em suas atividades, junto com muitos cidadãos proeminentes, inclusive o ex-governador Friderici. Pela primeira vez em anos, um judeu era designado para uma função no governo²⁰.

Houve apenas uma leve melhora na posição econômica dos judeus. Muitos deles viviam com uma renda magra; essas pessoas eram empregadas como escriturários nos escritórios de administradores de fazendas e de umas poucas casas comerciais. O *Essai Historique* menciona também 150 famílias judias pobres que tinham que viver do mercado varejista numa cidade que oferecia oportunidades muito limitadas nesse campo, e em que numerosos cidadãos tinham seus escravos empregados no comércio. O comércio agrícola era uma linha secundária a que as

¹⁹ *Remarques critiques*.

²⁰ *Essai Historique*, I, p. 164.

donas-de-casa e mesmo as senhoras prósperas do país se dedicavam. Um grupo de cem a 120 pessoas ainda levava uma vida miserável na *Joden Savanne*, tendo como principal fonte de renda o comércio com os oficiais e soldados do posto militar vizinho.

Mesmo assim, uma quantidade considerável de riqueza ainda estava em mãos de judeus. Das 1.119 casas de Paramaribo valendo de oito a oitenta mil florins, 213, de valores variados, eram de propriedade de judeus. Havia ainda algumas famílias que possuíam fortunas enormes, bem como um grupo com fortunas menores, obtidas principalmente do comércio de madeira²¹. Mas cerca de dois terços da população judia vivia na pobreza. Esse grupo consistia principalmente em judeus nascidos no Suriname que haviam perdido suas fortunas, embora a proporção também tivesse aumentado à imigração de judeus pobres. Em consequência disso, foi promulgada uma lei proibindo o assentamento na Colônia de judeus sem capital²².

Em 1825, ocorreu uma mudança na situação dos judeus que finalmente levou ao desenvolvimento que possibilitou que eles ocupassem uma posição influente na Colônia. No começo do século XIX, não houve, contudo, sinais desse desenvolvimento tardio. Numa missiva ao Conselho do Estado, o governador Beranger, embora ele mesmo fosse um homem de opiniões liberais, advertia contra a igualdade de religião e contra a elegibilidade de todos os cidadãos para as diversas funções, pois ouvira dizer que a designação de judeus resultaria com certeza em caos²³.

O preconceito contra os judeus estava mais forte que nunca após o interregno britânico. A. F. Lammens, membro da *Hof van Justitie* (Corte de Justiça) em Paramaribo e posteriormente seu presidente, escreveu em seu diário, em 1816:

²¹ *Essai Historique*, I, 185, nº II, p. 21.

²² Wolbers, *op. cit.*, p. 173.

²³ Wolbers, *op. cit.*, p. 501.

O artigo 26 da Constituição estipula que a *Raad van Politie* (Corte de Polícia) e seus membros devia ser constituída por donos de fazendas; isto limita seriamente a escolha, pois há poucos colonos não judeus que sejam proprietários de fazendas, e não foi considerado desejável ter judeus na *Raad*²⁴.

Em 1825, entretanto, os judeus obtiveram os mesmos direitos como membros de outras assembléias e, com base nesse fato foram extintos seus privilégios. Com essa finalidade, foi promulgada a Ordem da Coroa de 2 de abril de 1824 pelo governador-geral de Veer, em 20 de junho de 1825. Por instigação reiterada do comissário-geral Van den Bosch, que passou algum tempo no Suriname em 1828, outros judeus foram igualmente designados para funções públicas. Direitos civis iguais foram enfaticamente conferidos a todos os cidadãos, “independentemente de credo ou cor”, e as autoridades foram aconselhadas a lutar contra os preconceitos existentes pelo artigo 116 da Constituição redigida por Van den Bosch²⁵.

Em 1836, deparamos com o primeiro membro judeu de um corpo representativo, um homem chamado S. de la Parra. Até 1865, todavia, esse era um fato raro. Os preconceitos contra judeus tampouco desapareceram na primeira metade do século XIX. Já em 1842, Teenstra escrevia: “No Suriname, os judeus são vistos com desprezo não só pelos cristãos, mas também pelos negros, tanto que estes não são obrigados a encará-los como europeus”²⁶. Entretanto, a influência dos judeus tornou-se mais forte, especialmente porque eles haviam se tornado o maior grupo de colonos brancos permanentes. Pessoas novas, que tinham sido influenciadas pelas idéias correntes que surgiram como resultado da emancipação dos judeus na Europa, vieram para a Colônia.

²⁴ L. C. van Panhuys, *W. I. Gids*, 1934, p. 160 (*Dagboek van Lammens*).

²⁵ *Regeeringsreglement*, 24 de julho de 1828 (G. B. n° 3).

²⁶ Teenstra, *Negerslaven*, p. 45.

O poder que um judeu chamado Egbert van Emden – embora não sendo mais um adepto da fé judaica – teve sobre o governador Schimpf foi um prelúdio da influência que os judeus viriam a adquirir posteriormente. Van Emden tornou-se um dos líderes do partido reacionário que se opôs à abolição da escravidão. Wolbers observou:

A ascendência de Van Emden sobre Schimpf tornou-se completamente irrestrita; não só seus parentes e amigos receberam postos lucrativos, mas Schimpf o consultava sobre todas as coisas, e não fazia quase nada sem primeiro pedir a opinião de Van Emden²⁷.

Por conseguinte, entre 1855 e 1859, iniciou-se o processo pelo qual judeus proeminentes vieram a formar uma aristocracia juntamente com funcionários mais antigos nomeados da Holanda. O poder dessa aristocracia alcançou seu apogeu na segunda metade do século XIX, quando encontramos muitos judeus influentes entre os mais altos funcionários e como membros dos corpos representativos.

²⁷ Wolbers, *op. cit.*, p. 749 e 769. Charles Pierre Schimpf foi governador de 1855 a 1859.

Capítulo V

Os mulatos e negros livres e a posição dos alforriados

Os mulatos e negros livres constituíam um grupo para o qual havia pouco espaço, do ponto de vista econômico, numa sociedade que tinha o sistema de plantação como base socioeconômica. Não havia em princípio oportunidades para uma classe de cidadãos livres numa sociedade em que uma pequena minoria de europeus como líderes e um grande grupo de escravos dedicavam-se à agricultura para suprir principalmente o mercado externo. Nesse tipo de sociedade, a classe média só é capaz de desempenhar um papel secundário. Ela poderia apenas ser constituída de artesãos, escriturários e comerciantes. Nos primeiros anos da existência da Colônia, os artesãos eram exclusivamente europeus, mas quando os escravos mulatos e negros aprenderam os diferentes ofícios nas fazendas, tornou-se regra geral para os donos de propriedades terem seus próprios artesãos entre seus escravos, de modo que o número de pessoas livres que exerciam uma profissão permaneceu pequeno até o início do século XIX. Os judeus eram geralmente empregados como escriturários e também monopolizaram o comércio varejista; conseqüentemente, completavam uma antiga pequena classe média na Colônia, uma vez que não eram fazendeiros nem comerciantes abastados.

Escravos alforriados, mulatos e negros podiam trabalhar na lavoura em pequena escala e cultivar os gêneros alimentícios necessários aos moradores da cidade. Mas seus próprios escravos se encarregavam dos suprimentos, e, além disso, comercializavam o excedente, como mencionado anteriormente – uma prática da qual os varejistas judeus se queixavam com freqüência. Nepveu relata que

Muitos cidadãos criam vacas, e seu leite, bem como as hortaliças excedentes, são vendidos pelos mais proeminentes cidadãos por intermédio de seus escravos, muitos deles mantendo deliberadamente dez, doze e até vinte animais, pois o leite e as hortaliças produzem um bom lucro”¹.

Havia também algumas hortas comerciais nos arredores da cidade, cultivadas por proprietários brancos com um número pequeno de escravos.

Havia outro fator, secundário. Aqui se apresentou um problema que também foi de extrema importância em relação aos problemas de mão-de-obra que surgiram após a emancipação. Muitos escravos alforriados eram escravos domésticos ou artesãos, que, portanto, não eram usados no trabalho agrícola. Por conseguinte, teriam ficado numa posição desfavorável para competir com os plantadores de hortaliças com fins comerciais que usavam mão-de-obra forçada sob supervisão especializada.

É, portanto, compreensível que os escravos alforriados tenham se estabelecido especialmente na cidade como artesãos ou aprendizes. Pode-se dizer que a maioria dos que praticavam um ofício em Paramaribo era negra. Constituíam o núcleo da classe média negra.

Observamos anteriormente que, apesar de todas as leis e proibições, um processo de miscigenação entre proprietários brancos e suas escravas que desmentia todas as noções de aversão racial primária, seria observado desde o início da colonização. As crianças nascidas desses relacionamentos nem sempre eram automaticamente livres. Em 1738, o primeiro ano para o qual o número de mulatos e negros livres está disponível, o total de pessoas alforriadas, inclusive os negros, era de apenas 598 em oposição a 2.133 europeus². O processo de miscigenação continuou por mais de oitenta anos.

O número de alforrias permaneceu baixo até 1787; o número de mulatos e negros livres relativo a esse ano é de 650; por conseguinte, o

¹ Nepveu MS.

² Van Hogendorp, *op. cit.*; Van der Oudermeulen's *Memorandum*.

número de pessoas alforriadas aumentara em apenas 52 durante um período de cinqüenta anos, uma circunstância também ligada ao baixo índice de nascimentos em relação às mortes nesse grupo³. Embora os números à nossa disposição sejam baseados em estimativas, são tão valiosos quanto um índice. De acordo com estatísticas disponíveis, essa classe aumentou rapidamente entre 1787 e 1791, pois em 1791 o número de mulatos e negros livres chegou a 1.760, isto é, três vezes mais que em 1787⁴. Essa quantidade quase dobrou (para 3.075) em 1812 (a estatística para esse ano pode ser considerada precisa). Naquele ano, o grupo de mulatos e negros livres tornou-se o maior grupo de pessoas livres; a proporção entre esse grupo e o grupo de europeus era de 3:2. Por volta de 1830, havia aumentado ainda mais, para 5.051⁵.

O ano de 1830 é o único ano para o qual estão disponíveis estatísticas mais elaboradas e, embora não sejam inteiramente precisas, elas dão, de qualquer modo, uma idéia das proporções entre os grupos sociais e étnicos. Parece que, dos 5.041 mulatos e negros livres, 3.947 eram mulatos e 1.094 negros. Portanto, o número de mulatos livres era quase quatro vezes o de negros livres. Do total de escravos, 3.033 eram mulatos e 45.751 negros; o total de pessoas negras era 6.980. Parece, então, que aproximadamente 43% da população negra era ainda de escravos. Uma comparação do número de crianças e adultos e dos números de homens e mulheres nos grupos de mulatos livres, escravos e negros livres apresenta o seguinte quadro:

	Meninos	Meninas	Total	Homens	Mulheres	Total	Total geral
Mulatos livres	937	973	1.910	718	1.319	2.037	3.947
Escravos	968	859	1.827	492	714	1206	3.033
Negros livres	120	117	237	262	595	857	1.094

³ *Essai Historique*, II, p. 37.

⁴ Teenstra, *Landbouw*, I, p. 204.

⁵ Wolbers, *op. cit.*, p. 564, e Teenstra, *Landbouw*, II, p. 204.

O gráfico acima mostra que o equilíbrio entre homens e mulheres era irregular nos diferentes grupos e que no grupo dos negros livres, em particular, havia uma proporção anormal entre o número de crianças e adultos. Havia relativamente poucas crianças nas famílias de escravos alforriados. No grupo livre, havia 1.914 mulheres e 980 homens no total, de modo que o número de mulheres era quase o dobro do de homens. Observando a distribuição geográfica do grupo de pessoas livres em toda Paramaribo e distritos, vemos que a maioria era residente em Paramaribo, enquanto apenas 1/12 (399) vivia nos distritos.

Os índices de nascimentos e mortes no caso da população livre como um todo eram os seguintes nos 30 anos anteriores à emancipação:⁶

Ano	Nascimentos	Mortes		Ano	Nascimentos	Mortes	
1829	222	225	- 3	1846	190	855	- 565
1830	239	244	- 5	-	-	-	-
1831	227	350	- 23	1849	346	345	+ 1
1832	219	319	- 100	1850	384	342	+ 42
1833	214	282	- 68	1851	384	742	- 358
1834	245	201	+ 44	1852	376	358	- 18
1835	261	301	- 40	1853	371	399	- 28
-	-	-	-	1854	415	584	- 169
1837	284	304	- 20	1855	352	632	- 280
1838	244	278	- 34	1856	473	459	+ 14
1839	286	219	+ 67	1857	445	525	- 80
1840	270	316	- 46	1858	487	502	- 15
1841	291	390	- 99	1859	412	534	- 122
1842	248	371	- 123	1860	490	480	+ 10
1843	279	405	- 126	1861	456	564	- 108
1844	287	371	- 84	1862	446	491	- 45
1845	260	418	- 158	-	-	-	-

⁶ Para os dados até 1864, cf. P. Melvill de Carnbee, *Moniteur des Indes*, Vol. I, p. 134, e *Bijdragen tot de Kennis der Nederlandsche en Vreemde Koloniën*, Utrecht, 1847, *Statistieke opgaven betreffende Suriname*, p. 437. Para os dados relativos aos anos de 1849-1862: *Koloniale Verslagen*.

Durante 31 anos, em apenas sete houve um excedente de nascimentos em relação às mortes. Examinando a situação nos 13 anos anteriores à emancipação, vê-se que o número de mortes excedeu o de nascimentos em 1.121. Mulatos e negros perfaziam a maioria do grupo de pessoas livres, e pode-se presumir com segurança que a proporção de nascimentos e mortes era especialmente desfavorável no caso deles. Por conseguinte, o grupo em questão mostra um índice reprodutivo anormal.

Nota-se que os índices por sexo e faixa etária também são irregulares nesse grupo, mas podem ser explicados devido às alforrias. As pessoas alforriadas eram na maioria concubinas e seus filhos que haviam sido libertos ou resgatados pelos homens brancos com quem tinham tido relacionamentos. Outra categoria de pessoas alforriadas, um grupo igualmente grande, consistia em escravos domésticos que haviam conquistado sua liberdade como recompensa pela fidelidade. O número de escravos capazes de fazer dinheiro suficiente para adquirir a própria liberdade com seu próprio trabalho era ínfimo. O fato de o número de mulatos livres exceder o número de negros livres era resultado tanto da preferência sexual por mulheres negras como devido à miscigenação entre mulheres negras livres e homens brancos, de modo que essas davam à luz filhos mulatos. As pessoas de cor, além disso, eram predominantemente escravos domésticos. Por via de regra, esses escravos não eram usados para o trabalho no campo, mas como criados domésticos ou artesãos nas fazendas. Como artesãos, tinham mais oportunidades de ganhar dinheiro extra, de modo que isto, por sua vez, permitia-lhes um começo no caminho para a liberdade⁷.

Os números para os anos anteriores à emancipação mostram a distribuição dos alforriados por grupos de faixa etária e por sexo⁸.

⁷ J. D. Kunitz, *Surinam und Seine Bewohner*: Erfurt, 1805, p. 64; Von Sack, *op. cit.* I, p. 184.

⁸ *Koloniale Verslagen* 1857–1862.

Ano	Homens					Mulheres					Total geral
	Menos de 12	12-40	Mais de 40	Desconhecido	Total	Menos de 12	12-40	Mais de 40	Desconhecido	Total	
1857	45	35	10	2	92	37	34	49	3	123	215
1858	47	39	16	—	102	45	56	32	1	134	236
1859	35	30	20	1	86	63	60	36	8	167	253
1860	38	47	15	—	100	37	79	37	—	153	253
1861	54	40	18	3	125	48	57	59	4	168	293
1862	52	72	26	1	150	53	117	67	5	242	392
Total	271	273	105	7	655	283	293	280	21	987	1642

Esses números revelam uma tendência geral que sempre foi uma característica da alforria. Vemos mais mulheres do que homens obtendo sua liberdade, especialmente mulheres com mais de 40 anos. Nesse grupo etário o número de mulheres alforriadas é quase três vezes maior do que o de homens alforriados. Podemos presumir que essa categoria era constituída, em grande parte, de concubinas ou de mães de filhos de senhores brancos. Há, além disso, uma mudança favorável na proporção entre o número total de homens alforriados e o de mulheres nos anos anteriores à emancipação. Nesses anos, os escravos tiveram maiores oportunidades de comprar a própria liberdade do que anteriormente, quando os senhores relutavam em libertar um bom artesão, por exemplo. Os senhores viram a emancipação aproximando-se rapidamente, sem terem contudo a certeza de receber alguma compensação por seus escravos. Por conseguinte, tornaram-se consideravelmente mais condescendentes em relação à alforria.

Antes desse período, a alforria não era facilmente obtida. Os europeus não gostavam de ver o número de escravos libertos aumentar e tentaram pôr fim ao processo por meios legais. Em 1733, entrou em vigor uma lei sobre a alforria que a tornou consideravelmente mais difícil. De acordo com o texto de 1741 por nós conhecido, nenhum escravo, homem ou mulher, seria dessa data em diante liberto, exceto

com a permissão da *Hof van Politie* e a menos que providências tivessem sido tomadas para assegurar que ele (ou ela) poderia prover a própria subsistência, de modo a que não se tornasse um fardo para a Colônia. Esta medida foi tomada em virtude da

freqüente prática de libertar escravos e mulatos; o aumento de escravos livres e as diversas conseqüências malélicas disto, pois uma vez soltos, com freqüência não hesitavam contudo em se misturar com escravos ainda a serviço de seus senhores, e a pervertê-los com suas bebedeiras e comportamentos pecaminosos, para grande detrimento dos proprietários.

Em 1788, ficou decidido que todo escravo acima de 14 anos devia pagar à administração 100 florins, e que cada escrava e criança com menos de 14, 50 florins. Os homens podiam ser isentos de cumprir essa exigência servindo sem pagamento no Corpo de Negros Livres durante três anos (lei de fevereiro de 1788). Esse edito, que restringia ostensivamente a alforria, dificilmente pode ser conciliado com o marcante aumento do número de alforrias observado no período entre 1791 e 1812, ou com a política do governador Wichers, a quem esse aumento pode, com toda probabilidade, ser atribuído. É possível que as autoridades tenham se empenhado em submeter a alforria a medidas corretivas saudáveis, a fim de evitar que o Estado ficasse sobrecarregado com um grande número de pessoas desempregadas, incapazes de se sustentar. Nesse caso, a política de Wichers, que discutiremos mais adiante, contradiz apenas aparentemente a lei acima mencionada. Uma lei datada de 30 de dezembro de 1803 mostra que as autoridades tentaram de fato manter baixo o número de pessoas não-produtivas dependentes do Estado: daí em diante, a alforria só seria possível se a pessoa que concordava em ser fiadora de um escravo alforriado se comprometesse a depositar a quantia de 2 mil florins ao deixar a Colônia, caso o escravo se mostrasse incapaz de se sustentar. Se ela

deixasse de pagar, ser-lhe-ia recusada a permissão necessária para deixar o país. O objetivo dessa medida era evitar “a multiplicação excessiva” do número de alforrias. O decreto publicado em 11 de julho de 1804, declara que “o aumento do número de pessoas alforriadas tornou-se tão significativo ultimamente, que isto ainda serve como mais um motivo para a presente matéria”; a soma a ser paga para a libertação de um adulto aumentou para 500 florins, e para 250 florins para as crianças com menos de 14 anos.

Devemos presumir que nessa época a administração rompeu completamente com a política de Wichers.

Em 1825, quando o problema da mão-de-obra se tornara crítico em decorrência da suspensão da importação de novos escravos, esses foram proibidos por lei de comprar sua liberdade. A proibição restringiu as oportunidades de muitos escravos obterem a liberdade.

Em 1832, uma lei inteiramente nova sobre a alforria foi promulgada (G. B. 1832, nº 2). Daí em diante, toda pessoa que desejasse dar a liberdade a um escravo tinha de depositar uma soma de 300 a 500 florins e apresentar um certificado de admissão do escravo como membro de uma congregação “reconhecida”.

Em 1850, todas as restrições aplicáveis à alforria foram revogadas. Esta foi uma introdução à emancipação, que se seguiu 13 anos mais tarde. Conseqüentemente, o número de alforrias aumentou muito. Entre 1842 e 1846, 699 pessoas foram libertadas; após 1850, 1.429 pessoas em um período de mesma duração, a saber, entre 1852 e 1856. Portanto, observa-se que o número de alforrias dobrou nesse período. Embora o total de alforrias tenha aumentado desde o início do século XIX, os números que acabamos de reproduzir mostram a influência repressora exercida pelas medidas restritivas.

O grupo de mulatos e negros livres, como era chamado, constituía-se de diferentes categorias. Essas categorias eram distinguíveis não apenas com base na raça, mas também de acordo com normas jurídicas.

Havia uma distinção entre mulatos livres e negros livres. Eles constituíam grupos separados entre os quais pode ter havido algum contato apesar de terem se mantido isolados. O grupo de mulatos considerava-se mais importante que o grupo negro. Não somente os mulatos assemelhavam-se mais aos senhores brancos, como também recebiam deles um tratamento preferencial e, por conseguinte, ocupavam uma posição socialmente melhor que a dos negros emancipados. A maioria das mulheres que fizeram o assim chamado “casamento no estilo Suriname” com europeus era de mulatas. A ambição das mulheres mulatas era casar-se ou coabitar com europeus.

Mulheres dessa classe absorvem os preconceitos dos brancos como resultado de misturarem-se com eles; elas consideram os europeus incondicionalmente superiores, e os mulatos objetos inferiores. Prefeririam viver em pecado com os brancos a se unirem com mulatos nos estreitos laços do matrimônio⁹.

A tendência das mulheres de escolher homens com maior prestígio continuou no século XIX. Vivendo em concubinato com um homem importante, a mulher podia ganhar prestígio para si mesma e seus parentes e receber melhores benefícios materiais.

Entre solteiros brancos e jovens mulatas com algum grau de refinamento, desenvolveu-se uma forma especial de relação social da qual os negros eram excluídos. No diário de H. M. van der Goes, um oficial que passou cinco dias em Paramaribo em 1825, encontramos a descrição de um baile na casa de A. Halberstadt, funcionário holandês que depois se viu envolvido num conflito com o governo local e publicou um libelo sobre o caso em questão. Nesse baile, Van der

⁹ Ver a carta do governador-geral Wichers ao secretário de governo, Munter, datada de 14 de dezembro de 1784, Public Record Office: *Verspreide West-Indische Stukken*, 427.

Goes encontrou apenas homens brancos e mulheres negras. Ao manifestar surpresa pela ausência de mulheres européias a seu anfitrião, este disse:

os europeus, que se consideravam a elite da Colônia, não admitiriam que nenhuma mulher européia jamais se misturasse socialmente com um negro (como os descendentes de mulatos eram ali chamados), mas que eles, como solteiros, não eram tão reservados no que dizia respeito às mulheres negras, embora não tolerassem cavalheiros negros em suas festas.

Por conseguinte, Van der Goes concluiu que esse tipo de mistura social não devia ser altamente considerado. Sua descrição oferece uma ilustração interessante de uma forma de contato social entre homens brancos solteiros e jovens mulatas casadouras da classe média que desempenhavam um papel importante no desenvolvimento da sociedade do Suriname¹⁰.

A administração, desde o começo, fazia distinção entre mulatos e negros emancipados. Isto se torna manifesto nas medidas administrativas na época em que o número de alforrias estava aumentando. Numa lei de 28 de fevereiro de 1775, a *Hof van Politie* determinou que

deste momento em diante nenhum *negro* será admitido para a designação de conselheiros desta *Hof*, a menos que tenha *nascido livre* ou que seja um membro confirmado ou adepto de alguma congregação.

Portanto, essa lei não concernia os mulatos alforriados. Uma lei de 1761 proibiu os negros livres e índios de vender rifles, pólvora ou

¹⁰ B. de Gaay Fortman, Een vijftiende eeuwse bezoek in Suriname in 1825. *W. I. Gids*, 1948, p. 15.

balas; mulatos livres não são mencionados em relação e esse regulamento. Do mesmo modo, mulatos e negros livres eram designados para os diversos batalhões do exército.

Constata-se que a lei de 1775 fazia distinção entre negros nascidos livres e negros alforriados. Isto também aponta para duas outras categorias que podem ser distinguidas dentro do grupo de mulatos e negros livres, a saber, a categoria de pessoas nascidas livres e a das alforriadas.

Embora com base na posição social e nas características étnicas os mulatos e os negros nascidos livres e alforriados formassem juntos um só grupo, há indicações suficientes de que devemos distingui-los em dois grupos de *status* diferentes. Mesmo após sua libertação, os escravos alforriados eram submetidos a regulamentos restritivos que os tornavam uma categoria legalmente separada. A Ordenação sobre a alforria estipulava que os escravos libertos por seus donos

não deviam mostrar a mínima arrogância ou insolência para com os brancos ou molestá-los de qualquer forma, nem permitir que escravos fizessem isso, mas que deviam, ao contrário, mostrar a todos os brancos sem distinção todos os sinais de respeito e deferência, sob pena de punição de acordo com a ofensa. Os alforriados eram, desse modo, enfaticamente avisados de que, embora em outros aspectos usufruíssem dos mesmos direitos das pessoas nascidas livres, eles seriam em tais casos considerados como pessoas em dívida com os europeus pelo inestimável dom da liberdade.

Os “direitos iguais” das pessoas alforriadas eram reconhecidos, mas ao mesmo tempo, inventava-se uma série de regulamentos especiais para restringi-los.

Os alforriados desfrutavam de plenos direitos políticos, contanto que não fossem negros puros – estes só podiam participar de eleições se fossem nascidos livres e preenchessem as outras condições para ter o

direito de votar, isto é, a posse de uma casa ou terra na Colônia¹¹. No que se referia a seu *status* cívico, contudo, estavam sujeitos a uma série de regulamentos especiais, pois os laços entre pessoas alforriadas e seus antigos donos eram perpetuados. Eram obrigadas a mostrar a esses “todo respeito, honra e reverência” e seriam privadas de sua liberdade por seus antigos donos se “batessem neles, os ferissem ou os afrontassem de qualquer modo”. Os alforriados eram obrigados a sustentar seus antigos proprietários se eles caíssem na miséria e, nesse caso, prover seu sustento com um valor “a ser estipulado pelo Juiz”. Tinham a mesma obrigação em relação aos filhos de seus patrões. Se uma pessoa alforriada morresse sem filhos, um quarto de seus bens passava para seu antigo senhor ou para seus filhos.

As pessoas alforriadas podiam se casar entre si, mas eram proibidas de se casar com escravos. Relações sexuais com escravos eram proibidas, e se resultassem em filhos, os alforriados seriam sentenciados a uma multa em dinheiro. Por uma segunda ofensa, seriam passíveis de “correção corporal”, e, por uma terceira, podiam ser privadas de sua liberdade. Eram, além disso, proibidas de participar de bailes organizados por escravos (lei de 4 de fevereiro de 1761). Em 1769, um toque de recolher às 9 horas da noite foi imposto aos alforriados. Foi provavelmente uma medida temporária, mas sublinha mais uma vez a posição especial dos escravos alforriados. Em 1816 (G. B. nº 11) foi introduzido um regulamento segundo o qual não lhes era permitido deixar a Colônia até um ano após a alforria.

¹¹ Embora, de acordo com a Constituição, todos os colonos estivessem habilitados a participar das eleições, todos os tipos de proibições restritivas eram impostas, reduzindo consideravelmente o número de votantes. Em meados do século XVIII, eleições parecem ter sido efetuadas pelo conselho com base num regulamento provido para isto em casos em que o aumento de uma população tornasse uma eleição geral dos membros do conselho impraticável ou conduzisse com certeza à desordem. Ver *Enc. W. I.*, p. 118, e Hartsinck, *op. cit.*, p. 875.

Até pouco antes da abolição da escravidão, a política do governo estava centralizada na manutenção da distinção entre mulatos e negros nascidos livres e pessoas alforriadas. Em 1836, um certo Albertus of Van de Vijver (era costume das pessoas alforriadas se darem o nome de seus donos e anteporem a esse nome o prefixo “van” [de], de modo que, no Suriname, “van” era com frequência indicativo de origem escrava) requereu um “certificado de legitimação” para seu filho natural Albertus Pieter van Dorpel, gerado por ele com uma escrava de nome Frida (depois falecida). Esse requerimento, junto com o parecer da *Hof* em Paramaribo e o do procurador-geral foi submetido ao rei. O rei, por sua vez, o encaminhou ao ministro da Justiça em vista do fato de que o procurador, apoiado pelo governador-geral, aconselhara a rejeição do pedido, embora a Corte de Justiça não tivesse encontrado fundamentos para a rejeição. O ministro questionou o procurador-geral da Alta Corte de Justiça, onde o último declarou estar inclinado a acatar a opinião do procurador do Suriname, “principalmente devido à necessidade de manter a distinção de classe entre pessoas alforriadas e pessoas nascidas livres, especialmente em colônias onde o número de escravos é tão grande e o número de pessoas alforriadas está aumentando tanto, de modo a não removê-la repentinamente nem dar ao governo apoio para que fizesse isso”. O ministro também foi de opinião que as conseqüências “podiam ser extremamente prejudiciais”. Seu conselho era rejeitar o requerimento com o fundamento de que ambos os pais eram escravos na época da concepção e, que, portanto, não podiam se casar; a legitimação só seria possível se os pais tivessem o direito de se casar na época do nascimento¹². “Esta foi uma tentativa de encontrar uma justificativa legal para manter e tornar mais rígida a política de favorecer a distinção entre as pessoas nascidas livres e as alforriadas”.

¹² Public Record Office. *Missives en Bijlagen van het Ministerie van Koloniën*, 1837, I, W. I. *Bezittingen*, nº 59.

A lei que mencionamos anteriormente pedia deferência, por parte das pessoas alforriadas, em relação aos europeus. O comportamento dos europeus relativamente aos alforriados deixava muito a desejar, por outro lado, e existem dados que indicam a tensão entre europeus, mulatos e negros livres. Havia uma tensão ainda mais grave entre europeus e escravos alforriados. Em 8 de junho de 1743, Mauricius viu-se obrigado a publicar uma lei aconselhando os alforriados “a não demonstrarem insolência” em relação aos europeus, pois tinham sido apresentadas queixas em relação ao seu comportamento. Em 9 de julho de 1743, contudo, foi obrigado a fazer outra lei aconselhando os europeus a não abusarem da lei de 8 de junho, lembrando-lhes que “as pessoas alforriadas gozam dos mesmos direitos que as nascidas livres”. Registrou em seu diário, em 7 de julho, que tinha sido forçado a tomar essa medida porque

a dita lei havia sido interpretada e violada de modo muito repreensível e porque as pessoas alforriadas tinham sido tristemente atormentadas e insultadas por pessoas arbitrárias; por exemplo, anteontem, um certo Wilfort deu um golpe extremamente cruel num escriturário mulato, ferindo-o na cabeça em vários lugares, porque ele não havia tirado o chapéu para ele suficientemente depressa!¹³.

Mas o próprio Mauricius, homem de opiniões bastante liberais para sua época, tinha ele próprio, algumas vezes, dificuldade em reprimir seu desprezo pelos negros. Numa carta aos Estados-Gerais que constitui um argumento relacionado com um certo ponto na acusação de Duplessis, ele escreve: “Du Plessis baseia toda sua acusação no inabalável fundamento de uma única testemunha, um testemunho ditado, note bem, dado por quem? – por um mero mulato”¹⁴. No entanto, não

¹³ Diário de Mauricius, 7 de julho de 1743.

¹⁴ *Recueil van egte Stukken*, II, p. 232.

havia preconceito absoluto contra os negros. Em 1725, o governador Temminck presenteou um mulato de nome Chrisostomus Casimiris Pokorna, capitão do exército civil, com uma grande extensão de terra, constituída de 20 acres no limite de Gravenstraat. Este foi um fato raro, mas não obstante atesta que, mesmo naquela época, era possível para um mulato alcançar honra e prosperidade ¹⁵.

O preconceito em relação aos negros no século XVIII concentrava-se principalmente em suas origens escravas. O mito do mestiço inferior que odeia o pai branco, despreza a mãe preta e combina as piores características de ambas as raças ainda não nascera.

A classe média que emergiu na Colônia depois da segunda metade do século XVIII não pode ser equiparada a um grupo com características étnicas particulares ou com a categoria jurídica de pessoas livres. Ela não incluía todos os mulatos, embora também abrangesse alguns membros de sangue negro puro. Essa classe tampouco compreendia todos os nascidos livres ou mulatos alforriados. Desde os primórdios, constata-se a divisão dos negros em dois grupos – um grupo de mulatos nascidos, em sua maioria, de casamentos no denominado estilo Suriname, portanto, em sua maior parte, filhos de pais instruídos e mais ou menos abastados; e outro grupo que compreendia os descendentes de soldados, marinheiros e as crianças nascidas de relacionamentos irregulares cujos pais não tinham assumido qualquer responsabilidade por sua prole. A maior parte dos últimos se misturava com a grande maioria dos negros alforriados, que estavam geralmente numa situação menos favorável do que a dos mulatos alforriados, para formar um proletariado urbano. Essas crianças mulatas cresciam sem uma orientação apropriada e impuseram à administração alguns problemas difíceis. Segundo Van Heeckeren, em 1826:

¹⁵ Oudschans Dentz, *Aanteekeningen*, p. 5.

Como no Suriname não se atribui muito valor ao casamento (embora a atitude geral a esse respeito pareça ter começado a melhorar nos últimos anos) a maior parte dos homens brancos vivem com as assim chamadas governantas, na maioria mulheres mulatas ou algumas vezes negras. Crianças nascidas desses relacionamentos na realidade permanecem como responsabilidade da mãe, não importa o quanto muitos pais honestos estejam aptos a não se esquivar à sua responsabilidade. Mas, além dessas crianças que nascem de relações extramaritais, pertencentes principalmente à classe abastada, há um número extremamente alto de crianças cujos pais são totalmente desconhecidos e que se encontram, em sua maioria, reduzidas a um estado de extrema pobreza, que já é encontrada nesse país. Essas crianças crescem na total ignorância e idolatria e muitas são de pouca utilidade para o Estado, não praticando nenhum tipo de ofício nem realizando nenhum outro tipo de trabalho.

Van Heeckeren sugeriu a criação de uma instituição educacional para essas crianças¹⁶.

Até o início do século XIX, as opiniões que se conhece sobre os negros expressas por autores do Suriname, são muito favoráveis. Obviamente, esses autores não tinham necessidade de se posicionar contra opiniões negativas sobre os mulatos. Stedman escreve sempre sobre os mulatos em termos que mostram que ele tinha uma opinião favorável a seu respeito. Além disso, procurou delinear um quadro nobre de sua amada Joanna, uma mulata, mantendo-se de acordo com a moda desse período¹⁷. Fermin escreveu a respeito dos mulatos:

Não há Nação que leve mais longe o reconhecimento, a ponto de enfrentarem qualquer tipo de perigo para salvar a vida de seu Benfeitor, & a defenderiam às custas da própria vida: além disso,

¹⁶ Van Heeckeren, *op. cit.*, p. 103.

¹⁷ Stedman, *op. cit.*, I, p. 111.

são zelosos pelos deveres da religião cristã, quando nela instruídos, & possuem todo o tipo de boas qualidades; grande facilidade para aprender tudo que lhes ensinam, & tornando-se mais hábeis que os negros: são fortes & vigorosos, aliás diligentes, vigilantes, laboriosos; de uma audácia que chega à temeridade.

O nobre prussiano Von Sack afirma, 18 anos mais tarde: “Os mulatos nascidos neste país têm potencialmente as mesmas aptidões que aqueles de ascendência européia, e além do mais são vistosos”¹⁸. Essa era a opinião de muitas pessoas instruídas, mas os preconceitos contra os mulatos existiam no resto da sociedade, exercendo um efeito inibidor em seu progresso social.

Sob o comando do governador de Wichers (1784-1790) a posição dos mulatos livres melhorou significativamente. Observa-se que houve um aumento do número de alforrias nesse período e se estabeleceu uma ligação entre esse fato e a política administrativa de Wichers. Ele foi provavelmente o primeiro, e possivelmente o único governador, a adotar uma política populacional no verdadeiro sentido da expressão. Antes de sua época haviam sido feitas tentativas para resolver o problema da população importando escravos e recrutando colonos brancos para o Suriname. Wichers, contudo, formulou algumas idéias inteiramente novas. Já não considerava a imigração de europeus como o único modo possível de aumentar o número de colonos no Suriname. Sua preocupação aumentou porque, de acordo com seus cálculos, mais de um terço da população branca havia deixado a Colônia num período de doze anos – foram os anos que se seguiram à crise de 1773 – (sendo essa estimativa provavelmente elevada demais, de qualquer maneira), ele estava decidido a formar uma classe média de pessoas que pudessem ligar permanentemente seu destino ao do país. Propôs, por conseguinte,

¹⁸ Fermin, *Description*, I, p. 109; Von Sack, *op. cit.* I, p. 184.

que todas as escravas “que tivessem filhos de seus senhores” fossem declaradas livres “*ipso jure* juntamente com suas crianças por nascer”. Essas crianças teriam que ser treinadas para serem fazendeiras e artesãs. Desse modo, o número de artesãos aumentaria suficientemente e “numerosos estrangeiros seriam privados de levar de 20 a 30 mil florins para fora do país em um prazo de 10-12 anos”. Entre suas fileiras poderiam ser recrutados soldados para a milícia territorial, bem como feitores de fazendas, que eram muito escassos naquele período.

Se pessoas como essas pudessem se casar com jovens de educação similar, a licenciosidade prevalecente gradualmente desapareceria, e a classe mais baixa receberia um vigoroso impulso, tornando-se virtualmente inexistente no Suriname.

Desse modo, a condição básica para a prosperidade do país, isto é, o número de seus habitantes, também poderia receber um impulso. Pouco antes de Wichers expressar essas idéias numa carta a Munter, secretário da Sociedade Privilegiada, a *Hof van Politie* havia elaborado outro plano. Este propunha declarar que daquela data em diante todos os “mestiços” (filhos de europeus e mulatas) nascidos na Colônia seriam pessoas livres, e os senhores seriam ressarcidos com a soma de 100 florins; essas crianças seriam então criadas para serem vigias de fazendas.

Não só o número de mulatos deveria ser aumentado, contudo, mas sua situação devia igualmente ser melhorada. Wichers resumiu seu ponto de vista sobre o assunto da seguinte maneira:

Eles (os mulatos) são muito necessários num país em que falta uma plebe ou classe mais baixa, e merecem um estímulo especial. Ligados como são a seu país e não afligidos pela mania de ostentação dos europeus, constituem excelentes cidadãos, mas que foram até agora negligenciados. Sempre foram vistos como uma classe inferior e pintados, por assim dizer, com uma *levis notae macula*. Deve-se

admitir que ultimamente houve uma tendência crescente de empregá-los como funcionários particulares e em secretariados, mas eles ainda são perseguidos pela infâmia de serem filhos ilegítimos.

Wichers era a favor de encorajar-se o matrimônio entre mulatos e facilitar a legitimação¹⁹. Mas poucas dessas resoluções foram um dia postas em prática. A proposta de libertar os filhos de escravos negros encontrou oposição dos senhores, e não puderam ser encontrados os meios para instituir um fundo para redimi-los e educá-los. Um renascimento da economia por volta de 1790 pôs um paradeiro ao êxodo de colonos brancos, e novos colonos até começaram a chegar outra vez à Colônia. Mas as opiniões progressistas de Wichers não deixaram de ter suas conseqüências. O aumento do número de alforrias entre 1789 e 1790 pode ser muito provavelmente atribuído à influência que ele exerceu sobre seu ambiente, assim como a uma crescente prosperidade naqueles anos. Durante esse período, também, mais do que nunca negros foram designados para postos no governo. Encontramos um reflexo desse fato na queixa formulada pelos autores do *Essai Historique*, que consideravam tal política discriminatória em relação ao grupo judeu. É muito improvável, porém, que houvesse discriminação intencional contra a comunidade judaica, pois Wichers demonstrava uma grande simpatia pelos judeus em sua conduta – era membro honorário e o patrono da sociedade literária judaica, e foi a primeira pessoa a abrir as portas de uma sociedade geral, a *Genootschap voor Natuurstudie* (Sociedade para o Estudo da Natureza) a membros judeus. Os autores do *Essai* queixam-se de que

Vários pequenos empregos que eles tinham tido em outros tempos haviam sido extintos; enquanto mestiços & mulatos, tanto bastardos

¹⁹ Carta de Wichers ao secretário do governo Munter. Public Record Office. *Verspreide W. I. Stukken*, 427.

como legítimos têm empregos lucrativos em detrimento desses brancos infelizes, que contam entre as mães desses mulatos muitos de seus escravos, libertos por eles próprios²⁰.

Os judeus menos prósperos, que, no começo, como funcionários e escriturários, haviam formado uma classe média, começaram a sentir a pressão da competição em consequência do aumento do número de membros dessa classe, que, por sua vez, resultava do crescimento do número de mulatos que se juntara a ela. Tinha sido possível nomear mulatos como funcionários desde a época da inauguração, em 1760, de uma escola para “filhos de mulatos”²¹. As crianças negras e mulatas não usufruíram nenhuma educação antes disso, pois não eram admitidas nas escolas para crianças brancas. Embora o padrão da educação fosse em geral baixo, nas escolas para “crianças mulatas” ele o era ainda mais. Apesar disso, a abertura de uma escola em que essas crianças podiam receber alguma educação criou a oportunidade de melhorarem sua posição social.

Uma petição dirigida à administração por “mulatos” judeus em 2 de setembro de 1793, para que lhes fosse dada permissão para o culto independentemente, é mais uma prova da ascensão do grupo negro e mulato. Esses mulatos judeus haviam ocupado uma posição especial antes disso. Em 1759, tinham fundado uma sociedade ou Siva chamada “Darhe Jesarim”. Tinham seu próprio templo na praça Siva, denominada de acordo com sua sociedade, este templo havia sido construído com o apoio de cristãos e judeus portugueses e alemães²². Talvez a petição de 1793 deva ser encarada como uma tentativa de alcançar maior independência em relação aos judeus brancos. O número de mulatos judeus livres em 1788 foi estimado

²⁰ *Essai Historique*, I, p. 158.

²¹ Wolbers, *op. cit.*, p. 256.

²² F. Oudschans Dentz, *Kolonisatie van de Portugeesch-Joodsche Natie in Suriname*, p. 27.

em cem, e, em 1811, em 85. Esses totais indicam quer um baixo número de alforrias de mulatos judeus, quer um grau relativamente baixo de miscigenação no grupo judeu. Contrariamente à opinião popular, inclino-me para a segunda possibilidade. Os dados acima enfatizam que no grupo judeu havia um número muito maior de pessoas casadas do que no grupo de europeus brancos. Muitos judeus eram tão ortodoxos em suas convicções religiosas que não eram facilmente induzidos a entrar em relacionamentos extramaritais. Havia, é claro, exceções, como o número de judeus mulatos indica, mas a coabitação com uma governanta negra não era provavelmente uma prática freqüente nesse grupo.

O avanço do grupo negro e mulato nessa época é também evidente a partir da maior demanda de educação. O *Saturdagsche Courant van Nieuws, Smaak en Vernuft* (Saturday News, Cultural and Science Weekly) de 24 de maio de 1794 (nº 6), trazia um anúncio de J. L. van der Tooren, professor de escola do governo, divulgando que ele dava instrução “a mulatos nas horas noturnas, a pedido”. Houve mesmo alguns mulatos que foram para a Holanda aprimorar sua educação, seguindo o exemplo dos filhos de colonos brancos. Um deles, Johannes Vrolijk, voltou ao Suriname como professor, em 1809, e introduziu importantes melhorias na educação da Colônia. Abriu uma escola cujo padrão educacional era apreciavelmente mais alto do que aquele a que a Colônia se acostumara até então. Foi o primeiro mulato a ocupar um posto de certa importância. No começo do século XIX, outros exemplos se seguiram e, antes de 1863, pode-se mesmo encontrar alguns deles ocupando funções mais importantes. Focke e Palthe Wesenhagen obtiveram um grau acadêmico em jurisprudência na Holanda e se estabeleceram como advogados junto com outro mulato chamado Vlier. Alguns intelectuais mulatos fundaram uma “Sociedade Benevolente”, em 1827, com o objetivo de melhorar o padrão material e moral da classe baixa. Entre eles, estavam o médico M. M. A. Coupijn, o prático

Nicolaas Gerrit Vlier e outros mulatos proeminentes. Uma década mais tarde, C. Focke e Palthe Wesenhagen eram membros do Judiciário; Focke morreu como presidente do *College van Kleine Zaken* (Corte de Sessão Ordinária). Juntamente com alguns intelectuais europeus – os doutores van Schaick, Landré, Dumontier e o ex-governador Van Sypesteijn –, Focke lançou em 1854 um jornal, o *West Indië*, que publicou durante os dois anos de sua existência artigos interessantes, inclusive contribuições científicas do próprio Focke, que constituem um testemunho de sua versatilidade. Ele também foi o autor de um dicionário de *Negro-Inglês*. Alguns mulatos tornaram-se gerentes de fazenda e chegamos até a encontrar um deles entre os aristocratas do Suriname, nomeadamente, os *administrateurs*. Isto representa uma notável melhoria na posição dos mulatos, que se tornou possível especialmente depois dos esforços de Van den Bosch para tornar os judeus e mulatos elegíveis para funções de governo, sem discriminação. Antes da emancipação, contudo, nenhum negro ou mulato era admitido como membro de um corpo representativo até onde pudemos verificar. Do mesmo modo, a Paróquia Holandesa Reformada de Paramaribo não incluiu um único mulato entre seus presbíteros em 1861, embora isto tenha acontecido na Igreja luterana²³. Também existem sinais de tensão entre brancos, negros e mulatos no século XIX. Lammens relata que, após o interregno britânico (1816), o governador Van Panhuys armou

a população inteira, não apenas os europeus, mas também os mulatos e negros livres... alguns criticaram muito essa medida, especialmente aqueles que consideravam os mulatos perigosos. A nomeação de negros como oficiais também criou apreensão em outras colônias, que normalmente mantinham uma opinião mais favorável sobre os mulatos. O senhor Van Panhuys era insistente, contudo, e replicou àqueles que se opunham de maneira tão excessiva aos mulatos que

²³ Wolbers, *op. cit.*, p. 769.

ele pretendia compor sua guarda pessoal com eles. Parece-me que o governador encarava o assunto em sua verdadeira dimensão e que estava agindo inteiramente de acordo com o espírito do governo da Holanda, que desejava melhorar a sorte do povo²⁴.

Também se pode observar a desconfiança do grupo de negros e mulatos na fundação da Sociedade Benevolente. De acordo com Wolbers, os judeus, repudiados pela assim chamada aristocracia do Suriname, associaram-se, naquele período, a mulatos proeminentes dessa sociedade, e juntos foram muito ativos no âmbito da filantropia.

O medo dos que estavam no poder no Suriname foi despertado, e eles imputaram razões ocultas aos fundadores; mas essas foram claramente contraditadas pela publicação do regimento interno da sociedade. Os mulatos mais proeminentes recorreram a Van den Bosch, expuseram a ele a situação, e pediram seu apoio²⁵.

Os mulatos importantes vinham de algumas famílias que tinham formado uma elite no conjunto mulato. Um grupo aculturado de mulatos cultos já havia se constituído na época de Stedman. Ele compareceu a um de seus bailes e fez a seguinte descrição:

Também estive presente a um baile de mulatos, composto, contudo, não de escravos, mas de colonizadores independentes, livres. Ali, a música, as luzes, as danças campestres, a ceia, e acima de tudo, os vestidos eram tão soberbos, e o comportamento tão respeitável e gentil, que o conjunto podia servir de modelo de decoro e etiqueta para alguns dos mais agradáveis e polidos habitantes²⁶.

²⁴ Van Panhuys, *W. I. Gids*, 1934, p. 160. (*Dagboek van Lammens*).

²⁵ Wolbers, *op. cit.*, p. 645.

²⁶ Stedman, *op. cit.*, p. 194.

Com a crescente diferenciação no interior do grupo mulato, o número de famílias bem-educadas e importantes também cresceu. Os casamentos legais também se tornaram mais comuns nesse grupo. Seu número aumentou no século XIX, removendo desse modo um dos obstáculos à sua aceitação social pelas famílias brancas. Vlier relata que o fato de os negros e mulatos não serem casados constituía um obstáculo importante para sua aceitação na sociedade²⁷. O crescimento do número de famílias mulatas bem-educadas levou a um maior contato social entre pessoas brancas e mulatas; houve também um aumento do número de casamentos entre os dois grupos. Quando G. van Lennep Coster, um oficial da marinha, voltou a Paramaribo entre 1837 e 1840, após uma ausência de cerca de dez anos, ficou surpreso com a melhora das relações entre os dois grupos. Escreve:

A mistura entre europeus e mulatos destacados pareceu-me ter-se tornado mais ampla, e as mulheres mulatas estavam agora sendo recebidas na sociedade das senhoras brancas, uma coisa que raramente acontecia anteriormente. Do mesmo modo, os casamentos inter-raciais tornaram-se mais freqüentes, e já não causam a sensação que provocavam antigamente²⁸.

Por conseguinte, uma melhora na posição dos mulatos mais prósperos era perceptível. Mas o preconceito contra os mulatos por parte de europeus todavia não desaparecera. Uma opinião desfavorável sobre os mulatos até surgiu na literatura sobre o Suriname na primeira metade do século XIX, e serviu de modelo para opiniões similares até recentemente.

²⁷ Vlier, *Ontwerp*, MS.

²⁸ G. van Lennep Coster, *Aanteekeningen gehouden gedurende mijn verblijf in de West-Indiën in de jaren 1837 – 1840*. Amsterdam, 1842, p. 40.

Teenstra tem um conceito bem pouco lisonjeiro da maioria. Registra: “Muitos mulatos são arrogantes, insolentes, dogmáticos, preguiçosos e impudentes”²⁹. Van Breughel escreve sobre as crianças mulatas: “As crianças nascidas de casamentos no estilo do Suriname são geralmente enviadas à Europa para serem educadas e, em muitos casos, voltam de lá nem um pouco mais inteligentes; são comumente empregadas como escreventes, pois sua cor é em geral considerada inferior”³⁰. Redige isto numa época em que se podia encontrar um Focke ou um Wesenhagen nos melhores círculos.

No que diz respeito às opiniões populares expostas pela maior parte da sociedade, Teenstra observou, por um lado, que a mistura social entre europeus e mulatos se tornara mais freqüente; e, por outro, que “os europeus (consideram) os mulatos mais ricos como bonecas emperiquitadas, como uma espécie de espuma iridescente, como algo de literalmente nenhum significado com grande exibicionismo e não conseguem deixar de ridicularizá-los abertamente”³¹. O desprezo por parte dos proprietários brancos em relação aos mulatos passou também para seus escravos negros, que, de acordo com Von Sack, chegavam a cantar uma canção zombando dos mulatos que dizia: “Pessoas brancas têm uma terra natal; as pessoas negras também, mas os mulatos não têm nenhuma”. Observou que os negros não gostavam dos mulatos. Após 37 anos, Van Breughel citou a mesma canção, e acrescentou uma nota segundo a qual negros e mulatos são como “água e fogo”³².

A causa da aversão dos negros era, em primeiro lugar, o ciúme da posição privilegiada dos escravos mulatos, mas, também, o fato de os mulatos se considerarem superiores aos negros. Eles de fato constituíam

²⁹ Teenstra, *Negerslaven*, p. 48.

³⁰ Van Breughel, *op. cit.*, p. 32.

³¹ Teenstra, *Negerslaven*, p. 51.

³² Von Sack, *op. cit.* I, p. 179; Van Breughel, *op. cit.*, p. 32.

um elemento que era, generalizando-se, leal aos donos e tinham muito pouca simpatia pelo resto da mão-de-obra escrava. Em muitos casos, as governantas mulatas dos senhores reinavam sobre seus escravos negros com total despotismo.

A opinião negativa sobre os mulatos não era partilhada unanimemente. Lans, autor que possuía um conhecimento completo da Colônia, acreditava que os donos e administradores de fazenda mulatos eram mais abertos a sugestões em relação à introdução de novas técnicas em suas fazendas. Muitos melhoramentos, declara ele, foram trazidos por surinameses ou proprietários residentes na Colônia³³. Eles também mostravam notável aptidão como feitores de fazendas. As opiniões contraditórias expressas por autores e a incongruência de admitir mulatos em boa companhia, por um lado, e os persistentes preconceitos contra eles, por outro, podem ser explicados levando-se em consideração a fonte dos elementos com que a imagem negativa dos mulatos foi composta. Na cidade, acumulara-se um grande grupo de mulatos que, como foi dito acima, formava um proletariado urbano juntamente com uma grande maioria de negros livres e que viviam sem um meio regular de subsistência. Alguns dos negros livres possuíam campos ou hortas comerciais nas vizinhanças de Paramaribo, e nelas cultivavam gêneros alimentícios como hortaliças e bananas. Eles também mantinham aves domésticas, que vendiam na cidade. Seu método de cultivo não era intensivo, todavia, e eles eram tudo, menos prósperos³⁴. Mas a grande maioria dos negros livres, como uma considerável porcentagem dos mulatos, não tinha trabalho nem renda

³³ Lans, *op. cit.*, p. 40.

³⁴ Em relação aos negros livres que se dedicaram à agricultura, ver Teenstra, *Negerlaven*, p. 51. Havia também negros livres nessa época, as assim chamadas *woywoy-meiden*, que ganhavam a vida como feirantes. Cf. também *Bijdragen tot de kennis der Nederlandsche en Vreemde Koloniën*, vol. II. *Schrijven van den Directeur eener Plantage in Suriname*; Lans, *op. cit.*, p. 40; Wolbers, *op. cit.*, p. 771.

regulares. A imagem mental que muitas pessoas formavam dos mulatos era fortemente determinada pelos membros desse proletariado urbano. Os representantes mulatos bem-educados desse grupo não eram considerados, de modo que a imagem resultante era fixa e negativa. Mas mesmo a imagem dos mulatos mais instruídos era preconceituosa. Os europeus e judeus desenvolveram um sentimento de antagonismo resultante da competição que experimentavam com os membros de um grupo que estava apenas emergindo. Inconscientemente tendiam a comparar os mulatos que pareciam ser exceções com essa imagem fixa negativa, e qualquer semelhança superficial podia fazê-los saltar para a conclusão demasiado apressada de que essas “exceções” não diferiam realmente do mulato que tinha sido definido como uma criatura inferior com traços decididamente negativos.

Os mulatos com quem eles se misturavam como iguais eram aceitos como pessoas, apesar do fato de serem descendentes de negros. Mas eram exceções e seu número era indubitavelmente bastante pequeno na primeira metade do século XIX. Pois, claramente, os membros de um grupo que era colocado numa situação em que eram expostos a severa discriminação só podiam desenvolver uma série de características negativas, duas das quais, notavelmente sua suscetibilidade e sua desconfiança, os colocavam numa desvantagem especial em suas relações sociais. Mas, apesar de todos esses fatores desfavoráveis, a posição dos mulatos proeminentes evoluiu, e as relações entre europeus, judeus e mulatos continuaram a mudar para melhor.

O grupo mulato, que juntamente com numerosos judeus e um pequeno número de negros livres formavam a classe média, possuía suficiente estabilidade econômica. Seus membros tinham uma renda razoável como escreventes e artesãos empregados pelo governo local ou fazendeiros. Esse grupo gozava de certa prosperidade que, em alguns casos, chegava até à extravagância. Isto induziu o governo dos Países Baixos a ordenar ao governador Van Panhuys que procurasse um meio

de controlar a luxúria e a prodigalidade manifestadas pela classe média mulata, embora sem o uso de coerção. Os mulatos eram especialmente apreciadores de bailes e muitos autores que escreveram na primeira metade do século XIX fazem menção especial aos bailes mulatos como uma característica típica do Suriname. Na vida cotidiana, os preconceitos contra a classe média mulata também diminuíram até certo ponto no decorrer do século XIX³⁵.

³⁵ Sobre a extravagância dos mulatos, ver Van Panhuys, *W. J. Gids*, 1934, p. 160. A cláusula nº 51 das instruções do governador Van Panhuys diz o seguinte: “Ele providenciará com a máxima atenção que todas as ordens sejam estritamente observadas, no que se refere a pessoas livres, tanto mulatas como negras, ou pessoas emancipadas respectivamente; terá todas as reuniões proibidas pela lei cuidadosamente supervisionadas e prevenidas, e tentará tanto quanto possível manter a crescente extravagância deles dentro de limites moderados.” Vê-se, ao mesmo tempo nessas instruções, quanta desconfiança havia em relação à pessoa alforriada; isto também se tornou visível na fundação da *Maatschappij van Weldadigheid* (Sociedade Benevolente), cf. p. 107. Que havia tensão entre brancos e mulatos por volta dessa época é ainda atestado pelo fato de que em 1819 uma querela emergiu entre as tropas armadas da guarnição e os membros mulatos da guarda cívica, em consequência da qual foi declarado estado de emergência por três dias consecutivos, cf. Teenstra, *Landbouw* I p. 61. Sobre “danças mulatas”, ver Beijer, *op. cit.*, p. 81.

Capítulo VI

Os escravos

Os primeiros escravos negros entraram na Colônia com os colonos britânicos e com os judeus portugueses. Devido ao tipo de agricultura e à indústria de plantação nos trópicos, as pessoas do Norte não podiam ser usadas na agricultura. A experiência logo mostrou que os índios também eram inaptos para a agricultura em um sistema que envolvia o uso da coerção; além disso, o número de índios era demasiado pequeno para fornecer mão-de-obra suficiente. Por isso, os britânicos e os holandeses seguiram o exemplo dos portugueses e dos espanhóis, que vinham importando negros da África como escravos para suas possessões americanas desde 1502. Na metade do século XVIII, todavia, “escravos vermelhos” ainda eram encontrados na cidade e no campo; depois disso seu número diminuiu rapidamente. O tráfico de escravos da África prosseguiu durante vários séculos. Na própria África, a escravidão, assim como o comércio de escravos, era uma instituição antiga. Prisioneiros feitos nas freqüentes guerras intertribais e criminosos condenados eram vendidos como escravos. Mas as pessoas podiam também ser vendidas como escravas por um credor para redimir uma dívida, ou podiam vender a si mesmas ou a um parente com esse propósito. A sorte de um escravo não era, contudo, muito difícil, especialmente a de um escravo doméstico. Os escravos domésticos eram vistos como membros da família e desfrutavam de certos direitos e privilégios. Mas os escravos recém-adquiridos podiam, desde tempos antigos, ser trocados. Quando, em 1444, o comércio de escravos entrou

numa nova fase, o tráfico negreiro da África provavelmente já existia, no mínimo, há cinco séculos¹.

Em 1444, o comércio moderno de escravos africanos passou a existir quando os europeus começaram a exportá-los da África para os próprios mercados europeus. Isto se tornou possível pela descoberta, por navegantes portugueses, da rota para a costa ocidental da África. Como resultado da descoberta da América e das demandas dos fazendeiros daquela região, um ativo tráfico negreiro logo se desenvolveu. Os portugueses, que tinham o monopólio completo desse tráfico no século XV, passaram a experimentar a concorrência dos britânicos, holandeses e franceses nos séculos XVI e XVII, os quais, finalmente, obtiveram o controle da maior parte desse tráfico. Na costa ocidental da África, os dinamarqueses, suecos e brandemburgueses também entraram em cena como concorrentes.

Os holandeses apareceram pela primeira vez no Suriname em 1594, a fim de comercializar ouro e marfim. Apesar da atitude hostil dos portugueses, que ocupavam uma posição de poder na África, os holandeses conseguiram obter controle da maior parte do comércio na costa da Guiné, onde estabeleceram algumas bases. Em 1598, eles se estabeleceram em Mouree, na Costa do Ouro, que se tornou sua principal base de operações. Em 1611 ou 1612, construíram em Moree o Forte Nassau. Em 1642, como foi mencionado anteriormente, expulsaram todos os portugueses daquela costa². Também tentaram, com êxito variável, estabelecer-se mais ao sul, em Angola.

A fundação da Companhia das Índias Ocidentais, em 1621, inaugurou uma nova fase das atividades holandesas na costa ocidental africana. A Companhia das Índias Ocidentais assegurou o monopólio

¹ E. Donnan, *Documents Illustrative of the History of the Slave Trade in America*. Washington, 1930, I, p. 1 e segs.; Wyndham, *op. cit.*, p. 221.

² For the history of the Dutch on the Coast of Guinea see W. W. Claridge, *A History of the Gold Coast and Ashanti*, London, 1915.

do comércio africano e, como resultado, também obteve o controle completo do tráfico negreiro, que começou a se desenvolver depois de 1630. Posteriormente, também, quando a primeira Companhia das Índias Ocidentais foi substituída pela segunda em 1675 e seus direitos foram restringidos, ela manteve a posição privilegiada dos holandeses em relação ao comércio de escravos. A conquista do Brasil, em 1637, onde havia uma grande demanda de escravos para a plantação, deu um forte impulso à expansão do tráfico negreiro. Em 1637, os holandeses conquistaram São Jorge da Mina, que se tornou o foco de suas possessões na Costa do Ouro e a base de seu poder naquele continente. Eles ocuparam, em alguma época, os seguintes lugares da costa africana: Axim, Poquesoe, Accoda, Boutry, Chama, Saccondee, Kammany, São Jorge da Mina, Mouree, Coromantin, Apam, Bercoe e Acra. Os Países Baixos mantiveram bases militares na costa da Guiné até 1872. Naquele ano, elas passaram para as mãos dos britânicos em troca de uma completa liberdade de ação em Sumatra. Essas bases serviram para proteger o comércio holandês na costa da Guiné. Nem todas tinham a mesma importância para o tráfico de escravos; nem os locais importantes continuaram a sê-lo permanentemente durante os dois séculos em que o tráfico negreiro esteve mais ativo. O número de escravos que podiam ser obtidos em um determinado lugar variava e, de modo semelhante, o poder que uma determinada nação européia possuía em uma área particular, ou o favor por parte dos habitantes africanos de que ela desfrutava em relação a seu comércio, que também estava sujeito a alterações.

Hartsinck relata, em 1770, que os holandeses adquiriam a grande maioria de seus escravos perto de La Hoe. Ele menciona outros lugares de importância para o comércio de escravos: Guru, Serra Leoa, Cape Mount, Delmina, Annamabu, Acra, Coromantin e Loango³. Um relatório autêntico do último quartel do século XVIII menciona, como

³ Hartsinck, *op. cit.* II, p. 918.

os lugares mais importantes de tráfico, Apam, Bercoe e Acra⁴. O tráfico foi mais ativo em Coromantin, Apam e Acra durante todo o período, enquanto muitos escravos eram exportados de Whydah, ou Fida igualmente. Na época em que o escritor redigia seu relatório, pouco depois da quarta Guerra Britânica, o comércio na costa da Guiné declinava rapidamente como resultado da concorrência britânica. Os britânicos pagavam altos preços pelos escravos. “Além disso”, diz Hartsinck, “os negros mostram uma disposição tão favorável em relação aos comerciantes ingleses que poucos escravos bons lhes escapam.” Esta foi supostamente a razão pela qual “Coromantines” não eram mais importados para o Suriname após o início do século XIX, como observou Hostmann⁵. Assim, os holandeses exerciam o comércio em toda a extensão da costa ocidental da África, onde os principais mercados de escravos estavam localizados. Essa área se estendia de Cabo Verde a Angola. Os escravos do Suriname procedem das tribos que viviam nessa região, não longe da costa africana. É razoavelmente certo que a maioria dos escravos eram exportados da costa da Guiné, e isso explica a influência dominante da cultura e das línguas dessa região sobre os negros no Suriname. Todavia, as exportações da área do Congo não devem ser subestimadas. Um estudo completo dos registros oficiais pode esclarecer diversos dados que nos permitirão determinar as origens dos escravos do Suriname com maior precisão. Seremos então, talvez capazes de descobrir qual foi a contribuição numérica de escravos dada pelas diferentes regiões africanas à população do Suriname. Uma fonte com que já estamos familiarizados, a saber, o diário de Mauricius, que tinha o costume de anotar a proveniência dos navios negreiros que entravam no Suriname, mostra-nos que a maioria dos escravos era de fato importada da costa da Guiné. Mas ele também mostra que, entre

⁴ Public Record Office: *Verspreide West-Indische Stukken na 1814*, 408 e 416.

⁵ Hostmann, *op. cit.*, II, p. 247.

os anos de 1743 e 1747, pelo menos 2.160 escravos foram importados do Congo. No mês de maio do ano de 1743, apenas cinco navios chegaram de Cabende, transportando um total de 1.014 escravos para o Suriname.

Se as importações anuais chegaram a cerca de 2 mil a 2.500 escravos, como relatado, torna-se evidente que aproximadamente um quinto dos escravos importados naqueles anos vinham da área do Congo⁶.

Os autores antigos que escreveram sobre o Suriname e que fizeram menção aos países de origem dos escravos – Hartsinck, Stedman, Teenstra e Hostmann –, listam um grande número de nomes de tribos do Sudão, da Guiné e da área do Congo. Não se deve atribuir o menor significado ao sumário de Hartsinck quanto à origem tribal dos negros no Suriname, pois parece que ele fez uma tradução literal de um resumo de nomes da *Voyage en Guinée du Chevalier des Marchais* publicada em 1731 por Père Labat. Nesse sumário, Des Marchais mencionava várias tribos da costa africana que forneciam escravos para o tráfico. Hartsinck seguiu a descrição de Des Marchais em detalhe, e traduziu suas observações literalmente. Portanto, suas próprias observações, à parte uns poucos fragmentos de informações como a importância de La Hoe para o tráfico negreiro do Suriname, não têm qualquer valor para nós para a determinação da origem dos escravos no Suriname⁷.

Stedman⁸ fornece o primeiro resumo de tribos que indica a origem dos negros do Suriname. Observou que os negros pertenciam a “diferentes nações e castas”, tais como os então denominados “abos, conias, blitays, coromantins, kongos, gangos, konares, riembas, loangos,

⁶ Diário de Mauricius, entradas de 20 de abril, 7, 22 e 31 de maio de 1744; 17 de outubro de 1746, 18 de novembro de 1747.

⁷ Renaud des Marchais, *Voyage en Guinée*, Paris, 1731, II, p. 101; cf. Hartsinck, *op. cit.* II, p. 918.

⁸ Stedman, *op. cit.* I, p. 216.

n'zokos, nagôs, papas, pombos, wanways, etc.” Mais de 60 anos depois, Teenstra listou as seguintes tribos: negros “loangos, damakukus, mendees, coromantins ou cromantins, sokkos, pombos, abos, golas ou negros angolas, gangos, tiambas, prenegros, papas ou negros dahomeys, wanways e temnes”⁹. Em 1850, Hostmann indicou: “sokkos, mandingos, abos, fulas, mendes, tiambas, loangos, ibos ou hibus e os negros coromantins”¹⁰. Malouet também mencionou os “carabaris” e “aradas” em 1777¹¹.

Lindblom e Lichtveld tentaram associar as tribos mencionadas pelos escritores antigos a tribos por nós conhecidas atualmente¹². Lindblom estudou as tribos mencionadas por Stedman, enquanto Lichtveld estudou aquelas listadas por Teenstra. Contudo, não conseguiram identificar ou localizar algumas delas¹³.

Muitos dos nomes mencionados por Stedman também referidos por Teenstra e Hostmann. Esses autores, entretanto, indicavam freqüentemente o nome de uma região ou cidade, setor ou costa de procedência dos escravos em lugar do nome da tribo. Apresento a seguir uma lista em ordem alfabética dos diferentes nomes identificados com grupos tribais africanos atuais.

Abo (Stedman, Teenstra, Hostmann): pertencem ao grupo Bakundu, ao norte do rio Camarões (Lindblom). A observação suplementar “em Dahomey” de Lichtveld baseia-se provavelmente num erro.

⁹ Teenstra, *Landbouw* II, p. 179.

¹⁰ Hostmann, *op. cit.* II, p. 247.

¹¹ Malouet, *op. cit.* III, p. 135.

¹² G. Lindblom, *Afrikanische Relikte und Indianische Erlebnungen in der Kultur der Buschnegers Surinams*. Göteborg, 1924; L. Lichtveld, Afrikaansche resten in de Creolentaal van Suriname. *W. I. Gids*, 1928, p. 391.

¹³ A pesquisa mais detalhada sobre as origens tribais dos negros do Novo Mundo foi realizada por G. A. Beltran, Tribal Origins of Slaves in Mexico, *The Journal of Negro History*, Vol. XXI, nº 3.

Angola (Teenstra): da região de mesmo nome.

Aradas (Malouet): escravos importados de Ardra.

Blitay (Stedman): cidade no Volta Inferior (Togoland).

Carabaris (Malouet): da costa Calabar.

Conia (Stedman): provavelmente os Koniaka, um membro da família Mende (Senegal).

Kongo (Stedman): da região do Congo.

Coromantin (Stedman, Teenstra, Hostmann): nome do grupo de tribos de língua tshi, embarcados do porto de Coromantin, na Costa do Ouro¹⁴. Muitos desses eram achantis e wassas. Hartsinck relata (em 1770) que os achantis estavam em guerra contra os wassas desde 1740; prisioneiros capturados em ambos os lados eram vendidos para as feitorias. Muitos dos escravos traficados em São Jorge da Mina eram, de acordo com Hartsinck, achantis, (A)Hanta, Fantis, Wassas e Akim, que pertenciam a um só subgrupo das tribos Akan¹⁵.

Damakuku ou *Demakuku* (Teenstra, Hostmann): de acordo com Lichtveld os damas da margem esquerda do Benue. Estou mais propenso a acreditar que eles eram membros de uma tribo do Congo. Barbot refere-se a um setor ou região com o nome de Macoco a leste do território dos “anzicains e dos jagos”. Os “anzicains” eram os bateke atuais, habitantes da região vizinha à nascente do rio Kwilu, na África Equatorial Francesa¹⁶. Escravos dessa área foram transportados para o Novo Mundo via Loango. Foram mencionados pela primeira vez no século XIX, portanto, numa época em que as importações da Costa do Ouro haviam chegado quase à paralisação. No começo do século XIX, após a abolição do comércio de escravos, um grupo desses escravos foi importado clandestinamente. Não é provável que viessem da área

¹⁴ Lindblom, *op. cit.*, p. 10.

¹⁵ Hartsinck, *op. cit.* II, p. 920.

¹⁶ J. Barbet, *A Description of the coast of North and South Guinea and of Ethiopia, vulgarly Angola*. Londres, 1732, p. 7; Beltran, *Tribal Origins*, p. 330.

da Guiné, pois nesse período a Marinha britânica mantinha uma vigilância particularmente severa sobre esse litoral. Ainda existe atualmente uma cidade denominada Makaka na África Equatorial Francesa.

Fula (Hostmann): os peuls no Senegal.

Gango (Stedman): ou *Gangu* (Teenstra): não pertenciam a uma só tribo. O nome Gango ou Gangu refere-se a um grupo de tribos da cultura Mandingo na área de Serra Leoa. Eles não vêm de Gan como supõe Lichtveld. O nome deriva de Gangara, nome usado pelos muçulmanos e por algumas tribos Mandingo para a família Mende¹⁷.

Gola (Teenstra): os negros golas e os negros angolas, segundo Teenstra, seriam uma única tribo e, além disso, supostamente manteriam uma grande semelhança com os negros abos dos Camarões. Isto é pouco provável. Com maior probabilidade, os golas são os golas de Serra Leoa com que estamos familiarizados.

Ibo ou *Hibu* (Hostmann): os ibos no Baixo Niger.

Konare (Stedman): provavelmente os kanuris.

Loango (Stedman, Teenstra, Hostmann): os loangos da área ao sul da embocadura do Kwilu, hoje chamado Ba-Wili.

Mandingo (Hostmann): nome coletivo de um grupo de tribos no Sudão Ocidental (território do Senegal e de Serra Leoa)¹⁸.

Mende (Teenstra, Hostmann): tribo mandingo de Serra Leoa.

Nago (Stedman): os iorubas na Nigéria.

N. Zoko ou *Ansoco* (Stedman): não são semelhantes aos sokkos que, de acordo com Teenstra, eram muçulmanos e, segundo Hostmann, pertenciam aos mandingos. Barbot refere-se a um reino de sokos que se estendia “para Occo, uma aldeia a leste de Lay” no oeste “e, no leste, para o rio da Volta na costa do Oceano”¹⁹. Oldendorp diz dos sokkos: “Die Sokko oder Asokko von welche ich drey Neger gesprochen habe,

¹⁷ Beltran, *Tribal Origins*, p. 305.

¹⁸ Beltran, *ibid.*, p. 280.

¹⁹ Barbot, *op. cit.*, p. 319.

grenzen auf einer Seite mit dem Amina, auf der anderen mit den Uwang”. Os N. Zoko, ou Ansoco, vinham da costa da Guiné²⁰.

Papa (Stedman, Teenstra): do Daomé

Pré (Teenstra): não puderam ser identificados.

Pombo (Stedman, Teenstra): Barbot fala do “senhorio de Pembo” no Congo Médio. Ainda existe atualmente uma cidade de nome Pombo nessa área²¹.

Riembra (Stedman): os limbas (são comumente trocados nas línguas do Sudão) em Serra Leoa.

Sokko (Teenstra, Stedman): pertenciam aos mandingos de acordo com Hostmann.

Temne (Teenstra): uma tribo próxima da embocadura do rio Serra Leoa.

Tjamba (Teenstra, Hosdtmann): os kassenti ao norte dos achantis.

Wanway ou *Wanwie* (Stedman): uma tribo na Costa do Ouro. Oldendorp relata que conheceu um negro da tribo akkim que dizia entender as línguas dos “Kommu, Assie, Fante, Agumma, Tjuru, Wamwi, Dentjela, Akkran e Watje”. Todas estas são tribos que viviam na vizinhança da Costa do Ouro²².

Num exame mais próximo das tribos identificadas e das áreas de onde vieram, constata-se que elas, de fato, originam-se de uma região da costa oeste da África que se estende do Senegal a Angola. As áreas onde elas se fixavam estão, na sua maioria, situadas perto de cidades conhecidas como postos de comércio holandeses. Encontramos os peuls na hinterlândia de Guree, os koniakas, gangos, golas, limbas, temnes e sokkos na área de Serra Leoa e Cape Mount, os uassas, uanuays, axantis,

²⁰ C. G. A. Oldendorp, *Geschichte der Missionen der Evangelischen Brüder auf den Inseln S. Thomas, S., Croix und S. Jan Barbey*, 1777, p. 281.

²¹ Barbot, *op. cit.*, p. 481 e 482. Cf. também P. Labat, *Relation de l’Ethiopie Occidentale*, Paris, 1732, I, p. 59.

²² Oldendorp, *op. cit.*, p. 279.

fantis, ahantas, dahomeys, akins e chambas na região que se estende de Cape La Hoe a Acra, os iorubas na Nigéria, os ibos na costa de Calabar e os abos e pombos, os negros loangos e angolas mais ao sul.

Ainda não se pode determinar com certeza como muitos escravos eram importados para o Suriname na época em que a escravidão estava em vigor. As importações de escravos do Suriname eram monopólio da Companhia das Índias Ocidentais. A Carta Patente outorgada à Companhia das Índias Ocidentais pelos Estados-Gerais que submetia o Suriname ao controle dessa Companhia, estipulava

Que em vista do fato de que a supracitada Colônia não pode continuar exceto com a ajuda de escravos negros e que nenhum desses países, exceto a supracitada Companhia, está autorizado a obter escravos da costa da África, estando o comércio confinado a esse lugar, a dita Companhia se encarregará de suprir anualmente seja qual for o número de escravos que for ali requerido²³.

O acordo entre a Companhia das Índias Ocidentais, a cidade de Amsterdam e Van Sommelsdijck em 1682 estipulava “que a Companhia está, portanto, obrigada, de acordo com o VIº artigo da Carta, a suprir a Colônia do Suriname anualmente com o número de escravos requerido”²⁴. Em 1730, quando a Companhia das Índias Ocidentais foi renovada, estipulou-se que ela devia fornecer anualmente pelo menos 2.500 escravos. Naquele mesmo ano, o tráfico de escravos foi aberto a particulares, sujeito a uma série de condições especiais²⁵. Em 1736, a Companhia tentou esquivar-se à sua obrigação de fornecer o número estipulado de 2.500 escravos e reduzir esse número. Portanto, o tráfico negreiro deve ter produzido poucos lucros nessa época.

²³ Hartsinck, *op. cit.*, p. 623.

²⁴ *Ibid.*, p. 638.

²⁵ *Ibid.*, p. 740.

“Todavia, aqueles com os maiores investimentos nas fazendas no Suriname” em Amsterdam, com quem as negociações eram concluídas, aceitaram o acordo e consideraram “que pelo menos o número acordado de 2.500 escravos era necessário ali anualmente”²⁶. Em 1784, o monopólio do tráfico de escravos da Companhia das Índias Ocidentais foi rompido²⁷. Presumindo que entre 1682 e 1808, o ano em que o comércio de escravos foi proibido para os territórios sob o governo britânico, 2.500 escravos fossem importados anualmente, o número total de escravos transportados para o Suriname durante esse período teria sido de 315 mil. Mas houve alguns anos em que cinco ou seis mil escravos foram importados, embora houvesse também outros, como o de 1777, em que cinco navios negreiros entraram no país e três deles tiveram de sair sem vender nada de sua carga²⁸. A razão eram, com frequência, os preços exorbitantes pedidos pelos capitães de navios por seus escravos. O Suriname estava numa posição desfavorável em relação ao tráfico negreiro, pois Paramaribo era o primeiro porto de parada depois da África para os navios holandeses. Por conseguinte, tentavam vender sua carga humana por preços altos, e, se não conseguiam obter os preços pedidos, rumavam para outros portos, esperando ter melhor sorte. Se os preços finalmente caíssem, os donos de fazendas no Suriname não estariam mais em condições de se beneficiar. Ao fim da jornada, se o capitão do navio retornasse ao Suriname, sobrava apenas o rebotalho para escolher²⁹.

Depois da abolição do tráfico negreiro nos territórios holandeses em 1814, um grande número de escravos foi importado clandestinamente para o Suriname. Vigiar a longa faixa costeira com densas florestas era

²⁶ Public Record Office: *Notulen van de Vergadering van Thienen*, 10th September, 1737, p. 11.

²⁷ *Enc. W. I.*, p. 635.

²⁸ Malouet, *op. cit.* III, p. 135.

²⁹ Letter from Governor-General Wichers to Government Secretary Munter. Public Record Office: *Verspreide W. I. Stukken*, nº 427.

uma tarefa excessivamente difícil, e havia todo tipo de maneiras de burlar o embargo. Em 1826, o contrabando de escravos foi detido por um sistema aperfeiçoado de registro de escravos no Suriname. Portanto, os negros foram exportados como escravos da África para o Suriname até aquele ano.

No período de 1813 a 1823, o número de escravos contrabandeados anualmente para o Suriname era estimado em 1 mil³⁰. Portanto, o número total de escravos importados para o país deve ter sido de 300 mil a 350 mil. Deve-se também levar em conta que havia escravos na Colônia antes de 1682.

Ao chegarem ao Suriname, os escravos eram vendidos em leilão público. Verificamos o seguinte anúncio no *Weeklijksche Woensdaagsche Surinaamse Courant* (Semanário Quarta-feira do Suriname – nº 427, 1784):

O Cap. Jochem Grim planeja vender em leilão público a ser realizado na próxima segunda-feira à tarde na casa do estalajadeiro J. Groscoil um carregamento de excelentes escravos coromantins, transportado para cá por ele no *Vrouw Ida Agatha*.

Existiam também outras maneiras de vender escravos. Por exemplo, algumas vezes os capitães de navio, quando chegavam ao porto, enviavam cartas a seus clientes nas diferentes fazendas e lhes permitiam fazer uma seleção no novo carregamento. Kunitz relata que alguns capitães faziam seus escravos andarem pelas ruas de Paramaribo em grupos, e que isto atraía um bom número de compradores³¹.

Depois de vendidos, os escravos, desde que tivessem sido comprados para o trabalho agrícola – que era geralmente o caso dos

³⁰ Teenstra, *Landbouw* I, p. 59.

³¹ J. Nettelbeck, *Des Seefahrers und aufrechten Bürgers Joachim Nettelbeck Wundersame Lebensgeschichte von ihm selbst erzählt*, Munique, 1925, p. 203; Kunitz, *op. cit.*, p. 68.

negros da água salgada, como os recém-chegados de além-mar eram chamados –, eles eram conduzidos para as fazendas. Nas duas primeiras semanas, não se esperava que fizessem qualquer trabalho, e durante as quatro semanas seguintes só lhes eram dadas tarefas leves. Depois desse período, tinham que ir para o campo com os antigos escravos e ali, gradualmente, tinham que trabalhar mais pesado. Por via de regra, em três meses eles se adaptavam à vida difícil e monótona dos escravos do Suriname. Durante esse período de adaptação, tinha-se um cuidado especial em alimentá-los bem, tentando assim evitar que ficassem desanimados e que finalmente morressem de doenças prolongadas. A adaptação a essa nova vida nem sempre tinha êxito. Escravos com mais de trinta anos freqüentemente ficavam deprimidos e morriam relativamente cedo de todo tipo de doenças. Portanto, os escravos entre 18 e 20 anos de idade eram os mais procurados³².

Os escravos, por outro lado, nem sempre recebiam um tratamento tão brando. Os cuidados especiais que recebiam pouco depois de sua chegada ao país não nos dão uma indicação real do tratamento que normalmente recebiam. A principal característica da instituição da escravidão era o tratamento de pessoas como objetos inanimados. Não se atribuía ao escravo qualquer individualidade.

No fim do século XVIII, a oposição a essa atitude tornou-se gradualmente mais forte. Isto deu origem a uma polêmica acalorada. Portanto, é excepcionalmente difícil formar uma opinião imparcial sobre as condições dos escravos e a maneira como eram tratados por seus donos europeus com base nas antigas publicações. A imagem da escravidão formada pela maioria das pessoas foi influenciada, em grande parte, pela literatura dos abolicionistas, que atacavam esse mal com todas as armas à sua disposição. A memória da escravidão sobrevive especialmente em uma série de histórias de horror – embora muitas

³² A. Blom, *op. cit.*, p. 375.

delas sejam baseadas na realidade – sobre o tratamento cruel a que alguns senhores submetiam seus escravos.

Em oposição aos escritos dos abolicionistas, existem os dos protagonistas da escravidão. Eles tentaram redimir os donos de escravos das acusações de crueldade e fizeram o possível para representar as condições dos escravos sob uma luz tão favorável quanto possível. Alguns chegaram mesmo ao extremo de argumentar que a escravidão existira apenas em nome, mas não de fato.

Seria muito perigoso formar uma opinião sobre a escravidão com base na quantidade de excessos que também eram vistos como tal na época – Stedman, que foi o primeiro a denunciar de forma veemente o tratamento recebido pelos escravos no Suriname à consciência de todas as nações civilizadas, já apontava para o perigo da generalização. Com freqüência são os casos mais anômalos que abrem caminho para as fontes históricas e alimentam as emoções suscitadas pela contemplação da servidão forçada. Se, adicionalmente, servos e senhores pertencem a raças diferentes, as reações a esse relacionamento são ainda mais influenciadas, de uma maneira especial, pois todos os tipos de sentimentos raciais entram em cena. Ao julgar o comportamento dos senhores, não se deve, além disso, perder de vista o contexto histórico e considerar as atitudes e costumes legais em vigor em outros lugares nos diferentes períodos em questão.

O tratamento dos escravos no Suriname não foi uniforme durante toda a história da escravidão. Ao estudar as condições vividas por eles, deve-se levar isso em conta juntamente com todos os demais fatos. A fim de obter uma compreensão de até que ponto o tratamento dos escravos no Suriname era anômalo – em outras palavras, até que ponto as opiniões sobre a raça e a natureza dos escravos e a situação do país induziam os donos de escravos a tratá-los com excepcional rigor – o momento histórico em que certos atos aconteceram também deve ser considerado em nossa avaliação. Então, as opiniões prevalecentes entre

os proprietários europeus devem ser comparadas com as opiniões de seus contemporâneos na metrópole e com a maneira como as punições eram ali executadas. Desse modo, pode-se determinar até que ponto o nível do tratamento dos escravos no Suriname era excepcional em relação ao que era costumeiro entre povos europeus “civilizados” e ao que era considerado admissível na região. Ao fazê-lo, as fontes da história da escravidão devem ser abordadas com o máximo de ceticismo pelas razões acima declaradas. Para cada caso singular devemos nos perguntar se era a exceção ou a regra.

As sanções disciplinares e a maneira como eram postas em execução pelos senhores de escravos levaram, mais do que qualquer outra coisa, à condenação da escravidão. O senhor não só tinha o direito de vender o escravo, mas também tinha o que se chamava “jurisdição doméstica”, isto é, o direito de puni-los³³, embora em quase todos os lugares onde a encontramos, ela estivesse sujeita a restrições. A jurisdição doméstica sobre os escravos baseava-se no direito romano, que dava ao senhor o direito de puni-los, embora o proprietário romano não tivesse o direito de impor arbitrariamente punição aos seus escravos³⁴. No Suriname, também, a jurisdição doméstica foi restrita a uma fase precoce por leis especiais. Era geralmente sustentado – embora a lei em questão não tenha sido preservada, as fontes indicam que ela existiu – que Van Sommelsdijck proibira os donos de escravos de infligirem a pena de morte ou mutilações a seus escravos. Os poderes penais dos proprietários foram cuidadosamente estabelecidos em leis subseqüentes (3 de maio de 1725; 5 de dezembro de 1749; 27 de dezembro de 1759). A Lei da Colonização de 4 de fevereiro de 1761, que também se aplicava à área urbana, proibia o uso de açoites para punição – permitia o uso de chicotes apenas, “de acordo com o costume do país”. Eram concedidos

³³ Cf. *Koloniaal Verslag over 1849*, § 13, *Huiselijke jurisdictie*, p. 64.

³⁴ W. Buckland, *A Textbook of Roman Law*, Cambridge, 1921, p. 64, 65.

aos fazendeiros e *administrateurs* poderes mais amplos do que a seus feitores. O número de chicotadas que o feitor tinha permissão de aplicar como forma de punição, de acordo com essa lei, não devia exceder “de 25 a 50, ou, no máximo, 80 chicotadas comuns, moderadas, de acordo com a gravidade da ofensa, a serem aplicadas na parte inferior do torso, e em nenhuma outra parte do corpo”³⁵. Todas as outras punições mais severas só podiam ser impostas pelo fazendeiro ou pelo *administrateur* pessoalmente, ou por ordem escrita, “com exceção daquelas sobre as quais ele tinha certas dúvidas.” As punições cuja execução um fazendeiro ou *administrateur* podia evitar por seus escrúpulos eram a pena de morte e a mutilação. Na reedição dessa lei em 31 de agosto de 1784, era enfaticamente proibido pendurar o escravo ou suspendê-lo acima do solo. A punição em questão constituía em amarrar as mãos do escravo com uma corda, içando-o em uma árvore ou poste e chicoteá-lo.

O “Regulamento sobre o tratamento de escravos” de 1851 (G. B. nº 4) estipulava que os proprietários, em Paramaribo, estavam autorizados a impor as seguintes punições a seus escravos de acordo com seu próprio critério: confinamento solitário por três noites ou três dias e noites, com ou sem algemas; 25 chicotadas para homens, 15 para mulheres, 15 para meninos entre 14 e 16 anos, ou dez para meninas da mesma faixa etária. Essa punição tinha que ser executada por oficiais da polícia a pedido dos senhores de escravos. Os feitores tinham permissão de privar um escravo de sua ração de álcool ou melação por uma quinzena, mantê-lo em confinamento por 14 noites ou 14 dias e noites, ou mantê-lo com algemas leves durante um período semelhante por sua própria autoridade. O número de chicotadas que lhe era permitido infligir era o mesmo que na cidade.

Quando essa lei secundária foi retificada, em 1856, o número de chicotadas que podiam ser infligidas como meio de punição foi mudado

³⁵ *Enc. W. I.*, p. 648.

para 15 para homens e dez para mulheres acima de 16 e meninos acima de 14 anos de idade (G.B. 1856 nº 10).

O escravo tinha de ser confiado à *Hof van Politie* para as punições por ofensas graves. Até 1869, a *Constitutio Criminalis Carolina* ou Código Imperial de Lei Criminal de 1532 estava em vigor no Suriname, visto que ela não fora retificada ou suplementada por leis e regulamentos emitidos pelo governo dos Países Baixos ou pela administração colonial. Nos casos que não eram cobertos por essa legislação penal, aplicava-se o direito romano. Portanto, a lei criminal holandesa tradicional estava em vigor no Suriname, e isso dava ao juiz uma grande margem de liberdade para impor punições. Essa legislação antiquada previa diversas punições que acarretavam a mutilação da pessoa condenada, embora punições corporais como as chicotadas também fossem permitidas. Essas punições não vigoravam apenas para os escravos. Em 1687, foi publicada uma lei que tornava a pessoa que permitisse a seus escravos pescar em águas das fazendas da sociedade privilegiada punível com mutilação por corte do nariz. Um caso bem conhecido é o do prático Aubin Nepveu, citado por Mauricius. O procurador-geral Sandick certa vez processou Nepveu por insultar um membro da Corte de Justiça Civil, um parente de Sandick, e pediu que ele fosse punido com açoitamento, marcação a fogo e perfuração da língua com uma agulha incandescente³⁶. Esta era a punição geralmente imposta à blasfêmia. Sandick substanciou sua queixa argumentando que insultar um conselheiro era equivalente à blasfêmia, pois os conselheiros eram representantes do poder divino, de modo que no caso em questão a punição por blasfêmia podia ser imposta. Contudo, a petição foi rejeitada, tendo sido solicitado a Nepveu que apresentasse apenas uma desculpa formal à parte ofendida. Além das punições que podiam ser impostas aos escravos com base na lei criminal holandesa tradicional e

³⁶ *Recueuil van egte Stukken*, II, p. 183.

no direito romano, havia também uma quantidade de punições definidas em leis que continham regulamentações especiais ou proibições em vigor apenas para os escravos. Há também alguns casos específicos de punição mais severa especialmente para os escravos determinada por uma proibição ou regulamento geral. Em uma lei publicada em 8 de maio de 1698, europeus e escravos eram proibidos de comercializar ou jogar uns com os outros; a penalidade para pessoas livres era de 200 florins pela primeira ofensa e de 400 florins e punição corporal para a segunda ofensa, enquanto a penalidade para escravos era o açoitamento em três dias consecutivos para a primeira ofensa e a mesma punição além da mutilação pela amputação do nariz e orelhas para a segunda. Em muitos casos, contudo, a penalidade não era especificada, mas uma cláusula determinava que a punição devia ser executada “criteriosamente” e “de acordo a gravidade da ofensa”.

As penalidades geralmente impostas pela magistratura para ofensas de natureza menos grave eram os chamados *Spaanse Bok* (açoite espanhol), a colocação de pesos nos pés ou na cabeça do acusado. Nepveu dá a seguinte descrição da *Spaanse Bok*:

isto é, as mãos amarradas juntas, os joelhos puxados para cima entre elas, e um bastão inserido através da abertura entre os joelhos e as mãos e fixado firmemente no chão, em volta do qual eles então deitavam como um arco e eram golpeados nas nádegas com a guava ou vara de tamarindo; tendo um lado sido golpeado até a pele ficar completamente lacerada, eles eram virados para que o outro lado fosse igualmente ferido; alguns usam arcos de barril para isso, embora seja uma prática extremamente perigosa, pois geralmente resulta na morte do escravo, mesmo que o castigo seja menor do que com os supramencionados açoites. Essa punição é com frequência executada publicamente em qualquer uma das esquinas de Paramaribo³⁷.

³⁷ Nepveu, MS.

Os culpados de ofensas de natureza mais grave eram sujeitos a mutilação, como a amputação de uma perna por tentativa de fuga, ou a mutilação e morte por enforcamento, esquartejamento ou empalação para os crimes mais sérios. Havia também uma punição especial que consistia em suspender a vítima por um gancho de aço que era enroscado em torno das costelas através do tronco.

Quais dessas punições eram realmente executadas, e com que frequência? Até que ponto os proprietários violavam os regulamentos e submetiam seus escravos à crueldade em sua jurisdição? Como esses atos deviam ser encarados à luz das opiniões que eram prevalecentes nos sucessivos períodos da história? E, finalmente, que efeito o disciplinamento e a maneira pela qual a disciplina era aplicada e a punição infligida tinham sobre a mentalidade dos escravos? Apenas encontrando as respostas a essas perguntas seremos capazes de avaliar esse aspecto da escravidão e descobrir as conseqüências que esse sistema penal deve ter tido para a sociedade do Suriname antes de 1863.

Em outros países, os fazendeiros do Suriname tinham uma reputação de senhores cruéis para seus escravos. Raynal, em sua *Histoire Philosophique et Politique*, escreveu em 1773, em relação aos escravos do Suriname que “A capacidade que eles têm de desertar num continente imenso tornou seus senhores muito mais cruéis do que os das ilhas³⁸.” Raynal não apenas observou a maior crueldade dos donos de escravos neste país, mas também oferece uma explicação aceitável para essa crueldade. A vastidão do país e as oportunidades para fugir resultaram num extremo rigor disciplinar. O embaixador prussiano na Holanda escreveu a Frederico, o Grande, em 1772: “Censura-se com razão aos holandeses estabelecidos no Suriname, em Berbice, Essequibo e no rio Poumaron um tratamento cuja barbárie supera aquela à qual são

³⁸ Raynal, *op. cit.*, p. 266.

submetidos nas Antilhas”³⁹. A seguinte declaração é encontrada numa carta de Pinson Bonham, governador durante o interregno britânico, ao conde de Bathurst (8 de junho de 1813): “Passei 21 anos nas Índias Ocidentais e ouvi em todas as colônias que era uma punição grave para um negro ser vendido para uma fazenda no Suriname, e posso ver agora por mim mesmo que isso é verdade”⁴⁰. Contudo, os representantes de nações rivais raramente são boas testemunhas. Não se pode determinar definitivamente se o tratamento dos escravos no Suriname era mais cruel do que em outros lugares, mas há uma sólida base de verdade para a má reputação no exterior, especialmente para os expressivos relatos de viagem de Stedman em inglês. Mesmo na época da publicação do primeiro relato foram feitas inúmeras tentativas para desacreditá-lo de todos os modos possíveis. Mas escritores antigos como Wolbers e Teenstra confirmaram os relatos de Stedman; este simplesmente contou o que viu e vivenciou, e sempre que transmitia uma informação de segunda mão, ele em geral redigia convenientemente uma nota. Já discutimos a influência exercida pela escravidão sobre a mentalidade dos donos de escravos e como a escravidão como instituição teve um efeito desumanizador no relacionamento entre senhores e escravos, provocando tais mudanças na formação da mentalidade do senhor a ponto de torná-lo incapaz de perceber inteiramente a própria crueldade. Além disso, cada ato contra um escravo era justificado e garantido pelos direitos inquestionáveis do senhor, no qual cada tentativa oficial de reduzir seus direitos encontrava hostilidade e oposição. Os membros da *Hof van Politie* que tinham que exercer vigilância contra violações eram eles mesmos donos de escravos. Eles não assumiam normalmente uma posição firme contra os ofensores, que com frequência pertenciam ao círculo de seus amigos mais íntimos. Ofensas eram difíceis de provar,

³⁹ Cf. W. Menkman, *Nederland en Suriname. WI Gids*, 1931, p. 367.

⁴⁰ Wolbers, *op. cit.*, p. 567.

além disso, os testemunhos dos escravos não eram aceitos e apenas documentos ou provas e o testemunho de europeus eram considerados como prova. Muitas ofensas permaneciam impunes, portanto, e quando finalmente se agia, a penalidade imposta era extremamente leve em proporção à ofensa. Por esse motivo, os senhores de escravos tinham uma grande liberdade em relação a seus escravos. Seu comportamento nem sempre era uniforme, mas pode-se presumir que, exceto nos últimos dez a quinze anos anteriores à abolição da escravidão, eles fizeram uso liberal do direito de impor punições corporais brandas.

Quanto ao número de violações dos poderes penais que lhes eram garantidos de acordo com uma ordem, é difícil avaliar sem uma cuidadosa investigação das fontes, também levando em conta o número de casos que nunca foram julgados pela lei e que, portanto, não constam dos registros.

Com base nos dados disponíveis, podemos seguramente dizer que a maioria dos donos de fazendas não era culpado de excessos. Pois, de outro modo, o número de suicídios e tentativas de fuga teriam assumido proporções espantosas. Os senhores de escravos só podiam se beneficiar de um tratamento razoável dos escravos, pois dependiam da mão-de-obra escrava para manter suas fazendas em funcionamento; os escravos representavam, ademais, parte de sua riqueza. O número de fazendeiros que exerciam sua autoridade por meio do terror e da tirania e que se entregavam aos excessos não deve, contudo, ser subestimado, mesmo que tenham sido minoria.

Sem considerar esses excessos, o destino do escravo era excepcionalmente duro a julgar pelas declarações de escritores de diferentes períodos e de autoridades da Colônia. Mesmo durante o período britânico, a sorte dos escravos era horrível. George Warren, que passou três anos no Suriname pouco antes de 1667, escreveu com relação aos escravos:

A maioria deles é transportada de além da Guiné, na África, e é vendida como cães e não recebe mais consideração do que esses em seu trabalho, os escravos são forçados a trabalhar a semana inteira e isso com o maior rigor, sendo severamente punidos pelos mais leves erros que praticarem⁴¹.

Herlein faz a seguinte descrição, em 1718, da punição de escravos, pela qual fica óbvio que ele está descrevendo um procedimento normal:

Quando eles (cometem) qualquer ofensa que os torna passíveis de punição, excetuando-se a pena de morte, são punidos por ordem do senhor, ou por ele pessoalmente; as mãos do infame são amarradas com uma corda e ele é pendurado em uma árvore (ou suspenso nas vigas da casa a certa altura do chão), e assim suspenso, um peso de 50 libras colocado no chão é amarrado a seus pés, sendo estes amarrados juntos para evitar que balancem e chutem; ele é obrigado a suportar pacientemente essa punição cruel ou, quando muito, lamentar sua triste miséria torcendo as mãos e gritando; todavia, depois que seu mestre o confronta com sua ofensa e lhe pede para confessar seus delitos, expondo o motivo desses, e depois de ter confessado, ou tendo sido convencido de sua culpa por um de seus companheiros, ele apanha e é açoitado primeiro por seu dono ou por alguns subalternos brancos e depois por seus camaradas negros com um chicote feito com fibra trançada (um tipo muito duro de vara com espinhos afiados), e recebe uma surra tão grande que mais parece um cão tosquiado ou esfolado do que um ser humano. E quando é descoberto que este, premido pela dor, se torna tão malicioso a ponto de algumas vezes tentar se estrangular enterrando o queixo no peito e prendendo a respiração, dobrando para cima a língua, a fim de tirar a própria vida por sufocação durante esse medonho ordálio, tentam evitar que o escravo faça isso pegando um pedaço de lenha e empurrando-o contra seus dentes, de modo que seus

⁴¹ Warren, *op. cit.*, p. 15.

lábios se tornam até mais inchados do que já estão pelo esfolamento, a fim de fazê-lo respirar; quando se considera que recebeu castigo suficiente e ele é solto, os pedaços esfarrapados de pele são esfregados com o ardente ácido de suco de lima misturado com pólvora, o que agrava ainda um pouco mais as excruciantes dores que ele sofreu previamente, a fim de fazer as feridas supurarem e sararem, embora as cicatrizes permaneçam como um estigma em seus corpos.

E se um escravo foge para a floresta a fim de se evadir do trabalho por algumas semanas, quando ele é capturado seu tendão de Aquiles é removido pela primeira ofensa, enquanto por uma segunda ofensa, se ele quiser aumentar a punição, sua perna direita é amputada a fim de evitar que fuja novamente; eu mesmo fui testemunha de escravos sendo punidos assim⁴².

Em 1731, o procurador-geral propôs tomar medidas enérgicas contra violações das regras que se aplicavam à punição dos escravos, pois “alguns dos habitantes (desse país) submetem seus escravos a tratamento extremamente brutal e desumano, castigando e punindo-os tão severamente por pequenos erros e ofensas que eles morrem por ferimento corporal agudo em pouco tempo ou imediatamente após”⁴³.

As descrições de Stedman⁴⁴ da sorte dos escravos referem-se especialmente aos excessos, mas algumas de suas descrições também mostram que toda punição era imposta prontamente demais e, algumas vezes, pelas ofensas mais insignificantes. Ele transmitiu o juízo mais desfavorável sobre tudo o que se referia à sorte dos escravos no Suriname, ainda que ele mesmo advertisse contra generalizações infundadas. Mas talvez devêssemos permitir aos donos de escravos dar seu próprio testemunho.

⁴² Herlein, *op. cit.*, p. 112.

⁴³ Public Record Office, *Notulen van het Hof van Politie*, etc., maio de 1731.

⁴⁴ Stedman, *op. cit.* II, p. 290.

Quando, em 1762, o governador Wigbold Crommelin, que, como Mauricius, se esforçou por melhorar a sorte dos escravos, fez uma série de propostas para conter os excessos no disciplinamento e impor penalidades severas para aqueles que batessem nos escravos até a morte, encontrou a oposição dos donos de escravos, que eram representados na *Raad van Politie*. Eles declararam os motivos para sua objeção e seus argumentos lançam uma boa luz sobre a situação; afirmavam

que, como Sua Excelência, eles estavam convencidos dos abusos de que um grande número de pessoas em posição de autoridade era culpada por maltratar seus escravos; que havia possivelmente, também, alguns donos que eram tão perversos a ponto de não terem nenhum remorso por explorar brutalmente seus próprios bens, apesar do fato de que sua prosperidade dependia deles, embora houvesse poucas pessoas tão anormais, mas que, ao contrário, havia grande quantidade de proprietários perversos, de modo que em muitas sessões da *Hof* era necessário punir tais insensibilidades; mas, por outro lado, eles eram de opinião que, embora nenhum proprietário jamais devesse se arrogar o poder de vida e morte com respeito a seus escravos, contudo, é da máxima importância que os escravos continuem a acreditar que seus senhores possuem o *jus vite denecis*, e que não seria possível mantê-los sob controle se eles fossem conscientes de que seus senhores poderiam receber punição corporal ou ser executados por bater num escravo até a morte.

Os membros da *Hof* se opunham, portanto, à punição corporal ou à pena de morte pelo assassinato de escravos e Crommelin cedia a seus desejos⁴⁵.

Os membros da *Hof* faziam distinção entre pessoas “anormais”, que pecavam por excessos, e pessoas meramente cruéis com seus

⁴⁵ Public Record Office, *Notulen van het Hof van Politie* etc., 29 de setembro de 1762. Cf. Wolbers, *op. cit.*, p. 294.

escravos, e afirmavam que o número de cruéis era “mais abundante”.

Uma declaração desse tipo feita por pessoas que só podiam se beneficiar suprimindo uma verdade como esta – embora isso fosse quase impossível – nos convence que o tratamento de grandes grupos de escravos era impiedoso e infame.

Malouet, que visitou a Colônia em 1777, e era uma das pessoas mais inteligentes que viajaram por lá, fez uma observação com base na qual só podemos tirar a conclusão de que, embora apenas uma minoria praticasse excessos, a maioria dos donos de escravos maltratava seriamente seus escravos. Ele escreve:

É preciso, entretanto, fazer uma distinção entre os colonos do Suriname. Aqueles que a natureza e a educação fizeram justos e honestos tratam muito bem seus escravos. Das vinte seis casas que visitei, vi apenas dez ou doze cujo regime me satisfêz; os negros ali eram felizes e fartamente providos das coisas necessárias; seus dias e horas de repouso são respeitadas, os castigos raros e moderados.

Portanto, das 26 fazendas visitadas por Malouet, ele considerou satisfatórias apenas as condições que prevaleciam em dez ou 12⁴⁶. Mudanças para melhor, causando um aumento do número de fazendas em que escravos recebiam tratamento satisfatório, não aconteceram até o início do século XIX. Especialmente depois da abolição do tráfico, a contenção foi praticada no tratamento dos escravos. Mas, mesmo assim, deve-se ser cuidadoso para não adotar uma visão demasiado cor-de-rosa da situação. Quando se lê em um memorando do procurador-geral que o administrador da fazenda La Sollicitude mandou espancar uma negra até a morte enquanto ele a manipulava sexualmente da maneira mais imoral, e que essa cena foi testemunhada por três de seus amigos, todos eles superintendentes de fazendas vizinhas,

⁴⁶ Malouet, *op. cit.* III, p. 116.

sem que eles fizessem a mais leve tentativa de deter a agressão, tem-se a impressão de que as brumas do século XVIII estavam longe de ser levantadas. Especialmente quando lemos mais adiante que a conduta do *administrateur* de La Sollicitude, que levou o caso a um tribunal, foi condenada por alguns, entre os quais um colega *administrateur*, e que um dos superintendentes que foi sentenciado ao exílio vitalício e a pagar uma multa de 2 mil florins por ajudar e favorecer o crime, voltou, contudo, à Colônia dois anos depois de a sentença ser proferida e foi designado administrador da fazenda Marienburg, uma propriedade com um grande número de escravos.

Existem relatos de excessos por parte de administradores até algumas décadas antes da Abolição, e o último data de 1842. Teenstra expressou a opinião de que, embora as condições dos escravos tivessem melhorado, ainda havia excessos, e que o tratamento que recebiam continuava a ser demasiadamente arbitrário para descrever sua sorte como tolerável⁴⁷. O número de administradores de fazendas que tratavam bem a seus escravos estava, contudo, aumentando. A elevação do nível de educação dos administradores e feitores brancos, que havia declinado consideravelmente após a crise de 1773 devido à mentalidade das pessoas que se candidataram na época a esses postos, também exerceu uma influência favorável⁴⁸. Além disso, a posição dos escravos melhorou ainda mais por desfrutarem de maior proteção por parte da administração, especialmente no período anterior à emancipação, durante a gestão de Gefken, um procurador-geral com espírito humanitário.

O quadro da perseguição oficial de escravos revela alguns fatos chocantes. A magistratura mostrava ser um joguete nas mãos dos donos

⁴⁷ *Ordinaire en Extra-ordinaire Notulen van 1824 (Hof van Politie). Memorie van de Raad-Fiscaal*, nº 44; Cf. Teenstra, *Negerslaven*, p. 151 e segs., onde ocorre essa referência, concernente ao caso sobre *La Sollicitude*.

⁴⁸ Cf. Teenstra, *Negerslaven*, p. 141, sobre a melhora na sorte dos escravos simultaneamente à existência continuada de excessos.

de escravos no que se refere ao tratamento brutal dado a eles. A leniência com que juízes tratavam as ofensas cometidas pelos senhores brancos contrastava agudamente com as severas e impiedosas medidas tomadas pelo judiciário contra os escravos. Basta folhear as atas da *Hof van Politie* de qualquer ano, aleatoriamente, para encontrar as sentenças mais horríveis apresentadas por escrito todos os meses. Remeto o leitor às obras de Wolbers e Teenstra para dados adicionais a esse respeito⁴⁹. A seguir são apresentados apenas alguns exemplos. Entre 1765 e 1787, em um período de 22 anos, pelo menos 16 escravos tiveram uma perna amputada por tentar fugir, e quatro tiveram o tendão de Aquiles cortado. Entre 1731 e 1750, a penalidade de pendurar o escravo por um gancho inserido nas costelas foi imposta pelo menos 12 vezes, e entre 1760 e 1765, muitos casos dessa bárbara punição foram novamente registrados. A queima no poste, o esartejamento e a fratura de membros foram, da mesma maneira, repetidamente impostos como punição. No início do século XIX, a prática de imporem-se penalidades envolvendo mutilação era ainda freqüente e, até 1833, três pessoas acusadas de incêndio culposo foram queimadas publicamente em Paramaribo.

Comparando essas punições com as executadas na Europa, e mais especialmente na Holanda, no período correspondente, vemos que a severidade e crueldade das punições não eram inspiradas essencialmente por antagonismo racial ou noções concernentes à “depravação” do negro, embora, sem dúvida, essas fossem circunstâncias agravantes. A lei criminal foi, por muito tempo, bárbara e chocantemente cruel no mundo inteiro. No Suriname, um sistema legal antiquado foi mantido e consistentemente aplicado durante um tempo mais longo – o “medo da massa de escravos” não era provavelmente a razão menos significativa para isso. A antiga lei holandesa não foi considerada obsoleta no

⁴⁹ Sobre as medidas do judiciário em relação aos escravos, ver Wolbers, *op. cit.*, *passim*, e Teenstra, *De Negerlaven*, p. 143 e segs.

Suriname até 1869, quando foi introduzido um novo Código de Lei Criminal⁵⁰. Só então se tornou impossível impor penalidades baseadas em noções ultrapassadas de justiça. Embora as sentenças proferidas para escravos do Suriname fossem excepcionalmente severas e cruéis, a comparação com as condições de outros países coloca a questão sob uma óptica de certo modo diferente. À guisa de comparação, listarei alguns poucos exemplos de práticas legais em vigor em outras partes do mundo. Em 1767, era ainda costumeiro, de acordo com Wagenaar, içar os criminosos sentenciados à morte “pelos braços e esticá-los por meio de um peso de 100 libras amarrado a cada um dos dedões do pé e movê-los para lá e para cá várias vezes, ou açoitá-los igualmente”⁵¹. O código penal dos Países Baixos de 1809 ainda listava o açoitamento e a marcação com ferro em brasa como punições. Embora em 1811 o açoitamento tenha sido abolido no *Code Pénal*, ele foi reintroduzido por Ordem do Soberano (a Ordem sobre açoitamento). Pode-se mesmo dizer que o açoitamento era imposto com bastante freqüência como punição durante a primeira metade do século XIX. Ele não foi abolido do código de lei civil e criminal até 1854, embora no código de lei criminal militar tenha sido mantido até 1879. Ainda em 1880 parecia haver alguns protagonistas da punição corporal. Em uma revisão do novo Código Penal, encontramos a seguinte observação: “A reintrodução da punição corporal pareceu encontrar caloroso apoio nos departamentos, mesmo entre aqueles que aplaudiam a abolição da pena de morte”⁵².

Era ainda costume na Inglaterra do século XVIII submeter os criados domésticos ao castigo corporal. Até mesmo em 1882, um homem foi açoitado publicamente de acordo com a lei. O esartejamento e a queima na fogueira eram também impostos como meio de punição

⁵⁰ *Enc. W. I.*, p. 649.

⁵¹ W. Wagenaar, *Beschrijving van Amsterdam*, 1767, III, p. 313 e seg.

⁵² H. J. Schmidt, *Geschiedenis van het Wetboek van Strafrecht*, Haarlem, 1881, I, p. 168.

no século XVIII; 1789 foi o último ano em que uma pessoa, uma mulher, foi queimada num poste por falsificar dinheiro⁵³.

A França foi o país em que o castigo corporal continuou a ser imposto por mais tempo. Um exemplo bem conhecido é a punição pública da aristocrática aventureira Jeanne de Valois, condessa de la Motte, que foi sentenciada ao açoitamento em 1786, por sua participação no notório “caso do colar”.

Essas formas de punição só foram abolidas na França em 1880, porque, como o decreto afirma, eram “incompatibles avec la dignité humaine” (incompatíveis com a dignidade humana). Até essa época, os criminosos recalcitrantes das prisões francesas eram comumente despidos, amarrados e açoitados perante seus colegas de prisão. O número de chibatadas, nesse caso, era de vinte e cinco, “já que o punido, humanamente falando, não poderia suportar mais do que isso⁵⁴”.

Muitos aspectos do tratamento dado aos escravos devem também ser explicados a partir de noções bárbaras referentes à punição que eram aplicadas em todo lugar e que continuaram a exercer sua influência durante mais tempo do que hoje se imagina. Mas os incontáveis abusos, as inúmeras execuções e mutilações, as severas sentenças pelo que eram muitas vezes ofensas insignificantes – o *Spaanse Bok* era usado com muita frequência – tornaram a sorte dos escravos excepcionalmente difícil, mesmo em comparação com as práticas de outros países. Não devemos esquecer, além disso, que em outros lugares as penas mais severas eram infligidas a criminosos, enquanto no Suriname penas semelhantes eram impostas com maior severidade a uma população de trabalhadores que tinha que executar suas tarefas sob coerção e para a qual, conseqüentemente, era muito fácil cometer pequenas ofensas que podiam assumir as proporções de crimes apenas aos olhos dos

⁵³ W. Andrews, *Old Time Punishments*, London, 1890, p. 161-162, 198.

⁵⁴ H. Laurent, *Les Chatiments corporels*, Lyon, 1922, p. 219.

senhores. Durante quase dois séculos, os escravos no Suriname receberam um tratamento brutal e desumano.

Os efeitos desse sistema disciplinar e de punição diferiam de acordo as diferentes categorias de escravos. Daqui em diante farei uma distinção entre os escravos da cidade e das fazendas, bem como entre escravos domésticos, artesãos e escravos rurais de acordo com o tipo de trabalho executado. Outra distinção importante é aquela segundo o tipo de fazenda em que os escravos trabalhavam. O fato de o escravo trabalhar em uma fazenda de açúcar, café, algodão ou madeira fazia uma diferença considerável. Assim, distinguimos nove grupos de escravos, como segue:

Cidade Escravos domésticos
 Artesãos
 Escravos do campo residentes na cidade, mas contratados para as fazendas ou empregados como jardineiros

Fazendas Escravos domésticos
 Artesãos
 Escravos do campo em fazendas de açúcar, de café, de algodão, de madeira

Também era feita uma distinção entre escravos particulares e escravos de fazendas. Essa distinção tinha alguma relação com a forma de registro, sendo os escravos privados registrados em nome de seu dono e os escravos de fazenda no nome da propriedade. Em relação ao sistema disciplinar, a distinção entre escravos da cidade e de fazendas e aquela entre os escravos do campo nas fazendas madeireiras e nas fazendas agrícolas é especialmente importante.

O disciplinamento dos escravos baseava-se na aplicação de medidas disciplinares e na preservação da imagem da superioridade externa do europeu. Medidas para enfatizar a superioridade dos europeus com

maior clareza são repetidamente encontradas nas leis. A lei de 1711, que tornava a relação sexual entre mulheres brancas e negros punível com a morte, visava essencialmente isto. A lei de 8 de maio de 1698, que estipulava que “todos os escravos, tanto homens como mulheres, serão obrigados a manter-se de lado e dar lugar a qualquer europeu que cruzasse seu caminho, de dia ou de noite” não era tão drástica. Essa lei, além disso, proibia apostas entre europeus e escravos, bem como proibia aos escravos carregar bengalas, bastões ou espadas indianas. Em 17 de maio de 1769, foi decretado

que escravos, tanto pretos como mulatos sem distinção, serão daqui em diante proibidos de usar sapatos e meias ou chapéus excessivamente elaborados, sob pena de serem sentenciados ao *Spaanse Bok* por desobediência repetida desse regulamento.

Essa proibição foi reiterada em 14 de março de 1781 e em 27 de abril de 1804. Uma lei de 13 de junho de 1808, que reiterava a maioria dos regulamentos acima, proibia-os de usar ornamentos de ouro ou outras jóias, com exceção de brincos de ouro.

Havia, além disso, uma série de regulamentos especiais com o objetivo de manter a ordem. Por exemplo, cada escravo tinha de ser marcado a ferro com as iniciais de seu proprietário, que eram queimadas em sua pele com ferro quente; esse regulamento entrou em vigor para os donos de escravos em 1684⁵⁵. Leis que determinavam a proporcionalidade do número de europeus em relação ao de escravos que devia ser observada nas fazendas também podem ser classificadas nessa categoria. O escravo era também restrito em seus movimentos; escravos eram proibidos de circular nas ruas meia hora antes do amanhecer e meia hora após o pôr-do-sol sem a permissão escrita de seus donos.

⁵⁵ Em W. Joest, *Ethnographisches und Verwandtes aus Guyana*, Leiden, 1893, há uma ilustração desse instrumento.

Em 1769, ordenou-se que eles fossem obrigados a permanecer dentro de casa a partir das 20 horas até o amanhecer. Em 1760, tornou-se obrigatório que os escravos carregassem uma lanterna acesa se saíssem nas ruas com a permissão de seus donos. Os escravos não podiam dirigir barcos nos rios sem uma permissão dos donos; nem podiam manter suas próprias “canoas”. Eram igualmente proibidos de fazer comércio sem a permissão de seus donos. Era terminantemente proibido vender-lhes armas de fogo, pólvora e facas de chumbo ou de ferro.

Havia proibições especiais que objetivavam evitar que os negros se reunissem, como a restrição sobre as *baljaaren* ou danças, a proibição de *does* (óperas de negros que eram encenadas anualmente) ou a participação de grandes grupos de escravos em cerimônias funerárias. Portanto, a liberdade do escravo era severamente restringida; não apenas ele era forçado a trabalhar demais diariamente, mas era frustrado em sua necessidade de auto-expressão como cantar, dançar e a prática de seus ritos religiosos (a dança tinha com frequência um significado religioso). A fim de pôr em prática este severo sistema disciplinar, os senhores de escravos só podiam recorrer a medidas disciplinares brutais. Os proprietários exerciam forte pressão sobre seus escravos.

A questão é até que ponto tudo isso formou ou deformou a personalidade do escravo e transformou-o numa criatura servil, submissa. Zander, um missionário Herrnhutter, escreveu em uma carta ao Conselho da Missão em 1742:

In der Stadt Paramaribo und Umgegend sind über 4000 Neger. Die, die auf kleinen Plantagen in der Nähe wohnten, besuchte ich alle Abende und fand Gelegenheit, einige vom Heiland zu sagen. Sie verwunderten sich, dass sie von einem Blanken besucht wurden, einige freuten, andere fürchteten sich. Die Furcht kommt heraus der unbeschreiblich weit getriebenen Disciplin und dass sie gehalten sind in einer solchen. Untertänigkeit und Devotion gegen Europäer sich erweisen zu müssen, so dass wenn einmal ein Europäer zu einem Schwarzen kommt, dieser mit

*der grössten Beugung und Ehrerbietung aufstehen und Befehl erwarten. Es darf ja kein Schwarzer einem Blanken ohne Begehren nahe kommen; wenn auch ein Neger einem Europäer auf der Strasse begegnet, so muss jener auf dem Wege auf der Seite mit grosser Devotion vorbeigehen*⁵⁶.

Nossa primeira impressão dos escravos a partir desta descrição é de um grupo de criaturas humildes, submissas, tímidas e servis – instrumentos pacientes nas mãos dos senhores de escravos. A lei mostra que a realidade era diferente. As observações de Zander, embora não incorretas – ele próprio acrescenta que alguns não mostravam medo algum – devem ser interpretadas à luz de informação suplementar.

Nepveu escreveu em 1765:

A experiência nos ensinou, por meio de muitos casos de fuga de escravos, de freqüentes rebeliões e a partir do espírito que se descobriu prevalecer entre o povo, exatamente o que eles podia fazer; seria, além disso, tolice imaginar que, embora as condições tenham melhorado para os escravos, eles não devessem almejar liberdade e independência, especialmente quando os próprios europeus tentavam convencê-los de que é natural que as pessoas almejem a mudança, e especialmente a liberdade, e sonhassem livrar-se dos grilhões da escravidão e sujeição. Só o exemplo do modo de vida de seus donos – pondo de lado todas as outras razões – com o qual eles se confrontavam diariamente, os fortaleceria nessa inclinação, de modo que nunca é demais assegurar os meios para mantê-los em sujeição⁵⁷.

Sempre que o senhor conseguia compreender mais profundamente o pensamento do escravo, invariavelmente encontrava hostilidade. Quando, em 1763, uma rebelião de escravos irrompeu em Berbice, uma lei que objetivava diminuir o pânico no Suriname instava os donos

⁵⁶ Staehelin, *op. cit.* I: 1, p. 80.

⁵⁷ Nepveu, MS.

de escravos a “evitar que seus escravos cantassem ou falassem sobre o assunto referente à Colônia supracitada, de maneira que não manifestassem má vontade ou inclinações rebeldes e prazer com as adversidades dos europeus, e puni-los por agir desse modo.” Os escravos manifestavam o ódio, como foi dito acima, nas canções maliciosas. A. J. Buirma escreveu com referência a declaração de Von Sack, dando a entender que havia sociedades secretas entre os negros, que “os europeus deviam encarar os negros, especialmente os boschnegers, como seus inimigos”⁵⁸. Representações da natureza maliciosa do negro são provavelmente atribuíveis, em parte, à consciência de sua latente hostilidade. O escravo reagia com ressentimento e hostilidade à pressão exercida sobre ele. Mas tinha que tomar cuidado para não demonstrá-los. A atitude humilde que ele adotava na presença dos europeus era um mecanismo psicológico de autoproteção e não traía de modo algum seus verdadeiros sentimentos.

Pode-se explicar porque essa hostilidade não tentou se expressar por um comportamento mais agressivo, pois, apesar de tudo, o escravo encarava seu senhor branco como um ser superior, e isso criava uma ordem social em que o mestre podia exigir respeito. Portanto, o escravo tinha uma disposição muito ambivalente: além do respeito por seu amo, ele nutria fortes pensamentos de hostilidade. Mesmo em casos em que o respeito pelo amo estava aliado ao amor por sua pessoa – houve alguns casos assim –, continuava a haver uma atitude ambivalente como resultado da presença de sentimentos de ódio⁵⁹.

Outro fator que evitava que os escravos dessem livre curso ao ódio e aos sentimentos agressivos originava-se na circunstância de uma ordem legal ter surgido na sociedade escrava. Na África a escravidão

⁵⁸ Buirma, in Von Sack, *op. cit.* III, p. 151.

⁵⁹ Nettelbeck, *op. cit.*, p. 61, fala sobre um fazendeiro Vienense, o proprietário da fazenda *Maastroom*, cujos escravos choravam ao se despedirem dele em sua partida para a Europa.

era uma instituição estabelecida, de modo que o escravo aceitava sua posição de submissão ao senhor branco de acordo com a convenção africana. A escravidão não estava em contradição com seu senso de justiça. Fica claro, a partir de suas reações a punições, que os escravos encaravam o relacionamento com seus donos como algo que tinha fundamento legal. Se uma punição era justa no sentido de que uma ofensa que ele reconhecia como tal era acompanhada pela forma usual de punição, o escravo se submetia a ela sem resistência. Portanto, todos os autores antigos sobre a escravidão sem exceção aconselhavam que os donos de escravos observassem a mais estrita justiça ao aplicar a punição. Herlein escreveu em 1718:

Como são pessoas impossíveis de serem dominadas sem punição corporal ou de outro tipo, grande cuidado deve, contudo, ser tomado para não puni-las indignamente; pois há exemplos de vinganças que foram feitas por punições injustas, quer sobre o amo quer sobre seu agente; mas, quando estão convencidas de sua culpa, não agirão assim⁶⁰.

Hartsinck e Fermin também dão a maior ênfase à importância de um tratamento justo. Fermin diz:

Contanto que não os castigemos além da proporção do que mereceram e segundo as leis da equidade, estamos talvez moralmente seguros de ter bons e fiéis servidores; pois, por mais que sejam escravos, pensam e refletem tanto quanto nós, e sabem muito bem discernir entre o que é justo e o que não é⁶¹.

Blom caracteriza adequadamente as opiniões dos escravos sobre a punição quando diz:

⁶⁰ Herlein, *op. cit.*, p. 113.

⁶¹ Hartsinck, *op. cit.*, p. 912; Fermin, *op. cit.*, I, p. 160.

Se uma ofensa fica impune numa fazenda deve-se deixar a mesma ofensa impune em todos os casos ou punir em um caso e não em outros; se o primeiro comportamento for adotado haverá uma série contínua de ofensas, isto é, se o motivo para permitir que ela permaneça imune for atribuído a bondade excessiva, para não dizer fraqueza, em muito pouco tempo a disciplina na fazenda existirá apenas no nome; e se o que é perdoado em uma é punido em outra, tal comportamento terá duas diferentes conseqüências – uma em relação ao negro que é poupado, e a outra em relação àquele que é punido.

Quando um negro é culpado de alguma ofensa ele compreende que merece punição; se ele é poupado, acreditará que ocupa uma posição privilegiada com seu amo; isso o faz conceber, bem como o fará desejar tratar outros negros como se ele fosse superior; ele presume que é livre para fazer o que deseja e se for punido posteriormente, quando seu amo não estiver com disposição de espírito tão branda, ele se imaginará vítima de um grande erro e considerará direito seu vingar-se sempre que se sentir livre para fazê-lo, seja fugindo para a floresta seja de outra forma que lhe ocorrer.

Por outro lado, quando os demais vêem que são punidos por algo que é negligenciado em seus companheiros, perdem o respeito por seu amo, por quem se sentem discriminados; tornam-se desanimados e invejam a posição privilegiada de seus camaradas, e para um negro este é apenas um pequeno passo para decidir vingar-se deles; o envenenamento então é o meio de que poderá dispor com maior expediente e com o menor risco de ser descoberto⁶².

A existência de tal ordem legal de desigualdade também explica por que um número maior de escravos não fugia. Para eles, a fuga, como o assassinato de seu amo, era um meio de escapar, um meio de fazer vingança por um tratamento injusto.

As observações de Nepveu citadas anteriormente mostram que os escravos, algumas vezes, nutriam sentimentos revolucionários contra

⁶² Blom, *op. cit.*, p. 402.

o sistema. Nepveu fez essas observações em decorrência da grande rebelião de escravos em Berbice em que os escravos tentaram tomar o poder nessa colônia. Mas nem todos os escravos tencionavam conscientemente subverter a ordem estabelecida, embora o número de violações das regras impostas a eles fosse elevado. Isso mostra que não podemos falar de escravos submissos ou subservientes. As leis também o demonstram claramente. Havia numerosas queixas em relação aos escravos da cidade em especial. Em geral, eles eram mais impudentes e independentes do que os escravos das fazendas. Uma queixa muito recorrente era a de roubos. O fato de que era necessário reeditar constantemente leis contendo proibições para os escravos mostra que inúmeras vezes, apesar da severidade das punições, as ofensas eram cometidas em grande escala.

A proibição do comércio entre escravos e europeus publicada em 1685 teve de ser reeditada seis vezes em um período de 60 anos – em uma ocasião, após um intervalo de apenas dois anos! Regulamentos proibindo os escravos de sair às ruas após o crepúsculo ocorrem com regularidade persistente no Livro do Estatuto. A primeira proibição, de 1684, foi reiterada pelo menos dez vezes desde o fim do século XVIII, e igualmente publicada diversas vezes no começo do século XIX. O preâmbulo dessas leis, que geralmente apresentam as razões para sua promulgação ou revisão, mostra com frequência que a mentalidade dos escravos estava longe de ser submissa. Isto é especialmente verdadeiro em relação aos escravos citadinos. Uma lei de 1692 declarava que “a devassidão e a malignidade dos escravos nessa Colônia está diariamente aumentando e crescendo.” Uma lei de 1720 afirmava a respeito dos escravos “que sua autoconfiança alcançou tal proporção que quando cruzam os caminhos dos europeus recusam-se a dar passagem a eles.” Em 1724, o governador Temminck considerou necessário publicar um decreto ordenando a instituição de uma guarda civil, pois escravos estavam provocando incêndios criminosos e

circulando livremente à noite. Mauricius se queixava que os negros estavam “cada vez mais preguiçosos e inúteis”⁶³. No seu governo, uma lei teve de ser publicada proibindo que os guardas fossem molestados. Embora vários europeus fossem culpados dessa ofensa nessa ocasião, os escravos também a haviam cometido. Uma lei de 1781 (14 de março) menciona a crescente e diária “desobediência dos escravos em Paramaribo”. Em 1808, regulamentos aplicáveis aos escravos foram recapitulados e reeditados por conta de “irregularidades e desrespeito constantemente crescentes para com europeus por parte dos escravos” (13 de junho de 1808).

A ausência de uma aceitação interna absoluta de sua posição de submissão é suficientemente óbvia a partir dos exemplos listados. Além disso, nunca foi possível impor uma regra aos escravos sem que eles se opusessem com profunda convicção. Isso se evidencia pela história das *baljaaren*. Nenhuma proibição ou regulamento foi promulgado, revisto ou emendado com tanta frequência quanto aquele referente às *baljaaren* ou danças de escravos. Algumas das danças classificadas sob esse termo faziam parte de seus costumes religiosos e, assim, os escravos as executavam com profunda convicção, apesar de todas as proibições e não obstante as mais cruéis punições.

Vale a pena recapitular a história das *baljaaren* mais amplamente, em especial em relação ao estudo da sobrevivência desse costume africano até os dias atuais. Em 1698, tornou-se obrigatório para os escravos obter a permissão do governador para tocar tambores e dançar nas ruas (8 de maio de 1698). Essa lei foi novamente promulgada em 1711, e naquele mesmo ano foi também decretado que para dançar na Joden Savanne era necessária a permissão das autoridades judaicas (leis de 9 de julho e 25 de agosto de 1711). Em 1728, os donos de escravos foram proibidos de permitir aos escravos de ter reuniões, ou *aljaaren*.

⁶³ *Recueuil van egte Stukken*, II, p. 517.

Essa proibição foi revisada em 1º de maio de 1733; os residentes que possuíam fazendas de café ou quintais na vizinhança de Paramaribo foram proibidos de permitir aos escravos dançar ou ter um “comportamento turbulento”. No caso de violação dessa proibição, patrulhas militares atirariam nos escravos. Em 1735, outra proibição foi promulgada em relação à dança e, no ano seguinte, a lei de 2 de maio de 1733 foi reeditada.

Sob o governador Hendrik Temminck (1722-1727) os escravos pertencentes à sociedade, isto é, aqueles que eram de propriedade do governo, tinham permissão de dançar na praça em frente à residência do governador em épocas especiais⁶⁴. Isto ainda acontecia após o governo de Temminck, pois Mauricius relatou que pôs fim a essa prática⁶⁵. Wigbold Crommelin promulgou uma lei de considerável extensão, em 1759 (17 de dezembro), para regulamentar a questão das *baljaaren*. Essa lei proibia aos escravos dançar na cidade “com acompanhamento de tambores ou de outros instrumentos”, embora pudessem tocar banjo ou “outros instrumentos de som suave” antes das 22 horas. Os escravos fora de Paramaribo podiam ter *baljaaren*, contanto que tivessem a permissão de seus amos e que este informasse o procurador-geral convenientemente, de modo que fosse prevista a supervisão policial. A liberdade assim garantida teve muitas conseqüências indesejáveis para a administração. Em 1760 (6 de junho), foi decretado que o procurador-geral devia dar permissão para realizar *baljaaren* apenas a cada dois meses, por terem os escravos abusado da liberdade que lhes fora outorgada. Em 23 de dezembro de 1763, as *baljaaren* foram por fim completamente proibidas. Não foi possível rastrear essa lei, mas ela é mencionada numa legislação de 1765 (12 de fevereiro) que reiterava a proibição.

⁶⁴ Nepveu, MS. Hartsinck, II, p. 910.

⁶⁵ *Recueuil van egte Stukken*, II, p. 517.

A lei de 24 de maio de 1776 proibia a *Water Mama* e danças negras similares em particular. Uma proibição semelhante foi publicada em 1808 (13 de junho). As óperas negras, ou *does*, foram proibidas em 1794. Essa proibição foi revista em 1814; ela foi mantida nos *Reglementaire Bepalingen voor de Plaatselijke en Landelijke Politie* – regulamentos externos da polícia local e nacional – (G. B. n° 17, 1828). O artigo 18, contudo, deixava os escravos livres para terem *baljaaren* em Paramaribo durante o mês de janeiro. Eles podiam realizar danças sem conotação religiosa nesse mês, mas a “*water mama* e danças similares” continuaram proibidas até os dias de hoje.

Nepveu observou o seguinte a respeito das *baljaaren*:

Em Paramaribo eram com freqüência totalmente proibidas, e aqueles que fossem apanhados participando delas eram passíveis de punição severa; mas a experiência ensinou que isso não teve nenhum efeito, e mesmo que fosse punível com a morte, isso, provavelmente, apenas aumentaria seu desejo. Em lugares distantes eles andam a noite toda para desfrutar esse prazer; e mesmo que o lugar onde deve ser realizadas possa ser descoberto e uma patrulha enviada para emboscá-los, contudo, são raramente apanhados, pois colocam guardas para avisá-los a tempo, fazendo que todos encontrem refúgio em sebes e arvoredos. E mesmo que alguns fossem apanhados e fossem sujeitos a punição severa com o *Spaanse Bok* por toda Paramaribo, isto é, contudo, inadequado para inspirar terror suficiente para induzi-los a privar-se delas, mas ao contrário, em geral, instila excessiva amargura neles, devido ao fato de nunca terem permissão para quaisquer atividades recreativas (para as quais todos os homens têm propensão natural) em sua servidão e depois de dia de trabalho pesado. Parece ser um excesso de tirania privá-los inteiramente delas, ainda mais porque, quando realizadas para uma pessoa falecida, é igualmente uma cerimônia religiosa, que eles estão convencidos que não podem negligenciara sem se tornarem culpados de causar ao falecido enorme desconforto⁶⁶.

⁶⁶ Nepveu, MS.

Nepveu compreendeu quão impotente era o dono de escravo quando queria impor uma lei que o escravo considerava injusta. Ele também compreendeu o motivo da persistência dos escravos em aderir a esses costumes, a saber, seu significado religioso.

Os superintendentes de fazendas faziam, contudo, vista grossa, às *baljaaren* de seus escravos. Os que se opunham a elas dificilmente conseguiam manter a ordem em suas fazendas, de acordo com Nepveu. O espírito de liberdade que marca a personalidade insubmissa é encontrado com mais frequência na cidade do que nas fazendas, como as leis evidenciam.

O escravo da cidade gozava de maior liberdade de movimento, apesar de todos os regulamentos restritivos. Na cidade, a opinião pública e a lei forneciam um contrapeso a um tratamento excessivamente despótico e cruel dos escravos, de modo que os escravos urbanos não estavam tão sujeitos a arbitrariedades como aqueles que viviam isolados nas plantações. Em muitos casos, porém, os escravos eram transportados clandestinamente para fazendas a fim de serem submetidos sem interferência à punição que o proprietário não ousava infligir na cidade. Os escravos da cidade eram, contudo, homens mais livres.

Havia também uma diferença de mentalidade entre escravos domésticos, artesãos e escravos de campo nas fazendas. Nepveu comenta

que pouco deve ser temido dos escravos do campo, que são geralmente muito estúpidos e incompetentes, a não ser que sejam incitados ou encorajados por escravos domésticos, feitores pretos ou artesãos como carpinteiros, pedreiros e assim por diante; todos esses são mais eficientes no manejo de armas de fogo, mais eficientes do que os europeus de fato, e têm a vantagem adicional de uma pele dura e uma constituição robusta bem como uma incrível velocidade e habilidade de sobreviver na mata; em suma, esta é a causa de todos os desastres, deserções e ataques maldosos que levaram essa Colônia à beira da ruína. Deus permita que todo perigo possa passar⁶⁷.

⁶⁷ Nepveu, MS.

Todavia, a disciplina era em geral mantida, apesar de os escravos fugirem com freqüência, em muitos casos após assassinares seus donos. Houve poucos casos de deserção após a conclusão de tratados com os boschnegers; de acordo com esses tratados, os boschnegers eram obrigados a comunicar as fugas à administração. Desse modo, os donos podiam exercer maior pressão sobre seus escravos. Mesmo nas fazendas, porém, os feitores e proprietários não conseguiam tratar seus escravos com completa arbitrariedade se estes lhes oferecessem oposição como uma frente unida. Um exemplo disso é fornecido pelo incidente, em 1752, na fazenda Deykzicht. Os administradores do tribunal de órfãos planejavam entregar essa fazenda a certa viúva de nome Eberhardt, mas tiveram de desistir desse plano depois de repetidas consultas à administração, pois a força escrava recusava-se a reconhecê-la como patroa e a fazer o juramento de obediência, pelo fato de não aceitarem a nomeação do feitor proposta por ela. O poder dos escravos tornou-se mais evidente no século XIX.

Após o interregno britânico, ficou visível a diferença de mentalidade dos escravos das fazendas. Leschenault de la Tour, um perito agrícola francês que visitou o Suriname nos anos de 1823 e 1824, relata que o povo do Suriname era de opinião que a disciplina tinha relaxado consideravelmente durante a época em que ele estava lá. Em vários casos, fora até impossível transferir para outras plantações forças escravas que se opunham a isso⁶⁸. Relatos da libertação de escravos em colônias britânicas e francesas (em 1833 e 1848) também alcançavam os escravos do Suriname, como também rumores concernentes à perspectiva de abolição de escravidão no Suriname. Esperanças de que a emancipação logo aconteceria foram despertadas especialmente pela instituição, em 1853, de uma comissão do governo para a preparação da emancipação⁶⁹.

⁶⁸ M. Leschenault de la Tour, *Extract d'un Voyage à Surinam*, Ciena, 1824, p. 14 e 15.

⁶⁹ Cf. *Rapporten van de Staatscommissie* (Relatórios da Comissão de Governo designada por Decreto Real de 29 de novembro de 1853).

Esses rumores e esperanças sopraram o espírito de liberdade entre os escravos. Van Breughel observou, com grande surpresa, a força que uma frente unida de escravos podia ter. Ele relata dois casos de escravos que se recusavam a concordar com as ordens de seus feitores por considerá-las injustas, de modo que os feitores em questão, foram finalmente obrigados a desistir. Também constatou que quando os escravos declaravam sua solidariedade, eles “em muitos casos transformavam-se em pessoas independentes em vez de escravas”. A surpresa que sentiu diante do que denomina “o poder dos escravos sobre os europeus” soa através de todas as suas palavras. Do mesmo modo, a descrição de boas-vindas cordiais que recebeu em sua fazenda como proprietário europeu ausente demonstra o quanto as condições nas fazendas haviam melhorado durante os 30 anos anteriores à emancipação⁷⁰. Pudemos nos familiarizar com a vida em uma fazenda por meio do quadro apresentado nas *Memoirs* do ex-fazendeiro Bartelink, um mulato que se tornou administrador de fazenda antes de 1863, e que corresponde quase exatamente às descrições de Van Breughel⁷¹. As condições para os escravos eram, em geral, bastante boas naquela época, e o tratamento que eles recebiam, na maioria das fazendas, era humano. Todavia, as massas de escravos continuavam a nutrir forte desejo de liberdade. Enquanto a liberdade tardava em lhes ser garantida depois de ter despertado suas esperanças prematuramente, houve outra vez um grande número de deserções em muitos anos. Numerosos escravos fugiram, buscando refúgio na floresta.

Ao examinar as relações sociais entre os escravos e suas condições materiais, bem como seu legado cultural, confrontamo-nos com o problema do histórico africano. Que elementos culturais africanos os negros preservaram e qual sua influência na vida dos escravos do

⁷⁰ Van Breughel, *op. cit.*, p. 76 e 77.

⁷¹ Bartelink, *op. cit.*, *passim*.

Suriname. Esse problema é discutido em maior profundidade em um estudo sobre a sociedade contemporânea. É suficiente apresentar, no momento, a descrição das condições sob as quais os escravos viviam, classificadas de acordo com uma série de fatores sociais. Serão discutidos a família, as relações entre escravos, a composição da força escrava e o tipo de trabalho, alimento, vestuário, acomodações e condições físicas dos escravos, nessa ordem. Com isso, não se perderá de vista as diferentes categorias de escravos.

Na cidade, acumulara-se uma grande força escrava – Mauricius queixava-se da “excessiva multidão de escravos na cidade”. Fermin estimava seu número em 8 mil em 1769; a estimativa atribuída a 1791 era a mesma, em comparação com um total de aproximadamente 2.500 europeus e pessoas livres. Em 1830, eles somavam 8.580, para uma população total de 15.265⁷². Um ano antes da abolição da escravidão ainda havia 5.156 escravos para uma população urbana total de 18.666 habitantes⁷³.

O número de escravos diminuía como resultado do número de alforrias e os serviços que eles realizavam foram parcialmente assumidos pelos brancos. A maioria dos escravos da cidade eram escravos domésticos, sendo os restantes artesãos, embora houvesse também alguns que eram contratados temporariamente para trabalhar nas fazendas. Havia aproximadamente de 10 a 30 escravos para cada família da cidade. Ser proprietário de um grande número de escravos domésticos aumentava o prestígio social de uma pessoa. Em ocasiões públicas, como a freqüência de fiéis às igrejas, era costumeiro o proprietário ser acompanhado por um grande séquito de escravos. Um segurava a sombrinha para seu amo e sua senhora, outro carregava o livro de orações, enquanto ainda outros realizavam todos os tipos de tarefas

⁷² Fermin, *Description*, I, p. 118, Teenstra, *Landbouw* II, p. 204.

⁷³ *Koloniaal Verslag van 1862*.

triviais. As senhoras crioulas brancas tentavam rivalizar umas com as outras em enfeitar suas escravas. Vestiam-nas da melhor forma possível, enfeitando-as com colares de coral e ornamentos de ouro e prata⁷⁴. Tentativas para pôr fim a essa acumulação antieconômica de mão-de-obra desnecessária nas famílias e na cidade foram abortadas, especialmente por causa da oposição das senhoras. Wichers escreveu que a *Hof van Politie* redigiu uma lei propondo cobrar um imposto especial sobre os escravos domésticos a fim de contrariar esse mau hábito.

“Seja como for, a influência das senhoras”, continuou ele, “que eram relutantes em privar-se dessa vã exibição de grandeza e o “auto-interesse” das demais, até agora impediu que essa lei fosse executada”⁷⁵. A expressão “o auto-interesse dos demais” com toda probabilidade refere-se aos interesses dos donos de escravos que empregavam seus escravos urbanos como artesãos em base semanal, ou os enviavam para mascatear nas ruas, obrigando-os a entregar-lhes uma soma fixa de dinheiro ao final de cada semana. Havia algumas pessoas que retiravam a maior parte de sua renda do arrendamento de escravos. Em muitos casos, os proprietários eram coniventes com a prostituição das escravas bonitas e não perguntavam de onde vinha o dinheiro entregue a eles no fim da semana. Essas atividades independentes concediam aos escravos uma oportunidade de dispor de uma renda independente fazendo dinheiro extra e reservando uma parte de seus ganhos para uso próprio. O *Essai Historique* (1788) fala de “*un luxe aussi démesuré parmi les esclaves*” (“um luxo igualmente desmedido entre os escravos”). Os escravos faziam exibição desse luxo especialmente em seus *does*, ou óperas, revelando certo orgulho que, de acordo com os autores do *Essai Historique*, até se transformavam em desprezo pelas mulheres européias, que não conseguiam rivalizar com o talento

⁷⁴ *Recueil van egte Stukken*, II, p. 517.

⁷⁵ Carta do governador-geral Wichers ao secretário do governo Munter, ver acima.

mostrado pelas escravas em seus *does*⁷⁶. Também nas *baljaaren*, os escravos exibiam um luxo considerável. O decreto de 6 de junho de 1760, que tinha por objetivo contrabalançar o abuso do privilégio de ocorrerem *baljaaren*, proibia o consumo de “vinhos, cerveja, gim, conhaque e outras bebidas nacionais”, bem como o consumo de “pastelarias caras ou outros artigos comestíveis”. Nos funerais de escravos, exibia-se igualmente certo luxo. Os escravos eram enterrados com muita cerimônia e, algumas vezes, em caixões caros construídos de maneira semelhante àquela empregada nos funerais europeus (Decreto de 11 de maio de 1741).

Na cidade havia também muitos escravos que trabalhavam como artesãos, de forma independente ou a serviço de um artífice mestre. O escravo que praticava um comércio independente empregava outros escravos, e havia até alguns que, embora eles mesmos fossem escravos, compravam trabalhadores escravos. Stedman fala de um ferreiro chamado Joseph que, como escravo de proprietários benevolentes, possuía uma casa confortável com mobília e seus próprios escravos⁷⁷.

Havia também escravos que trabalhavam como pescadores e que, dessa maneira, prosperaram. Do ponto de vista material, as condições dos escravos domésticos eram, de um modo geral, bastante boas. Recebiam alimento e roupas suficientes. Mas em geral usavam apenas uma saia, ficando com o torso nu. As cabanas dos escravos eram construídas em fileiras nos fundos da mansão do amo, no mesmo terreno. Eram edifícios baixos com um ou, no máximo, dois cômodos. Se um escravo urbano quisesse ter uma esposa, devia informar o amo sobre sua intenção, e se a mulher em questão pertencesse a outro proprietário, buscariam um acordo com este. Após ter recebido permissão, o escravo podia visitar a mulher regularmente, embora os

⁷⁶ Sobre a prostituição das escravas, ver *Recueil van egte Stukken*, II, p. 517, e Staehelin, III: 2, p. 60; sobre o luxo entre escravos, ver *Essai Historique*, II, p. 38.

⁷⁷ Stedman, *op. cit.* I, p. 308 e 309.

dois não pudessem viver juntos, a menos que um deles praticasse um comércio independente. Como regra geral, os dois parceiros continuavam cada qual a viver na residência de seu próprio amo. Havia, evidentemente, casos em que um escravo conseguia encontrar uma esposa entre as escravas de seu dono, mas as chances de achar entre elas uma mulher que pudesse ser uma companheira adequada para ele do ponto de vista de idade e afinidade – em muitos casos o senhor possuía uma grande família ou algumas famílias aparentadas eram poucas.

O destino dos escravos urbanos, especialmente daqueles que desempenhavam trabalhos domésticos, era mais tolerável do que o dos escravos do campo. Mas o contato direto com o proprietário, que tinha certas vantagens, também tinha aspectos desagradáveis. Nessa posição, um escravo era exposto à pressão direta de seu dono, que podia ser um indivíduo caprichoso, arbitrário, sem autocontrole e que podia puni-lo pela mais leve ofensa. A tranquilidade de uma tarde tropical em Paramaribo era freqüentemente perturbada pelos gritos e gemidos de escravos que estavam sendo punidos por trivialidades. Em 1750, era proibido alugar escravos para trabalhar para terceiros ou permitir-lhes fazer comércio sob a obrigação de entregar semanalmente a seus donos uma soma fixa, pois “tais escravos, se incapazes de reunir a quantia requerida, recorrem ao crime, roubo ou outras coisas – por medo de apanhar” (Decreto 17 de março de 1750). Um ano antes, essa proibição teve de ser reiterada, mas foi um dos muitos regulamentos que nunca vigoraram, pois se opunha aos interesses da maioria da população européia.

Stedman relata dois casos de escravos domésticos que cometeram suicídio por medo de serem punidos por ofensas banais. Ele menciona os donos desses escravos pelo nome. Cojo, que, junto com seus companheiros reduziu uma grande parte de Paramaribo a cinzas, incendiando-a criminosamente em 1832, era um jovem escravo negro que tinha fugido com medo da punição por não ter conseguido o

dinheiro suficiente para sua patroa como vendedor de biscoitos. Junto com alguns outros que estavam na mesma situação, permaneceu escondido na floresta próximo a Paramaribo, de onde saía apenas para roubar juntamente com seus companheiros de adversidade. Esse Cojo havia sido escravo de uma negra liberta⁷⁸. Escravos livres e alforriados, seguindo o exemplo dos senhores europeus, tratavam seus escravos com pelo menos igual crueldade. Eles são mesmo representados como sendo extremamente cruéis. Devemos ser cuidadosos, contudo, para não generalizar demais, pois essa informação foi em geral muito usada para justificar o comportamento dos europeus. É razoável presumir, no entanto, que os mulatos e negros livres, quando se tornavam por sua vez donos de escravos, agiam como todos os outros e que também existiam pessoas doentias entre eles. O exemplo dado pelos proprietários europeus sem dúvida exerceu uma forte influência sobre o comportamento dos novos donos de escravos. Até hoje se pode observar muitos pais de classe baixa que infligem surras cruéis em seus filhos pela menor desobediência – embora se possa observar também uma mudança para melhor – o que dá origem à presunção de que, nesse aspecto, o exemplo dos antigos donos de escravos ainda exerce sua influência.

A natureza do trabalho nas fazendas de açúcar, café, algodão e madeira e sua localização numa região específica originou as diferentes condições sob as quais a mão-de-obra escrava vivia nessas fazendas. As condições nas fazendas madeireiras diferiam especialmente das demais. Muitas dessas fazendas de produção de madeira estavam situadas às margens dos rios Suriname superior e Pará. Por causa dessa localização, o estado de saúde dos escravos nessas fazendas era em geral melhor, pois trabalhavam menos horas do que os escravos de outros tipos de

⁷⁸ Stedman, II, p. 317 e 321, lista três exemplos de suicídios cometidos por escravos domésticos por medo de punição; sobre o caso Cojo, ver Teenstra, *Negerslaven*, p. 187 e segs., e especialmente p. 215 e segs. sobre a personalidade de sua dona e o tratamento dos escravos domésticos.

plantação. Os escravos madeireiros não precisavam trabalhar sob o sol escaldante e, por causa do trabalho na floresta, eles não podiam ser colocados sob uma supervisão tão estrita. Era, portanto, necessário dar-lhes maior liberdade, de modo que desenvolveram um forte sentimento de independência. Os negros de duas conhecidas fazendas de madeira, Berlijn e Berg en Dal, desfrutavam de privilégios especiais que lhes eram garantidos por meio de recompensas por haverem defendido lealmente as fazendas contra os ataques dos boschnegers. Podiam portar armas de fogo e tinham a garantia de que jamais seriam forçados a deixar essas fazendas.

Uma disciplina mais rígida era mantida nas fazendas de açúcar, café, cacau e algodão. Ali, a escravidão assumiu sua forma mais característica. As condições para os escravos diferiam evidentemente de uma propriedade à outra, pois dependiam do proprietário. As condições materiais eram com frequência dependentes, além disso, do fato de a fazenda em que estavam empregados estar indo bem e obtendo lucro. Se as perspectivas eram sombrias para o proprietário, isto tinha conseqüências fatais para os escravos. A prosperidade do fazendeiro influenciava a distribuição compulsória de alimentos e roupas e a manutenção das cabanas dos escravos. Um administrador ou proprietário que estava com problemas financeiros economizava nas despesas compulsórias com seus escravos. Esse tipo de proprietário estava propenso, além disso, a exigir um rendimento máximo de seus escravos, especialmente porque lhe era impossível adquirir outros, e, portanto, reforçar sua mão-de-obra. As condições dos escravos domésticos, na maioria mulatos, entre os quais o administrador geralmente escolhia uma governanta, e as dos artesãos das fazendas eram também melhores do que a dos escravos que viviam no campo.

Nas fazendas, a família era a unidade que determinava a estrutura do grupo escravo. Laços familiares entre marido e mulher eram amiúde muito fracos, e muitos homens tinham mais de uma esposa. Entre os

escravos, era freqüentemente encontrado o tipo de família incompleta, que consistia de uma mãe e seus filhos. Se um escravo de fazenda quisesse tomar uma esposa ele – como seus iguais na cidade – tinha de pedir permissão a seu amo. Geralmente, eles podiam viver juntos em uma cabana, e a mulher cuidaria do homem. Mas isso não a isentava do trabalho no campo. Freqüentemente a esposa escolhida era de outra propriedade. Os donos não eram favoráveis a esse tipo de situação, pois resultava em muitas idas e vindas de escravos visitando a esposa em fazendas vizinhas após o dia de trabalho. Mas essa foi uma das coisas que os proprietários jamais conseguiram evitar que seus escravos fizessem. É também bem provável que eles fossem forçados a procurar uma parceira em outro lugar, porque muitas relações nas fazendas correspondiam a relacionamentos consangüíneos.

O cuidado amoroso das mães em relação aos filhos é com freqüência elogiado⁷⁹. Mas, na realidade, o cuidado com as crianças deixava muito a desejar. Em muitas fazendas, as mulheres grávidas eram isentas do trabalho no campo; elas tinham de reassumir o trabalho quatro semanas depois do nascimento da criança. Em outras fazendas, trabalhavam até o último dia de gravidez; considerava-se mesmo que a atividade facilitava o parto. Na primeira metade do século XIX, devido à interrupção das importações de novos escravos, as gestantes começaram a receber cuidados especiais. Passaram mesmo a ser encaminhadas para clínicas na cidade, para o parto⁸⁰.

Alguns dias após o nascimento, a criança era apresentada ao administrador ou proprietário, que então lhe dava um nome. As mães, geralmente, amamentavam os filhos por um tempo considerável – algumas vezes durante dois anos. Elas se abstinham de relações sexuais durante os primeiros sete ou oito meses após o parto. Crianças muito

⁷⁹ Fermin, I, p. 132.

⁸⁰ Bartelink, *op. cit.*, cap. III.

pequenas eram envoltas num pano e amarradas às costas da mãe e eram, assim, levadas para o campo; desse modo, as mães podiam manter a criança consigo durante o trabalho. Quando a criança crescia, era deixada pela mãe aos cuidados da *Creole mama*, uma mulher de idade cuja tarefa especial era tomar conta das crianças das escravas que trabalhavam no campo.

A separação de famílias pela venda de seus membros a proprietários diferentes e, especialmente, a separação de mães e filhos – era o problema mais grave ao qual a família escrava estava exposta, bem como um dos aspectos mais sombrios da instituição – e que raramente ocorreu durante os primeiros cem anos da história do Suriname. Em 1743, Mauricius decretou que, antes que um escravo pudesse ser vendido, o detalhamento dos membros de sua família deveria ser fornecido. Encontramos uma passagem referente a esse regulamento em um apontamento de 1º de janeiro de 1743 em seu diário, que é extremamente importante para ter-se uma visão da política adotada naquela época em relação a famílias escravas.

Os Honoráveis conselheiros e outros moradores informaram a Sua Excelência o governador, que os traficantes de escravos nesse país tinham o horrível hábito de vender mães ou pais separadamente de seus filhos, ou maridos de suas esposas, a fim de forçar o comprador de um a adquirir os parentes dele ou dela a preços exorbitantes, para não correr o risco de perdê-lo em consequência do desespero dele ou dela. A fim de evitar tanto quanto possível que isso aconteça, Sua Excelência faz a seguinte declaração. Como se tornou evidente a Sua Excelência que atualmente mães e filhos são fraudulentamente vendidos separadamente por um motivo premeditado de lucro, a fim de forçar a elevação do preço da criança mais tarde; e como não apenas tais práticas estão em conflito com todos os sentimentos humanos, mas estão também sujeitas a ter todos os tipos de consequências perniciosas; *razão pela qual sempre foi costume nesta Colônia nunca vender parentes separadamente, um costume também*

sempre observado pela Honorável Companhia das Índias Ocidentais; Sua Excelência por meio desta aconselha veementemente a todos os comerciantes notificar devidamente ao vender um escravo se ele ou ela tem marido, filhos ou esposa, sob pena que a venda comprometa o adquirente se tal fato vier a ser posteriormente comprovado⁸¹.

É patente, a partir dessa passagem que, por via de regra, os parentes não eram vendidos separadamente na época de Mauricius ou antes dele. Posteriormente, a situação mudou, provavelmente como resultado da crise de 1773, quando muitos escravos mudaram de donos em rápida sucessão e os escravos dessas fazendas foram, algumas vezes, vendidos separadamente. Em 1782 foi publicada uma proibição (Notificação de 4 de agosto) de vender mães e filhos separadamente, devido a “várias queixas concernentes a perturbações em consequência do fato de que, ao vender escravos, mães são freqüentemente separadas de seus filhos e cada um vendido a donos diferentes”. Portanto, essa era aparentemente uma prática estabelecida naquela época. A separação de pais de suas famílias não recebia menção alguma – aparentemente isto já não era considerado um fato extraordinário no período época. Essa notificação foi reeditada em 1828 (G. B. nº 5) sem que nenhuma tentativa fosse feita para poupar os pais da separação de suas famílias através de regulamentos suplementares. Um relatório submetido ao rei dos Países Baixos, no ano de 1821, referente à vida familiar dos escravos do Suriname expressava a opinião de que era muito difícil proibir os fazendeiros de vender maridos e esposas separadamente se isso fosse contrário a seus interesses. Considerava-se que uma proibição desse tipo seria uma violação demasiado flagrante dos direitos de propriedade. O relatório não contém uma só palavra de protesto a esse respeito. Isto é tanto mais extraordinário quando se considera que o relatório foi elaborado pela Comissão para os Negócios das Igrejas

⁸¹ Blom., *op. cit.*, p. 374, 394 e 395.

Protestantes nos Países Baixos Orientais e nas Índias Ocidentais⁸².
Todavia, a lei fez algumas tentativas para proteger as relações entre mães e filhos entre os escravos depois que muitos colonos deixaram de empenhar pelos interesses da família de seus escravos.

Em 10 de abril de 1858, o ministro para as Colônias informou ao governador do Suriname que a Câmara dos Deputados havia feito sérias objeções em relação ao projeto de lei sobre a abolição da escravidão e que, como esta iria requerer uma revisão, conseqüentemente, a emancipação teria de ser novamente adiada.

Ansioso por fazer alguma coisa, nesse ínterim, que pudesse ter efeito tranquilizador sobre os negros e pudesse servir para prepará-los para desfrutar sua liberdade futura, escreveu o ministro, “ocorreu-me se não deveríamos, sem demora, fazer tudo o que pudermos para promover a vida familiar entre eles⁸³.”

Com esse objetivo em vista, o ministro fez uma série de propostas que o governador encaminhou aos chefes de departamentos e ao missionário chefe da Missão Morávia no Suriname, Th. van Calcker, para suas recomendações. Gefken, o procurador-geral, propôs sancionar, com uma cerimônia religiosa, a relação entre os escravos que declarassem que pretendiam viver como marido e mulher e cujo modo de vida não estivesse em conflito com essa intenção, declarando o homem inseparável de sua esposa e filhos depois disso. Van Calcker fez uma proposta semelhante. É evidente, a partir do relatório de Van Calcker, que era costumeiro no século XIX vender o homem separadamente de sua família, ou alugá-lo por algum tempo para uma fazenda que não aquela em que sua família vivia. Van Calcker escreveu:

⁸² Public Records Office. *Adviezen Commissie zaken Prot. Kerken*.

⁸³ Sobre a missiva do ministro, ver Public Record Office: Archives of the Department of Colonies, Agenda nº 11, nº 873, 12th April, 1858.

Ao vender, transferir, expulsar ou alugar escravos geralmente não são feitas perguntas sobre se isso resultará em separação, temporária ou permanentemente, de um homem de sua esposa e família. Isso é causa de muita infelicidade, pois os escravos são amiúde alugados por anos e são geralmente alugados isoladamente, de modo que cada caso de aluguel de escravos provoca a separação de maridos e esposas por um período indefinido. Uma das conseqüências é que homens alugados a outras fazendas mais cedo ou mais tarde tomam outra esposa lá, algumas vezes por instigação de seu amo temporário por motivos de auto-interesse, continua o autor. “Esperemos que o governo local reconheça o divino princípio natural de que um homem pertence a sua família como marido e pai, e considere seu dever evitar a separação dos homens de suas famílias tal como tem sido feito até agora com respeito a mães e filhos – e encoraje e proteja o desejo de conduzir uma vida familiar regular onde quer que isso seja expresso”.

Em 14 de agosto de 1858, a missiva do ministro entrou em discussão no Conselho de Estado, juntamente com vários memorandos trocados sobre o assunto. As propostas de Van Calcker não foram consideradas adequadas à aplicação prática, pois se considerava que elas teriam efeitos de longo alcance na situação existente, ao mesmo tempo em que se temia que novas medidas adotadas para anteciper a emancipação pudessem provocar desassossego entre os escravos. Assim, o problema foi abandonado, marcando o fim da interferência do governo em relação à vida familiar dos escravos⁸⁴. As autoridades tampouco se preocupavam muito com as condições sociais entre escravos emancipados após a Abolição. A fundação do Conselho do Bem-Estar Infantil, em 1907, foi o primeiro passo em vista de ajudar as famílias de classe baixa.

⁸⁴ Sobre os memorandos, ver Arquivos Centrais (Paramaribo), missivas Chefes de Departamentos, Adm. de Finanças, 25 de junho, nº 207. Secr. Gov. 1858, nº 155 e 156, e *Notulen van den Kolonialen Raad*, 1858, 14 de agosto.

O laço familiar mais forte era entre mãe e filho. Tanto como resultado da história anterior da vida familiar entre escravos – a maioria dos escravos do Suriname remontava sua origem a tribos com uma estrutura de parentesco matrilinear – quanto das extraordinárias condições da vida familiar durante a escravidão, em que a consequência eram os laços mais frouxos com o pai. O pai desempenhava um papel menor nas famílias de escravos. A mãe e os filhos, que cresciam em uma fazenda, desenvolviam-se gradualmente numa família ampliada que foi, por muito tempo, o laço social mais importante que unia um grande número de indivíduos de uma fazenda. Além disso, havia laços que reuniam escravos que remontavam sua origem a uma única tribo africana. Os escravos desenvolveram um sentimento de solidariedade com base na língua ou cultura comuns. O escravo fora arrancado de seu ambiente africano, de sua organização tribal e de clã e, em muitos casos, de sua família. Mas trouxe consigo grande parte de sua cultura tribal no que se refere à língua, costumes e religião. Geralmente, os escravos da mesma tribo se uniam para formar um grupo, e os fugidos, em geral também formavam grupos com base na origem tribal. Isto era extremamente deletério para a coesão social da força escrava como um todo. Rivalidades se desenvolviam e inimizades também eram importadas do país tribal para a nova terra. Inimizades entre membros de diferentes tribos são freqüentemente mencionadas nas fontes e elas eram, com freqüência, responsáveis pelo fracasso de muitas conspirações de escravos através da traição.

Por outro lado, menciona-se, com freqüência, o alto grau de solidariedade entre os escravos em relação aos proprietários brancos. Embora seja um paradoxo aparente, isto dependia de qual dos dois ódios era o maior, o ódio ao amo ou o ódio a um certo indivíduo ou grupo de indivíduos na própria força escrava. Os escravos nutriam idéias muito definidas sobre a igualdade mútua, mesmo que certas pessoas fossem mais importantes ou mais poderosas do que outras.

Simultaneamente, a inveja ou ciúme, podia assumir um aspecto tão violento que, algumas vezes, os escravos pediam a seu dono para não recompensá-los abertamente por diligência e assiduidade por medo de despertar o ciúme nos demais. Como resultado disso, a solidariedade entre escravos estava sempre ameaçada, mesmo quando não havia mais inimizade entre indivíduos que descendiam de tribos diferentes.

Os regulamentos para os encarregados dos escravos instavam justificadamente a tratá-los com a maior justiça e a não discriminá-los. Somente desse modo os conflitos entre eles podiam ser evitados. Os indivíduos dentro do grupo sempre viviam com um certo medo uns dos outros, e o medo do envenenamento era dominante. Havia certas pessoas, os assim-chamados *wisi man*, que gozavam da reputação de exímios envenenadores e que colocavam sua arte a serviço dos colegas – poder-se-ia denominá-los envenenadores profissionais. Havia, aparentemente, também muitos casos de envenenamento entre escravos. Mas, por mais elevado que seja esse número, nunca foi tão alto quanto o número de mortes atribuídas pelos escravos ao envenenamento. É bastante provável, levando em conta a experiência africana dos escravos, que, além do medo do envenenamento real, o medo da magia negra desempenhasse papel significativo. O problema do envenenamento era tão sério nas fazendas que a Ordenação da Plantação de 1761 continha um regulamento especial a esse respeito, com o objetivo de prevenir acusações ocasionais:

Nenhum administrador ou empregado deve proceder a qualquer tipo de inquérito ou investigação com base em fatos fornecidos por escravos, concernentes a ofensas de escravos e, menos ainda, se eles declararem ter sido envenenados, do que um negro freqüentemente acusa o outro por rancor e sem provas; mas informar convenientemente seu empregador se por acaso ouvir qualquer boato a esse respeito, sob pena de uma multa de 300 florins por agir contrariamente a esse regulamento (art. 17.)

O relatório de 1853 da Comissão de Estado diz com referência às causas da diminuição do número de escravos:

Muitas pessoas aqui são também da opinião que o envenenamento entre escravos (bem como entre os boschnegers) fez tudo menos parar. É certo que muitas acusações de envenenamento são ainda apresentadas, embora seja igualmente certo que o medo de ser envenenado só pode ter os mais desastrosos efeitos sobre a saúde de certas pessoas⁸⁵.

Havia também antagonismo entre negros crioulos nascidos e criados no Suriname e os negros chamados “da água salgada” – recentemente importados para o país do ultramar. Os crioulos tendiam a explorar os recém-chegados até certo ponto, especialmente no início, e a impingir-lhes tarefas desagradáveis. Os feitores eram obrigados a manter uma vigilância rigorosa contra esse tipo de abuso enquanto os recém-chegados ainda estavam se ajustando a seu novo ambiente⁸⁶.

Laços sociais mais fortes desenvolveram-se, gradualmente, entre escravos nas fazendas à proporção que número de negros crioulos excedia o número de novatos. A comunidade que se desenvolveu como resultado desse fato compreendia um grupo que era maior do que o grupo formado com base em laços de parentesco apenas, mesmo que a família ampliada continuasse a ser um dos principais elementos dessa comunidade maior. A origem tribal desempenhava um papel cada vez menos importante, pois cada vez menos escravos – e nos últimos 40 anos anteriores à emancipação nenhum escravo – era importado. Eles começaram a se considerar membros de um grupo de pessoas que tinham nascido e crescido no mesmo lugar. Uma vez estabelecido esse processo, era muito mais fácil para os recém-chegados serem assimilados,

⁸⁵ Report of the Government Commission of 1853 (see note 293), I, p. 233.

⁸⁶ Blom, *op. cit.*, p. 376.

contanto que seu número não fosse demasiado grande. Esse processo completou seu curso depois que a importação de escravos cessou, quando foram feitas tentativas de aumentar a população escrava de modo natural. Na primeira metade do século XIX, desenvolveram-se nas fazendas comunidades locais que se fundiram devido um forte laço. Havia um grande apego do indivíduo ao grupo e ao solo da fazenda em que haviam nascido e onde viviam, trabalhavam e morriam; ele estava próximo da fazenda em que os pais falecidos e os ancestrais jaziam enterrados. Há alguns exemplos eloqüentes desse tipo de apego ao solo. A transferência da força de escravos para novas fazendas no caso da antiga propriedade ter sido abandonada por uma ou outra razão era, portanto, um dos problemas mais difíceis – no começo do século XIX uma legislação especial teve que ser introduzida para resolver esse problema. Era necessário, algumas vezes, liquidar fazendas; a infertilidade do solo ou a escassez de escravos requeria, ocasionalmente, uma concentração da mão-de-obra disponível nas diferentes fazendas em uma única fazenda. Em muitos casos, os escravos só podiam ser induzidos a obedecer por meio de pressão considerável, embora se saiba de casos de planos desse tipo que precisaram ser inteiramente abandonados. A atitude dos escravos era, em parte, determinada pelo medo de serem transferidos para fazendas em que as condições, especialmente as condições de trabalho, pudessem ser piores. Mas o amor pelo solo, também desempenhava um papel importante em sua oposição. Há uma história que conta que alguns escravos beijaram o chão que deveriam abandonar quando foram forçados a deixar a fazenda.

O memorando explicativo sobre o decreto-lei de 1860 relativo à abolição da escravidão nas colônias holandesas dá uma excelente descrição, evidentemente com base em dados do Suriname, do tipo de comunidade escrava intimamente unida que se desenvolvera no campo. O memorando indica a natureza desse tipo de sociedade e discute a quem caberia cuidar, depois da emancipação, dos idosos e enfermos

que até então se encontravam sob a responsabilidade das fazendas. A fim de fazer alguma provisão nesse sentido para os anos após 1863, propôs-se manter forças escravas juntas tanto quanto possível, pois se acreditava, justificadamente, que os escravos cuidariam eles mesmos de seus enfermos.

Embora os escravos negros não tenham uma vida familiar no verdadeiro sentido da palavra”, observou o Memorando, “a natureza irregular e temporária do relacionamento entre os sexos, na maioria dos casos, resultou que, para os últimos 40 anos pelo menos, todas as forças de colonização, exceto algumas, eram formadas de crioulos e considera-se que, até certo ponto, aqueles que formavam essas forças escravas constituíam uma família ampliada, pois estão, geralmente, ligados por laços sanguíneos. Isso pode servir para explicar o apego do escravo negro à fazenda, ou melhor, à população da colônia, à qual toda sua memória e todos os seus relacionamentos o ligam. Cada força, como a tripulação de um navio ou de um destacamento de soldados que esteve junto por um longo tempo, tem um determinado caráter, especial, que tendo mais ou menos ocorrido com os membros individualmente, torna inconveniente a mistura ou fusão com outras forças similares, que, por sua vez, têm seu próprio caráter. Essas forças são consideradas sociedades em miniatura, cada uma com seu próprio prestígio, seus próprios direitos e deveres. Na opinião de observadores autorizados que estão bem familiarizados com os negros, a força ou a tribo unida prontamente assume aquilo que a pessoa individual recusaria fazer ou não considerar seu dever ou obrigação fazer, a saber, tomar conta do enfermo⁸⁷.

Portanto, nas fazendas, novas comunidades em miniatura se desenvolveram com base em laços sanguíneos. Essas comunidades possuíam um caráter distintivo nas diferentes fazendas. A composição

⁸⁷ Appendices, *Reports of the Proceedings of the Staten-Generaal*, 1860-1861, p. 219.

original da força escrava e seu desenvolvimento, sobre a qual o caráter dos donos e administradores também teve uma influência definida, resultaram em diferenças individuais entre forças escravas. Rivalidades freqüentemente se desenvolveram entre as diferentes forças, algumas vezes resultantes de rixas acidentais entre membros de diferentes grupos e, algumas vezes, em conseqüência de incidentes sobre mulheres. O medo dos companheiros, de alguém do grupo, era gradualmente projetado para outros grupos quando a solidariedade dentro do grupo aumentava. Esta era uma das razões pelas quais as forças escravas ofereciam oposição tão forte à transferência para outra fazenda e à fusão com outra força escrava. Em casos de fusão de forças escravas diferentes, não apenas o número de envenenamentos e casos de magia negra aumentava, como também o número de vítimas. Como o relatório da Comissão do Governo concluía, esse medo, com freqüência, tinha as mesmas conseqüências fatais que o envenenamento real. Hostmann, um médico prático que passou mais de 40 anos na Colônia, deu uma descrição clínica detalhada dos sintomas e do curso desses casos de envenenamento psicológico. Estavam acoplados com uma recusa a se alimentar, de modo que o paciente começava a mostrar sintomas de deficiência nutricional; todos esses casos evidentemente terminavam em morte⁸⁸. Tais casos parecem ter sido freqüentes, e isso me dá a impressão de que se tratava de reações paranóicas. As condições que prevaleciam sob a instituição da escravidão estavam fadadas a estimular os impulsos agressivos resultantes das frustrações a que os escravos estavam com freqüência sujeitos; não havia virtualmente escapes para tais impulsos fosse dando-lhes livre vazão fosse sublimando-os, de modo que certas pessoas tinham propensão ao medo obsessivo e a distúrbios mentais.

⁸⁸ Hostmann, *op. cit.* II, p. 268/269. Fenômenos de “bruxaria” na África podem ser comparados a esses. O termo *wisi* é usado nas fontes tanto para casos de envenenamento quanto para a prática de encantamentos. Esta não era suficientemente diferenciada ou distinguida.

Agressões suprimidas eram projetadas nos outros, de modo que o medo do perigo real de envenenamento e o terror da magia negra eram ampliados, resultando numa série de doenças imaginárias. Em muitos desses casos, havia também um elemento de autodestruição presente. Em outros casos, a frustração da agressividade aberta deve, sem dúvida, ter levado a práticas agressivas secretas como a magia negra e o envenenamento.

O tamanho das forças escravas variava de uma fazenda para outra. É claro que dependia, em primeiro lugar, do tamanho da fazenda, que determinava o número de trabalhadores necessários. Mas, também, dependia da condição física dos escravos e da maneira como eram tratados, pois esses fatores determinavam o número de crianças e de pessoas idosas e inválidas que não podiam contribuir no processo de produção. As crianças eram treinadas gradualmente para o trabalho. Primeiro, davam-lhes trabalho leve e elas geralmente não eram usadas para o trabalho no campo até a idade de 18 ou 19 anos. Blom relatou os seguintes índices entre escravos de campo e artesãos e escravos não-produtivos em 1784⁸⁹.

Fazendas de porte médio

Fazendas de cana-de-açúcar		Fazendas de café	
campo	100	campo	108
artesão	34	artesão	26
	134 (produtivas)		134 (produtivas)
Idosos	032	idosos	036
crianças	062	crianças	077
	94 (não-produtivas)		113 (não-produtivas)
total	228	total	247

⁸⁹ Blom, *op. cit.*, p. 120 e segs., 223 e segs., dá uma estimativa do número de negros necessários para os tipos de trabalho nas diferentes fazendas.

Fazendas de porte pequeno

Fazendas de cana-de-açúcar		Fazendas de café	
Campo	60	campo	53
Artesão	28	artesão	20
	88 (produtivas)		73 (produtivas)
Idosos	32	idosos	16
Crianças	17	crianças	33
	49 (não-produtivas)		49 (não-produtivas)
Total	137	total	122

Conseqüentemente, o número de pessoas não-produtivas em fazendas de porte médio compreendia aproximadamente 43% da força escrava total, e nas plantações de porte pequeno, 41%. O número de escravos de campo era de três a quatro vezes o dos artesãos, que incluíam igualmente oficiais ou feitores negros. Em fazendas pequenas, o número de escravos de campo era aproximadamente de duas a três vezes a dos artesãos e feitores negros.

Em 1853, a proporção entre os diferentes grupos eram as seguintes para o país como um todo:⁹⁰

	Escravos de campo	Artesãos e escravos industriais	Criados domésticos	Sem ocupação	Total
Homens	6.219	2.657	1.110	2.611	12.597
Mulheres	6.944	1.163	1.880	3.168	13.155
Crianças	1.527	1.175	1.495	8.596	12.793
Total	14.690	4.995	4.485	14.375	38.545

O total de 14.375 escravos sem ocupação incluía 427 leprosos; os 13.948 restantes, eram pessoas idosas ou enfermas ou crianças que

⁹⁰ Report Government Commission of 1853, I, p. 235.

não eram ainda capacitadas para o trabalho. Esse número era provavelmente considerado muito alto pelos donos de fazenda em questão. Parece que 37% dos escravos eram considerados improdutivos. Aproximadamente 11% eram escravos domésticos, e o número de escravos de campo era aproximadamente três vezes mais alto que o número de artesãos. Um fato muito mais importante ainda emerge desses números, a saber, que dos 24.170 escravos engajados na produção, 35%, isto é, os artesãos e criados domésticos, não estavam imediatamente envolvidos na agricultura. Esse é um fator de importância vital na história ocupacional subsequente desse grupo, que nunca foi suficientemente levado em consideração.

Os escravos recebiam diariamente tarefas. A quantidade de trabalho que tinha que ser feito era fixada de acordo com o tipo de fazenda e a natureza do trabalho – arar, colher e assim por diante – em cada fazenda⁹¹. Foi apenas em 1851, doze anos antes da emancipação, que a lei sobre a escravidão regularizou oficialmente essas tarefas. Em geral, uma tarefa diária claramente definida era estabelecida na maior parte das fazendas. Esta poderia ser considerada extremamente pesada, especialmente quando também se leva em conta que as condições climáticas igualmente influenciam de forma significativa as pessoas nascidas nos trópicos. Contudo, especialmente se o negócio estava em más condições, uma quantidade extrema de trabalho era exigida de um número mínimo de escravos. Blom escreve em 1784: “Confio em que todos aqueles informados sobre o assunto concordarão que atualmente em muitas fazendas os negros são requisitados a trabalhar mais duramente do que suas forças permitirão em longo prazo”⁹².

Os escravos de fazendas de açúcar trabalhavam mais arduamente que os demais. O número de horas de trabalho que s deviam realizar

⁹¹ Teenstra, *Landbouw* I, p. 181.

⁹² Blom, *op. cit.*, p. 91.

permaneceu mais ou menos constante ao longo da história⁹³. Começavam a trabalhar às 6 horas da manhã, tinham meia hora para o café – da manhã, às 9 horas, e outra hora e meia para descansar, preparar e comer a refeição do meio-dia, depois continuavam a trabalhar até às 18 horas. Na época da colheita, contudo, freqüentemente precisavam trabalhar entre 16 e 17 horas. O mesmo ocorria quando tinham de trabalhar também na refinaria durante esse tempo. Algumas vezes tinham de sacrificar toda uma noite de sono para isso, de modo que os escravos sofriam de falta de sono. Von Sack considerava que o trabalho produzido pelos escravos nas fazendas de açúcar era um terço maior do que dos escravos nas fazendas de café⁹⁴. O dia de trabalho normal nas fazendas de café era de aproximadamente oito horas, e durante a época da colheita de 14 a 15 horas. Escravos de fazendas de algodão ou de produção de madeira raramente trabalhavam mais de oito horas, sendo o trabalho nesses tipos de fazenda o mais leve⁹⁵. O escravo era livre aos domingos. Mas a promulgação de leis proibindo o trabalho escravo aos domingos, em 1694, 1771 e 1753, entre outros anos, mostra que o sabá nem sempre era rigorosamente observado.

Van Heeckeren expressou a opinião, em 1822, de que o trabalho diário exigido dos escravos “era o máximo que, nesse clima, podia ser pedido, a longo prazo, a um negro”⁹⁶. Além desse trabalho, os escravos tinham que cultivar seus próprios canteiros de hortaliças do período britânico até meados do século XVIII. Na época de Nepveu eles eram, contudo, isentos dessa obrigação⁹⁷. Na maior parte das fazendas, havia

⁹³ Malouet III, *op. cit.*, p. 132; Von Sack, I, p. 135; Coster van Lennep, *Herinneringen*, p. 119; F. A. Kuhn, *Beschouwing van de Toestand der Surinaamsche plantageslaven*. Amsterdam, 1927, p. 14.

⁹⁴ Von Sack, *op. cit.*, II, p. 140.

⁹⁵ Bosch, *op. cit.* III, p. 179.

⁹⁶ Van Heeckeren, *op. cit.*, p. 83.

⁹⁷ Nepveu, MS.

os escravos designados para cultivar alimentos para a força escrava. Em outros casos, suprimentos eram comprados de fazendas que se especializaram no cultivo de produtos alimentícios. Nas áreas maiores, o costume dos escravos de cultivar seu próprio alimento permaneceu em vigor por um tempo consideravelmente maior. Todavia, até a emancipação muitos escravos ainda cultivavam pequenos canteiros e se especializaram em criar galinhas e patos para comercializar os ovos.

Por conseguinte, nada permaneceu igual à forma de agricultura praticada pelos negros em sua pátria. Eles foram arrastados para processos de produção em grande escala em fazendas, onde tinham de se dedicar a uma forma de agricultura altamente especializada, a saber, o cultivo de produtos de primeira necessidade para mercados ultramarinos. Do mesmo modo, a divisão da mão-de-obra em tarefas especiais para mulheres e para homens desapareceu. Apenas nas fazendas de produção de madeira os métodos de agricultura de subsistência e a divisão da mão-de-obra entre os sexos continuaram. Os homens preparavam o solo, enquanto as mulheres eram responsáveis pelo plantio e pela colheita. Há também uma divisão da mão-de-obra no processamento da madeira – os homens derrubavam as árvores e as cortavam em pranchas, enquanto as mulheres levavam as cargas de pranchas. Essas formas de agricultura em pequena escala e a divisão de mão-de-obra permaneceram, portanto, até hoje nos distritos de Pará e Suriname Superior, bem como entre os boschnegers.

O escravo não recebia salário por seu trabalho. Mas já durante o período britânico tornou-se costumeiro dar-lhe um pouco de peixe salgado e outros produtos uma ou duas vezes por ano⁹⁸. Eles passaram gradualmente a considerar essa distribuição anual como uma obrigação por parte do amo e sua omissão tendia a suscitar considerável insatisfação. Após a metade do século XVIII, também se tornou costumeiro haver

⁹⁸ Warren, *op. cit.*, p. 15.

uma distribuição anual de roupas na véspera do Ano Novo. Na época de Nepveu, os homens recebiam “4 côvados de tecido grosso ou uma camisa ou um guarda-pó de trabalhador, ou duas camisetas cada, com 1½ côvados de comprimento e 4 de largura”. As mulheres recebiam duas saias de dois côvados de comprimento cada. À parte isso, eles perambulavam nus⁹⁹. Esse costume só desapareceu em meados do século XIX. Além disso, esses escravos recebiam tabaco, bacalhau e outros tipos de peixe salgado duas ou três vezes por ano. Também recebiam uma ração de sal – em outros lugares, três rações por mês. Blom faz um resumo detalhado dos itens distribuídos na sua época: seis a sete côvados de tecido para uma camisa, os homens dois côvados e as mulheres quatro côvados de riscadinho, enquanto os homens também recebiam um “colete de riscadinho azul ou jaleco.” O escravo recebia “duas a quatro libras de peixe salgado, ou 12-13 arenques, 1½ – duas libras de tabaco e sete-oito cachimbos de tubo curto”¹⁰⁰, três a quatro vezes por ano. De acordo com Kunitz (1805), a ração quinzenal de alimento diário consistia em duas cestas de taro (tubérculos) e duas pencas de bananas. Eles também recebiam bugigangas como espelhos, anzóis, isqueiros e outros artigos desse tipo na véspera do Ano Novo.

Recebiam, além disso, um copo de *dram* (bebida alcoólica destilada do açúcar) todas as tardes após o trabalho¹⁰¹. Contudo, se o negócio andava devagar, essas distribuições deixavam muito a desejar, e eram até algumas vezes omitidas inteiramente. Havia queixas frequentes disso. A repetida promulgação de uma lei referente às hortas mostra que as rações de alimentos também deixavam muito a desejar. Em 12 de setembro de 1684, foi decretado por lei que cada proprietário tinha que plantar um campo com produtos alimentícios para cada

⁹⁹ Nepveu, MS.

¹⁰⁰ Blom, *op. cit.*, p. 118 e 359.

¹⁰¹ Kunitz, *op. cit.*, p. 275.

dois escravos; esse regulamento foi reeditado em 1685. Em 1758, os habitantes foram exortados a fornecer alimento adequado para seus escravos, pois “havia muitos distúrbios nas fazendas” porque “em várias fazendas há uma séria escassez de alimento no momento, especialmente nas áreas mais altas”. Em 1764, o *Heemraden* (Conselhos de Polders) que formavam a administração do distrito recebeu ordens para fazer uma inspeção nas fazendas a fim de ver se estava sendo cultivado alimento suficiente para os escravos (2 de junho de 1764). Em 1775, a obrigação de fornecer alimento para os escravos foi novamente prescrita por lei e os proprietários foram aconselhados “a suprir rações adequadas” (2 de março). Regulamentos oficiais pertinentes a essa obrigação foram novamente promulgados em 1780, 1781 e 1784. Em 1813, essa lei foi promulgada mais uma vez, pois

a obrigação de plantar e cuidar de canteiros de hortaliças, em particular, não é geralmente observada de acordo com a lei. Foi estipulado “que cada escravo devia receber pelo menos um cesto de taro e duas pencas de bananas, ou duas cestas de taro ou mandioca, ou quatro boas pencas de bananas quinzenalmente, além das roupas necessárias, catres, sal, cachimbos, tabaco, guloseimas tais como peixe e assim por diante, bem como os remédios apropriados e outros requisitos” (31 de dezembro de 1813).

A lei de 1851 decretava que as rações semanais para pessoas com mais de 14 anos deviam consistir em

duas pencas de bananas perfazendo nove libras, 22 libras de inhames, 25 libras de taro, nove libras de farinha branca, oito libras de farinha de trigo, oito libras de sêmola ou uma quantidade similar de ervilhas, feijões ou mandioca, três libras de peixe salgado, três libras de arenque, duas onças de carne por dia, e uma libra de sal por mês. (G. B. 1851 n° 4.)

Para crianças entre oito e 14 anos de idade era estipulada a metade dessa quantidade, e para crianças com menos de oito, um terço. Mas na prática, as rações não eram tão generosas quanto prescrito na lei.

As bananas (*musa paradisiaca*) constituíam o elemento principal da dieta dos escravos. Elas eram assadas e comidas com o peixe apanhado em rios e enseadas. Eram também preparadas de acordo com a tradicional receita africana, bananas fatiadas cozidas até o ponto de um mingau grosso, adicionando-se a elas peixe ou carne salgada (*brafu*). Assavam pães de fôrma feitos com farinha de mandioca – que também parte também do cardápio diário.

Só podemos considerar essa dieta inadequada e ineficiente. Em 1847, G. J. Mulder, que posteriormente se tornou professor em Utrecht, instituiu uma investigação por solicitação do ministro para as Colônias, para apurar se, nas palavras do próprio ministro, “o negro no Suriname estava adequadamente alimentado com as bananas e peixe que eram dados com ele semanalmente”. Mulder chegou às seguintes conclusões:

Que a dieta do negro é inferior e deve ser melhorada; que o negro não pode trabalhar com prazer e diligência, pois falta a ele o alimento necessário; que o crescimento das crianças negras é retardado; que as mulheres negras não podem dar à luz a bebês fortes e saudáveis, nem as mulheres nem as crianças recebem o alimento de que precisam¹⁰².

As regras estabelecidas na lei de 1851, que regulava a dieta dos escravos, podem ser encaradas como resultado dessa pesquisa.

A acomodação do escravo era muito inadequada, especialmente nas fazendas. Na cidade, os quartos alocados aos escravos eram construídos de madeira desde meados do século XVIII¹⁰³. Nas fazendas, os tetos e paredes eram feitos principalmente de folhas das palmeiras *tas* ou *pina*

¹⁰² G. J. Mulder, *De Voeding van den Neger in Suriname*, Rotterdam, 1847, p. 31.

¹⁰³ Nepveu, MS.

tecidas¹⁰⁴. A opinião expressa pelo doutor Kuhn foi que a acomodação era insatisfatória. Nas fazendas mais prósperas, as cabanas de escravos eram mais bem cuidadas, mas quase sem nenhum utensílio doméstico, nem cadeira ou cama e devem ter causado uma impressão muito ruim¹⁰⁵.

Em 1827, F. A. Kuhn, cirurgião-chefe da força militar e médico da cidade de Paramaribo, escreveu um estudo intitulado *Beschouwing van den toestand her Surinaamsche Plantageslaven* (Avaliação das Condições dos Escravos das Fazendas no Suriname) em relação à diminuição da população escrava na Colônia; neste estudo ele discutia a condição física e o cuidado médico dispensado aos escravos. Kuhn classificou o tratamento dos escravos durante a “passagem média”, isto é, em trânsito da África para o Novo Mundo, como o principal fator negativo que influenciou a saúde dos escravos.

Gallandat, um médico da Zelândia (Países Baixos), que tinha frequentes negócios com os comerciantes de escravos – muitos navios de escravos deixavam o porto de Vlissingen – escreveu um ensaio intitulado *Noodige Onderrichtingen voor de Slaafhandelaaren* (Instruções Essenciais para Comerciantes de Escravos) em 1769, no qual descreveu as condições sob as quais os escravos eram transportados, da seguinte maneira:

A maior parte dos navios negreiros tem apenas 80 pés de comprimento, da proa à popa. Esses navios são invariavelmente divididos em dois dormitórios. O espaço de meio convés, próprio para acomodar escravos homens, é um espaço de 24 pés de comprimento e de largura por cinco pés de altura. Nesse espaço quadrado, beliches feitos de pinho servem como lugar para dormir; sem eles seria totalmente impossível acomodar 200 escravos num espaço tão pequeno. A ventilação é fornecida por dois postigos – um na frente e um grande na parte de trás, ambos cobertos com uma grade à noite. O tombadilho

¹⁰⁴ Herlein, *op. cit.*, p. 82; Fermin, *op. cit.* I, p. 42; Blom, *op. cit.*, p. 108; Bosch, *op. cit.*, III, p. 177.

¹⁰⁵ F. A. Kuhn, *op. cit.*, p. 13.

superior, que é próprio para acomodar as mulheres, é um espaço de geralmente 18 pés de comprimento e de largura por sete pés de altura. Por meio de catres, esse espaço acomoda 150 mulheres e crianças; a ventilação ali é fornecida por quatro pequenas portinholas de um lado – elas são, em geral, tão minúsculas que só permitem a entrada de pouco ar fresco, além disso, têm de ser fechadas sempre que sopra uma brisa forte – e por uma portinhola atrás sempre coberta com uma grade à noite. O fluxo de ar fresco é obstruído em larga medida por um toldo de madeira construído acima do convés superior, embora haja uma portinhola no centro desse também, diretamente acima da portinhola do convés superior. Nota-se que os homens estão acorrentados uns aos outros com grilhões e travas; em geral os escravos são alimentados apenas duas vezes por dia, com sêmola de manhã e favas à tarde, ou favas e sêmola em dias alternados, e que não recebem nada para beber a não ser água. É fácil entender que é extremamente difícil transportar convenientemente um navio carregado de escravos para as Américas¹⁰⁶.

Não apenas a saúde dos escravos era afetada pela debilitante influência dessas pavorosas condições sanitárias durante o transporte, mas muitas das mulheres e garotas eram igualmente infectadas por doenças venéreas pelos marinheiros. As condições psicológicas dessas pessoas, que tinham sido arrancadas de seus lares e famílias e estavam diante de um futuro incerto, também exerciam influência prejudicial a sua condição física.

É natural que muitos escravos tenham morrido no mar. Falconbridge, um conhecido capitão de navio-negreiro, afirmou diante de uma comissão da Câmara de Deputados britânica, em 1790, que dos 1.100 escravos transportados havia perdido 191 durante a viagem, isto é, cerca de um oitavo. Outro capitão, Trotter, havia perdido 70 de 600, enquanto dos 490 escravos transportados pelo Capitão Miller, 180 haviam morrido

¹⁰⁶ D. H. Gallandat, *Noodige Onderrichtingen voor de Slaafhandelaren*, p. 144.

na viagem. O percentual daqueles que morriam no caminho era provavelmente algo entre 10% e 20%¹⁰⁷. Mas, quando se calcula essa porcentagem sobre o número de anos, vemos que ela é mais próxima de 10% do que de 20%¹⁰⁸. Quando, após a abolição do tráfico de escravos, este foi continuado de forma clandestina, o número de perdas durante a viagem assumiu proporções enormes. No período entre 1807 e 1819 o número médio de mortes durante o trajeto chegou a 20%.¹⁰⁹

Os escravos chegavam ao Suriname em más condições físicas, resultantes das condições de transporte. E seu estado pouco melhorava em consequência de uma dieta geralmente inadequada, ou no máximo ineficaz, de alojamentos precários e do trabalho pesado que tinham que fazer sob coerção. Recebiam, com frequência, punição corporal, e não só a própria punição, mas também o constante medo do sofrimento impingido só podia ter um efeito deletério sobre sua saúde. Kuhn chegou à conclusão de que os negros nascidos no Suriname eram menos fortes do que os nascidos na África e que não eram tão escuros de pele. O inchaço dos pés prejudicava o andar. O tamanho da pélvis feminina era menor em média que a das negras africanas, de modo que as mulheres nascidas no Suriname, com frequência, experimentavam partos difíceis.

Havia alta incidência de doenças contagiosas, framboésia, lepra e doenças venéreas entre a população escrava. O cuidado médico era muito inadequado. Embora houvesse um hospital em cada fazenda, eles eram mal equipados. O doente era cuidado por um *drès-neger* ou uma *drès-mama*, isto é, uma enfermeira ou enfermeiro que pertencia ao grupo escravo. Havia médicos nos distritos, mas eles tinham passado

¹⁰⁷ Cf. *An Abstract of the Evidence delivered before a Select Committee of the House of Commons in the year 1790 and 1791*, Londres, 1791, *passim*; Th. F. Buxton, *The African Slave Trade*, Londres, 1840, p. 122 e segs.

¹⁰⁸ Herskovits, *The Myth of the Negro Past*, p. 43.

¹⁰⁹ H. Wätjen, *Der Hegerhandel in West-Indiën*, *Hansische Gescheichtsblätter*, 1913, vol. xiv, p. 417.

na maioria das vezes por um treinamento medíocre. Cada fazenda pagava uma taxa de subscrição pelos serviços de um desses cirurgiões para cuidados médicos de sua força escrava; essa quantia era paga anualmente em uma única parcela. Ou então a fazenda podia pagar certa quantia por cabeça, obrigando o cirurgião a visitar a propriedade uma vez por semana para cuidar dos doentes, e também tantas vezes quantas fosse chamado. Em algumas fazendas, o próprio feitor praticava medicina ou deixava o cuidado dos doentes inteiramente ao *drès-negro* ou à *drès-mama*. Charlatanismo e medicina popular eram muito grandes nas fazendas e na cidade¹¹⁰.

Não é de surpreender que, sob tais circunstâncias, a força escrava se reduzisse a cada ano, de modo que as fazendas dependiam da importação de novos escravos. Stedman considerava que o número de escravos importados anualmente era equivalente ao decréscimo anual na população escrava; e ela montava a 5% da população escrava total. Esse autor calculou, portanto, que, sem importações de novos escravos, uma força escrava de aproximadamente 50 mil homens morria a cada 20 anos¹¹¹. Kuhn, em certa ocasião, manifestou a opinião de que, se as condições dos escravos melhorassem enormemente, a diminuição anual subiria para 2½ % a 3%¹¹², enquanto Lans estimava que ela seria de 2%, em 1842¹¹³. De acordo com o relatório da Comissão do Governo, esse número fora reduzido a uma média anual de 2/3 % no período entre 1844 e 1854. Nesse período, houve até dois anos com um excedente de nascimentos sobre as mortes – 1850 (114) e 1854 (157)¹¹⁴. Examinando as estatísticas do período entre 1848 e 1862, isto é, os 14 anos anteriores à emancipação, constata-se que, apesar da melhora da

¹¹⁰ Kuhn, *op. cit.*, p. 50 e segs.

¹¹¹ Stedman, *op. cit.* II, p. 290.

¹¹² Kuhn, *op. cit.*, p. 23.

¹¹³ Lans, *op. cit.*, p. 147.

¹¹⁴ Report of the Government Commission of 1853, I, p. 233.

dieta e dos cuidados médicos, não houve excedentes de nascimentos, exceto em quatro anos. A diminuição excedeu 1% em apenas um ano, contudo, durante seis anos ela foi inferior a $\frac{1}{2}$ %¹¹⁵.

Essa tabela mostra claramente a rápida diminuição da população escrava como um todo. Mas essa proporção desfavorável de taxas de nascimento e morte não era causada apenas pelas más condições físicas. A proporção entre os sexos em muitas fazendas – onde o número de homens era desproporcionalmente alto em comparação ao número de mulheres – alguns homens tinham mais de uma mulher – era também um fator desfavorável.

Taxas de nascimento e óbitos na população escrava de 1848 a 1862

Ano	Nascimentos	Mortes	Excedentes	Nº total de escravos
1848	1.447	1.165	+ 282	41.310
1848	1.137	1.406	- 269	40.311
1850	1.342	1.224	- 118	39.679
1851	1.250	1.544	- 294	39.157
1852	1.227	1.250	- 23	38.690
1853	1.205	1.053	+ 152	38.545
1854	1.167	1.243	- 76	38.051
1855	1.079	1.482	- 403	38.592
1856	1.250	1.194	+ 56	38.404
1857	1.220	1.572	- 352	37.961
1858	1.289	1.180	+ 109	38.142
1859	1.219	1.391	- 172	37.796
1860	1.183	1.288	- 105	37.001
1861	1.143	1.427	- 284	36.732
1862	1.154	1.263	- 109	36.484

Kuhn expressou a opinião de que as relações irregulares entre um grande número de homens e mulheres e a mistura entre homens

¹¹⁵ Cf. *Koloniale Verslagen* 1858-1862.

européus e mulheres negras, que acontecia apenas com as negras mais saudáveis e belas, também exerceram alguma influência¹¹⁶. A maternidade prematura e a abstinência sexual durante o período do aleitamento eram considerados fatores desfavoráveis. Alguns pensavam que o fato de haver muitos casos de homens que tinham de cobrir grandes distâncias para visitar suas mulheres em fazendas vizinhas após o trabalho tinha uma influência desfavorável sobre a reprodução. A falta de cuidado médico apropriado para mães gestantes resultava em alta ocorrência de abortos. Kuhn relata que as mulheres negras conheciam técnicas de provocar o aborto e esta era uma das causas do grande número de abortos. O índice de mortalidade infantil era especialmente alto, muitas vezes como resultado de ignorância por parte das mães¹¹⁷.

No que se refere à saúde, os escravos das fazendas madeireiras e de algodão eram uma exceção entre os demais. Melhores condições físicas resultantes de uma dieta mais eficiente – os escravos em fazendas de algodão, situadas na costa, suplementavam suas refeições com abundância de peixe e os das fazendas de madeiras nas florestas com caça. Portanto, havia uma taxa de mortalidade infantil mais baixa nessas plantações¹¹⁸.

Daquilo que se denomina cultura no sentido estrito da palavra, os escravos africanos preservaram especialmente os elementos religiosos. Após viver no Suriname por algum tempo, eles começavam a falar inglês negro (sranan), especialmente quando procediam de tribos diferentes; essa língua era uma mistura de inglês, holandês e de línguas africanas ocidentais, e desenvolveu-se em sua forma definitiva aproximadamente durante o século XVIII¹¹⁹. Conseqüentemente, as

¹¹⁶ Kuhn, *op. cit.*, p. 36 e segs.

¹¹⁷ Kuhn, *op. cit.*, p. 30 e segs.

¹¹⁸ Sobre as condições especiais para os escravos nas fazendas de produção de madeira, cf. W. E. U. Winkels, *Een beschrijving van de toestand der slavernij in Suriname*, Utrecht, 1856, p. 61/12, e Kuhn, *op. cit.*, p. 14, e Teenstra, *Landbouw* II, p. 184; Lans, *op. cit.*, p. 150.

¹¹⁹ Sobre exemplos do inglês negro ver Herlein, *op. cit.*, p. 121.

línguas nativas dos negros desvaneceram no novo cenário, ainda que o conhecimento de algumas, em muitos casos, não tenha se perdido completamente. Outros elementos importantes que sobreviveram à parte da religião foram os relatos de histórias, músicas e algumas danças e jogos. Formas de expressão cultural como a xilogravura africana foram perdidos inteiramente nas plantações. Mas novas formas as substituíram, como a *doe*, um tipo de ópera encenada anualmente por atores escravos; nessas performances as situações locais eram satirizadas.

A religião africana subsistiu com notável persistência e nos estratos mais baixos da população, e ela continua até hoje a existir lado a lado com o cristianismo da forma mais surpreendente. Os negros tomavam muito cuidado em manter suas práticas religiosas separadas dos europeus em virtude da proibição de suas danças religiosas. Mas a escassa informação que chegou até nós permite inferir, à luz de nosso conhecimento de seus vestígios nos dias atuais, que, através dos séculos, os costumes religiosos africanos continuaram a ter considerável importância para os escravos, que procuravam preservá-los da melhor forma possível¹²⁰.

A diversidade das tribos aqui encontrada e a diferença na origem tribal dos escravos resultaram em um sincretismo de diferentes visões e práticas, com o predomínio de idéias dos achantis e dahomeys.

O cristianismo não se firmou entre os escravos até muito mais tarde. Os donos de escravos, como se observou anteriormente, opunham-se às tentativas de conversão de seus escravos. As fontes contêm poucas informações sobre escravos cristianizados.

Mauricius, contudo, observou um exemplo disso em seu diário. Ele escreveu em 31 de maio de 1747:

Na tarde o Reverendo Ijver, assistido pelo Reverendo de Ronde e cinco membros do consistório admitiram na sociedade o negro

¹²⁰ Relativamente à sobrevivência de elementos religiosos africanos no Suriname, ver M. J. Herskovits & F. S. Herskovits, *Suriname Folklore*, Nova York, 1937.

Benjamin como membro do *Gereformeerde Kerk* (Igreja calvinista) em minha residência, em minha presença e na de minha família, bem como do senhor Larcher e outras damas, após dizer que Benjamin fizera sua profissão de fé com grande dignidade, para surpresa e assombro daqueles presentes; ele deverá ser batizado no sábado que vem. E, em 4 de junho de 1747, escreveu: “O negro Benjamin, mencionado na terça-feira, foi batizado hoje e recebeu os nomes Jan Jacob van Paramaribo”.

Em 30 de maio de 1748, Mauricius relatou o crisma de outros dois negros, desta vez como membros da Igreja Holandesa Reformada.

Essas versões eram, contudo, exceções. As Igrejas Reformada e Luterana davam pouca atenção aos escravos e não tentaram convertê-los de nenhuma forma sistemática. Elas deixavam o campo missionário entre os escravos inteiramente aberto aos Irmãos Morávios e à Igreja Católica Romana. As Igrejas Reformada e Luterana eram exclusividade dos senhores europeus; uniram-se a elas posteriormente mulatos educados e um pequeno grupo de negros. Mas até essa data as pessoas comuns jamais se sentiram à vontade nessas igrejas. As Igrejas morávias e católicas romanas eram realmente as igrejas do povo, e permaneceram assim até os dias atuais.

A Missão Herrnhutter começou suas atividades em 1735, quando três Irmãos Morávios chegaram ao Suriname. No início, concentraram seus esforços inteiramente na conversão de índios e de boschnegers. Após várias tentativas malogradas de se estabelecer em Paramaribo, eles finalmente conseguiram fundar uma colônia permanente no país, em 1765. Os Irmãos ganhavam a própria subsistência aprendendo um ofício, como, por exemplo, a costura, e tentaram cercar-se de um círculo de seguidores leais entre a população escrava, que tentavam preparar para o cristianismo. Em 1767, a Missão abriu uma firma, cujos lucros ajudaram-na a prosseguir em suas atividades missionárias. Essa firma, gerenciada por Christoph Kersten, conduzia negócios em vários ramos

de comércio e indústria e rapidamente se expandiu; ela ainda existe atualmente em Paramaribo como a firma de C. Kersten & Co.

Em 1778, a comunidade morávia começou a construção de sua igreja nessa cidade¹²¹.

Em seu trabalho entre os escravos, a Missão encontrou considerável oposição por parte dos donos e administradores de fazenda, sendo admitida em apenas algumas fazendas. No início, a administração e o clero protestante também adotaram uma atitude hostil em relação a ela. Em 1760, o governador Crommelin deu aos Irmãos Morávios permissão para continuar, sem interferência, com suas atividades missionárias nas fazendas e na cidade. Mas eles continuaram a depender da permissão dos donos de fazenda para trabalhar com os escravos, e esses se opunham a eles de todos os modos possíveis. Em 1786, uma acusação formal chegou a ser apresentada contra os Herrnhutters, acusando-os de dar aos escravos instrução religiosa, batizando-os e crismando-os como membros de sua Igreja sem o conhecimento prévio de seus donos¹²². Poucos proprietários e administradores acolhiam bem os missionários em suas fazendas, mas eram exceções. Em nenhum período de seu desenvolvimento anterior a 1809, a congregação contou mais de 600 membros. Esse número subiu para 790 entre 1812 e 1818¹²³.

Em 1830, apenas 15 das 460 colônias ainda abriam suas portas aos missionários, e o número de paroquianos era de somente 1.782. Mas daí em diante seu crescimento foi surpreendentemente rápido. No decorrer de 1831, o número de membros subiu para 2.182. Os donos de fazendas começaram a perceber a importância da cristianização de seus escravos e passaram a receber os missionários em suas fazendas

¹²¹ Sobre a história dos Irmãos Morávios, ver Staehelin e Steinberg.

¹²² Cf. Staehelin II: 3, p. 163, Carta de Schumann a Zinzendorf, para permissão de Crommelin.

¹²³ Ver a tabela estatística em Staehelin, *op. cit.*, *passim*.

em número cada vez maior. Em 1836, cerca de 50 fazendas e, em 1848, 130 haviam aberto suas portas para os missionários¹²⁴. A Igreja Católica Romana, que fora admitida no país desde 1787, também começou a trabalhar entre os escravos; o número de membros de ambas as Igrejas cresceu a cada ano a partir de 1848¹²⁵.

O único ano para o qual existem estatísticas rigorosas em relação ao número de escravos que pertenciam à Igreja Católica Romana e à Comunidade Morávia é 1849. Naquele ano, 22.602 dos 40.311 escravos (isto é, aproximadamente 56%) tinham alguma ligação com as Igrejas cristãs. A maioria deles fora batizada, enquanto o restante recebia instrução religiosa e estava sendo preparado para o batismo.

Crescimento das comunidades Católica Romana e Morávia

Ano	<i>Católica Romana</i>			<i>Moravia</i>		
	Escravos	Pessoas livres	Total	Escravos	Pessoas livres	Total
1848	–	–	–	–	–	15.530
1849	5.241	–	–	17.361	–	–
1850	–	–	–	–	–	17.933
1851	5.671	1.181	6.842	–	–	18.831
1852	5.908	1.220	7.128	–	–	18.972
1853	6.010	1.330	7.340	–	–	19.419
1854	8.025	1.410	9.435	–	–	20.567
1855	7.500	1.500	± 9.000	–	–	21.345
1856	7.500	1.500	± 9.000	–	–	23.316
1857	6.784 ^{a)}	1.540	8.324	–	–	24.840
1858	6.954 ^{b)}	–	–	–	–	25.586
1859	7.449	1.850	9.299	–	–	26.773
1860	7.720	1.850	9.570	–	–	27.103
1861	7.889	3.500	11.389	–	–	27.193
1862	–	–	–	–	–	27.548

^{a)} Não incluindo paroquianos em Coronie e Nickerie.

^{b)} A maioria dos membros da comunidade morávia era de escravos.

¹²⁴ Ver *Koloniaal Verslag* de 1855.

¹²⁵ Ver *Koloniale Verslagen* para os dados para a tabela na p. 178.

A Comunidade Holandesa Reformada contava de 5 mil a 6 mil membros naquele período, e a Igreja luterana de 1.800 a 2.500. Por volta de 1862, havia cerca de 47.582 cristãos e 1.394 judeus na Colônia, em relação a uma população total de 52.963 habitantes. Portanto, havia 3.987 pessoas, inclusive cerca de 487 chinesas, que não eram membros da comunidade cristã nem da judaica. Ostensivamente, o Suriname tornou-se um país quase completamente cristão.

O padrão de cristianismo dos convertidos não deve, contudo, ser superestimado. A conversão era muito superficial, pois os escravos continuavam a aderir a suas crenças africanas tradicionais em segredo, além de professar a fé cristã. Os missionários tampouco foram bem sucedidos em popularizar entre eles a moral cristã em relação ao casamento. O interesse dos escravos pelo Cristianismo era inconstante.

O *Essai Historique* diz sobre o período inicial do trabalho missionário entre os escravos:

Os Irmãos Morávios têm igualmente sua Igreja; essa fraternidade existe no Suriname como em outros lugares; eles tentaram transmitir princípios de religião aos índios, & recentemente aos negros libertos & escravos, que acorreram em grande número, mais estimulados pela novidade que por algum entusiasmo religioso por ouvir as lições de seus novos padres, que, todavia não produziram nenhum efeito positivo, pois juntaram à sua maldade natural a dissimulação & a hipocrisia, correndo sempre atrás de seus antigos costumes & superstições pagãs.

Com referência à inconstância do zelo dos convertidos eles escrevem:

Foi a partir de 1779 que essa tentativa religiosa teve início, durou apenas quatro a cinco anos, pois atualmente os novos prosélitos freqüentam muito pouco sua Igreja, & não mais elogiam seu novo culto¹²⁶.

¹²⁶ *Essai Historique*, II, p. 25.

Essas opiniões, embora coloridas pelo desdém dos senhores brancos pelos escravos, dão, entretanto, um quadro verossímil dos convertidos, apesar, é claro, de haver muitos casos de devoção sincera entre eles.

Mais de 60 anos depois, o relatório da Comissão do Governo concluiu que

Até agora poucas coisas positivas podem ser ditas, infelizmente, sobre efeitos da instrução religiosa! Nas fazendas em que isso acontece e vem acontecendo há muito tempo, crimes e perturbações não são menos freqüentes, enquanto o mesmo é verdadeiro no que se refere aos envenenamentos alegados através de ameaças e magia. O relatório continua mais adiante: “Pode ser seguramente presumido que, dos escravos que se registraram ou estão se registrando para instrução, um número considerável faz isso para agradar seus amos, e outros são estimulados principalmente pela perspectiva de poder tirar proveito do tempo destinado às lições. Do mesmo modo tornou-se evidente em outras colônias, após a Emancipação geral, quão pouco de cristianismo e moral cristã se enraizaram nas almas dos escravos emancipados”¹²⁷.

Isto se tornou muito óbvio no Suriname após a emancipação, para desapontamento dos missionários. O interesse pelo Cristianismo declinou consideravelmente no caso de um grande número de fiéis, e no dia da emancipação, alguns deles puderam ser vistos celebrando sua recém – encontrada liberdade com danças religiosas africanas tradicionais¹²⁸.

Os Irmãos Morávios foram também os primeiros a dar início à educação dos escravos. Em 1844, começaram a dar aos filhos de escravos

¹²⁷ Report of the Government Commission, 1853, I, p. 271 e 272. Os escritores do relatório confundem *obia* e *wisi*, sendo este usado na magia negra, enquanto *obias* são usados terapeuticamente, entre outras coisas.

¹²⁸ Bartelink, *op. cit.*, Cap. VIII.

aulas elementares, e abriram algumas escolas em Paramaribo e nos distritos para conseguir seu objetivo. Em 1856, 1.322 filhos de escravos em 31 fazendas recebiam educação formal, em 1861, os missionários estavam ensinando pessoalmente em 28 fazendas, e os professores negros faziam o mesmo, sob sua supervisão, em 16 pequenas escolas de fazendas. Eles abriram escolas de treinamento para professores em Paramaribo e na fazenda Rust en Werk; os primeiros professores treinados eram filhos de escravos. As aulas não eram regulares, mas missionários visitavam as fazendas três ou cinco vezes por semana. Era apenas uma educação elementar e muito inadequada, mas, com ela, foram estabelecidos os fundamentos para a educação ocidental para as massas. A Missão Católica logo entrou, também, no campo da educação dos escravos, embora numa escala bem mais modesta. No começo, contudo, suas atividades restringiam-se principalmente a Paramaribo¹²⁹.

¹²⁹ Sobre o desenvolvimento da educação, ver os Colonial Reports of 1848 – 1862.b

Capítulo VII

Emancipação e o período da supervisão do Estado

Em 1834, a escravidão foi abolida nas colônias britânicas e, em 1848 a França seguiu o exemplo¹. Na Holanda, havia em andamento, na época, um movimento para a abolição da escravidão nas colônias holandesas. Por volta de 1840, um grupo de protestantes ingleses foi à Holanda a fim de exortar seus colegas holandeses a darem sua cooperação para efetuar a abolição total da escravidão. Foram organizadas reuniões em Rotterdam e em Haia e havia muito debate sobre a compatibilidade ou não da escravidão com o Cristianismo. A conclusão unânime foi que a situação das colônias holandesas era definitivamente incompatível com ele.

Em 1842, a *Nederlandsche Maatschappij ter Bevordering van de Afschaffing der Slavernij* (Sociedade dos Países Baixos para a Promoção da Abolição da Escravidão) foi fundada em Haia. J. W. Gefken, ex-procurador-geral do Suriname, era o secretário dessa sociedade. Entre os membros do comitê figuravam protestantes ilustres como Groen van Prinsterer, Elout van Soeterwoude, Van Hogendorp, Van der Oudermeulen e Van Zuylen van Nijvelt. A eles se uniram, posteriormente, Mackay e Van Slingendonck. Esses estadistas protestantes não só encaravam a emancipação como um objetivo final, mas também como meio para alcançar o objetivo; ela era considerada desejável especialmente porque poderia “encorajar os escravos a se familiarizarem com as Escrituras e com Nosso Senhor e Redentor Jesus Cristo”.

¹ R. Coupland, *The British Anti-Slavery Movement*. Londres, 1933. Sobre o pano de fundo econômico da abolição da escravidão nas possessões britânicas, cf. E. Williams, *Capitalism and slavery*, Chapel Hill, 1944, *passim*.

Essa sociedade não mostrou, contudo, muito dinamismo. Em 1853, porém, Gefken insuflou-lhe vida nova e, dois anos depois, a sociedade lançou um jornal mensal chamado *Tijdschrift van de Maatschappij ter bevordering van de Afschaffing der Slavernij* (Jornal da Sociedade para a Promoção da Abolição da Escravidão), que foi publicado até novembro de 1862. Nesse meio tempo, em 1857, o próprio Gefken viajou para o Suriname. Numa carta à sociedade o ministro disse que a escolha de Gefken para o cargo de procurador-geral do Suriname era “uma forte garantia para a observância dos regulamentos protetores” destinados à proteção dos escravos².

O interesse público pelo problema da abolição também vinha se mantendo vivo desde 1821, por uma quantidade de brochuras produzidas tanto por defensores quanto por opositores da emancipação. Os textos de J. Wolbers, M. D. Teenstra e Nicolaas Beets, que faziam uma fervorosa defesa da abolição, desfrutaram de fama especial³.

No entanto, a obra mais lida e mais extensa relativa a essa questão foi escrita pelo doutor W. R. van Hoëvell, que tentou suscitar a compaixão pela sorte dos escravos de forma parcialmente descritiva e parcialmente narrativa em seu *Slaven en Vrijen onder de Nederlandsche Wet* (Escravos e Pessoas Livres sob a Lei Holandesa) (1854). Das obras de antagonistas, as de F. Hostmann e B. E. Colaço Belmonte merecem referência especial⁴.

Apesar de toda a agitação em favor da abolição, passou-se um longo tempo antes que a emancipação finalmente acontecesse.

Em 1814, os Países Baixos empenharam-se num tratado com os britânicos para conjuntamente proibirem o comércio de escravos.

² B. de Gaay Fortman, Suriname op de drempel van de afschaffing der slavernij, *W. I. Gids*, 1930, p. 401.

³ Sobre panfletos e brochuras de protagonistas e antagonistas da escravidão, cf. *Catalogus der Koloniale Bibliotheek*, Paramaribo, 1911.

⁴ Hostmann, *op. cit.*, e B. E. C. Colaço Belmonte, *Neerlands West-Indië en zijne belangen*, e Dr. W. R. van Hoëvel in *Slaven en Vrijen*, Leiden, 1855.

Quando se verificou que as primeiras tentativas nesse sentido haviam sido ineficazes, foi estabelecido um segundo tratado, em 1818, impondo severas penalidades; uma corte de justiça conjunta foi criada para julgar os atos arbitrários⁵.

O primeiro passo em direção à emancipação foi uma proposta, contida no artigo 92 do Projeto de Lei de 1851 sobre a Política de Governo das Colônias das Índias Ocidentais, para tornar livres as crianças nascidas de escravas após a decretação.

O projeto de lei foi submetido à Câmara dos Deputados por Carta Real de 17 de dezembro de 1851, mas foi rejeitado, pois a proposta não previa nenhuma indenização para fazendeiros.

Em 16 de novembro de 1855, uma nova Ordem de administração Colonial para as Colônias das Índias Ocidentais foi apresentada à Câmara dos Deputados. O artigo 106 estipulava, num sentido geral, “que a escravidão seria abolida em data a ser designada posteriormente e de uma forma a ser prescrita em lei”. Esse projeto de lei também foi arquivado.

Por Decreto Real de 29 de novembro de 1853 (nº 66) foi nomeada uma Comissão de Governo que foi instruída a fazer recomendações concernentes às medidas a serem tomadas pelo governo para implementar a emancipação.

A escolha dessa Comissão provocou uma sensação considerável e suscitou grandes expectativas no Suriname, pois se acreditava que a emancipação estava prestes a acontecer.

Em 1855, o primeiro relatório sobre o Suriname foi submetido ao governo, seguido, em 1856, de um segundo relativo a Curaçao e à costa da Guiné. As recomendações da Comissão, todavia, nunca foram aplicadas.

⁵ C. A. van Sypesteyn, Afschaffing der slavernij in de Nederlandsch West-Indische Koloniën, *De Economist*, 1866 (artigos oficiais).

Em 17 de julho de 1856, o primeiro projeto de lei para a abolição da escravidão foi apresentado à Câmara dos Deputados. Foram submetidos outros quatro projetos de lei no total antes que a Câmara finalmente aprovasse o quinto, com 47 votos contra, em sua sessão de 9 de julho. A escravidão foi daí em diante completamente abolida nas colônias holandesas; os fazendeiros deviam receber uma indenização de 300 florins por cada escravo libertado.

Os escravos receberam a notícia da emancipação com grande alegria, embora também com considerável tranqüilidade. O repetido adiamento da emancipação levantara amplos ressentimentos, que levaram a conflitos em algumas fazendas. Com vistas à futura emancipação haviam sido feitas a inscrição dos escravos e a verificação do registro de entradas nas fazendas, contudo, após toda essa movimentação, não houve mais nenhum sinal de libertação⁶. A emancipação aconteceu sem os choques indevidos, as explosões de índole vingativa ou a excitação irrestrita que muitas pessoas recebiam por parte dos escravos. Os reforços do Exército e da Marinha solicitados pela administração mostraram-se desnecessários⁷.

O dia 1º de julho, no qual a emancipação entrou em vigor, transcorreu de maneira disciplinada. Os escravos tinham começado os preparativos para as festividades em honra dessa data muito antes. Começaram o dia com serviços nas igrejas dos diferentes credos religiosos. Depois, caminharam pela cidade em procissão, carregando

⁶ Sobre a história geral desse período, ver: Emancipation Reports e J. F. Zeegelaar, *Suriname en de opheffing der Slavernij in 1863*, Amsterdam, 1871. Cf. Emancipation Report for 1863. Appendices of the Reports of the States General 1864-1865, XLVI; sobre 1864, Appendices, Reports Proceedings St. Gen. 1865, 66, nº 86; sobre 1865, Appendices, 2nd Session 1866, fol. 29, 113; sobre 1866, App. Reports Proc. St. Gen. 1867-1868, 1st Session, p. 223; sobre 1867, App. Reports Proc. St. Gen. session 1868-69, p. 685 (os Relatórios da Emancipação para 1868-1873 foram posteriormente incorporados como apêndice aos Relatórios Coloniais de 1869-1874).

⁷ Van Sypesteyn, *Afschaffing*, p. 37.

bandeiras, folhagens e flores. À tarde houve uma reunião na igreja Morávia, onde foram entoadas canções religiosas. Então, à noite, bailes públicos foram realizados em diversos lugares. Nas fazendas houve também muito júbilo e dança. As festividades continuaram por três dias consecutivos em todo o país, terminando no quarto dia.

Havia sido preparada e publicada uma série de decretos reais e leis coloniais, estabelecendo provisões especiais para situações de emergência que pudessem resultar da emancipação.

De acordo com a Lei sobre a Emancipação, todos os escravos do Suriname tornaram-se pessoas livres em 1º de julho de 1863, mas eram obrigados a trabalhar sob contrato como trabalhadores assalariados sujeitos à supervisão especial do Estado por um período máximo de dez anos. Por esta razão, os anos de 1863 a 1873 foram designados como o período da Supervisão Estatal.

A fim de que essa supervisão se realizasse efetivamente, o país foi dividido por decreto real em 16 distritos, e a administração desses distritos confiada a Comissários Distritais, que também receberam jurisdição disciplinar. Desse modo, era mais fácil manter sobre os escravos a necessária disciplina, que havia se tornado muito frouxa após a introdução da Ordem de administração Colonial de 1856; as punições corporais foram, por conseguinte, estritamente proibidas.

Um decreto promulgado em 16 de abril de 1863 (G. B. nº 9) regulamentava os direitos e deveres das pessoas que se encontravam sob a supervisão do Estado, bem como os de seus empregadores. No início, os escravos recém-libertados mostravam profunda aversão em concluir contratos compulsórios, pois tinham medo de cair numa situação equivalente à escravidão. Em alguns lugares houve mesmo casos de rebelião aberta em 6 de julho. Mas foi possível evitar distúrbios e as novas condições foram aceitas nesses lugares devido à intervenção pessoal do governador Van Lansberge, em cuja palavra podiam confiar. Gradualmente, a desconfiança geral desapareceu, e, em 1º de outubro,

na data em que se esperava que todos os ex-escravos tivessem firmado um contrato, a maioria deles já havia cumprido sua obrigação⁸.

Os ex-escravos eram livres para fazer contratos com empregadores escolhidos por eles mesmos. Em conseqüência disso, havia um constante ir e vir de escravos emancipados através de todo o país. Embora muitos fizessem contratos com seus antigos donos, um grande número deles procurava trabalhar em outras fazendas. Alguns se estabeleceram em terrenos isolados na vizinhança de parentes e, desse modo, evitavam a supervisão das autoridades distritais. Uma tendência para deixar as plantações que ficavam mais para o interior e procurar emprego em fazendas mais próximas da cidade também foi observada. Começou então uma onda em direção à cidade. Isso foi facilitado pelo fato de diversos cidadãos terem feito contratos com escravos emancipados que se estabeleceram em pequenos terrenos ao longo da trilha de Wanica e da estrada Kwatta não longe da cidade.

Essas pessoas emancipadas prestavam a seus empregadores pequenos serviços e, além disso, viviam uma vida de pobreza em seus lotes. Desse modo, deixaram o trabalho na plantação, que era mais útil e bem mais proveitoso.

Muitos artesãos, que não eram obrigados a firmar contratos nas fazendas, também se mudaram para a cidade e ali fizeram acordos com pessoas que não praticavam o comércio, de modo que puderam continuar suas atividades na cidade. Criados domésticos, que igualmente não eram obrigados a fazer contratos nas fazendas, também se mudavam para a cidade. Foram concluídos, também, muitos contratos fraudulentos, em resultado dos quais as mulheres, particularmente, se evadiam do trabalho regular; algumas delas se estabeleciam como vendedoras e mascates na cidade⁹.

⁸ Van Spysteyn, *Afschaffing*, p. 37 e 41, e Zeegelaar, *op. cit.*, p. 63 e segs.

⁹ Emancipation Report for 1863 and 1864, Zeegelaar, *op. cit.*, p. 75.

Apesar disso, não houve uma mudança radical na proporção entre a população urbana e a rural durante o período da Supervisão Estatal, embora no ano da emancipação tivesse ocorrido um aumento da população da cidade¹⁰.

Em 1863, viviam em Paramaribo cerca de 37% da população total do país; em 1864, a proporção subiu para 42,8%, enquanto no fim do período da Supervisão Estatal 42,7% da população total moravam em Paramaribo.

Em 1864, quando os contratos anuais tiveram que ser renovados, uma quantidade de ex-escravos que tinham se mudado para outras plantações voltou para trabalhar para seus ex-senhores. O Relatório relativo à Implementação da Lei de Emancipação de 1864 declara:

Essa volta deve, até certo ponto, ser atribuída a seu apego ao solo no qual haviam sido criados; talvez, em alguns casos, à circunstância de que nas fazendas que não suas as próprias eles sejam algumas vezes tratados com desprezo e como tal isolados pela população local¹¹.

A solidariedade da força escrava e o apego dos escravos ao solo, a que me referi anteriormente, pareceram ser suficientemente fortes para manter grandes grupos de escravos em suas próprias plantações. Foram especialmente os mais jovens que se mudaram de um lugar para outro e gradualmente dirigiram-se para a cidade.

¹⁰ Ver Colonial Reports 1864-1872 sobre esses dados.

¹¹ Emancipation Report 1864. Cf. van Sypesteyn, *Afschaffing*, p. 78.

Índices da população urbana e rural durante
a supervisão estatal

Ano	<i>Paramaribo</i>				<i>Suriname</i>			
	Pessoas livres	Pessoas libertas	Total	Perc.	Pessoas livres	Pessoas libertas	Imigração	Total
1864	17.212	5.629	22.841	43	20.450	31.273	953	52.676
1865	12.695	5.524	18.219	37	15.962	30.965	1.086	48.013
1866	14.421	5.917	20.338	40	17.859	30.875	1.554	50.288
1867	14.670	6.162	20.832	42	17.599	30.684	1.255	49.538
1868	15.870	6.182	22.052	41	20.471	30.920	1.705	53.096
1869	14.311	6.061	20.373	39	19.444	29.995	1.981	51.420
1870	14.350	6.316	21.548	41	21.107	29.138	1964	52.209
1872	15.270	6.921	21.191	42	20.884	28.774	2.230	51.888

As medidas tomadas durante a preparação da emancipação mostraram-se inadequadas para a prevenção de mudanças sociais e econômicas importantes. A causa imediata dessas mudanças era principalmente a falta de confiança no futuro por parte dos donos de fazendas resultante da incerteza sobre se seriam ou não capazes de encontrar mão-de-obra suficiente para permitir que continuassem como plantadores. Muitos observadores nos círculos de colonos eram de opinião que, no final do período de Supervisão Estatal, os escravos emancipados deixariam as plantações. A imigração, que deveria resolver o problema da mão-de-obra, foi relegada à iniciativa privada. Logo se verificou que, sob essas circunstâncias, as chances de sucesso de um esquema de imigração eram baixas.

Em 1853, com a emancipação em vista, o Suriname começou a receber, em escala limitada, imigrantes chineses e da ilha da Madeira como trabalhadores agrícolas. Em muito poucos casos esses imigrantes renovaram seus contratos; na maioria das vezes, estabeleceram-se como varejistas ou pequenos proprietários rurais.

Depois de 1863, a imigração da China foi retomada, enquanto um contingente de imigrantes veio das ilhas das Índias Ocidentais britânicas igualmente. Contudo, o seu número era pequeno demais para fornecer uma solução permanente ao problema da mão-de-obra. Além disso, um número de obstáculos cada vez maior era imposto à via da emigração. Os britânicos e os portugueses fecharam os portos de Hong-Kong e Macau de onde se realizava a emigração, e, finalmente, o governo chinês proibiu totalmente a emigração sob contrato¹². A imigração das Índias Ocidentais britânicas, que se realizava principalmente a partir de Barbados, foi igualmente malsucedida. Trabalhadores dessas áreas mostraram-se inadequados. Não estavam acostumados a escavar um solo argiloso e eram incapazes de se ajustar às condições do novo ambiente. Devido às cartas que escreviam para seus parentes relatando suas experiências, não vieram outros imigrantes das Índias Ocidentais¹³.

Na época da emancipação os proprietários de fazendas podiam ser distinguidos em dois grupos. Um deles não tinha a menor confiança no sucesso da mão-de-obra de ex-escravos sem o uso de coerção ou no êxito de tentativas de obter mão-de-obra conveniente mediante a imigração, e se preparava para retirar seu capital do país. O outro grupo resolveu enfrentar a ameaçadora queda do sistema de plantação.

Membros do primeiro grupo começaram a liquidar suas propriedades em larga escala. Instruíram os gerentes de suas fazendas a pararem de plantar novas safras de cana e a destruir todo o canavial. Os engenhos de açúcar superaqueciam-se e, assim, se desgastavam, de modo que perdiam valor. Toda propriedade móvel – como gado, prata, cobre e ferro –, era convertida em dinheiro e essas somas eram remetidas para a Holanda juntamente com o que era recebido como indenização

¹² *Enc. W. I.*, p. 373, 374.

¹³ Zeegelaaar, *op. cit.*, p. 89.

pela libertação dos escravos; ou os proprietários residentes as levavam consigo na volta para a Holanda.

Que magnífica visão, que espetáculo miserável os engenhos de açúcar ofereciam nesse meio-tempo, escreve uma testemunha ocular, “situados ao longo dos rios, suas chaminés diariamente vomitando nuvens de fumaça ante os olhos daqueles que passam navegando. Isso era um sinal de que estavam ocupados incinerando a fonte de sua antiga riqueza”¹⁴.

Os proprietários que não haviam perdido a confiança no futuro não seguiram esse exemplo e gastaram o dinheiro recebido como compensação por seus escravos – que pretendia ser uma contribuição para a importação de nova mão-de-obra –, na melhoria e manutenção de suas fazendas. Um número apreciável de pessoas parecia ter otimismo suficiente; muitas plantações postas à venda passaram para as mãos de proprietários residentes na colônia por altos preços; 82 das 95 plantações e fazendas vendidas entre 1º de julho de 1862 e 1º de julho de 1864 – 54 das quais pertenciam a proprietários residentes e 41 a proprietários ausentes – foram compradas por proprietários residentes no Suriname e 13 por proprietários residentes no exterior. Essa tendência para a venda de propriedades continuou em 1864, com as plantações postas à venda sendo compradas por quantias elevadas por pessoas residentes no Suriname. As fazendas Saint Germain, Frederiksdorp e Zorg en Hoop, que tinham sido adquiridas pelo governo local não muito antes por 2.200, 18 mil e 24 mil florins, respectivamente, obtiveram em 1864 nada menos que 4.200, 28.500 e 33.100 florins respectivamente; portanto, Frederiksdorp obteve 10.500 florins acima da quantia pela qual fora adquirida poucos anos antes¹⁵.

¹⁴ *Ibid.*, p. 59.

¹⁵ Emancipation Reports for 1864: “*Overzicht van den toestand gedurende 1864*”.

Os colonos viram alguns aspectos compensadores na situação, que deram origem a um otimismo moderado nos primeiros dois anos após a emancipação. A produção da mão-de-obra por ex-escravos excedeu de uma maneira geral todas as expectativas. Em 1863, a produção da mão-de-obra era de 70%, contra os 30% de absenteísmo por doença – real ou simulada –, partida, punição e assim por diante. “Se levarmos em consideração, contudo”, diz o Relatório da Emancipação para 1863,

que ex-escravos não sentem a necessidade de trabalhar tantos dias por ano como os trabalhadores pagos por dia na Europa e que são forçados a fazê-lo apenas devido à Supervisão Estatal, não há verdadeiramente razão para queixa.

O otimismo que essas palavras revelam baseia-se, entretanto, em considerações um tanto negativas, pois se inspira principalmente no fato de que a aversão ao trabalho, que se temia que os ex-escravos demonstrassem após a emancipação, não tinha, afinal, acontecido. Além disso, a observação de que a produção da mão-de-obra era elevada somente devido à coerção do governo prometia pouca coisa de bom para o futuro.

Os ex-escravos eram, também, responsáveis por um lucro menor para os cofres do Estado, sendo cada homem obrigado a pagar anualmente uma taxa no valor de 3 florins, e, cada mulher, 1,50 florins. Durante o período da Supervisão do Estado a taxa dos ex-escravos rendeu uma quantia anual média de 40.000 florins¹⁶.

Todavia, não se pode negar que após a Abolição a produção de trabalho pela antiga força escrava diminuiu. Os pequenos grupos de ex-escravos que viajavam pelo interior e mudavam de uma plantação para outra também contribuíram para criar uma sensação de

¹⁶ Cf. Emancipation Reports.

intranqüilidade, que era prejudicial para a disciplina e produção das fazendas. A tendência para a concentração na cidade, com os ex-escravos preferindo firmar contratos com fazendas mais próximas de Paramaribo, começou a se fazer sentir cada vez mais. Alguns colonos começaram a pagar salários mais elevados¹⁷. O salário médio por tarefa era de 0,60 a 0,80 florins, dependendo da natureza do trabalho. Os colonos mais bem-sucedidos começaram a pagar salários mais altos, colocando-se, desse modo, numa posição mais favorável em relação ao mercado de trabalho. Isto colocou os colonos menos abastados ou que viviam longe da cidade numa situação ainda mais difícil. Foram especialmente os novos colonos que logo se viram em dificuldades. Em muitos casos, haviam comprado fazendas cujo solo ficara totalmente exaurido pelos antigos proprietários quando sua liquidação estava iminente, e não tinham à sua disposição mão-de-obra suficiente para executar o trabalho necessário. Além disso, muitos deles tinham muito pouco capital, de modo que suas reservas foram logo exauridas pelos gastos com salários e melhorias essenciais. Os novos fazendeiros procuraram meios de obter crédito, que lhes foram oferecidos por comerciantes.

Os comerciantes foram especialmente bem-sucedidos no ano que se seguiu à emancipação. O pagamento da indenização aos donos de escravos (32.911 escravos foram libertados, pelos quais o tesouro holandês pagou uma soma de 9.867.780 florins) resultou na circulação de um grande montante de dinheiro na Colônia e elevou o poder aquisitivo. Como, além disso, os ex-escravos estavam agora recebendo salários, surgiu uma nova categoria de consumidores que também impulsionou a mudança mercantil. Muitas lojas novas foram abertas, administradas especialmente por comerciantes chineses, portugueses e ingleses de Demerara. Grande parte das quantias recebidas pela indenização por escravos libertos foi gasta também na construção de casas.

¹⁷ Bertelink, *op. cit.*, Cap. X.

Esse desenrolar dos acontecimentos colocou os comerciantes numa posição favorável. Capacitou-os a emprestar aos fazendeiros o dinheiro necessário para pagar os trabalhadores. O colono, por sua vez, tinha que se comprometer a vender seu açúcar e melão ao comerciante em questão a um preço por ele determinado.

O fracasso do esquema de imigração tornou, todavia, a posição dos colonos cada vez mais difícil, pois a escassez de trabalhadores adequados para o campo se fazia sentir fortemente. Muitos proprietários de fazendas que ainda estavam lutando foram forçados, por fim, a liquidar ou vender suas fazendas. Durante o período da Supervisão Estatal, 77 fazendas foram fechadas; em 1862, a área cultivada nas fazendas montava a 16.562 hectares, enquanto em 1872 ela havia sido reduzida a 10.299 hectares.

Como vários escritórios de *administrateurs* foram fechados, muitos funcionários ficaram desempregados. Um número considerável de supervisores também foi privado de seu sustento, pois a maior parte dos novos proprietários de fazendas se encarregavam pessoalmente da administração de suas novas propriedades. A diminuição do número de plantações e o estado de penúria em que muitas fazendas se encontravam desempregaram um grande número de artesãos, como os construtores de barcos que fabricavam as chalanas usadas para transportar a produção agrícola ao longo dos rios; ferreiros e carpinteiros ficaram igualmente sem trabalho. A classe média da cidade foi seriamente atingida pela crise na agricultura, e seu poder aquisitivo declinou visivelmente. O período de progresso logo terminou para o comércio também; era impossível para o mercado florescer permanentemente num país que passava por uma séria crise econômica. Os comerciantes começaram a fornecer mercadorias a crédito e, em muitos casos, foram incapazes de saldar seus compromissos no exterior por falta de liquidez. Terminaram por tentar vender seus artigos a preços reduzidos, a fim de poderem sobreviver. Mas sequer havia compradores suficientes para essas mercadorias baratas. Pouco tempo depois da

emancipação, o comércio encontrava-se em uma situação excepcionalmente difícil. Isso também comprometeu as oportunidades de crédito dos colonos. As finanças e o crédito tinham, além do mais, tido sido lançados em completa confusão desde 1829. Felizmente, o Banco do Suriname foi fundado em 1864 e começou a operar em 1865, criando, assim, uma oportunidade para que o comércio e a agricultura obtivessem os empréstimos necessários em condições razoáveis e racionalizando todo intercâmbio de dinheiro¹⁸.

No fim do período de Supervisão Estatal, a colônia foi atingida por uma recessão de âmbito nacional. A balança comercial foi desfavorável depois de 1863; havia um grave desemprego nas classes médias e muito pessimismo – justificadamente, pois não havia solução satisfatória para o problema da mão-de-obra – em relação ao futuro da principal fonte de riqueza do país, a agricultura.

Houve pouca mudança nas condições dos ex-escravos durante o período da Supervisão Estatal em relação àquelas de que eles desfrutavam durante os anos finais do período de escravidão¹⁹. A forte tendência à coesão que tinha se desenvolvido nas diferentes fazendas se manteve. Houve poucas mudanças também nas relações familiares. No período da Supervisão Estatal, 2.145 casais se beneficiaram da oportunidade de se casarem legalmente, especialmente sob a influência da Missão Morávia. Assim, um casamento era concluído para cada 14 ex-escravos; somente no primeiro ano após a emancipação, 382 casamentos se realizaram no total; destes, em 348 tanto marido como mulher eram ex-escravos; e em 34, apenas o marido ou a mulher eram ex-escravos. Portanto, apenas uma minoria tomou medidas para contrair casamentos legais. A educação ainda era confiada às Missões Morávia e Católica Romana; de 1864 em diante, elas passaram a receber subsídios do governo para essa finalidade.

¹⁸ Zeegelaaar, *op. cit.*, Cap. V.

¹⁹ Sobre as condições dos escravos emancipados, ver Emancipation Reports under: marriage etc.

Após a emancipação, uma queda substancial do interesse de ex-escravos pela religião cristã pôde ser observada; eles mostravam menos preocupação em manter escondidos os ritos africanos que anteriormente só realizavam no mais estrito sigilo. O governo local tomou medidas enérgicas contra a “idolatria”; por exemplo, em 1871, 19 pessoas foram punidas por idolatria. Esses casos incluíam duas acusações de *wiesserij* (chamada *wisi* pelas pessoas comuns), ou magia negra, que era algumas vezes acompanhada por envenenamento real. Muitos ex-escravos eram processados por “idolatria” anualmente.

Não houve tampouco melhora digna de menção na saúde geral dos ex-escravos. Em quatro anos dos cinco para os quais possuímos dados à nossa disposição, o número de nascimentos não excedeu o de mortes. É digno de nota que a proporção entre a taxa de nascimento e a de mortalidade era mais favorável no caso de escravos emancipados do que no de pessoas livres. A razão para isso é provavelmente o fato de que, entre as pessoas livres, os grupos pessoas de mais idade eram maiores do que os de pessoas jovens em relação aos mesmos grupos de emancipados, e de haver muito mais mulheres do que homens no primeiro grupo²⁰.

Nascimentos e óbitos entre 1868 e 1872

Ano	Nascimentos			Mortes			
	Pessoas livres	Pessoas emancipadas	Total	Pessoas livres	Pessoas emancipadas	Total	Excedente Nascimentos sobre óbitos
1868	643	1216	1859	688	1162	1850	+ 9
1869	633	1147	1780	921	1161	2082	_ 302
1870	684	1217	1901	918	1491	2409	_ 508
1871	633	1201	1834	955	1043	1998	_ 164
1872	580	1128	1708	889	1200	3089	_ 381

²⁰ Ver Emancipation Reports and Colonial Reports, 1868-1873.

Capítulo VIII

Política do governo e caráter do período após 1863

Estudando a história do Suriname desde a época da emancipação, em 1867, até os dias de hoje e o desenvolvimento da sociedade do Suriname voltado para a independência, chega-se à conclusão de que este processo ocorreu de forma muito irregular e que seu percurso nem de longe foi direto. Também se concluiria que, embora a população do Suriname tenha passado por alguns marcos importantes no caminho para uma independência ampla, ela já havia perdido uma parte considerável de sua independência econômica bem antes da emancipação.

Desde a primeira metade do século XIX, o país necessitou regularmente de subsídios da Holanda a fim de equilibrar seu orçamento. A dependência financeira do Suriname em relação à Holanda tornou-se cada vez maior e continuou até a Segunda Guerra Mundial. Nos últimos anos da guerra e no período pós-guerra, o país só era capaz de pagar as despesas de sua própria administração. Não é certo, porém, se a mudança para melhor que ocorreu provará ser de natureza duradoura. Apenas uma economia nacional saudável tornará isso possível, mas até este momento nenhuma base sólida foi lançada para tanto. A grave crise estrutural que se instalou antes de 1863 ainda não foi superada no que diz respeito à reconstrução econômica do Suriname, e a fase experimental ainda não ficou para trás.

A incongruência do anseio pela independência por parte da população do Suriname, por um lado, e a perda de sua independência econômica, por outro, explicam muitas das dificuldades políticas que surgiram nos séculos XIX e XX. A maior liberdade política atingida

pelo país na segunda metade do século XIX foi, em grande parte, contrabalançada pela dependência financeira da metrópole. A população não podia gerir seus negócios internos de maneira independente.

O primeiro sinal da influência crescente das idéias liberais no relacionamento entre o Suriname e os Países Baixos foi a suspensão, em 1848, do monopólio holandês do comércio com a Colônia e da remessa de subsídios (G. B. 1848 n° 2). As tarifas diferenciais que foram introduzidas subsequenteemente, obrigando os navios estrangeiros a pagarem em dobro o total de tarifas de importação e exportação, foram gradualmente abandonadas, e a Holanda concluiu tratados com potências estrangeiras que lhes garantiam os mesmos direitos do comércio e de remessas holandesas¹. Este foi um passo importante à frente no caminho para a eliminação do colonialismo econômico.

O maior triunfo das idéias liberais modernas, contudo, foi o evento descrito no capítulo anterior – a abolição da escravidão, em 1° de julho de 1863. No campo político, outro acontecimento de grande importância pode ser apontado – a instituição, em 1866, de um corpo representativo, o *Koloniale Staten*, depois chamado *Staten van Suriname*. Este foi um passo importante para a independência política, ainda que os membros do *Staten* fossem eleitos por uma pequena porcentagem da população com base numa franquia de qualificação de propriedade (e desde 1937 numa franquia de qualificação de propriedade e qualificação educacional). A questão do sufrágio geral apenas emergiu para discussão após a Segunda Guerra Mundial, embora houvesse grupos, antes dessa época, que pressionavam por uma ampliação desse direito.

Ao instituir o *Koloniale Staten*, o governo dos Países Baixos desejou introduzir uma forma de relação constitucional liberal no Suriname, mesmo que não encarasse o *Staten* como um parlamento

¹ *Enc. W. I.*, p. 347.

colonial no modelo das Casas de Parlamento holandesas, mas “antes, como um corpo oficial com caráter municipal”. O espírito subjacente ao projeto de lei para a instituição do *Koloniale Staten* é expresso como se segue em um Memorando Explicativo em relação a esse projeto:

O presente projeto de lei baseia-se no princípio, portanto, de que o Suriname constitui uma colônia no verdadeiro sentido da palavra, um território holandês de além-mar a cuja população devem ser garantidos todos os privilégios e liberdades que, embora distribuídos de diferentes formas, foram através dos tempos a herança de cada cidadão holandês. Um olhar sobre as cláusulas do projeto de lei mostrará que ele dá à Colônia ampla garantia de autonomia colonial e uma participação na gestão de sua própria economia².

Os princípios subjacentes à instituição do *Koloniale Staten* nunca foram violados nas reorganizações administrativas subseqüentes mesmo que o seu poder tenha, mais tarde, sido substancialmente reduzido pela Constituição Colonial de 1937. A crescente autoconsciência política do povo do Suriname resultou num desenvolvimento no período até 1949 que atribuiu cada vez mais ao *Staten* o caráter de um corpo com direitos constitucionais plenos. As fundações para esse desenvolvimento foram lançadas em 1866, antigas bases que formaram, contudo, o alicerce de todo o desenvolvimento posterior. Uma “colônia no verdadeiro sentido da palavra, um território holandês ultramarino”, como o ministro Fransen van de Putte chamou o Suriname em 1865. Essa definição foi sugerida pela concepção tradicional do Suriname como uma colônia ultramarina que recebera direitos políticos pela Carta da Companhia das Índias Ocidentais. O fato de a composição da

² H. W. C. Bordewijk, *Handelingen over de Reglementen op het beleid der Regering in de koloniën Suriname en Curaçao*, Haia, 1914, p. 214.

população da Colônia emprestar-lhe mais o caráter de uma colônia de exploração do que de uma genuína colônia holandesa foi negligenciado³.

O fato de ter emergido um pequeno grupo de mulatos e negros livres que podiam ser vistos como cidadãos não privou a Colônia em si mesma do caráter de colônia ultramar, permanecendo holandesa principalmente em questões de idioma e modo de vida, ainda que não fosse o caso de muitos ex-escravos. Mas o Suriname, inegavelmente, perdeu totalmente o caráter de colônia ultramarina quando, em 1863, foi concedida cidadania a uma grande massa de escravos que desconheciam o holandês e que mal haviam tido alguma educação ocidental. Em bases formais, tornou-se impossível, como resultado disso, continuar a considerar o Suriname uma colônia holandesa. O país tornou-se um território de além-mar com uma população mestiça que, em sua maioria, tinha tido muito pouco contato com a cultura ocidental.

Nem o governo dos Países Baixos nem a administração do Suriname foram jamais assaltados por dúvidas em relação ao problema cultural colocado por aqueles novos cidadãos – eles deveriam se tornar holandeses tão depressa quanto possível por meio de educação ocidental a fim de preservar o caráter holandês do território. Em 1876 (G. B. 1877 nº 10), foi introduzida a educação compulsória para crianças de 7 – 12 anos; a educação era transmitida gratuitamente em holandês, e foi organizada tanto quanto possível ao longo de linhas ocidentais. No começo, as escolas da Fraternidade Morávia ensinavam em inglês negro. Em conseqüência de uma campanha empreendida pela administração, essa língua foi completamente banida das escolas, embora os missionários ainda a mantivessem nos serviços religiosos. Por meio da educação e convertendo todos os ex-escravos ao Cristianismo, esperava-se que quaisquer vestígios remanescentes dos costumes

³ *Ibid.*, p. 214. Alguns Membros do Parlamento, especialmente Mijer, definitivamente colocavam ênfase suficiente sobre as mudanças na estrutura social do Suriname, cf. p. 253.

africanos pudessem ser totalmente erradicados. Os regulamentos penais de 1874 (artigo 172) tornaram a “idolatria” passível de punição. Os principais costumes religiosos africanos que haviam sobrevivido à escravidão eram designados como idolatria e, portanto, constituíam uma ofensa criminal. Assim, a nova legislação criminal continuou a tradição da legislação por editos, tornando passível de punição a dança *watra-mama* em particular – o rito africano mais persistente no Suriname era a dança religiosa, cujos participantes eram possuídos por um ou outro deus, nesse caso a *watra-mama*, deusa da água. Todo aquele que fosse apanhado praticando essa dança em sigilo era, de fato, processado por lei. Em 1907, Van Deventer opôs-se sem sucesso a essa cláusula penal na Câmara dos Deputados, pois em sua opinião ela não pertencia à legislação criminal de uma colônia holandesa; mas Van Kol assumiu sua defesa, sendo de opinião que era essencial para os interesses do povo adotar uma ação enérgica contra os costumes africanos tradicionais⁴.

Ao contrário da política praticada no Oriente, o governo holandês procurou, portanto, claramente, uma política de assimilação no Ocidente. O último governador cuja administração adotou incondicionalmente essa política foi capaz de observar, justificadamente, ao escrever sobre o Suriname que ali

A administração estava fazendo todo o possível para fundir a população – branca, marrom, preta e amarela – independentemente de serem europeus ou americanos, africanos ou asiáticos, numa língua e comunidade cultural coesas com uma completa e uniforme administração da justiça em assuntos relacionados a casamento e herança. Um sistema uniforme de educação livre em holandês como meio de instrução está disponível para todos os grupos populacionais, para os quais a escolaridade foi compulsória desde 1876 no Suriname.

⁴ J. M. Plant Fébure, *West-Indië in het Parlement 1897-1917*, Haia, 1918, p. 115, dança *Winti*.

Assimilação é a senha aqui, apesar das enormes dificuldades que ela coloca diariamente⁵.

A imigração de indianos (a partir de 1873) e de javaneses (a partir de 1891) em benefício da indústria agrícola em grande escala, intensificou consideravelmente o caráter plural da sociedade do Suriname e produziu algumas mudanças nessa política de assimilação até 1933. De 1890 a 1906 havia escolas especiais para os filhos de imigrantes indianos, que aprendiam sua própria língua; mas, em 1906, essas escolas foram fechadas novamente e a administração agiu consistentemente de acordo com o princípio de assimilação, apesar do grande número de indianos e javaneses que se estabeleceram no Suriname como cidadãos permanentes após o término de seus contratos.

Em 1928, o ministro para as Colônias escreveu, com referência à educação das crianças javanesas no Suriname, que o objetivo dessa educação

é diferente daquela nas Índias Ocidentais Holandesas, em que a preservação e encorajamento da língua autóctone e de hábitos, costumes e tradições são uma característica predominante da educação e do ensino, enquanto no Suriname a fusão de todas as raças, inclusive a javanesa, em uma língua e comunidade cultural holandesas é o que se objetiva consistentemente.

Com referência a essas observações feitas pelo ministro Koningsberger, desenvolveu-se um interessante debate na Câmara dos Deputados em 1928, concernente à política de assimilação adotada no Suriname. Joekes, um membro do Parlamento, defendia o “direito inalienável” dos indianos e javaneses de “manterem seus próprios hábitos, costumes, tradições e opiniões”, e pedia que, na determinação da política cultural, a natureza e os costumes específicos dos diferentes

⁵ A. A. L. Rutgers na Introdução a *Ons Koninkrijk in Amerika, West-Indië*. Haia, 1947, p. 17.

grupos fossem levados em conta. Bijleveld arriscou, contudo, a opinião de “que não seria desejável sacrificar o caráter ocidental cristão que ainda é encontrado no Suriname”. Ele desejava que o problema fosse considerado como uma questão de política, pois o número de javaneses estava aumentando, e no futuro eles poderiam fazer suas próprias demandas. Opôs-se a um desenvolvimento “que levasse à fragmentação daquilo que no presente mantém um caráter uniforme”. O ministro Koningsberger não expressou em sua resposta nenhuma opinião sobre política, embora concordasse com Bijleveld que, embora não houvesse até então nenhum problema em relação a uma língua e uma comunidade cultural já existentes no Suriname, a população daquela Colônia possuía outras características que lhe emprestavam o caráter “de uma unidade mais separada do que os diferentes povos das Índias Ocidentais Holandesas”. Prometeu chamar a atenção do governador para a questão⁶.

Durante o governo de Rutgers, as sessões parlamentares debateram esse assunto, mas nenhuma mudança perceptível aconteceu na política adotada desde 1863. Até a Segunda Guerra Mundial, esse ex-governador descrevia a política do governo no Suriname como uma política de assimilação. Contudo, na época em que a citação reproduzida anteriormente foi publicada por um jornal, a administração do Suriname já abandonara teoricamente sua política tradicional. Rutgers foi sucedido, em 1933, pelo governador Kielstra, cujo governo começou numa fase em que a administração já tinha se desviado totalmente do curso que havia seguido até então⁷.

⁶ Reports of the Proceedings of the Lower Houve of the States General, 1928-1929, p. 1044.

⁷ Em janeiro de 1932, o governador Rutgers submeteu ao *Staten* um projeto de lei para a emenda da Lei de Enterros de 1926 (G. B. nº 117), que tornaria possível para javaneses enterrarem seus mortos sem caixão, de acordo com seus próprios costumes. Após a oposição do *Staten* a essa emenda (Relatório Interino de 15 de fevereiro de 1932), o governador não fez mais tentativas de introduzir novos regulamentos para criar condições especiais para grupos étnicos particulares.

Em 1937, o governador Kielstra submeteu ao *Staten van Suriname* um projeto de lei no qual a uniformidade legal do Suriname era abandonada. De acordo com o projeto, casamentos de indianos e javaneses seriam considerados legítimos se concluídos de acordo com os ensinamentos do budismo ou do islamismo, e teriam as mesmas conseqüências legais que os casamentos realizados de acordo com os regulamentos do Código Civil⁸.

Muito antes disso (1907) foram dados alguns passos para introduzir cláusulas especiais para casamentos entre imigrantes, mas esses não constituíam um desvio fundamental da uniformidade legal existente. A nova Lei do Casamento, contudo, deu aos indianos e javaneses a oportunidade de se casarem de acordo com sua própria convicção legal, de modo que a uniformidade legal deu lugar à pluralidade legal. Essa legislatura tentou adaptar-se, no que se refere a essa Lei Matrimonial, ao caráter plural da sociedade do Suriname.

O Memorando Explicativo dessa nova legislação mostra que a administração estava deliberadamente entrando em um novo curso. Depois de observar que a falha no cumprimento da Lei Matrimonial existente no Suriname “não é ocasionada por nenhuma falta de noção moral ou indiferença por uma vida familiar regular, mas antes o resultado

⁸ Já em 1934, circulavam rumores no sentido de que o governador Kielstra tomaria medidas para rever a política de assimilação. Esse assunto foi levantado nesse contexto no Relatório Interino sobre o Orçamento de 1935, apêndices, 1933-1934. Membros do Parlamento estavam inclinados, com base na crença de que a administração estava mostrando uma tendência a dar atenção especial a imigrantes das Índias Ocidentais Holandesas, a questionar a eficiência da proposta da administração de criar condições especiais para esta através de cláusulas especiais, em vez de promover a assimilação desse grupo. Em seu Memorando de resposta, apêndices, 33.16, o governador sublinhava a conveniência de não levar a tendência para a assimilação a ponto de ignorar as diferenças reais que não podiam ser negligenciadas. Essa questão também entrou em discussão durante os Budgetary Debates, Reports Proceedings, *Kol. Staten*, 1933-1934, p. 173-176. Zaal, um membro dos Estados, declarou-se “um oponente de quaisquer medidas que fossem um obstáculo à assimilação dos grupos étnicos neste país”.

da inadequação dessa lei aos grupos populacionais em questão”, o Memorando continua:

A questão que emerge é se em vista dos fatos discutidos acima, continuaremos a aderir ao presente sistema legal, que sobre o ponto referente à lei familiar, também se baseia na lei européia holandesa e apenas proporciona umas poucas facilidades em relação a sua aplicação aos residentes de origem oriental.

Esse sistema baseia-se na esperança de que os residentes em questão se tornarão finalmente tão completamente assimilados em todos os aspectos aos outros que essa lei os acomodará igualmente. A realidade nos ensinou que até agora essa expectativa mostrou-se vã. Deve-se esperar que o futuro revele um padrão diferente a esse respeito?

Na opinião do escritor, é impossível fazer qualquer tipo de previsão. Fatos recentes não apontam nessa direção. Isso é tudo o que podemos dizer. Expectativas ou esperanças têm um caráter demasiado especulativo para nós para serem satisfeitas com base em regulamentos que estão de acordo com a presente situação.

Com base nessas considerações mais gerais, a preservação do sistema presente não parece ser sustentável, tanto mais agora que os fatos revelam sua inadequação. Pois a disparidade entre o sistema de lei realmente em vigor e o que tais fortes grupos como temos em mente nessa conexão sustentam ser a lei, está dando origem a uma situação de incerteza legal, bem como a um sentimento entre aqueles envolvidos de que estão sendo discriminados, e está até, em alguns casos, fomentando a crença de que condições indesejáveis estão sendo mantidas, como será mostrado abaixo, nenhuma das quais pode ser considerada minimamente desejável⁹.

⁹ Cf. Appendices, Reports Proceedings of the *Koloniale Staten*, 1936-1937. Appendices Reports Proceedings 1937-1938, Proceedings 1936-1937 and 1937-1938, p. 282. Sobre a citação, cf. Appendices, 1936-1937, Explanatory Memorandum of 27th January, 1937.

Na realidade, esse memorando diagnosticava a falência da política de assimilação e a apresentava como argumento em favor de uma mudança completa de direção. Uma autoridade em matéria de lei constitucional descreveu essa mudança de política como “o fim de uma ilusão”¹⁰.

O *Staten van Suriname* oferecia forte oposição à idéia de renunciar à uniformidade legal e abandonar a política de assimilação. Considerou-se que esses projetos de lei envolviam a “rejeição de uma política adotada em relação a hindus e muçulmanos por mais de sessenta anos”, e a nova política encontrou oposição por razões de princípio. A opinião expressa no memorando de que a política de assimilação foi falha especialmente no que se refere à Lei do Matrimônio foi contestada, tendo sido enfatizado, ainda, o aumento do número de casamentos contraídos de acordo com a lei civil. A lei foi rejeitada duas vezes. Em 1940, o governador beneficiou-se do direito a ele conferido pelo artigo 32 da Constituição do Suriname e promulgou duas resoluções que regulavam os casamentos de “imigrantes que professam a fé muçulmana e hindu”; essas resoluções foram finalmente aprovadas pelo Decreto Administrativo Real (G. B. 1946, nº 26)¹¹.

A política de assimilação foi novamente posta em discussão na Câmara dos Deputados em relação à imigração dos javaneses e aos decretos-leis pertinentes ao casamento em sua discussão do orçamento de 1940 para o Suriname¹². Van Kol havia recomendado o reconhecimento dos casamentos de asiáticos desde 1920¹³. Observamos anteriormente

¹⁰ J. J. Schrieke, *De Surinaamsche ontwerp-verordeningen betreffende huwelijken van Aziaten*, Meeting of the *Indisch Genootschap*, Haia, 1938, p. 9.

¹¹ Interim Reports, Appendices 1936-1937 (13.14) e Reports Proceedings *Koloniale Staten*, 1937-1938, p. 282.

¹² Durante os debates sobre a Constituição Colonial de 1936 a questão da “criação de cláusulas legais especiais” também foi posta em discussão. Reports Proceedings Lower House, 1935-1936, p. 1769.

¹³ Relatórios de Processos dos Estados-Gerais, Senado, p. 852.

que em 1928 Joeques defendera uma mudança da política de assimilação em relação a esses grupos. A nova política foi aprovada por Ijzerman, Joeques e Van Kempen. Meijerink não era favorável à legislação de casamento proposta. Mes, membro do Parlamento, opunha-se ao abandono da antiga política de assimilação, embora por razões políticas, assim como à transformação do Suriname numa segunda Indonésia em consequência da vinda de um grande número de novos imigrantes javaneses para o país. Mes questionou se se a política econômica e social adotada no final da gestão do governador Van Kielstra não estava inclinada a resultar numa ênfase demasiado grande no elemento indonésio e se a mitigação dessa política não era possível e essencial. Em sua opinião, a introdução de decretos separados relacionados ao casamento para indianos e javaneses tornaria inevitável uma forte influência indonésia no Suriname, fazendo o país perder sua identidade especial. Opôs-se a isso e declarou não estar totalmente convencido da necessidade dessas cláusulas. O ministro Welter tentou, em suas respostas aos diferentes interlocutores, transferir o problema da esfera teórica para a da política prática, evitando desse modo uma afirmação definitiva sobre a política a ser adotada pela administração. Afirmou que não era intenção do governo transformar o Suriname em uma segunda Indonésia. A imigração dos javaneses era essencial para o desenvolvimento econômico do país, e o ministro não conseguia ver como ele poderia perder sua identidade européia em consequência de uma influência maior dos javaneses. Na realidade, mais da metade da população do Suriname já consistia em asiáticos e o país tinha, mesmo assim, conservado sua identidade original. As missões dos diferentes credos iriam certamente exercer uma influência sobre os recém-chegados que não devia ser subestimada, introduzindo muitos deles em uma esfera social diferente. Além disso, ele não conseguia ver como os novos regulamentos sobre casamentos podiam impedir o processo de assimilação, pois, afinal, um “corpo uniforme de leis que é ignorado e desprezado por um considerável setor da população” era, de certo modo, inútil.

O ministro considerou pouco científico especular sobre previsões de desenvolvimentos futuros¹⁴.

Embora essa resposta tentasse esquivar-se a uma inequívoca afirmação sobre a política futura, na verdade correspondia a uma declaração implícita de que a antiga e sincera política de assimilação tinha definitivamente sido abandonada. A inauguração de algumas escolas *desa* no Suriname tornou perfeitamente clara a orientação que a política do governo assumiu durante o período Welter-Kielstra.

De acordo com a Constituição de 1865, quatro dos treze membros do *Staten* tinham de ser designados pelo governador. Em 1901, o regulamento que dava provimento a essa questão foi omitido da nova Constituição; daí em diante, todos os membros tinham de ser eleitos. Na Constituição Colonial de 1936, a prática de designar membros foi reintroduzida. Isto mostra que o princípio de que não devia haver diferenciação com base em características étnicas também havia sido abandonado no que se referia à representação política. Pois, pela prática de designar um número de membros do *Staten* esperava-se que seria dada aos grupos indiano e javanês uma oportunidade de cuidarem dos interesses especiais desse grupo como seus representantes. Essa medida enfrentou uma feroz oposição por parte dos crioulos, que a viam como uma restrição dos privilégios que já lhes haviam sido garantidos. O fato de que desse modo se atribuía um caráter político a grupos populacionais separados também encontrou forte oposição. Considerou-se que isto conflitava com o ideal de uma vida política livre da dominação por conflitos culturais e raciais e que refletiria a desejada futura unidade de língua e cultura da sociedade do Suriname.

O primeiro caso de designação de novos membros após a promulgação da Constituição Colonial de 1936 foi severamente

¹⁴ Reports Proceedings Lower House 1939 – 1940, Ratification 1940 Budget for Surinam, p. 1303 e segs..

criticado pelo *Staten*, que era de opinião que alguns dos representantes indicados não possuíam as qualificações requeridas para ocupar um lugar num corpo representativo.

O projeto de lei para a introdução das municipalidades aldeãs, submetido em 1936, também deve ser visto como resultado da nova política geral de Kielstra. Dava provisão para introdução de municipalidades com uma administração independente, em que finalmente a lei consuetudinária dos grupos envolvidos receberia a devida consideração¹⁵.

Essa nova política baseava-se num plano determinado principalmente por considerações de natureza socioeconômica. Antes de examiná-la mais detalhadamente, devemos, primeiramente, fazer um esboço do caráter socioeconômico de todo o período posterior a 1863 e da política econômica adotada pelo governo durante esse período.

Mesmo sem os problemas de mão-de-obra criados pela emancipação, a economia nacional do Suriname teria enfrentado uma época muito difícil após 1863. Como colônia agrícola, o país era inteiramente dependente dos mercados ultramarinos. Suas exportações consistiam em grande parte em açúcar e seus subprodutos, como o melão, o rum e *dram*¹⁶. No período de 1863 a 1873, o valor de exportação desses gêneros ainda chegava a aproximadamente 80% do valor total das exportações. De 1873 a 1883, esse valor caiu em 50%; e depois disso diminuiu continuamente, embora com consideráveis

¹⁵ Appendices, Reports Proceedings *Staten van Suriname* 1936-1937 (20.1-2). Appendices 1937-1938 (8.1 and 8.2), Reports *Staten* Proceedings 1937-1938, p. 163.

¹⁶ Em 1845, uma Comissão da Câmara dos Deputados elaborou um relatório com referência às petições de Bosch Reitz c.s., em que quatro razões para o declínio do Suriname eram listadas, a saber: 1. proprietário ausente, 2. diminuição dos números de escravos, 3. queda nos preços dos produtos, 4. as arbitrariedades com que os governadores dirigiam o país. Appendices, Fol. 252, p. 996, Session 1844-1845, *Commissoriaal Verslag over de Toestand van Suriname in verband met de adressen van Bosch Reitz c.s. betreffende de aangelegenheden van de kolonie Suriname*.

flutuações. De 1883 a 1920, essa percentagem variou de 10% a 30%. Em 1929, houve outro declínio abrupto, até que, em 1939, o valor das exportações de açúcar e seus subprodutos alcançaram apenas 5,7% do valor total das exportações.

Havia várias razões para o declínio das exportações de açúcar. Em primeiro lugar, o açúcar das Índias Ocidentais tinha que competir duramente com o açúcar de beterraba mesmo antes da abolição da escravidão. A abertura do Canal de Suez, em 1869, reduziu muito a distância entre a Europa e o Extremo Oriente; isto colocava o Oriente numa posição mais favorável, pois o frete e os encargos de seguros diminuíram e a rota mais rápida para os mercados europeus resultaram em lucros maiores para o comércio¹⁷. Por conseguinte, o açúcar das Índias Ocidentais também se deparou com a forte concorrência desses países. As tarifas preferenciais fixadas pelos principais países importadores de açúcar impuseram uma restrição adicional sobre as oportunidades de exportação de várias áreas.

O Suriname encontrou-se numa posição excepcionalmente desfavorável. O país tinha que importar a mão-de-obra requerida para a produção. O padrão de vida no país era mais alto do que o de muitos outros países tropicais produtores de açúcar, embora não pudesse exportar para um mercado protegido. Em consequência desses fatores negativos, era impossível para fazendeiros obterem as verbas necessárias para a modernização e expansão de suas fazendas.

Como resultado de melhorias técnicas, o cultivo do açúcar passou a ser lucrativo apenas para as fazendas de grande porte. A maior parte dos colonos do Suriname era incapaz, devido à mencionada falta de capital, de introduzir as melhorias necessárias e, portanto, de suportar a concorrência externa sem dificuldade, e havia ainda o contratempo adicional da escassez de mão-de-obra barata.

¹⁷ J. C. Kielstra, *Wirtschaftliche und soziale Probleme in Niederländisch West-indien*, Iena, 1925, p. 4 e segs.

Em 1860, havia 87 fazendas de açúcar no Suriname, enquanto no início do século XX apenas sete delas se mantinham, das quais somente quatro ainda estavam em atividade em 1940. Eram Marienburg, a empresa *Nederlandse Handel-Maatschappij* (Companhia de Comércio dos Países Baixos); Alliance, propriedade de ingleses; Waterloo e Hazard em Nickerie que eram dirigidas em conjunto por proprietários locais. Apesar da rápida diminuição do número de plantações, a produção total de açúcar em termos de tonelagem não mudou significativamente em consequência da expansão e modernização das propriedades existentes. Mas o valor das exportações baixou devido à queda dos preços do açúcar no mercado mundial. Em 1864, por exemplo, as exportações de 9.198.769 quilos de açúcar do Suriname renderam 2.330.876 florins, enquanto em 1939, 8.282.814 quilos de açúcar do Suriname resultaram em apenas 410.353 florins (isto é, 0,26 florins por quilo em 1864, e 0,04 florins em 1939).

O mercado do açúcar era muito instável, e as propriedades restantes só conseguiam se manter com ajuda de subsídios.

Apesar da imensa flutuação nos preços a que estavam sujeitas as exportações de açúcar mesmo antes de 1880, o açúcar era, naquela época, o produto que fornecia a maior parte da renda nacional e dava à economia do Suriname uma certa estabilidade. Quando ele perdeu sua importância para a economia do país, ela declinou rapidamente em consequência de uma série de crises sucessivas. Muitas vezes a economia nacional do Suriname pareceu estar à beira da total bancarrota, mas o país era, no último minuto, salvo de uma catástrofe econômica por outros produtos agrícolas como o cacau ou o café, ou a balata, um produto florestal, ou um mineral, como o ouro¹⁸. Contudo, nenhum

¹⁸ Sobre a história dos diferentes produtos agrícolas e minerais, ver *Enc. W. I.*, os artigos sobre a balata, bananas, cacau, café, ouro, açúcar. Cf. G. J. Staal, *Nederlandsch Guyana. Een kort begrip van Suriname*. Amsterdam, 1928, e A. van Traa, *Suriname 1900-1940*. Deventer, 1946.

desses produtos era capaz de manter-se e dar a economia do país um caráter estável.

As crescentes indústrias cacauceira e cafeeira enfrentaram o golpe mortal devido às pragas que atacaram as culturas, enquanto a balata e a extração do ouro passaram por dificuldades como resultado da exaustão das áreas de fácil acesso, depois de produzirem lucros substanciais durante alguns anos. Além disso, a balata deixou de ter um mercado favorável.

Desde 1936, a bauxita, um produto de mineração, tomou o lugar anteriormente ocupado pelo açúcar e os lucros resultantes de sua exportação são atualmente o esteio da economia do Suriname. A bauxita foi exportada pela primeira vez já em 1922; em 1936, o valor de suas exportações compreendia 56,4% do valor total das exportações, e, em 1940, chegou a 83,5% do total. Em termos monetários, o valor dessas exportações, em 1940, foi de 6.569,018 florins.

A indústria da bauxita e os lucros produzidos por ela não são em si mesmos suficientes para estabelecer uma economia sólida. Devido às vendas de bauxita, o valor das exportações, em 1939, correspondeu a quase duas vezes e meia o de 1863, mas, apesar disso o Suriname permaneceu um país pobre. A única possibilidade para melhorar sua posição econômica nas últimas décadas era oferecida pela agricultura. A história do principal produto da indústria agrícola em grande escala, isto é, o açúcar, mostrou que a agricultura não havia sido capaz de transformar-se adequadamente. Depois que o açúcar perdeu sua importância como produto de exportação, a agricultura não conseguiu colocar no mercado outro produto importante e lucrativo para competir com os demais países. Embora o desenvolvimento da indústria agrícola de pequena escala nas décadas anteriores a 1940 tenha representado um lucro apreciável para a renda nacional, bem como uma grande economia em relação às importações, visto que o país produzia agora seu próprio alimento, ela foi, contudo, incapaz de melhorar

significativamente sua posição como país exportador na economia mundial¹⁹. Para o ano de 1938 o produto nacional foi estimado em 21,5 milhões de florins, isto é, 137 florins *per capita* da população. A renda *per capita* da população dos Países Baixos para aquele ano foi 563 florins.

Com o objetivo de obter uma compreensão adequada sobre o desenvolvimento incomum da economia nacional do Suriname depois de 1863, deve-se examinar mais detalhadamente tanto os números da importação como os da exportação e o desenvolvimento das finanças nacionais em relação ao aumento da população.

Observa-se, por conseguinte, que, embora as exportações mostrem um aumento consistente, as importações também crescem de uma maneira tão considerável que se questiona uma balança comercial favorável em apenas 16 anos em um período de 77 anos. Os *déficits* variaram de 52.753 florins em 1897, para 6.592,011 florins em 1921. Para um país que não fornecia serviços para países estrangeiros nem agia como credor durante esse período, isto é indicativo de uma situação econômica anormal.

Ainda que os rendimentos do país mostrem uma tendência ascendente, as despesas aumentaram tanto que ele foi incapaz de pagar os gastos com sua própria administração e só conseguia equilibrar o orçamento com a ajuda de subsídios da metrópole. Até o período entre 1925 e 1934, as despesas aumentaram constantemente, enquanto os rendimentos não mostraram um aumento substancial comparável. No período de 1865 a 1874, a renda nacional anual média montava a 841.728 florins, e a despesa a 1.264.720 florins, enquanto, no caso

¹⁹ Sobre os dados econômicos, ver os Relatórios Coloniais e *Verslagen van Bestuur en Staat* (Relatórios de administração de Estado) e, sobre detalhes a respeito do produto nacional, ver Central Statistic Office, *Statistical and Economic Surveys, New Series*, vol. 3, nº 3, nº 4, March 1948, Utrecht, 1948: C. A. Oomens, *Jaarrekeningen van Suriname* 1938 e 1947.

dos anos de 1925 a 1934, esses números são de 4.432,902 e 7.532,465 respectivamente. No período subsequente, isto é, de 1935 a 1938, há uma tendência levemente descendente na despesa, mas isso também acontecia com o rendimento nacional. A máquina administrativa tornou-se cada vez mais dispendiosa durante o período seguinte à emancipação. As tentativas de economizar nos gastos no decorrer dos anos não tiveram êxito algum.

Examinando os números da renda e despesa médias *per capita*, nota-se que a renda aumentou até o período entre 1905 e 1914, e então começou a declinar novamente. A despesa *per capita*, por outro lado, aumentou para o período de 1915 e 1924 e daí em diante também começou a mostrar uma tendência descendente.

A causa do estado insatisfatório das finanças do país é o resultado natural de sua situação econômica desfavorável. Embora haja, igualmente, diversos fatores secundários, estes tendem a tornar o quadro que temos da economia ainda mais especialmente desfavorável. A máquina administrativa precisa de funcionar num país com uma população esparsa, mas deve, contudo, fazê-lo em um nível que possa satisfazer os requisitos mínimos de um governo democrático moderno. A máquina administrativa do Suriname encontra-se na mesma situação que uma indústria moderna que abriu um ramo dispendioso em uma região com apenas um número limitado de consumidores, embora não possa ampliar suas vendas além dessa região. O resultado inevitável é que deve operar com perda. Mas essa perda é duplicada se a indústria em questão estabelece um ramo numa área com baixo poder aquisitivo. O Suriname é um país subpovoado, com uma população que é, além disso, pobre. Em 1918, havia apenas 2.200 contribuintes com uma renda de seiscentos florins ou mais, para uma população total de 106 mil; desses, apenas cerca de oitocentos desfrutavam de uma renda superior a 1.400 florins. De 1922 a 1926, uma média de 9.113 pessoas em uma população total de 110 mil a 122 mil habitantes pagavam

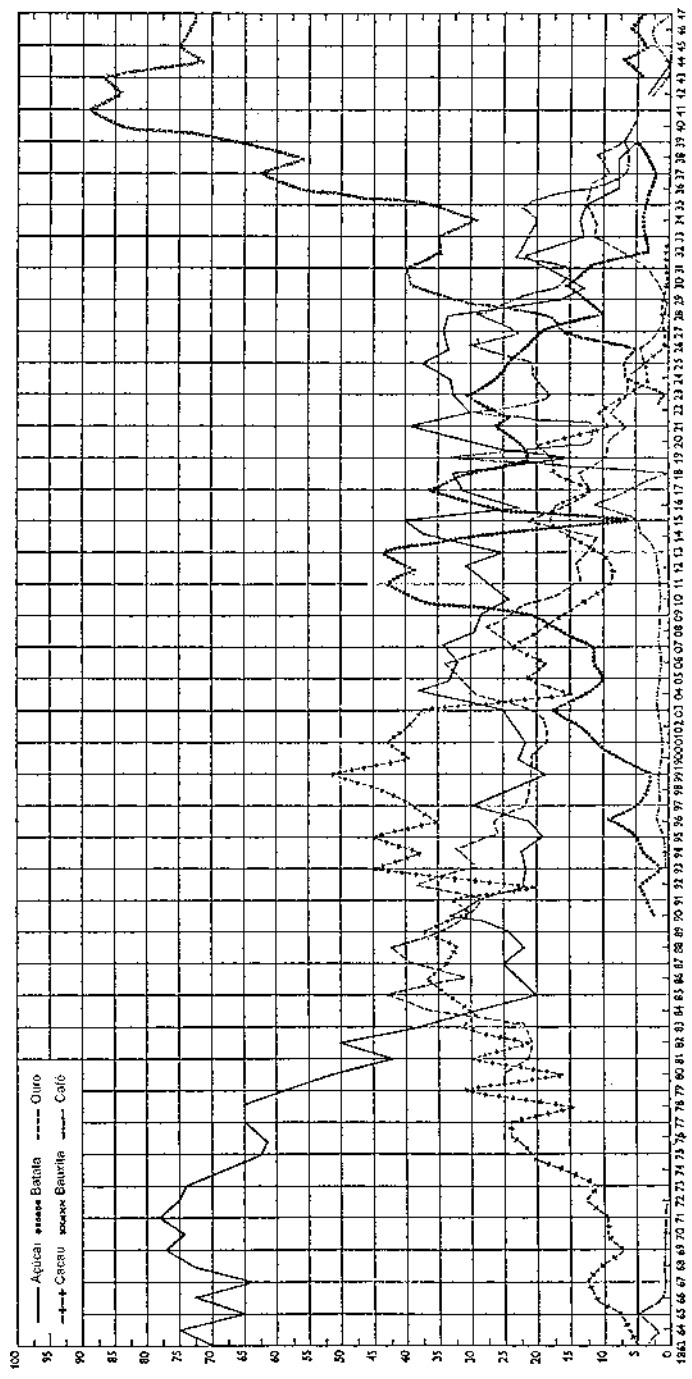


Gráfico que mostra a importância dos diferentes produtos agrícolas para as exportações totais no período de 1863 a 1947, expressa em porcentagens em florins holandeses.

impostos. Depois de 1931, o número de contribuintes caiu de 8.997 aproximadamente para 6.054. Em 1938, 5.823 habitantes de um total de 174.237 pagavam impostos sobre um rendimento total de 8.560,540 florins. Evidentemente, o retorno da taxaço indireta é também negativo por causa do baixo poder aquisitivo da população²⁰.

Não deve ser excluída a possibilidade de que poderia ter havido uma taxaço maior sobre a renda no decorrer dos anos se o departamento de tributação tivesse trabalhado de forma mais eficiente e não tivesse sido tão relutante em se expandir.

Outro fator que tornou a administração tão dispendiosa foi o fato de a população ser esparsa e estar espalhada por uma área relativamente extensa. Isto tendeu a aumentar os custos administrativos e do esquema da saúde nacional, bem como a elevar substancialmente as despesas para a manutenção do sistema de comunicação, em particular.

Portanto, é evidente que, devido à situação econômica e financeira do Suriname, a metrópole precisou dar ao país ajuda financeira ano após ano a fim de equilibrar o orçamento. No entanto, a parte da renda nacional dos Países Baixos que o Suriname consumiu no decorrer dos anos só poderá ser avaliada se um meio de realizar um estudo mais completo da balança de pagamentos para esse período puder ser encontrado. É possível que o Suriname tenha custado ao contribuinte

²⁰ O rendimento das taxas de consumo no Suriname são, em comparação com a Holanda, muito mais importante para os cofres nacionais do que o são as taxas diretas: no ano de 1938, as taxas diretas no Suriname constituíam um terço das taxas de consumo, em comparação com aproximadamente metade na Holanda. Contudo, a renda *per capita* das taxas de consumo na Holanda é quase cinco vezes aquela no Suriname.

	Suriname	Holanda	Suriname	Holanda
	(em centenas de florins holandeses)		<i>(per capita</i> de população)	
Taxas pessoais	476	167.862	3,1	1,9
Taxas de consumo	1.527	352.585	8,7	40
Taxas da companhia	327	42.196	1,8	4,8

Cf. o Relatório da Administração e Estado de 1938, e Manual Estatístico, 1941. O número da taxa pessoal não inclui taxas de bicicleta ou veículo motorizado.

Tabela mostrando as receita e despesas da administração do Suriname de 1865 a 1938, bem como seu déficit anual, igualmente mostrando a renda, assim como despesa e déficit, *per capita* e ademais, os números de importação e exportação para o mesmo período.

Anos	Per capita								
	Renda	Despesa	Déficit	Renda	Despesa	Déficit	Importação	Exportação	Déficit
1865-1874	841.728,6	1.264.720,6	422.992,0	16,5	24,7	8,2	4.017.729,0	2.775.945,2	1.247.383,8
1875-1884	1.097.890,3	1.417.853,6	319.963,3	20,7	26,7	6,0	4.051.690,4	3.295.071,8	756.618,6
1885-1894	1.488.186,9	1.622.599,0	174.412,1	25,2	28,1	2,9	5.212.756,8	3.917.649,6	1.295.107,2
1895-1904	2.411.379,3	2.683.983,6	272.604,3	33,4	37,2	3,8	6.079.083,4	4.843.062,6	1.236.020,8
1905-1914	3.570.088,1	4.389.563,0	819.474,9	39,6	48,7	9,1	7.069.250,1	6.775.958,7	293.291,4
1915-1924	4.117.713,1	7.156.110,9	3.038.397,8	38,1	66,2	28,1	8.700.443,3	7.517.905,1	1.182.538,2
1925-1934	4.432.902,8	7.532.465,8	3.099.563,0	33,5	57,0	23,5	7.814.054,1	7.623.658,6	190.395,5
1935-1938	4.014.707,7	6.686.375,0	2.671.667,3	26,7	44,5	17,8	6.224.691,0	5.830.098,4	394.592,6

holandês substancialmente menos do que as cifras dos dispêndios do governo holandês sugerem.

Os problemas enfrentados pela economia nacional do Suriname, pela administração e pelo governo dos Países Baixos resultantes das circunstâncias ocuparam o pensamento dos sucessivos governantes e especialistas. Várias tentativas, uma após a outra, foram feitas para encontrar uma solução, sem, contudo, nenhum êxito. Isso acontecia principalmente porque a maior parte do problema era atacada de maneira improvisada e a trajetória da ação que não mostrava êxito imediato era abandonada rapidamente demais. Em muitos casos, apenas os sintomas eram atacados, enquanto a raiz do problema permanecia intocada. A solução de problemas como aqueles que emergiram no Suriname só pode ter uma chance de sucesso se as tentativas de superá-los forem planejadas adequadamente. O governo liberal holandês, de 1863 em diante, enfrentou uma tarefa para a qual lhe faltavam a índole e a compreensão apropriadas. Ele tinha que criar prosperidade num território onde isso não emergira espontaneamente como resultado da livre interação de forças econômicas. O governo assumia essa tarefa de forma hesitante, relutante e sem entusiasmo. Esta é provavelmente a principal razão por que uma solução oportuna para o problema do Suriname não foi encontrada mais cedo. As idéias políticas prevalentes na metrópole provocavam uma barreira psicológica para tratar a questão de forma eficiente. Não foi por falta de obstinação ou de boa vontade por parte dos políticos, mas antes, pelo fato de que eles foram arrastados nas correntes históricas do momento que retardaram o desenvolvimento dessa parte do reino. Houve oposição à interferência direta do Estado na vida econômica, embora se soubesse que um plano de desenvolvimento podia conter somente vagas generalidades incapazes de fornecer alguma pauta prática. Ao que tudo indica, os políticos e funcionários responsáveis careciam do arrojo e iniciativa necessários; a virtude burocrática da cautela tornou-se um vício no que se refere ao Suriname.

A atitude negativa da maioria dos políticos em relação à interferência estatal direta na vida econômica era aparente até na época da emancipação em relação com o problema mais importante daqueles dias – a imigração. Era intenção do governo assumir a responsabilidade pelo suprimento de mão-de-obra nova durante o período da Supervisão Estatal. Van Bosse, um membro do Parlamento, opôs-se vigorosamente a isso.

‘Certamente’, declarou ele na Câmara dos Deputados, ‘o esquema atual a nós proposto é a pior forma imaginável de protecionismo, uma vez que não devemos fragmentar as questões. Ele equivale à extorsão direta da bolsa de um contribuinte a fim de encher a do outro.’ ‘Além disso’, continuava Van Bosse, ‘não acredito ser dever do governo, de repente dar tal proeminência a um sistema tão óbvio de protecionismo e fazer pela Colônia do Suriname o que nunca foi feito para nenhum outro país.’

Van Bosse propôs uma emenda para substituir o esquema de imigração na forma proposta pelo governo – que fazia da imigração uma responsabilidade governamental – por um sistema pelo qual o governo disponibilizava prêmios quinquenais a cidadãos particulares para encorajar importações de mão-de-obra nova. A emenda foi aprovada com grande maioria de votos, e assim, a imigração foi inteiramente entregue à iniciativa privada²¹. Desde 1919, essa emenda foi denominada no *Rapport van het Suriname Studie-Syndicaat* (Relatório da Associação de Estudo do Suriname) de emenda “infeliz”, “desferindo no Suriname um soco do qual ele não se recuperou até hoje”²².

É evidente, todavia, que cidadãos particulares eram incapazes de cumprir essa tarefa. A emenda Van Bosse, na verdade, provocou um sério prejuízo à Colônia: inúmeras fazendas encerraram suas atividades pela incerteza sobre a disponibilidade de mão-de-obra suficiente. Houve

²¹ Reports Proceedings of the States General, Lower House, 1861-1862, p. 929 e 959.

²² *Rapport der Studie-commissie van het Suriname Studie-Syndicaat*, Rotterdam, 1920, p. 195.

certa agitação entre os colonos, que encaminharam petições ao governo em relação ao assunto. O governo, finalmente, viu-se obrigado a interferir. Por uma ironia do destino, foi Van Bosse quem, na qualidade de ministro, assinou o decreto pelo qual o governo assumia a responsabilidade pela importação anual de imigrantes. Em 1870, foi assinado um contrato com os britânicos para importar trabalhadores da Índia para a agricultura no Suriname. Em 1872, foi implementada a legislação pela qual o próprio governo podia assumir a responsabilidade pela importação de mão-de-obra (lei de 20 de janeiro de 1872, *Gazeta Oficial* nº 4, K. B. de 1872, nº 26 e 27). Em consequência, foi possível, após 1873, importar trabalhadores da Índia, e, depois, imigrantes de Java. Apesar de a maior parte dos custos terem sido repassados para os próprios fazendeiros, aqueles que não estavam bem financeiramente tiveram a oportunidade de levantar pequenos empréstimos a juros para financiar a importação de trabalhadores. Todavia, só em 1880 foi encontrada uma solução satisfatória para o problema da imigração com o lançamento de um fundo de imigração (G. B. 1880, nº 3).

Esse fundo é um corpo legal independente com finanças próprias. A administração tornou possível esse fundo, que ficou sob a supervisão final do governador. O fundo custeava o valor total da passagem de ida e volta para os imigrantes. Seus bens do fundo se responsabilizavam por três quintos dos custos da importação dos imigrantes, que eram pagos pelos empregadores.

O desenvolvimento do Estado holandês posterior a 1863 resultou cada vez mais num desvio dos princípios liberais clássicos e numa interferência cada vez maior do governo na vida econômica e social. O desenvolvimento mantinha o caráter debilitante dos princípios tradicionais sob a pressão de circunstâncias mais do que por uma deliberada mudança de política. Um novo sistema de governo desenvolveu-se imperceptivelmente, passo a passo, embora em princípio o grupo governante aderisse, quando possível, às antigas doutrinas.

No caso do Suriname, sempre que era necessário, os políticos também se desviavam do pensamento liberal estabelecido, como mostra o segundo estatuto da imigração, mas isso tampouco estava baseado numa mudança fundamental de ponto de vista. O governo colonial foi forçado, por necessidade, a subsidiar a agricultura, tanto a de grande como a de pequena escala, mas o governo holandês continuou, no todo, a mostrar profunda aversão à interferência do governo na vida econômica, e se opunha, particularmente, às plantações do governo, a menos que estas fossem fazendas experimentais. Sustentava firmemente o princípio de acordo com o qual o Suriname tinha que se desenvolver por intermédio da iniciativa de capital privado.

Freqüentemente parecia que a política adotada com respeito ao Suriname visava apenas prolongar a existência insalubre do país indigente por meio de subsídios em vez de procurar energicamente um meio de ajudá-lo a sair de seu estado de decadência. O governo estava particularmente obcecado pelo medo de que o país custasse ainda mais do que as somas já gastas com os subsídios anuais. Por isso, em vez de uma política empreendedora de reconstrução, adotou uma política de economia que capacitasse o Suriname a reduzir ao mínimo o subsídio. Mas, apesar de todos esses esforços, o subsídio tinha que ser constantemente aumentado²³.

Tentativas de seguir um curso inteiramente novo e de tomar medidas administrativas construtivas abortaram. Em 1911, quando a crescente indústria bananeira do Suriname foi atingida por uma crise séria, quando todas as esperanças de um futuro melhor para o país tinham se concentrado nessa indústria, o governo holandês designou a Comissão Suriname, que foi instruída a empreender uma análise sobre a situação econômica e financeira do Suriname e a fazer recomendações

²³ Ver Plante Fébure, *op. cit.*, p. 59, sobre o Plano Idenburg, segundo o qual foi feita uma tentativa fracassada entre 1908 e 1918 para que o subsídio requerido fosse reduzido. Cf. Staal, *op. cit.*, p. 163.

sobre as medidas que podiam ser tomadas para melhorá-la. Em 1911, a Comissão fez um relatório bem documentado em que propôs, entre outras coisas, fundar um banco rural a fim de criar melhores facilidades de crédito para a agricultura em grande escala. Em 1914, todavia, Fock observou na Câmara dos Deputados que o relatório da Comissão, que na ocasião tinha dois anos e meio, não surtira nenhum efeito²⁴. Nenhuma medida séria foi tomada pelo governo para realizar coisa alguma. O Suriname continuou a ser dependente do capital privado, que mostrava pouco interesse pelo país.

Os governadores Staal (1916-1920) e Van Heemstra (1921-1928) esforçaram-se muito para interessar o capital holandês pelo Suriname. Mesmo antes de sua partida da Holanda como governador, Staal havia conduzido várias negociações com financistas para despertar o interesse pelo país. Em outubro de 1916, fundou-se a *Suriname Studie-Syndicaat* (Associação de Estudo do Suriname), que contava entre seus membros com representantes das grandes companhias agrícolas da Indonésia, bem como algumas pessoas com interesses em fazendas no Suriname. Em 1919, um Subcomitê do Sindicato também redigiu um relatório exaustivo sobre a situação econômica do Suriname²⁵. Os autores do relatório chegaram à conclusão de que se os Países Baixos não mudassem sua tática em relação ao Suriname, eles teriam de continuar a subsidiar a Colônia como nos últimos 75 anos, e que nesse caso o comitê se sentiria obrigado a aconselhar todos a não investir em fazendas no país. O comitê exortava o governo a gastar uma quantia maior de uma só vez para o desenvolvimento da Colônia, em vez de valores que teriam que ser gastos de qualquer modo em subsídios distribuídos por vários anos. O relatório também fazia uma série de sugestões sobre meios de estimular a prosperidade do país, tais como incrementar a

²⁴ Plante Fébure, *op. cit.*, p. 37.

²⁵ *Rapport der Studie-Commissie van het Suriname Studie-Syndicaat*, de J. C. S. Kasteleyn, B. J. Kluvers e E. Snellen.

imigração, melhorar as comunicações e o sistema de irrigação e fundar um banco rural com recursos suficientes²⁶.

Em maio de 1919, o governador Staal afirmou em seu discurso de abertura do novo ano parlamentar do *Koloniale Staten*, após o término de um mandato de três anos, que muito daquilo que ele havia “esperado na época e tinha imaginado que já estivesse sendo feito” não se materializara. Nesse mesmo discurso ele expressava a esperança de que o trabalho do Sindicato – o Subcomitê mencionado anteriormente que estava no Suriname na época – tivesse mais êxito. Essa esperança mostrou-se igualmente vã; a política do governo permaneceu imutável, enquanto o capital privado não estava preparado para assumir riscos.

O governador Van Heemstra fez reiterados esforços para interessar os financistas holandeses pelo Suriname. Em 1924, partiu para a Holanda depois de ter estado no poder durante três anos, e ali conduziu negociações com algumas pessoas proeminentes do círculo de proprietários de fazendas.

Ao voltar, em 1925, Van Heemstra informou ao *Staten* em uma carta, que as pessoas na Holanda estavam

por um lado, ainda tão interessadas nas Índias Ocidentais Holandesas que todo capital disponível é posto de lado preferencialmente para abrir novas fazendas ou para a expansão das existentes naquela parte do mundo; por outro lado, o preconceito contra o Suriname é ainda tal que falta coragem para assumir qualquer iniciativa nova naquele país. O capital holandês “ainda não estava favoravelmente disposto” em relação ao Suriname.

Durante a estada do governador Van Heemstra na Holanda, os mais proeminentes empresários com interesses nas empresas agrícolas do Suriname formaram em conjunto o *West-Indische Ondernemersraad*

²⁶ *Rapport Studie-Syndicaat*, p. 210.

(Conselho dos Proprietários da Fazenda das Índias Ocidentais), que, sob a presidência do professor M. W. F. Treub, que também era presidente do Conselho dos Proprietários da Fazenda das Índias Orientais, mostrou grande dinamismo nos anos entre 1925 e 1927. Em 1926, esse conselho enviou ao ministro das Colônias um extenso relatório fixando as razões pelas quais o Suriname exercia tão pouca atração sobre os investidores holandeses. De acordo com o conselho, isto podia ser atribuído, principalmente, às exigências legais referentes à imigração, colonização, taxas e leis sobre a mão-de-obra.

Apesar de o governo ter diminuído substancialmente a carga de impostos que pesavam sobre os proprietários de fazendas, não houve ainda mudança para melhor; o capital ultramarino continuava a ser incrédulo no que se referia ao Suriname e relutante em prestar sua cooperação para socorrer as companhias agrícolas da região.

Nesse ínterim, algumas vozes podiam ser ouvidas nas proximidades da Câmara dos Deputados na época – os primeiros anos do fim do mandato do ministro De Graaff – pedindo uma revisão da política econômica até então adotada com respeito ao Suriname. Uns poucos membros do Parlamento queriam romper com a política de improvisação do governo, e pediam uma política fundamentada num planejamento sólido que objetivasse a coordenação para a solução dos problemas. O ministro De Graaff aposentou-se sem, contudo, nada ter sido feito apesar das repetidas promessas de dar atenção a esse assunto.

Durante o mandato de seu sucessor, o ministro Koningsberger, a questão do desenvolvimento do Suriname entrou em discussão na Câmara dos Deputados novamente nos debates sobre o orçamento de 1927²⁷. Van Boetzelaer van Dubbeldam e Joekes solicitaram um plano geral, ou “plano abrangente”, como Van Boetzelaer o chamava, que daria à Câmara um projeto completo da política a ser adotada. Joekes

²⁷ Reports Proceedings Lower House, 1926 – 1927, p. 1.528 e segs. Cf. Joekes, p. 1 526.

observou que isso daria à Câmara uma oportunidade de visualizar os vários problemas que se apresentavam nesse aspecto de modo a ser possível “formar um julgamento sadio”.

Os Estados-Gerais, continua ele, “não receberão, nesse caso, umas poucas medidas parceladas para sua consideração, como acontece atualmente, sem ter oportunidade, por um lado, de tomar contra elas outras medidas de maior alcance que possam querer adotar, ou por outro lado, de adotar uma política construtiva”.

O ministro Koningsberg prometeu que esse plano seria submetido à Câmara. A uma pergunta feita por Cramer, membro do Parlamento, sobre quando esse plano seria completado, o ministro respondeu “Pode ser em seis meses ou em um ano. Mas posso seguramente prometer que haverá tal plano”.

O curso posterior da história do plano acima mencionado na Câmara dos Deputados atesta as extremas dificuldades que o governo experimentou para reverter essa política de cautela em relação ao Suriname e para superar sua aversão a uma política econômica planejada.

No Relatório Provisório sobre o Orçamento para o Suriname de 1928, a Câmara expressou seu pesar pelo fato de o plano não ter sido ainda submetido como prometido durante os debates do orçamento de 1927. O ministro Koningsberger foi exposto à crítica particularmente severa por parte de Yzerman e Joeques, membros do Parlamento durante os debates que se seguiram na Câmara, devido ao contínuo adiamento do plano. O ministro declarou, em sua resposta, que dispensara ao plano toda a atenção possível nos últimos meses, e continuou:

logo ficou claro para mim que, como eu temia desde o início, redigir um plano desse tipo não seria tarefa fácil ou rápida. Em primeiro lugar, eu mesmo nunca estive no Suriname, de modo que o país e sua população são completamente estranhos para mim, e tive que confiar no parecer e nas recomendações de outros que o haviam

estudado e, assim, ficar mais ou menos inteirado sobre o país. Além disso, não deixei de me aproximar de várias pessoas que considerei serem peritas no assunto com o intuito que me fornecessem recomendações e material que pudessem colaborar para a construção de tal plano. É escusado dizer que recebi imediatamente toda cooperação daquela região; tal cooperação me foi generosamente garantida, e em mais de um caso me foi dada. Mas logo enfrentei o problema de que esses pareceres, vindos como vieram de diferentes regiões, eram algumas vezes mutuamente contraditórios e que mesmo sendo de diferentes pessoas que mereciam minha total confiança eram diametralmente opostos; por isso, me confrontei com o dilema de saber am qual conselheiro deveria dar mais crédito. Enquanto isso, o governador e eu continuamos a trocar opiniões; qualquer dado novo que chegava a mim era levado à sua consideração; mas, em algumas vezes, uma mudança de ponto de vista fazia que reconsiderássemos pontos sobre os quais já tínhamos chegado a algum acordo, de modo que tínhamos de recomeçar do ponto de partida em que esses assuntos estavam sendo tratados. Foi por isso que até agora não consegui ter uma idéia clara formada a respeito do mencionado plano.

O ministro declarou que continuaria com seu trabalho sobre o plano e esperava poder submetê-lo à Câmara dos Deputados para parecer “no devido tempo”. Em sua réplica ao discurso do ministro, Yzerman observou que

O discurso todo apresenta um quadro patético de desamparo. Causaram forte impressão as expectativas de que o plano abrangente mudasse consideravelmente. Só este ano fiquei decepcionado de que o plano geral não tivesse sido submetido à apreciação durante as sessões orçamentárias, como seria razoável de se esperar; mas, agora, ficarei agradavelmente surpreendido se ele for submetido no próximo ano, portanto, um ano após o prazo final fixado²⁸.

²⁸ Reports Proceedings Lower House, 1927-1928, p. 1320.

Muitos membros do Senado, contudo, manifestaram forte oposição a tal plano. Alguns, como o Relatório Provisório sobre o Orçamento de 1928 observou, lamentaram apenas o fato de que o plano demorasse tanto para ser concluído. O relatório continua: “Eles não esperavam o menor resultado de um esquema como esse. Consideravam essencial que a administração fosse regida por parâmetros econômicos”²⁹.

Não era uma política bem planejada, mas o que se recomendava era a introdução de parâmetros econômicos, que podia ser resumida na fórmula: não faça nada e deixe o caso se arrastar com o mínimo de despesa possível.

Durante o ano seguinte (1928), o governo reprimiu completamente seu impulso de total mudança para uma política planejada. No Memorando em Resposta ao Relatório Provisório feito pelo comitê parlamentar sobre o decreto do Senado referente ao orçamento para o Suriname para o ano corrente, o ministro declarou em abril de 1928:

As experiências do abaixo-assinado em suas tentativas de construir um plano como prometido na Sessão da Câmara dos Deputados, em 14 de fevereiro de 1927 estão induzindo-o cada vez mais a unir-se às fileiras daqueles que não esperam resultados desse esquema. É impossível formular, para qualquer período de tempo futuro, a linha de conduta a ser seguida para promover uma parte do reino que está em situação de declínio, pois percebi, no decurso dessas tentativas, que ele é dominado pela situação econômica prevalecente num determinado momento, e em vez dos efeitos de tal plano serem benéficos eles podem ser extremamente prejudiciais, pois a administração se sentiria, contra a própria vontade, amarrada, portanto, e em um dado momento tomaria medidas que não mais satisfariam os requisitos daquele momento particular.

²⁹ Appendices 1927-1928, 1 n° 5, p. 21, e 6, p. 25.

Em seu Memorando Resposta ao Comitê do Relatório Provisório da Câmara dos Deputados para um parecer sobre o decreto, o ministro se referiu, em resposta a certas observações concernentes ao plano, às declarações relacionadas à sua mudança de opinião sobre o assunto no Memorando Resposta à Câmara Alta³⁰.

O ministro Koningsberger experimentou alguns momentos de desconforto durante o amplo debate sobre o orçamento de 1919 para o Suriname; foi impiedosamente exortado pelos porta-vozes dos mais variados segmentos a justificar sua súbita mudança de lado. Mas isto não alterou o fato de que o governo tinha encerrado todas as tentativas de executar uma política geral planejada, e considerava esse plano como algo “inatingível”, ou como algo “além da realização”, como declarou o ministro Koningsberger. O ministro chegara a essa conclusão radicalmente diferente no período de fevereiro a abril de 1928, isto é, na época em que o então recém-designado governador Rutgers chegou à Holanda, vindo das Índias Orientais para o Suriname. O governador Rutgers sentiu que “era uma tentativa inútil elaborar tal plano” e que não era desejável atar o governo e a administração do Suriname. O ministro deve ter ouvido essa opinião, expressa com um sentimento de grande alívio, e se apressou em apropriar-se dela. Desse modo, um plano de desenvolvimento para o Suriname foi riscado da agenda do governo nos anos seguintes³¹.

Em 1938, a redação de um plano desse gênero emergiu novamente para discussão na Câmara dos Deputados. Ijzerman, membro do Parlamento, aderiu tenazmente às opiniões que estivera defendendo na Câmara durante muitos anos, e observou que essa idéia tinha sido

³⁰ Reports Proceedings Lower House, 1928-1929, p. 1320.

³¹ Sobre a opinião do governador Rutgers referente à política planejada, cf. Reports of the Proceedings of the *Koloniale Staten*, 1929-1930, p. 1336. O governador declara em seu Memorando Resposta concernente ao orçamento de 1930 que ele não consegue perceber o que bons planos restritos a “generalidades” podiam fazer.

satirizada, alegando que tal plano podia ter êxito em avançar a política econômica para detalhes menores durante muitos anos, não importando o quanto as circunstâncias podiam mudar nesse meio-tempo.

Deckers e Joeques, membros do Parlamento, pediam ambos uma política planejada, mas Joeques havia mudado de opinião, visto que concordava com Deckers que um plano detalhado não era o que se requeria; mas sim a submissão de “um esquema estabelecendo as possibilidades e as tentativas já feitas com respeito ao desenvolvimento econômico do Suriname”.

Este pretendia impedir que governadores recém-designados com opiniões diferentes introduzissem mudanças na política e assim perdessem de vista as principais linhas gerais da política do governo. Van Lidth de Jeude opôs-se a todos os planos em grande escala, e queria ver uma reconstrução gradual geral.

O ministro Welter tomou posição ao lado daqueles “que não atribuíam grande importância a um plano de desenvolvimento para o Suriname”. Tal plano dependia da situação financeira na Holanda, e era impossível prever qual poderia ser a sua posição orçamentária no prazo de um ano, quanto mais em três ou quatro anos”. Ele era de opinião de que tudo “o que pudesse razoavelmente presumir-se que contribuiria para o desenvolvimento do Suriname estava sendo empreendido ou estudado”. Um plano apenas seria uma pedra no caminho; no que se referia ao Suriname, deveria-se preferir que o governo mantivesse completa liberdade de ação. “Além disso”, continuou o ministro, com uma comunicação um tanto surpreendente, que não estava inteiramente livre de uma certa ingenuidade dissimulada,

Tenho a firme convicção de que fiz algum progresso e que já tenho um plano. Em suma, esse plano acarretava o seguinte: o ministro desejava ‘atrair as pessoas para o Suriname e dar-lhes a oportunidade de levar uma vida modesta naquele país, e estimular tanto quanto possível investimentos no país’. E o ministro concluiu sua intervenção

com as seguintes palavras: ‘Não consigo ver muito bem que outro tipo de plano eu deva ter’.

No restante de seu discurso, ele ainda declarou que o esquema de imigração que desejava promover referia-se à imigração de javaneses, “isto é, de pessoas de uma região dos trópicos para outra área tropical”³².

O “plano” assim comunicado resumidamente à Câmara reflete, de fato, as principais características da política administrativa durante o período Welter-Kielstra. Mas essa política teve importantes implicações socioeconômicas, uma das quais foi a mudança anteriormente mencionada na política de assimilação. Mas o ministro se desvinculava das implicações de seu “plano” com a flexibilidade de um equilibrista experiente. Evitava tanto quanto possível discussões políticas. O “plano” resultava, em resumo, na imigração de javaneses e na extensão da área cultivável para a agricultura por irrigação. Os javaneses deviam ser importados principalmente para o benefício da agricultura em pequena escala, embora as declarações do ministro não lançassem nenhuma luz sobre isto. A fim de fazer que esses imigrantes se sentissem em casa tanto quanto possível em seu novo ambiente, e para ligá-los à terra, evitando seu deslocamento para a cidade, pretendia-se fortalecer os laços da comunidade entre os membros desses grupos e mudar a política oficial a tal ponto que lhes seria permitido preservar, na medida do possível, os seus próprios hábitos e costumes. Com toda probabilidade, objetivava-se restaurar ou preservar os laços *desa* entre eles e transformar o Suriname, em grande medida, em um território de pequenos proprietários javaneses.

Não se pode possivelmente dizer que a política adotada durante o período Welter-Kielstra fosse carente de energia ou de um certo grau

³² Reports Proceedings Lower House, 1938-1939, p. 1368. Sobre as opiniões do ministro Welter, cf. p. 1393.

de otimismo. Contudo, a solução do ministro envolvia simplesmente aproveitar ao máximo a única possibilidade que parecia se apresentar na época, pois a agricultura em pequena escala era florescente e oferecia algumas perspectivas de futuro, de modo que o número de pequenos proprietários foi aumentado, fornecendo assim, ao mesmo tempo, uma solução para o problema da subpopulação.

Mas essa política levantava uma série de questões que só podiam ser solucionadas por um exame sistemático da situação como um todo.

Em primeiro lugar, ela induzia à questão de saber se um aumento do número de pequenos proprietários podia incrementar a renda nacional o suficiente para ajudar o Suriname a sair do impasse econômico em que se encontrava. Em segundo lugar, somos inclinados a indagar onde esses aldeões colocariam seus produtos, se o mercado interno, ao qual a indústria agrícola em pequena escala devia seu surgimento e relativa prosperidade, pois até então – a maioria dos pequenos proprietários desfrutavam apenas de uma renda muito baixa, ficasse saturado. Outra desvantagem desse “plano” era que ele abria poucas perspectivas para a metade da população, a saber, os crioulos. Poucos se beneficiariam da contribuição que um grande grupo de pequenos proprietários javaneses traria para o aumento da demanda de serviços e trabalhos artesanais, mas em vista da produtividade relativamente baixa dos fazendeiros javaneses e de seus modestos recursos, os lucros a serem esperados no que se referia a esse grupo não devia ser superestimado. Definitivamente tem-se a impressão que o problema em relação à população crioula deixava a administração completamente perplexa, e que ela simplesmente se acomodara a essa situação. O que o “plano” resumia, em essência, era que o governo abandonasse todo tipo de desenvolvimento e experiências sistemáticas em grande escala a fim de concentrar toda a sua energia no que podia ser realizado sem grandes sacrifícios no quadro econômico existente, a saber, a expansão da agricultura javanesa em pequena escala.

Finalmente chegou o dia em que o governo resolveu redigir um plano geral de desenvolvimento. Em 1946, o Fundo de Desenvolvimento para o Suriname foi criado. No orçamento suplementar para 1948 uma soma foi alocada para o Fundo de Desenvolvimento com o propósito de estabelecer um departamento de planejamento econômico, a fim de aplicar um plano sistemático para o desenvolvimento do Suriname. Mas essa fase é parte da história do período pós-guerra. Concluo aqui a pesquisa geral do período pós 1863, e, no próximo capítulo, examinarei mais especialmente as mudanças econômicas e sociais que ocorreram após a emancipação.

Capítulo IX

As mudanças econômicas e sociais após a emancipação

Tanto a mudança da situação do Suriname na economia mundial como a abolição da escravidão tiveram repercussões importantes na vida econômica e social do país, como observado no capítulo anterior. O Suriname perdeu gradualmente o caráter de colônia agrícola na qual a agricultura em grande escala constituía a principal atividade, e se desenvolveu numa área com uma diferenciação mais ampla de recursos econômicos. O país manteve, contudo, seu caráter agrário, apesar de a maior parte de suas divisas terem derivado, desde 1935, da mineração. O desenvolvimento do país forçou, todavia, a agricultura em grande escala a ceder o primeiro lugar à agricultura em pequena escala.

A paisagem já não é dominada por grandes fazendas, tendo sido substituídas pelos lotes de arroz dos pequenos proprietários. Ao longo dos rios vêem-se quilômetros e quilômetros de fazendas abandonadas; as ruínas cobertas de ervas daninhas são resquícios de plantações outrora florescentes, embora, algumas vezes, nem tanto tenha restado e todos os sinais da prosperidade de outrora tenham sido varridos pelo crescimento de nova mata. Muitas das antigas fazendas foram subdivididas em pequenos sítios. Apenas algumas plantações permaneceram e ainda contribuem para a renda nacional. Mas essa transformação ocorreu lentamente. No período entre 1863 e 1930, as plantações continuaram a desempenhar papel significativo até bem tarde, tendo deixado de fazê-lo apenas gradualmente. Seu caráter social também mudou consideravelmente nesse período. Após a imigração dos primeiros indianos e indonésios, a população rural era ainda composta de crioulos

além dos imigrantes. Na virada do século, porém, havia apenas um número reduzido de crioulos remanescentes nas fazendas. (Ver adiante).

Entre os anos de 1873 e 1917, o número de imigrantes trazidos para o Suriname foi de 34.024, dos quais 11.623 (34%) voltaram para sua terra natal. Como resultado do crescimento natural, o número dos remanescentes aumentou para 45.764 em 1939¹.

Dos 32.620 javaneses trazidos para o Suriname entre 1891 e 1938, 7.242 (22%) voltaram para o país natal; o número dos que permaneceram chegou a 32.840 em 1939 como resultado do crescimento natural.

O regulamento em vigor com respeito à imigração foi aprovado por decreto em 3 de maio de 1872 (Decreto Governamental nº 8), substituído em 1926 por um Decreto Real de 12 de março (Decreto Governamental nº 43) denominado Decreto da Imigração. A emigração da Índia era dirigida por um funcionário o designado pelo governador do Suriname. Após uma campanha de recrutamento nas províncias, os futuros emigrantes foram reunidos em uma estação ferroviária central em Calcutá, onde foram embarcados para o Suriname. Vinham das Províncias Unidas e de Bihar. Os motivos para emigrarem foram principalmente de natureza econômica, embora fatores sociais tais como conflitos familiares e desilusões amorosas, bem como espírito de aventura, também interviessem. Contudo, houve igualmente casos de recrutadores que se aproveitaram da ignorância de moradores de aldeias. Quase todas as castas estavam representadas entre os emigrantes.

¹ Sobre a imigração, ver: D. W. D. Comins, *Note on Emigration from the East Indies to Surinam or Dutch Guiana*, Calcutta, 1892; *Uittreksel van het Verslag des Heeren J. McNeill en Chimman Lal*, Paramaribo, 1915; H. van Vleuten, *Omtrent den Toestand der Javanen in Suriname* (Landsarchief, Paramaribo, 1908); J. van Vollenhoven, *Rapport over de werving, emigratie en immigratie van arbeiders in de Kolonisatie in Oost-Indië en Suriname*, The Hague, 1913; *De economische en financiële toestand der Kolonie Suriname*, The Hague, 1911; Suriname Studie-Syndicaat, *Rapport der Studie-commissie naar aanleiding van haar bezoek aan Suriname*, Rotterdam, 1920; *Encyclopaedie van Nederlandsch West-Indië*, artigo intitulado *Immigratie*, Haia, 1917; *Verslagen van Bestuur en Staat van Suriname* from 1873 on, chapter entitled *Immigratie*.

Embora a vida agrícola no Suriname tenha diminuído muito o rigor do sistema de castas, ainda assim ele continuou a exercer alguma influência até os dias de hoje, especialmente no estabelecimento de relações de afinidade. Em muitos casos, o fato de emigrantes terem viajado no mesmo navio provocou o desenvolvimento de um elo social especial entre eles, que foi preservado no Suriname.

Desde 1872, o funcionário incumbido da imigração era o *Agent Generaal*, ou chefe do Departamento de Imigração. Essa função existiu até 1932, quando o Departamento de Imigração foi abolido e o secretário do governo, como chefe da administração, foi incumbido de cuidar dos interesses dos imigrantes.

Na chegada ao Suriname, os imigrantes eram acomodados no chamado Depósito Cule, de onde eram levados para as fazendas. Os imigrantes eram, tecnicamente falando, contratados pelos administradores de fazendas, embora, como trabalhadores contratados, tivessem entrado em acordo com a administração do Suriname. Esse acordo era válido por um período de cinco anos, depois do qual podia ser prorrogado por um ano de cada vez, até no máximo dez anos. Os trabalhadores contratados tinham direito a alojamento gratuito, água e tratamento médico, cujos custos cabiam a seus empregadores. A natureza e extensão dessas facilidades eram determinadas pelo governo. O trabalhador contratado era obrigado a trabalhar oito horas por dia no campo ou dez horas por dia em outro lugar (principalmente manufaturas) por um salário de 80 centavos por dia para homens, e 60 centavos para mulheres. Era pago por hora ou por trabalho empreitado, sendo-lhe garantida uma renda mínima. Ele também recebia mil metros quadrados de terra drenada para o cultivo de arroz ou de hortaliças, para uso próprio. Domingos e dias de festa cristãos e não-cristãos eram feriados.

O contrato entre a administração e o imigrante era sujeito a uma “sanção penal”. No Suriname isso fazia parte do código penal geral e protegia os empregados contra a quebra de contrato. O próprio

empregador também estava submetido a esse código, embora com a diferença de que os imigrantes estavam sujeitos a sentença de prisão, bem como a multa. A sanção penal permaneceu em vigor até o fim de 1947, quando foi totalmente abolida (Decreto Gov. nº 140).

A imigração de Java era organizada segundo as mesmas linhas que a da Índia. No início, os trabalhadores javaneses contratados eram recrutados em Java pelo *Nederlandsche Handelmaatschppij*, e posteriormente, após uma fase intermediária em que o *Boesman's Emigratiekantoor* era responsável por ela, pelo *Algemeen Deli Emigratiekantoor (Adek)*.

Os javaneses dispunham-se a emigrar pelos mesmos motivos que os indianos, a saber, dificuldades econômicas ou sociais com colegas *desa* ou habitantes *kampung*, além do espírito de aventura. Entre eles, também havia algumas vítimas de práticas desonestas por parte de recrutadores profissionais.

Especialmente no início, a emigração tanto de indianos quanto de javaneses deu origem a muitos problemas, resultantes de métodos equivocados de seleção dos futuros trabalhadores por contrato, saúde precária e do fato de muitos não terem experiência de trabalho agrícola. A qualidade dos emigrantes, todavia, melhorou gradativamente.

Os imigrantes viviam nas fazendas em condições sociais que não devem ser superestimadas. Os alojamentos e instalações sanitárias eram ruins, e as possibilidades de lazer inadequadas. A proporção entre os sexos constituiu outro sério problema, pois havia uma grande diferença entre o número de homens e mulheres importados para o Suriname. Isso deu origem a privação sexual, prostituição e conflitos sociais nas fazendas. A situação melhorou aos poucos apenas pelo fato de que a maior parte dos que retornaram à Índia ou para Java eram homens. Mesmo assim, a proporção entre os sexos nas fazendas permaneceu numericamente desequilibrada. Em 1939, ainda havia 827 mulheres para cada 1 mil homens entre os indianos, e 681 mulheres para cada 1 mil homens entre os javaneses.

Os salários ganhos pelos imigrantes só podem ser considerados como mínimos, embora a situação no Suriname fosse relativamente melhor do que em outros lugares. Todavia, os imigrantes indianos, em particular, conseguiram poupar dinheiro suficiente para constituir uma base para seu progresso econômico.

A adaptação às condições nas fazendas não deixava de ser acompanhada por tensões em ambos os grupos. Conflitos que surgiam muitas vezes sobre salários eram agravados pela falta de conhecimento da língua e da cultura dos imigrantes por parte da administração das fazendas. Conseqüentemente, os intérpretes designados pelo governo entre os imigrantes passaram a desempenhar um papel importante. Mas, por esse mesmo motivo, as relações entre governo, administração da fazenda e trabalhadores contratados dependiam essencialmente do nível intelectual e moral dessas pessoas.

Os javaneses pareciam ser mais passivos no processo de adaptação, mas, no caso dos indianos, freqüentemente surgiram sérios conflitos, especialmente no período de 1874 a 1910, que chegaram a resultar em intervenção militar e derramamento de sangue. Em alguns períodos, a administração européia ou crioula da fazenda sentiu as tensões entre os imigrantes como uma grave ameaça pessoal.

Apesar das limitações e falhas, o esquema de imigração indiana e javanesa, em geral, obteve êxito. Permitiu às fazendas continuar num período em que a agricultura em grande escala ainda representava um dos setores mais produtivos da economia do Suriname. Além disso, das fileiras de imigrantes vieram as pessoas que permitiram que um novo e importante setor econômico – a agricultura em pequena escala – prosperasse como resultado de sua permanente colonização da terra fora das fazendas nas áreas rurais. Os indianos mostraram o caminho, mas foram seguidos pelos javaneses, embora num grau menor, no período anterior a 1940.

Em 1939, 10.762 dos 32.840 indonésios (32,8%) ainda estavam trabalhando nas fazendas; enquanto dos 45.678 indianos apenas 1.792 (3,9%) estavam empregados na agricultura em grande escala.

A mudança de indianos e indonésios das fazendas para se estabelecerem como fazendeiros independentes, seguida por um fluxo constantemente crescente para a cidade foi igualmente um fator importante que contribuiu para a assimilação desses imigrantes estrangeiros como cidadãos surinameses. Os imigrantes viviam em pequenos grupos isolados nas fazendas; conseqüentemente, ao desertarem das plantações, simultaneamente romperam um certo isolamento.

Apesar do fato de os indianos e javaneses terem conseguido se sentir cada vez mais à vontade no Suriname, eles não assimilaram inteiramente as formas culturais ali encontradas. Tinham preservado muito de seu idioma, religião, hábitos e costumes. Mesmo aqueles que alcançaram uma posição na classe média e adotaram um número maior de comportamentos culturais ocidentais preservaram certos elementos essenciais da própria cultura. Prova disso é o fato de que, em 1945, apenas 2.769 dos 55.976 indianos (isto é, aproximadamente 5%) e 682 dos 34.272 indonésios (cerca de 2%) tinham se convertido ao cristianismo. Além disso, muitas famílias indianas e indonésias ainda falavam predominantemente sua língua nativa.

A adoção de elementos culturais ocidentais aconteceu por intermédio da educação primária em holandês, que foi um dos meios mais importantes para a integração dos imigrantes à sociedade do Suriname. O processo, contudo, foi gradual. Em 1913, apenas 10% das crianças na escola eram indianas (735 crianças na escola para uma população indiana total de 21.435). Em 1938, quase todas as crianças indianas em idade escolar recebiam educação primária. Mas apenas 11% delas recebiam alguma forma de educação secundária; isso pode explicar o tamanho limitado da classe média indiana no fim do período

anterior a 1940. Mas, no caso dos indonésios, a situação educacional era ainda altamente desfavorável em 1938 (de uma população indonésia de 32.123 pessoas, apenas 2.065 crianças recebiam educação primária).

Do ponto de vista social e cultural, também, os indianos e indonésios permaneceram passivos por um longo tempo. Houve uma leve mudança por volta de 1910, quando a *Surinaamsche Immigranten Vereeniging* (Associação de Migração do Suriname) foi fundada, com o objetivo de cuidar dos interesses dos indianos. Em 1924, essa associação mudou seu nome para *Bharat Oeday* (Hindustão Emergente) porque queria retirar o atributo “imigrante” de seu nome. Em 1924, diversos intelectuais indianos também fundaram a sociedade *Nawa Yuga Oeday* (Começando uma Nova Era), que tinha por objetivo cuidar dos interesses dos indianos e fomentar as relações com os demais grupos étnicos. A fundação, em 1929, de duas grandes associações religiosas – a *Senatan Dharam*, que representava os mais ortodoxos, e a *Arya Dewaker*, que representava a tendência mais liberal – é um sinal inegável do desenvolvimento de uma vida cultural mais ativa.

No mesmo período, a fundação de duas associações muçulmanas, a *Surinaamsche Islamietische Vereeniging* (1929) e a *Khalifat Anjuman* (1931) também foi efetivada. O objetivo dessas associações era promover ativamente a religião.

Não há sinal de qualquer participação política dos indianos ou dos javaneses antes de 1940; das 1.972 pessoas registradas para a participação em eleições de membros do *Staten*, apenas 142 eram indianos e 41 indonésios. Esses pequenos grupos tampouco fizeram qualquer esforço para se organizar politicamente. Mesmo assim, os indianos e uma grande proporção dos javaneses já haviam manifestado o desejo de se estabelecerem permanentemente como cidadãos surinameses desde a Segunda Guerra Mundial.

A agricultura em pequena escala é caracterizada pelo fato de o fazendeiro com sua família estar pessoalmente envolvido na plantação

de uma pequena área de terra, algumas vezes ajudado por trabalhadores eventuais contratados. Essa definição ampla pode, contudo, englobar vários tipos de fazenda bem divergentes. No caso do Suriname, também, quaisquer conclusões com base na avaliação da agricultura em pequena escala como um todo uniforme, sem considerar as diferenças ligadas ao tipo de grupo social que está engajado no ramo da agricultura em questão ou da região em que ela ocorre, seriam necessariamente falsas.

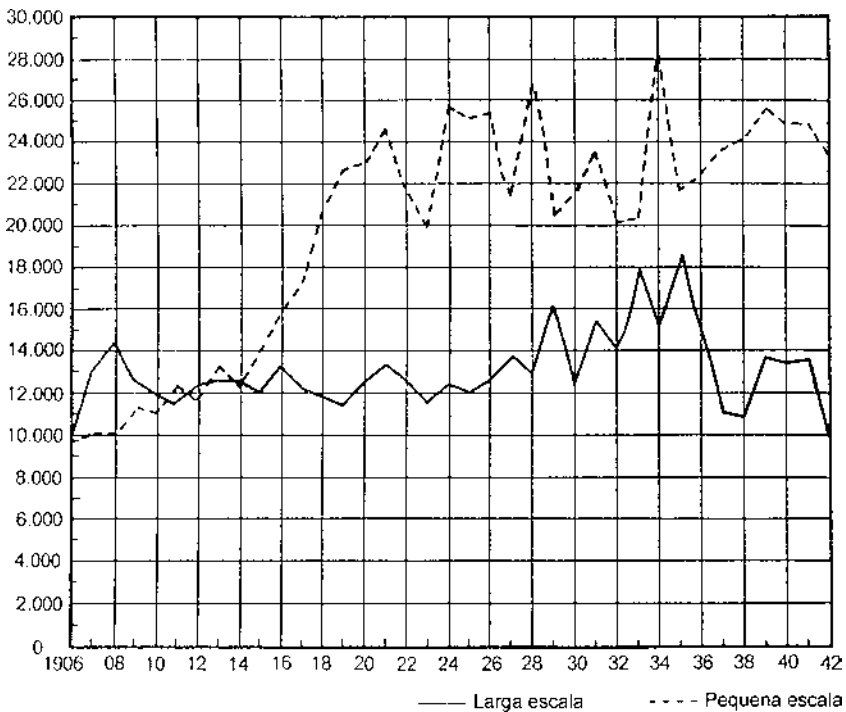


Gráfico que mostra o número de hectares cultivados em grande escala e agricultura em pequena escala no período de 1906-1942.

A agricultura em pequena escala passou por várias fases de desenvolvimento. A primeira foi marcada pela agricultura de subsistência. Durante essa fase, o fazendeiro frequentemente complementava sua renda fazendo trabalho extra em alguma plantação, vendendo os produtos do trabalho familiar ou de outras atividades eventuais. Na segunda fase de seu desenvolvimento, a agricultura em pequena escala concentrou-se na produção para o mercado doméstico. Na terceira, começou a procurar oportunidades para exportar. Algumas fazendas, especialmente as localizadas no distrito de Nickerie, começaram a se desenvolver num tipo de propriedade rural de tamanho médio.

No período subsequente à emancipação, esse desenvolvimento tornou-se visível no caso de muitos pequenos proprietários. Mas a agricultura em pequena escala, como um todo, não se desenvolveu seguindo esquema regular algum. A divisão acima em fases foi feita especialmente com o propósito de representar para nós mesmos os tipos de fazenda que de fato se desenvolveram em muitos lugares na ordem esboçada anteriormente.

Basta, para uma avaliação histórica do desenvolvimento da agricultura em pequena escala no Suriname após 1963, fazer uma divisão em dois grandes períodos. O primeiro foi marcado pelo fato dos pequenos proprietários serem na maioria crioulos que se especializaram num tipo especial de arboricultura, o cultivo do cacau. Esse período terminou por volta de 1895. O período seguinte foi caracterizado por números cada vez maiores de asiáticos que se estabeleceram como pequenos proprietários e se especializaram principalmente em rizicultura; esse é o período em que ainda nos encontramos².

² Sobre a história da agricultura em pequena escala no Suriname, ver W. L. Loth, *Appendices of the Colonial Reports for 1905 and 1906*; e, especialmente, S. Beck, *Lezingen over Surinaamsche Problemen*, Paramaribo, 1924, E. Snellen, *De Aanvoer van Arbeiders voor de Landbouw in Suriname*, Wageningen, 1933.

A agricultura em pequena escala, dos canteiros de hortaliças nas fazendas, praticada pelos crioulos desenvolveu-se como um tipo de cultivo, antes da abolição da escravidão. Pessoas emancipadas familiarizadas com esse tipo de agricultura se estabeleceram nas vizinhanças de Paramaribo e ali formaram hortas para o cultivo de produtos alimentícios. Pelo decreto de 31 de março de 1842 (G.B. nº 9), o governador De Kanter criou a oportunidade de alocar gratuitamente terrenos nos arredores da cidade para escravos emancipados. Também ofereceu recompensas de 100 a 400 florins para os que obtivessem os melhores resultados. Recompensas eram do mesmo modo oferecidas para encorajar a criação de gado. O decreto promulgado em 13 de julho de 1846 (G.B. nº 8), continha um regulamento orientando a alocação de terrenos por todo o país; daí em diante, foi definido o pagamento de um aluguel anual de 10 florins por hectare. Mas, em 1855, (G.B. nº 19) estipulou-se que a isenção do pagamento de parte ou do todo podia ser garantida por um ou mais anos.

A agricultura crioula na vizinhança de Paramaribo nunca teve grande importância. A. Heemskerck, que viajou para o Suriname em 1878, faz o seguinte relato sobre o grande número de negros que estabeleceram “pequenas propriedades dentro ou fora das margens” após a emancipação.

A horticultura de gêneros alimentícios mais comuns praticada provê apenas o suficiente para o próprio consumo; além disso, eles tentam ocasionalmente ganhar dinheiro extra trabalhando como estivadores ou como remadores nos barcos que fazem o percurso para as plantações; mas infelizmente, com o declínio do comércio e da agricultura, as oportunidades oferecidas pelo comércio aos carregadores também diminuíram. Gêneros alimentícios além de bananas ou cassavas nativas, ou do bacalhau importado da América do Norte, são raramente vistos nas mesas dos pequenos proprietários em Paramaribo; quando essas mercadorias escasseiam, ficam mais

ou menos na mesma posição da Irlanda durante a doença da batata. Então passam fome e são incapazes ou não têm disposição para encontrar trabalho regular³.

Pequenos proprietários crioulos que se estabeleceram perto e no entorno de Paramaribo nunca fizeram qualquer esforço sério para cultivar produtos para os habitantes da cidade. Cultivavam seus canteiros de hortaliças principalmente para a própria subsistência e procuravam nos arredores trabalho esporádico que permitisse ganhar algum dinheiro extra para satisfazer suas modestas necessidades. Mas parece que produziam pequenas quantidades de arroz para venda⁴.

Como se pode observar, o abastecimento da cidade era responsabilidade das fazendas desde muito antes da emancipação. Havia também uma quantidade de pequenas propriedades na vizinhança da cidade que se especializaram nisso em particular. Ainda que os escravos emancipados que se estabeleceram em terrenos perto da cidade tivessem sentido alguma inclinação para entrar nesse mercado – que já se encontrava abundantemente suprido – como concorrentes, a competição teria sido excepcionalmente dura para eles, desacostumados como estavam de atuar como proprietários agrícolas independentes. Eles provavelmente retiravam o dinheiro necessário para prover suas necessidades anuais de roupas, ferramentas, peixe salgado, tabaco e bebida dos ganhos esporádicos do trabalho eventual.

Mas mesmo quando, após 1873, as plantações deixaram de produzir gêneros alimentícios para a cidade porque toda a mão-de-obra disponível era usada no trabalho agrícola e no cultivo dos produtos essenciais, os pequenos proprietários crioulos deixaram escapar esta oportunidade que lhes estava então sendo oferecida. Foram alguns

³ A. Heemskerck, *Reisindruckken uit West Indië*, Amsterdam, 1878, p. 9.

⁴ J. Boonacker, *De cultuur van rijst in Suriname en haar toekomst, Vergadering Indisch Genootschap*, 2nd December, 1932, Haia, 1933, p. 44.

fazendeiros holandeses que aproveitaram essa ocasião para se tornarem provedores da cidade. Estes fazendeiros vieram de Voorzorg e Groningen, colônias no rio Saramacca, onde uma colônia agrícola de imigrantes holandeses havia se estabelecido depois de 1845. Esse esquema de colonização terminou em fracasso completo em consequência da falta de organização. Entre 1849 e 1853, muitos membros desse grupo se estabeleceram como fazendeiros na vizinhança de Paramaribo. Seu exemplo foi gradualmente seguido pelos outros. Os descendentes dos que participaram desse esquema de migração atualmente ainda residem em Paramaribo.

Em 1873, um período excepcionalmente favorável começou para os *Boers*, como esse grupo era chamado, sendo Paramaribo quase inteiramente dependente das hortaliças e do leite com que eles abasteciam o mercado. Esse período de rápido crescimento durou cerca de 25 anos. O ano de 1895 marcou o fim do monopólio dos fazendeiros holandeses no mercado de alimentos. A partir daquele ano, a emergência de uma classe de pequenos proprietários indianos, cujos membros também se estabeleceram nos arredores da cidade depois do término de seus contratos, fez sentir sua influência. Os indianos tornaram-se concorrentes a serem enfrentados pelos *Boers*, pois estavam acostumados a um padrão de vida mais baixo e, por isso, eram capazes de oferecer seus produtos por menores preços. Já em 1908, ficou claro que a prosperidade desses *Boers* estava fadada a terminar; desde aquele ano, eles viveram em circunstâncias muito difíceis, e gradualmente abandonaram a agricultura para se especializarem na criação de gado. Mas, também como pecuaristas, enfrentaram forte competição dos indianos. Apenas nas duas últimas décadas esse grupo experimentou tempos melhores⁵.

⁵ E. F. Verkade-Cartier van Dissel, *De Mogelijkheden van Landbouw-Kolonisatie voor Blanken in Suriname*, Amsterdam, 1937, p. 92 ff.

Os canteiros de hortaliças dos crioulos na vizinhança da cidade desapareceram totalmente após a Segunda Guerra Mundial. A geração mais jovem sentia-se pouco inclinada a continuar como fazendeiros desses terrenos, e, além do mais, os crioulos eram capazes de obter produtos vegetais mais baratos no mercado suprido pelos pequenos proprietários asiáticos. O fazendeiro crioulo nunca desempenhou papel importante no abastecimento diário da cidade, exceto aqueles de Coronie, que forneciam óleo de coco para as classes baixas, que o usavam para cozinhar.

Após o período da Supervisão Estatal, quando grandes quantidades de escravos emancipados se mudaram das fazendas para praticar a agricultura em pequena escala, uma pequena indústria agrícola crioula de certa importância desenvolveu-se nos distritos. Ao se estabelecerem como pequenos proprietários, três possibilidades se ofereciam à pessoa emancipada: ela podia se estabelecer num lote de terra virgem, numa fazenda de propriedade particular ou numa colônia do governo.

As pessoas emancipadas podiam obter terra desocupada de acordo com as cláusulas do decreto promulgado em 1º de agosto de 1863 (G. B. nº 23), para a alocação de terras para migrantes europeus, imigrantes asiáticos cujos contratos tinham expirado, e as pessoas emancipadas que tinham sido libertadas da Supervisão Estatal. Podiam obter terra para fins agrícolas isenta de aluguel por um período de até seis anos: se, após dois anos, mostrassem ser fazendeiros capazes, podiam tornar-se proprietárias da terra sem nenhum custo e sem ter de pagar os ônus da transferência. Com base nesse decreto foi também possível para os pequenos proprietários levantar empréstimos modestos.

O estabelecimento das pessoas emancipadas era, em alguns casos, encorajado por administradores que, desse modo, esperavam dispor de mão-de-obra extra durante a época de colheita. Portanto, alugavam uma quantidade de hectares de terra das próprias fazendas para pessoas emancipadas. Havia também um grupo de proprietários que

subdividiam suas fazendas em pequenas propriedades com o único propósito de auferir vantagens com o aluguel.

O primeiro exemplo de uma colônia do governo foi Totness em Coronie, para a qual o governo local havia reservado terras antes da emancipação.

No distrito de Coronie, diversas fazendas de algodão foram abandonadas por proprietários britânicos que já não conseguiam vender no mercado londrino seus produtos, que anteriormente dependiam da mão-de-obra escrava. Eles haviam concedido liberdade a seus escravos ao abandonar essas plantações, de modo que havia uma quantidade de trabalhadores livres que precisavam de terra naquele distrito.

Em 1861 e 1862, muitas pessoas livres preencheram requisições com o bailio de Coronie para lotes de terra na antiga plantação Totness. Por resolução do governo de 1º de setembro de 1862, essa fazenda foi subdividida em uma quantidade de lotes que podiam ser alugados por 10 florins por hectare ao ano.

Quando o período de Supervisão Estatal terminou, o governo local procedeu à abertura de duas novas colônias agrícolas. Em 1877, uma área de terra da Coroa próxima ao Forte Nieuw Amsterdam e, em 1878, a colônia Domburg, no rio Suriname, que o governo tinha comprado especialmente com esse propósito em 1873, foram separadas como colônias do governo.

Abrindo essas colônias, o governo local tentou evitar que os pequenos proprietários se espalhassem por grandes áreas, que supostamente tornavam a supervisão difícil. Seu objetivo, induzindo-os a viver nessas colônias era, além disso, mantê-los na vizinhança das plantações, que eram dependentes deles para mão-de-obra eventual na época de colheita.

As terras das colônias agrícolas do governo só podiam ser alugadas, não adquiridas. O governo era responsável pela manutenção das estradas e do sistema de drenagem, nos quais gastava grandes quantias de

dinheiro. Essas tarefas eram da responsabilidade de um superintendente do governo.

Especialmente após 1895, quando imigrantes asiáticos começaram a se estabelecer como pequenos proprietários, o número de colônias agrícolas do governo aumentou rapidamente. Em 1937, trinta e três áreas de terra foram separadas para o uso de colônias agrícolas do governo por Ordem do Governador (G. B. nº 109). Ouviram-se queixas no sentido de que, na escolha dos locais adequados para as colônias, dava-se pouca atenção ao fato de estarem na vizinhança de fazendas de grande porte, de modo que não se cumpria um dos objetivos originais, que era tornar a mão-de-obra disponível para as plantações. Numa fase posterior do desenvolvimento das colônias agrícolas do governo, a promoção da agricultura em pequena escala tornou-se, contudo, o objetivo principal, de modo que o objetivo original desapareceu completamente.

Novas regulamentações para a alocação de lotes para agricultura, tanto nas colônias agrícolas do governo quanto fora delas, foram introduzidas em 1916 (G.B. nº 24). Conseqüentemente, era possível obter lotes isentos de aluguel por um período de seis anos, após o qual era cobrado um aluguel anual de 6 a 10 florins por hectare nas colônias do governo e de 0,50 florins por $\frac{1}{4}$ de hectare ou parte disso, fora das colônias do governo. Pequenos proprietários fora das colônias do governo podiam receber gratuitamente um título de propriedade para lotes com uma área de até 10 hectares, após dois anos, caso se mostrassem capazes de cultivar apropriadamente a terra. Além disso, a administração disponibilizou empréstimos para os pequenos proprietários⁶.

Entre os crioulos, podia-se observar, após a emancipação, uma tendência a se estabelecerem fora das colônias do governo, onde eram obrigados a viver em grupos. Eles começaram a manifestar um anseio

⁶ Cf. p. 234.

de individualismo que conduziu ao isolamento em lotes esparsos. Os crioulos, em geral, tampouco se sentiram atraídos pelas colônias do governo, ao contrário dos imigrantes javaneses e, em menor grau, dos indianos. Em 1910, 21% dos pequenos proprietários crioulos viviam nessas colônias, em comparação com 39% dos imigrantes; em 1940, essas porcentagens eram de 26% e 45% respectivamente. Portanto, parece ter havido uma tendência maior entre os crioulos de se mudarem para essas colônias em anos mais recentes, embora a grande maioria se mantivesse longe desses centros artificialmente criados.

À parte essas colônias havia, igualmente, outras concentrações de pequenos proprietários crioulos nos distritos de Coronie, Suriname e Pará. Essas, contudo, não foram criadas artificialmente, mas se desenvolveram espontaneamente das relações que haviam surgido nesses distritos muito antes da emancipação.

A agricultura em pequena escala no Suriname apresenta algumas diferenças locais características ligadas à história social dos habitantes dos diferentes distritos. No período anterior a 1895, três tipos locais de agricultura em pequena escala podem ser distinguidos; a praticada ao longo do rio Saramacca e alguns outros rios grandes; a do distrito de Coronie, e a dos distritos do Suriname Superior e do Pará⁷. O tipo de agricultura praticado ao longo dos rios Saramacca, Suriname Inferior, Commewijne, Cottica e Nickerie é o mais importante e o mais característico do período até 1895. Depois de 1895, logo declinou, e um grande número de crioulos abandonou seus lotes nesses distritos, ou dispôs deles em prol dos indianos. O tipo de agricultura em pequena escala em Coronie e nos distritos do Suriname Superior e Pará manteve até hoje o mesmo padrão – quase sem mudanças – como nos anos imediatamente posteriores à emancipação.

⁷ S. Beck, *op. cit.* II, p. 9 e segs.

Os pequenos proprietários que se estabeleceram em lotes agrícolas ao longo dos rios acima-mencionados vinham das fazendas localizadas nesses distritos. Especializaram-se principalmente no cultivo do cacau. O cacau é um dos mais antigos produtos de exportação do Suriname. Por volta de 1850, na época em que as exportações de açúcar depararam com dificuldades cada vez maiores, foi criado um mercado favorável para o cacau, especialmente como resultado da demanda da América do Norte. Um grande número de fazendas, por conseguinte, começou a cultivá-lo em larga escala. Conseqüentemente, os escravos emancipados estavam familiarizados com esse tipo de cultivo, além de sua produção não requerer grandes investimentos. Após o período da Supervisão Estatal, essas pessoas emancipadas, que se estabeleceram em pequenos lotes ao longo dos rios, conseguiram produzir um produto que era fácil de cultivar e para o qual havia um bom mercado.

Esses ex-escravos tiveram o cuidado de escolher lotes a grandes distâncias uns dos outros⁸. O medo dos colegas, e, especialmente, das pessoas que anteriormente pertenciam forças escravas diferentes era provavelmente o principal motivo para essa tendência de evitar seus pares. Essa falta de solidariedade tornava o trabalho de preparar os lotes para o cultivo especialmente difícil, e foi uma das razões pelas quais a irrigação em particular, que poderia ter sido melhorada pela cooperação mútua, permaneceu inadequada.

A pequena agricultura ao longo dos grandes rios desenvolveu-se de modo favorável. Algumas fazendas se expandiram e até se aproximaram do tamanho de empresas de porte médio. Estas se desenvolveram pela iniciativa pessoal e pelo empenho dos ex-escravos. Em 1917, S. Gonggrijp, uma eminente autoridade que tinha experiência de 35 anos como colono no Suriname na época e que foi

⁸ Relatórios de ex-plantadores no Suriname, especialmente Th. Waller.

testemunha ocular da ascensão da pequena agricultura crioula, escreveu em relação ao surto de que esta desfrutou:

A linha quase ininterrupta de pequenos lotes de cacau ao longo das ribanceiras dos rios Saramacca e Nickerie era uma prova tangível do fato de que seus proprietários, naquela época, os crioulos, estavam prosperando; esses terrenos desenvolveram-se inteiramente por meio da iniciativa pessoal e do esforço da população crioula, *sem nenhuma assistência do governo*⁹.

Existem dados sobre a indústria cacaueteira, com a especificação das quantidades produzidas por empresas de grande escala e de pequena escala, respectivamente, apenas a partir de 1893. Considerando a importância da produção de cacau por ambas para a economia do Suriname durante anos de surto, por exemplo, os anos de 1893 a 1895, emerge o seguinte quadro:

Ano	Agricultura de pequena escala: Cacau rendimento em kg.	Agricultura de larga escala: cacau rendimento em kg.	Rendimento total do cacau em kg.	Valor das exportações em florins holandeses	Porcentagem das exportações totais
1893	701.000	2.788.000	3.489.000	2.448.600	44,8
1894	603.500	2.645.600	3.249.100	1.884.490	37,2
1895	1.290.200	3.166.100	4.456.300	2.272.732	44,9

Calculando a contribuição da agricultura crioula de pequena escala para a exportação total com a produção de cacau durante esses anos, por meio da proporção entre os rendimentos da agricultura de grande escala e de pequena escala, respectivamente, constata-se que esta chegou a aproximadamente 9% em 1893, por volta de 7% em 1894 e cerca de 13% em 1895. O ano de 1895 foi um ano recorde para as exportações

⁹ S. Gonggrijp, *Lezing voor de Vereeniging voor den Grooten Landbouw*, Paramaribo, 1917, p. 4.

de cacau, embora tenha havido um bom número de outros anos favoráveis. Entre 1890 e 1905, a agricultura em pequena escala realizada por crioulos deu, portanto, uma importante contribuição para a exportação total. Mas depois dessa época a agricultura em pequena escala nunca mais voltou a dar uma contribuição tão importante às exportações¹⁰. Em 1895, os pés de cacau apresentaram sérios sintomas da doença da vassoura-de-bruxa, que, acompanhados pelo dessecamento das árvores e pelas devastações provocadas por um pequeno inseto chamado tripse, causou a falência da indústria cacauceira. Os pequenos proprietários, especialmente, sofreram pesadas perdas por causa da vassoura-de-bruxa, de modo que muitos perderam toda fé no futuro. Além de não conseguirem encontrar um produto que pudesse substituir o cacau, eram de tal forma conservadores que não conseguiam acompanhar de maneira apropriada as instruções de combate à praga da vassoura-de-bruxa, e tinham dificuldade em se adaptar ao cultivo de uma cultura diferente. Gradualmente abandonaram as terras e se mudaram para a cidade a fim de tentar a sorte nas indústrias de balata e de ouro do interior.

Os colonos, que dispunham de maior conhecimento da agricultura, estavam mais capacitados para agüentar o choque causado pelo aparecimento das pragas, que combateram com a assistência do centro de pesquisa agrícola¹¹. Como resultado, porém, de uma série de contratemplos, particularmente a queda nos preços de mercado do cacau, tanto os fazendeiros de pequena como os de grande escala perderam todo o interesse pelo produto. Durante o ano de 1928, o cacau foi substituído em quase todo o país pelo café liberiano.

A agricultura crioula de pequena escala em Coronie apresentou um quadro totalmente diferente. Esse era o distrito mais isolado do

¹⁰ Cf. *Enc. W. I.*, p. 187. Aos rendimentos totais devem ser acrescidos os 50.000 kg por ano que eram consumidos localmente.

¹¹ Van Traa, *op. cit.*, p. 61 e segs.

Suriname, pois não era ligado por estradas ou rios a outras partes do país, e só podia ser abordado por mar. Os escravos de Coronie tinham pouco contato com o povo da cidade e levavam uma vida mais ou menos isolada. Apenas os que trabalhavam como marinheiros nas pequenas embarcações chamadas cúteres que navegavam para Paramaribo ou Nickerie, estavam familiarizados com a vida na cidade.

Em 1863, havia em Coronie uma grande fazenda de açúcar, nove fazendas de algodão e uma série de pequenas fazendas que cultivavam safras de alimentos para as fazendas de açúcar e algodão. Os colonos desse distrito não estavam progredindo muito após a emancipação, de modo que não conseguiam pagar seus empregados. Esses trabalhadores obtiveram na justiça o direito de receber os salários atrasados e, assim, puderam finalmente comprar terras em termos razoáveis. Ex-escravos tornaram-se, então, os donos da terra onde um dia haviam trabalhado como escravos. Contudo, não possuíam essa terra comunitariamente, mas a subdividiram em lotes individuais. Os ex-escravos desistiram de cultivar açúcar e algodão e substituíram esses produtos pelo cultivo do coco – até hoje a indústria mais importante do distrito de Coronie. Graças a ela, esse distrito desfrutou de uma economia estável e de relativa prosperidade.

Moradores de Coronie também começaram a cultivar o cacau, que nunca adquiriu importância especial para o distrito. Após a praga da vassoura-de-bruxa e da queda dos preços de mercado, também terminaram perdendo o interesse pelo cultivo do coco. Especializaram-se no cultivo de arroz a partir de 1920, e em 1931, por exemplo, esse distrito colheu 1.029.000 kg de arroz e 1.297.000 kg em 1938.

Os fazendeiros de Coronie cultivam seus próprios gêneros alimentícios¹². Têm outros meios de subsistência além da agricultura. Eles próprios extraem e comercializam o óleo de coco, usando o refugio

¹² Beck, *op. cit.* II, p. 17.

da produção de óleo como forragem para os porcos, de modo que uma extensa indústria de criação de suínos se expandiu na região. Os habitantes também praticam a pesca marítima. Além disso, criam gado para abastecer o distrito com carne e laticínios. O tipo de agricultura em pequena escala praticada em Coronie pode ser considerada bem-sucedida, pois fornece aos fazendeiros um padrão de vida razoável. Coronie produz uma grande porcentagem do óleo de cozinha para o mercado local. Mas, se tivéssemos que aplicar critérios econômicos modernos para avaliar a agricultura de pequeno porte em Coronie, esta não mais apareceria de forma tão favorável. Um método mais eficiente de extração permitiria obter maior quantidade de óleo, e levaria a crescente indústria de coco a ter considerável expansão. Mas os fazendeiros de Coronie estavam indo bem e não viam necessidade de aumentar a produção. Uniram os métodos tradicionais com o conservadorismo que é típico dos fazendeiros que vivem isolados.

Ao contrário dos distritos onde a agricultura de pequeno porte é praticada nas fazendas de cacau, encontramos algum tipo de coesão social em Coronie. Isto é estimulado pela situação da área ocupada – ao longo de uma estrada de 32 km que corre paralelamente à costa.

A coesão social é até mais forte entre os habitantes dos distritos do Pará e Suriname Superior. Os escravos das fazendas madeireiras sempre mantiveram um lugar especial entre a população escrava do Suriname, e seus descendentes mantiveram a identidade própria. Nos distritos do Pará e Suriname Superior, como em Coronie, os ex-escravos tornaram-se proprietários das fazendas. Estabeleceram nas aldeias dessas fazendas. Não subdividiram a terra como em Coronie, mas mantiveram-na como propriedade comunitária, sendo distribuída a cada proprietário tanta terra quanto ele julgasse necessária.

A agricultura em pequena escala no Pará e no Suriname Superior nunca se desenvolveu além do estágio em que se encontrava durante o período da escravidão. Pequenos lotes eram cultivados principalmente

para fornecer gêneros alimentícios em quantidade suficiente e prover as necessidades dos fazendeiros. A principal atividade dos residentes desses distritos era a indústria madeireira. Quando esta se tornou menos lucrativa, os habitantes do Pará também começaram a se mudar para a cidade a fim de procurar meios de subsistência nas indústrias de ouro e balata do interior.

No período posterior a 1895, houve poucas mudanças na situação de Coronie e dos distritos do Pará e Suriname Superior. Mas, em consequência do declínio posterior da indústria do cacau e da retirada de Saramacca e de outros distritos com grandes contingentes de fazendeiros crioulos e sua subsequente substituição por imigrantes indianos, o aspecto da agricultura em pequena escala mudou completamente nesses distritos. Apesar disso, muitos crioulos continuaram como fazendeiros, apegados à indústria cacauceira. Combateram com ineficácia as doenças do cacau e dirigiram suas fazendas com pouca eficiência. Ganhavam a vida cultivando principalmente tubérculos, bananas e culturas similares e viviam em circunstâncias precárias, negligenciando as terras. Por volta de 1908, houve uma reversão da tendência dos crioulos de abandonarem a terra, ocorrendo um aumento real do número de pequenos proprietários crioulos após aquele ano. Todavia, seu número decresceu novamente após 1922. Mas a crise na silvicultura que se fez sentir em 1932, levou os crioulos de volta à terra em número elevado; em 1933, a população crioula empregada na agricultura de pequeno porte aumentou de 13.869 para 17.564; por volta de 1940, esse número tinha aumentado para 26.325¹³. Os crioulos acompanharam os passos dos indianos e dos javaneses, e começaram a voltar sua atenção para o cultivo do arroz, enquanto o cultivo da laranja também lhes oferecia novas oportunidades.

¹³ Cf. Graph p. 234.

Foram também feitas tentativas para atrair os crioulos de volta à terra. Em 1934, o comitê agrícola “Creola”, instalado por diversos crioulos importantes, fundou, com a ajuda do governo, uma colônia agrícola na fazenda Uitkijk, abandonada no Saramacca, onde um grupo de crioulos praticava agricultura em pequena escala sob supervisão e com assistência financeira.

As missões morávia e católica romana também estabeleceram colônias agrícolas semelhantes.

A mobilização da população civil e a demanda de mão-de-obra pelo exército americano que ocupou o Suriname durante a Segunda Guerra Mundial reverteu essa tendência favorável entre os crioulos de retornarem à terra – em 1943, a população crioula engajada na agricultura de pequena escala diminuíra para 10.695 indivíduos.

A agricultura de pequeno porte indiana e javanesa sofreu uma rápida expansão após 1895. Mesmo antes desse ano, podia-se observar uma tendência entre esses imigrantes de se estabelecerem no Suriname como fazendeiros independentes após o término de seus contratos. Muitos, contudo, eram desencorajados a fazer isso, porque, com base na promulgação do decreto de 1863, perdiam o direito à passagem gratuita de volta ao se estabelecerem como fazendeiros. Mas o governo colonial compreendeu a grande importância para o país da colonização desses novos residentes e decretou, no regulamento de 19 de abril de 1895, (G. B. nº 24) que esse direito seria mantido após a colonização; eles receberiam um prêmio de 100 florins para renunciar a esse direito e se estabelecer em uma colônia agrícola do governo. Além disso, os imigrantes receberam permissão para usar a terra nessas colônias, foram isentos de aluguel por um período de seis anos, e foi-lhes também oferecida a oportunidade de levantar pequenos empréstimos.

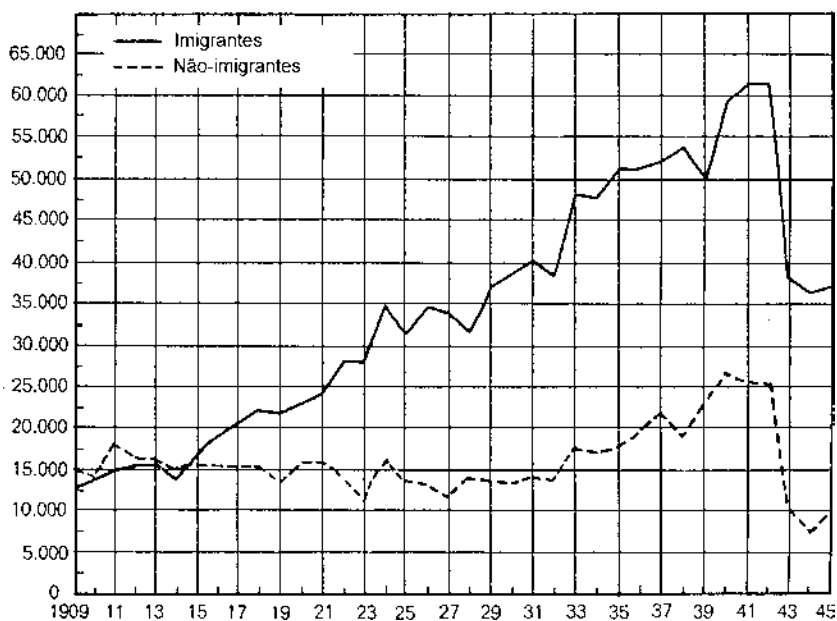


Gráfico que mostra o número de pequenos proprietários imigrantes e não-imigrantes de 1909-1945.

O governo colonial abriu novas colônias agrícolas especialmente para beneficiar esses imigrantes; a primeira delas foi Alkmaar (1894).

Todas as normas pertinentes à alocação de terra a imigrantes foram recusadas quando o regulamento de 1916 ao qual me referi anteriormente foi promulgado, estabelecendo regras definitivas para a alocação de terras da Coroa (G. B. 1916 nº 24). Esse regulamento também estendia o pagamento de um prêmio pela renúncia voluntária ao direito à passagem gratuita de volta aos imigrantes fora das colônias agrícolas do governo. Este decreto foi ligeiramente alterado em 1918 (G. B. nº 45). Em 1937, a alocação de terra foi novamente regulamentada por normas que tornavam possível que colônias agrícolas do governo fossem dadas a partir daquela data como posse hereditária (G. B. 1937 nº 53). O estabelecimento de imigrantes foi regulamentado mais uma vez por

um decreto de colonização que deixava intactas as provisões do “decreto de lotes cultiváveis” sobre esse assunto (G. B. 1937 nº 54).

Todos os obstáculos que estavam no caminho da agricultura em pequena escala indiana e javanesa foram então removidos, por conseguinte, e ela pôde se desenvolver rapidamente. Por volta de 1910, o número de ex-imigrantes engajados na agricultura em pequena escala era quase igual ao de crioulos, e, em 1915, eles haviam ultrapassado esse número. Em 1922, o dobro de asiáticos e crioulos estava engajado nesse ramo da agricultura, e o número de pequenos proprietários asiáticos representava 57% da população total de indianos e javaneses. Em 1940, a população de pequenos proprietários asiáticos chegou a 59.239 pessoas, e a de crioulos, 26.325.

Há algumas diferenças impressionantes entre os pequenos proprietários indianos e javaneses. Os indianos mostraram possuir iniciativa comercial, e produziram uma quantidade de artigos para o mercado doméstico, principalmente objetivando lucro. A propriedade da terra exercia grande atração sobre eles, de modo que preferiram mudar-se das colônias agrícolas do governo, onde foram substituídos pelos javaneses. Os indianos tampouco mostraram qualquer inclinação – uma vez mais em contraste com os javaneses – para se empregarem como trabalhadores nas fazendas vizinhas. O javanês está mais inclinado a produzir apenas o que necessita para satisfazer necessidades relativamente modestas. Ao contrário dos indianos, eles tentam cultivar uma produção de alta qualidade e dedicam mais tempo ao plantio de um número variado de culturas alimentícias para a própria subsistência.

O arroz é a principal cultura produzida pelo pequeno proprietário asiático. Originalmente, os asiáticos também cultivavam um pouco de cacau, enquanto o arroz era cultivado para o próprio consumo. Mas, quando o cultivo do cacau enfrentou uma série de dificuldades, eles começaram a se concentrar no cultivo do arroz. Além do arroz, cultivavam hortaliças, milho, tubérculos e laranjas. Os indianos dedicaram-se

igualmente à criação de gado e aves domésticas; comercializavam ovos e aves em quantidades consideráveis em Paramaribo.

Há também diferenças locais marcantes na agricultura praticada pelos indianos e pelos javaneses, que aconteceram como resultado da locação das fazendas em relação aos mercados. Essas diferenças são especialmente surpreendentes no caso dos indianos. As duas categorias de fazendeiros indianos que alcançaram primeiro a prosperidade foram o grupo que se estabeleceu na vizinhança de Paramaribo e o que se estabeleceu no distrito de Nickerie. Os fazendeiros indianos do distrito de Saramacca, o terceiro grande grupo, não se saíram tão bem, pois viviam mais distantes das áreas povoadas e, portanto, tinham menos mercados consumidores favoráveis para seus produtos. Além disso, tinham que enfrentar a drenagem precária das terras em que plantavam.

Os indianos que se estabeleceram nas vizinhanças de Paramaribo prosperaram mais rapidamente que os demais. Eram os fornecedores de hortaliças e leite para a cidade, ultrapassando totalmente os fazendeiros holandeses. Além disso, retiravam outras rendas das colheitas anuais de arroz. Os pequenos proprietários de Nickerie, como os fazendeiros do distrito de Saramacca, produziam principalmente arroz para a cidade e para exportações. A contribuição da pequena agricultura indiana e javanesa para a economia nacional do Suriname constituiu, em primeiro lugar, uma economia em relação às importações. O arroz era o principal gênero alimentício importado. O consumo de arroz aumentou consideravelmente como resultado do aumento da população de origem asiática, para a qual o arroz era o principal alimento. Nos anos subseqüentes a 1918, a dieta crioula também mudou, com o arroz substituindo a banana como alimento básico. Atualmente, o arroz é ainda o principal item da dieta do grupo crioulo, e a demanda de arroz aumentou substancialmente no mercado interno nos últimos 30 anos.

Entre 1895 e 1915, uma média de 4.500.000 quilos de arroz era importada a cada ano, enquanto as exportações para esses anos eram desprezíveis. Mas, após 1916, houve uma tendência para a redução dessa importação. Não houve virtualmente importação de arroz no Suriname desde 1930, e a exportação do produto começou a assumir alguma importância nesse mesmo ano. Em 1930, um total de 2.276.725 quilos de arroz no valor de 234.778 florins holandeses, foi exportado, e, em 1939, um total de 6.494.997 quilos, num valor de 380.813 florins. Isto foi possível em consequência da rápida expansão da indústria da rizicultura, como é mostrado na tabela abaixo.

Produção de arroz (em toneladas métricas)

1903	1911	1916	1921	1926	1931	1936	1938
566	2.195	7.471	11.797	21.530	24.395	34.167	38.745

O arroz do Suriname não tinha, contudo, boa reputação no exterior. A qualidade do arroz disponível para exportação deixava muito a desejar até então, e deveria haver uma melhora considerável de qualidade se as exportações de arroz do Suriname pretendessem conquistar um mercado ultramarino mais amplo.

A indústria do cultivo de milho também se expandiu apreciavelmente.

Produção de milho (em 100 kg)

1903	1920	1929	1938
566	2.078	9.633	21.517

Da mesma forma, o número de cabeças de gado aumentou rapidamente em consequência da criação pelos indianos. Em 1908, havia 7.445 cabeças de gado no Suriname, e por volta de 1938 esse número subiu para 21.338.

Em Nickerie, os campos de arroz eram dispostos em charcos represados ou, “polders”. Esses foram recuperados pelos esforços concertados de pequenos proprietários com ajuda do governo. O primeiro “polder” foi terminado em 1909. Outros foram aproveitados pelo governo local. No distrito de Saramacca, também, o governo começou a recuperar a terra dessa maneira. Comissões de drenagem de polders foram criadas para a sua administração, e assim, a administração local foi reintroduzida pela primeira vez desde 1863 no Suriname¹⁴.

Em 1938, entrou em vigor por Decreto Administrativo Real uma lei que dava provisão à instituição de municipalidades aldeãs nos centros agrícolas (G. B. nº 66). Em 1946, havia 22 municipalidades aldeãs no Suriname. O governo local, contudo, não estava inteiramente desenvolvido e as tentativas de fazê-lo funcionar de maneira uniforme tiveram pouco êxito.

Enquanto a agricultura em pequena escala se tornava cada vez mais importante, a agricultura em grande escala declinava regularmente. Observamos no capítulo precedente que depois que o açúcar perdeu sua grande importância para as exportações, a agricultura em grande escala não teve êxito em encontrar um produto que pudesse substituí-lo de forma permanente. A indústria cacaueteira produziu lucros moderados durante alguns anos (de 1880 a 1920); depois disso houve um mercado relativamente favorável para o café durante alguns anos (1928 – 1936). Mas os lucros gerados por esses produtos não foram capazes de mitigar efetivamente a pobreza das fazendas do Suriname. A crise da mão-de-obra fora superada por meio da imigração, que supriu a mão-de-obra necessária. Mas foram especialmente os altos custos que pesavam sobre os fazendeiros como resultado da imigração que tornaram extremamente difícil obterem lucro.

¹⁴ Ver *Enc. W.I.*, o artigo intitulado *Plaatselijk Bestuur* (Administração Local), p. 566. Em 1932, um novo regulamento referente à drenagem dos distritos foi publicado: G. B. 1932, nº 2.

Em 1917, S. Gonggrijp declarou, durante uma conferência, que entre 1882 e 1917, vinte e nove empresas agrícolas haviam sofrido uma perda de 5 milhões de florins. Das 71 fazendas de cacau e de café cujos registros Gonggrijp estudou no período de 1911-1916, apenas nove conseguiram operar com lucro em comparação com um *déficit* de 2.890.000 no caso das demais.

Zeiler, um colono com conhecimento especializado sobre o assunto, afirmou após o discurso de Gonggrijp que 48 das 72 fazendas mudaram de mãos por menos de 25% de seu valor real durante os 35 anos que terminaram em 1917; e que, portanto, 66% das fazendas ainda em funcionamento tinham mudado de dono¹⁵.

Isto demonstra claramente a instabilidade da situação da agricultura em grande escala.

Como as medidas tomadas pelo governo local para aliviar os encargos que pesavam sobre a agricultura em larga escala não sanaram as dificuldades, fica claro que elas estavam ligadas à situação especial em que esse ramo da agricultura se encontrava em virtude da ausência de um produto lucrativo e do estado da economia mundial. Apesar da ajuda do governo, uma fazenda após a outra tiveram que encerrar suas atividades. Finalmente, em 1940, restavam apenas duas grandes fazendas de açúcar, bem como umas poucas fazendas de café, cuja maioria estava quase parada pela impossibilidade de vender o café do Suriname no mercado externo. Essas fazendas foram gradualmente convertidas em pomares de cítricos.

Desenvolveu-se um certo antagonismo entre a agricultura em grande escala e a de pequena escala, pois os colonos se ressentiam do fato de que ex-escravos, e depois os imigrantes, se mudavam das fazendas após o término dos contratos. Eles consideravam pernicioso qualquer medida que facilitasse essa prática. Muitos sentiam que o governo local

¹⁵ Gonggrijp, *Lezing*, p. 17, e apêndice A.

estava causando às fazendas e ao país como um todo um prejuízo considerável por apoiar a agricultura em pequena escala. Os colonos receavam que esses pequenos proprietários se tornassem demasiado independentes e cessassem de oferecer seus serviços como trabalhadores sazonais nas fazendas. Pequenos proprietários crioulos continuaram a fazer o trabalho eventual nas fazendas por muitos anos; e após o estabelecimento de imigrantes como pequenos proprietários, estes, especialmente os javaneses, mantiveram essa tradição. Contudo, o antagonismo entre a agricultura em grande escala e a de pequena escala permaneceu, tendo sido expresso por escrito.

No entanto, ao traçar planos para o desenvolvimento do Suriname, os interesses dos colonos sempre receberam consideração especial no passado. Apenas no governo de Kielstra uma mudança claramente perceptível ocorreu nesse aspecto. A opinião dos colonos, de acordo com a qual a prosperidade do país era inteiramente dependente da existência e prosperidade continuadas das fazendas, dominou completamente todas as opiniões sobre a situação do Suriname até por volta de 1920. Depois disso, outras idéias começaram a ganhar terreno, especialmente em relação ao valor da agricultura em pequena e média escala. Mas isso não resultou, de modo algum, na depreciação da importância da agricultura em grande escala para o desenvolvimento do país.

A opinião dos colonos também dominou completamente o pensamento sobre o papel desempenhado pelos crioulos no desenvolvimento econômico do Suriname. Antes de 1873, os colonos estavam convencidos de que os ex-escravos só poderiam fazer trabalho agrícola sob coerção, e que não continuariam a trabalhar nas fazendas. Temia-se que eles se mudassem para a cidade para viverem ali como indigentes, ou que se estabelecessem em pequenos lotes agrícolas onde cultivassem apenas o necessário à própria subsistência. Isto, contudo, foi desmentido pela evolução real dos fatos. Embora os trabalhadores crioulos tenham saído das fazendas em proporção considerável, nem

todos o fizeram de uma vez, e eles continuaram a ter importância como trabalhadores, especialmente no que se refere a trabalhos pesados como escavar. Mas foi a ascensão da agricultura crioula em pequena escala, em particular, que desmentiu essa visão do futuro nos primeiros 40 anos após o período da Supervisão Estatal¹⁶. Duas indústrias de desenvolvimento recente – a indústria do ouro e a da balata – demandaram constantemente mão-de-obra adicional depois de 1873, de modo que não havia desemprego no Suriname¹⁷.

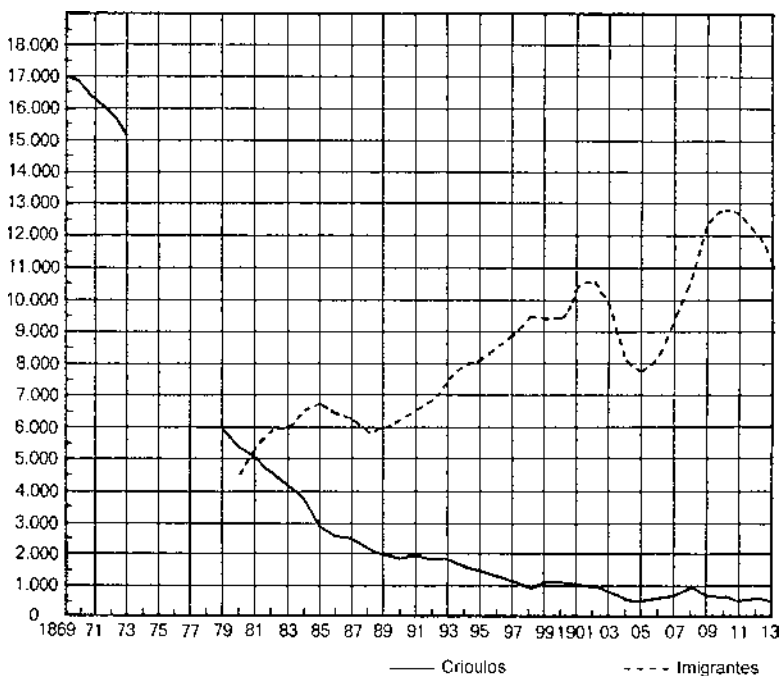


Gráfico que mostra o número de trabalhadores crioulos e imigrantes empregados nas fazendas de 1869 a 1913.

¹⁶ Sobre os dados, ver Relatórios Coloniais.

¹⁷ *Enc. W. I.*, os artigos sobre as indústrias da balata e do ouro, J. Sack, *De Balata-industrie in Suriname*, Paramaribo, 1908; C. A. J. Struyken de Roysancour & J. W., Gonggrijp, *Het Balata-vraagstuk in Suriname*, Paramaribo, 1912, & J. Polak, *Historisch overzicht van de Goudindustrie in Suriname*, Haia, 1908.

A situação que era temida após o período da Supervisão Estatal, com um grande proletariado – no meio do qual haveria muitos desempregados concentrando-se na cidade – finalmente aconteceu, embora em fase posterior à que fora antecipada. Essa situação emergiu como resultado do declínio posterior da agricultura em pequena escala e do declínio das indústrias do ouro e da balata. Pessoas que não estavam preparadas para tentar a sorte na agricultura em pequena escala mudaram-se para a cidade, onde tampouco havia emprego apropriado para elas.

Essa situação parecia confirmar as teorias tradicionais referentes ao negro que tinham se desenvolvido nos círculos de colonos. Dizia-se que o negro tinha aversão ao trabalho agrícola porque seus ancestrais haviam sido, um dia, forçados a fazer esse tipo de trabalho como escravos e que essa era a principal razão que o levava a abandonar o trabalho na plantação, em particular, e o trabalho agrícola em geral.

Além disso, a predisposição racial do negro tornava-o supostamente mais ou menos inadequado à agricultura, pois se alegava que ele era incapaz de qualquer tipo de trabalho regular de natureza monótona. Sustentava-se que, para ele, a arboricultura era mais adequada, porque requeria uma preparação pouco intensiva do solo¹⁸. Mas, de acordo com dirigentes europeus e surinameses principalmente judeus e alguns mulatos, a motivação do negro para o trabalho era fraca, e ele era acusado de estar sempre disposto a buscar ajuda do governo; de acordo com essa opinião, ele considerou a fórmula *Lanti sa pai* (o país pagará por isso) como verdadeira.

Uma extensa literatura desenvolveu-se paralelamente sobre a preguiça do negro e sua propensão para explorar o governo.

Essas opiniões desenvolveram-se em uma visão estereotipada generalizada do proletariado crioulo que também foi responsável pela

¹⁸ Cf. Beck, *op. cit.*, *passim*.

injusta avaliação do papel desempenhado no passado por esse grupo populacional na vida econômica do país. Sob sua influência, o ex-secretário do governo Eekhout declarou durante uma conferência em 1926 que “a relativa prosperidade” desfrutada pelos crioulos em seus lotes agrícolas no passado só podia ser atribuída ao fato de que tinham “colhido os frutos das antigas plantações de cacau abandonadas” na época¹⁹. Mesmo um autor competente e bem informado como Van Traa escreveu sobre a população crioula em 1940:

Apenas uns poucos foram capazes de superar a aversão ao trabalho no campo. No começo se saíram razoavelmente bem, quando ainda encontravam lotes parcialmente plantados com cacau nas colônias agrícolas do governo. Naquela época, tinham pouca necessidade de se empenhar em cultivar alimento suficiente para obter um razoável meio de vida, além dos benefícios que desfrutavam oriundos do cacau sem demasiado esforço de sua parte²⁰.

O quadro da agricultura crioula em pequena escala no seu apogeu, como apresentado por Eekhout e Van Traa, não corresponde aos relatos de testemunhas oculares. Registramos a contribuição às exportações de cacau propiciada pela agricultura em pequena escala crioula. Por meio da sua própria diligência e trabalho, os crioulos foram capazes de desenvolver fazendas de tamanho considerável, muitas das quais eram foram estabelecidas em terras que eles mesmos recuperaram. Muitas dessas fazendas transformaram-se em propriedade de porte médio com uma área de 12-20 hectares e com residências confortáveis nelas construídas²¹.

¹⁹ J. J. W. Eekhout, *Heeft Suriname een toekomst? Vergadering Indisch Genootschap*, 10 de dezembro de 1926, p. 9, 107.

²⁰ Van Traa, *op. cit.*, p. 9.

²¹ J. A. Liems, *Over den Klein-landbouw in Suriname, W. I. Gids*, 1923, p. 627.

A opinião de que a capacidade produtiva dos crioulos havia tido pouca importância para a economia nacional do Suriname a partir do período da Supervisão Estatal, influenciada pelas teorias tradicionais e pela situação que surgiu numa fase posterior de seu desenvolvimento, foi muito difundida. Parece útil, portanto, lançar alguma luz sobre a produção das indústrias do interior em particular, que, no passado, era inteiramente realizada com mão-de-obra crioula, além da contribuição dos crioulos para a produção por intermédio de seu trabalho na agricultura em grande escala e pequena escala.

Entre 1880 e 1924, as indústrias do ouro e da balata produziam uma média anual de 31% do valor total das exportações. Durante os anos em que a indústria da balata floresceu (1908-1913), o valor da exportação do ouro e da balata chegou a mais de 50% do valor das exportações. A indústria da bauxita, que foi a principal fonte da renda do país a partir de 1936, também dependeu principalmente da mão-de-obra crioula.

O resumo acima não pretende de modo algum negar o fato de que, econômica e socialmente falando, a população crioula tinha problemas, e que ainda se encontra numa posição difícil. Nosso único objetivo foi fazer algumas correções necessárias nas opiniões concernentes ao lugar ocupado pelos crioulos no passado econômico do Suriname e determinar com maior rigor o que aconteceu com a capacidade de trabalho crioula após a emancipação.

Apresentarei a seguir um breve resumo dos aspectos mais importantes do complexo problema da mão-de-obra crioula. Será necessário fazer uma distinção entre o problema como ele se apresenta na classe média e como se apresenta na classe baixa, mesmo que haja uma ligação direta entre as duas.

Aqueles que estão familiarizados com as condições sociais do Suriname sempre ficaram chocados com o fato de haver desemprego no país, lado a lado com a escassez de mão-de-obra agrícola. Os colonos

tinham que importar mão-de-obra de outros lugares por custos elevados enquanto as ruas de Paramaribo estavam lotadas de crioulos desempregados que mostravam pouco entusiasmo em trabalhar nas fazendas ou se estabelecer como pequenos proprietários. Esse paradoxo não deixou de irritar os responsáveis no governo, e isto deu origem a todos os tipos de explicações mal fundadas da situação. A primeira e mais antiga dessas explicações, que se originaram especialmente nos círculos de colonos, bem como sua influência na opinião sobre o Suriname foram discutidas anteriormente. Contudo, a impressão criada pelo trabalho pesado de que os crioulos haviam sido capazes no interior forçou as pessoas a reverem sua opinião sobre a suposta falta de interesse pelo trabalho demonstrada pelo negro que foi anteriormente atribuída a uma propensão racial. Embora as opiniões tradicionais tivessem sido reconsideradas, as pessoas continuavam, contudo, a concordar com a crença de uma tendência racial, mas começaram a vê-la sob novo enfoque. Considerou-se que, embora os crioulos carecessem de uma aptidão natural para a agricultura devido à sua inadequação ao trabalho regular, eles eram, por outro lado, eminentemente adequados ao trabalho florestal, pois este possuía um caráter aventureiro e lhes oferecia a oportunidade de alternar meses de trabalho duro nas florestas com um período de lazer e relaxamento na cidade²². Os hábitos de trabalho do crioulo não foram mais, portanto, explicados a partir de sua suposta preguiça, mas da necessidade de um ritmo e variedade especiais em sua atividade.

As tentativas para explicar a conduta do crioulo a partir de uma suposta predisposição racial são ilusórias e desprovidas de qualquer fundamento científico. Na primeira fase após a emancipação, os crioulos não abandonaram as fazendas para fugir do trabalho agrícola, mas a fim de se estabelecerem como pequenos proprietários. Seu êxodo

²² Sobre o espírito aventureiro dos crioulos, cf. M. van Blankensteyn, *Suriname*, Rotterdam, 1923, p. 67.

subseqüente da terra foi influenciado pelas adversidades que sofreram nos campos de cacau. O fato de terem permanecido em Coronie, onde os pequenos proprietários crioulos tiveram mais êxito, demonstra que não tinham uma aversão inata à agricultura. O desenvolvimento da indústria de rizicultura no mesmo distrito também parece desmentir a opinião de que o crioulo não mostrava aptidão para outra coisa além da arboricultura. Além disso, pouca atenção foi dada ao fato de que, entre 1933 e 1940, o número de crioulos nas áreas rurais duplicou devido ao desemprego em outras áreas.

Indústrias modernas como a indústria da bauxita em Moengo e Paranam e a de petróleo em Curaçao, em que um grande número de trabalhadores crioulos do Suriname está empregado, requerem trabalho regular, diário e não se deve presumir que sua administração continuasse a empregar crioulos se eles não estivessem apresentando resultados satisfatórios. Portanto, obviamente não é impossível para o crioulo exercer regularmente um trabalho diário sob orientação apropriada e num ambiente em que se sinta à vontade.

É possível que uma certa predisposição racial exerça alguma influência no desempenho dos diferentes grupos populacionais, mas até agora essa influência não foi cientificamente demonstrada. A conduta do crioulo e as peculiaridades que ele demonstra como trabalhador podem ser explicadas a partir de motivos sociais e econômicos claramente perceptíveis.

Examinando uma vez mais a história do problema da mão-de-obra crioula, emerge o cenário explanado a seguir.

A escravidão é inegavelmente a instituição mais inadequada para treinar pessoas para se tornarem trabalhadores independentes e responsáveis. Ela deixa atrás de si profundas marcas sobre a personalidade tanto dos senhores quanto dos escravos, como foi mostrado nos capítulos anteriores. Muitos administradores de fazendas foram incapazes de se ajustar à nova situação e continuaram a tratar seus

ex-escravos de uma maneira que os fazia recordar demasiadamente sua antiga servidão, de modo que ficaram insatisfeitos com a vida na maioria das fazendas – justificadamente, portanto.

A escravidão antes imposta, agora subitamente acompanhada pela liberdade, teve um efeito desfavorável sobre a mentalidade de muitos ex-escravos; muitos se tornaram trabalhadores pagos com uma consciência exagerada da liberdade e pouca autodisciplina. Estavam profundamente cientes dos erros infligidos sobre eles no passado e sentiam uma compulsão de vê-los reparados. Isto freqüentemente resultava em demandas exageradas, exorbitâncias e suscetibilidade. Mas, em muitos casos, eles se opuseram justificadamente a abusos e exploração reais.

Quando, no final do século XIX, a oferta de imigrantes parecia garantida, muitos colonos não quiseram mais manter trabalhadores crioulos em suas fazendas por medo de que eles influenciassem com sua atitude os trabalhadores asiáticos contratados, de modo que esses imigrantes fariam também maiores exigências e agiriam de maneira mais independente. Proprietários chegaram até a demiti-los de suas fazendas²³. Os fazendeiros, por vezes, recorriam a esse modo de ação porque, em muitos casos, os crioulos que ficavam nas fazendas não eram os melhores tipos, de modo que os colonos se sentiam felizes em vê-los crioulos partir mais cedo ou mais tarde.

Havia também algumas razões mais positivas para os crioulos deixarem as plantações. A indústria do cultivo do cacau em expansão oferecia-lhes a oportunidade de tornarem-se independentes e de possuírem terra própria, da qual podiam esperar retirar uma renda maior do que a do trabalho assalariado nas fazendas. Só se pode encarar como perfeitamente natural a preferência que mostravam ter pela vida como pequenos proprietários de plantações de cacau em vez do trabalho

²³ Ver Report of a lecture by S. Gonggrijp para o *Landbouw en Tuinbouwvereniging Suriname*, 1899 (*De Suriname* 1899, nº 99)

árduo, mal pago sob o sol tropical escaldante que o trabalho agrícola envolvia. É dificilmente concebível que o ex-escravo tivesse continuado a oferecer sua mão-de-obra a proprietários de fazendas por sentimento de patriotismo ou pela compreensão de que o sistema de plantação era indispensável à prosperidade do país, agindo contrariamente às próprias inclinações e interesses, perfeitamente compreensíveis.

Quando os rendimentos das propriedades de cacau decresceram de tal maneira que a agricultura em pequena escala perdeu seu atrativo, grandes contingentes de crioulos foram forçados a abandonar suas terras. Havia também uma causa de natureza social que levou muitos jovens, em particular, a abandonar a agricultura. Beck apontou para o conservadorismo do fazendeiro crioulo e sua rígida afirmação da autoridade paterna – inúmeros jovens deixaram os distritos a fim de tentar a sorte na cidade ou na silvicultura para escapar da rígida autoridade dos pais e dos estreitos limites da vida familiar²⁴. O êxodo da terra foi encorajado e facilitado em larga medida pela enorme atração exercida pela silvicultura. Na agricultura em grande escala, o salário mínimo diário para homens era de 60 centavos e, para mulheres, de 40 centavos. Aumentou para 80 centavos e 60 centavos, respectivamente, em 1920, e depois baixou novamente para o nível anterior em 1930. O crioulo que trabalhava numa fazenda ganhava em média 1,17 florins por dia, enquanto na indústria do ouro o trabalhador recebia um salário inicial de 1,50 florins por dia mais alimentação e moradia, enquanto para um trabalhador qualificado o salário chegava a 2,0 ou até 2,5 florins por dia. Na indústria de balata um trabalhador podia fazer 250 a 280 florins além da sua manutenção em um período de três a sete meses, e seus ganhos podiam chegar até a 1.000 florins no mesmo período²⁵.

²⁴ Beck, *op. cit.* III, p. 25.

²⁵ *De Economische en Financiële Toestand der Kolonie Suriname*, Report by the Committee appointed by a Resolution of 11th March, 1911, Haia, 1911, p. 55 e segs.

Portanto, sob um ponto de vista econômico, é perfeitamente compreensível que os crioulos se sentissem atraídos pelo trabalho florestal. Além disso, trabalhar na floresta, sem dúvida, representava uma atração especial devido aos riscos que apresentava. A maioria dos crioulos que conseguiram obter um meio de vida razoável nas fazendas de cacau – sem dúvida os mais ativos se mudavam em vez de continuar a vegetar nos terrenos atingidos por doenças – em busca de trabalho na silvicultura. Como resultado dos salários relativamente altos ganhos pelos trabalhadores na floresta, o padrão de vida melhorou, e os requisitos das classes mais baixas se tornaram consideravelmente mais elevados.

O comércio uma retirava parte substancial de seus lucros dos silvicultores que, em poucos meses na cidade, gastavam todo o dinheiro que ganhavam durante sua estada nas florestas. Essa conduta obviamente não promoveu um senso de economia ou parcimônia. A influência desse exemplo nos princípios econômicos da população crioula e a influência dos salários dos silvicultores no padrão das necessidades dificilmente podem ser superestimados quando temos em mente que, em alguns anos, de 8 mil a 9 mil trabalhadores foram empregados nas indústrias do interior, isto é, aproximadamente a metade da população masculina crioula com mais de 19 anos de idade.

É também compreensível que, após a vida livre que haviam levado no interior, essas pessoas, quando ficavam desempregadas, só por necessidade premente concordavam em trabalhar numa fazenda em troca de um salário insignificante ou aceitavam dedicar-se à agricultura como pequenos proprietários, cujos ganhos não lhes permitiriam levar muito mais que uma vida de pobreza bem distante da grande movimentação da cidade: eles estavam acostumados a um padrão de vida muito mais elevado do que a agricultura podia lhes oferecer naquele país. Havia alguns que preferiam manter-se com os ganhos da esposa ou de outros parentes – que ganhavam algum dinheiro como lavadeiras

ou criadas domésticas – a dedicar-se à agricultura, ou contrair dívidas enquanto esperavam uma mudança de sorte. As enormes flutuações na demanda de balata em consequência das qual essa indústria estava sujeita ora à contração, ora à expansão, encorajava esse tipo de comportamento. Além disso, é mais fácil para os colonos voltarem para o proletariado urbano do que vice-versa, especialmente se o processo tiver que se completar sem orientação ou assistência. Todavia, muitos crioulos retornaram à agricultura após 1933, sob a pressão das circunstâncias, como as anteriormente descritas. A demanda de mão-de-obra na Segunda Guerra Mundial em consequência do acampamento de tropas americanas no Suriname e da expansão da indústria de bauxita deu a muitos fazendeiros crioulos uma segunda oportunidade para escaparem do trabalho agrícola.

A fim de obter uma compreensão adequada do problema da mão-de-obra crioula antes da Segunda Guerra Mundial, deve-se considerar a extensão e natureza do desemprego no Suriname. Numa avaliação desse problema, devem-se distinguir três diferentes categorias de pessoas improdutivas, a saber: desempregados sem oportunidades de emprego por causa de fatores temporários ou crise estrutural; pessoas incapazes de realizar um trabalho regular por razões de saúde; e o avesso ao trabalho, que em consequência de algum problema psicológico pula de um trabalho para outro, vivendo como pedinte e sendo incorretamente registrado como desempregado. Não existem registros anuais do número de pessoas desempregadas no Suriname que nos possibilitem avaliar a extensão do desemprego e as proporções entre as três categorias. No ano de 1931, foi instituída uma pesquisa sobre o desemprego no Suriname após uma séria crise nas indústrias de ouro e de balata no interior, de modo que para esse ano temos acesso a alguns dados²⁶:

²⁶ Cf. Governor's Report on the disturbances of 1931. Reports Proceedings Lower House, 1931-1932, Appendices, I, nº 16.

Desempregado	Desconhecido	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Número	189	1694	583	226	124	85

O número total de desempregados em 1931 chegou a 2.901. Como resultado da crise de 1931 – uma circunstância especial – 1.694 pessoas foram expulsas do trabalho naquele ano. As restantes – 1.207 – , sem dúvida compreendiam uma grande maioria de doentes e avessos ao trabalho. A maior parte deles provavelmente pertencia ao grupo que estivera desempregado por dois ou mais anos, 435 no total. Presumindo que muitas pessoas avessos ao trabalho evitou o registro, o número de indivíduos que pertenciam a esse grupo deve ser estimado em 500. De acordo com minhas estimativas, metade desse número era de preguiçosos. Para um total de aproximadamente 17 mil crioulos entre as idades de 19 e 65 anos, o significado da presença de 250 indivíduos avessos ao trabalho não deve ser subestimada, especialmente numa pequena comunidade como essa²⁷. Todavia, dificilmente uma pessoa pode considerar esse número alarmante ou encará-lo como um sério obstáculo ao progresso do país. Mas, seja como for, valeria a pena realizar uma pesquisa mais rigorosa do tamanho desse grupo e da mentalidade de seus membros hoje, particularmente em relação à história pregressa de sua vida familiar.

Em uma avaliação real do problema do desemprego deve-se levar em conta a distinção entre o desemprego na classe média e nas classes baixas crioulas.

²⁷ Em 1947, o *Verslag van de Commissie tot Bestudeering van Staatkundige Hervormingen in Suriname* (Relatório do Comitê designado para estudar as Reformas Políticas no Suriname, Paramaribo, 1947, vol. I, p. 31) declarou: “Apesar das mudanças pós-guerra no mercado de mão-de-obra há até agora poucos sinais de desemprego sério; o número de pessoas que procuravam emprego relatado pelo Departamento de Bem-Estar Social após a desmobilização sequer chegou a mil”.

Na minha opinião, o desemprego nas classes baixas nunca foi especialmente grave antes de 1924. Deve ter havido mesmo alguns anos em que a mão-de-obra reserva foi quase completamente absorvida no Suriname. Em Paramaribo e nos distritos era com freqüência difícil encontrar pessoas para fazer trabalho extra ou de qualquer outro tipo. Em um ano como o de 1914, um ano desfavorável do ponto de vista econômico, quando, em consequência da guerra, o desemprego aumentou temporariamente no Suriname, o Relatório da Câmara de Comércio e da Câmara de Mão-de-obra observava que

não se deve ter a impressão de que o desemprego é suficientemente sério para induzir as pessoas mais do que normalmente a aceitar qualquer trabalho ou a para tornar as pessoas empregadas especialmente ansiosas sobre perder seu emprego. É um fato bem conhecido que em muitos casos – embora aqui também a exceção confirme a regra – vêem-se pessoas desistindo de seus empregos quase sem motivo, mas por estarem minimamente insatisfeitas²⁸.

A razão para esses fenômenos é que a classe baixa crioula pode recorrer aos parentes em tempos de necessidade.

Tem-se a impressão de que o desemprego aumentou após 1924, e que, por conseguinte, tornou-se igualmente um problema para as classes baixas. Isto está ligado à recessão nas indústrias da balata e do ouro. Mas é provável que a população tenha aumentado, e que a concorrência que os indianos, que também haviam emigrado para a cidade vindo das áreas rurais, começaram a fazer, tenha igualmente exercido alguma influência sobre a situação. Em 1938, duzentos e cinquenta indianos receberam licenças para se estabelecerem como carreteiros; o carregamento era feito com a ajuda de carrinhos puxados por mulas²⁹. Antes disso, esse serviço era feito exclusivamente por

²⁸ *De Economische Toestand van Suriname op 31 Dec. 1914*, I, Paramaribo, 1916, p. 25.

²⁹ *Verslag van Bestuur en Staat over 1938*, p. 27

crioulos. Licenças de comércio foram concedidas a 237 indianos, ao passo que anteriormente as mulheres crioulas exerciam a função de vendedoras nos mercados; atualmente restam apenas cerca de 30 comerciantes crioulas. Os pequenos proprietários indianos negociavam seus próprios artigos, de modo que a competição com eles era extremamente difícil.

As condições eram especialmente difíceis por volta de 1931, quando, em consequência da liquidação da Companhia da Balata do Suriname – a principal companhia do país –, uma grande quantidade de trabalhadores foi expulsa do mercado de trabalho. Os números acima mostram que, em 1931, o número de desempregados cresceu para 1.694. Quando descobri que, naquele ano particularmente desfavorável, o número total de desempregados, inclusive de pessoas avessas ao trabalho e os incapacitados, havia sido de 2.901 (1,9% da população total), as cifras do desemprego dificilmente poderiam ser consideradas impressionantes. Gostaria de apontar, à guisa de comparação, que na Holanda havia 245 mil desempregados (2,7% da população total) em 1939, apesar da mobilização. Quantas plantações teriam podido funcionar com uma reserva de mão-de-obra de 2.901 pessoas, mesmo com um percentual incapacitado para o trabalho? Certamente, a indústria agrícola jamais poderia ter se desenvolvido intensivamente se fosse dependente dos trabalhadores crioulos. Uma indústria em expansão também teria logo esgotado esse reservatório. Apenas a indústria agrícola de porte médio poderia se desenvolver com um número tão pequeno de pessoas disponíveis, e, ao mesmo tempo, dar uma valiosa contribuição para a economia nacional. Além disso, ela poderia alocar pessoas que obtinham renda insuficiente de seu trabalho e que estavam em condições de dar uma contribuição maior à produção. Após 1932, o número de trabalhadores disponíveis diminuiu significativamente outra vez. Curaçao, para onde muitos crioulos haviam se mudado em busca de trabalho desde o desenvolvimento

da indústria de petróleo, estava novamente absorvendo trabalhadores crioulos depois de ter parado algum tempo.

Nos anos entre 1925 e 1930 várias pessoas, inclusive mulheres e crianças, mudaram-se para Curaçao³⁰. A seguir um quadro indicativo:

	1925	1926	1927	1928	1929	1930
Partiram	154	184	325	429	583	327
Retornaram	34	76	78	109	138	133

Assim, um total de 2.002 pessoas deixou o Suriname, das quais 568 voltaram. Em 1931, um ano de crise, 417 pessoas voltaram de Curaçao, enquanto no mesmo ano apenas 88 partiram. A situação, contudo, logo melhorou. Aruba também começou a oferecer trabalho para um grande número de crioulos. Em 1943, havia 3.541 surinameses nas Antilhas holandesas. Houve uma grande melhora na situação do emprego antes da guerra como resultado da expansão da indústria de bauxita. Em 1932, estavam empregados nessa indústria 273 trabalhadores; em 1939, esse número subiu para 924, e, em 1948, para 1.289³¹.

O desemprego na classe média foi um problema difícil desde a emancipação. Foi especialmente sério entre os artesãos, que estavam na linha limítrofe entre as classes baixa e média. Embora com base em seu baixo rendimento muitos deles não devam ser classificados na classe média, o fato de praticarem uma atividade independente nos obriga, contudo, a incluí-los nessa categoria.

Imediatamente após a emancipação, um grave desemprego emergiu no grupo de artesãos, como indicado anteriormente, resultante do fechamento ou deterioração de muitas plantações. Também aponte para o fenômeno de um grande percentual da força escrava que se empregava na agricultura apenas de uma maneira indireta, como artesãos

³⁰ Ver Appendix, Reports Proceedings Lower House, 1931-1932, I, nº 16.

³¹ Dados fornecidos pelo Departamento de Estatística Geral, Paramaribo.

ou operários nas fazendas. Muitos destes se mudaram para a cidade, aumentando o grupo de artesãos desempregados.

A classe média também se expandiu rapidamente após a emancipação. No Suriname, há um avanço da classe média. A educação recebeu uma ampla melhoria, e o governo passou a oferecer a todos, gratuitamente, o ensino fundamental, uma base para uma educação adicional. A tendência de subir na escala social por meio da obtenção de um diploma é um fenômeno característico no grupo crioulo, que mostrou uma preferência marcante por carreiras como a de professor ou de funcionário público. Entre as classes mais baixas, havia uma preferência pelo ensino e pela prática de artesanato. Muitas pessoas de todas as classes ambicionam dar aos filhos uma boa educação, para a qual, na realidade, careciam dos meios financeiros. O nível mais alto da educação oferecido pelo estado é uma educação primária ampliada – há quatro escolas que se dedicam a disso, três das quais são escolas congregacionais.

Em 1946, dos 590 pais que matricularam seus filhos na Hendrik School, uma escola pública de educação fundamental, 262 pessoas pertenciam ao grupo com um rendimento de cerca de 1.500 florins por ano.

A taxa escolar mínima em 1946 era de cinco florins por mês. Essas 262 famílias tinham um total de 356 crianças frequentando aulas na Hendrik School. Os pais incluíam 46 fazendeiros, oito motoristas, cinco sapateiros, cinco carpinteiros, dois alfaiates, dois guardas-noturnos, um carreteiro, dois vendedores de mercado, duas mulheres diaristas e alguns consertadores de bicicletas, trabalhadores empregados em indústrias do interior e costureiras, entre outros. Esses dados mostram claramente o quanto era forte o desejo de ascensão à classe média, ou, em especial, à classe média alta³².

³² Dados fornecidos pelo *Administrateur van Financiën* em Paramaribo.

Essa tendência surgiu não apenas por razões de prestígio, mas também pode ser atribuída ao desejo de melhorar a sorte e a segurança social numa sociedade sujeita a uma sucessão de crises. As pessoas tentavam escapar da ameaça de desemprego e pobreza esforçando-se por assegurar para si mesmas uma posição na classe média, criando, desse modo, uma oportunidade de garantir um posto no governo que proporcionava maior segurança. Educação e diploma permitiam aos membros da classe baixa ascender a uma classe diferente, com necessidades diferentes e as capacitavam a participar da competição por um sustento melhor e com maior segurança. Uma posição em sua própria classe social oferecia-lhes apenas meios limitados de vida.

Mas a transferência de membros do proletariado para a classe média aumentou o desemprego. Mesmo antes de 1924, o problema do desemprego na classe média era extremamente sério. O número de trabalhadores qualificados que se estabeleceram de forma independente era desproporcional à demanda de seus serviços por parte de uma população com baixo poder aquisitivo. O número de pessoas que buscavam emprego como funcionários de escritórios também era muito alto em proporção ao número de vagas. Para a classe média crioula havia poucas oportunidades de emprego a não ser aquelas oferecidas por firmas comerciais e de negócios, sem levar em conta profissões como a medicina e o ensino. As oportunidades de emprego para a classe média crioula eram menores do que para a mesma classe em outros lugares, pois no Suriname nenhuma indústria agrícola de porte médio se desenvolveu, e o crioulo não ocupava nenhuma posição independente de importância no comércio. O crioulo não se mostrou adequado para o comércio, carecendo de tino comercial em virtude da ausência de uma experiência comercial, enquanto numerosos amigos e parentes freqüentemente se mostravam demasiado ansiosos em viver às suas expensas. De modo geral, o crioulo carece da sagacidade e firmeza comercial necessárias para lidar com essa situação. Desde

meados do século XIX, o comércio varejista de secos e molhados passara a ser monopolizado pelos chineses, que se estabeleceram como lojistas na cidade ou nos distritos depois que seus contratos expiraram. Esses ex-imigrantes mandavam buscar os parentes na China, e, devido às boas perspectivas que o país oferecia, o número de chineses aumentava constantemente. Em 1938, havia 2.170 chineses no Suriname, a maioria empregada no comércio varejista.

Anteriormente, havia uma tendência maior entre os chineses para se casarem ou coabitar com mulheres crioulas e se estabelecer permanentemente no Suriname. Muitos adotaram a fé cristã e batizaram seus filhos. Nos últimos 30 anos, contudo, vários chineses – especialmente aqueles que vieram por último – voltaram a sua terra natal logo que amalharam uma boa poupança. Parece também haver uma grande tendência entre eles de manter seus hábitos culturais e não permitir que fossem estabelecidos no Suriname laços de família que os impedissem de voltar à China. A tendência de se casar com mulheres crioulas também diminuiu apreciavelmente.

O comércio de tecidos estivera quase exclusivamente nas mãos dos libaneses, embora diversos indianos, bem como chineses tenham entrado nesse ramo posteriormente.

O comércio atacadista e o mercado de importações são dominados por alguns judeus e europeus, embora possamos encontrar igualmente um ou dois crioulos no grupo de comerciantes atacadistas e importadores. Por menor que seja a indústria encontrada no Suriname, ela geralmente está em mãos de judeus e europeus, embora existam alguns crioulos entre os industriários – seu número aumentou especialmente na última década.

A ausência de uma classe média baixa crioula formada de fazendeiros e comerciantes prejudicou a expansão saudável da classe média do Suriname. A única oportunidade oferecida aos desempregados dessa classe era a emigração. Muitas pessoas da classe média conseguiram

ter uma vida razoavelmente boa nos Países Baixos, na Indonésia e nas Antilhas holandesas, e alguns desses emigrantes ascenderam a posições importantes. Além da emigração, apresentava-se apenas uma solução para o problema da classe média crioula, a saber, o desenvolvimento de uma vigorosa indústria agrícola de porte médio; contudo, nenhum proveito foi tirado dessa oportunidade.

Temos de chamar a atenção para mais um aspecto do problema do emprego no Suriname. Não era tanto o desemprego em si que dava origem às dificuldades mais sérias do país, mas, antes, uma produtividade *per capita* extremamente baixa. Não se tratava da extrema pobreza sofrida por grandes grupos – era sempre possível ter acesso um pouco de alimento, ou ganhar algum dinheiro para comprar os artigos necessários para o vestuário. Mas a grande maioria da população levava, por outro lado, uma vida de relativa pobreza. Todavia, essa população não era estimulada a alcançar maior produtividade por necessidade extrema ou por preocupação com o dia de amanhã. Além disso, resta ainda a dúvida de que, se ela tivesse querido, se teria encontrado oportunidade para tanto, dadas as circunstâncias. Era essa baixa produtividade, contudo, que criava os mais sérios problemas para a economia nacional. Muitas pessoas tinham condições de contribuir economicamente mais e melhor. Mas, mesmo que isso tivesse ocorrido, não se deve esquecer que a quantidade de trabalhadores disponíveis no Suriname era demasiado pequena e pouco treinada para contribuir para um desenvolvimento socioeconômico equilibrado e autônomo.

Como resultado da migração da população rural para Paramaribo, passou a haver um grande acúmulo de gente na cidade. Até 1890, o percentual da população total residente na cidade aumentou regularmente; depois, esse número começou a cair em virtude do aumento natural mais rápido de pessoas das áreas rurais, e, mais especialmente, por causa do número de migrantes que se estabeleceram naquelas áreas. Em 1927, o percentual da população do Suriname que vivia em Paramaribo

retrocedeu para aquele de 1863, que era de 37%, enquanto a de 1938 era de 34%.

Todavia, em 1938 há uma porcentagem maior da população crioula vivendo na cidade do que nos distritos rurais, 61% dos crioulos residem na cidade. Mas pode-se observar também entre os indianos uma mudança para Paramaribo – em 1920 apenas 4,7% dos deles viviam na cidade, mas em 1938 esse percentual aumentou para 10%³³.

Desde o desenvolvimento da indústria da bauxita e da silvicultura tem sido difícil avaliar se o grau de proporcionalidade entre a população urbana e a rural do Suriname anterior a 1940 pode ser considerado anormal.

Ano	Paramaribo	Porcentagem	Suriname ²⁾
1880	22.552	46	49.309
1890	28.831	51	56.873
1900	31.817	46	68.968
1910	35.340	41	86.233
1921 ¹⁾	41.773	38	108.243
1930	47.318	35	133.651
1938	52.760	34	152.589

1) Ano do censo

2) População que exclui os boschnegers e os ameríndios.

A opinião de que uma concentração urbana de 35% da população de um país que é predominantemente agrário é um fenômeno socialmente patológico tem sem dúvida uma base sólida. Mas é de fato extremamente difícil determinar exatamente quão anormal a situação refletida por essa proporção é desfavorável, pois trabalhadores do interior e suas famílias, bem como famílias de um grande número de trabalhadores empregados na indústria de bauxita são residentes em Paramaribo, de modo que a cidade se tornou a residência dos empregados de uma quantidade importante de indústrias.

³³ Cf. *Koloniale Verslagen e Verslagen van Staat en Bestuur*.

Com base no que foi dito anteriormente, pode-se afirmar que essa proporção indica de qualquer modo um desenvolvimento desproporcional de uma classe média urbanizada e a existência de muitas pessoas que não trabalham na cidade. Que outros fenômenos não normais são indicados por esse quadro não se pode determinar com base nos dados disponíveis.

A mudança para a cidade começou antes de 1924, sendo as principais causas, como apontado acima, o declínio da pequena indústria agrícola crioula e o desenvolvimento da silvicultura, cujos trabalhadores contratados estavam estabelecidos em Paramaribo. Depois desse ano, foi a vontade de melhorar a sorte em Paramaribo em vez de levar uma existência precária como pequenos proprietários que estimulou muitos jovens a irem para a cidade. No caso do grupo indiano, esta parece ter sido uma das principais razões pelas quais membros desse grupo se estabeleceram na cidade. É possível que no caso dos indianos, como no dos crioulos, a forte pressão da autoridade paterna na família fosse um fator preponderante. A transferência de indianos para a cidade ocasionou uma mudança importante na composição da população de Paramaribo. Mas, apesar dessa mudança, a proporção entre a população urbana e rural mudou em favor da última. Contudo, isso é consequência do expressivo aumento da população indiana no campo.

Como descobrimos no capítulo precedente, a imigração provocou uma mudança completa na composição da população e nas relações culturais.

Em razão do aumento desproporcional nos diferentes grupos populacionais, a composição da população ainda está em constante mudança.

Proporções entre grupos da população

Ano	Crioulos	%	Indianos	%	Javaneses	%	Total
1910	52.369	60	19.683	21	7.894	9	86.233
1915	53.027	59	21.686	24	8.589	9	88.750
1922	55.138	49	30.530	26	11.480	10	110.933
1925	58.531	48	32.533	27	22.201	18	119.926
1930	59.673	44	35.923	26	30.336	22	133.651
1935	65.186	44	40.777	27	33.386	22	146.843
1940	70.209	44	46.984	29	34.365	21	159.396

Observamos aqui que, em 1940, os javaneses e os indianos juntos eram numericamente mais fortes do que os crioulos; essa situação ocorreu pela primeira vez em 1925.

Os indianos aumentaram mais rapidamente pelo crescimento natural (a imigração da Índia havia parado em 1918) do que os outros dois grupos³⁴.

Excedente de nascimentos sobre o número de óbitos
por 1.000 habitantes

	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Crioulos	14	11	11	13	13	17	13,6	15,6	16,3	17,3	18,5	14,9	13,7	13
Indianos	3	25	16	22	28	21	23,7	24,1	27,1	26,6	31,3	29,8	27,1	28,3
Javaneses	16	15	7	12	17	17	16,5	15,1	18,8	14,4	17,5	11,8	16,3	14,4

³⁴ Lampe instituiu uma investigação, em 1926, sobre o coeficiente de crescimento dos diferentes grupos étnicos. De acordo com suas descobertas, a população crioula aumentava regularmente, como a população indo-britânica, enquanto os javaneses estavam fadados a desaparecer se ficassem livres para fazer o que quisessem. P. J. Lampe, *Suriname. Sociaal-Hygiënische Beschouwingen*, Amsterdam 1927, p. 545. As correções dos resultados de Lampe por E. Verkade-Cartier van Dissel mostraram que os indianos eram um grupo levemente regressivo. Cf. Verkade, *op. cit.*, p. 172. Em 1929, Lampe publicou alguns resultados que o deixaram mais otimista em suas expectativas a respeito do crescimento do grupo javanês. Cf. Relatório Anual do Departamento de Saúde Pública do Suriname para o ano de 1929, p. 111.

Em conseqüência da concorrência indiana, cresceu na cidade a tensão entre os grupos crioulo e indiano. A rápida ascensão econômica dos indianos aumentou o medo da população crioula de que eles assumissem a liderança comercial do país, de modo que muitos crioulos tendiam a ter uma visão sombria do futuro para seu grupo, presumindo que, sem dúvida, o grupo indiano se tornaria finalmente o maior pelo aumento natural. Essa tensão é agravada pelo fato de – como se observa na introdução –, nenhum dos dois grupos aceitar inteiramente o outro. Por enquanto, felizmente, não há nenhuma probabilidade de sério conflito racial ou tensão que possa ter conseqüências indesejáveis para a paz do país³⁵.

A venda de um grande número de fazendas, a maioria das quais, como se constata anteriormente, passaram para as mãos de residentes no Suriname, tornou dispensável os serviços da maior parte dos antigos *administrateurs*. O reinado deles, que tinham estado no controle do país desde o século XVIII, havia terminado. O grupo de colonos já não era dirigido pelos poderosos *administrateurs*; nem era constituído predominantemente de colonos brancos. Após a emancipação, cada vez mais mulatos se tornaram administradores de fazendas ou feitores, e o casamento entre europeus e mulheres negras e mulatas desse grupo também era mais freqüente. Como resultado, o caráter do grupo de colonos mudou radicalmente, enquanto seu tamanho também se reduzia bastante.

Após 1873, o grupo de colonos europeus brancos deixou de desempenhar papel significativo na história do Suriname. Apenas umas poucas famílias européias permaneceram no país e, finalmente, se

³⁵ Sobre os indianos, cf. R. Karsten, *De Britsch-Indiërs in Suriname*, Haia, 1930, e C. de Klerk, *De Britsch-Indiërs in Suriname, W. I. Gids*, 1942, p. 97, que também descreve as reações indianas em relação aos crioulos. De Klerk não dá a devida importância ao fato de que, além dos sentimentos de superioridade por parte dos indianos, estes também alimentavam sentimentos de inferioridade em relação ao grupo crioulo.

misturaram com os demais grupos. Os bôeres holandeses que haviam se estabelecido perto de Paramaribo e dificilmente se misturavam com outros grupos formaram um conjunto à parte que tinha pouca influência no desenvolvimento do país. A classe alta ainda consistia em europeus brancos, e continuou imutável; mas tratava-se de funcionários antigos com postos na Holanda que permaneciam no Suriname por um período de cerca de dez anos, na maior parte das vezes para retornar ao próprio país definitivamente. A partir de então, não haveria contrapartida europeia branca adicional para esse elemento oficial além dos diretores de algumas grandes companhias e instituições. O governo oficial, daí em diante, apunha sua chancela sobre a sociedade do Suriname; todos os europeus proeminentes do país eram funcionários antigos, enquanto a maior parte dos judeus e mulatos cultos também pertenciam ao corpo oficial.

Com o êxodo dos colonos europeus brancos, os judeus tornaram-se os colonos brancos do país. Isto deu um ímpeto considerável à sua influência e prestígio, e eles se tornaram os líderes da vida pública do Suriname. Joest pôde, por conseguinte, escrever em 1893, justificadamente: *Suriname is keine holländische sondern eine jüdische Kolonie in dieses Wortes voller und klassischer Bedeutung*³⁶.

A posição influente dos judeus, na segunda metade do século XIX, levou as pessoas a superestimarem sua posição no passado do país. É possível verificar, contudo, que, já na primeira metade do século XIX, eles ainda sofriam com os tradicionais preconceitos e discriminação, e que, antes de 1863, apenas um judeu havia sido admitido para um cargo representativo, por exemplo. Embora alguns mulatos tivessem sido designados para postos importantes, isso não aconteceu com os judeus, com raras exceções.

³⁶ W. Joest, *op. cit.*, p. 10.

A posição dos judeus mudou, contudo, rapidamente. Pelo fato de membros do *Koloniale Staten* serem eleitos com base em uma franquia de qualificação de propriedade, muitos judeus se tornaram membros dessa corporação. Quatro dos primeiros 13 membros do *Staten* eram judeus, e houve alguns anos, como o de 1890, em que a maioria dos membros dessa corporação eram judeus. Após as crises do século XVIII, ainda ficaram alguns judeus abastados na Colônia, e seu número, no século XIX, aumentou em conseqüência do comércio. No período subsequente a 1863, vemos uma quantidade de judeus como donos de fazendas ou de firmas razoavelmente grandes. Judeus abastados começaram a enviar seus filhos para a Europa para estudarem, como os colonos brancos tinham feito antes deles, mandando até seus filhos mulatos para o exterior. Muitos destes voltaram à colônia com diploma acadêmico; eles se formavam, de preferência, em direito ou medicina. Dois judeus diplomados foram designados chefes de departamentos em seu regresso ao Suriname; um deles tornou-se o primeiro inspetor de escolas, e o outro superintendente médico da Colônia. Encontramos também alguns judeus entre os comissários de distrito. No século XX, um judeu tornou-se *Agent-Generaal*, isto é, Chefe do Departamento encarregado da Imigração. Muitos judeus ocupavam igualmente postos no segundo escalão do governo. Mas exerciam maior influência na magistratura. Entre 1890 e 1930, houve três presidentes judeus da *Hof van Justitie* (Corte de Justiça) que eram nativos do Suriname; e ocuparam esse cargo durante muitos anos. O quarto presidente do Suriname era um mulato judeu que fora plenamente aceito pelo grupo judeu³⁷. A maior parte dos “práticos”, isto é, dos advogados treinados no Suriname antes de 1920, eram judeus. “Praticantes” e advogados negros e mulatos, como Focke, Palthe van Wesenhagen e Vlier não tiveram sucessores.

³⁷ Cf. o *Surinaamsche Almanak* e o *Vraagbaak voor Suriname*.

Em 1890, o presidente e dois membros da *Hof van Justitie* eram judeus, assim como o juiz distrital e o comissário de polícia; e todos os “praticantes” em atividade naquele ano também eram judeus. Embora no decorrer dos anos alguns advogados holandeses tenham se estabelecido no Suriname, a maioria deles logo entrou para o serviço público e deixou o terreno livre para disputas entre os praticantes judeus surinameses.

Apenas depois de 1910, alguns mulatos juntaram-se às fileiras dos “praticantes”. Todavia, em 1920, quatro dos seis praticantes ainda eram judeus. Por volta de 1940, não havia um só judeu praticante em atividade no Suriname, e apenas um ocupava uma função importante na magistratura.

Foi especialmente como resultado da posição de destaque que ocupavam no Judiciário que os judeus tornaram-se tão influentes no país, e que, como seu grupo incluía um grande número de pessoas com prática jurídica, veio a assumir a liderança no campo político igualmente. Os judeus continuaram a exercer forte influência nos negócios públicos até cerca de 1910. Mesmo que ainda fossem muito poderosos após esse ano, observa-se, contudo, um considerável declínio de seu poder. A data exata em que certos grupos começaram a ganhar ou a perder influência não pode ser precisamente determinada, a menos que isso tenha acontecido por meio de um ou outro evento importante, como uma guerra ou revolução. Mas, por volta de 1910, observava-se mais crioulos alcançando a notoriedade, e gradualmente adquirindo poder. Em 1910, havia seis mulatos contra apenas três membros judeus no *Koloniale Staten*. A influência judaica diminuiu visivelmente depois desse ano. A razão para isso foi tanto o progresso intelectual da classe média negra quanto o fato de que muitos judeus não voltaram ao Suriname depois de terminar seus estudos na Holanda. A emancipação dos judeus na Europa tornou o continente europeu um lugar mais atraente para eles viverem, de modo que muitas famílias judias trocaram

o Suriname pela Holanda. O fato de a religião judaica ter perdido a ascendência sobre muitos judeus surinameses, de modo que podiam agora se casar fora do próprio grupo muito mais facilmente caso desejassem bem como assimilar os costumes dos Países Baixos, dissuadiu muitos judeus de voltarem para o Suriname, ou os induziu a trocar o Suriname pelos Países Baixos. Por causa do prestígio desfrutado pelo holandês como resultado da estrutura colonial do Suriname, os judeus sentiam um desejo cada vez mais forte de serem admitidos nesse grupo considerado superior. Além disso, não havia vaga suficiente no Suriname para graduados universitários, pois tais postos eram geralmente dados a holandeses designados pelo governo.

O grupo negro desenvolveu-se consideravelmente após 1863. Os europeus residentes na Colônia continuaram, de acordo com o costume local, a tomar mulheres negras ou mulatas como governantas, com quem viviam em concubinato. Além desses holandeses, havia também homens casados que mantinham amantes mulatas – ou as chamadas esposas secundárias – com quem, contudo, não conviviam. De acordo com fontes confiáveis, pelo menos três dos governadores entre 1850 e 1900 – dois dos quais eram filhos de famílias holandesas nobres – mantinham concubinas negras ou mulatas. “O estilo surinamês de casamento” era um fenômeno comum na classe média negra e mulata até o início do século XX. Por volta de 1880, três dos seis chefes de Departamentos, dois dos quais eram holandeses e um judeu, viviam com mulheres mulatas. Mesmo entre os mulatos cultos havia muitos que seguiam esse exemplo. O número de mulatos nascidos de pais judeus também aumentou regularmente. A maior parte deles permaneceu fora do grupo judeu, embora alguns tivessem sido finalmente admitidos nele, de modo que os judeus do Suriname não mantiveram sua pureza racial.

“O estilo surinamês de casamento”, portanto, manteve seu caráter de instituição social durante todo o século XIX. Anna de Savornin

Lohman, filha do governador, que viveu no Suriname de 1889 a 1892, relata como ela, uma jovem mulher ingênua, foi informada dessa prática durante sua permanência na Colônia, e como ficou surpresa quando uma de suas amigas mais íntimas na época, uma mulher recém-casada, fez o seguinte comentário sobre um determinado rapaz:

Oh, ele está vivendo da maneira mais respeitável possível com uma governanta permanente”. “Quando ela me explicou”, continua a escritora, “o que é uma ‘governanta’ no sentido particular da palavra, e que ninguém no mundo achava nada de errado nisso, que a maioria dos rapazes viviam com alguma governanta, e que seria ridículo eu ficar zangada com o rapaz em questão que fazia exatamente o mesmo que ‘todos’, então, de fato, eu passei a ficar bem mais informada³⁸.

Embora a reação da devota filha do governador protestante a essa instituição mostrasse uma profunda desaprovação, a citação revela que “o estilo surinamês de casamento” era ainda completamente tolerado no final do século XIX. Após 1900 – nesse caso, também devemos nos resignar ao fato de que é impossível dar uma especificação mais exata da época – as opiniões sobre o concubinato mudaram.

Um maior número de holandeses iam ao Suriname acompanhados pela esposa e pela família, e o “estilo surinamês de casamento” não era mais tolerado como uma instituição social em seus círculos. Isto não significa que relacionamentos amorosos entre holandeses casados ou solteiros e mulheres negras ou mulatas tenham se tornado coisa do passado – elas simplesmente assumiram um caráter mais ou menos sigiloso. Em parte resultante do pensamento corrente na Europa Ocidental, que começava a exercer maior influência sobre a classe média crioula devido ao avanço das comunicações e da melhoria educacional, o concubinato com um europeu já não dava prestígio às mulheres da classe média baixa, à qual pertencia a maior parte das concubinas.

³⁸ A. de Savornin Lohman, *Herinneringen*, Amsterdam, s. d., p. 107.

A autoconfiança desse grupo aumentou, e para a maioria das mulheres o casamento legal com um mulato veio a assumir maior valor do que o “estilo surinamês de casamento” com um europeu proeminente. Daí em diante, foram principalmente as mulheres da classe baixa que se deixaram convencer a entrar no concubinato.

Negócios entre mulheres da classe média e europeus assumiram a mesma forma que em outros lugares – por via de regra desenvolviam-se com base na amizade íntima. O casamento de europeus e mulheres negras ou mulatas, especialmente com mulheres de famílias de mulatas cultas, tornou-se mais freqüente do que no passado.

Como se observa anteriormente, emergiram diversas famílias mulatas proeminentes. Membros dessa classe eram nomeados para cargos importantes bem antes de 1863. Em meados do século XIX, cruzamos com o primeiro mulato entre os chefes de departamentos; trata-se de Batenburg, que foi designado secretário do governo. Depois disso, importantes funções foram preenchidas especialmente por judeus surinameses. Somente depois de 1910, os mulatos voltaram a ocupar postos importantes; essa proeminência era geralmente atingida por eles com base na capacidade, comprovada por meio de uma longa carreira oficial. A razão pela qual os mulatos tiveram de ceder quase inteiramente aos judeus o lugar que haviam começado a ocupar na comunidade, entre 1830 e 1860 deveu-se a que os mulatos que se formavam na Holanda tinham pouca inclinação para voltar ao Suriname –, ao contrário dos judeus no período anterior a 1900. Além disso, havia mais judeus abastados do que mulatos capazes de arcar com uma educação cara na Europa para seus filhos. Seja como for, a situação colonial do Suriname, fazia que o mulato europeu educado fosse encarado como um cidadão de segunda classe por causa de sua cor e história de vida, apesar de sua instrução acadêmica, exercia pouca atração sobre ele. Ele tinha superado esse tipo de sociedade e se sentia mais à vontade na Europa ou no Oriente, onde não havia discriminação contra ele, do que em Paramaribo.

Em 1882, foi criada a Escola de Medicina de Paramaribo, que abriu caminho para a educação acadêmica de muitos surinameses. O diploma de médico – que os qualificava apenas para praticar medicina no Suriname – habilitava os surinameses a prosseguir os estudos numa universidade holandesa.

De muitos que tiraram vantagem dessa cláusula para estudar na Holanda, poucos voltaram para o Suriname.

Depois de se formarem, preferiam se estabelecer nos Países Baixos ou no Oriente, onde conquistavam um bom nome. P. C. Flu, ex-estudante da Escola de Medicina, tornou-se professor de bacteriologia em Leiden, enquanto outros galgaram altos escalões como cirurgiões do Exército. Desse modo, o país perdeu muitos homens inteligentes e empreendedores. Pois muitos que pertenciam à nata do país, que eram ambiciosos e que tiveram a oportunidade de melhorar sua posição, foram para essa Escola de Medicina.

A emigração para Curaçao e Aruba, depois de 1925, também fez muitos rapazes dinâmicos da classe média deixarem o país. Isto teve influência negativa na proporção entre os sexos no país. Em 1943, entre os 3.541 surinameses das Antilhas holandesas, 2.140 eram homens na faixa etária de 18 a 50 anos, e 864 eram mulheres³⁹.

Os mesmos fatores que induziram muitas famílias judias a deixar o país depois de 1900 (que foram apresentados acima) também impeliram um grande número de famílias crioulas a partir. Esse processo, envolvendo a partida gradual dos cidadãos mais destacados a fim de se estabelecerem em outro lugar, prosseguiu sem interrupção a partir das duas últimas décadas do século XIX, e foi extremamente prejudicial para o desenvolvimento das relações sociais no Suriname.

³⁹ *Rapport van de Commissie tot onderzoek en bestudeering van de in het staatsdeel Curaçao levende politieke opvattingen en wenschen* (Relatório do Comitê designado para investigar e estudar as opiniões e ambições políticas no território de Curaçao, Haia, 1946), p. 34, Lista nº I.

Embora no país as classes não tenham se desenvolvido com base na raça, formou-se uma certa hierarquia de classes que, como é mostrado no capítulo anterior, coincide com certos grupos raciais. Esse fenômeno não desapareceu após a emancipação. A mudança na composição da população, que resultou da afluência dos indianos e javaneses, não produziu nenhuma mudança drástica nesse padrão; junto com os negros, eles formaram a classe operária.

No período entre 1863 e 1940, contudo, ocorreram algumas mudanças em consequência das quais a posição na escala social não coincidiu mais tão marcantemente como antes com as gradações de cor. Mas a maioria da classe superior ainda era constituída de brancos, a classe média de judeus e mulatos, e a classe baixa, de negros, indianos e javaneses.

O número de mulatos da classe alta permaneceu extremamente baixo devido aos fatores anteriormente mencionados. Nenhum negro, hindustani ou javanês foi encontrado na classe alta antes de 1940.

Se a classe média for dividida em classe média alta e baixa, pode-se dizer que a classe média alta consistia predominantemente em mulatos e judeus a que se vinculavam poucos negros e indianos, enquanto havia um influxo considerável de negros para a classe média baixa, de modo que o negro veio a constituir a maioria dessa classe. Alguns artesãos judeus – principalmente ferreiros – e comerciantes também pertenciam a essa classe. Depois de 1925, um número razoavelmente grande de indianos juntou-se, igualmente, a esse grupo.

A classe trabalhadora era formada quase inteiramente de negros, indianos e javaneses.

Os critérios aplicados à determinação da classe a que o indivíduo pertence são múltiplos. Mas, por via de regra, os dois principais – a profissão do indivíduo e sua posição financeira ou de renda – em combinação, indicam com bastante precisão a que classe uma pessoa pertence.

O *status* de uma pessoa é determinado pelo prestígio social de que ela goza como membro de um grupo. Esse prestígio é, em sua maior parte dependente da classe à qual ela pertence. No Suriname há outro fator especial – ausente na maior parte dos países europeus – que desempenha um papel na determinação do prestígio do indivíduo, a saber, a sua cor. O grupo líder, que desfrutava do maior prestígio na comunidade, era formado desde tempos remotos por europeus. Sua cor tornou-se um critério de *status* – quanto mais uma pessoa tinha semelhança com esse grupo, de mais prestígio ela usufruía.

A consciência de classe desenvolveu-se de uma forma bastante incompleta entre os habitantes desse país. As pessoas sabiam que uma família desfrutava de maior prestígio do que outra pela posição dos pais ou dos avós na sociedade e devido a seu nível educacional ou cultural. Mas o reconhecimento explícito do prestígio de um indivíduo com base no fato de pertencer a uma família particular nunca foi relevante no Suriname, embora o prestígio atribuído à função pública importante ocupada era, por outro lado, reconhecido. Quando muitas famílias crioulas proeminentes deixaram o país, nenhuma elite crioula com tradição própria tampouco se desenvolveu; não havia nenhum grupo de famílias crioulas destacadas estreitamente ligadas que admitisse em seu círculo famílias recém-chegadas à prosperidade, permitindo assim que assimilassem o estilo de vida do grupo proeminente. Havia, contudo, um certo grau de mistura social entre diferentes famílias crioulas negras ou mulatas das quais outras famílias eram mais ou menos excluídas devido ao baixo nível cultural.

O desenvolvimento da consciência de classe no Suriname foi impedido pelo sistema de classes abertas com muitas pessoas ascendendo de uma classe mais baixa para outra mais alta. Os laços de família eram muito fortes no Suriname, e a pessoa que melhorava de posição social mantinha-se em estreita ligação com seus parentes, mesmo que esses pertencessem a uma esfera social totalmente diferente. Era fácil encontrar

numa mesma família um filho seguindo uma carreira profissional enquanto outro trabalhava no comércio ou como operário, ou ocupava um posto humilde de caixeiro. Numa sociedade pequena, as origens humildes das pessoas que alcançam notoriedade não são, além disso, facilmente esquecidas. Esses fatores ajudavam a impedir que a evolução social determinasse o comportamento e o orgulho de classe. Diferenças de classe e categoria não tinham grande influência na mistura social. Como resultado, pessoas que pertenciam a classes totalmente diferentes misturavam-se umas com as outras em total pé de igualdade. Toda a vida social era marcada por uma certa informalidade. Os viajantes não deixavam de notar as relações de classe nesse país. Elout van Soeterwoude, que passou um curto período no Suriname, escreveu em relação à sociedade da Colônia, em 1890:

Pouca atenção é dada a diferenças de classe e posição, e podemos encontrar a pessoa que nos vendeu alguns pregos ou uns poucos cúbitos de Osnaburg do outro lado do balcão pela manhã – tratando-nos com um grau de familiaridade que parece completamente deslocado, pois não estamos acostumados a ser tratados de forma familiar numa loja – sentando-se do outro lado da mesa na ceia na casa de uma das autoridades à noite, ou no Clube, jogando cartas com a *jeunesse dorée* da cidade⁴⁰.

Até o momento houve pouca mudança real nessa situação.

Algumas mudanças, todavia, aconteceram na natureza das relações entre grupos raciais e na atitude de uns em relação aos outros no período entre 1863 e 1940.

Ao falar do holandês e do surinamês quem fala tem, de modo geral, em mente, em primeiro lugar a relação entre o holandês e o

⁴⁰ W. C. N. Elout van Soeterwoude, *Onze West*. Haia, 1884, p. 28. Cf. também A. C. Wesenhagen, *Een en ander over de West*, Rotterdam, 1896, p. 33.

surinamês de classe média negra ou mulata. Na análise desse relacionamento, contudo, deve-se considerar que os “surinameses” em questão aqui compreendiam dois grupos raciais, a saber, os judeus e os mulatos. Embora eles geralmente se apresentassem ao holandês como uma frente unida, havia também diferenças entre eles do ponto de vista de raça e, assim, a atitude do grupo holandês era diferente relativamente a cada um. As opiniões do grupo holandês com respeito aos judeus do Suriname eram determinadas por sua atitude para com os judeus na Holanda. Como resultado da emancipação dos judeus na Europa e pelo fato de idéias mais tolerantes estarem ganhando terreno, a atitude dos holandeses da Colônia em relação aos judeus surinameses também mudou, como pôde ser observado acima. Apesar disso, em muitos casos eles continuaram a ser tratados com uma certa reserva e a ser encarados como “diferentes”. Mas, no todo, havia maior disposição de tratar os judeus mais como iguais do que os mulatos, embora nos dois casos, eles não fossem encarados como membros de uma raça inferior. De um modo geral, o holandês do Suriname tinha em grande consideração o intelecto dos judeus surinameses, embora os acusasse de ambição e nepotismo⁴¹.

Os mulatos também se queixavam reiteradamente dessas duas características do grupo judeu⁴². Embora muitas famílias judaicas e de cor mantivessem relações amistosas umas com as outras, o judeu tampouco encarava o mulato como seu igual. Como resultado, os mulatos desenvolveram um sentimento latente de anti-semitismo, embora este só algumas vezes se expressasse em declarações agressivas na privacidade do lar. O fato de mais judeus do que mulatos serem considerados como pertencentes à classe alta também deu origem a

⁴¹ Sobre uma opinião holandesa oficial a respeito dos judeus do Suriname, cf. *Rapport Staatscommissie* (Relatório da Comissão do Governo de 1911), p. 73. Além de louvar seu intelecto, o Relatório também fala do autoconceito dos judeus e de seu sentimento de vítima.

⁴² Cf. Reman Irus (Surinamer) em *Het Koloniaal Weekblad*, 14th June, 1906, nº 24.

uma distinção de classe entre os dois grupos. Por trás do cenário também havia uma competição por funções no governo que, como vimos acima, já haviam surgido no final do século XVIII.

As classes baixas também nutriam sentimentos anti-semitas latentes, pois viam nos judeus os descendentes dos antigos proprietários de escravos que, ao contrário dos proprietários europeus, tinham permanecido no país. Apenas por um curto período, durante o governo de De Savornin Lohman (ao qual voltaremos no próximo capítulo), isso deu origem a explosões de anti-semitismo em público e até a atos de violência.

A consciência racial exerceu influência marcante nas relações entre os holandeses – como os europeus que vinham da Holanda eram chamados – e os surinameses. Voltarei a esse racismo posteriormente. Contudo, a consciência de classe, de *status* e a política também exerciam considerável influência nessas relações.

A maioria dos holandeses que eram nomeados no exterior, com exceção do pessoal militar de baixa patente, pertencia à classe alta e ocupava os postos mais importantes. Surinameses, judeus e mulatos eram, em sua maioria, oficiais subalternos ou ocupavam uma posição inferior na escala social à de europeus nomeados no exterior. Isto fazia que os holandeses do Suriname se considerassem como uma aristocracia colonial. Por causa da ausência de um grupo de colonos holandeses proeminentes, os conflitos políticos entre os oficiais mais antigos e os residentes no país assumiram a natureza de um conflito entre dois grupos que diferiam um do outro com base na raça. Os “holandeses”, além disso, eram considerados responsáveis pela política adotada pelo governo dos Países Baixos em relação ao Suriname. Isso despertava amargura do grupo “holandês”. Os holandeses se consideravam os detentores da autoridade e os representantes do Estado dos Países Baixos, com que eles vieram a se identificar tão completamente que as afrontas pessoais recebidas ou as críticas por sua política eram interpretadas como

ataques ao governo dos Países Baixos, ofendendo seu orgulho nacional. Da mesma maneira, as opiniões sobre raça freqüentemente influenciavam as decisões políticas e oficiais em relação aos surinameses – isso constituía um fator especialmente significativo na consideração de surinameses para importantes indicações no governo. Quando, depois de 1910, os mulatos substituíram o comando dos judeus na luta política entre holandeses e surinameses, a política do governo passou a ser cada vez mais influenciada pelas opiniões com as quais a classe dirigente europeia concordava em relação aos mulatos.

Só no período entre 1850 e 1880, o relacionamento entre o grupo dirigente de europeus e os habitantes do país foi inteiramente satisfatório. Como se constata acima, Van Lennep Coster observou uma apreciável melhora nas relações entre brancos e mulatos já em 1840; esse processo continuou após 1840. Por volta de 1855, encontramos uma quantidade de holandeses e mulatos proeminentes fraternalmente unidos no conselho editorial do jornal *West-Indië*. Entre eles, encontra-se o nome do ex-governador Van Sypesteyn. No governo de Van Sypesteyn, o relacionamento entre oficiais holandeses veteranos e os habitantes do Suriname estava em seu melhor momento. Durante o seu mandato (1873 – 1882) ele conseguiu estabelecer um acordo duradouro entre os dois grupos, apesar dos desacordos políticos.

O Palácio do Governo abria as portas a pessoas de todos os grupos, enquanto Van Sypesteyn freqüentemente convidava hóspedes brancos assim como negros e mulatos para os mesmos bailes e jantares dançantes.

No governo de seu sucessor, o governador Van Heerdt tot Eversberg, a situação começou a evoluir numa direção menos favorável, e após a sucessão deste pelo governador Smidt o relacionamento entre holandeses e surinameses assumiu uma forma que permaneceu característica de todo o período após 1880⁴³.

⁴³ Cf. Thomson J. J., *Waar gaan wij Heen*, Paramaribo, 1901, p. 19 (panfleto).

Algumas vezes a situação melhorava, como no governo de Van Asch van Wijk (1891-1896), que, pouco depois de assumir o cargo, declarou em discurso feito em uma audiência pública por ocasião da celebração do aniversário da rainha regente, que ele “não faria discriminação entre surinameses e holandeses”. Mas após sua aposentadoria do cargo, as relações entre os dois grupos jamais voltaram a ser boas. Tanto os holandeses quanto os surinameses desenvolveram uma atitude mental que, no caso dos surinameses, era transmitida de uma geração à outra, enquanto no grupo holandês cada um que chegava era influenciado pelas atitudes dos membros do grupo do qual ele se tornava membro.

Algumas vezes essa situação melhorava temporariamente como resultado da conduta de determinados holandeses que não tinham preconceitos e conseguiam êxito transpor até certo ponto o abismo entre os dois grupos. Mas eles eram seguidos por outros cuja conduta dava origem a conflitos que novamente resultavam na deterioração da situação.

Nos últimos sete anos antes e durante a Segunda Guerra Mundial, no governo Kielstra, as relações entre holandeses e surinameses haviam se deteriorado mais seriamente ainda.

Desde a aposentadoria do governador Van Sypesteyn, o grupo holandês, influenciado pelos três fatores mencionados acima – visões sobre raça, consciência de classe e antagonismo político –, formou um grupo do qual todos os surinameses foram excluídos. As opiniões sobre raças eram o mais importante dos três fatores, pois, mesmo os surinameses que podiam ter-se misturado socialmente com os membros do grupo holandês como seus iguais em virtude da posição ocupada, permaneceram excluídos dela, ou se eram admitidos ocasionalmente, eram definitivamente tratados de modo a se sentirem intrusos, ou que eram apenas tolerados. Por outro lado, os holandeses que, com base em sua posição, não pertenciam a esse ambiente, eram algumas vezes vistos na companhia de membros desse círculo.

Visitas pra lá e pra cá, presença em festas e jantares são critérios que determinam a intensidade da mistura social. Admitidamente, os europeus, algumas vezes, retribuía visitas sociais às famílias judias ou negras e mulatas, mas estas sempre tinham um caráter formal; os surinameses não eram, em geral, convidados a fazer visitas sociais mais informais ou a comparecer a jantares ou festas mais íntimas realizadas por membros do grupo holandês. Recém-chegados da Holanda que eram admitidos no grupo de seus compatriotas no Suriname eram aconselhados, imediatamente após a chegada à Colônia, a observar a maior reserva em seu trato com os surinameses e a restringir seus contatos sociais com eles ao estritamente necessário.

Em contraste com a prática nas colônias britânicas, tanto holandeses como surinameses freqüentavam o mesmo clube. Ambos os grupos mantinham-se ali mais ou menos afastados, mas havia maior contato social dentro do clube do que fora. Um fenômeno que é característico da segregação dos dois grupos, por um lado, era a existência de dois clubes de tênis separados em Paramaribo – cujos terrenos eram contíguos – um para surinameses importantes e outro para os holandeses. Afora algumas exceções, nenhum surinamês era admitido como membro do clube holandês. Eles sabiam que não eram bem-vindos, e que seus esforços para serem admitidos como membros desse clube tinham pouca chance de sucesso; sabe-se até do caso de um surinamês que foi expulso.

Desde 1880, a elite holandesa e surinamesa formavam dois grupos à parte que tinham contatos uma com a outra apenas em ocasiões muito especiais – exceto no clube – como nas recepções no Palácio do Governo, nas festa à fantasia beneficentes, ou nas necessárias visitas exigidas pelo protocolo. Raramente as crianças surinamesas e holandesas tinham a oportunidade de se tornarem amigas com o consentimento de seus pais. Apenas os jovens solteiros holandeses que freqüentavam famílias com filhas em idade de se casar tinham contato mais freqüente com famílias surinamesas cultas.

Para compreender melhor a relação entre os dois grupos, é necessário aprofundar o estudo sobre as opiniões que os membros dos diferentes grupos nutriam um em relação ao outro, bem como sua atitude mental.

O europeu que embarca para o Suriname está familiarizado apenas com os mulatos e negros dos livros e fotos. A literatura em que ele geralmente colhe sua informação implanta nele firmemente o axioma da superioridade da raça branca e da inferioridade das demais raças. O mulato, parcialmente descendente de uma raça que, em sua opinião, é inferior, portanto é automaticamente rejeitado como um ser inferior. Teorias antiquadas sobre raça e predisposição racial são extremamente persistentes e continuam a dominar a opinião de pessoas até com instrução acadêmica elevada, ainda muito tempo depois dos cientistas terem provado serem essas teorias insustentáveis. O fato de ser impossível para o cientista provar que certos indivíduos são inferiores com base na predisposição racial e dos resultados da pesquisa científica apontarem para uma direção diferente estão ganhando terreno apenas lentamente nos diferentes estratos da população.

Portanto, os europeus chegavam ao Suriname com a firme convicção sobre a natureza dos negros e mulatos com quem tinham de trabalhar juntos em sua nova carreira ou de quem ele passaria a ser encarregado. No Suriname, ele entrava num grupo que possuía uma ideologia de raça herdada de uma sociedade alicerçada na instituição da escravidão. Essa ideologia era simplesmente a elaboração do axioma da inferioridade da pessoa negra ou mulata com que ele já estava familiarizado. Nos capítulos precedentes discuti a origem e o conteúdo dessa ideologia e vimos que, na primeira metade do século XIX, as opiniões concernentes ao mulato mudaram para pior. Essas opiniões negativas referentes à pessoa negra ou mulata continuaram a existir no período de 1863-1940, não obstante o fato da posição social do grupo mulato ter melhorado muito e de vários negros ou mulatos terem ganhado proeminência.

A pobreza do Suriname e a situação do emprego após a Emancipação, além disso, forneciam um fértil solo para a propagação da ideologia racial. Como se mostra acima, foram feitas tentativas para demonstrar que a inferioridade da população era a causa das dificuldades que haviam surgido. Mas em alguns pontos, as pessoas se viram obrigadas a rever os preconceitos existentes. Confrontadas com o exemplo de inúmeros mulatos inteligentes, as pessoas dificilmente podiam continuar a sustentar que negros e mulatos eram intelectualmente inferiores. Mas, quando eram forçados a reconhecer a inteligência de um mulato, os europeus atribuíam isso à herança de seus ancestrais brancos, enquanto as características negativas eram naturalmente atribuídas a influências da raça negra.

Elout van Soeterwoude formulou o julgamento do homem branco sobre os mulatos da seguinte maneira, em 1890:

Em geral, pode-se dizer que o mulato combina os vícios característicos de ambas as raças e possui apenas algumas virtudes. Ele é caracterizado pela indolência, irresponsabilidade, falta de energia e excessiva presunção⁴⁴.

Contudo, por via de regra, o mulato não é pouco inteligente e tem grande aptidão para aprender línguas e música. Indubitavelmente, ele pode se transformar num membro valioso da sociedade se receber uma melhor educação. Elout van Soeterwoude não acreditava que o negro fosse pouco inteligente. Observava, com referência a uma visita a uma escola distrital que lhe interessava porque queria investigar se a afirmação de algumas pessoas de que os negros e mulatos possuíam inteligência inferior tinha algum fundamento: “Não penso que isso poderá ser observado nas escolas. Acontece que geralmente o próprio sistema escolar

⁴⁴ Elout van Soeterwoude, *op. cit.*, p. 28.

é falho, pois em alguns casos ele é organizado em linhas demasiado européias”⁴⁵.

G. Verschuur escreveu, em 1892, depois de ter sido hóspede por um mês do governador do Suriname Van Asch van Wijck, que tinha reputação de ser esclarecido e diplomático:

As diferentes gradações de mulatos e crioulos apresentam a mesma diversidade que os fragmentos de vidro de um caleidoscópio. Sentimentos tentados a submeter muitos deles à influência de um gerador elétrico a fim de dispersar a letargia e o langor que caracterizam seus movimentos e são estampados em suas expressões. O Suriname não pode esperar um grande ímpeto desse setor da população; tudo que lhes falta é uma cadeira de balanço de Java para aperfeiçoar seu estado de *dolce far niente*.

Em relação ao negro, Verschuur escreveu:

O negro, de sangue totalmente negro é o mesmo produto de criação – ou como eu preferiria dizer, um erro de imprensa da natureza – encontrado em outras regiões tropicais. Ele é preguiçoso, estúpido, impudente e, ainda de quebra, com freqüência, presunçoso⁴⁶.

Esses julgamentos de Elout van Soeterwoude e de Verschuur têm um caráter extremamente radical. Sem dúvida, nem todas as pessoas holandesas do Suriname manifestavam opiniões tão diferenciadas concernentes ao negro e ao mulato, enquanto havia mesmo alguns que estavam convencidos do contrário. Apesar disso, pode-se dizer que a maioria dos europeus que viviam no Suriname compartilhava a mesma opinião sobre mulatos e negros, que correspondia aproximadamente àquela sustentada pelos autores acima. O europeu da Colônia estava

⁴⁵ *Ibid.*, p. 29 e 32.

⁴⁶ G. Verschuur, *Een Maand in Suriname, Elseviers Maandblad*, 1892, nº 1.

convencido de sua superioridade em relação aos habitantes nativos do Suriname.

Os oficiais europeus mais antigos do governo sustentavam a opinião de que o mulato tinha inteligência e competência com base no percentual de sangue europeu. Nesse caso, ele estava eminentemente capacitado para os postos de segundo escalão na máquina administrativa, pois seu conhecimento do país lhe dava uma certa vantagem sobre os funcionários nomeados no exterior. Faltava-lhes, contudo, senso de responsabilidade para qualificá-lo para funções elevadas e especialmente coragem moral para agir contra seus concidadãos. Era uma opinião aceita que os mais proeminentes funcionários do Suriname tinham medo de fazer inimigos numa sociedade tão pequena. Considerava-se que os funcionários subalternos, como membros das classes baixas, eram especialmente obsedados pelo medo da *wisi* ou magia negra. Muitos europeus aderiram ao axioma do negro inferior sem questioná-lo. Eram, muitas vezes, apoiados nisso pelos judeus e mulatos, que olhavam o negro com desprezo e abordavam os europeus como autoridade sobre o país e sobre o negro. O mulato não compreendia que estava confirmando a própria inferioridade aos olhos dos europeus, sublinhando a inferioridade de uma raça da qual ele mesmo descendia. Um verbo especial derivado da palavra “negro” (*vernegeren*) era usado nas famílias européias e mulatas no sentido de retrocesso ao mais baixo nível de depravação. Isto se referia não apenas à circunstância de que o grupo da população mais baixa consistia predominantemente em negros, mas também das características raciais do negro.

A tensão que existia entre holandeses e surinameses fazia que os membros de ambos os grupos se observassem uns aos outros com olhos supercríticos. Como resultado do antagonismo existente herdado do passado e preservado, os holandeses mostravam uma tendência cada vez maior a se retrair em inteiramente em seu próprio círculo. Diferenças entre seu próprio estilo de viver e o dos surinameses coloniais eram

criticadas e exageradas pelo próprio círculo. Diferenças na fala eram ridicularizadas, e as diferentes condições encontradas pelo europeu numa sociedade que ele não entendia e não podia compreender eram objeto de escárnio e ridículo. Para um pequeno grupo de europeus que se encontravam isolados num ambiente que lhe era alheio, incompreensível e que lhe oferecia pouca diversão, o surinamês era um tema divertido de conversação.

O ambiente social do Suriname era, além disso, provinciano; o holandês, que estava acostumado a viver numa grande cidade ou a se mover em círculos distintos, com frequência reagia da mesma forma que se estivesse vivendo uma estada compulsória prolongada numa pequena cidade rural na Holanda. No início, certas condições o aborreciam e irritavam. Depois de algum tempo, ele inconscientemente se tornava parte do novo ambiente e começava a atribuir importância exagerada à conduta das outras pessoas, a criticá-las e censurá-las. Em muitos casos, os próprios membros do círculo vinham de um ambiente provinciano ou de um cenário de classe média baixa e tinham ascendido de uma situação humilde para a posição de aristocratas europeus numa pequena comunidade, de modo que, em consequência, faltavam-lhes qualidades necessárias. Ou, mais graves, eram os filhos de patrícios protestantes que julgavam a sociedade com padrões morais e costumes mais indulgentes e com diferentes noções quanto ao que era permissível de acordo com o puritanismo da mente estreita de seus antepassados burgueses.

Anna de Savornin Lohman fez um relato de algumas de suas primeiras reações à atmosfera paroquial durante a época que passou no Suriname (1889-1892):

Tive um forte sentimento do ridículo [da situação]. Começou quando na chegada a Paramaribo presenciei um desfile de cartolas antiquadas usadas por aqueles que vinham apresentar seus cumprimentos a meu pai em sua condição oficial. Todos esses funcionários, tanto os

de alto escalão quanto os de baixo, estavam a bordo para apresentar seus cumprimentos antes de nosso desembarque. Nós – uns poucos jovens que tinham vindo comigo e eu – vimos esses aturdidos cavalheiros, vestidos em ternos escuros para aquela inusitada hora do dia ou mesmo em uniformes apertados, aproximando-se nos raios ofuscantes de um sol tropical, exibindo na face a expressão formal apropriada, sentados eretos como um fuso nos botes salvavidas. Nada me divertiu tanto como aquelas cartolas – algumas extremamente estreitas, outras exageradamente pontudas, chapéus com enormes abas ou excessivamente largos, de acordo com a moda na época em que o dono da peça de adorno de cabeça havia deixado a Europa. No momento não compreendi que os cavalheiros notavam minha hilaridade e meu divertimento, mas eles *tinham* de curvar-se e ser polidos *porque* eu era a filha do governador, mas me detestaram ainda mais, desde o início, por tratá-los assim⁴⁷.

Mas, apesar dessa reação, ela mesma tornou-se depois um membro do grupo que no princípio lhe parecera tão ridículo. Em seu livro *Memoirs*, que publicou, lamentava ter-se permitido empolgar pelo espírito do círculo holandês do Suriname. Nesse sentido, escreveu:

Quantas coisas gentis e delicadas eu poderia ter feito e dito sem a mais leve falsidade se tivesse sido menos exclusivista e não tivesse me misturado unicamente com meu próprio grupinho formado de algumas famílias européias e pessoas jovens, em cuja sincera amizade eu provavelmente tinha uma fé demasiado ingênua na época – embora pessoalmente eu não deseje ofender nenhum deles em retrospecto – porque eu mesma jamais fui capaz de suspeitar de lisonja, auto-interesse ou subserviência em relação a isso. Eu era como meu pai nesse aspecto; exatamente como ele acreditava implicitamente na boa-fé e probidade dos funcionários mais antigos de seu círculo imediato porque o pensamento da prática comum de pescar em

⁴⁷ De Savornin Lohman, *op. cit.*, p. 98.

águas turvas *nunca* lhe ocorreu, eu, por meu turno, não compreendia que entre os jovens e famílias que eu favorecia – de modo tão totalmente arbitrário – com minha amizade, poderia haver alguns para os quais “a honra” em particular de usufruir de familiaridade íntima com o Palácio do Governo contava muito mais do que minha amizade pessoal, de modo que eles exploravam *minha* amizade sincera por quaisquer motivos exceto os desinteressados.

Repito que compreendo agora que por causa de tudo isso deixei de praticar o bem e causei muito prejuízo; compreendo agora que é indelicado rir à socapa diante de uma dama que pode estar usando roupas de um corte um tanto antiquado ou falando um tipo de holandês meio estranho, mas que pode possuir grandes virtudes; é indelicado aplaudir os diz-que-diz no clube onde rapazes desocupados imaginam mexericos maliciosos às custas das próprias famílias que os receberam tão hospitaleiramente, simplesmente por causa do modo espirituoso como isso pode ser proferido⁴⁸.

Para completar o quadro, acrescento a seguinte citação de suas *Memoirs*:

Paramaribo é sempre um lugar tão pequeno; cada ligação, cada boato, cada incidente picante, mesmo que tenha ocorrido num passado sombrio, é discutido, analisado e virado do avesso – não sem motivos inconfessos – e repetidos nos círculos mais altos do Palácio do Governo – também por motivos inconfessos, é claro. O resultado era que em minha decepção comecei a generalizar cada vez mais e me afastei cada vez com mais repugnância das senhoras de respeito às quais eu tinha sido informada que seus nomes estiveram ligados no escândalo com tal e tal cavalheiro em tal e tal época; de cavalheiros que cortejaram as mesmíssimas damas enquanto sabiam que suas próprias esposas olhavam com profunda aflição; de rapazes que tinham muito a dizer contra ‘as mulatas surinamesas’,

⁴⁸ *Ibid.*, p. 101.

mas que, por outro lado, não se mostravam nem um pouco relutantes em aceitar o que quer que essas mesmas mulatas surinamesas quisessem lhes oferecer, inclusive o presente mais íntimo⁴⁹.

Os surinameses estavam familiarizados com as opiniões expressadas pelo grupo holandês em relação às mulatas e negras. Podiam ler na imprensa as opiniões desfavoráveis de viajantes, que em muitos casos haviam sido cordialmente acolhidos. Na sociedade colonial nada permanece em segredo, menos ainda as opiniões publicadas; o círculo em que as pessoas se movem é pequeno, as casas são abertas e há criados domésticos nativos que ouvem e entendem mais do que o europeu suspeita e que relatam tudo o que é dito textualmente a seus conterrâneos. Havia também membros do grupo holandês que em sua presunção expressavam suas opiniões abertamente; e havia simples burgueses, como a proeminente dama holandesa que informou a uma senhora surinamesa, ao lhe fazer uma visita formal que ela não conseguia entender “o que as pessoas tinham contra os surinameses” e que “ela não tinha a mínima objeção a que os surinameses se sentassem em suas belas cadeiras”.

Incidentes que atestam a mentalidade de ambos os grupos ocorriam, além disso, freqüentemente. Em 1905, alguns surinameses publicaram um aviso nos jornais do Suriname com referência ao fato de a candidatura de um holandês para o *Koloniale Staten* ser apoiada por um grupo de pessoas negras e mulatas⁵⁰. Os trechos a seguir foram extraídos desse aviso:

É com sentimentos de pesar e embaraço que descobrimos que o anúncio designando R. Fabriek como membro do *Koloniale Staten* tem a assinatura de um grande número de pessoas negras e mulatas. Perguntamo-nos como isso é possível nos dias de hoje.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 111.

⁵⁰ Thomson, *Waar gaan wij Heen*, p. 12.

Como pode um genuíno surinamês, além do mais, uma pessoa negra, atualmente apoiar a candidatura de um holandês, quando a maior parte dos holandeses nada mais faz do que falar desdenhosamente ‘desses negros’ e ‘desse país de babuínos’?

Está acima da minha capacidade de compreensão como um mulato em seu juízo perfeito pode ter sob tais circunstâncias recomendado a candidatura de Fabriek.

J. R. Thomson, um mulato proeminente, escreveu uma série de artigos no *Onze West*, jornal diário publicado em Paramaribo na época, com referência ao anúncio em questão, em que ele se opunha à atitude de seus compatriotas para com os holandeses e tentava convencê-los que nem todos os holandeses “odiavam o Suriname”⁵¹.

Esses artigos mostram claramente de que modo as relações raciais tinham se desenvolvido durante o ano de 1905.

É inegável, escreve Thomson, que especialmente nos últimos anos uma certa hostilidade entre alguns cidadãos holandeses europeus e negros e mulatos da Colônia está se tornando cada vez mais marcante, e que esse comportamento procura exagerar tanto quanto possível as deficiências e erros uns dos outros e levantam um grande clamor público sobre eles. Essa ausência de espírito de caridade que procura cobrir o que pode é uma prova evidente do fato de que ambos os tipos de súditos dos Países Baixos não se respeitam nem se apreciam.

Portanto, não me surpreende, embora o lamente, que alguns cidadãos holandeses brancos manifestem bem claramente não apreciar de modo algum os ‘negros’, como eles chamam todos os súditos holandeses nascidos fora dos Países Baixos e que não são tão brancos como eles mesmos.

O que eu acho mais difícil de explicar, é que há algumas senhoras holandesas para as quais, como me foi assegurado, garotas surinamesas caluniosas consideram as garotas negras – como elas as qualificam,

⁵¹ Thomson, *ibid.*, p. 19.

pouco importando quão claras de pele e bem-educadas possam ser –, como criaturas de categoria inferior à das garotas das mais esqualidas favelas de uma cidade holandesa. O escritor continua em outra passagem: “Embora eu lamente fazer isso, devo admitir que podem ser encontrados alguns cidadãos holandeses brancos – tanto senhoras como cavalheiros, mas especialmente senhoras, que são talvez um pouco menos discretos do que suas caras-metades! – que parecem achar muito divertido pintar seus irmãos e irmãs mais negros até do que a mãe natureza já os fez. Verdadeiramente, eu não acharia muito difícil fazer uma lista completa dos nomes desses argutos cavalheiros e damas que inventam todas as maneiras maliciosas de fazer o surinamês nativo parecer ridículo ou insultá-lo; quem levanta o nariz diante do mais respeitável surinamês; que olha todos os surinameses como ladrões e salafrários; que considera que apenas a raça branca pode alegar possuir cérebros; que realmente acredita que tudo o que é requerido para passar por pessoa culta e refinada é ter o crânio branco; que considera ridículo e abominável para um holandês contrair matrimônio com uma bela nativa; que é capaz de pensar que o casamento entre uma dama branca e um cidadão holandês mulato *C'est plus d'une faute, c'est un crime*; que... não preciso dizer mais nada, já estou farto de mexer em toda essa lama⁵².

A observação de Thomson de que são especialmente as mulheres que alimentam opiniões radicais referentes aos membros de um grupo de mulatos e que as expressam, é um fenômeno observável igualmente em outras sociedades coloniais. As mulheres de um pequeno grupo que vivem em meio a um grande número de mulheres de raças diferentes desenvolvem ambições de monopolizar sexualmente os homens, especialmente homens solteiros, de seu próprio grupo. Portanto, casamentos mistos causam invariavelmente a sensação e dão origem aos mais cáusticos comentários. Em muitos casos, todo esforço

⁵² Thomson, *ibid.*, p. 13 e 22.

é feito para evitar que o “renegado” realize o futuro casamento e para convencê-lo de seu erro. Não é preciso dizer que isso provoca grande amargura nos envolvidos quando não se alcança o resultado pretendido.

Thomson teve seus textos republicados com um artigo suplementar seis anos depois com referência a uma *cause célèbre* na sociedade do Suriname. Em 1911, o pároco da comunidade luterana, o reverendo A. E. Boers, fez uma conferência pública em Paramaribo, que apareceu em forma de brochura pouco tempo depois, e que tratava do relacionamento entre os holandeses e os surinameses⁵³. Naquele mesmo ano, houve uma grande comoção quando foi descoberta uma conspiração para derrubar o governo, planejada por um inspetor de polícia húngaro a serviço do governo no Suriname, de nome Killinger; havia alguns cúmplices surinameses. Isto levou Boers a falar da tensão entre os dois grupos e a resumir os problemas sociais do país a uma única avaliação. “Todo o caso pode ser visto aqui de um ponto de vista cômico”, escreveu Boers em sua publicação extraordinária. “Todos vêem seu absurdo. Mas se eu olhasse para isso desse modo não estaria falando com vocês esta noite”⁵⁴. Era intenção de Boers mostrar aos surinameses, no interesse de toda a população, tanto aos mulatos quanto aos negros, em que ponto eles estavam enganados, e em agir como intercessores para os últimos junto às pessoas negras e mulatas. Contudo, suas confusas declarações provocaram profunda indignação no país. As pessoas estavam menos inclinadas a considerar o objetivo – que era despertar os surinameses –, do que o fato de que eles eram declarados elementos estranhos à nação holandesa com base na raça, e mais especialmente, a declaração pretendida pelo holandês Boers a incitá-los a um maior esforço no interesse do desenvolvimento do país, a saber: “Nós somos mais do que vocês”. Essa declaração precipitada

⁵³ A. E. Boers, *Over de beweging in deze dagen*, Paramaribo, 1911 (brochura).

⁵⁴ *Ibid.*, p. 3

permaneceu viva na memória de muitos surinameses como aforismo racista, que eles suspeitavam ser endossada por todos os holandeses e que era abertamente expresso nessa ocasião⁵⁵.

Não teríamos dificuldade em listar mais exemplos – antigos e recentes – de declarações que caracterizam a mentalidade de ambos os grupos; há também outros exemplos de incidentes similares. Houve pouca mudança na natureza quer das declarações quer dos incidentes durante todo o período anterior a 1940.

Os negros e mulatos desenvolveram um sentimento de maior insegurança interna, resultante da discriminação a que estava sujeita a pequena sociedade nas mãos de um grupo que ela encarava como grupo de referência. Seu ideal era a completa assimilação aos holandeses, tanto racial como culturalmente. A seu entender, o homem holandês era cercado com uma aura de superioridade, pois ele era uma criatura que era, via de regra, membro do grupo que exercia o poder no Suriname e era um nativo do país que era o próprio berço do saber e da cultura que ele tanto se esforçava por atingir. Além disso, o holandês do Suriname desfrutava do prestígio de homens que vinham do exterior e que supostamente tinham visto mais do mundo e conheciam a vida em todos os seus aspectos. Na maioria dos casos, eram, além disso, pessoas com título acadêmico, o que era objeto de grande prestígio. Como o homem branco era visto como um ser superior, a porcentagem de sangue europeu que um indivíduo possuía também veio a ser encarada como um padrão pelo qual seu valor podia ser medido. Isso capacitava os outros a determinarem até onde o indivíduo progredira em seu caminho em direção ao ideal, isto é, à completa assimilação ao europeu. Conseqüentemente, havia discriminação dentro do próprio grupo de mulatos, pois involuntariamente a pessoa de pele mais clara

⁵⁵ *Ibid.*, p. 18. Cf. também H. van Ommeren, *Overdrukken uit de Suriname 1911* (brochura) em resposta à brochura de Boers.

se considerava superior à de pele mais escura. Em alguns casos, esse tipo de discriminação era encontrado até numa mesma família – há exemplos de pais que colocavam uma criança de pele mais clara num pedestal mais alto do que os irmãos e irmãs mais escuros, um fenômeno freqüente em famílias de mulatos. O casamento entre uma garota ou um rapaz de uma família culta de pele clara e um homem ou mulher negro (a) ou quase negro (a) era quase impossível, embora houvesse alguns casos de mulatos que viviam em concubinato com mulheres negras ou que tinham filhos com elas⁵⁶. Contudo, essa discriminação contra pessoas mulatas e negras nunca era expressa publicamente e não criou um grande abismo visível entre os diferentes grupos raciais. Negros proeminentes eram recebidos nas casas de mulatos, e amizades se desenvolviam entre ambos os grupos. Todavia, a atitude da pessoa mulata para com o negro continuou a ser influenciada involuntariamente pelas opiniões sobre a raça negra sustentadas pela raça branca, que era tão superior a seus olhos.

Mas esses seres superiores, como disse anteriormente, também consideravam a pessoa mulata inferior com base em sua ascendência. Isso implicava que a seus olhos ela nunca atingiria o mesmo *status* ou a igualdade com os holandeses que tanto se esforçava por alcançar. Isso aumentava o rancor e a amargura do mulato. A aura de superioridade do homem holandês fazia o surinamês tratá-lo com um certo servilismo. Servilismo que o indivíduo adota prontamente apenas quando forçado a se misturar com pessoas de posição superior que não o levam a sério. Nessa situação, cada pequeno ato de gentileza de parte de um membro do grupo privilegiado assume o caráter de favor. Mas a opinião dos holandeses sobre a raça negra também o estimulava a rivalidades e

⁵⁶ Uma reação extraordinária à existência dessas opiniões raciais no grupo crioulo e uma descrição delas é dada em artigo publicado em *De Surinamer* (22 de maio de 1919), tendo sido editado uma separata dele no *W. I. Gids*, 1919, I, p. 332. O escritor, contudo, apenas apresenta alguns exemplos extremos.

agressividades. O negro começava a assumir uma opinião crítica da superioridade dos brancos com quem ele entrava em contato, e esses se mostravam, em muitos casos, incapazes de corresponder a seus padrões críticos. Muitas pessoas negras e mulatas começaram a se convencer da própria igualdade, mesmo que a maior parte delas continuasse intimamente a se sentir insegura como resultado de sua posição numa sociedade colonial. Os mulatos chegavam a considerarem-se cada vez mais membros de um grupo desprivilegiado de cidadãos holandeses. Isto os tornava sensíveis, bem como desconfiados em seus negócios com os holandeses e verificava-se, com muita freqüência, que suas suspeitas eram justificadas. Portanto, a desconfiança se tornou o principal elemento a dominar o relacionamento entre holandeses e surinameses.

Essa situação deu origem a imensos problemas na sociedade. Medidas administrativas necessárias e justas eram freqüentemente colocadas sob falsa luz pelos surinameses como resultado de sua desconfiança, pois eles duvidavam da objetividade do funcionário holandês que as havia tomado. Em outros casos, o grupo de surinameses como um todo tomava partido a favor de um indivíduo surinamês contra o qual a administração era forçada a tomar medidas no interesse geral do país⁵⁷. Elementos malevolentes com freqüência conseguiam dar a seu caso, quer fosse bom ou mau, uma aparência de correção colocando-o como do surinamês contra o holandês. E, da mesma forma, o incompetente holandês amiúde procurava refúgio em seu grupo e, a fim de induzir as pessoas a fazer vista grossa às próprias falhas, apelava para a necessidade de manter elevado o prestígio do homem holandês frente ao surinamês. Os surinameses encobriam os defeitos do surinamês

⁵⁷ Sobre a impressão que esse fenômeno causou em um funcionário sênior da Holanda, ver A. E. Thierens, *Drie Jaar in Suriname*, *Nieuwe Gids*, 1924, p. 28 e segs. Para a compreensão da mentalidade do funcionário sênior holandês, outro importante documento é *Het Suriname Vraagstuk*, relatório feito a pedido do governo por Dr. P. H. W. G. van den Helm, ex-secretário do governo do Suriname, 1926 (Departamento de Arquivos das Colônias).

e os holandeses os do holandês, causando desse modo sério prejuízo para os interesses do país e prejudicando todos os esforços para obter objetividade nos negócios públicos.

O esforço político era encarado como o esforço do povo mulato e negro *versus* o holandês, e conseqüentemente, o pensamento político era em ambos os lados exposto à forte pressão das emoções. A emocionalidade do pensamento político surinamês, cuja influência se fez constantemente sentir no desenvolvimento do país no período entre 1863 e 1940, pode ser explicada em grande parte a partir do antagonismo racial existente entre as mais altas autoridades do país e o povo.

Freqüentemente, um relacionamento entre surinameses e holandeses com opiniões tolerantes e liberais que era inicialmente bom era finalmente perturbado por essa questão, de modo que estes deixavam o país como homens desiludidos. O mulato e o negro sentiam-se como a parte mais fraca das duas e, em muitos casos, não conseguiam compreender seu próprio poder, e que esse poder podia ser sustentado contra a imprensa local e a crítica do *Koloniale Staten*. Como resultado das condições existentes, não conseguia, em muitos casos, ver que o holandês era um ser humano comum com defeitos humanos e um medo arraigado de fracassar em sua carreira no Suriname, que ele esperava continuar em seu próprio país; na última fase dessa época no Suriname, o sentimento de insegurança do funcionário holandês sobre seu futuro podia se tornar uma obsessão. Mas quando o surinamês descobria um ser humano com falhas e limitações humanas, sua própria fraqueza evitava que ele demonstrasse generosidade para com o holandês. Em conseqüência, muitos holandeses deixaram o país como inimigos amargos dos surinameses.

Alguns negros e mulatos tornaram-se bons polemistas em debates políticos que impunham respeito e medo tanto fora quanto dentro do próprio grupo. Isto foi possível como resultado do rápido progresso feito pela classe média negra e mulata no período de 1863 a 1940.

No governo de Smidt, uma escola pública de educação fundamental, depois denominada Hendrik School, foi aberta em 1887. O currículo dessa escola foi apreciavelmente ampliado; no ensino fundamental – a escola era dividida em oito séries, das quais as cinco primeiras correspondiam à escola primária – a escola ampliou-se para a educação secundária. As três classes finais da Hendrik School correspondiam aproximadamente aos três primeiros anos do curso secundário holandês. Muitos professores holandeses competentes eram enviados para o Suriname, muitos dos quais eram professores secundários qualificados e deram substancial contribuição ao avanço intelectual da classe média de cor. A abertura da Escola de Medicina em Paramaribo também capacitou uma quantidade de membros dessa classe a desfrutar de uma educação superior em seu próprio país.

Mulatos cultos, especialmente aqueles entre 20 e 30 anos, começaram, em 1910, a demonstrar um agudo interesse intelectual; nas gerações subseqüentes esse interesse novamente declinou. Focalizava especialmente os Países Baixos e a cultura holandesa. As pessoas tentavam, lendo livros e revistas, familiarizar-se o máximo possível com os eventos correntes na metrópole. A ambição mais elevada do surinamês educado era viajar para os Países Baixos e dar a seus filhos uma educação européia. Muitas pessoas negavam-se os luxos mais modestos que eram capazes de desfrutar no Suriname a fim de dar a seus filhos a oportunidade de estudar na Holanda. O grupo mulato demonstrava um forte desejo de romper com seu isolamento intelectual colonial.

No próprio Suriname havia poucas oportunidades de estudo ou de atividades culturais. A Loja Maçônica Concordia foi de grande significado para o desenvolvimento intelectual de muitos surinameses. Muitos não-católicos proeminentes eram membros dessa Loja, que compreendia alguns europeus e um grande número de judeus igualmente. O prédio da Loja podia ser considerado o mais importante

local de encontro regular de europeus e mulatos. As várias Missões e Igrejas também tentaram promover o desenvolvimento intelectual dos surinameses organizando grupos de estudo e conferências. A *Algemeen Nederlands Verbond* (Sociedade Holandesa Geral), uma sociedade privada fundada com o propósito de disseminar a cultura holandesa cujos escritórios centrais situavam-se na Holanda, deu também uma valiosa contribuição nesse sentido.

A religião veio a ter uma forte influência na vida espiritual dos surinameses. A maioria da classe média mulata pertencia às Igrejas Reformadas Holandesa e Luterana. Desde o ano de 1876, as comunidades reformada e luterana tinham tomado um rumo mais liberal do que ortodoxo; a maior parte dos sucessivos clérigos enviados da Holanda eram liberais⁵⁸.

Os intelectuais surinameses contavam alguns “livre-pensadores” em suas fileiras, especialmente entre os membros da geração que alcançou a idade adulta por volta de 1910, sobre a qual a influência do escritor holandês Multatuli era claramente discernível. Na geração mais jovem vemos uma crescente indiferença em relação à religião, como na Europa.

À parte essas formas de atividade intelectual organizada, também se nota alguma atividade cultural em sociedades amadoras de arte dramática e de música e clubes de debates que, contudo, em sua maioria, tiveram vida curta. Após um breve período de popularidade, o interesse diminuía, e então, após algum tempo, novas sociedades emergiam e vinham a ter o mesmo destino de suas predecessoras. O *Surinaamsche Almanak* de 1900 enumera doze dessas sociedades, das quais havia apenas três em 1905. O desenvolvimento das comunicações modernas – desde 1884 havia uma conexão por navio direta e regular entre a Holanda e o Suriname – rompeu, em grande parte, o isolamento do país. Nos últimos anos, o tráfego aéreo, o cinema e o rádio aproximaram ainda mais o Suriname do mundo exterior. O conhecimento que o

⁵⁸ D. Mulder & C. A. Paap, *De Hervormde Gemeente te Paramaribo*, Paramaribo, 1943, p. 19.

surinamês adquiriu por si próprio e a oportunidade de viajar para o exterior, que se proporcionava a si mesmo mais do que no passado, aumentaram sua autoconfiança. Uma desvantagem disso, contudo, foi que, em muitos casos, ele ousava formar uma opinião precipitada sobre condições que compreendia apenas pela metade; em seus relacionamentos com outras pessoas ele era, com frequência, acusado do pedantismo e dogmatismo que caracterizam muitos autodidatas. Mas os melhores entre eles eram capazes de evitar isso e adquiriam por si mesmos meios intelectuais para exercer o esforço político e social que a estrutura da sociedade do Suriname impunha. Outro resultado dessa crescente autoconfiança foi o desaparecimento de sua submissão em relação ao homem branco.

A população negra também demonstrava uma certa submissão em seus intercâmbios com membros das classes superiores, que é notado em maior ou menor grau em todas as classes baixas, mesmo aquelas que não são influenciadas por noções de um conflito de classe. Mas a influência do passado recente desse grupo, que havia vivido em escravidão por muitos e longos anos, tornava essa influência muito mais forte do que o servilismo encontrado nas relações de classe nas sociedades ocidentais.

O *bakra* ou homem branco era visto, mais até pela população negra do que pela população mulata, como um ser poderoso, superior. Os judeus e os mulatos proeminentes também eram cercados de uma aura de superioridade pela classe baixa. Mas essa atitude submissa podia, por vezes, dar margem repentinamente à agressividade, que se manifestava em palavras ou atos de violência quando o homem ou mulher de classe mais baixa sentia que ele ou ela não estava sendo tratado com a cortesia que a pessoa de situação mais elevada deve a seus inferiores, ou quando via que seus interesses estavam sendo ignorados. Apesar da atitude servil em relação a seus superiores, o negro possuía um forte sentimento da sua própria dignidade.

Entre as pessoas comuns, sentimentos de rancor e desconfiança contra o “holandês” também emergiram no decorrer dos anos sob a influência da imprensa, que era controlada por membros da classe média mulata, e através do sentimento de frustração que surgia pelas condições de pobreza em que viviam.

Uma hostilidade latente – legado do período da escravidão, cuja memória ainda está viva no povo simples – fornecia um terreno fértil para isso. Mas as pessoas comuns também nutriam sentimentos de rancor contra judeus e mulatos em consequência da discriminação a que o negro era exposto por parte dos dois grupos. O negro de classe mais baixa ainda tinha a mesma atitude ambivalente em relação ao homem branco e ao mulato que os escravos tinham adotado anteriormente. Este, como se observa acima, esperava tudo do homem branco por um lado – orientação, trabalho, comida, roupa e cuidados médicos – enquanto, por outro lado, alimentava em relação a ele sentimentos de agressividade que podiam subitamente irromper em atos de violência.

Esses sentimentos de agressividade se tornavam mais forte uma vez que a consciência de raça da população negra era despertada. O próprio negro aceitara a inferioridade e atraso de sua raça como fato estabelecido; para ele, também, a designação “negro” continha um insulto implícito, e era impossível chamar qualquer membro da classe mais baixa de negro sem ferir seriamente seus sentimentos. Ele nada sabia sobre a própria história e não era, evidentemente, informado sobre os novos critérios científicos referentes à raça e hereditariedade. Uma consciência de raça africana com base na compreensão, pelo negro, da dignidade da própria raça era estimulada apenas por influências externas. A obra e idéias de Booker Washington adquiriram fama no Suriname, enquanto a fundação da Igreja Episcopal Metodista Africana, cujo impulso partiu da América do Norte, também se fez sentir⁵⁹.

⁵⁹ Steinberg, *op. cit.*, p. 177.

A conduta de um homem chamado Rijts, entre 1918 e 1927, era um sintoma do despertar da consciência de raça. Em 1918, Rijts publicou um semanário denominado *De Nimrodbeweging* (o Movimento Nimrod), dedicado ao “bem-estar espiritual e material dos negros de sangue puro na Colônia do Suriname”. Apenas negros de sangue puro podiam assinar o semanário. O jornal foi publicado apenas de 1º de dezembro de 1918 a 4 de outubro de 1919. Em 1927, apareceu outro jornal editado por Rijts, intitulado *De Neger-Christenen of het Vierde Koninkrijk van het Christendom* (Cristãos negros, ou o quarto reino da Cristandade), do qual só um número foi publicado. Nesse jornal, ele tentava provar que a raça negra estabeleceria o reino de Deus na Terra depois que todas as outras raças tivessem fracassado.

Foi provavelmente o mesmo Rijts que apareceu como pregador nas esquinas de Paramaribo, nos anos de 1924 e 1925. Em sua aptidão, ele costumava dirigir-se a multidões nas esquinas das ruas, à noite, com grandes tochas para iluminar e exortando o povo a voltar para a África, apelando para a origem africana. Embora muitos de sua audiência não o levassem a sério, havia alguns em que suas palavras encontravam eco, visto que colocavam o caráter africano do povo em primeiro plano. As atividades de Rijts terminaram vários anos depois, quando foi preso, acusado de fraude e de outras irregularidades⁶⁰.

Nesse mesmo período, um comitê para a comemoração do Dia da Emancipação foi instituído e recebeu o nome de *Comité tot viering van 1 juli als Algemeene Dankdag ter verrsterking van het rasgevoel* (Comitê para a comemoração do 1º de julho como o Dia de Ação de Graças Geral para a promoção da consciência de raça)⁶¹.

Através dos anos a consciência de raça do negro foi aumentando cada vez mais. Há um ramo da Liga das Pessoas de Cor ativa no

⁶⁰ *Ibid.*, p. 177, e J. Hartog, *Journalistiek Leven in Curaçao*, Willemstad, 1944, p. 334 e 337.

⁶¹ Cf. G. J. Staal, *Stroomingen in Suriname*, *W. I. Gids*, 1927, p. 349, fn.

Suriname para ajudar a fortalecer essa consciência. Após 1940, o grupo que trabalha em prol desse objetivo se tornou mais poderoso ainda, J.A.G. Koenders, negro professor de escola, publicou um livreto intitulado *Foe memre wie Afo* (Em Memória dos Pais) com o propósito de padronizar a pronúncia do inglês negro, que ele chamava “Surinaamsch”. O autor declarava ter escrito esse livreto especialmente para aqueles que sabiam ter descendido dos negros anteriormente importados para o Suriname como escravos. Desde 1945, um periódico escrito em inglês negro, intitulado *Foetoe Booi* (O Correio) era publicado sob sua supervisão, com o objetivo de despertar o interesse pelo inglês negro e pelos costumes do povo local.

A palavra “negro” está gradualmente perdendo sua conotação pejorativa para os membros desse grupo populacional. Em 1947, foi fundado um partido que incluía a palavra “negro” em sua bandeira – o Partido Político Negro.

A subserviência comum das massas também está desaparecendo rapidamente. Externamente, mostras de respeito pelas pessoas brancas, como a *kosi*, uma mesura de deferência feita pelas mulheres de classe baixa para as pessoas de alto nível, tornaram-se raras. Apenas os membros da geração mais velha, principalmente, fazem-na nos dias atuais.

As mudanças que se observa no caso da população crioula mais baixa são, em primeiro lugar, resultado do maior conhecimento e cultura desse grupo da população devido ao desenvolvimento da educação pública abrangente. Se compararmos a massa de escravos ignorantes de 1863 – das quais apenas uma pequena porcentagem desfrutara de uma educação formal graças à energia e perseverança dos missionários morávios e do clero católico romano – com a população negra livre no final do século XIX, nota-se uma melhora surpreendente. A educação pública desenvolveu-se rapidamente, como se pode ver na tabela abaixo. Ela mostra que o número de alunos e professores e a alocação orçamentária para a educação aumentaram constantemente. Entre 1920

e 1930, vê-se um aumento expressivo nos gastos com a educação. Em 1920, escolas estatais e congregacionais começaram a ser padronizadas, em resultado dos gastos dobrados do governo com educação durante dez anos. Tem-se a impressão de que essa padronização não resultou num desenvolvimento gradual da educação congregacional⁶².

Devido à expansão da educação, as massas, em geral, também ficaram em contato mais profundo com o Ocidente. O conhecimento do holandês espalhou-se de modo especialmente rápido entre os escravos: pode-se denominar os grupos populacionais mais baixos de bilíngües no mais amplo sentido da palavra, porque eles falam tão bem o holandês quanto o inglês negro. Não se pode discutir mais extensamente aqui os numerosos problemas colocados pela educação elementar. Nesse contexto, deve-se destacar, contudo, que a educação não foi tão efetiva como poderia ter sido, pois foi organizada em linhas demasiadamente européias. O conteúdo aprendido na escola, portanto, não era com freqüência mais do que um mero ensinamento livresco e não podia se tornar propriedade viva do povo em geral. Desde 1929, o padrão de educação deteriorou-se consideravelmente como resultado da diminuição dos gastos do governo com a educação e do aumento constante do número de alunos.

Analogamente, a religião cristã não era propriedade espiritual de todos, embora fosse aceita pela maioria. Observa-se que, após a emancipação, podia-se perceber uma queda do interesse pela religião cristã.

Até 1863, o número de pessoas “que recebiam cuidado espiritual” na comunidade de Herrnhutter aumentou regularmente⁶³. Após 1863,

⁶² A padronização tornou-se completa em 1929 como conseqüência de um novo esquema de reforma. Cf. J. A. E. Buiscool, *Suriname Nu en Straks*, Amsterdam, 1946, p. 103. O ex-governador Baron A.J.A.A. van Heemstra em particular lançou alguma luz sobre os aspectos negativos da padronização em *Ons Koninkrijk in Amerika, West Indië*, p. 351.

⁶³ Steinberg, *op. cit.*, p. 162.

seu número decresceu e essa diminuição continuou até 1878, retomando, em seguida, o crescimento.

		1878	1890	1900	1910	1920	1930
Nº de professores	77	144	163	261	357	438	–
Nº de professores/ 100 alunos	1,5	1,9	2,3	3	3,2	3	–
Gastos com educação <i>per capita</i>	–	2,1	2,5	3,9	5,7	9,2	7,1
Gasto abs. com educação em guldens	–	124.665	179.300	536.358	611.935	1.242.055	1.113.285
Porcentagem de gastos com educação dos gastos totais do governo	–	8	8	7	6	16	14

Depois desse ano tanto as missões protestantes quanto as católicas romanas progrediram consideravelmente. Na comunidade Herrnhutter, aconteceu uma grande mudança nos anos subseqüentes a 1890, pois, nesses anos, os primeiros “evangelistas” e “missionários assistentes” surinameses, membros do grupo de população negra, foram treinados. Em 1902, Cornelis Winst Blijd, missionário assistente, foi admitido como professor no *staff* de missionários europeus. Naquele ano, também, a Missão Protestante abriu uma “Escola de Teologia” em Paramaribo em que rapazes podiam ser treinados como evangelistas, missionários assistentes ou professores de Escrituras. Em 1923, essa escola foi fechada, mas, a partir de 1929, outra oportunidade se apresentou para os jovens surinameses se tornarem missionários: dessa época em diante, foram enviados para as escolas de Treinamento Missionário em Oegstgeest (nos Países Baixos) e Herrnhut para sua formação. Ao treinar pessoal nativo, a missão esperava promover o desenvolvimento de uma “Igreja Crioula” independente que seria dirigida por surinameses e em

que os nativos poderiam agir como missionários⁶⁴. Com a ajuda de missionários assistentes surinameses e de evangelistas, a Missão Protestante pôde impulsionar sua campanha para a conversão da população local ao Cristianismo.

Desde 1865, os redentoristas foram confiados ao trabalho missionário católico romano no Suriname. O número de igrejas e do clero católicos aumentou rapidamente depois daquele ano; em 1938, havia quase tantos católicos romanos quanto membros da Igreja Herrnhutter no Suriname (29.575 católicos romanos e 30.277 Herrnhutters).

As Igrejas Holandesa Reformada e Luterana mantiveram seu caráter de igrejas para as classes abastadas e tinham um número limitado de fiéis; em 1938, havia 8.773 holandeses reformados e 3.915 luteranos evangélicos no Suriname.

Apesar da rápida difusão do Cristianismo e da educação ocidental, as classes baixas mantiveram vivos os tradicionais elementos culturais africanos que haviam sido preservados pelos escravos. O Cristianismo só pôde realizar mudanças superficiais na vida espiritual e na conduta de muitos daqueles que pertenciam às massas. As Igrejas cristãs não tiveram êxito em obter um controle suficientemente forte sobre o povo comum quanto ao comportamento em relação ao casamento e o que era permissível em questões sexuais. Os missionários e o clero não foram capazes de suprimir as diferentes formas que as relações entre os sexos assumiram entre o povo em geral e que se desviavam amplamente do ideal ocidental de casamento monogâmico. E foi, igualmente impossível induzir um grande setor da população a legalizar a união.

Quando, após a abolição, foi concedido aos escravos o direito de realizar casamentos legais, uma quantidade deles se beneficiou desse direito. Um grande número, contudo, fez ouvidos moucos às exortações dos missionários e do clero para optar por esse tipo de união. Entretanto,

⁶⁴ *Ibid.*, p. 178.

as condições que haviam prevalecido entre os escravos durante a escravidão no que se refere ao comportamento sexual, em que o homem coabitava temporariamente com uma mulher e depois a deixava, ou em que o homem tinha mais de uma esposa, à parte as formas de coabitação permanente, continuaram imutáveis.

Pode-se, portanto, distinguir os seguintes três tipos principais de coabitação nas classes mais baixas no período após 1863: casamento legal, coabitação permanente – em que um homem e uma mulher viviam juntos permanentemente sem serem legalmente casados – e coabitação temporária, em que um homem e uma mulher usualmente se separavam após um período de dois a cinco anos⁶⁵. Além desses tipos de relacionamento com base na coabitação, há também aqueles em que os homens e mulheres mantêm um relacionamento sexual regular, de natureza temporária ou permanente, que pode gerar filhos, sem que os parceiros vivam sob o mesmo teto. Como muitos homens tinham mais de uma esposa, não é raro ver uma pessoa mantendo vários tipos de relacionamento ao mesmo tempo. A circunstância de muitos homens trabalharem nas florestas e ficarem, portanto, ausentes de casa durante meses teve, também, influência desfavorável nos relacionamentos duradouros.

Na ausência dos homens, muitas mulheres mantinham relações sexuais com outros homens, que, geralmente, eram abandonados assim que o homem com quem elas haviam vivido retornava à cidade. Mas os “maridos” nem sempre voltavam para suas parceiras originais; em muitos casos, estabeleciam novas relações e, ao chegar à cidade não voltavam para as mulheres com quem tinham vivido antes de partirem.

⁶⁵ Sobre a classificação dos diferentes tipos de relacionamentos entre homens e mulheres negros do Novo Mundo, cf. T. Simey, *Social Welfare and Planning in the West Indies*, London, 1946, p. 82. Uma forma de contato entre homens e mulheres que é encontrada freqüentemente é o relacionamento em que um homem visita uma mulher a intervalos regulares e contribui com suas despesas domésticas.

A ausência prolongada dos homens que trabalhavam nas florestas provocou um aumento marcante do lesbianismo entre as mulheres das classes mais baixas, práticas conhecidas como jogos de *mati* (*mati* = namorada em inglês negro)⁶⁶. A crescente incerteza em relação à estabilidade dos relacionamentos heterossexuais também era responsável pelo fato de muitas mulheres terem uma namorada com quem mantinham uma relação permanente mesmo que tivessem igualmente contatos sexuais com membros do sexo oposto.

Em consequência da irregularidade dos relacionamentos entre homens e mulheres, acabou por surgir uma quantidade de famílias incompletas em que faltava o pai. De um modo geral, na maior parte das famílias a mãe continuava a ocupar uma posição muito mais importante do que a do pai. Mesmo que ele desfrutasse de certa autoridade e a mãe fosse subordinada a ele, o pai, contudo, continuava a desempenhar um papel menor na maioria das famílias.

Em consequência da opinião pública existente, que tolerava relações extramaritais, havia um grande número de crianças ilegítimas no Suriname. Algumas delas eram legalmente reconhecidas por apenas um dos pais, outras por ambos. Mas, em muitos casos, apenas a mãe registrava os filhos; de acordo com a lei em vigor no Suriname é a mulher quem deve reconhecer perante a lei o laço de sangue com os filhos a fim de dar-lhes direitos legais. O número anual de casamentos legais realizados para cada mil pessoas da população média permaneceu praticamente uniforme a partir de 1900; esse número era até mais alto em 1900 do que em 1940 (em 1900 era de 3,72% e, em 1940, apenas 2,96%, o máximo foi alcançado em 1908, quando era de 6,47%)⁶⁷.

⁶⁶ Cf. ensaio de A. J. Baron Schimmelpenninck van der Oye em *Het Ambacht in Suriname*, Paramaribo, 1912, p. 99, e M. J. Herskovits, *Surinam Folklore*, p. 32.

⁶⁷ Dados fornecidos pelo Departamento de Estatística Geral de Paramaribo.

A proporção entre o número de nascimentos legítimos e ilegítimos, igualmente, permaneceu a mesma no período entre 1900 e 1940. A porcentagem de nascimentos de crianças nascidas de relacionamentos não-formais no número total de nascimentos nunca foi inferior a 70%. Contudo, esse número não coloca as relações prevalecentes no grupo crioulo sob uma perspectiva correta, pois os filhos de indianos e javaneses que se casavam de acordo com sua lei consuetudinária também eram classificados como crianças ilegítimas.

Após o reconhecimento dos casamentos concluídos de acordo com a lei religiosa indiana e muçulmana, o percentual de nascimentos considerados ilegítimos caiu de 70,8% em 1940, para 43,3% em 1945⁶⁸. Esse número, que é ainda exageradamente alto em comparação com outros países, expressa mais rigorosamente o comportamento em relação ao casamento formal que prevalecia no grupo crioulo. Essa atitude parece estar mudando um pouco em favor do casamento legal. Mas a mudança acontece de modo muito lento. Desejo, contudo, enfatizar que um grande número dessas crianças consideradas ilegítimas nasceu de relacionamentos estáveis entre homens e mulheres que revelam todas as características de casamento monogâmico, exceto pelo sancionamento da lei.

Mesmo os pais que apenas vivem juntos temporariamente com as mães de sua prole, ou que nunca viveram com ela, em muitos casos contribuem para a criação de seus filhos. Entretanto, é considerável o número de pais que deixam de prover adequadamente seus filhos, ou não o fazem de modo algum – muitas vezes por causa da pobreza. As conseqüências desses diferentes tipos de relacionamento entre os pais são, com certeza, extremamente importantes para as crianças, e exercem uma influência de longo alcance sobre o caráter da sociedade. Se, como resultado da estrutura familiar, um determinado tipo de personalidade

⁶⁸ Dados fornecidos pelo Departamento de Registro em Paramaribo.

evolui, é claro que o predomínio de um grande número de pessoas vindas de famílias incompletas deve exercer uma influência apreciável no clima social.

Missionários e o clero fizeram grandes esforços para fortalecer os laços de família, e tornaram populares entre as classes mais baixas os casamentos sancionados legal e religiosamente. Desde 1850, os missionários tornaram possível para os membros de suas paróquias que, como escravos, não tinham direito de concluir casamentos legais, ingressar numa assim chamada “aliança”, com o homem e a mulher apresentando-se diante do missionário a fim de jurar que iriam, dali em diante, viver um com o outro fielmente e no amor cristão. No entanto, quando, após a abolição, foi criada a oportunidade para realizar casamentos legais e esses foram sancionados com uma cerimônia religiosa, a Missão Protestante decretou que os membros da comunidade dos Irmãos Morávios não poderiam viver juntos, a menos que fossem legalmente casados. Quem quer que desobedecesse a essa regra teria sua participação negada na comunidade, enquanto aqueles que já eram membros foram totalmente “excomungados”. Em consequência dessa medida, mais de 5 mil homens e mulheres foram excomungados da comunidade morávia por volta de 1880. Isto deu origem a um amargo ressentimento entre os membros da comunidade, e, quando um missionário de nome Bernhard Heijde se opôs publicamente a essa resolução, em 1880, toda a comunidade o apoiou.

Tumultos e atos de violência contra as autoridades responsáveis da Igreja

Morávia só puderam ser evitados com dificuldade. A questão tornou-se tão séria que dois membros do Conselho da Missão tiveram de vir de Herrnhut a fim de restaurar a paz e a ordem. Tiveram êxito em fazê-lo relativamente cedo tratando diplomaticamente a situação; Heijde compreendeu que não havia mais clima para continuar seu trabalho com a Missão e renunciou.

O Conselho da Missão sentiu-se obrigado, contudo, a relaxar um pouco a disciplina da Igreja, e daí em diante um homem e uma mulher que vivessem juntos sem ser casados eram apenas impedidos de participar da Sagrada Comunhão. Poucos anos depois, outra crise ameaçou a comunidade morávia por causa desse regulamento. Halle, um de seus missionários, também achou que essa medida demasiado severa. Essa crise pôde, contudo, ser evitada porque Haller pediu para ser chamado de volta do Suriname em 1884. Após o relaxamento do regulamento referente à coabitação não legalizada, continuou a ser possível viver em “aliança” por um tempo razoavelmente mais longo. Em 1893, o governo local facilitou o registro dos casamentos, removendo todos os obstáculos de ordem financeira. A requisição do governo local à Missão para deixar de sancionar “alianças” pôs fim a essa prática de uma vez por todas. O sancionamento legal e religioso de casamentos tornou-se daí em diante compulsório para todos os membros da comunidade morávia, permanecendo em vigor até os dias atuais. Na Igreja Católica Romana, medidas disciplinares também foram aplicadas sobre os fiéis que viviam juntos, embora as medidas da missão Católica Romana contra esses nunca tenham sido tão severas quanto as da Missão morávia contra seus membros⁶⁹.

Todavia, essas medidas não conseguiram fazer o ideal cristão de casamento ser aceito como norma pelos descendentes da população escrava de origem africana. Neste documento é impossível analisar em maior profundidade as opiniões sobre o casamento sustentadas por este setor da população – basta apontar que não apenas as pessoas são indiferentes em relação ao casamento legal, que consideram como uma instituição privilegiada da classe alta e que, portanto, dá àqueles que o contraem um certo prestígio, mas que muitos homens e mulheres são relutantes em entrar num casamento legal por medo de perder sua independência.

⁶⁹ Steinberg, *op. cit.*, p. 171/172.

De um ponto de vista religioso, também, as pessoas comuns não assimilaram completamente a cultura ocidental. Os elementos religiosos africanos continuaram a deter um profundo significado para a vida espiritual das classes mais baixas, entre as quais há, ainda, uma grande quantidade de *loekoe-man* ativos, tanto homens como mulheres; estes considerados “videntes”, e são consultados em casos de doença e acidente, ou quando as pessoas estão prestes a tomar decisões sérias ou estão em dúvida sobre uma coisa ou outra. O *loekoe-man* então invoca o (*a*) *kra* (= alma) da parte interessada por meio de encantamentos e cantos, algumas vezes com acompanhamento de tambores. Após o (*a*) *kra* manifestar-se na pessoa em questão, esta comunica por sinais o que quer que a pessoa deseje saber. Isso pode ocorrer de diferentes maneiras. Geralmente, contudo, a pessoa em questão é sentada num banco e recebe uma tigela contendo um ovo e água para segurar na mão. Seu cotovelo é apoiado no joelho. Depois de algum tempo, a mão treme, em parte sob a influência da excitação que é despertada, de modo que a água é derramada pouco a pouco no chão. Se uma pergunta é seguida pelo respingo de água, isso é interpretado como uma afirmação da pergunta feita. O *loekoe-man*, que é também chamado *obonoeman*, deve ser diferenciado do *wisi-man*, que é versado em magia negra. Como *loekoe-man* – ambas as funções podem ser combinadas em uma pessoa – ele coloca seus serviços à disposição daqueles que o consultam em troca de pagamento. O medo dos *wisi*, ou dos encantos mágicos, manteve-se inalterável na vida das pessoas comuns. Igualmente, o medo dos companheiros encontrado na população escrava pode ainda ser observado hoje entre o proletariado urbano e rural exatamente da mesma forma que durante a escravidão, embora num grau menor que outrora.

Junto com diferentes formas de adivinhação a dança *winti* – semelhante à dança *watra-mama*, que era muito comentada durante o período da escravidão – é o elemento religioso africano mais importante. Inúmeras pessoas da classe baixa participavam regularmente

dessas danças, durante as quais eram possuídas pelos deuses, com quem estavam em contato, com o acompanhamento de tambores e cantos de origem africana. Essas danças têm um caráter extático, embora não possuam nenhuma característica orgiástica. Os participantes acreditam que se tornam propensos às mais sérias desgraças ao negligenciarem sua obrigação com a dança *winti*: fazer *fá nodoe*, isto é, “fazer o que é necessário”, é uma conhecida expressão popular do inglês negro para denotar a participação nesse rito tradicional africano. O significado da dança *winti*, particularmente para aqueles que nela acreditam, não deve ser subestimado.

Estas não são formas de “superstição” – muitos participantes dessas danças *winti* são cristãos crismados que cumprem todos os deveres e obrigações impostos pela Igreja –, mas são fenômenos religiosos que são experimentados inteiramente como tais e que têm grande valor para aqueles envolvidos⁷⁰.

Concluindo, há mais duas questões em relação às classes inferiores que chamam em especial nossa atenção, a saber, a moradia e a saúde. Na cidade, acumulou-se um grande proletariado negro que vive sob condições de moradia extremamente pobres. Os indianos mais pobres geralmente tampouco se encontram em melhor condição.

Os aposentos nos terrenos atrás da mansão do proprietário tornaram-se a residência dos emancipados. Por via de regra, cada família tinha apenas um quarto à sua disposição. Antes de 1863, os escravos alforriados costumavam construir casas baixas e estreitas de dois ou três quartos na periferia da cidade – estas caracterizam a periferia de Paramaribo antes de 1940. Após a emancipação novas casas desse tipo foram construídas, mas, ao mesmo tempo, a construção de casas de um cômodo nos recintos das grandes mansões continuou. Muitos proprietários de áreas em bairros de classe alta gradualmente alugaram

⁷⁰ M. J. Herskovits & F. J. Herskovits, *Surinam Folklore*, p. 61.

as casas construídas em seus terrenos, mas mesmo nessas áreas várias pessoas continuam a viver – seja nos terrenos pertencentes à casa senhorial seja em lotes separados em cabanas de um quarto.

O conjunto fornece o cenário de vida das pessoas simples. Nesses conjuntos – que contêm grande número de cabanas de um quarto – sociedades em miniatura se desenvolveram, e os moradores estabelecem relações – tanto boas como más – que freqüentemente exercem considerável influência na vida cotidiana. O tempo livre é em grande parte passado na área externa da casa, e os quartos servem principalmente para trabalhar e dormir. Como resultado, os residentes desses conjuntos têm poucos segredos uns dos outros.

Os conjuntos das áreas de classe baixa, em muitos casos, dão uma impressão de sujeira e abandono; as casas geralmente estão em mau estado de conservação. Por isso, as condições de moradia no Suriname podem ser consideradas extremamente insatisfatórias, mesmo que não sejam tão ruins quanto em algumas cidades tropicais do Extremo Oriente.

Em 1910, o governo local designou uma comissão para verificar a situação habitacional no Suriname e apresentar recomendações sobre o assunto (G. B. 28 de julho de 1910, nº 20).

Em 1912, a Comissão publicou seu relatório, cujas principais conclusões foram que a área construída dos conjuntos era demasiado grande, que o número de sanitários era muito pequeno, que ficavam demasiado próximas às construções principais, que o sistema de esgoto era inadequado; que a maioria das casas consistia em não mais de um quarto quadrado, e que quase 17% das moradias eram impróprias para a habitação humana. O parecer da comissão era que a administração teria que intervir de qualquer maneira para pôr um fim nessa situação habitacional⁷¹.

⁷¹ *De Woningtoestand in Suriname*. (Condições de Habitação no Suriname). Relatório do Comitê designado por Resolução do Governador em 28 de julho de 1910. Paramaribo, 1912.

Em 1940, quase 30 anos depois, o *Bureau voor Sociale, Economische en Crisiszaken* (Departamento de Negócios Sociais, Econômicos e de Crise), contou o número de casas no Suriname, que foram registradas no censo habitacional. Constatou-se que em Paramaribo havia 11.863 casas, contendo 33.345 quartos, para 47.612 residentes. Esse censo continha ainda os seguintes dados sobre as casas de um cômodo:

Ocupadas por:	Número de casas de um cômodo ocupadas
1 pessoa	1.264
2 pessoas	964
3 pessoas	656
4 pessoas	454
5 pessoas	301
6 pessoas	205
7 pessoas	112
8 pessoas	54
9 pessoas	42
10 pessoas	16
11 pessoas	6
12 pessoas	6
13 pessoas	1

O número de residentes que ocupavam casas de um cômodo chegou a 11.570; em outras palavras, mais de 24% da população da cidade estão mal alojados; casas de um cômodo, em geral, medem apenas 3m x 3m x 4m.

A alta incidência de mais de duas pessoas ocupando um cômodo é especialmente indesejável, e, com muita frequência, teve conseqüências desastrosas em particular para os jovens. O número de casas de um cômodo ocupadas por mais de duas pessoas era de 1.853; ou seja, 1.853 famílias viviam em condições precárias no que se refere à moradia⁷².

⁷² Memorando com apêndices pelo *Bureau voor Sociale, Economische en Crisiszaken* (Departamento de Assuntos Sociais, Econômicos e de Crise), 25 de abril de 1940, nº 34. Arquivos *Bureau voor Sociale Zaken* (Departamento de Bem-Estar Social), Paramaribo.

Essas estatísticas mostram que, nos anos posteriores a 1910, o governo local não teve êxito na solução do problema da moradia. A crescente urbanização de indianos e javaneses tornou esse problema ainda mais agudo. As condições sanitárias na cidade pioravam consideravelmente quando, em 1933, a água foi instalada em Paramaribo, porque os tanques de água usados para armazenar água de chuva – criadouros regulares de mosquitos – haviam desaparecido quase completamente. As estradas e o sistema de esgoto também foram melhorados, embora Paramaribo ainda não possua um bom sistema sanitário. Este é um dos pré-requisitos para combater efetivamente doenças endêmicas que solapam a saúde pública.

A situação da saúde pública melhorou significativamente depois da emancipação⁷³. Apesar desse progresso, deve ser dito, contudo, que ela era extremamente ruim. O sanitarista Lampe chegou a essa conclusão numa análise da situação sócio-sanitária no Suriname com base em dados extremamente abrangentes⁷⁴.

Ao estudar a taxa de mortalidade e o excesso de nascimentos em relação às mortes, descobre-se o surpreendente índice de melhora da situação da saúde pública no Suriname. Até 1885, a taxa de mortalidade excedia a taxa de natalidade e havia apenas uns poucos anos em que o inverso era verdadeiro. Mas, depois de 1885, havia um excedente regular de nascimentos em relação às mortes. Na tabela a seguir apresenta-se a média de nascimentos e mortes para o Suriname no período de 1861 a 1910, comparando-a com a média da Holanda no mesmo período⁷⁵.

⁷³ Cf. A. T. Oliveira, *De Natuurlijke Aanwas der Bevolking van Suriname*, *W. I. Gids*, v. VI, 1924, p. 561. P. H. Lampe, *op. cit.*

⁷⁴ P. H. Lampe, *Enkele opmerkingen over den sociaal-hygiënischen toestand en de geneeskundige verzorging van Surinamne*, *W. I. Gids*, 1926, u. 249.

⁷⁵ Para esta tabela, ver Oliveira, *Natuurlijke Aanwas*, p. 574.

Ano	Nascimentos vivos por 1000 hab.		Mortes por 1000 hab.		Excesso de nascimentos s/mortes em 1000 hab.	
	Suriname	Países Baixos	Suriname	Países Baixos	Suriname	Países Baixos
1861-1870	32,7	35,7	40,9	25,4	-8,2	10,3
1871-1880	33,3	36,4	39,9	24,3	-6,6	12,1
1881-1890	32,6	34,2	26,9	21,0	5,7	13,2
1891-1900	28,6	32,5	25,3	18,4	3,3	14,1
1901-1905	30,9	31,5	23,3	16,1	7,6	15,4
1905-1910	30,1	29,6	23,5	14,3	6,6	15,3

Examinando esses números, observa-se que há uma leve diminuição do número de nascimentos no Suriname, mas que ela não é tão grande como nos Países Baixos, de modo que, no período entre 1906 e 1910, o Suriname teve uma taxa de nascimento mais elevada. Os números mostram que há um declínio acentuado na taxa de mortalidade tanto no Suriname quanto na Holanda, mas que no Suriname a taxa de mortalidade é ainda tão alta que o excedente de nascimentos em relação aos óbitos nos Países Baixos é mais que o dobro que no Suriname, apesar da taxa de natalidade mais baixa nos Países Baixos.

Todavia, o Suriname fez grandes progressos, pois no período de 1861 a 1870, a taxa de mortalidade excedia a taxa de natalidade em 8,2, enquanto no período de 1905 a 1910, a taxa de natalidade excedia a taxa de mortalidade em 6,6 por mil habitantes. Essa melhora continuou – após 1910, observa-se, também, um aumento no excedente de nascimentos em relação aos óbitos, em comparação com o declínio na taxa de mortalidade⁷⁶.

⁷⁶ Cf. Colonial Reports and Administration and State Reports 1921-1938.

Ano	Nascimentos	Mortes	Excesso de nascimentos em relação às mortes
1921-1925	31,9	19	12,9
1926-1930	31	16,2	14,8
1931-1935	31,3	13,1	18,2
Suriname 1938	29,6	12,6	17
Países Baixos 1938	20,5	8,5	12

No período de 1931-1935, a taxa de mortalidade diminuiu a tal ponto no Suriname que se tornou mais baixa do que nos Países Baixos para o período de 1906-1910. Como a taxa de mortalidade nos Países Baixos também declinou regularmente, a taxa de mortalidade no Suriname continua significativamente mais alta; como consequência da diminuição da taxa de natalidade nos Países Baixos (no período entre 1931 e 1935 foi de 21,2 por mil habitantes), o Suriname veio a ter um excedente de nascimentos em relação às mortes bem mais elevado. Se considerarmos que o Suriname é um país tropical, que é relativamente subdesenvolvido do ponto de vista social e que a Holanda é um país altamente desenvolvido que se situa entre os primeiros do mundo no que se refere à saúde pública, a situação da saúde pública no Suriname, e especialmente seu progresso em comparação com os Países Baixos, não parece, comparativamente, desfavorável.

Há, contudo, uma série de fatores que nos levam a encarar a situação de saúde pública no Suriname sob outra ótica, e nesse caso apenas pode ser dito que ela é extremamente ruim. A taxa de mortalidade para crianças abaixo de um ano é substancialmente mais elevada no Suriname do que nos Países Baixos; em 1937, a taxa de mortalidade nos Países Baixos era 38 e no Suriname de 60,6 para cada mil bebês nascidos vivos.

Lampe chegou à conclusão de que, no período de 1914 a 1923, três vezes mais pessoas na faixa etária de 30 e 39 morreram no Suriname comparativamente aos Países Baixos, enquanto, em comparação com

os surinameses, o dobro de holandeses alcançou a idade de 60 anos. A expectativa de vida média no Suriname, em 1925, era de 32 anos e 2 meses, e nos Países Baixos, mais de 40 anos⁷⁷.

O fator principal, contudo, é a prevenção de um número de doenças endêmicas, que, embora não sejam a causa direta de morte daqueles que sofriam dessas doenças, minam a saúde pública. A principal delas é a sífilis e outras infecções venéreas, malária, ancilostomíase, filaríase, lepra e tuberculose.

Os escravos, que se tornaram cidadãos livres em 1863, começaram sua nova vida com um resultado de sua história de vida, especialmente do ponto de vista da saúde, influenciando de forma retardadora o desenvolvimento de seus descendentes. A condição física do negro é um fator até hoje negligenciado em nossa avaliação de sua personalidade e de seu rendimento de trabalho, mas que é pelo menos tão importante quanto os fatores sociais que exerceram sua influência na produtividade das pessoas em geral. Observou-se anteriormente que a saúde dos escravos era extremamente precária e que sua dieta deixava muito a desejar, tanto no que se refere à quantidade quanto à qualidade do cardápio. Apenas no período imediatamente anterior à emancipação, um maior número de escravos eram mais bem alimentados. Mas, após a abolição da escravidão, eles logo ficaram numa posição novamente desfavorável em relação à alimentação. A baixa renda das pessoas simples só lhes dava o suficiente para subsistir e a dieta continuava a ser desequilibrada. A situação alimentar do proletariado urbano em particular, que tinha de viver com um rendimento extremamente magro, era manifestamente insatisfatória.

Em 1933, o sanitarista Wolff fez uma análise da dieta da juventude urbana e concluiu que 20,1% dos meninos e 15% das meninas estavam

⁷⁷ Lampe, Enkele opmerkingen, *W. I. Gids*, 1923, p. 276.

subnutridos⁷⁸. Com base em análises repetidas, Wolff chegou à conclusão de que a dieta da classe mais baixa era, contudo, melhor do que a de muitas pessoas da classe média baixa, que tinham que gastar para manter as aparências por causa de sua posição, apesar de não terem recursos para isso

Nas escolas se descobriu que os alunos tinham hábitos alimentares paupérrimos, escreveu ele, “as crianças pertencem principalmente ao grupo populacional localmente designado de ‘classe média’. Na verdade, podia-se falar apenas de pessoas pertencentes à classe média mais pobre, que tinham de se manter nessa sociedade num nível que, na realidade, eram incapazes de sustentar, mas isso não obstante, ainda que às custas de uma dieta inapropriada. Talvez isto explique parcialmente a constituição física mais fraca de pessoas de descendência mestiça”⁷⁹.

Wolff observou os efeitos psicológicos da desnutrição sobre as pessoas no Suriname, especialmente durante a crise de 1930-1933 apatia, estado de espírito deprimido, que, em alguns casos, se transformava em irritabilidade, maneira de falar e comportamento anti-sociais, eram sintomas freqüentes naqueles anos.

A desnutrição entre as pessoas tivera, contudo, conseqüências fatais para o país durante todo o período após 1863. O baixo rendimento do trabalho de algumas pessoas pode ser, em grande medida, explicado a partir de sua condição física, resultante de desnutrição, para começar, e que foi, além disso, solapada por uma ou outra doença. Trabalhar no interior também teve um efeito adverso na saúde pública, pois muitos trabalhadores retornavam dessas áreas sofrendo de uma severa forma de malária: é geralmente presumido que uma porcentagem muito

⁷⁸ Cf. A. E. Wolff em *Rapport van de Commissie voor Na-oorlogsche Problemen*, Paramaribo, 1945, p. 147, 150.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 149.

pequena desses trabalhadores jamais tenha alcançado a idade de 50 anos ou mais.

Recapitulando a situação de saúde pública, em 1925, com base no artigo de Lampe⁸⁰, chega-se às seguintes conclusões: a sífilis e outras doenças venéreas aumentaram naquele ano; 16% dos pacientes do “Hospitaal”, o maior hospital no Suriname, eram tratados de doenças venéreas; malária e nefrite eram responsáveis por pelo menos 18% das mortes; a pesquisa sobre a incidência de ancilostomíase indicou que 80% da população total estavam infectados com essa doença; de acordo com F. P. Scuitemaker, que se especializou no tratamento da lepra, 1% da população rural de Paramaribo e 2½ a 3 % da população urbana estavam infectados com lepra; em 1910, de acordo com uma investigação de Flu, 50% dos homens e 60% das mulheres das classes baixas, em comparação com 23% da população mestiça abastada, estavam infectados com filariose; em 1925, houve pouca melhora na situação. A tuberculose também estava fazendo muitas vítimas entre as pessoas comuns; no período de 1917 a 1923, 8,9% de todas as mortes no Suriname foram causadas por tuberculose pulmonar, enquanto nos Países Baixos essa porcentagem foi de 11,9% para o mesmo período.

Está além do escopo do presente estudo entrar no desenvolvimento sócio-sanitário do Suriname mais detalhadamente. As conclusões acima são citadas com o propósito de sublinhar a seriedade da situação da saúde da população do Suriname. Os efeitos da filariose em particular tiveram uma influência destrutiva na vida das massas do Suriname. Embora Wolff pudesse concluir, em 1947, que o número de pessoas infectadas pela filariose diminuiria, essa doença ainda é uma das pragas mais sérias que afetam as classes mais baixas no Suriname⁸¹.

⁸⁰ Lampe, Enkele opmerkingen, *W. I. Gids*, 1923, p. 273.

⁸¹ Informação do Dr. A. E. Wolff sobre uma pesquisa instituída em Paramaribo em 1947.

A julgar pela estatística sobre as causas das mortes, teríamos que concluir que a situação geral melhorou apreciavelmente entre 1925 e 1940. As atividades do serviço médico contribuíram em larga medida para essa melhora, não obstante os meios limitados à sua disposição. Todavia, a saúde pública não pode ser considerada satisfatória. A situação precária da moradia e do sistema sanitário inadequado da cidade constituem fatores inibidores nas tentativas para melhorar o estado da saúde da maioria da população que vive em Paramaribo. Em vista de o Suriname não ser um país insalubre, as possibilidades de atingir essa meta estão, sem dúvida, presentes. O destino do país é fortemente influenciado pelo estado de saúde de seus habitantes, não apenas porque determina o aumento da população, que pode em longo prazo terminar com o subpovoamento do país, mas também por causa da forte influência que exerce na formação psicológica dos habitantes, em seu rendimento profissional e alegria de viver. A situação sócio-sanitária é um problema que requer a mais ampla atenção da administração do Suriname.

Capítulo X

Organização do Estado e tensões políticas

A partir do início do século XVIII houve tensão entre os colonos e os dirigentes ultramarinos da Colônia, como descrito anteriormente. Em consequência disso, a tensão surgiu, igualmente, entre o governador – o representante primeiro da Sociedade Fundadora e depois do governo dos Países Baixos – e o setor politicamente consciente da população do Suriname. O autor de *Remarques* declara que a disposição que prevalecia no Suriname, no tempo da guerra de independência nas colônias norte-americanas, era tal que os colonos estavam bem ansiosos para seguir esse exemplo, e mostra claramente até que ponto esse sentimento se opunha à metrópole, mesmo numa época em que o antagonismo entre colonos e a administração no Suriname não era agravada pelo antagonismo racial¹.

Tal tensão continuará invariavelmente a existir enquanto a população dessa parte ultramarina do reino não tiver plenos direitos para regulamentar seus próprios negócios internos e enquanto o Estado, que exerce direitos soberanos sobre o território deixar de consultá-la antes de decretar leis e regulamentações que o reino é obrigado a cumprir.

A nova Constituição colonial para o Suriname, que foi completada em 1865 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 1866, visava garantir à Colônia “um alto grau de autonomia e participação na direção de sua própria economia¹”, de acordo com o Memorando Explanatório sobre o projeto de lei.

¹ *Remarques*, p. 14.

Ao redigir a Constituição do Suriname, o legislador dos Países Baixos se esforçou por apresentar uma forma de organização política que deixasse o maior número possível de assuntos para o legislador local regular sem, contudo, introduzir um sistema parlamentar completo no país. Com relação aos assuntos que eram regulados pelos organismos governamentais no Suriname, foi requerido que fossem regulamentadas pelas leis coloniais, sem interferência do rei. Este possuía apenas o direito de revogar os decretos relacionados a esses assuntos.

Em 1901, o artigo 48 da Constituição foi emendado para que o monarca pudesse regulamentar todos os assuntos cuja regulamentação era confiada ao governo local, exceto três questões, a saber, o preparo dos demonstrativos das contas coloniais, a cobrança de impostos e a concessão de terras da Coroa; esses três assuntos eram regulamentados por ato do Parlamento ou ordem colonial.

Essa emenda foi efetivada como resultado de eventos durante o governo de De Savornin Lohman (1889-1891), que serão discutidos adiante. A questão da emenda do artigo 48 entrou em discussão um ano após o caso Lohman. A redação da parte do Memorando Explanatório que se refere a esse assunto na minuta preparada em sobre o projeto 1892 deixa pouca dúvida a esse respeito. A passagem em questão foi incluída textualmente no Memorando Explanatório no projeto de legislação de 1899, que foi aprovado. O governo e um grande número de membros do Parlamento convenceram-se de que o *Koloniale Staten* se esforçava por tornar-se uma organização demasiadamente independente, contra os objetivos da Constituição; a oposição do *Staten* à administração era um fator importante que influenciava o desenvolvimento dessa opinião. Em relação a isso, o governo estava preocupado em preparar-se inequivocamente para a possibilidade de regulamentar os assuntos do Suriname – com exceção dos assuntos anteriormente mencionados, por meio de ordens administrativas gerais na nova Constituição. Antes dessa emenda, era impossível fazer vigorar

um decreto mesmo que o *Koloniale Staten* se recusasse a prestar sua cooperação. A eventualidade de um número de súditos se apresentarem para discussão, o que não era desejável regulamentar por ordem colonial, também foi levada em conta. Um parágrafo chamando a atenção especial para esses dois pontos foi anexado à passagem acima referida². Como resultado da emenda do artigo 48 repetia-se uma parte considerável dos direitos políticos garantidos ao país pela Constituição de 1865.

A Constituição também garantia ao Suriname direitos orçamentários, não sem reservas, contudo. O orçamento do Suriname tinha de ser ratificado por ato do Parlamento nos Países Baixos caso fosse requerido dos cofres do reino subsídio para suplementar os recursos da colônia, se a Coroa não aprovasse o orçamento ratificado pelo *Koloniale Staten* no Suriname ou se o *Staten* não redigisse o orçamento no período de tempo estipulado por lei. Havia ainda outro meio pelo qual a Coroa podia, contudo, exercer forte influência sobre o conteúdo das leis e sobre a política administrativa no Suriname, que era mediante as ordens dadas ao governador. O artigo 21 da Constituição de 1865 estipulava que “O governador exercerá sua função com estrita observância das ordens do rei e é responsável por suas ações perante o rei”.

Esse artigo foi mantido na Constituição de 1901 do Suriname, bem como na Constituição Colonial de 1936. Não há a mais leve dúvida de que até 1937 o governador não possuía nenhum Poder Executivo independente; ele era o representante da Coroa e governava o território ultramarino do reino em nome do rei. Buiskool expressou a opinião de que a Constituição Colonial de 1936 resultou em uma mudança definitiva na posição do governador, apesar de ter mantido a cláusula segundo a qual ele conduz o governo geral com a devida observância das diretivas do rei. Com base nos debates na Câmara, com referência à Constituição Colonial, conclui que, desde 1937, o

² Bordewijk, p. 115 e 169.

governador era uma autoridade administrativa independente e que, ao exercer sua função, precisava apenas prestar atenção às linhas gerais da política governamental³.

O Poder Legislativo conferido pela Constituição ao corpo administrativo no Suriname era compartilhado pelo governador e pelo *Staten*. As leis eram promulgadas por meio das atividades legislativas desses dois poderes. O *Staten* possuía não só o direito de votar projetos de lei submetidos a essa entidade pelo governador bem como o orçamento, mas também o direito de iniciativa, emenda, petição e interpelação.

O governador era livre para escolher se promulgava ou não os projetos de lei que passavam pelo *Staten*. Portanto, era impossível promulgar uma lei contra a vontade do governador ou do *Staten*. Contudo, após 1901, o governador podia propor ao governo dos Países Baixos a regulamentação por decreto real de qualquer assunto que considerasse essencial.

A Constituição de 1936 conferia poderes mais amplos ao governador para fazer valer suas resoluções sem a cooperação do *Staten*. O artigo 32 dava ao governador o direito de tomar medidas em situações de emergência em relação a matérias que normalmente tinham de ser regulamentadas por ato do Parlamento, ordem administrativa geral ou regulamentação autônoma sujeita a ratificação posterior pelos mesmos. Podia, igualmente, emendar ou revogar leis, decretos reais e decretos coloniais. O artigo 101 (chamado de resolução simplificada de controvérsias) garantia ao governador o direito, além disso, de aprovar um decreto colonial sob sua própria autoridade e responsabilidade se o *Staten* deixasse de tramitar um item no dentro do prazo estipulado ou se o *Staten* não desse sua aprovação quando a urgência de uma situação particular exigia uma regulamentação imediata. Se, no caso de o

³ Buiskool, *Surinaamsch Staatsrecht*, p. 77.

governador promulgar um decreto colonial por conta de uma emergência de acordo com o artigo 101, o *Staten* fizesse em conformidade, uma solicitação dentro do prazo de dois meses de sua entrada em vigor, a regulamentação da matéria do decreto poderia ser feita por ordem administrativa geral. O artigo 100 (a resolução complexa de controvérsias) estipulava que um decreto colonial podia ser aprovado por ordem administrativa geral depois de ser duas vezes submetido e rejeitado pelo *Staten*.

O *Staten* do Suriname era um corpo com direitos constitucionais incompletos. O aspecto de que seu único controle sobre autoridade executiva – no caso, o governador – consistia no direito de interpelação, e que seus membros não podiam substituí-lo quando ele não fosse mais de sua confiança, tirava deles a característica mais importante de um corpo parlamentar. O *Staten* possuía um caráter ambivalente – uma observação nesse sentido foi feita já em 1865, num debate na Câmara de Deputados sobre a Constituição. De um lado, o *Staten* possuía os principais direitos de um Parlamento, a saber, participação nos poderes legislativos e direito de petição e interpelação, enquanto, por outro lado, suas resoluções sempre podiam ser tornadas sem efeito e as leis podiam sempre ser postas em vigor e impostas sobre a população contra sua vontade.

Com relação à composição desse corpo parlamentar, sua natureza ambivalente fica também evidente. De acordo com a Constituição de 1865, nove dos treze membros eram eleitos pelos eleitores e quatro designados pelo governador. Esse sistema de indicar membros tinha sido adotado porque se presumia que, nos primeiros anos da existência do *Staten*, “os proprietários de terras”, cujos interesses, podia-se presumir razoavelmente, colidiriam com os interesses dos ex-escravos, seriam na sua maioria eleitos para ele⁴. O direito de voto dependia do pagamento

⁴ Bordewijk, p. 222, 263.

de uma certa soma de dinheiro em impostos diretos, de modo que apenas um pequeno número de eleitores participaria nas eleições. Isso dava aos mais abastados maior influência na composição desse corpo parlamentar.

O governo nos Países Baixos havia forçado a Abolição da Escravidão por intermédio do Parlamento apesar da oposição dos fazendeiros no Suriname – três anos antes da introdução da Constituição de 1865 – e não havia convicção de que os colonos levariam suficientemente a sério os interesses da população e dos ex-escravos. Além disso, o ministro Fransen van de Putte levantou a questão de que um corpo parlamentar composto exclusivamente de proprietários de fazendas daria prioridade aos interesses dos colonos a tal ponto que a agricultura em pequenas propriedades – interesse dos ex-escravos – tenderia a ser prejudicada.

Mesmo em 1865, a Câmara parecia ter uma excelente percepção da importância que a agricultura em pequena escala devia vir a ter para o Suriname sem, por outro lado, subestimar a grande importância das grandes fazendas para o país⁵.

A fim de proteger as classes baixas, resolveu-se designar um número de membros para o *Staten* que fossem independentes dos interesses locais; mesmo ao redigir o projeto da Constituição, o governo pretendeu tornar funcionários dos Países Baixos nomeados para chefes de departamentos elegíveis para nomeação o *Staten*.

A Constituição de 1901 pôs fim à prática de nomear membros do *Staten*. O governo anunciou, por intermédio do ministro Cremer, que a composição do *Staten* de membros eleitos e designados não havia correspondido a suas expectativas. Havia resultado

que, longe de consolidar a posição e a influência do governador, a oposição feroz freqüentemente apresentada a medidas propostas

⁵ *Ibid.*, p. 263, 313.

por ele pelos membros que ele mesmo nomeara, deu novo e forte ímpeto à oposição oferecida a essas medidas pelos membros eleitos porque, como diziam esses: , ‘não apenas nós, que somos membros eleitos, nos opomos a ele, mas nem mesmo os membros designados pelo governador podem concordar’; como a experiência nos ensinou que os membros são mais relutantes em levantar suspeita de serem pró-governo, e portanto freqüentemente interferem nas medidas do governador em vez de apoiá-lo, foi apresentada uma proposta na Colônia algum tempo depois de que todos os membros do *Staten* fossem eleitos⁶.

O número de eleitores foi aumentado em 1901, com a inclusão na quarta cláusula do artigo 69 que todos os contribuintes com uma renda anual tributável de 1.400 florins holandeses eram qualificados como eleitores. Todavia, como muitas pessoas tinham, na realidade, ou alegavam ter, para fins de reduzir sua tributação, uma renda anual mais baixa que o limite acima, o eleitorado permaneceu pequeno.

A Constituição Colonial de 1936 estabeleceu uma volta através do qual o *Staten* eracomposto de membros eleitos e designados. O governo achava que cinco dos quinze membros do *Staten* deviam ser designados a fim de salvaguardar os interesses dos indianos e dos javaneses, que tinham emigrado para o país como colonizadores permanentes desde 1901. Embora o eleitorado tenha se expandido, por meio da redução da renda tributável anual mínima para 1.000 florins, no critério pelo qual cidadãos se qualificavam para a participação nas eleições para o *Staten*, bem como aqueles que satisfaziam os requisitos educacionais estipulados pela lei eleitoral, era de se prever que os indianos e javaneses não ficariam representados eqüitativamente no *Staten*, ou não teriam nenhum representante, devido à baixa renda obtida por muitos membros desses grupos, do não pagamento dos

⁶ *Ibid.*, p. 322.

impostos em dia ao número relativamente baixo de eleitores qualificados com base no critério formação educacional. Assim, o governo aparentemente considerou que apenas os membros desses grupos poderiam cuidar de seus interesses. Essa reintrodução do sistema de designar membros do *Staten* deve ser vista como um retrocesso na direção da ambivalência.

Como se observa anteriormente, não era intenção do legislador dar ao Suriname uma representação parlamentar em 1865; o objetivo era dar ao país um corpo representativo que fosse capaz de tomar parte na legislação. Os defensores do projeto da Constituição de 1865 estavam conscientes de sua natureza ambivalente, mas sentiam que isso era mais conveniente à situação social no Suriname, pois o país não estava suficientemente maduro para ter um Parlamento próprio, embora tivesse direito a alguma forma de representação.

Em sua opinião, o governo tinha apenas restituído ao povo do Suriname seus antigos direitos com a instituição do *Staten*. Tentaram justificar-se aos olhos dos membros da Câmara dos Deputados que consideravam que conceder ao Suriname um sistema representativo era um passo prematuro, observando que o povo tinha direito à representação parlamentar com base nas “condições fundamentais” garantidas aos habitantes do Suriname pela Carta de 1682, com base na qual os colonizadores dos tempos antigos haviam participado na legislação⁷.

Mijer, membro do Parlamento, observou em resposta a isso que, mediante a abolição da escravidão, as condições no Suriname tinham mudado tanto que já não era assunto da Câmara “prestar atenção a *condições fundamentais* que tinham sido concedidas sob um sistema e circunstâncias totalmente diferentes, condições que tinham perdido sua *fundamentação*”. O governo, de acordo com Mijer, não prestara

⁷ *Ibid.*, p. 214, 219.

suficiente atenção ao elaborar o projeto da Constituição para as condições sociais prevalentes no Suriname, ocupado, desde a Emancipação, por uma população mista, cuja grande maioria estava sujeita à Supervisão do Estado. Mijer declarou que as condições fundamentais tinham “perdido totalmente sua validade”⁸.

Indubitavelmente, Mijer tinha uma visão melhor das novas condições sociais que tinham surgido no Suriname do que Kappeijne van de Copello, o homem que é considerado autor do projeto de Constituição. Kappeijne van de Copello, declarou nos debates da Câmara dos Deputados sobre o projeto, que a nova Constituição colonial seria introduzida “num território ou numa sociedade civil cuja população era composta inteiramente de descendentes de colonizadores holandeses e que compartilhavam da cultura dos Países Baixos em todos os aspectos”⁹.

Esse político astuto sob outros aspectos foi também enganado quando fez essa declaração pela antiga ficção de que o Suriname ainda era uma colônia ultramarina.

Os defensores do projeto da Constituição, contudo, ficaram empolgados por sua fé nas instituições constitucionais de um liberalismo triunfante; embora compreendessem que a introdução no Suriname do sistema administrativo de 1865 era um experimento, olhavam os futuros resultados com confiança. É nossa opinião pessoal que o modo pelo qual o *Staten* se desenvolveu não desapontou esse otimismo liberal. Deixa-se a avaliação definitiva das atividades desse corpo a seus futuros historiógrafos, mas expresse a opinião de que, apesar das insuficiências que foram mostradas no decorrer dos anos, o *Staten* dera uma contribuição valiosa no passado ao trabalho legislativo no Suriname, e expressara os sentimentos do setor politicamente consciente da

⁸ *Ibid.*, p. 253, 275.

⁹ *Ibid.*, p. 257.

população. Além disso, esse organismo tivera uma função preventiva, evitando o desenvolvimento de uma autocracia que, junto com um pequeno grupo de burocratas do exterior, teria governado com poder absoluto um povo para o qual continuava a ser alheio em virtude de seu passado e mentalidade. Havia duas outras razões de natureza social que, de acordo com seus defensores, justificavam o projeto de Constituição. Pretendia-se tornar a colonização no Suriname atraente para futuros colonizadores por intermédio da criação de instituições liberais.

A história mostrou há muito que nada é mais produtivo para atrair colonizadores a um território além-mar do que a perspectiva de viver ali sob instituições liberais e de ter a oportunidade de exercer alguma influência na administração,

afirma o Relatório Provisório da Câmara dos Deputados¹⁰. Pretendia-se, além disso, ao conceder ao país um grau suficiente de autonomia estimulá-lo a se tornar economicamente independente, tornando, desse modo, desnecessários os subsídios da metrópole.

Se, com as devidas precauções, os moradores da Colônia forem encarregados da direção de sua própria economia”, escreve o Relatório Provisório, “pode-se alimentar a esperança de que aparecerá nos que governam aquela economia um forte desejo de que a ajuda externa, que sempre contém um elemento humilhante, possa ser dispensada¹¹.

Nenhum desses dois objetivos foi atingido com a instituição de um corpo representativo. Embora a ausência de liberdade política num país possa representar um obstáculo para a afluência de imigrantes que

¹⁰ *Ibid.*, p. 219.

¹¹ *Ibid.*, p. 220.

constituam elementos populacionais potencialmente valiosos, a presença de condições constitucionais e uma vida política saudável são, contudo, insuficientes para atrair imigrantes a um país que lhes oferece perspectivas econômicas insatisfatórias. O desejo de independência política tampouco resultou na necessária prosperidade e na disposição para o auto-sacrifício para dispensar os subsídios anuais dos Países Baixos.

O sistema administrativo do Suriname finalmente foi organizado de modo tal que tensões políticas tornaram-se inevitáveis. Três tipos de conflito podiam emergir desse sistema administrativo: conflito entre o governo dos Países Baixos e o governo local, isto é, o governador e o *Staten*, ou entre o governo e o governador de um lado e o *Staten* de outro, ou um conflito entre o governador e o *Staten* em que o governo se alinha com este último. Os três tipos de conflito têm de fato surgido desde a criação do *Staten*. O sistema não provê medidas pelas quais controvérsias possam ser solucionadas por meios constitucionais. O governador tinha o poder de dissolver o *Staten*, mas se os eleitores elessem outro corpo representativo que defendesse o ponto de vista original que fora a causa do conflito, isso não seria necessariamente uma razão para que o governador renunciasse ou para que o governo ou o governador mudasse sua posição. Havia relativamente pouco sentido em dissolver o *Staten* com um eleitorado tão pequeno e, de um ponto de vista político e social, tão homogêneo, e isso nunca ocorreu na prática. Se o governo persistisse neste ponto de vista, não havia nada que o governador e o *Staten* pudessem fazer a não ser ceder; do mesmo modo, o governador poderia, se quisesse, apoiado pelo poder do governo, fazer o *Staten* baixar a cabeça. De fato, a Constituição outorgara ao *Staten* apenas o voto consultivo.

Outra situação de conflito potencial foi fornecida pela maneira como o *Staten* era eleito. A qualificação eleitoral pela propriedade impediu um grande grupo de pessoas politicamente conscientes de

participar das decisões do *Staten*. Entretanto, a condição de que uma determinada quantia em impostos sobre a renda tinha de ser paga e a baixa porcentagem fixada para esta a tributação, excluía grande número de pessoas educadas. Do mesmo modo, o requisito de que os impostos tinham de já estar pagos para que se pudesse tomar parte na eleição limitava o número de eleitores. Uma mudança importante nesse ponto foi introduzida na emenda de 1901 da Constituição, em que foi adotado o critério da renda para qualificar pessoas como eleitores e foi estipulado que os contribuintes com uma renda anual de 1.400 florins estavam também qualificados para votar. Isso quase dobrou o número de eleitores, o que foi posteriormente aumentado pela introdução da qualificação eleitoral educacional pela Constituição Colonial de 1936. O *Staten* mostrara, todavia, pouca inclinação para aumentar o número de eleitores por iniciativa própria. Os mais abastados e a classe média educada alimentavam uma desconfiança profundamente arraigada da percepção política dos membros da classe baixa e a incredulidade no interesse genuíno na política por parte deles. Temia-se, especialmente, a influência dos migrantes não instruídos indianos e javaneses nas eleições. Esse medo também se expressara nas Casas do Parlamento holandês nos debates sobre a emenda da Constituição em 1901.

Como esse sistema operava na prática? Tentarei explicar o relacionamento entre os Países Baixos e o Suriname, usando alguns exemplos da história política como ilustração e dando atenção especial aos sentimentos despertados no Suriname pelas políticas adotadas pelo governo e pelos respectivos governadores. Ao mesmo tempo descreverei, ao fazê-lo, o desenvolvimento da mentalidade dos grupos políticos líderes no Suriname, tendo como base alguns eventos políticos importantes.

Buiskool acreditava que se podia discernir uma tendência na política do governo holandês, no período anterior a 1937, de interferir o mínimo possível na administração do governador, de modo que

supostamente a posição dele se tornasse cada vez mais livre. “Com referência à mudança de posição do governador”, observa ele, “podemos falar de uma certa convenção constitucional que deve sua origem à mudança de opinião sobre política colonial e política externa, à qual o liberalismo indubitavelmente não estava alheio”¹².

Todavia, não há vestígio do desenvolvimento de tal convenção antes ou depois de 1937.

Van Vollenhoven observou num artigo, em 1923, que, em 60 anos de autonomia das Índias Ocidentais, apenas um caso de anulação de decreto colonial foi registrado, embora “não, é claro, porque o Ocidente obtivera um grau tão amplo de liberdade, mas pela simples razão de que, em contradição com a lei, o governo dobrou completamente o Suriname e Curaçao à sua própria vontade”¹³. Essa declaração reflete claramente a situação antes e depois de 1923.

No período entre 1869 e 1901, há poucos sinais de interferência na publicação de regulamentos pelo governo dos Países Baixos em relação à Colônia por meio de ordens administrativas gerais ou atos do Parlamento. Todavia, por intermédio de suas diretivas ao governador o governo exercia uma influência marcante sobre a direção dos negócios do Suriname. Van der Houven van Oordt escreveu em 1895 que, desde 1885, foi concedida mais liberdade aos governadores¹⁴. Essa afirmação é verdadeira principalmente no que se refere ao mandato de três anos do governador Smidt, que tinha muita influência no governo e nos Estados-Gerais e cujos orçamentos eram, geralmente, aprovados sem emendas pelo ministro e pelas Casas do Parlamento. Mas há pouco sinal dessa liberdade mesmo entre seus sucessores imediatos.

¹² Buischool, *op. cit.*, p. 14.

¹³ C. van Vollenhoven, *De Herziening der Grondwet ingevoerd voor Indië, Suriname en Curaçao. Verspreide Geschriften*, Haarlem, 1935, III, p. 501.

¹⁴ A. J. van der Hoeven van Oordt, *Het Regeeringsreglement van Suriname*, Leiden, 1895, p. 106.

Era óbvio, até para desinformados, que não foi outorgado o mais leve grau de liberdade aos organismos locais. Já em 1879, B. E. Colaço Belmonte, um membro dos Estados-Gerais, chamava “o governador de um simples funcionário subalterno, um mero chefe de seção junto ao ministro das Colônias em relação ao orçamento”¹⁵. Em 1872, o Relatório Provisório do Comitê do *Staten* sobre um projeto de lei observou, em relação ao orçamento de 1873, que o *Staten* não havia exercido a menor influência no orçamento. “Pois a Colônia não é dirigida localmente, mas a partir de um dos departamentos do Escritório Colonial em Haia, mesmo os mínimos detalhes. Foi, mais uma vez, sentido que esse sistema do governo dos Países Baixos devia ser denunciado.” O ministro, de acordo com o *Staten*, não tinha, além disso, conhecimento pessoal sobre a Colônia e, portanto, tinha de confiar inteiramente no conselho do único funcionário em seu Departamento que tinha esse conhecimento, embora devido a uma ausência prolongada ele não mais estava mais informado sobre a situação no Suriname. Seja como for, observava o relatório, não deveria ser tolerado “que, na realidade, a Colônia seja governada de acordo com as luzes de um funcionário inferior em Haia, contrariando as recomendações da administração colonial e do *Koloniale Staten*, que não apenas devem estar, como de fato estão mais bem informados”¹⁶.

Em 1886, A. C. Wesenhagen escreveu num artigo sobre o Suriname, que o governo, algumas vezes, considerava o governador

suficientemente confiável para que lhe fosse permitido segurar as rédeas de uma maneira atrapalhada como um cocheiro responsável, enquanto de fato a condução dos negócios de Estado permanecia nas mãos do Escritório Colonial¹⁷.

¹⁵ Reports Proceedings *Koloniale Staten*, 1870-1871, p. 30.

¹⁶ Reports Proceedings *Koloniale Staten*, 1872-1873, p. 76.

¹⁷ A. J. Wesenhagen, *Enkele Beschouwingen gewijd aan de belangen der Kolonie Suriname*, Rotterdam, 1886, p. 28.

Mais de dez anos depois, o ex-governador do Suriname, T. A. J. van Asch van Wijck, protestou num debate com o ministro do Senado contra o fato de que a função do governador tinha sido “diminuída à de um mero agente do ministro em Haia”.¹⁸ Esse debate foi conduzido menos de um ano após Van Asch van Wijck ter renunciado ao cargo de governador do Suriname por conta de uma diferença de opinião com o ministro para as Colônias relacionada à política administrativa a ser adotada no Suriname.

A principal causa do sério conflito que surgiu entre o governo, os Estados-Gerais e o governo local no Suriname no período entre 1865 e 1901 – quando havia menos evidência da interferência holandesa direta na gestão da Colônia do que no período de 1901 a 1940 – era a política de imigração do governo e o fato de que, como o Suriname precisava de subsídio da metrópole todos os anos, era um requisito da lei que o orçamento devia ser ratificado por Ato do Parlamento nos Países Baixos, onde pouca consideração era dada às opiniões do governador e do *Staten*. No período seguinte, isto é, entre 1901 e 1940, essa continuou a ser a principal causa da tensão entre as duas partes do reino. O orçamento provisório era submetido a duas operações drásticas após a submissão ao *Staten* pelo governador e após a ratificação pelo *Staten*: em primeiro lugar o ministro tinha a liberdade de cortar do orçamento do Suriname qualquer item que achasse conveniente, depois do que, na maioria das vezes, ele era submetido à cortes adicionais nos Estados-Gerais. Em muitos casos, o governo nos Países Baixos economizava em despesas absolutamente essenciais sem possuir informação suficiente, enquanto, em outros casos, punha em dúvida os itens mais insignificantes, como se estivesse lidando com o orçamento municipal de alguma aldeia holandesa. O governo e o Parlamento estavam obcecados pelo medo do aumento dos subsídios, e isso

¹⁸ Reports Proceedings Upper House, 1896-1897, p. 281.

determinava a política adotada em relação ao Suriname. Os debates anuais pelo governo holandês e pelos Estados-Gerais sobre o orçamento no Suriname nunca deixavam de suscitar repetidas vezes rancor e irritação no Suriname. Sobretudo porque o *Staten* tinha a certeza de estar observando a mais restrita economia, tendo freqüentemente apresentado em vão avisos contra projetos administrativos extravagantes – como a estrada de ferro Lawa – que eram objeto de seguidos insucessos e que, além disso, aumentavam ainda mais o ônus das dívidas do Suriname. Mais até do que a política de cortar despesas necessárias, a atitude de figuras do governo responsável provocava irritação, pois a cada ano tornava-se evidente que o governo não tinha vontade própria ou era incapaz de encontrar uma solução para o problema da economia do Suriname e que não conseguia ver seu caminho desimpedido para atacar esse problema em grande escala. Algumas vezes parecia que uma mudança podia ser detectada na atitude do governo, mas essa era acompanhada de nova desilusão, que aumentava com cada novo desapontamento. Para citar um exemplo, basta lembrar ao leitor o destino do plano do desenvolvimento que foi discutido em capítulo anterior. O ressentimento que esse curso de eventos suscitou por parte do *Staten* e do povo do Suriname levou a rejeição do orçamento proposto em duas ocasiões, antes de 1901.

Em 3 de julho de 1871, foi realizado um debate no *Koloniale Staten* a partir do qual fica claro que a mentalidade política dos representantes do povo do Suriname assumira, naquela época, uma forma resultante do sistema administrativo e dos problemas que enfrentaram, que é ainda encontrado ali até o dia de hoje¹⁹. O *Staten* estava de mau humor porque, um mês antes – um desses raros casos que aconteceram no período antes de 1901 –, o governo holandês promulgou uma lei referente à introdução de um imposto sobre o

¹⁹ Reports Proceedings *Koloniale Staten*, 1871-1872, p. 57.

consumo de álcool, contrariamente aos desejos do *Staten* (G. B. 1871 nº 10). O *Staten* recusou-se a impor essa taxa para o álcool, enquanto os Países Baixos não conseguissem cumprir melhor suas obrigações em relação à imigração. Essa taxa foi a seguir promulgada pelo Parlamento, de forma a “mostrar ao *Koloniale Staten*”, como o ministro declarou no Senado, “que as ordens positivas do governo soberano não devem ser menosprezadas”²⁰. Colaço Belmonte, membro do Parlamento, observou em relação a esse episódio na sessão de 2 de junho de 1871 que

acontecimentos recentes demonstraram que a administração não está agindo de forma independente, mas sob pressão do governo de Haia. Retrocedemos à era em que a Colônia era governada de modo arbitrário e autocraticamente por um ministro para as Colônias do outro lado do oceano. Há pressão explícita e somos governados a partir de Haia; de fato, mesmo em questões de legislação local, há uma volta aos velhos métodos. E, embora se possa tentar argumentar em defesa da Constituição, que uma taxa pode ser imposta por ato do Parlamento, mantenho que no espírito da Constituição esse atributo é prerrogativa do Parlamento Colonial, uma prerrogativa da qual ele está agora sendo privado e que está sendo transferida para o Parlamento Federal em Haia.

O debate orçamentário foi aberto numa atmosfera que, para começar era tenso, resultado do fracasso da política de imigração e da interferência do governo holandês naquilo que era considerado pelo *Staten* assunto local.

Mollinger, membro do *Staten*, declarou que ele votaria contra o orçamento, pois o governo holandês não estava dando a mínima atenção ao trabalho do *Staten*. Van Emden, membro do *Staten*, recusou-se a continuar a fazer o trabalho preliminar para o orçamento, e concluiu suas observações da seguinte maneira:

²⁰ Van der Heuven van Oordt, *op. cit.*, p. 103.

Enquanto a ratificação definitiva tiver de se dar por ato do Parlamento, pelas razões expostas no artigo 112 da Constituição, a ratificação provisória aqui é uma mera formalidade; é uma farsa inútil, pois a magistratura dos Países Baixos – contrária ao espírito da Constituição – não tem consideração pelos sentimentos do *Koloniale Staten* e da administração, e ratifica o dispêndio não de acordo com as necessidades atuais prementes da Colônia, mas exclusivamente com vistas ao subsídio, que deve a todo custo ser reduzido a cada ano; enquanto, ao mesmo tempo, são negados ao Suriname os meios de encorajar o progresso, a única coisa que pode estimular um aumento saudável dos próprios recursos da Colônia.

As declarações de Colaço Belmonte são as mais cáusticas de todas e ele afirma que todas as atividades orçamentárias são inúteis, “encontrando sua morte numa mania de expurgo por parte dos Países Baixos”. Em seu discurso traz à tona uma questão que mergulha toda a assembléia numa atmosfera de profunda seriedade. Em 1871, a questão de ceder territórios ultramarinos dos Países Baixos entrou em discussão na Câmara em referência aos tratados concluídos com os britânicos em relação à Costa da Guiné. Colaço Belmonte lembrou, então, à assembléia que naquela ocasião a maioria dos membros afirmara que não considerava a cessão dos territórios ultramarinos dos Países Baixos em conflito com o prestígio dos Países Baixos. Embora expressando seu apego à Holanda afirmou, contudo, que não via nenhuma possibilidade de desenvolvimento do Suriname sob um governo dos Países Baixos. O interlocutor advertia o Suriname, com base na lei da autopreservação, a dirigir-se aos Países Baixos com a solicitação de ceder o país a outro poder:

A fim de que possamos deixar de pertencer a uma nação que não nos reconhece, que se recusa a nos reconhecer e a nos apreciar, exclama Colaço Belmonte, “deixemos uma voz poderosa elevar-se para contar ao governo holandês que desejamos que os Países Baixos

cedam a Colônia, isso será considerado como um favor. Não se deve permitir que o Suriname e seu povo definham e pereçam desse modo. Procuremos antes em alguma outra parte a ajuda e assistência que os Países Baixos nos negam”.

Quando o orçamento foi posto em votação, houve empate duas vezes: com base no artigo 86 da Constituição o orçamento provisório para 1872 foi rejeitado pelo *Staten*.

Houve outra ocasião, no período anterior a 1901, em que o orçamento foi rejeitado, quando em 1885 o *Staten* se recusou a aprovar o orçamento submetido pelo governador van Heerdt como protesto contra uma política de economia excessivamente severa. A questão de cessão da Colônia pelos Países Baixos entrou em discussão novamente nos debates sobre o orçamento de 1873²¹. Mollinger e Bosch Reitz, membros do *Staten*, ambos proprietários de fazendas nascidos na Holanda, afirmaram, nessa ocasião, que a idéia de cessão pelos Países Baixos apresentara-se a eles como o único meio de salvar o Suriname. Mollinger declarou que, quando Colaço Belmonte apresentou essa idéia pela primeira vez, ela causara uma impressão dolorosa sobre ele, mas que ele também chegara à conclusão de que os Países Baixos não seriam capazes de ajudar o Suriname; no fim, não havia outro meio para salvar o Suriname senão a cessão. Bosch Reitz declarou:

Não tenho esperança alguma na justa apreciação desta Colônia por parte do governo holandês; já não contava com ele para medidas vigorosas e efetivas que são necessárias para erguer o Suriname de seu estado decadente e para fazer dele o que ele poderia e deveria – *um país feliz, próspero e rico!* É por isso, no interesse do Suriname, que me alinharei com aqueles que pronunciaram franca e abertamente a fórmula ‘separação’.

²¹ Reports Proceedings *Koloniale Staten*, 1872-1873, p. 55, 72.

Bosch Reitz aconselhou o governo a ceder o Suriname à Grã-Bretanha. Embora os membros Gilquin e Cohen Stuart protestassem veementemente, os demais membros permaneceram impassíveis com as palavras que tanto Mollinger quanto Bosch Reitz pronunciaram com a maior seriedade.

As reações do *Staten* à política do governo, por volta de 1871, revelam certos traços que, desde então, caracterizaram a atitude dos surinameses politicamente conscientes. Elas são determinadas pela compreensão de que nem o governo nem a administração no Suriname fez a mais leve concessão a seus desejos e vontades. Essa compreensão tornou-se até mais dolorosa quando o povo do Suriname começou a ver esse conflito político como um antagonismo entre dois grupos que eram diferentes com base na raça.

Essa questão de cessão e separação dos Países Baixos nunca mais havia vindo à tona para uma discussão aberta tão acalorada desde 1872. Os surinameses politicamente conscientes, particularmente o grupo mulato, havia desenvolvido, desde então, uma profunda lealdade aos Países Baixos. Quando, em 1911, o húngaro Killinger arquitetou um golpe de estado com a finalidade de tornar o Suriname independente dos Países Baixos, e isso foi descoberto a tempo de evitá-lo, Van Ommeren, um dos mais formidáveis campeões da causa do Suriname, escreveu em relação a essa conspiração:

Não, a parte sensata da população, majoritária, não estaria a favor de nada desse tipo. Considera-se súdita leal de Sua Majestade a rainha dos Países Baixos. Considera-se protegida e julga desfrutar de suficiente liberdade política e de direitos políticos assegurados que não possuiria sob nenhum outro governo.

A polícia recebeu grande apoio dessa parte da população em suas investigações sobre a conspiração. É verdade que de vez em quando há indícios de desagrado diante de um ou outro ato da administração ou com um ou outro funcionário, mas isso é algo encontrado em

toda parte – há prova disso na metrópole, na Grã-Bretanha, França, Alemanha e assim por diante. É *essencial* para uma expansão nacional saudável e de modo algum deprecia a genuína lealdade à rainha e à metrópole.²²

Para Van Ommeren, no momento crucial, todos os antagonismos entre surinameses e holandeses deixaram de existir e a controvérsia entre os dois grupos assumiu a seus olhos o caráter de inevitável conflito entre compatriotas, com uma metade lutando pelo reconhecimento de seus direitos e necessidades.

Quando, por volta de 1918, a questão de vender a possessão das Índias Ocidentais entrou em discussão na imprensa holandesa e no Parlamento, houve grande indignação no Suriname diante do fato de que isso pudesse até tornar-se um tópico de discussão na Holanda. Os surinameses instruídos identificaram-se com a Holanda, enquanto a classe baixa sentia um laço especialmente forte com a Casa de Orange com base na crença popular de que, na realidade, o rei William III da Holanda era responsável pela abolição da escravidão. Após 1918, essa lealdade espontânea do povo de Suriname gradualmente desapareceu. Esse processo realmente começou antes disso, mas se acelerou nos últimos 30 anos. A crescente autoconfiança da classe média mulata tornou seus membros mais sensíveis à discriminação racial por parte de funcionários holandeses, enquanto a idéia de que a Holanda faltara com seu dever para com o Suriname disseminou-se entre a classe baixa. O fato de o governador Staal, em seu discurso na abertura do Parlamento em 1919, ter dado um aviso contra a incitação e o encorajamento do conflito racial e protestado “contra insinuações sobre a pureza das intenções da administração e contra os pesados insultos aos funcionários do serviço público” feitos no *Staten* é igualmente um sinal dessa crescente sensibilidade. A grande maioria dos surinameses

²² *De Suriname*, 1910, nº 41.

instruídos ainda tinha o sentimento de pertencer à Holanda no período até 1940, mas havia também algumas pessoas entre eles – mais do que antes – que já não aceitavam o elo com os Países Baixos como uma coisa tão natural. No período de 1863 a 1940, políticos surinameses consideravam-se súditos do reino dos Países Baixos. Mas, a geração mais jovem dos surinameses politicamente conscientes, havia sinais do desenvolvimento de um sentimento de nacionalismo centrado no Suriname e que está gradualmente substituindo o sentimento de unidade nacional com os Países Baixos.

Na classe baixa, o vínculo com a Casa Real Holandesa está aos poucos se tornando mais fraco. Esse grupo ficou muito impressionado pelo poder e riqueza dos Estados Unidos desde o desenvolvimento da indústria de bauxita. Os altos salários pagos aos civis no Suriname pelas Forças Americanas que ocuparam o país durante a Segunda Guerra Mundial não deixaram tampouco de aumentar a admiração pelo poder e energia americanos. A idéia de que não se podia esperar muito dos Países Baixos e que o Suriname tinha a garantia de um futuro melhor sob o governo americano ganhou mais terreno na classe baixa do que suspeitavam os que não pertenciam a esse grupo. As pessoas estavam mesmo inclinadas a suportar uma considerável quantidade de discriminação racial em troca. Essas opiniões não tinham nenhuma consequência política maior, mas eram repetidamente expressas nas conversas íntimas entre membros da classe baixa no período anterior à independência política.

Houve também tensões e conflitos entre o governador e os *Staten*. O governador era o representante de um governo com o qual o Parlamento do Suriname estava praticamente sempre insatisfeito, e o executor de uma política que a maioria de seus membros desaprovava. Se o governo forçava a promulgação de leis contra a opinião tanto do governador quanto do *Staten*, isso invariavelmente suscitava um certo sentimento de solidariedade entre esses dois corpos locais. Mas, em

muitos casos, não ficava claro aos não participantes se o governador estava agindo por vontade própria ou se era obrigado a cumprir com as diretivas do governo ultramarino. Se houvesse um conflito constante com a metrópole, a tarefa do governador se tornava extremamente difícil. Muitos governadores chegavam ao Suriname cheios de planos entusiásticos; mas, depois de algum tempo, tinham de encarar o fato de que podiam realizar muito pouco com os meios à sua disposição, e assim, a maioria deles voltava para casa como homens desiludidos. Cada novo governador que chegava ao cargo renovava as esperanças do povo, mas essas esperanças eram inevitavelmente frustradas.

Ao considerar a tensão que emergia entre os sucessivos governadores e o *Staten* ou, de um modo geral, entre o governador e um setor da população, não se deve perder de vista o tamanho da sociedade do Suriname. O tamanho da sociedade não é meramente uma questão de números, mas tem igualmente uma influência de longo alcance sobre seu caráter. O funcionamento de sistemas idênticos de governo tende a ser completamente diferente em uma sociedade pequena daquele de uma sociedade grande. A democracia grega, por exemplo, era uma forma de governo que estava ligada a um número de estados de tamanho limitado, e seu caráter não pode ser concebido independentemente disso. Pelo fato de a sociedade do Suriname ser tão pequena, as questões pessoais exerciam uma influência desproporcionalmente forte sobre a opinião pública. Por outro lado, o caráter compacto da sociedade tem como consequência que o governador e seus funcionários mais antigos também se permitem ser guiados por impressões e sentimentos pessoais. Portanto, a personalidade de um governador e sua atitude em relação ao povo vieram a ter uma influência considerável na atitude do povo em relação com as autoridades. Os conselheiros que cercavam o governador são também de grande importância. Não demora muito em uma sociedade pequena para que as considerações que motivam certos atos administrativos e

os conselheiros que as influenciaram se tornem conhecidos em cada detalhe. Muito depende, portanto, do julgamento desses conselheiros e da confiança de que eles gozam. Nem todos os governadores foram felizes na escolha das pessoas que deviam agir como seus conselheiros pessoais. Em muitos outros casos, o governador tinha de agir no interesse público contra pessoas influentes que por isso influenciavam a opinião pública contra ele. Mas o que agravava sobremaneira a tensão era a falta de confiança no governo que se pensava ou que se sabia – nesse aspecto, também, o caráter compacto da sociedade fazia sentir sua influência – estar em mãos de pessoas que alimentavam preconceitos raciais contra o surinamês ou que falavam do país e de seu povo em termos tão depreciativos que o povo, justificadamente, duvidava de sua capacidade de fazer julgamentos objetivos. Já se chamou a atenção para isso em nossa discussão sobre as relações raciais no capítulo anterior. Igualmente, o povo não estava convencido de que a administração não estava deixando os interesses holandeses terem precedência sobre os interesses do Suriname.

As nomeações do governo constituíam um dos principais motivos de discórdia entre a administração e o povo e era especialmente nesse ponto que a influência dos preconceitos contra os surinameses e a discriminação em favor de pessoas nomeadas no exterior são ou eram consideradas mais óbvias. Muitos casos de nomeações injustas, arbitrárias aconteciam no Suriname, com os “*landskinderen*” (nascidos no local), como os surinameses vieram a ser popularmente chamados, geralmente ficando com a pior parte do bolo .

Já havia sinais de tensão entre a administração e o povo no governo de Van Idsinga (1867-1873).

Em 1871, F. W. Determan Junior, leiloeiro, foi sentenciado a 18 meses de prisão por difamação do governador. Numa carta ao editor em *De West-Indier* intitulado *Een Spaansche Geschiedenis* (Uma História Espanhola), Determan descrevera de uma cidade fictícia na

Espanha, Equivaja, em que evidentemente as condições do Suriname eram satirizadas. O governador da cidade, *El Gobernador*, diz o autor, veio “da capital do reino para Equivaja num *carricoche* (carrinho de mão*), conforme dizia o povo, vendo que ele não tinha meios de transporte para continuar em frente”. Continuando, ele dá a seguinte descrição do governador:

El Gobernador (é) fraco, indiferente, facilmente manipulado, ora por esta ora por aquela influência, totalmente desprovido de dignidade, nem mesmo é popular com as pessoas do povo – combina a falta de conhecimento prático com alto grau de irresolução e dependência de terceiros, o que é incompatível com uma função como a ocupada por ele, com influência negativa – letárgico, um perpétuo procrastinador, em suma, sem nenhuma qualidade de algum valor para seu cargo – e apesar disso ele ganha um salário considerável²³.

Relato esse caso um pouco mais detalhadamente, pois serve para demonstrar que o público podia nutrir opiniões radicais em relação ao governador – numa pequena sociedade um artigo dessa natureza não é publicado a menos que o autor tenha a certeza de que ser apoiado por um setor da população – e o modo pessoal como essas podiam ser expressas na imprensa.

Havia também sinais de tensão entre o governador e o *Staten* na fase final do mandato de Van Sypesteyn; a causa disso era a política de

* A palavra holandesa para “carrinho de mão” é usada para denotar “conexão” num sentido nepotístico.

²³ *De West-Indiër*, 27 de novembro de 1870, nº 95 e 4 de dezembro de 1870, nº 97. Cf. *De West-Indiër*, 15 de fevereiro de 1871, nº 14, e 1º de março de 1871, nº 18, para o julgamento e veredicto. Determan foi sentenciado a 18 meses de prisão. Em 7 de maio de 1871 (Resolução nº 37), o restante de sua sentença foi perdoado. A primeira ofensa de imprensa foi cometida em 1796. Cf. J. Hartog, *Journalistiek Leven in Curaçao*, Willemstad, 1944, p. 307.

economizar do governador. Heylidy, membro do Parlamento do Suriname, que era também presidente da *Hof van Justitie*, queixou-se, em 1881, do tom do memorando do governador em resposta ao Relatório Provisório do *Staten* sobre o orçamento, que ele chamou de “rudes” e “inadequadas”. O mesmo membro do *Staten* observou, com referência ao tom deste memorando resposta sobre o orçamento de 1886, que esse tom lhe desagradara por “sua excessiva arrogância, dirigindo-se como se fosse ao vulgus, à plebe”. Este foi o protesto de um holandês nativo e advogado competente que, como resultado de um prolongado período de residência no país, passou a se identificar de muitas maneiras com o povo do Suriname.

No governo de Van Heerdt, a insatisfação diante da discriminação contra os “nascidos localmente” na questão das nomeações do governo se tornara mais evidente. Numa brochura intitulada *Surinaamsche Toestanden* (Condições no Suriname) (1885) um escritor anônimo criticava a política de Van Heerdt em relação às nomeações do governo. Em 1884, foram expostos alguns casos de fraude entre funcionários subalternos nativos, acreditando-se que isso encorajava generalizações injustas, em conseqüência a administração se tornara apreensiva sobre nomear surinameses para posições de responsabilidade²⁴. Houve alguns poucos casos de fraude cometidos por funcionários do Suriname em um curto espaço de tempo e estes fatos causaram profunda impressão sobre a administração e tornaram alguns altos funcionários propensos a fazer generalizações precipitadas.

O governador Smidt (1886-1888), sucessor de Van Heerdt, foi um dos mais competentes governadores do Suriname. No curto espaço de tempo que esteve no país conseguiu realizar uma enorme quantidade de trabalho legislativo. Embora recebesse grande apoio em seu trabalho

²⁴ *Surinaamsche Toestanden*, Paramaribo, 1885 (brochura que consiste de separatas de *De Suriname*), p. 12.

do *Staten*, a relação entre o governador e o *Staten* foi bastante tensa no último ano em que esteve em atividade.

Apesar da valiosa obra e do êxito de longo alcance, que lhe angariou ampla apreciação, Smidt também se tornou impopular por proteger alguns funcionários graduados que estavam sendo objeto de severas críticas por parte do povo, em geral. Em vista disso, a imprensa do Suriname dirigiu alguns ataques ferozes contra o governador. Quando Smidt partiu para a Holanda, em 1888, foi entusiasticamente aclamado pela maioria dos membros do *Staten*, embora o membro De Granada julgasse necessário não apenas expressar sua apreciação, mas também mencionar “as mais lamentáveis expressões de opinião que induziram o governador a deixar a Colônia”. De acordo com De Granada, havia muitos indícios dessas opiniões expressas nos documentos trocados entre administração e o *Staten* no ano anterior ao fim do governo de Smidt. De Granada lamentava esses fatos e estava inclinado a imaginar quais motivos haveria para isso. De Granada sentia-se obrigado a atribuí-lo ao desprazer do governador por todas as coisas que iam contra seus desejos e por considerar as observações do *Staten* insultos e afrontas. Em conseqüência, o governador, de acordo com De Granada, ridicularizara e fizera insinuações sobre o *Staten* e tratara esse corpo de uma maneira inqualificável nos documentos dirigidos ao *Staten*.

Investido de sua autoridade De Granada expressou seu pesar pela atitude do governador em relação ao *Staten*, mais ainda porque em sua volta à Holanda Smidt poderia exercer alguma influência sobre a opinião pública em relação ao Suriname na metrópole, em vista de sua personalidade autoritária.²⁵

Smidt exerceu, de fato, uma influência considerável sobre a opinião holandesa no que se refere ao *Staten*, particularmente após sua volta. Acredito que a emenda ao artigo 48 da Constituição deve ser

²⁵ Reports Proceedings *Koloniale Staten*, 1888-1889, p. 16.

atribuída, em grande parte, à sua influência. Deixou o Suriname após ser eleito membro da Câmara dos Deputados no eleitorado Emmen. Em 1888, pronunciou um discurso sobre o Suriname na Câmara dos Deputados que impressionou muito seus membros²⁶. As repercussões desse discurso podem ser ainda identificadas anos depois nos Relatórios Parlamentares oficiais. Observou, com referência ao *Koloniale Staten*, que no curso dos anos eles vieram a alimentar a idéia fixa de que eram uma assembléia “política”

no sentido de que seus membros se sentem justificados e exortados em primeiro lugar, e algumas vezes, mesmo principalmente a criticar e a expressar sua confiança no governo dos Países Baixos e a tratar o representante de Sua Majestade na Colônia como se o relacionamento fosse o mesmo que aquele entre os Estados-Gerais nos Países Baixos e o ministério. Uma tendência cujos efeitos são os mais desastrosos como parece ser o costume colonial de ligar tudo, inclusive cada ato administrativo isolado, a considerações puramente pessoais – de uma maneira igualmente inextirpável – e como se apenas sentimentos antigoverno obtem e conferem popularidade; e isso tem repercussões perniciosas sobre os eleitores, a imprensa e o público, embora seja irrelevante para questões de real importância sobre as quais a população, em geral, normalmente permanece ignorante, pelo menos na Colônia em questão.

Nesse discurso Smidt referia-se a uma “certa campanha entre os surinameses” que, segundo ele, estavam inclinados a repelir tudo o que é holandês e que não pode tornar subserviente aos interesses privados e opiniões dos surinameses. Os meios utilizados para essa finalidade eram “patéticos artigos de jornal” em que holandeses não ligados à Colônia por “laços especiais” eram sistematicamente atacados. Esses artigos, observava Smidt, eram apoiados e elogiados não só pelas classes elevadas,

²⁶ Reports Proceedings Lower House, 1888-1889, p. 428.

mas até pelo *Koloniale Staten*. É óbvio que as alegações desse ex-governador de uma campanha entre os surinameses são a contrapartida das alegações que circulavam na sociedade do Suriname de uma campanha holandesa que teria por objetivo discriminar os surinameses na questão das nomeações do governo. Smidt viu-se obrigado a abrandar de algum modo a impressão deixada por seu discurso durante os debates no caso Lohman, em 1890, acentuando que o *Koloniale Staten* não era um corpo administrativo, como Wertheim afirmara no Senado com referência ao discurso de Smidt de 1888, mas um corpo político, “o corpo representativo da Colônia”, que tinha todo direito de criticar e fazer oposição²⁷. Isso não ajudou, contudo, a neutralizar os efeitos de seu julgamento negativo do *Koloniale Staten*. É importante visualizar claramente as condições coloniais e a mentalidade do governo e do Parlamento em relação às colônias naquela época para poder compreender as implicações de tal discurso por um homem da reputação e influência de Smidt.

No governo de seu sucessor, De Savornin Lohman, ocorreu o mais sério conflito entre o governador e o *Staten* jamais surgido na história do Suriname. Retornarei a esse fato na discussão sobre os conflitos de natureza violenta. No governo do sucessor, Van Asch van Wijck, a política no Suriname entrou numa fase inusitadamente pacífica, exceto por um incidente isolado. O governador e o *Staten* cooperaram um com o outro em paz e harmonia. Como resultado de seu caráter íntegro, Van Asch van Wijck logo se tornou imensamente popular. Ele é o único governador para quem o povo ergueu uma estátua, que foi instalada na *Gouvernementsplein* em Paramaribo.

No período entre 1901 e 1940, depois que a emenda do artigo 48 da Constituição entrou em vigor, a interferência do governo holandês nos negócios do Suriname tornou-se mais evidente. Van

²⁷ Reports Proceedings Lower House, 1889-1890, p. 1150.

Vollenhoven, num artigo sobre o qual nos referimos em detalhe, dá uma série de exemplos da atitude do governo dos Países Baixos em relação aos corpos do governo local: em 1902, o governo dos Países Baixos apresentou um decreto que foi unanimemente rejeitado pelo *Staten* (G. B. 1902 nº 9, arrecadação sob a administração e deduções do governo); ele pedia para ser consultado sobre o texto da resposta que o governador deveria enviar para o Relatório Provisório do *Staten* (Apêndice *Koloniale Staten* 1913-1914, documento 5, nº 5); ele tirava de circulação uma lei ratificada por dois anos sem dar permissão para sua promulgação nem instigar sua anulação (apêndice *Kon. Staten* 1913-1914, nº 3, documento nº 5); introduzia a regulamentação denunciada previamente pelo *Staten* (G. B. 1914, nº 27, bancarrota); em 1914, o governador informava ao *Staten* escrevendo (23 de março de 1914) que se esse não fizesse logo um Relatório Provisório, a Coroa editaria regulamentos segundo seu critério; no ano seguinte, o governo enviou ao governador instruções telegráficas para executar apenas certos artigos de uma importante lei que tinha sido promulgada e em seguida posta em operação como matéria de urgência, ainda que a lei apenas desse provimento à rescisão de um estatuto integral (*Gazeta do Governo* para o Suriname, 7 de janeiro de 1915); em 1918, ele regulamentava por ato do Parlamento uma matéria para a regulamentação da qual o *Staten* não considerava o tempo como ainda maduro (G. B. 1918 nº 56, Carta Patente do Banco do Suriname)²⁸.

Van Vollenhoven escreveu o referido artigo em 1923, com referência aos debates parlamentares O SOS do governador Van Heemstra em relação à liberdade limitada concedida aos corpos do governo local pelo governo dos Países Baixos. De todos os governadores após 1865 Van Heemstra apresentou a mais feroz oposição ao estado de dependência do governador e do *Staten* do governo ultramarino.

²⁸ Van Vollenhoven, *De Herziening der Grondwet*, p. 504.

Em 1923, Van Heemstra escreveu ao *Staten* do Suriname no Memorando Explanatório que acompanhava o orçamento colonial para 1924:

A objeção mais séria encontrada no presente pelo abaixo-assinado – que de fato dificulta, e mais ainda frustra todas as tentativas de progresso – é fornecida pela maneira como, tanto a administração da Colônia quanto seu governo local são conduzidos. Embora a Constituição atualmente em vigor crie condições para o governador à frente da Colônia – que é responsável pelo Poder Executivo em nome da Coroa e como representante dela – tendo ao seu lado um corpo chamado *Koloniale Staten*, que é supostamente o corpo representativo da Colônia e com referência ao qual o Memorando Explanatório afirmou, algum tempo atrás, que o princípio em que sua instituição está baseada não deve ser mantido sob hipótese alguma em silêncio. É uma verdade inegável que a aplicação prática dessa mesmíssima Constituição foi tal no decorrer dos anos que o poder soberano da Coroa reprimiu as ditas autoridades a ponto fazer que a independência, que ela própria aparentemente considerava desejável, quase desaparecesse.

No resto do memorando, Van Heemstra faz algumas referências indiretas à opinião dos ex-governadores que “descreram pessoalmente para mim a insustentabilidade do mencionado relacionamento” e, em seguida, passa a listar uma série de exemplos de sua própria experiência para ilustrar a relação entre o governador e o governo dos Países Baixos. O mais eloqüente desses é, sem dúvida, aquele oferecido pela atitude do governo em relação ao orçamento de 1922 para o Suriname. O ministro recebeu o projeto de orçamento em 25 de maio de 1921 e, em 29 de novembro de 1921, submeteu uma versão totalmente diferente desse projeto ao Senado; ele rejeitara uma importante revisão dos salários além das reduções e alterações que foram introduzidas em dezenove itens, a maioria dos quais tocando em aspectos importantes

do governo da Colônia. As drásticas mudanças foram feitas sem qualquer consulta adicional aos corpos do governo no Suriname. O ministro apresentou a desculpa um tanto fraca de que troca adicional de opiniões sobre o assunto com o governador teria inevitavelmente resultado num considerável atraso da apresentação do projeto – embora cinco meses tivessem passado entre a recepção do projeto nos Países Baixos e sua submissão à Câmara dos Deputados.

Em muitos casos, o *Staten* deixou o governo dos Países Baixos fazer o que quisesse sem protestar, como por exemplo, quando o governador Van Asbeck informou-o, em 1913, que a lei do trabalho, ratificada em 24 de junho de 1911, não podia ser promulgada por causa das objeções levantadas pelo governo soberano a algumas cláusulas que continha. A versão da lei como revista, de acordo com os desejos do governo dos Países Baixos, foi aceita pelo *Staten* sem protesto ou maiores debate²⁹. Parecia que o *Staten* resignara-se ao fato de ser incapaz de mudar qualquer coisa. Algumas vezes, contudo, a atitude do governo e do Parlamento provocavam algumas ferozes reações por parte do *Koloniale Staten* e da imprensa do Suriname.

Em 1818, a atitude do ministro e de alguns membros do Parlamento resultou numa renúncia coletiva dos membros do *Staten*.

Nas sessões sobre o orçamento para o Suriname para o ano de 1919, o adiamento pelo *Staten* de um debate sobre a Carta do Banco do Suriname entrou em discussão na Câmara dos Deputados³⁰. O *Staten* sentiu que era impossível para ele formar uma opinião sobre o assunto até receber mais detalhes além dos que lhe haviam sido fornecidos até então. O membro, Sibing Mulder, fala da “tagarelice

²⁹ Cf. Explanatory Memorandum (Van Heemstra), Appendix, Reports Proceedings *Koloniale Staten*, p. 233. Sobre a lei do trabalho de 1911, ver Appendix, *Koloniale Staten*, 1913-1914 (5.3) e Reports Proceedings, 1914-1915, debate de 2 de junho.

³⁰ Reports Proceedings Lower House 1917-1918, p. 2212.

do *Koloniale Staten*” e da “lamentável perda de tempo em relação a este assunto”, e observa:

Falando diante da *Indische Genootschap* tempos atrás, expressei minhas dúvidas sobre se treze homens de ampla visão e julgamento imparcial com a coragem de fazer do *Koloniale Staten* o que ele deveria ser, podiam ser encontrados no Suriname por meio do voto, e esse incidente – isto é, o modo como a matéria da Carta Patente do Banco tinha sido conduzida – fortaleceram minhas dúvidas.

O ministro afirmou em sua resposta que o *Staten* tentava esconder sua falta de cooperação atrás da fachada do alegado desconhecimento dos fatos; em relação à observação de Sibing Mulder concernente ao assunto de enviar funcionários mais capacitados ao Suriname, o ministro observou que ele próprio era a favor da idéia, mas que o *Koloniale Staten* exerceria alguma influência sobre a determinação dos salários para funcionários e que isso constituía um obstáculo à designação de bons funcionários, que tinham de ser remunerados de acordo com suas qualificações.

O discurso do ministro foi expresso de uma maneira, entretanto, que podia ser interpretado como uma acusação no sentido de que o *Staten* não tinha nenhum senso de responsabilidade.

Simon, membro do *Staten*, protestou num longo discurso “contra o tom” arrogante em que alguns membros, notadamente Sibinga Mulder, e – o que era pior – o governo igualmente” falaram do *Staten*. Simons devolveu a bola submetendo o governo e os Estados-Gerais a uma discussão crítica, recorrendo a artigos sobre o governo e membros do Parlamento que tinham aparecido nos jornais holandeses. Em relação à observação do ministro sobre as influências do *Staten* nos salários dos funcionários, observou que a discussão apresentada pelo ministro era um “subterfúgio, pois nesse aspecto – como em muitos outros – o julgamento do *Koloniale Staten* foi flagrantemente ignorado”. Ele deu

então uma série de exemplos de aumentos de salário para funcionários holandeses sobre os quais o *Staten* não havia sido consultado. “Não, teria sido mais honesto”, continua Simon, “se o ministro tivesse dito: ‘gostaríamos de mandar funcionários de primeira linha, mas não os temos, ou de qualquer linha eles são tão poucos que temos de mantê-los nos Países Baixos’.” Simons concluiu seu discurso com uma declaração que foi registrada na minuta da seguinte maneira:

O orador gostaria de dar ao ministro a oportunidade de deixar o povo do Suriname decidir se ele considera que o *Staten* cumpriu ou negligenciou seus deveres. Sua Excelência não se preocupará demasiado com esse veredicto, pois até a opinião pública holandesa é ignorada. Mas isso pode, também, ser de interesse do povo da Holanda – não necessariamente, ou talvez dificilmente, por meio de seus representantes, quero dizer. Então a nação holandesa será capaz de julgar por si mesma se, nesses tempos, a compreensão e o encorajamento da solidariedade entre as diferentes partes de todos os estados estão mais fortes do que nunca – se nesses tempos o governo dos Países Baixos despertou tais sentimentos nesse reino ou se ele está no caminho correto para repelir essa parte dos Grandes Países Baixos através de novos abusos. Portanto, o orador recusa-se ceder ao ministro. Ele não está aqui por virtude de sua autoridade. Ele não tem o poder de obrigar o orador a deixar seu lugar. Mas pela razão exposta acima o orador está preocupado que o povo que tem o privilégio de representar deve endossar a acusação do ministro ou acusá-lo culpado de calúnia.

Sob aplauso vigoroso da assembléia, Simons declarou que ele estava apresentando sua renúncia como membro do *Staten* a partir do dia seguinte. Todos os membros, inclusive o presidente Van Asch van Wijck, naquela época procurador-geral do Suriname, seguiram o exemplo de Simons e declararam que eles iriam igualmente renunciar³¹.

³¹ Reports Proceedings *Koloniale Staten*, 1918-1919, p. 27.

Todos esses membros foram reeleitos nas eleições subseqüentes. Mas, como era de se esperar, o veredicto do público eleitoral do Suriname não podia induzir o governo a reverter sua política. A carta foi outorgada por decreto real; sem nenhuma consideração pela opinião do *Staten*. Depois de 1918, também, o governo continuou a deixar que seus desejos prevalecessem nos negócios internos do Suriname sempre que isso fosse considerado necessário.

A questão de outorgar concessões de mineração de bauxita também provocou considerável desavença entre o povo do Suriname e o governo dos Países Baixos. Em 4 de maio de 1928, um projeto de lei redigido pelo governador Van Heemstra foi aprovado pelo *Staten*; dava provimento, entre outras coisas, ao aumento nos impostos de exportação sobre a bauxita de 0,125 a 2,50 florins por tonelada. Em 27 de novembro de 1928, essa lei foi revogada pela Coroa por decreto real, pois se considerou que ela estava em conflito com o interesse público e frustrava as mineradoras em suas justas expectativas; além disso, o governo sentia que um súbito aumento como esse teria o efeito de afugentar as futuras mineradoras que já haviam investido, ou que estavam prestes a investir seu capital no Suriname. O ex-membro do *Staten*, A. L. Smit, que escreveu um panfleto sobre a questão da bauxita no Suriname, observou com referência a isso:

Embora estejamos decididos a evitar discutir o documento real, vejo com melancolia e – deve ser dito – ressentimento as palavras ‘justas expectativas das mineradoras’ e nos encontramos pensando quem defenderá as ‘justas expectativas do Suriname’ a menos que seja o próprio Suriname³².

A política da bauxita adotada pelo governo foi uma das mais sérias queixas do povo do Suriname desde o primeiro momento em que a

³² A. L. Smit, *Surinaamse Bauxiet Makerade*, Paramaribo, 1947, p. 5.

questão da bauxita entrou em discussão. Até hoje esse ressentimento é visível nas conversações com os surinameses; a política da bauxita foi causa de grande desconfiança do governo dos Países Baixos e dos funcionários do governo por parte dos políticos no Suriname.

Em 1937, a política do governo levou à rejeição do orçamento do *Staten*, em meio a protesto, pela terceira vez na história do Suriname. O sério descontentamento do *Staten* já emergira em 1935, devido a uma série de regulamentos para a organização e composição da magistratura do Suriname que fora promulgada por decreto real, sem que fosse dada ao *Koloniale Staten* oportunidade de expressar sua opinião sobre o assunto. Em seguida, o ministro, em 1936, submeteu o projeto de legislação a uma mudança no Serviço de Navegação Local sem pedir a opinião do *Staten*³³. No Relatório Final do comitê parlamentar para o relatório sobre o orçamento de 1937 – um Relatório Provisório não fora redigido, pois foi considerado uma perda de tempo – foi declarado que ambas as leis poderiam entrar em vigor em 1936, embora os créditos necessários não tivessem sido reservados no orçamento; portanto, seria necessário um orçamento suplementar. Estando as questões nesse pé, o comitê sentiu que o *Staten* podia empregar de modo mais proveitoso o tempo necessário para uma discussão completa sobre o orçamento. Na sessão do *Staten* o membro Samson, falando em nome da maioria dos membros, declarou que a opinião de consenso geral era

que é principalmente inútil examinar o orçamento em cada detalhe e então relatá-lo longamente, pois está se tornando cada vez mais óbvio que a opinião do *Koloniale Staten* não é válida nos Países Baixos. O governo, via de regra, responde aos comentários desse corpo com absoluta negação, continua Samson. “As emendas que o *Staten* tenta introduzir, qualquer mudança que considera essencial não encontram

³³ *Appendix, Koloniale Staten, 1936-1937* (28.13).

apoio algum nos Países Baixos. Simplesmente são canceladas da agenda – geralmente com a informação de que o governador não está de acordo. O governo chega até a considerar supérfluo pedir a opinião do *Koloniale Staten* – como se isso fosse uma mera formalidade – em vários assuntos importantes. Remeteríamos à reorganização planejada da magistratura as reformas no Serviço de Navegação.

O *Koloniale Staten* considera essa situação prejudicial ao território cuja população eles têm a honra de representar. A fim de chamar a atenção com a devida ênfase para esse insatisfatório estado de coisas, a maioria dos membros resolveu se abster de uma discussão do orçamento dessa vez, rejeitando-a e deixando-a inteira responsabilidade da Metrópole³⁴.

Em consequência disso, o orçamento de 1937 foi rejeitado por nove votos a três.

As tensões entre os governadores e o *Staten* também continuaram, assim como aquelas entre os governadores e o povo. Sem dúvida, houve igualmente alguns anos de cooperação pacífica, como no governo de Idenburg, que se despediu do *Staten* com um discurso cordial, em 1908, mas de uma maneira geral o sentimento de desconfiança em relação à administração continuou a ser imenso e conflitos surgiram repetidamente. Para os surinameses a questão das nomeações do governo continuou a ser causa de grande ressentimento. Em 1910, Isaac da Costa, um surinamês, advogado sem grau universitário, mas homem de grande capacidade foi nomeado membro da *Hof van Justitie* por decreto real por recomendação do governador Gock; Da Costa tornou-se depois presidente da *Hof*. Uma deputação cívica por esse motivo compareceu perante o governador para agradecer-lhe por conferir essa distinção a esse merecedor surinamês. Fock declarou, nessa ocasião, que sempre que possível ele daria prioridade a surinameses ao fazer

³⁴ Reports Proceedings *Koloniale Staten*, 1935-1936, p. 101.

nomeações para o governo. Nesse mesmo ano o Relatório Provisório da Câmara dos Deputados também insistiu na nomeação de surinameses. Alguns membros observaram, contudo, que alguns dos candidatos careciam da necessária instrução para as funções a que aspiravam. Van Ommeren, membro do *Staten*, escreveu, com referência a essa observação:

É uma falácia que um grande número de surinameses aspiram a posições ‘para as quais não possuem as qualificações necessárias. Nós até nos ‘arriscaríamos a atestar que relativamente falando esse tipo de ambição é muito mais rara entre os surinameses do que no caso dos demais.

“Apesar disso, mesmo se a acusação acima seja merecida, não há justificativa para passar por cima dos surinameses com base na raça, mesmo onde as qualificações requeridas estão presentes e onde há ampla evidência de sua presença.” Contudo, passar por cima dos surinameses em nomeações para cargos mais altos não é a causa mais séria de aborrecimento. Não, o que é mais ofensivo é que, em posições subalternas e, por assim dizer, nas posições médias, também isso acontece com freqüência. O modo pelo qual isso acontece é especialmente enfurecedor”³⁵.

O autor lista então um número de exemplos de discriminação contra surinameses em favor de estrangeiros e relata um exemplo de protecionismo em relação a um funcionário subalterno incompetente que foi nomeado no exterior para sua função, bem como o caso de dois estrangeiros que foram demitidos em conseqüência de certos “incidentes”, mas que foram em seguida readmitidos em postos menos importantes do serviço público.

No governo de Van Heemstra, que durante os primeiros anos de seu governo mostrou notável grau de disposição para designar

³⁵ *De Suriname*, 1911, nº 100.

surinameses para funções de direção, a questão das nomeações do governo conduziu a um delito de imprensa, em consequência, o editor responsável, membro do *Staten* de 61 anos de idade chamado P. A. May foi sentenciado a seis semanas de prisão.

Num artigo intitulado *Uitstooten* (Expulsão) de autor anônimo, que foi publicado no jornal editado por May, foi feito um protesto contra a nomeação futura para a função de governador distrital de um empregado da firma de Kersten e Co. que não estivera a serviço do governo anteriormente. O escritor fala de nepotismo, pois o candidato era casado com um membro da família do governador e da injustiça feita a outros por essa designação. O escritor ressentido observava

que a expulsão de súditos surinameses (tanto negros quanto mulatos) dos Países Baixos assumira tais proporções que é tão óbvio que eles estão começando a pensar se há ainda um lugar para eles num Suriname sob o governo holandês³⁶.

No governo de Kielstra (1933-1943) a exasperação da população com a política adotada em relação às designações do governo alcançou seu clímax. Kielstra sentiu que o desenvolvimento do Suriname necessitava da nomeação de funcionários do governo das Índias Orientais como comissários distritais no Suriname. O posto de comissário distrital, contudo, há muito era um dos postos mais importantes para o qual funcionários surinameses competentes podiam se qualificar e não é, portanto, surpreendente que essa política de Kielstra provocasse desagrado nos círculos oficiais.

Ele enfrentou protestos nos Relatórios Provisórios do *Staten* nos orçamentos de 1937 e 1938. Durante a discussão sobre o orçamento de 1938 o membro do *Staten* Kraan protestou com veemência contra

³⁶ Panfleto contendo todos os documentos pertencentes à acusação e condenação de P. A. May, Editor de *Suriname*, sob a acusação de ter cometido um delito de imprensa. Paramaribo, 1928, p. 9.

o que ele chamou de um esforço sistemático dirigido à “expulsão dos nativos do país”.

Além da política em relação às nomeações do governo, o fato de que a administração do Suriname estava continuamente dando ao *Staten* a impressão de que ignorava seus desejos continuava a ser uma das principais causas de tensão entre esses dois organismos. Um incidente típico em relação a isso foi a atitude adotada pela administração quanto à outorga de uma concessão de mineração de bauxita em Rorac.

Em 7 de fevereiro de 1920, o *Staten* convocou uma sessão extraordinária após receber a informação do governador interino de que uma companhia deveria receber em concessão os campos de bauxita de Rorac, em condições com as quais o *Staten* não concordava. Relatou-se que na ocasião o governador informara ao presidente do *Staten* que “mesmo na eventualidade de o *Staten* aprovar uma lei com o propósito de manter Rorac em reserva, tal lei não seria ratificada e a concessão seria outorgada de qualquer maneira”. O *Staten* despachou telegramas ao ministro e aos Estados-Gerais, requerendo a suspensão da concessão de Rorac. A intervenção do *Staten* foi, contudo, mal sucedida. Apesar disso, em 9 de fevereiro de 1920 o governador em exercício outorgou a concessão. O governador e o presidente do *Staten* em seguida trataram de publicar suas versões do incidente na *Gazeta do Governo*³⁷.

Em consequência dessas ações por parte da administração, alguns membros do *Staten* renunciaram. Eles pretendiam criar um vácuo parlamentar, esperando com isso chamar a atenção dos Países Baixos para a política ofensiva do governo e da administração em relação ao *Staten*. Mas esse plano não deu certo; havia também uma parte da opinião pública que se opunha à atitude dos membros do *Staten* que renunciaram³⁸. Mesmo assim, a Câmara de Deputados instituiu uma

³⁷ Cf. Smit, *op. cit.*, p. 24.

³⁸ Ph. A. Samson, *Kiesvereenigen in Suriname*, *W. I. Gids*, 1947, p. 169.

comissão para investigação sobre o incidente Rorac. O Relatório dessa Comissão, liderada pelo governador Van Heemstra ao *Koloniale Staten* em 1922 afirmava que, embora formalmente o governador interino estivesse certo, sua recusa

ao requerimento do *Koloniale Staten* para a suspensão da concessão não fora movido por considerações de que isso estaria em conflito com os interesses da Colônia, mas pelo aborrecimento do governador interino diante do despacho de telegramas ao ministro e à Câmara dos Deputados³⁹.

Incidentes desse tipo confrontavam o *Staten* com sua própria impotência e não deixaram de causar determinadas impressões sobre o povo – principalmente por meio de agitação na imprensa – que não eram facilmente apagadas. Os representantes do governo no Suriname prontamente desenvolveram sentimentos de orgulho e arrogância em relação ao *Staten* e à população e, conseqüentemente, isolaram-se e não podiam tolerar nenhuma oposição, de modo que gradualmente se tornaram cada vez mais afastados do povo.

No governo de Kielstra, as tensas relações entre o governador e o *Staten* ficaram ainda piores por causa disso. Conseqüentemente, a relação entre os dois foi várias vezes submetida à discussão na Câmara dos Deputados. O governador provocou muito ressentimento por tirar vantagem, cinco meses após a Constituição de 1936 entrar em vigor, do direito que lhe foi outorgado pelo artigo 100 dessa Constituição de promulgar leis, em caso de emergência, sem a aprovação do *Staten*. A lei em questão, referente à criação de novos municípios em vilas no Suriname, fora emendada pelo *Staten* de forma que a criação de novos municípios ocorresse por regulamentação autônoma e não por resolução do governador. O governador promulgou essa lei sem levar em

³⁹ Governor's Report to the *Koloniale Staten*, 1st July, 1922.

consideração a emenda do *Staten*. O *Staten* então apelou para seu direito de enviar a questão ao governo dos Países Baixos e a lei foi promulgada por ordem administrativa geral, em conformidade com a opinião do *Staten*. O governo declarou que a lei como foi redigida pelo governador baseava-se numa falsa interpretação do artigo 118 da Constituição Colonial do Suriname, que estipulava que a criação de organismos autônomos de governo local tinha de ser feita por lei autônoma. A conduta do governador foi censurada na Câmara dos Deputados e foi corretamente observado que não houve emergência que tornasse necessária a promulgação da lei. Em 1940, esse governador novamente promulgou duas leis contra o desejo do *Staten*, dessa vez com base no artigo 32 da Constituição, de acordo com o qual o governador tinha o direito, numa emergência, de decretar leis sujeitas à ratificação posterior do Parlamento, ordens administrativas gerais ou regulamentação autônoma. Essas leis, referentes ao casamento entre pessoas que professavam a fé hinduísta ou muçulmana, foram finalmente ratificadas por decreto real, em 1946, como afirmado anteriormente⁴⁰.

Em 1940, o sentimento do povo surinamês em relação ao governo dos Países Baixos e à administração do país era hostil, resultante dos conflitos recorrentes e da conduta de alguns funcionários e soldados do governo holandês, não tendo melhorado no decorrer da última parte do mandato de Kielstra. O forte desejo de autogoverno que se tornou reconhecido após a Segunda Guerra Mundial recebeu seu impulso mais forte, quando as esperanças de uma independência política foram despertadas pelo discurso da rainha em 1942, a partir das experiências da população nesse período.

Os exemplos citados anteriormente mostram, sem sombra de dúvida que, apesar das intenções honradas dos defensores da Constituição, não sobrava muita liberdade ao governador e ao *Staten*.

⁴⁰ Cf. p. 200.

Com as implicações práticas da Constituição em mente, será agora possível ver quais foram os aspectos sociais desse sistema de organização política. Foi possível remontar até suas origens uma mentalidade oposicionista que foi prontamente transmitida de uma geração a outra, especialmente porque as condições objetivas responsáveis por esse nascimento não deixaram de existir.

Os autores do *Rapport der Suriname-Commissie van 1911* (Relatório da Comissão do Suriname) afirmaram, em relação à situação política no Suriname, que “A Constituição criou uma maravilhosa impressão de autonomia aparente, mas carente de realidade e força”⁴¹. Na realidade, o *Staten* tinha uma função supervisora e, em análise final, podia apenas exercer influência na legislação e na administração através de suas recomendações. O próprio *Staten* não possuía o mínimo de responsabilidade, pois o governo Executivo não era, como em países constitucionalmente governados, dependente de uma maioria eleita entre as fileiras do *Staten* e não podia ser colocado em outras mãos se não fosse apoiado pela maioria dos membros do *Staten*. Tampouco era possível para o público eleitor ter qualquer influência na política administrativa, de modo que, conseqüentemente, isso precisava ser mudado. O *Verslag van de Commissie tot bestudeering van Staatkundige Hervormingen in Suriname* (Relatório da Comissão designada com o propósito de estudar reformas políticas no Suriname) observou adequadamente que a única fundação em que se baseia a administração do Suriname é a autoridade da Coroa e que, embora a administração do Suriname tenha uma forte posição constitucional, não é responsável, nos seus trabalhos é freqüentemente fraca e insegura, pois lhe falta apoio popular. O único meio de pôr fim a essa mentalidade de oposição

⁴¹ *De economische en financieele toestand der Kolonie Suriname* (Report Government Commission 1911), p. 236.

historicamente crescente e a essa situação como um todo é a concessão de autonomia⁴².

Desenvolvimentos históricos fizeram que o *Staten* se visse primeiro e principalmente como um corpo de oposição que tinha de se defender contra um governo e uma administração todo-poderosos. A relação entre essas duas forças é um exemplo de um cisma radical entre governantes e Parlamento, que tinha uma influência inibidora no desenvolvimento de um espírito público. O *Staten* continuou a estar consciente de que estava sujeito à pressão de ambos os organismos, e que os que estavam no poder davam pouca importância a sua colaboração, ao mesmo tempo em que eles mesmos estavam convencidos, que embora os membros do *Staten* não tivessem a experiência daqueles que governavam o país, eles tinham, contudo, a experiência e percepção das condições locais que o governo holandês e o governador e seus conselheiros – que residiam no Suriname por poucos anos – não tinham. A discriminação racial que se sentia existir no povo e os governantes do país (o governador e seus chefes de departamentos) e que fora a razão da desconfiança profundamente arraigada do anterior mostrada pela maioria dos membros do *Staten* e pela maioria do povo, exercia, além disso, uma influência especialmente desfavorável sobre a situação política, como se observa anteriormente. As condições existentes deram origem ao rancor e, em muitos casos, à crítica irrestrita. O que determinou a crítica do governador e de seus representantes no *Staten* aos membros desse corpo foi a falta de uma tradição de responsabilidade administrativa e, portanto, da compreensão das dificuldades do homem do lado oposto da mesa que tinha de arcar com a responsabilidade total pela execução prática do que parecia tão simples e fácil no papel. A crítica daqueles que tinham segurado as

⁴² Report of the Commission appointed for examining Political Reforms in Suriname, vol. II, p. 63 e segs.

rédeas do governo tem um tom diferente – mesmo que não seja necessariamente mais amena como resultado disso – daquela feita pelas pessoas que eram apenas expectadores com uma função de supervisão na qualidade de supervisoras na regulamentação dos negócios de Estado.

Devido à falta de experiência de prática administrativa dos membros do *Staten* que resultava da falta de pessoas que houvessem por sua vez segurado as rédeas do poder por algum período de tempo, os representantes do povo, muitas vezes, perdiam de vista os limites daquilo que era possível, de modo que sua crítica tendia a se tornar irracional. Mas em muitos casos eles lutavam em vão contra uma conduta dos negócios arbitrária e malsã por parte de chefes de departamento incompetentes que, em primeiro lugar, nunca deveriam ter sido investidos da responsabilidade dos cargos que tiveram de assumir numa pequena sociedade.

Deixarei sem resposta a questão de saber até que ponto o *Staten* tinha compreendido, no curso da história, quais eram as causas objetivas que determinavam a política administrativa no Suriname e, em consequência, exercido uma crítica construtiva e justificável. Os resultados finais do conflito entre o *Staten* e o governo dos Países Baixos e seu representante – o governador – só pode ser avaliado com base numa pesquisa mais detalhada do que a empreendida neste estudo voltado para o aspecto sociopsicológico.

O mesmo fenômeno que se observa no *Staten* deverá ser encontrado também na imprensa do Suriname. A imprensa tornou-se um órgão de oposição, expressando-se, geralmente, em termos críticos em relação à política oficial. Não havia jornal que expressasse o ponto de vista da administração, mesmo que alguns jornais tivessem às vezes mais disposição favorável em relação ao governo do que outros. Portanto, não havia nada para compensar a crítica radical expressa nos jornais. Falta de confiança por parte dos diferentes editores também os fazia, algumas vezes, a emitir julgamentos apressados, que em muitos

casos não eram checados suficientemente e raramente revogados. A administração, por sua vez, nada fez no decorrer dos anos para esclarecer a imprensa. Havendo grande desconfiança para começar, a informação fornecida pela administração teria sido recebida também de forma cética pelos editores dos jornais. Embora a imprensa do Suriname gozasse de relativa liberdade, a administração, contudo não deixava de pressionar os editores responsáveis. Se aos olhos da administração o tom de um ou outro jornal se tornasse igualmente demasiado liberal não era incomum que o procurador-geral convocasse o editor em questão a seu escritório a fim de avisá-lo de que ele estava sujeito a processo criminal se seu jornal continuasse no mesmo rumo. Há até um exemplo de um editor que teve de escolher entre imprimir uma declaração retificadora, ditada a ele pelo procurador-geral, ou ser intimado a comparecer ao tribunal. A pressão e a ameaça que tal atitude significava na atmosfera colonial na sociedade do Suriname antes de 1940 não devem ser subestimadas.

No período após 1863, foram fundados vários jornais, que estavam destinados à uma vida curta. Dos jornais que ainda existem hoje, o “*Suriname*”, antes chamado *Koloniaal Nieuwsblad* (Gazeta Colonial) é o mais antigo, tendo o primeiro número aparecido em 1º de janeiro de 1848. *De West* é uma continuação de um jornal publicado em 1892. Houve um certo antagonismo entre o *Suriname* e o *De West* desde 1904, pois o *Suriname* tivera uma orientação de esquerda desde que H. I. van Ommeren, um membro do Partido Socialista nos Países Baixos, era seu editor enquanto o *De West* era visto como o jornal dos ricos e, mais particularmente, do assim-chamado grupo de grandes fazendeiros. Depois de 1930, esse antagonismo tornou-se menos pronunciado, quando, via de regra, tanto o *Suriname* como o *De West* adotaram a mesma atitude crítica em relação à administração e ao governo dos Países Baixos.

De Surinamer (lançado em 1894) era o órgão da Missão Católica Romana e adotava um ponto de vista puramente católico romano. Esses jornais saíam duas ou três vezes por semana; em 1943, foi fundado um jornal diário *Het Nieuws* que adotava um ponto de vista neutro.

Entre 1890 e 1936, apareceram diversos jornais com o objetivo principalmente de se estabelecerem como jornais populares; incluíam *De Volksbode* (1890-1892), o *Nieuwe Surinaamsche Courant* (1892-1913), *De Surinaamsche Bode* (1901-1917) – os dois últimos deixaram de existir após a morte de seus editores, Th. Libertador Ellis e Th. J. F. Valois Smith respectivamente, ambos líderes populares bem conhecidos – e o *Banier van Waarheid en Recht* (1929 – 1936) editado por um membro do *Staten*, P. A. May, e depois por J. C. Sarucco⁴³.

Como resultado da estrutura da vida política a imprensa exercia uma influência maior no Suriname do que em outras partes. O agrupamento dos partidos políticos não ocorreu até 1940. Antes de 1906, membros do *Koloniale Staten* eram eleitos sem candidatura prévia. O sistema de nomear candidatos foi introduzido por lei de 9 de novembro de 1905 (G. B. 1906 nº 4). Antes desta lei entrar em vigor, os eleitores podiam dar seus votos para qualquer pessoa qualificada para ser um membro do *Staten*.

O resultado da ausência de um sistema partidário foi que os candidatos não eram eleitos com base em uma determinada plataforma política, mas principalmente na força de suas personalidades. Isso dava às pessoas influentes, as assim chamadas *Statenfabrikanten* (fabricantes do *Staten*) e à imprensa uma grande influência nas eleições. Em conseqüência, as campanhas eleitorais também assumiram um caráter extremamente pessoal. Essa maneira aleatória de indicar candidatos veio a ser sentida como uma desvantagem num estágio bastante inicial.

⁴³ Cf. Hartog, *op. cit.*, p. 302 e segs. O *Het Nieuws* deixou de existir depois de 1949; o *Suriname* tornou-se semanal. Além de *De West*, há um novo jornal em circulação *De Ware Tijd*.

Foram feitas várias tentativas para remediar esse indesejável estado de coisas por meio de discussões em grupo. Em 31 de maio de 1892, um grupo de eleitores e pessoas interessadas se reuniu num salão público para indicar um candidato para uma vaga no *Staten*. A assembléia listou aproximadamente 40 pessoas que depois de alguma discussão indicaram dois candidatos, um dos quais foi eleito com ampla maioria de votos⁴⁴.

Esse foi, todavia, um caso raro. Via de regra, um número de pessoas podia se proclamar apoiadores de um candidato particular que recomendavam ao público eleitoral por meio de aviso, assinado ou não.. Geralmente, havia pouco interesse nas eleições, a menos que os sentimentos estivessem exaltados por alguma razão.

Entre 1908 e 1928, houve uma renovação considerável do interesse político. Em 1908, foi fundada uma associação de eleitores chamada *Algemeene Kiesvereniging*; conseqüentemente, uma segunda associação de eleitores apareceu logo depois dessa chamada *Eendracht maakt Macht* (Unidade é poder); a minuta de seu regimento interno incluía uma série de pontos que foram publicados na imprensa. A primeira dessas duas associações parece ter se evaporado no ar logo após sua primeira aparição. Mas a *Eendracht maakat Macht*, que existiu até 1926, desenvolveu grande atividade. Em 1918, a *Surinaamsche Kiesvereniging* (Associação de eleitores do Suriname) tornou-se de um sério rival; essa associação também fez sua plataforma pública. Mas sofreu algumas derrotas dolorosas e, em 1924, desapareceu de cena; dois anos depois, a *Eendracht maakt Macht* também teve seu fim, como resultado de uma divisão interna. Em 1936, foi feita outra tentativa para fundar uma associação de eleitores. Naquele ano, foi convocada uma comissão, por iniciativa do pastor da Igreja Holandesa Reformada reverendo D. Mulder, que indicou candidatos para as

⁴⁴ *De West-Indiër*, 1º de junho de 1892.

eleições a serem realizadas depois que a Constituição de 1936, entrasse em vigor. Oito dos candidatos indicados pela comissão para as dez cadeiras disponíveis foram eleitos. Contudo, esse êxito não foi um estímulo suficientemente forte para pôr em execução os planos do comitê de fundar uma associação de eleitores após o término das eleições, porque depois dessas atividades preparatórias nunca mais se ouviu falar do comitê⁴⁵.

A eleição para o *Staten* de pessoas que não foram eleitas com base na filiação a um partido ou a uma plataforma política torna difícil determinar a influência de grupos de interesse no *Staten*. Isso só poderá ser determinado por meio de uma pesquisa completa da opinião dos membros do *Staten* em relação aos temas postos em discussão. E ademais, seria preciso fazer uma análise acurada dos arquivos eleitorais.

Alguns fatores sociais que dominavam a cena política podem, contudo, ser determinados.

Até aproximadamente 1910, os interesses dos fazendeiros exerciam a mais forte influência mais forte sobre a vida política no Suriname. Como explicado anteriormente, o *Staten* era escolhido por um eleitorado extremamente pequeno e, antes de 1900, o público eleitoral não ultrapassava 500. Depois desse ano, também, seu número permaneceu pequeno; em 1921, havia 966 eleitores; entre 1921 e 1937 o número médio de eleitores era 1.180; e depois de 1937, aumentou para 1.706; em 1940, seu número chegou a 2.120. A porcentagem da população que participava nas eleições do *Staten* no Suriname nunca foi mais de 2%, mesmo após a introdução da Constituição Colonial de 1936⁴⁶.

Antes de 1900, a posição dos fazendeiros e comerciantes cujos interesses estavam mais intimamente ligados com a propriedade era

⁴⁵ Samson, Kiesverenigingen, *W. I. Gids*, 1948, p. 161.

⁴⁶ Cf. Relatório de Reformas Políticas, vol. I, apêndices.

inviolável. Aqueles que eram eleitos eram ou *administrateurs* ou fazendeiros ou advogados e chefes de departamento do governo que tinham ligação estreita com o grupo anterior. A classe média e as pessoas comuns não exerciam a menor influência sobre a vida política. Não havia muita atividade nessas duas classes no período em questão à parte a tentativa de golpe no governo de De Sovornin Lohman, que foi conduzida por alguns professores e artesãos negros.

Entre 1900 e 1910, a consciência política da classe média como um todo aumentou. Durante aqueles dez anos, contudo, apenas dois indivíduos que podem ser considerados representativos dessa classe tornaram-se membros do *Staten*, – o supramencionado Th. Libertador Ellis, eleito em 1897, e o professor, K. H. Bergen, um dos líderes populares no caso Lohman, que ingressaram no *Staten* em 1905. Mas não se pode dizer que eles desempenharam um papel importante na vida política.

Uma vez fundada a associação de eleitores *Eendracht maakt Macht*, a classe média começou a se afirmar vigorosamente; isso simplesmente terminou com a influência dos colonos.

Os primeiros membros a serem eleitos para o conselho incluíam H. J. van Ommeren e P. A. May, que juntos com A. A. Dragten desempenharam um papel extremamente ativo na política do Suriname. Van Ommeren e May eram socialistas, e o último era também membro do SDAP (Partido Social Democrático Trabalhista) nos Países Baixos. Eles se tornaram os automeados campeões das classes média e baixa no *Staten*. Como o número de eleitores da classe dos funcionários públicos subalternos e professores aumentou após 1900, a vida política passou a ser dominada cada vez mais por esses grupos. Naqueles anos, surgiu um certo antagonismo entre os grupos dos funcionários subalternos e cidadãos particulares, sendo estes formados na maioria por fazendeiros e seus capangas. O grupo líder na associação dos eleitores *Eendracht maakt Macht* tinha uma atitude extremamente crítica em

relação à política que eles achavam que dava exagerada consideração aos interesses da agricultura em grande escala, e mantinham um olhar atento à política agrícola da administração⁴⁷. A *Surinaamesche Kiesvereniging* foi formada pelo grupo de fazendeiros com o objetivo de enfrentar essa associação de eleitores cada vez mais poderosa. O grupo de fazendeiros não conseguiu, todavia, influenciar o eleitorado. A classe média baixa transformara-se no fator decisivo nas eleições. A consciência política desse grupo aumentou regularmente – em 1919 o Comitê “*Volksbelang*” (Interesse da Classe trabalhadora), uma associação que defendia os interesses dessa classe em particular, dirigiu uma petição à rainha em que apontava que uma grande proporção da classe média baixa que havia se qualificado como eleitores com base em aprovação em exames havia sido privada de seus direitos nesse aspecto porque não dispunha de uma renda anual de 1.400 florins ou superior. Os requerentes pediam que o artigo 69 da Constituição fosse emendado para que a renda anual tributável mínima que qualificava os contribuintes à franquia diminuísse para 800 florins, e o eleitorado aumentasse com a assim-chamada qualificação educacional dos votantes⁴⁸. O governo não atendeu a essas solicitações até 1936.

Em consequência da ascensão desse grupo, o grupo judeu também perdeu uma parte substancial de seu poder político. Outro grupo que se debilitou no cenário do *Staten* nessa época foi o dos chefes dos departamentos do governo. Antes de 1901, os chefes de departamentos podiam se tornar membros do *Koloniale Staten* por designação do governador ou por eleição. Mesmo após o sistema de designação de membros ter sido abolido esses funcionários podiam ser eleitos como membros do *Staten*. O público eleitoral do Suriname dava preferência a membros da magistratura em particular, por causa de seu

⁴⁷ Samson, *Kiesverenigingen*, p. 169.

⁴⁸ Cf. sobre a Petição do *Comité Volksbelang*, *W. I. Gids*, 1919, I, p. 416.

conhecimento legal. Membros da magistratura eram, além disso, designados pela Coroa e eram independentes do governador, que nomeava e tinha o poder de demitir todos os chefes de departamentos administrativos exceto o procurador-geral. Muitos dos presidentes da *Hof van Justitie* mantiveram concomitantemente o cargo de presidente do *Koloniale Staten* por anos a fio. Esse fenômeno devia ocasionalmente ser encontrado após 1910 igualmente, mas, na realidade, a figura de chefe de Departamento e membro do Parlamento desapareceu no cenário. Como o antagonismo que se manifestava entre os surinameses e o grupo de funcionários nomeados nos Países Baixos se agravava cada vez mais, os surinameses preferiam eleger seus compatriotas para cuidar de seus interesses. A conduta de um número de eleitores nascidos no Suriname em relação à candidatura de Fabriek, que foi descrita no capítulo anterior, mostra que essa tendência é fortemente desenvolvida durante 1905.

Por volta de 1910, as pessoas comuns também começaram a manifestar interesse em acontecimentos políticos. Naquele ano, Th. J. F. Valois Smith observou:

Não estamos exagerando quando admitimos francamente que, em contraste com o passado, as pessoas comuns de hoje tomam nota de tudo o que está escrito e, em troca, dão a conhecer sua opinião, seja ela boa ou ruim.

Nesse período, quando a consciência política da classe média estava se afirmando fortemente, a consciência política das classes trabalhadoras também começou a crescer. Isso ficou visível cerca de dez anos depois, pela emergência de sindicatos, que, antes de 1940, contudo, mal conseguiam se manter em funcionamento e exerciam pouca influência⁴⁹. A fundação por um grupo de comerciantes crioulas do

⁴⁹ Cf. sobre a citação de Valois Smith *De Surinaamsche Bode*, 1910, 5th November, nº 88. Entre os anos de 1919 e 1940, foi criada uma série de sindicatos, alguns dos quais se

Sindicato Social Democrático das Mulheres – embora isso tenha existido apenas por alguns anos e não tenha mostrado muita atividade – foi um fenômeno curioso. Os crioulos da classe trabalhadora liam fielmente os jornais e assim se mantinham informados sobre política. Embora houvesse uma certa consciência de classe entre eles, que foi intensificada pelas diferenças raciais entre os trabalhadores negros e a classe média predominantemente mulata, entre outras coisas, a luta conjunta contra a política do governo dos Países Baixos e a administração fez essa consciência permanecer subjugada por um longo tempo e fez as classes trabalhadoras aceitarem sem reservas a liderança da classe média. Todavia, o fato de que em 1946 um *Neger Politieke Partij* (Partido Político Negro) foi criado – particularmente como resultado da concepção de que uma pele negra constitui um obstáculo para progredir numa sociedade – e se estabeleceu como um partido popular próximo ao *Nationale Partij Suriname*, cujos líderes eram principalmente

reuniram ao *Surinaamsche Verbond van Vakverenigingen* (SVV) (Congresso dos Sindicatos do Suriname). Além disso, há o *Surinaamsche Arbeiders Federatie* (Conselho dos Trabalhadores do Suriname), que era um sindicato geral naqueles anos. Em 1949, pela primeira vez observou-se a tendência a emprestar-lhe um caráter protestante. Após a Guerra, a SWO em particular (*Surinaamsche Werknemers Organisatie* – Organização dos Trabalhadores do Suriname), que fora fundada muito antes disso, passou ao primeiro plano. O Sindicato dos Mineiros também ocupa um importante lugar. Depois desses, a *Progressive Werknemersorganisatie* (Organização Progressiva dos Trabalhadores) também foi criada; é fundamentada em princípios religiosos gerais – todos os que acreditam no Ser Supremo estão qualificados a participar dela – e é controlada completamente por católicos romanos. Além desses quatro principais sindicatos e do Sindicato dos Mineiros, havia toda uma série de outros “sindicatos”, como o dos empregados do governo. O sindicalismo não se desenvolveu muito, tanto em consequência da fragmentação em vários sindicatos menores como por falta de organização nesses.

Não havia legislação social antes de 1940 no Suriname. As condições de trabalho na indústria da balata em particular eram muito precárias, apesar dos altos salários que eram pagos ali. Cf. sobre as condições da indústria da balata Plante Fébure, *op. cit.*, p. 5/6, e Van Blankensteijn, *op. cit.*, p. 166.

Após a Segunda Guerra Mundial, foram dados os primeiros passos em direção à legislação social, de modo que então as horas de trabalho são regulamentadas por lei, há um seguro de compensação dos trabalhadores, e há regulamentos de segurança prescritos por lei.

representantes da classe média ou alta negra e mulata na primeira fase de sua existência, é prova de que diferenças sociais e raciais já estavam solapando a unidade da frente política do grupo crioulo pouco após a Segunda Guerra Mundial.

Outro ponto que divide o grupo crioulo é a religião – o grupo está dividido em protestantes e católicos romanos –, embora antes de 1940 isso não tenha levado ao desenvolvimento de grupos políticos separados. Até a época de De Savornin Lohman há pouca evidência de oposição entre os setores protestantes e católicos romanos da população. Mas, no governo de Lohman, as missões dos Herrnhutter e as católicas romanas separaram-se e isso se expressou até em polêmicas na imprensa. Um conflito entre os protestantes e os católicos romanos surgiu no governo de Van Asch van Wijck. Este submeteu um decreto ao *Staten* que estipulava que, dali em diante, o cuidado com os leprosos, que eram tratados às custas do governo, devia ser confiado à missão católica romana na antiga plantação Groot Chatillon no Alto Suriname. Contudo, os consistórios das diferentes igrejas protestantes apresentaram um protesto junto ao *Koloniale Staten* porque, com base na lei, protestantes e judeus não tinham o direito de fazer reuniões religiosas para os leprosos no Groot Chatillon. Acreditavam que a liberdade de culto não estava suficientemente garantida. Mas, apesar desse protesto, o *Staten* aprovou a lei. Os protestantes então dirigiram à Coroa uma petição e, como resultado, o ministro pediu ao governador para chegar a um acordo com o chefe da missão católica romana que faria alguma coisa para superar a objeção dos protestantes. O bispo Wulfingh, o vigário apostólico do Suriname, contudo, achou impossível aceitar as propostas do governador, com o que o contrato pertinente ao cuidado dos leprosos do governo que a administração havia nesse meio tempo concluído com a Missão foi cancelado.⁵⁰

⁵⁰ J. R. Thomson, *Overzicht der Geschiedenis van Suriname*, Haia, 1903, p. 204.

Incidentes dessa natureza deram origem a tensão entre os setores católicos romanos e protestantes do grupo crioulo. Depois que a missão católica romana começou a adotar uma política de abrir o máximo possível de instituições sociais próprias, o antagonismo entre elas tornou-se mais sério. O setor não católico romano da população considerou isso uma “política isolacionista” que objetivava transformar o Suriname num país católico romano. A fundação de uma Associação de Futebol Católica Romana além da existente *Nationaal-Surinaamsche Voetbalbond* (Associação Nacional de Futebol do Suriname) em particular suscitou ressentimento no setor não-católico da população. Do mesmo modo, a maneira como as escolas confessionais e estatais foram padronizadas despertou a oposição do setor menos estritamente confessional. Mas há poucos sinais desse antagonismo entre católicos e não-católicos nos contatos diários entre os indivíduos.

Por conseguinte, no todo, pode-se concluir que a política no Suriname anterior a 1910 era dominada principalmente pelos abastados, que defendiam, antes de tudo, os interesses dos fazendeiros. Depois de 1910, a classe média que consistia, sobretudo, de funcionários do governo e professores mulatos que viviam na cidade, exerceram a mais forte influência na vida política. A mentalidade dessa classe, que é holandesa quanto à língua e cultura, mas que desenvolveu sentimentos de antagonismo em relação à Holanda e ao elemento holandês na Colônia, resultante da posição colonial do Suriname, da política adotada em relação ao Suriname e dos preconceitos raciais contra eles determinou o caráter da política do Suriname a partir de 1910. Portanto, a classe média baixa crioula não exerceu nenhuma influência política. Tampouco a população agrária, especialmente os indianos e javaneses, teve qualquer influência no desenvolvimento político do Suriname antes de 1940. Um número relativamente pequeno de eleitores pertencia a esses grupos e manifestava pouco interesse pela política.

Ocorrência de tensões políticas e sociais no Suriname que conduziram à decisões de usar violência ou resultaram em eclosões de violência possuem um caráter muito diferente. Quatro desses casos ocorreram antes de 1940, a saber: o amotinamento de um setor da classe baixa em 1891, durante o governo de De Savornin Lohman, chamada a revolta de 12 de maio; a conspiração de Killinger em 1911; os distúrbios em 1931 e os de 1933, sendo os últimos resultado de atividades de um homem chamado A. de Kom.

A revolta de 12 de maio possui um caráter mais complexo. A agitação entre as classes baixas que levou a essa revolta tem suas origens no distrito do Para como resultado de uma questão de tributação, mas foi feita por representantes da classe média baixa, que foram influenciados pelo governador e pelo missionário Herrnhutter, para atender a outros objetivos políticos.

A conspiração de Killinger foi idealizada por um estrangeiro, que planejou um esquema para tomar o poder do Estado com a ajuda de um grupo de pessoas insatisfeitas. As irregularidades de 1931 tinham o caráter de uma explosão de insatisfação que levou a atos de resistência e oposição sem perseguir qualquer objetivo especial. Os acontecimentos de 1933 foram consequência das atividades de algumas pessoas que agitavam as massas, e resultaram em intervenção armada. Nem os distúrbios de 1931 nem os de 1933 tinham como objetivo a derrocada imediata do poder do Estado, embora não seja improvável que os agitadores do incidente de 1933 nutrissem a intenção tática de solapar o poder estatal na busca de metas de longo alcance.

Apesar do caráter distinto de cada um desses quatro incidentes, todos eles resultaram de anseios e sentimentos inconscientes da classe baixa. Há uma quantidade variada de agressividade irrefreável em qualquer grupo devido às restrições impostas ao indivíduo durante sua juventude e vida adulta. Quanto mais forte a frustração a que os indivíduos do grupo são submetidos, tanto maior os anseios agressivos

das massas tendem a ser. Esses anseios são reprimidos pelas autoridades e não se manifestam de modo algum sob circunstâncias normais, ou ocorrem sem conseqüências imediatas de conflitos violentos. Essa agressividade irrefreável apresenta, contudo, uma tendência a se fixar em determinadas pessoas e grupos. No Suriname, onde em conseqüência da situação econômica e racial um grande setor da população é exposto a considerável frustração, isso proporciona solo fértil para fortes impulsos agressivos entre as massas pobres. Ao mesmo tempo, contudo, essas massas compreendem que forte pressão é aplicada sobre eles de cima, e que estão indefesos contra a autoridade do Estado. Com referência a isso, a situação das massas simples após a abolição da escravidão revela alto grau de semelhança com a da força escrava, que igualmente alimentava fortes tendências agressivas para as quais não havia escape. Isso resultava em um grau de submissão que chamava a atenção de observadores como sendo quase masoquista e que podia subitamente, sem aviso, transformar-se em feroz oposição ou em atos de violência. Esses sentimentos agressivos eram facilmente voltados contra a administração do Suriname. Na primeira parte deste capítulo procura-se demonstrar que havia uma quantidade de fatores racionais que influenciavam esse fenômeno. Aos olhos do povo, contudo, o governo e a administração dos Países Baixos tinham falhado tão lastimavelmente em seus deveres para com o Suriname que eram considerados responsáveis por todas as frustrações às quais o indivíduo estava exposto. Tanto a classe média como a baixa alimentam fortes sentimentos de agressividade contra a administração. Entretanto, nem toda a agressividade é dirigida contra o Estado, pois os diferentes grupos também nutriam sentimentos agressivos recíprocos, como as classes baixas em relação aos abastados. Mas esses não são tão fortes quanto os dirigidos contra os “holandeses”, que são identificados com a administração. Isso acontece, especialmente, porque os anseios e sentimentos podem ser em primeiro lugar focados nas autoridades do

Estado – embora onde houve explosões de tendências agressivas esses sentimentos também foram identificados em relação aos ricos – rancores contra esses últimos e sentimentos agressivos dos diferentes grupos étnicos uns contra os outros não tão claramente manifestos. A situação política forneceu uma base tão real para esses sentimentos de agressividade que é difícil para os membros das classes baixas do Suriname individualmente reconhecer de forma consciente qual é o elemento de rancor pessoal e o do rancor de natureza social mais amplo que desempenha qual papel na determinação de sua atitude.

Nos quatro exemplos listados acima, essa agressividade suprimida constituía uma causa mais profunda do comportamento das massas comuns. Na revolta de 12 de maio, esses sentimentos fixaram-se nos abastados, enquanto nos outros três casos, a agressividade se focalizou principalmente na autoridade do Estado.

Os incidentes durante o governo de Lohman, que tiveram de fato um caráter muito grave, não tiveram qualquer conseqüência duradoura para as relações internas na sociedade do Suriname.

A explosão da agitação política entre as classes baixas dissipou-se para exercer sua influência novamente apenas 30 anos depois; a luta interclasses que devia ser esperada com base nos acontecimentos passados desvaneceu-se no cenário por causa da luta concertada da população como um todo pelo reconhecimento pela administração e pela metrópole do infortúnio econômico do Suriname, bem como de seus direitos políticos. A conduta pessoal de De Savornin Lohman era, contudo, um sério fator que contribuía para o distanciamento do surinamês politicamente consciente em relação ao governo dos Países Baixos. O incidente de Lohman é, portanto, de grande importância para o estudo da sociedade do Suriname, pois mostra o que era possível sob a Constituição colonial existente e quais fenômenos sociais inesperados podiam surgir na Colônia.

A designação, em 1889, de M. A. de Savornin Lohman, um nobre holandês e graduado em direito, como governador do Suriname foi acolhida com pouco entusiasmo pela oposição liberal⁵¹. Sua designação foi considerada um incidente infeliz, pois lhe faltava experiência em questões econômicas e era considerada inconveniente por conta de sua reputação. Durante sua carreira na magistratura nos Países Baixos, De Savornin Lohman recebera certa vez uma séria reprimenda do ministro da Justiça por comportamento arbitrário, ilegal. Como promotor público em Assen, De Savornin Lohman interviera pessoalmente em um conflito sobre a construção de uma igreja e decidiu em favor de uma das partes, antes mesmo de o tribunal ter julgado a questão. Em seguida, De Savornin Lohman recusou-se a receber a parte em cuja desvantagem ele fizera o julgamento precipitado, quando esta solicitou uma entrevista⁵². A designação do novo governador era geralmente considerada uma decisão com base em considerações de política partidária e nepotismo, pois o governador protestante era irmão de um dos ministros mais influentes no governo de coalizão. Essa impressão foi fortalecida particularmente pelo fato de Lohman, ser assistente do procurador-geral junto à Suprema Corte, e que recentemente havia perdido sua fortuna, de modo que o cargo de governador do Suriname passara a exercer grande atração sobre ele⁵³. Essa designação tampouco fora acolhida com muito entusiasmo no Suriname. A comunidade judaica, em particular, antevia sua chegada com grande apreensão, pois o governador tinha fama de anti-semita devido a um artigo sobre o Talmude escrito em um semanário

⁵¹ Para detalhes referentes ao caso De Savornin Lohman, ver especialmente: Reports of the Proceedings of the Lower House, 1889-1890, p. 1144 ff., 1890-1891, p. 555 ff. e p. 1375 ff., Reports of the Proceedings of the *Koloniale Staten*, 1889-1890 e 1890-1891. *De West Indiër*, 1889-1891, *De Volksbode*, 1890-1892, *De Suriname*, 1889-1892, *passim*.

⁵² Sobre essa questão na Câmara Baixa, cf. Liefstinck, Reports Lower House Proceedings 1890-1891, p. 592.

⁵³ Cf. Anna de Savornin Lohman, *Herinneringen*, p. 144.

protestante, *De Boordschapper* (*O Correio*, março de 1881). Assim, Lohman viu-se constrangido a convidar o rabino chefe de Amsterdam antes de sua partida para o Suriname, a quem ele negou nutrir sentimentos anti-semíticos. O rabino-chefe, em seguida, informou por carta sua entrevista à comunidade judaica no Suriname. Nos primeiros seis meses depois de sua chegada, as atividades administrativas do governador chamaram pouca atenção. Mas sua primeira resolução a se tornar conhecida em círculos mais amplos causou descontentamento imediatamente. Lohman designou um tenente holandês da infantaria comissário distrital interino, despertando, compreensivelmente, indignação nos círculos dos oficiais do Suriname, pois várias pessoas se sentiram prejudicadas. Mas logo, porém, a natureza inflexível, rígida e arrogante do governador – que parecia ser completamente destituído de tato e se cercara de conselheiros errados – De o conduziu a uma série de conflitos que terminaram em revolta e, finalmente, na demissão de De Savornin Lohman.

Nos meses de setembro e outubro, o secretário de governo Tonckens, na qualidade de governador interino, concedeu em duas ocasiões a passageiros de navios vindos de Curaçao – onde tinha havido alguns casos de febre amarela – que não possuíam atestado de saúde, permissão para desembarcarem em Paramaribo em contravenção a todos os procedimentos de quarentena. Isso causou muita insatisfação nos habitantes, que foram tomados de medo de uma epidemia de febre amarela. Nas duas vezes Lohman apoiou essas decisões tomadas por seu substituto.

O número de *West-Indiër* de 3 de novembro de 1889 qualificou a conduta do governador de “ilegal e despótica”. Em seguida, foi movida uma ação contra os editores, que provocou o escárnio das pessoas, especialmente quando, finalmente, a corte não conseguiu fundamentos suficientes para processar o editor em questão.

No mês de outubro, a *Gouvernements-Advertentieblad* (Gazeta do Governo) anunciou que quatro dos seis membros do Conselho de Governadores da Landsgrond Boniface – uma casa para idosos e pobres – apresentaram suas renúncias. Logo se tornou público que isso acontecera em consequência de uma carta vinda da secretaria do governo, escrita em nome do governador. O caso foi que os conselheiros dirigiram uma carta ao governador aconselhando-o a reservar para a instituição alguma terra junto aos terrenos da casa, que eles souberam que ia ser transferida para alguns pretensos compradores. Os conselheiros em seguida receberam uma carta informando-os que o “tom impróprio” de sua carta havia compelido o governador a descartar seu conselho não solicitado. A epístola concluía com as palavras: “Sua Excelência espera que nada desse tipo volte a acontecer no futuro”⁵⁴. Essa resposta peremptória a uma carta de homens que estavam entre os mais eminentes no país foi publicada em todos os jornais e despertou indignação geral. Particularmente o fato de um dos regentes ser o estimado *Agent Generaal* Cateau van Rosevelt, que como chefe de um departamento administrativo não era favorável a fazer a agitação contra o governador renunciando a seu posto no conselho, fez o governador perder inteiramente a simpatia de grandes grupos dos surinameses.

A crítica também foi expressa nos jornais em relação à maneira como o governador consultou o Conselho de Estado, pois, em vez de convocar uma reunião com todos os membros, os documentos foram enviados com conselho, para serem devolvidos ao governador depois que tivessem juntado suas anotações à margem. Sentiu-se que esse procedimento era contrário ao espírito da Constituição, pois os membros não podiam expressar suas opiniões numa reunião geral, mas eram forçados a apresentar suas recomendações individualmente e não

⁵⁴ Sobre a insatisfação em relação a essas questões, ver *Een blik op het bestuur van Jhr. Mr. M. A. de Savornin Lohman, Gouverneur van Suriname*, Rotterdam, 1890 (panfleto anônimo).

sabiam oficialmente qual o ponto de vista adotado por seus colegas. A conduta do governador em relação aos topógrafos ocasionou surpresa igualmente. Certo topógrafo apresentou uma queixa ao governador sobre a competição injusta de um topógrafo do Exército (no Suriname os oficiais do Exército tinham o direito de exercer a profissão de topógrafos). O governador, em seguida, revogou esse direito. Algum tempo depois, o topógrafo cuja queixa ocasionara essa decisão imprevisível e irracional, provocou a ira do governador publicando nos jornais uma carta contra o topógrafo interino do governo. O governador convocou o topógrafo em questão a seu escritório, atacando-o veementemente e dizendo-lhe coisas insultuosas sobre os crioulos em geral, e ameaçou com a readmissão de oficiais do Exército como topógrafos. Quando o topógrafo civil se recusou a assinar e a fazer uma declaração pública redigida para ele sob instruções do governador, em que teria de desdizer suas palavras numa forma prescrita pelo governador, foi-lhe recusada entrada no departamento de registro de terra, e os oficiais do Exército receberam novamente a permissão para fazer o trabalho do topógrafo.

A causa imediata do principal conflito entre o governador e o *Staten*, que gozava do apoio dos ricos e da classe média alta, era a agitação no distrito do Para devido à recusa dos habitantes de pagar impostos. Em 1886, o imposto pessoal compulsório anual foi aumentado em três florins (G. B. 1886 nº 3). Isso suscitou a insatisfação dos habitantes do Para. As pessoas se opunham a pagar esse imposto e um espírito de oposição geral à autoridade do Estado se espalhou entre elas. Em maio de 1889, pouco depois da chegada de Lohman, um grupo de negros do Para que originariamente haviam trabalhado nas antigas fazendas de madeiras e entre os quais o espírito de liberdade e de independência há muito tempo se mantinha prevalecia de longa data, abordou Lohman com o pedido de isenção do pagamento dos impostos sobre a casa e a propriedade, pois estavam em dificuldades

financeiras. Lohman informou-lhes que não podia fazer nada por eles no momento, mas que, se uma investigação legal provasse que suas reivindicações eram justas, eles seriam isentos dessa obrigação. O grupo deixou a área em volta da casa do governo e partiu pelas ruas fazendo desordem. Como resultado, envolveu-se numa briga com um chefe de polícia, resultando em algumas prisões. Em 3 de julho, os agitadores do grupo foram sentenciados a seis dias de cadeia. Um grupo de cerca de cem negros, que fora à cidade para o julgamento, reuniu-se diante do escritório do procurador-geral, falando em linguagem sediciosa. No dia seguinte, voltaram e novamente proferiram uma série de ameaças. A polícia não empregou muita força em nenhuma das duas ocasiões. O *West-Indier* fez os seguintes comentários sobre o incidente:

O que tememos é que o ressentimento que prevalece entre as classes baixas devido os altos preços das necessidades mais básicas da vida como resultado da pressão da taxaço, e, no caso dos negros da mata, por conta das taxas alfandegárias sobre as bebidas destiladas localmente, que assumiram tais proporções que, já há algum tempo, eles se recusaram a transportar madeira, assumam um caráter geral, especialmente se ganhar terreno o sentimento de que a administração é incapaz de se manter firme caso os negros desejem coisa diferente.

Pouco depois, espalhou-se um boato na cidade de que o juiz e o governador distrital em Groningen, um posto no distrito de Saramacca, foram insultados pela população local durante uma curta sessão em que foram julgados contribuintes inadimplentes. O governador Lohman foi ao Pará, devido à inquietação naquele distrito, a fim de obrigar os habitantes a obedecer, manifestando seu prestígio como a mais alta autoridade no país. Embora o povo o acolhesse respeitosamente, correram boatos por toda Paramaribo que alguns moradores do Para disseram a ele em termos claros que não pagariam aquele imposto. Enquanto isso, os negros do Pará obtiveram a prorrogação do

pagamento de seus tributos. Em 31 de outubro, o prazo da prorrogação expirou. O governador decidiu agir e sem pedir a opinião de pessoas que conheciam o país por longa experiência ou sem mesmo consultar o Conselho de Estado, enviou o comissário distrital do Pará pelas aldeias daquele distrito em 23 de novembro de 1889, com um destacamento de 40 soldados e 10 oficiais de polícia armados. Na aldeia de Onverwacht essa força encontrou um grande grupo de negros armados que haviam se escondido em toda parte e ameaçavam abrir fogo sobre eles ao primeiro tiro desferido pelos soldados. A expedição, encontrando-se em uma situação das mais difíceis, foi forçada a voltar sem cumprir sua missão. Como resultado da conduta insensata do governador, a autoridade do Estado foi sensivelmente atingida. Os negros do Para não puderam ser subjugados, até finalmente um posto militar ser estacionado em Onoribo para evitar que eles navegassem para a cidade em barcos. Enquanto isso, os missionários Herrnhutter e algumas pessoas desejosas de fazer estar fazendo um favor ao governador tentaram persuadi-los a capitular. Finalmente, eles vieram por iniciativa própria entregar-se em grupos para cumprir as sentenças de prisão a que eles tinham sido condenados por falta de pagamento dos impostos. A frouxidão da administração após as primeiras tentativas de resolver o assunto, apesar da insistência do *Staten* em manter a autoridade, deu ao governador uma certa popularidade entre os moradores do Para, que aumentou com a influência dos missionários.

O *Staten*, que refletia o espírito do grupo dos fazendeiros, que via com o maior ceticismo a falta de supervisão oficial dos ex-escravos, era a favor de uma ação resoluta contra esses elementos refratários. Por essa razão haviam insistido anteriormente, embora sem êxito, em manter e reforçar as tropas militares que haviam tempos atrás sido estacionadas no Distrito do Para. A administração, contudo, falhara em fazer isso por razões de economia. O *Staten* resolveu exercer seu direito de interpelação e dirigiu um pedido de informações ao

governador. O membro do *Staten* Muller que submeteu essa moção ao *Staten*, também atacou a política do governo dos Países Baixos nos debates sobre essa questão, e declarou:

A política adotada em relação a essa infeliz Colônia é dominada pelo problema financeiro. Qualquer coisa que envolve gastos – e que não seja absolutamente indispensável para manter as coisas funcionando por ora – é via de regra abandonada, mesmo que seja claro como a luz do dia que, no caso de uma eventual melhora da situação colonial geral, a preservação do que está sendo abandonado, seria muito melhor. É como se o governo, percebendo que não há futuro possível para a Colônia a não ser o de que está fadada ao aniquilamento, mais cedo ou mais tarde, está fazendo o que pode para dispensar tudo o que parece estar além do mínimo acima e abaixo do que é necessário para prover suas necessidades imediatas de vida, de modo que quando o inevitável destino acontecer não será muito difícil jogar fora os restos⁵⁵.

O *Staten* pediu ao governador informação com base no artigo 105 da Constituição de 1865, que conferia esse direito a ele, embora também estipulasse que o governador não era obrigado a fornecer essa informação se ela fosse prejudicial aos interesses confiados a ele. Contrariado diante da derrota que sofrera no incidente do Para, e evidentemente aborrecido com o discurso de Muller, o governador negou a informação requerida, declarando que considerava isso desnecessário por conta do prejuízo que os interesses a ele confiados pudessem sofrer se fornecesse tal informação. De Savornin Lohman escreveu, em conclusão, na sua carta ao *Staten*:

Mas, isso não é tudo. Por que razão a informação é requerida? As observações explanatórias sobre a resolução deixa poucas dúvidas

⁵⁵ Reports Proceedings *Koloniale Staten*, 1889 – 1890. December, 1889.

quanto a isso. O *Staten* está unanimemente de acordo quando o governo da metrópole, que gasta toneladas de ouro ano após ano para manter a economia colonial de pé, é insultado por seu grupo.

Pensam que o governador que tem a honra de representar o governo seria cúmplice para ajudá-los a prosseguir nesse caminho? O abaixo-assinado não age de acordo com a resolução do *Staten*”⁵⁶

O governador não argumentou convincentemente quando declarou sua recusa; em primeiro lugar, nada havia que provasse que fornecer a informação seria prejudicial ao bem comum e, em segundo lugar, ele avançou um argumento totalmente irrelevante em relação a isso para justificar sua recusa, a saber, a crítica do *Staten* ao governo holandês.

Após essa troca de cartas, as relações entre o governador e o *Staten* ficaram extremamente tensas. Contudo, o governador não deixou a coisa assim; em sua ira diante da atitude do *Staten*, convocou quatro membros do *Staten* à casa do governo – todos eles funcionários destituíveis – e censurou-os veementemente na presença do secretário do governo, que teve de tomar nota do que era dito durante a entrevista. O governador condenou em palavras cáusticas e insultuosas a atitude adotada no *Staten* por aqueles quatro funcionários, em relação ao pedido de informação, e afirmou que não tinha intenção de tolerar tal atitude de seus funcionários. “Não é à toa que estou investido do poder de designar e dispensar funcionários”, afirmou durante a entrevista. Essa pressão sobre membros do *Staten* em função da posição deles de funcionários foi justificadamente denominada de “um ato inconstitucional” por Zaayer, membro da Câmara dos Deputados.⁵⁷

⁵⁶ Sobre a carta do governador de 23 de dezembro, ver Reports Proceedings *Koloniale Staten* 1889 – 1890. Zaayer cita as minutas da reunião dos funcionários antigos interessados, que foram redigidos pela secretaria do governo.

⁵⁷ Reports Proceedings Lower House, 1889 – 1890, p. 1158.

Um membro do *Staten*, Hylidy, que era também membro da *Hof van Justitie* e, portanto, um funcionário não-destituível, renunciou após a carta do governador ao *Staten*, pois não desejava mais ser exposto a insultos dessa natureza. Quando reeleito com ampla maioria de votos, Heylidy persistiu em sua recusa em ser membro do *Staten* novamente⁵⁸.

No início do novo ano de 1890, apareceu um panfleto, intitulado *Een blik op het Bestuur van jhr. mr. M. A. de Savornin Lohman* (Um breve relance na administração de M. A. de Savornin Lohman), que fazia um levantamento crítico dos atos administrativos do governo e que foi distribuído no Suriname e nos Países Baixos com o objetivo de abrir os olhos do governo para a crescente tensão no Suriname. Em janeiro daquele mesmo ano, um grupo de proeminentes cidadãos dirigiu uma petição à Coroa – depois de enviar primeiro um telegrama de protesto ao ministro – em que protestavam contra a conduta do governador em relação aos quatro funcionários destituíveis e chamavam a atenção para as ações ilícitas do governador.

Era objetivo do panfleto e da petição convencer o governo de que a posição de Lohman se tornara insustentável. A mesma opinião era constantemente reiterada pelo *De West-Indiër*, que apareceu em Paramaribo. O governador procurou nas classes baixas apoio contra o *Staten*, que representava os setores abastados e instruídos da população.

O governador era um membro devoto da Igreja Luterana da Alemanha, a que se unira no fim de seu mandato em Haia. Em sua chegada ao país, ele buscou contato com os Herrnhutters, a cujos cultos ele assistia e com quem mantinha estreitas relações. Lohman procurou conquistar a aprovação da opinião pública através dos missionários Herrnhutter e alguns capangas que se dispunham a ser usados como instrumento, em parte em razão da sua convicção religiosa – eles se

⁵⁸ Reports Proceedings *Koloniale Staten*, 1889 – 1890, session of 27th December, 1890. Ver *De West Indiër*, 1890, nº 10, sobre a recusa de Heylidy após sua reeleição.

consideravam adeptos do mesmo movimento religioso do qual o governador era membro – e em parte por auto-interesse e rancor contra o *Staten*. Depois que a petição dos defensores do *Staten* apareceu no *De West-Indiër* de 12 de janeiro, uma carta assinada pelas “classes baixas do Suriname” foi publicada no *Gouvernements-Advertentieblad* de 16 de janeiro, que afirmava que corria no Suriname um boato de que o governador seria chamado de volta em consequência da petição acima mencionada. Os signatários afirmavam “em nome da maioria da população negra” que estavam fortemente satisfeitos com a petição e que esperavam de todo o coração que o governador permanecesse à frente da Colônia. Depois disso, também, mais artigos desse tipo escritos por membros dessa classe foram publicados no *Gouvernements-Advertentieblad*.

A luta para conquistar a opinião pública entre os protagonistas e antagonistas do governador foi travada entre dois jornais, *De West-Indiër* que se apresentava como antagonista do governador, e o *De Volksbode* (*O Correio do Povo*) que defendia seu método de governo. Este jornal foi fundado em 1890 com o objetivo de transformá-lo num diário popular. Depois de ter aparecido por algum tempo tendo Th. Libertador Ellis como editor, sua administração foi assumida pelo *Vereeniging tot Exploitatie van de Volksbode* (A Associação *Volksbode*), cujo conselho era formado por A. M. de Montel, mestre carpinteiro e construtor, K. H. Bergen e A. R. Einaar, professores no serviço da Missão Herrnhutter, D. Geester e E. Reijeg, carpinteiros e construtores, H. W. J. Vervuurt e F. Coster, respectivamente mineiro de ouro e advogado; a eles se juntaram posteriormente J. C. Mare e Th. J. F. Valois Smith. Bergen, Einaar e Valois Smith em particular se lançaram como os paladinos do governador e estavam em estreito contato com os diretores da Missão Herrnhutter. Foi a primeira vez que a Missão Herrnhutter entrava no campo da política desde que iniciara suas atividades no Suriname. Contudo, isso não aconteceu sem disputas e

conflitos internos na própria Missão. Mas a direção da Missão estava ansiosa por manter o governador protestante, do qual esperava a todo custo muita ajuda e apoio no país e que se alinhou com o governador em seu próprio jornal, *De Christelijke Huisvriend*. Conseqüentemente, *De West-Indiër* publicou uma série de sarcásticos artigos anti-Herrnhutter. Apareceu ali até um artigo que, embora reconhecendo os méritos dos Irmãos morávios, discutia a conveniência de enviar missionários holandeses ao Suriname. Isso deu origem a um forte ressentimento contra o *Staten* e seus seguidores por parte da comunidade Herrnhutter, que compreendia a grande maioria da população de classe baixa.

A luta política entre a coalizão protestante e o liberalismo que estava se travando nos Países Baixos na época exerceu forte influência nos acontecimentos no Suriname.

Os órgãos da coalizão, *De Tijd* (os Tempos) e *De Standaard* (o Padrão) apoiavam o governador e procuravam mitigar tanto quanto possível a tensão que prevalecia no Suriname e imputá-la ao *Staten*; os jornais liberais, como o *Nieuwe Rotterdamsche Courant*, *Het Vaderland* e *Het Nieuws van de Dag*, censuravam as políticas do governador. *De Volksbode* imprimiu alguns artigos antiliberais agressivos que tinham aparecido na imprensa de coalizão protestante, bem como comentários da imprensa a favor do governador. *De West-Indiër*, por outro lado, reproduzia ataques ao governador dos jornais liberais. O *Staten* e seus defensores geralmente mostravam forte preferência pelo liberalismo, enquanto muitos dos membros judeus também tendiam para o liberalismo. Em conseqüência da influência exercida por esse grupo sobre o *Staten* e devido ao grande número de judeus pertencentes à classe abastada, a agitação provocada entre as classes baixas pelo *De Volksbode* assumiu um caráter anti-semita. Todavia, o grupo judeu não exerceu de modo algum uma influência absoluta no *Staten*, 182 dos 275 eleitores em 1890 eram não-judeus e 93, judeus. Quando as

polêmicas entre o partido do *Staten* e o do governador alcançaram seu clímax em 1890, *De Volksbode* publicou um artigo anti-semita intitulado *De leer van de Talmud* (Os ensinamentos do Talmude) copiado de um panfleto anti-semita intitulado *Het Dompertje van den Oudfen Valentijn* (Velho Extintor de Valentim) publicado no Hertogenbosch nos Países Baixos. Esse artigo continha a seguinte passagem, entre outras, que demonstra suficientemente seu conteúdo geral: “Observado o princípio sobre o qual todo o credo moral do Talmude está baseado – apenas os judeus são humanos e o resto da humanidade é bestial”. O artigo provocou considerável sensação bem como despertou aversão da parte sensata da população. O governador viu-se forçado a pedir aos editores do *De Volksbode*, popularmente chamado “jornal do governador Lohman”, que publicassem uma declaração para que o governador não fosse de modo algum ligado àquele jornal. Concorrentemente com a publicação dessa declaração, os editores anunciaram que o governador primeiro ameaçara cancelar sua assinatura do jornal, mas que conseguiram evitar que ele desse esse passo depois de publicar uma declaração em que admitiam, em termos não-comprometedores, que teria sido melhor que o artigo não tivesse sido publicado. Aos olhos do povo, essa declaração parecia indicar o restabelecimento do antigo vínculo entre o governador e os editores do *De Volksbode*. Todos os cidadãos honrados estavam pasmos por verem que o governador estava obviamente mantendo contatos com pessoas que haviam assumido a publicação de um artigo infame e não havia sequer rompido relações com elas após esse incidente.

Por causa de boatos de que esse artigo chegara ao *De Volksbode* a partir de grupos católicos romanos, o bispo Wulfingh censurou sua publicação em termos inequívocos numa carta aberta ao editor⁵⁹. A

⁵⁹ *De Volksbode* de setembro de 1890 publicou o artigo *De Leer van de Talmud* (Os Ensinamentos do Talmude) (nº 38), e as notícias referentes ao fato de o governador ser assinante foram publicadas no nº 41, bem como a carta do bispo Wulfingh. Em relação à

retratação do editor não provocou o antídoto adequado para o veneno que esse artigo havia instilado na mente das pessoas. O jornal, além disso, dispôs-se a influenciar a opinião pública contra o pastor luterano reverendo Steynis, um judeu convertido que pregara sobre o Talmude em seus sermões a fim de melhorar a compreensão da religião judaica por parte dos protestantes da população. Um segredo que havia se tornado público – a desavença entre o governador e o ministro em questão – porque o pastor ortodoxo holandês ressentia-se do fato de que o governador, também ortodoxo, assistia aos serviços religiosos com a Missão alemã⁶⁰.

No período anterior à publicação desse artigo, o governador agravara mais uma vez a tensão entre a administração e o *Staten* e entre os seguidores deste e os membros da classe baixa.

Em 14 de fevereiro de 1890, o governador submeteu ao *Staten* o projeto de uma lei que objetivava ampliar o eleitorado, por meio de reduções de impostos. O governador queria reduzi-los de quarenta para vinte florins, aumentando o número de eleitores de 251 para 413. Smidt observou na Câmara dos Deputados que, submetendo esse decreto no momento em que ele estava em sério conflito com o *Staten*, o governador criara a impressão de que estava alimentando a esperança de mudar a composição do *Staten* por meio de um eleitorado diferente⁶¹. O *Staten* e seus seguidores estavam convencidos de que esse era, de fato, o objetivo de Lohman. Havia bastante agitação sobre essa lei nos jornais. *De Volksbode* publicou longos artigos e anúncios instando o *Staten* a aprovar o decreto. Entretanto, ele foi rejeitado no *Staten* por esse corpo em 27 de setembro de 1890, por 11 votos contra

impressão criada sobre o partido do *Staten* pelas notícias no *De Volksbode* de que o governador era um assinante, ver *De West Indiër*, 10th September, nº 74: S. van Praag, *Een zelfbeschuldiging 'van de hoogste zijde'*.

⁶⁰ Anna de Savornin Lohman, *Herinneringen*, p. 133.

⁶¹ Reports Proceedings Lower House, 1889 – 1890, Smit, p. 1150 e segs.

um. Essa rejeição não foi causada apenas pela suspeita do *Staten* em relação às intenções do governador, mas também por sua óbvia relutância em ampliar o eleitorado e, assim, dar à classe média baixa mais influência nesse órgão representativo. Isso suscitou grande insatisfação entre os membros daquela classe, que interpretaram o fato como prova conclusiva de que eram governados por uma oligarquia despótica dominada por um grupo judeu.

A tensão entre o governador e o *Staten* aumentou em conseqüência de outras ações imprudentes de Lohman, e um espírito de intranqüilidade e antagonismo continuou a prevalecer na classe baixa. Em 1º e 2 de julho este levou a uma revolta durante uma dança em comemoração da abolição realizada na praça do mercado junto à Waterkant (zona portuária). O superintendente de polícia teve de pôr fim à dança a pedido de um dos moradores da área, em cuja casa havia um sério caso de doença. Alguns dos foliões dirigiram-se à praça do mercado em Heilige Weg e ali continuaram a dançar até o sol raiar. Mas outros se opuseram à ordem de polícia e apedrejaram a casa do paciente, bem como as casas em volta; além disso, alguns policiais ficaram feridos.

Outro incidente que exaltou o sentimento público ocorreu quando alguns jovens judeus, voltando da caça, envolveram-se numa disputa com A. de Montel e J. Bergen, em conseqüência da qual Bergen e um dos jovens, S. J. Samuels, trocaram sopapos. Samuels, em seguida, deu queixa de insulto e agressão contra De Montel e Bergen (irmão de um dos editores do *De Volksbode*, K. H. Bergen)⁶².

O *Staten* considerou o governador responsável pela tensão entre as diferentes classes sociais no Suriname e o partido do *Staten* anunciou no *De West Indiër* que o comportamento do governador era insuportável, e por conseguinte ele não podia permanecer no cargo. O

⁶² *De Volksbode*, 1890, nº 57. *De West Indiër*, 1890.

governo holandês, contudo, negou repetidamente no Parlamento que houvesse qualquer tensão digna de menção no Suriname e defendeu o governador tanto quanto pôde.

O discurso de Smidt sobre o *Staten*, em 1888, ainda estava fresco na memória dos membros de ambas as câmaras, de modo que esse corpo só tinha alguns apoiadores nos Estados-Gerais. As palavras de Muller, membro do *Staten*, aumentaram ainda mais o ressentimento dos membros do Parlamento holandês. Mas a conduta do governador era tal que a oposição liberal começou a mudar suas opiniões a favor do *Staten*. Uma crítica severa do método de administração de De Savornin Lohman foi feita nos debates do orçamento tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, em 1890⁶³. Cremers, membro do Parlamento, anunciou que a resposta do governador ao *Staten*, em que ele se recusara a fornecer a informação solicitada, “exibia confusão de idéias, bem como delírio de grandeza e uma arrogância que eram quase inconcebíveis”. Cremers falou, além disso, da “atrocidade de questionar quatro membros do *Staten*, justamente os funcionários destituíveis.” Smidt qualificou a conduta de governador de “injustificável, tanto do ponto de vista legal como político”, e expressou sua profunda preocupação com a conduta de De Savornin Lohman. Considerou a submissão do decreto, introduzindo mudança no eleitorado inoportuna e censurou-a severamente. Mas os amigos do governador na Câmara dos Deputados defenderam sua política. Van Bylandt, que defendeu o governador insinuando, entre outras coisas, que a atitude depreciativa do *Staten* em relação ao governador estava, de certa maneira, ligada com o controle mais rígido exercido sobre os impostos de importação por ordem de Lohman. De fato, a insinuação implicava que havia grupos cujos interesses eram representados no *Staten* e que se beneficiariam com a remoção do governador. Embora o ministro

⁶³ Reports Proceedings Lower House, 1889-1890, p. 1144 e segs.

expressasse sua desaprovação à conduta do governador, tentou, contudo, salvá-lo. Smidt, em seguida, submeteu a aprovação uma moção de censura, mas esta foi rejeitada. Em vez disso, foi votada uma resolução apresentada por Schaepman, que deixava o governo livre para determinar sua posição a respeito. A coalizão queria que o governador permanecesse no cargo. Além disso, era visível o forte desejo por parte do governo e da maioria da Câmara de preservar, em primeiro lugar, a autoridade dos Países Baixos – personificada pelo governador –, diante do *Staten* e do povo. Com a confiança resguardada por esse apoio da metrópole, o governador perseverou no curso que tomara, mostrando total desconsideração pela lei ou justiça sempre que se confrontava com pessoas que se opunham a ele.

O Relatório Provisório da Câmara dos Deputados concernente ao orçamento de 1891 continha uma longa lista do que era intitulado “ações ilícitas” por parte do governador⁶⁴. Teciam-se comentários sobre os métodos do governador de outorgar concessões. A objeção mais séria levantada contra ele era pertinente a uma ordem proferida por Lohman para a polícia – em um conflito entre um membro antagônico do *Staten*, um plantador de balata chamado J. Barnett e seus operários, para considerar o contrato legalmente concluído entre as duas partes como nulo e inválido. Smidt declarou, na Câmara dos Deputados, que o pensamento de que um governador da administração dos Países Baixos pudesse colocar sua autoridade na balança a fim de resolver um problema de direito civil o fazia corar⁶⁵. A tensão entre os defensores e os opositores do governador aumentava diariamente em proporção ao crescente sentimento de hostilidade contra Lohman. O governo e seus protetores na metrópole mantinham, contudo, que não havia tensão digna desse nome no Suriname e que apenas um pequeno grupo de interesse se opunha ao governador.

⁶⁴ Appendices, Reports Proceedings Lower House, 1890-1891, 77.10, p. 2.

⁶⁵ Reports Proceedings Lower House, 1890-1891, p. 555 e segs.

Durante as sessões orçamentárias em janeiro de 1891, houve um debate acalorado entre a oposição liberal e a coalizão⁶⁶. Smidt declarou que o modo como a ala direita estava tomando o governador sob sua proteção, impedia o caminho de reconciliação e apaziguamento, e encorajava o governador a perseverar no caminho que tinha tão erroneamente tomado. Então, os oradores liberais um após outro, censuraram a conduta do governador e criticaram sua pessoa nos mais severos termos. Os liberais apresentaram uma moção de censura das políticas do governador, instando o governo a agir e pôr um fim à tensão. A moção, contudo, foi rejeitada e, pela segunda vez, a carreira política do governador foi salva por seus amigos dos partidos de coalizão.

O governador não viu motivo para apresentar sua renúncia em vista do que fora dito na Câmara pela oposição liberal. As minutas da reunião dos Estados-Gerais foram publicadas integralmente no *De West-Indiër* em fevereiro daquele ano, fazendo Lohman perder os últimos vestígios de prestígio aos olhos do partido do *Staten*. *De West-Indiër* escreveu abertamente: “Esta Colônia está sendo sacrificada aos interesses financeiros pessoais do governador. Enquanto a prodigiosa fortuna de Jonkheer De Savornin Lohman está sendo salva, o Suriname está indo para o abismo”. Finalmente, tornou-se impossível para o governo manter o governador no cargo quando ele entrou em conflito igualmente com seus parceiros próximos. Quando, depois de alguns meses, o procurador-geral ainda não levava a julgamento o caso de Samuels-De Montel, Samuels abordou a *Hof van Justitie* com a petição para obrigar o procurador-geral a tomar as providências legais. O procurador-geral Kalff, informou à *Hof* que ele decidira contra o processo por causa da natureza contraditória da prova e que não julgava desejável levar um caso tão insignificante como esse à Corte em vista das tensões existentes no país. A *Hof* rejeitou o primeiro desses motivos

⁶⁶ *Ibid.*

para a decisão do procurador-geral, mas declarou que era também de opinião que os processos deviam ser suspensos, a fim de não agravar a tensão entre os grupos opostos da população⁶⁷. A decisão da *Hof* foi publicada nos jornais em janeiro de 1891. Tanto a declaração do procurador-geral quanto à decisão da *Hof* implicava no reconhecimento da existência de séria tensão, que o governador e seus seguidores tentavam minimizar tanto na metrópole quanto no Suriname, como pouco significativa. Isso se tornou a causa de um violenta querela entre o governador e o procurador-geral, com Lohman e Kalff apresentando queixas em seguida um contra ou outro junto ao governo dos Países Baixos. O governador pediu que o procurador fosse imediatamente chamado de volta. Mas o governo não deu ganho de causa ao governador e Kalff continuou no cargo. Lohman considerou isso motivo suficiente para apresentar sua renúncia. Anna de Savornin Lohman declarou, posteriormente, em seu *Memoirs*, que Lohman fora abandonado pelo partido anti-revolucionário porque membros influentes do grupo pressionaram o gabinete de coalizão, que estava preste a cair, a nomear o popular Van Asch van Wijck como governador antes da mudança de governo. Além disso, presumivelmente, os representantes do partido Católico Romano romperam com Lohman sob a influência de relatórios da Missão Católica Romana no Suriname. A direção da Missão supostamente se movera contra o governador por conta do estreito vínculo entre Lohman e os Irmãos Morávios, entre os quais a Missão Católica havia, naqueles dias, um certo atrito em relação ao problema da aplicação dos padrões morais cristãos aos casos de concubinato⁶⁸. Era impossível descobrir a verdade sobre a questão, mas a conduta do governador em sua rixa com o procurador-geral

⁶⁷ Cf. *De West Indiër*, 25 de janeiro, nº 7, 1891, em que o veredicto da Corte de Justiça foi publicado.

⁶⁸ Anna de Savornin Lohman, *op. cit.*, p. 120 e segs.

fornecera fundamentos suficientes para provar que o primeiro estava errado.

Em 20 de abril, Lohman apresentou por telegrama sua renúncia ao governo. Essa notícia tornou-se pública no mesmo dia e foi anunciada num boletim especial no *De West-Indiër*.

A renúncia de Lohman contribuiu muito para agravar a tensão que vinha caminhando para seu clímax desde março. Em março de 1891, alguns cidadãos proeminentes se reuniram a fim de formar um comitê para organizar as festividades a serem realizadas em conjunto com a celebração do 25º aniversário do *Staten*, em maio daquele ano. Depois dessa reunião todos os cidadãos foram exortados, por meio de um anúncio de página inteira no *De West-Indiër*, a colaborar nos preparativos para as festividades. Os preparativos e as próprias festividades foram interpretados pelo partido de Lohman como uma demonstração política contra o governador. Os seguidores deste ainda estavam esperançosos de que a renúncia de Lohman pudesse ser evitada. *De Volksbode* imprimiu uma série de artigos em inglês negro durante o mês de abril e as primeiras duas semanas de maio, que instavam o povo a se opor à renúncia de Lohman bem como às festividades e a dar prova de sua lealdade ao governador por meio de demonstrações anti-*Staten* durante as celebrações de aniversário.

Dias antes de 12 de maio de 1891, dia das celebrações, milhares de membros das classes baixas que viviam nos distritos dirigiram-se à cidade⁶⁹. A atmosfera estava extremamente tensa. No início da manhã do dia 12 de maio, as ruas encheram-se com uma multidão desordeira, ameaçando matar e incendiar. A multidão reduziu a pedaços a construção do teatro popular na Praça do Governo diante dos olhos do governador. O procurador-geral, que tentou restabelecer a lei e a

⁶⁹ Para uma descrição dos distúrbios em 12 de maio de 1891, e dos dias seguintes, ver J. R. Thomson, *op. cit.*, p. 183. Thomson era uma testemunha ocular desses tumultos.

ordem à frente da força policial, foi ameaçado com extrema insolência. A multidão percorria as ruas escarnecendo, gritando e quebrando janelas das casas dos ricos. O setor judeu da população, especialmente, foi o alvo destes comportamentos destrutivos. Isso levou a confrontos com a polícia em que muitos oficiais saíram feridos. O governador agravou a situação através de sua conduta insensata, obstruindo Kalff no desempenho de seu dever e contrariando as ordens do procurador-geral. Poucas horas após ter começado o tumulto, saiu à via pública; com uma turba de desordeiros avolumando-se em volta dele, percorreu o Waterkant enquanto sérios distúrbios aconteciam ao seu redor.

Quando o governador ordenou às patrulhas militares, estacionadas próximo ao bairro de classe baixa da cidade, a descarregar seus rifles e retornar à guarnição, o tumulto irrompeu novamente com total intensidade, pois a multidão pensou que com essa ordem o governador dava a eles sinal verde para interromper as festividades e continuou a resistir à polícia. Um dos líderes das massas amotinadas, que fora preso, foi solto novamente sob ordens de Lohman. Uma pesada tempestade que continuou por toda a noite permitiu que a ordem pública voltasse temporariamente na noite de 12 de maio.

Na manhã seguinte, uma multidão novamente se reuniu na *Gouvernementsplein* (Praça do Governo), a fim de ovacionar o governador e pedir-lhe que reconsiderasse sua renúncia. O governador apareceu diante da multidão e discursou, prometendo que o povo teria a permissão de dançar na praça do mercado, perto do Waterkant, naquela noite. Em seguida, grande número de desordeiros novamente invadiu as ruas, cometendo sérios desmandos, danificando casas e outras propriedades como no dia anterior. A polícia perdeu o controle da situação. A agressividade da turba manifestou-se em atos de violência, e os métodos usuais para impor a autoridade pareciam não ser adequados para restaurar a ordem. Os cidadãos ricos e da classe média começaram a demonstrar medo. Os judeus estavam especialmente

atemorizados, pois a eclosão da fúria da massa possuía claramente um caráter anti-semita. Por iniciativa de alguns cidadãos um *Vereeniging voor Volksweerbaarheid* (Exército Civil) foi instituído para prevenir excessos mais graves ainda. Em 14 de maio, um inspetor de polícia foi forçado a usar sua arma de fogo em legítima defesa, matando um homem.

Enquanto isso, o governador e o procurador-geral despachavam telegramas ao governo, cada um deles culpando o outro pelos distúrbios. O *Staten* enviou um telegrama exortando o governo que passasse ao procurador-geral a responsabilidade de restaurar a ordem pública. O governador, em seguida, recebeu ordem para acabar com os tumultos em cooperação com a Polícia, o Exército e a Marinha – nenhuma das quais recebera durante todo esse tempo nenhuma ordem do governador, que era o comandante-chefe tanto do Exército quanto da Marinha, para agir contra os desordeiros. Em consequência disso, Lohman deixou o procurador-geral no comando total. Em poucos dias, Kalff, com a especialmente enérgica assistência da Marinha, havia restaurado completamente a ordem pública sem derramamento de sangue. Em 19 de maio, a lei e a ordem haviam sido restauradas inteiramente no país inteiro.

Nos meses que se seguiram, um grande número de desordeiros foi condenado à prisão. Três dos editores de *De Volksbode* – Bergen, Einaar e Valois Smith – receberam sentenças de prisão que iam de seis meses a três anos por incitarem a multidão à rebelião e violência.

Embora os amigos de Lohman na Câmara dos Deputados tentassem defendê-lo durante a interpelação de 15 de maio de 1891, com referência aos tumultos no Suriname, esses incidentes marcaram o fim de sua carreira oficial no Suriname. Lohman partiu para a Alemanha, onde viveu em circunstâncias difíceis. Morreu sozinho e esquecido em 1899.

As ações da turba tinham sido instigadas por parte de membros da classe média baixa, cujas ações se originavam em um rancor

profundamente arraigado contra os ricos. Essas pessoas, por sua vez, haviam sido influenciadas por mentes que, como o governador, queriam criar nesse grupo e nas classes baixas um contrapeso aos partidários do *Staten* pelo qual se esperava que a posição de Lohman fosse fortalecida. A conduta desses grupos, no caso Lohman, está inteiramente aberta a uma explicação racional. Mas a natureza violenta do comportamento das massas que nada tinham a perder ou ganhar mantendo o governador no cargo, e que não teriam proveito com a reforma eleitoral proposta, só pode ser explicada encarando-a, em primeiro lugar, como resultado de uma forte hostilidade latente nas massas que normalmente não é discernível, mas que nessa ocasião se expressou em atos de violência em consequência de atividades subversivas. Essa hostilidade latente se manifestou de uma maneira igualmente convincente nos três outros casos mencionados anteriormente.

Tudo leva a crer que o mês de maio viria a ser um mês significativo na história do Suriname. Na terça-feira, 24 de maio de 1911, os jornais locais relataram a descoberta de uma conspiração que objetivava dar ao ex-presidente venezuelano Castro o controle da Colônia, em que principalmente oficiais da polícia e um elemento estrangeiro da guarnição estavam envolvidos, além de alguns cidadãos particulares do Suriname e alguns indianos. O líder da conspiração era um húngaro chamado Killinger que estava no serviço do governo local como inspetor de polícia.

Os relatos de que os conspiradores tinham conexões com Castro mostraram-se falsos, como também a declaração de que estrangeiros no serviço militar holandês estavam envolvidos no complô. Entretanto, descobriu-se que apenas um hindu estivera envolvido ativamente na formação da conspiração. Contudo, logo se tornou evidente que fora uma conspiração séria⁷⁰.

⁷⁰ Sobre o caso Killinger ver *De Suriname*, 1910, nºs 41 e 42, e os relatos da corte em *De Suriname*, março de 1911.

Havia alguma intranqüilidade na classe mais alta, pois muitos se lembravam dos incidentes durante o governo de Lohman. O medo se expressava, entre outras coisas, nas atividades renovadas do *Vereeniging voor Volksweerbhaarheid* (Exército Civil) que fora instituído durante o caso Lohman e que existira por muitos anos apenas nominalmente. A administração estava, todavia, no controle da situação e logo ficou claro que a extensão da conspiração era limitada. Surinameses instruídos encaravam a conspiração como um esquema que brotara do cérebro de um insano, embora não disfarçassem a si mesmos que, basicamente, ela tinha alguma chance de êxito e que, nesse caso, semeara intranqüilidade entre as classes trabalhadoras. Killinger, o cabeça por trás da conspiração, exibia um punhado de tendências psicopáticas. Nascera na Hungria, filho de pai e mãe respeitáveis. Alistou-se nos dragões, onde ainda jovem alcançou o posto de sargento-major, e parece que tinha projetos para promoção futura quando, numa rixa com um subordinado, feriu-o com um tiro, aleijando-o para o resto da vida. Quando foi condenado à prisão, fugiu para a Suíça, de onde foi para a Alemanha e depois para os Países Baixos. Alistou-se na Colonial Armen dos Países Baixos em Harderwijk e, em 1899, aportou no Suriname como soldado colonial. Depois de uma tentativa frustrada de desertar, sua habilidade e conduta exemplar chamaram a atenção de seus superiores. Após juntar-se à força policial, ascendeu ao nível de inspetor por mérito próprio. Casou-se com uma garota local da classe média e se tornou uma figura bem conhecida na sociedade. Killinger possuía uma educação extraordinariamente boa. Esforçou-se por ganhar fama e atingir uma posição proeminente na sociedade e era dado a delírios de grandeza. Durante suas horas de lazer, ocupava-se com experimentos fantásticos em muitos campos diferentes e fez uma série de invenções, inclusive um caminhão d'água, do qual obteve patente. O declínio do Suriname e a insatisfação da população despertou nele o desejo de assumir a liderança do país e melhorar a economia do Suriname, depois que

todas as tentativas feitas por outros nessa direção terem obviamente falhado.

Em 1907, partiu para a Europa. Nessa época parece ter recebido tratamento psiquiátrico temporário devido um colapso nervoso. Durante esse período de licença médica, moveu-se, contudo, em diferentes círculos e conseguiu fazer alguns amigos ricos na Alemanha, despertando neles o interesse pelo Suriname.

Killinger voltou ao Suriname em janeiro de 1910. Ele declarou que o declínio do país e a insatisfação disseminada entre o povo o chocaram até mais em sua volta do que antes de sua partida e que fortalecia a convicção de que alguma ação era necessária para mudar o que lhe parecia ser o destino intolerável do povo do Suriname. Por causa de sua personalidade persuasiva, Killinger exercia forte influência sobre seus subordinados. Começou, então, cautelosamente a convencer alguns deles para seus planos. Seus seguidores, por conseguinte, começaram também a procurar no setor civil da população pessoas que pudessem ser convenientes para tomar parte na conspiração. As pessoas escolhidas por eles para esse fim eram, em sua maioria, membros da classe baixa, inclusive alguns carpinteiros e um marceneiro. Um deles fez-se útil à conspiração fabricando uma grande quantidade de porretes, que foram encontrados num local escondido depois da descoberta do complô. Entre os oficiais de polícia que Killinger conquistou para seu plano, havia um hindu do qual se esperava que promovesse agitação entre seus conterrâneos na época em que o plano estivesse para ser posto em execução. Pretendia-se tirar partido da insatisfação que se espalhara entre os indianos em consequência de uma intervenção armada contra trabalhadores indianos rebelados contratados na fazenda Marienburg. Os conspiradores tinham de prestar juramento de obediência e eram ameaçados de morte se fizessem qualquer tentativa de traição.

O plano de Killinger começava por tomar as armas da polícia, ocupar o forte e romper todas as comunicações telegráficas com os

Países Baixos. O governador e seus oficiais mais antigos teriam de ser presos, como também qualquer pessoa que oferecesse resistência. Em seguida, seriam enviados telegramas aos Países Baixos, aos Estados Unidos, à Corte de Arbitragem e à escritora pacifista Bertha von Suttner a fim de evitar a intervenção e, conseqüentemente, derramamento de sangue. A conspiração foi descoberta na fase em que os preparativos ainda estavam em marcha.

Eles foram expostos quando o ex-oficial de polícia católico romano, que os conspiradores tinham tentado envolver em seu complô sem informá-lo sobre sua verdadeira natureza, resolveu agir a conselho de um padre com quem falara sobre o assunto e deu ao procurador-geral informações sobre as atividades de Killinger.

Killinger declarou diante da corte que o objetivo que tivera em vista era a criação de um Estado livre sob soberania holandesa. Ele planejava tomar a liderança desse Estado a fim de estimular o progresso econômico do país. Com esse propósito, tencionava levantar um empréstimo substancial na Alemanha e nos Estados Unidos, depois de reduzir os gastos públicos e enviar os funcionários incompetentes de volta para os Países Baixos. Killinger identificava-se com as queixas do Suriname e pensava que conseguiria encontrar uma solução para os problemas do país.

A mentalidade de seus seguidores é mais importante para nossos propósitos do que desse estrangeiro, por nos conceder uma compreensão do caráter do povo do Suriname. A maioria deles pertencia à classe média baixa, que tinha estreitas ligações com a classe baixa. A influência pessoal de Killinger foi um fator importante no recrutamento de conspiradores. Eles eram, contudo, impelidos pela insatisfação e sentiam que sua posição era fortalecida pela hostilidade latente das massas contra a administração. Em alguns deles vimos a mesma combinação de patriotismo e agressividade que podia ser discernida nos seguidores de Simon Sanches – que fez esquemas similares em 1947 – durante seu

juízo. Indubitavelmente, a mesma expressão atrevida – a razão verdadeira pela qual carece de confiança – que aquela apresentada em alguns dos conspiradores no caso Sanches foi mostrada por um dos seguidores de Killinger, que foi chamado à ordem pelo presidente do tribunal por causa de seu “tom rebelde”. Este, o guarda Hughes, declarou diante da corte que os conspiradores tinham participado na conspiração não só devido a influência de Killinger, mas também movidos pela pobreza do Suriname, estavam preparados para sacrificar suas vidas por amor ao país e queriam melhorar as condições do Suriname, criando um novo Estado. A corte sentenciou Killinger à morte, mas a sentença foi comutada por prisão e o condenado foi levado aos Países Baixos para cumprir sua sentença lá. Valois Smith, que estava em contato íntimo com as classes baixas, expressou a opinião de que Killinger devia ter recebido o apoio de um setor das classes baixas por conta do “ódio latente contra a administração holandesa” naquele grupo⁷¹. Em sua opinião, Killinger tentara tirar vantagem desse ódio latente. Boers, em seu sensacional panfleto publicado pouco depois da revelação da conspiração, que ele denominou de movimento revolucionário, também escreveu que “Não é verdade que as massas não tinham simpatia pelo movimento, embora muitos deles sentissem em retrospecto que essa idéia de revolução só poderia terminar em tragédia e desgraça. Mesmo assim, foi dito que essa não foi a intenção, o que passou passou”. Vemos assim que o líder popular negro e o pregador branco, que estavam ambos em contato estreito com o povo simples, chegaram à mesma conclusão. Podiam compreender a hostilidade latente das massas e sabiam que isso podia subitamente irromper em atos de violência.

Há uma íntima ligação entre os incidentes de 1931 e os de 1933, mesmo que os dois movimentos apresentem algumas diferenças

⁷¹ Valois Smith, *De Surinaamsche Bode*, nº 42, 28 de maio, e Boers, *Over de Beweging in deze dagen*, p. 6.

claramente discerníveis entre as respectivas ocorrências. Há um elo direto entre eles e a crise econômica que emergiu no Suriname após as sérias reduções na indústria do ouro e na liquidação da Balata-Compagnie Suriname. Naqueles anos também muitos surinameses perderam seus empregos em Curaçao e voltaram para casa – alguns deles desempenharam um importante papel como líderes populares na época.

Os distúrbios de 1931 oferecem o melhor exemplo de uma explosão de agressividade de massa. Em contraste com os de 1933, que se focalizavam num objetivo imediato – a libertação do líder popular De Kom –, as massas não tinham em mente um objetivo específico que quisessem atingir com esses atos de violência num curto espaço de tempo. O objetivo fora apenas chamar a atenção da administração para os sofrimentos do povo. Mas os atos de violência que acompanharam o que iniciou como uma série de demonstrações ordeiras tinham pouca conexão com o objetivo que eles estavam perseguindo. Eram atos de agressividade, que um povo reprimido insatisfeito se entregava irrestritamente a seus impulsos.

Embora a administração se esforçasse por estabelecer um elo entre a ausência de um setor da guarnição, que estava em exercícios prolongados fora de Paramaribo junto com um comandante de tropa, e o dia da eclosão dos tumultos, e tivesse chegado a conclusão que um grupo de demagogos arquitetara um plano premeditado para recorrer a atos de violência, não havia prova suficiente disso nos fatos que ele tinha à sua disposição. Nem era provável que organizações comunistas estrangeiras tivessem qualquer influência nos distúrbios de 1931, ainda que o jornal comunista holandês, *De Tribune*, fosse regularmente enviado para algumas pessoas no Suriname no período que os precedeu os tumultos. É claro que a influência de personalidades agressivas e dominantes que se permitiam deixar empolgar por uma ideologia revolucionária não deve ser subestimada em explosões de fúria coletiva. Os incidentes de 1931 podem ser parcialmente atribuídos a isso

também, embora fosse evidente no comportamento das massas durante os distúrbios que ele era tão descoordenado e espontâneo que mostrava ser improvável que pudesse ter sido resultado de algum plano ou de atividades de um grupo de liderança. A maneira pela qual os distúrbios foram interrompidos também é prova convincente disso. Assim que as autoridades tomaram uma ação resoluta não houve mais sinais de atos de rebelião⁷².

O desemprego que resultou da crise nas indústrias (balata e ouro) no interior, em 1931, foi o principal fator que contribuiu nos acontecimentos que se seguiram. Essa crise afetou seriamente as classes baixas. Trabalhadores empregados nessas indústrias formavam uma categoria que, via de regra, ganhava salários mais altos do que a maioria das pessoas de classe baixa. Em muitos casos, tinham de sustentar não só as próprias famílias, mas também uma mãe idosa ou outros parentes. Portanto, o desemprego entre os trabalhadores no interior atingiu seriamente um grupo que era maior do que o número deles teria levado um observador a acreditar. Além disso, à volta de um grande número de desempregados surinameses de Curaçao – de onde quantias consideráveis de dinheiro eram enviadas anualmente pelos surinameses para seus parentes em casa – também teve sérias conseqüências econômicas na classe baixa. Artesãos e varejistas também foram seriamente afetados pela crise devido a diminuição do poder aquisitivo das classes trabalhadoras.

Entre os que retornaram de Curaçao, havia alguns que, em conseqüência de uma prolongada estada fora do Suriname, estavam mais abertos à influência das idéias socialistas e comunistas e haviam tido alguma percepção sobre a importância da ação organizada,

⁷² Sobre os distúrbios de 1931, ver o Relatório do governador do Suriname, publicado nos Reports of Proceedings of the States General, 1931 – 1932, I, nº 16, e os jornais do Suriname de outubro de 1931, ou seja, *De Surinamer*, 29th October, 1931, nº 87, *De West*, 30th October, 1931, 2310, *De Volksbode*, 5th November, 1931.

coordenada. O grupo de homens desempregados de Curaçao começou a mostrar muita atividade imediatamente após sua volta ao Suriname. Em 25 de maio de 1931, houve uma reunião que foi realizada em um prédio público e que foi assistida por cerca de 200 desempregados, a maioria dos quais tendo voltado de Curaçao. Nessa reunião vários oradores destacaram a conveniência da realização de uma manifestação de massa e organizar uma representação ao governador a fim de informá-lo sobre as dificuldades e desejos dos desempregados. Os sofrimentos foram descritos em detalhes e o povo queria que algo fosse feito para reverter a situação. Um comitê de ação foi formado para o qual um certo L. Doedel, ele mesmo um desempregado, atuou como líder. Doedel fora expulso de Curaçao pela polícia local por conta de suas atividades revolucionárias.

A demonstração em massa foi marcada para 17 de junho de 1931. O governador concedeu uma entrevista aos membros da comissão, que lhe pediram que organizasse uma central de empregos, abandonasse o sistema de renomeação de pessoas aposentadas para funções no serviço público, que lançasse projetos de obras públicas para criar oportunidades de emprego, que tornasse a terra disponível, isenta de aluguel, para pessoas desempregadas para mineração e agricultura, concedesse compensação pelo desemprego e instrução para as pessoas desempregadas que se registrassem para trabalhar sob esses esquemas por um período de até três meses, que fornecesse gratuitamente alimento para crianças subalimentadas, e que instituísse a loteria do estado, cujos lucros deviam ser usados para pagar os juros e pagamentos sobre o capital alocado para compensação ao desempregado. Doedel fez um discurso respeitoso em que enfatizava a fé do desempregado na simpatia da administração. O governador, em seguida, negociou longamente com a comissão sobre os desejos que ela havia apresentado. Em seguida, cada membro falou por sua vez sobre um ponto especial a que será dedicara atenção durante os preparativos para a entrevista com o governador. O governador se

prontificou a estudar as reivindicações e declarou estar totalmente de acordo com muito do que os desempregados haviam exposto.

A manifestação em massa organizada em conjunto com a audiência com o governador foi realizada de maneira ordeira. Os membros da comissão foram recebidos no Palácio do Governo às 8 horas. Antes disso, uma multidão se juntara na Praça Mr. Rietberg, onde os membros do comitê discursaram antes de se encaminharem ao Palácio do Governo. Lepelblad, um dos membros, nesta ocasião recitou uma canção do famoso líder holandês, Troelstra, intitulada *Het was geen Logen* (Não era mentira). Cerca de uma hora depois que a comissão se dirigiu ao Palácio do Governo, a multidão abandonou o local de reunião para a Gouvernementsplein, carregando cartazes e a bandeira tricolor holandesa. Os membros da comissão colocaram-se na frente da marcha, que percorreu a cidade, depois de sua entrevista com o governador. No fim do caminho, a comissão relatou às massas a conversa no Palácio do Governo, em seguida a multidão se dispersou tranqüilamente.

Não muito depois desse incidente, a comissão de ação publicou um panfleto denominado *Bulletin, uitgegeven door het Comité van de Werklozenbeweging in Suriname* (Boletim publicado pela Comissão do movimento de desempregados do Suriname), descrevendo exaustivamente a manifestação de 17 de junho e reproduzindo os discursos pronunciados durante as conversações com o governador. A canção de Troelstra foi publicada em holandês e em papiamento, com as palavras “Saudações de Curaçao” impressas acima da versão crioula de Curaçao.

Em 17 de junho, o governador promulgou uma resolução prevendo a criação de uma central de empregos; no mesmo dia, uma comissão de compensação foi formada por iniciativa de alguns cidadãos proeminentes com o propósito de organizar o fornecimento de alimento para as crianças desnutridas e dando compensação àqueles que

procuravam emprego na agricultura de pequena escala, nas indústrias no interior e em outras indústrias de pequena escala.

O governo local executou de uma série de projetos especiais com vista a aumentar a oferta de trabalho. Lotes de terra foram também disponibilizados gratuitamente para a prospecção de ouro. Mas o número de pessoas que se inscreveram para esses empregos era desapontadoramente baixo. Mesmo assim, os esforços do governo local e da comissão de compensação não foram capazes de resolver adequadamente o problema de desemprego. Entre os desempregados havia aparentemente um grande número de pessoas que não desejavam se aventurar em nenhum outro campo senão naquele em que sempre tinham estado empregados. A mentalidade do trabalhador do Suriname tornava tal reviravolta não-supervisionada excepcionalmente difícil: uma grande maioria dos desempregados mostrava-se avessa à agricultura, enquanto aqueles que não tinham nenhuma experiência nas indústrias do interior mostravam pouca inclinação para tentar sua sorte lá e deixar a cidade a que toda sua existência se tornara inextricavelmente ligada.

Às 9 horas da manhã de quarta-feira 28 de outubro, o *Surinaamse Volksbond* (o Sindicato do Povo do Suriname) convocou uma reunião num cinema, a qual compareceu um grande número de pessoas. O objetivo dessa reunião era discutir os métodos da comissão de compensação. Logo se tornou evidente, depois do primeiro discurso, que a confiança na administração dera lugar a sentimentos de ressentimento e agressividade. O comitê de compensação, a administração e o governador foram alternadamente responsabilizados pelo sofrimento do povo. Foi dito que o governador se divertia com o fato de que os desempregados estarem passando fome e que o comitê de compensação consistia de aristocratas que não tinham experiência pessoal da fome e que tinham pouca ou nenhuma consideração pelos desempregados, que eles consideravam uns vagabundos, ladrões e salafrários.

O consenso era que as medidas tomadas para aliviar o sofrimento haviam sido inadequadas. Alguns oradores declararam que estava na hora de passarem à ação e que tinham comparecido a reunião com esse propósito. Foi relatado que alguns dos presentes tinham alimentado o plano de fazer uma manifestação de massa em frente ao Palácio do Governo semelhante à de 17 de junho. Alguns oradores pediram que a multidão marchasse diretamente para o Palácio do Governo a fim de chamar o governador a prestar contas “de homem para homem”. Dois dos oradores eram *boschnegers* (negros da mata), um dos quais afirmou que numa contingência os negros não se submeteriam aos brancos e que o espírito de Boni, um líder quilombola que fora um temível e corajoso inimigo dos europeus no passado, estava ainda vivo entre os *boschnegers*. Esses dois *boschnegers* expressaram a insatisfação de seus colegas de tribo que haviam sido da mesma forma profundamente atingidos pela crise da balata. Dos 582 trabalhadores na mata que foram afetados por essa e que eram súditos holandeses – havia uma grande quantidade de trabalhadores estrangeiros empregados no interior – 306 eram *boschnegers*. Havia grande tensão e inquietação na audiência após esses discursos. D. Simons, um membro do *Staten* que estava presente na reunião, tentou acalmar a multidão. Lepelblad, um dos membros da comissão, dirigiu-se à multidão e pediu que esperassem até sexta-feira, vendo que Simons anunciara que uma reunião seria feita na quinta-feira em que as queixas dos desempregados seriam discutidas. A ruidosa multidão dirigiu-se às ruas por volta do meio-dia. A atmosfera estava extremamente tensa e alguns da multidão pareciam ainda não ter desistido do plano de fazer uma manifestação. De repente, cartazes com slogans que tinham sido carregados durante a manifestação de 17 de junho apareceram e uma grande multidão começou a se juntar num ponto movimentado não longe do prédio do cinema em que a reunião fora realizada. O comissário de polícia observou para aqueles que apareciam carregando cartazes que eles não tinham permissão para

realizar uma marcha e que tinham de liberar as ruas. A ordem estava sendo acatada e a multidão prestes a se dispersar quando houve um incidente com a polícia, culminando numa explosão de agressividade da turba. A causa imediata desse incidente foi uma briga de rua. O policial que quis intervir recebeu de repente um soco na cabeça, por trás, e viu-se cercado por um grupo de rufiões; ele então começou a distribuir cacetadas à sua volta.

Em seguida, ameaças contra a polícia foram pronunciadas de todos os lados, acompanhadas pela resistência da massa. A multidão dividiu-se em pequenos grupos, percorrendo a cidade cometendo atos de violência. O principal objetivo era convocar uma greve geral dos empregados de grandes indústrias. Vários grupos começaram a se dirigir para os terrenos da Companhia de Gás das Índias Holandesas que ficavam próximas as áreas dos cortiços, quebrando vitrines de lojas e luzes das ruas, saqueando padarias e atirando pedaços de madeira e pedras pelo caminho na direção das casas de algumas famílias ricas. Quando a multidão finalmente alcançou as fábricas de gás, aparentemente tinham sido tomadas medidas, tendo a polícia sido avisada para evitar que eles entrassem nos terrenos. Os edifícios da frente foram, em seguida, bombardeados com projéteis e todas as janelas foram estilhaçadas. Então a polícia apareceu em cena e começou a avançar sobre a multidão. Isso culminou numa luta corporal com a polícia, que foi bombardeada com garrafas cheias de água. A conduta das mulheres, que se comportavam como fúrias impetuosas, é especialmente digna de nota. A multidão então se dispersou e novamente percorreu a cidade em pequenos grupos para continuar com seus atos de violência, invadindo lojas chinesas e saqueando várias padarias. Uma circunstância especial digna de nota também é que igrejas e propriedades da igreja, tanto católicas romanas quanto morávias, tampouco foram poupadas. A polícia enfrentava os distúrbios com patrulhas, que trocaram pancadarias com a multidão em diferentes pontos da cidade.

Vários oficiais sofreram graves ferimentos. Um oficial foi derrubado e trancado numa casa da qual foi finalmente solto por uma patrulha policial. Naquela mesma noite, por volta das 10 horas, uma tentativa de incêndio criminoso foi descoberta numa escola e pôde ser evitada a tempo. As pontes que ligavam os subúrbios à cidade foram destruídas, provavelmente com a intenção de obstruir o fornecimento de produtos alimentícios pelos fazendeiros. Uma greve foi convocada entre os empregados temporários da Companhia de Gás.

No dia seguinte, os distúrbios começaram cedo e as carroças dos fazendeiros foram paradas e pilhadas no caminho do mercado. Os próprios mercados foram saqueados e os lojistas viram-se obrigados a fechar as portas. Isso ameaçava seriamente o fornecimento de alimento à cidade.

A administração resolveu agir com rigor. A polícia recebeu ordens para tratar severamente quem quer que oferecesse resistência. Em vários pontos na cidade grupos de baderneiros foram dispersados violentamente rudemente com ajuda de sabres. À tarde a polícia foi armada com carabinas. O procurador-geral fez uma proclamação proibindo as pessoas de se reunir ou de sair às ruas a não ser quando estritamente necessário. A proclamação concluía com as palavras: “Aqueles que não cumprirem o determinado acima ficarão expostas a sério perigo, além de se tornarem sujeitos a processo”.

Antes disso, o senhor D. Simons, membro do *Staten*, depois de ter sido recebido em audiência pelo governador naquela manhã, publicara um manifesto de sua responsabilidade, que exigia paz e tranqüilidade e garantia que o governador estaria preparado para fornecer compensação aos desempregados, mas pedia primeiro respeito pelas autoridades. Os membros da comissão Doedel e Liesdek pretendiam ler esse manifesto ao público às 3 horas, mas o resultado foi que uma multidão se juntou novamente. Um guarda e um chefe de polícia atracaram-se com a multidão e fizeram uso de suas carabinas. Nessa

ocasião, o mesmo fenômeno característico notado nas revoltas de 1933 pôde ser observado – a massa recusava-se a acreditar, ao ouvir os primeiros tiros, que a polícia não estava brincando e pensava que ela estava atirando balas de festim. Apenas depois de estarem as vítimas estendidas no chão, após a segunda rodada de tiros, foi que tomaram chocada consciência do perigo. A multidão, em seguida, se espalhou em todas as direções e não houve mais sinais de resistência. Três pessoas feridas foram deixadas para trás, uma das quais veio a falecer. Depois desse incidente, a lei e a ordem foram restauradas tão de repente quanto haviam começado. As ruas permaneceram vazias e desertas, pois a massa não se aventurava a sair de suas casas.

A proclamação do procurador-geral foi anulada em 6 de novembro. As autoridades conseguiram restaurar a lei e a ordem sem fazer uso da guarnição que fora criada como reforço na noite da revolta com o retorno do comandante, juntamente com um setor das tropas, que estava em exercício na Joden Savanne.

Os incidentes que ocorreram em Paramaribo em 7 de fevereiro de 1933, tiveram igualmente suas origens na insatisfação e agressividade que prevaleceram entre as classes baixas como resultado da situação de desemprego. Esses, contudo, apresentavam um caráter inteiramente diferente dos distúrbios de 1931. Foram resultado das atividades de uma pessoa que, aos olhos das pessoas comuns, assumiu a estatura de um importante líder popular e provocou intranquilidade principalmente na classe baixa javanesa e hindu⁷³.

O desemprego e a pobreza continuaram, apesar de todas as medidas tomadas para superar a crise. Em 1932, um sindicato foi fundado por algumas pessoas que tinham também desempenhado um papel no movimento do desemprego de 1931. Foi chamado o

⁷³ Relatório do governador ao ministro das colônias. Arquivos do Ministério das Colônias, 1933; jornais do Suriname, fevereiro de 1933.

Surinaamsche Arbeiders en Werkers Organisatie (Sawo) (Organização dos Operários e Trabalhadores do Suriname). Um professor chamado A. de Kom, que estava vivendo na Holanda, mantivera uma correspondência regular com os líderes da Sawo desde 1932 e lhes apresentava regularmente literatura socialista e comunista. A Sawo adquiriu direitos corporativos em 8 de fevereiro de 1932. Em maio essa organização reuniu um congresso. Compareceram cerca de 500 pessoas. Nas reuniões convocadas pela Sawo, que contava, algumas vezes, com pelo menos 900 pessoas, adotava-se, com frequência, uma linha de propaganda fortemente anti-religiosa. Em 15 de julho, a Sawo foi privada de seus direitos corporativos com base em que estava agindo contra os artigos de sua associação que estipulavam que questões pertencentes a religião não seriam discutidas nas reuniões. Após isso, os líderes dessa organização fundaram o *Surinaamsch Arbeiders Verbond* (Sindicato dos Trabalhadores do Suriname) e o *Surinaamsch Werkloozen Strijdcomité* (Comitê de Ação dos Desempregados do Suriname), com os quais De Kom também mantinha contato. De Kom movia-se em círculos radicais de esquerda nos Países Baixos e era um colaborador da *Links Richten* (Direção Esquerda) e ocupava um cargo na *Liga tegen Imperialisme en voor Koloniale Onafhankelijkheid* (A Liga Independente Antiimperialista e pró Colonial). Desde 1931, corriam rumores entre as pessoas comuns de que De Kom voltaria ao Suriname. Em 4 de janeiro de 1933, De Kom, de fato, pisou em solo surinamês, em Paramaribo. O objetivo de sua viagem era uma visita a parentes. O fato de ser esperado, em sua chegada, por dois detetives cujas instruções eram de segui-lo imediatamente emprestou-lhe prestígio aos olhos do público. Devia ser um homem importante e temido aos olhos da administração, foi o que se pensou, para ser cercado de tanta vigilância. De Kom voltou a sua terra natal num momento desfavorável. Corriam constantemente rumores de ameaça de tumultos e incêndios criminosos, sendo o aniversário da rainha e a data do retorno do governador das

férias na Holanda mencionados como ocasiões em que esses incidentes aconteceriam. Esses boatos servem para demonstrar, de um lado, o espírito agressivo de um setor da população e, de outro, o medo da repetição de distúrbios por parte do outro.

Imediatamente após sua chegada, De Kom tentou entrar em contato com os líderes da SAV e convocar reuniões políticas. Todavia, não recebeu permissão para isso. De Kom recebia muitas pessoas em sua casa e logo se cercou de um pequeno grupo de seguidores. Mas recebeu pouco apoio de membros do grupo crioulo – possivelmente lembranças dos incidentes de outubro de 1931 ainda estavam frescas na memória dos membros desse grupo, e De Kom começou a ter suas dúvidas sobre o êxito de manifestações populares. De Kom, em seguida, resolveu agitar os javaneses e indianos por intermédio de desocupados. O livro *Wij Slaven van Suriname* (Nós Escravos do Suriname), que ele escreveu na de sua volta aos Países Baixos, em 1933, permite excelente compreensão da mentalidade de De Kom. Embora, geralmente, se presuma que o livro deve sua existência a um grau considerável da colaboração de um homem de letras holandês que freqüentava os mesmos círculos de esquerda de De Kom, a influência da mentalidade do grupo que havia produzido De Kom é inequívoca. De Kom tentou escrever um estudo da história do Suriname em que a tônica recaí nos escravos e no destino das classes baixas. O resultado foi uma obra cujo principal valor é ser um documento que oferece um *insight* da mentalidade do surinamês da classe média baixa. A memória dos sofrimentos passados pelos ancestrais escravos, que ainda está viva nas pessoas comuns e pode ser detectada em suas palavras. Mas essa memória tornou-se parte de um patético senso de ressentimento e rancor que, apesar de muito justificados pelas circunstâncias em que as classes baixas se encontravam, prejudica uma visão apropriada do passado. Em sua volta ao Suriname De Kom deve ter ficado profundamente impressionado, depois dos anos que passara na Europa,

com a pobreza da classe baixa, das quais ele mesmo provinha, cujos sofrimentos ele via agora mais consciente e automaticamente comparava com as condições na Europa. De Kom resolveu, portanto, lançar uma campanha para despertar a consciência das pessoas comuns sobre as condições em que viviam, entre outras coisas por meio de conferências sobre o passado do Suriname. Ele negava ser membro de uma organização comunista e não havia razão alguma para presumirmos que o fosse. É, todavia, evidente a partir de seu livro que ele fora completamente conquistado pelas idéias comunistas. Para ele a solução dos problemas do Suriname residia no estabelecimento de um número de grandes empresas coletivas com equipamento moderno cuja propriedade devia ser passada para as mãos dos trabalhadores do Suriname. É improvável que ele alimentasse intenções revolucionárias desde o início, pois tivera treinamento político suficiente nos Países Baixos para saber que a oposição violenta não tinha chance de sucesso. Seu principal objetivo era, de fato, estimular a solidariedade entre as classes baixas e criar uma grande organização de operários. A campanha que ele liderou entre os indianos e javaneses focaliza, provavelmente, a consolidação desses grupos da população com a classe baixa crioula, que até então havia permanecido distante das atividades políticas. Não conseguiu obter muito apoio entre os indianos, mas seus auxiliares tiveram muito mais sucesso com os javaneses em consequência de um traço inusitado na mentalidade dos javaneses no Suriname.

A posição dos javaneses era relativamente favorável em 1933, de vez* que a colheita de arroz havia sido extremamente boa, que havia suficiente emprego nas fazendas e que os preços dos alimentos estavam baixos. Portanto, não era a dificuldade econômica que motivava o interesse desse grupo na campanha de De Kom. Mas muitos javaneses ainda nutriam um sentimento de nostalgia do país de seus ancestrais, de modo que grandes grupos de javaneses se sentiam como exilados no Suriname; a isso se deve acrescentar o fato de que os javaneses não

são suficientemente hábeis para se expressar e se afirmar numa situação competitiva entre outros grupos, pois se esforçavam, em primeiro lugar, pela harmonia em suas relações sociais. O desejo de voltar a Java existia até naqueles que haviam renunciado a ao direito de voltar a Java em troca de um prêmio de 100 florins.

Os agentes de De Kom tiraram partido dessa nostalgia e do sentimento de insatisfação que dominavam nesse grupo e espalharam rumores no sentido de que a campanha deste daria aos javaneses a oportunidade de voltar a Java gratuitamente, mesmo àqueles que tinham perdido o direito a uma passagem de volta. Esses boatos abriram perspectivas à satisfação de um desejo coletivo profundo entre as massas de javaneses. Isso despertou um tipo de expectativa messiânica entre os javaneses, de modo que a seus olhos a personalidade de De Kom passou a ser cercada por uma aura messiânica. Os agentes de De Kom, em seguida, espalharam boatos sobre suas qualidades sobrenaturais, que encontraram crédito nas massas. De Kom estabeleceu-se como uma espécie de consultor em sua casa na Pontewerf Street. Então começaram a aparecer na cidade bandos de javaneses e alguns grupos de indianos vindos dos distritos a fim de ver De Kom. Uma multidão de javaneses acorava-se no chão no jardim em volta de sua casa e ouvia em silêncio reverente os discursos anticapitalistas de De Kom e as exortações para se organizarem e se consolidarem, que eram traduzidas para o hindu e para o javanês. Os boatos sobre a volta a Java aumentaram; espalhou-se a notícia de que todas as fazendas seriam fechadas e que os navios que iriam transportar os javaneses para casa já estavam esperando ao largo da costa, de modo que era necessário apresentar-se a De Kom o mais rápido possível. O número de javaneses que se dirigiram à cidade aumentava dia a dia – 700 javaneses em 29 de janeiro de 1933, e em 31 de janeiro 1.350 procuraram De Kom para se inscreverem. Essa inquietação entre as massas javanesas despertou grande preocupação entre os cidadãos. A administração tentou induzir os javaneses e indianos

por meio de cartazes e intérpretes a pararem com aquele movimento de lá para cá na cidade e a não darem nenhum crédito aos boatos que tinham sido espalhados. Mas não conseguiu quebrar o encanto coletivo que fora lançado sobre os javaneses em particular. Continuaram a dirigir-se para a cidade.

Isso deu origem a grande apreensão entre membros da administração, bem como entre os cidadãos abastados. Suspeitava-se que, na base da campanha de De Kom, estava o objetivo de instigar distúrbios a partir de considerações táticas, a fim de enfraquecer a autoridade central e aumentar a tensão e agressividade das massas. A administração conseqüentemente resolveu dar voz de prisão a De Kom por tentativas de pôr em risco a segurança do Estado.

Em 1º de fevereiro, outra multidão extremamente grande se reuniu no quintal de De Kom. De Kom devia comparecer a uma audiência com o governador naquele dia. A multidão juntou-se a ele no momento em que ele saiu de casa, e então um inspetor de polícia o conduziu à chefatura de polícia, onde ele foi preso. A multidão foi, em seguida, dispersa sem nenhuma dificuldade.

Foi lançada, então, uma campanha para a libertação de De Kom, por iniciativa de alguns crioulos. Em 3 e 4 de fevereiro, uma multidão se reuniu do lado de fora do gabinete do procurador-geral, pedindo a libertação de De Kom. Em ambas às vezes, o procurador-geral recebeu delegações, às quais apresentou as razões pelas quais era impossível soltar De Kom. A multidão permaneceu, contudo, irrequieta, mesmo depois que os representantes saíram do gabinete aparentemente satisfeitos. A polícia teve de intervir das duas vezes para dispersar a multidão. A 4 de fevereiro, apenas a intervenção pessoal do procurador-geral, que saíra à rua para se dirigir à multidão, conseguiu evitar que a polícia recorresse ao uso de armas de fogo.

Depois que multidão do lado de fora do gabinete do procurador-geral se dispersara, outra multidão se reuniu, horas depois, na Praça do Governo, para ser dispersa pela polícia com a ajuda de cassetetes de

borracha, espadas e coronhadas. Aqui, novamente, se pôde observar a mesma explosão de agressividade de 1931. A polícia foi apedrejada e encontrou resistência. Na tarde de 4 de fevereiro foi editada uma proclamação proibindo reuniões públicas e comícios e exortando o povo a não sair às ruas entre 7 da noite e 5 da manhã, a menos que fosse estritamente necessário. Foi igualmente anunciado que De Kom seria mantido preso. Entretanto, correu um boato que De Kom seria solto na terça-feira, 7 de fevereiro. *De Banier* em sua edição vespertina, em que a proclamação do procurador-geral também foi publicada, corroborou o falso boato de que a libertação de De Kom era esperada naquela data.

Nos dois dias seguintes, apesar dos avisos da administração grandes grupos de javaneses e alguns grupos de indianos continuaram, apesar dos avisos da administração, a chegar dos distritos à cidade a fim de testemunhar a libertação de De Kom. Estacionaram nas fazendas na vizinhança da cidade. Na terça-feira, às 5 hora da manhã os javaneses dirigiram-se em massa para a cidade, percorrendo as ruas de uma maneira ordeira; apenas alguns jovens crioulos se deslocavam pela cidade derrubando atrevidamente carroças de hortaliças e de leite.

Às 9 horas, a multidão de javaneses engrossara para alguns milhares. Eles se enclaminharam para a *Gouvernementsplein*, que teve de ser evacuada pela polícia. Em seguida, a multidão se reuniu nas ruas que convergiam para a *Gouvernementsplein*, onde os javaneses se agacharam silenciosamente e permaneceram imóveis. Não havia sinal de agressividade entre eles, mas pequenos grupos de crioulos começaram a agitar a multidão javanesa, que logo entrou em ação novamente. Uma multidão ruidosa, em seguida, partiu na direção do gabinete do procurador-geral. As autoridades responsáveis foram tomadas por um sentimento de pânico, e neste estado tomaram a decisão de usar as armas à sua disposição. A multidão recebeu três vezes ordens para evacuar e, então, duas saraivadas foram disparadas no chão, mas não

conseguiram deter a multidão. Na terceira saraivada algumas pessoas foram feridas. Novamente o mesmo fenômeno anteriormente observado, em nossa discussão dos distúrbios de 1931: a multidão não conseguia acreditar que os policiais estivessem agindo a sério e zombava, gritando que eles estavam dando tiros de festim. Mesmo quando, na terceira saraivada, umas pessoas caíram no chão feridas a multidão não conseguiu perceber a gravidade da situação. Mas a quarta saraivada trouxe-a de volta à razão e a multidão se dispersou em todas as direções e foi expulsa pela polícia até estar bem longe do centro da cidade. Na cena do distúrbio 30 vítimas ficaram para trás, das quais duas morreram.

Os javaneses voltaram aos distritos desiludidos e desanimados; os incidentes de 7 de fevereiro, finalmente, desfizeram o feitiço coletivo sob o qual tinham vivido. Apesar do comportamento ordenado dos javaneses durante a campanha de De Kom, que foi determinado pela nostalgia e pela frustração, a existência de uma agressividade latente neste grupo em relação à administração e ao homem branco não deve, contudo, ser descartada. A causa imediata dos distúrbios, todavia, era o incitamento por alguns crioulos, nos quais a agressividade da classe baixa crioula havia uma vez mais atingido o auge.

De Kom foi mantido em custódia até 10 de maio e, então, dispensado de um processo posterior, seja por falta de provas – a razão mais provável – seja porque a administração não mais considerasse oportuno um processo. Ele foi transportado com a máxima discrição da prisão para um navio que embarcou para a Holanda no dia de sua soltura.

Examinando mais de perto o comportamento da multidão durante os distúrbios no governo Lohman e em 1931 e 1933, vemos alguns fenômenos característicos idênticos. Na época desses três incidentes havia insatisfação entre o proletariado devido à situação econômica.

Em nenhuma dessas três ocasiões, contudo, a multidão tinha intenção, em primeiro lugar, de alcançar por meio de violência o

objetivo concreto que estabelecera para si mesma, ainda que no governo de Lohman tenha tentado energicamente sabotar as celebrações do *Staten*.

A ação num contexto coletivo, contudo, tornou-se o fator imediato responsável pela descarga de agressividade latente presente na multidão. Essa agressividade, que fora em grande parte suprimida, é fixada na autoridade, representada pelo *Staten* em 1891, e pela administração em 1931 e 1933. Ela se manifestava principalmente na danificação de casas e propriedades e nos ataques à polícia, responsável pela manutenção da ordem. Não há casos de agressão física durante esses incidentes, nem mesmo aos membros da classe alta, nem em 1891 quando a fúria das massas foi dirigida aos judeus, cuja propriedade foi danificada em primeiro lugar. É digno de nota que essas explosões agressivas não estão inteiramente isentas de um certo elemento de despreocupação, como pode ser observado numa partida de boxe, por exemplo, em que os competidores, contudo, desferem um no outro duros golpes. Não era intenção da multidão, em geral, – ainda que uns poucos membros isolados demonstrassem tendências rancorosas – ao atirar na polícia garrafas cheias de água, por exemplo, provocar ferimentos fatais nos policiais. Embora essas explosões fossem em si mesmas sérias, o elemento lúdico reside no fato de que, num certo estágio, a multidão passou a encarar a descarga de sua agressividade como um fim em si mesma e não estava inclinada a fazer os sacrifícios necessários para atingir os objetivos concretos que estabelecera para si mesma inicialmente⁷⁴. Recuou do uso sistemático da violência. O elemento lúdico é também aparente na circunstância de que, a cada vez que a polícia assumiu as conseqüências do uso da violência e recorreu às armas mais perigosas, a saber, armas de fogo, a multidão se recusou a acreditar que ela estivesse agindo a sério e supôs que estivesse apenas

⁷⁴ Sobre o elemento jocoso, ver J. Huizinga, *Homo Ludens*, Haarlem, 1940, e sobre os ímpetus agressivos, J. Dollard et.al., *Frustration and Aggression*, New Haven, 1939, e M. Williams, *The Reduction of Intergroup Tensions*, Nova York, 1947.

dando tiros de festim. Em cada ocasião o distúrbio foi detido diante da primeira vítima fatal como resultado da ação empreendida pelas autoridades do Estado e a explosão de agressividade terminou como por mágica, para ser substituída por uma submissão masoquista da multidão, cuja percepção da própria fraqueza permaneceu. Esses fenômenos, também, foram observados nas colônias britânicas nas Índias Ocidentais. Simey observou em relação a isso:

Mas se os habitantes das Índias Ocidentais são superficialmente um povo feliz, sua felicidade tem um elemento de instabilidade que contribui para transformações súbitas de atitude de uma aceitação condescendente das dificuldades e desventuras da existência para a disposição para a agressividade e a determinação para reparar agravos por uma enérgica ação física. Daí a sucessão de ‘perturbações’ que foram por tanto tempo uma parte familiar do cenário das Índias Ocidentais, e são tão semelhantes em suas origens e resultado que podem quase ser consideradas dignas de classificação como uma instituição social típica das Índias Ocidentais. A função psicológica desses distúrbios parece ser fornecer um meio de escape para que sentimentos de frustração que haviam se tornado tão intensos possam ser tratados por meios mais normais. A origem da perturbação pode ser bastante trivial; uma mudança de tarifas no serviço de bonde de Kingston, Jamaica, levou a um sério distúrbio, a tentativa de prisão de um líder operário começou as revoltas de Trinidad de 1937, e a deportação de um político deu início as de Barbados no mesmo ano. Há muitas características em comum entre todos esses distúrbios; poucas mortes foram causadas além das resultantes de intervenção armada pela polícia e militares; a destruição de propriedade é geralmente leve; nenhum elemento de conflito racial aparece; e o caso todo geralmente acaba após uma demonstração de força por parte do governo envolvido⁷⁵.

⁷⁵ Simey, *op. cit.*, p. 24.

Em 1937, houve uma mudança na natureza dessas explosões nos territórios britânicos, quando o elemento lúdico desapareceu, sendo substituído por explosões de natureza extremamente séria. A partir de relatórios redigidos sobre estes fatos por vários comitês, verifica-se que as dificuldades econômicas assumiram tais proporções que as massas estavam, no final, inclinadas, sob a real influência da fome e pelo medo da fome, a recorrer a atos de natureza mais violenta.

A sociedade do Suriname tem em comum com as colônias britânicas nas Índias Ocidentais que, mais do que na maioria dos outros lugares no mundo, as graves frustrações de uma natureza socioeconômica, às quais as massas estão expostas são responsáveis por grande parte da agressividade. A desnutrição no todo contribui para a instabilidade mental entre os indivíduos pertencentes a essas massas. Nessas áreas, as oportunidades para sublimar essa agressividade são desprezíveis. Há pouca oportunidade para uma das melhores formas de extravasar isso, que é a participação em esportes. No Suriname, contudo, a desgraça não está assumindo um aspecto tão melancólico quanto nas superpopulosas ilhas das Índias Ocidentais. Enquanto a agressividade das massas não aumenta nem é detonada pelo medo da fome, explosões como as que ocorreram nos territórios britânicos em 1937 não são esperadas.

Tais explosões continuam a constituir, contudo, uma séria ameaça, mesmo quando as massas não estão agindo por necessidade premente, porque, uma vez que essas se inflamam podem ir além de um determinado ponto, em consequência de violência por parte da polícia, no qual a raiva coletiva não pode mais ser suprimida e só pode ser controlada à custa da perda de vidas e dano à propriedade. Líderes responsáveis terão de compreender totalmente que, com a instabilidade mental das massas no estado em que se encontram, terão de se deixar guiar por um forte sentimento de responsabilidade ao fazer propaganda política e que uma manipulação tão livre da fúria das massas a fim de

obter certas finalidades políticas carrega consigo graves perigos para o conjunto da sociedade, tanto quanto para as próprias massas. Os líderes políticos terão de ensinar o povo a dirigir suas energias através de canais democráticos. Terão de ensinar-lhe autoconfiança e treiná-lo a desenvolver suas faculdades críticas a fim de capacitá-lo a formar julgamentos independentes em questões políticas; terão, ao mesmo tempo, de instilar-lhe o senso de ordem e de responsabilidade.

Acompanhamos a sociedade do Suriname em seu percurso através de três fases diferentes de seu desenvolvimento. Estudamos, primeiro, no cenário ultramarino, em seguida como uma colônia de exploração e, finalmente, como uma sociedade plural.

Na primeira fase, produtos tropicais foram cultivados para a metrópole por um grupo de famílias brancas com a ajuda da mão-de-obra escrava. A volta para a metrópole, em seguida, de grande contingente dessas famílias e a presença no país de uma maioria de homens brancos que passavam parte de suas vidas na Colônia com o objetivo de acumular riquezas e, então, a deixavam novamente, deu ao país o caráter de colônia de exploração. Nessa colônia emergiu um grupo de cor como resultado da mistura de homens brancos e mulheres escravas, formando uma classe média entre a dos senhores e a dos escravos, visto que eles foram libertados da escravidão. Em 1863, teve fim a servidão forçada dos escravos, surgindo uma sociedade plural, cujo *stratum* superior era formado principalmente de europeus da Holanda que permaneciam no Suriname temporariamente como funcionários mais antigos, consistindo a classe média principalmente de descendentes de colonos judeus e mulatos e a classe baixa de trabalhadores negros.

A apreciável diferença cultural entre a primeira dessas duas e as classes baixas deu à sociedade do Suriname uma sociedade plural. O caráter plural da sociedade foi intensificado quando a escassez de mão-de-obra nas fazendas criou a necessidade da imigração de chineses, indianos e javaneses, que se instalaram permanentemente no país como

grupos independentes de população. Por causa da expansão da educação ocidental, a classe média assimilou completamente a cultura dos Países Baixos. A classe baixa crioula dominava a língua holandesa em particular e, misturando elementos da cultura ocidental e africana, desenvolveu uma cultura folclórica com um caráter distintivo, que é igualmente encontrada nas populações negras de outras áreas no Novo Mundo.

Os indianos e javaneses adotaram elementos da cultura ocidental menos voluntariamente, mas entre eles, também, o conhecimento do holandês foi disseminado, enquanto os hábitos ocidentais igualmente ganharam terreno.

Depois de 1910, a classe média crioula tornou-se a principal da sociedade do Suriname; apesar do sentimento de unidade cultural com a Holanda, ela desenvolveu uma atitude de oposição em relação ao governo holandês e à administração – cujas mais importantes funções eram exercidas por funcionários enviados dos Países Baixos – devido aos problemas econômicos para os quais o governo foi incapaz de encontrar uma solução, da discriminação racial dos holandeses nomeados no exterior, e dos efeitos de um sistema político com direitos parlamentares incompletos. Na classe baixa crioula, também, prevalecia uma hostilidade latente contra o governo holandês como resultado das dificuldades econômicas. Além disso, faltava um sentimento de afinidade natural com a cultura holandesa. Em conclusão, o que foi dito acima numa breve avaliação da situação às vésperas da Segunda Guerra Mundial, que viria a fazer emergir mudanças de longo alcance no Suriname.

Em minha descrição das condições no passado, tive de lançar luz em uma grande quantidade de abusos e rerepresentei à consciência histórica muito do que fora esquecido. O sociólogo pode, talvez, ser desculpado por não ser inteiramente indiferente à influência que seu trabalho pode exercer e, em relação a isso, por deixar o domínio puramente acadêmico com algumas observações conclusivas.

Não evoco memórias do passado com a intenção de reabrir antigas feridas ou de acusar qualquer grupo particular nem de despertar sentimentos de amargura que são inúteis.

Desejo afirmar claramente, é minha opinião também, que o governo dos Países Baixos falhou em seu dever para com o Suriname. Faltou coragem, imaginação e iniciativa em suas tentativas de resolver o problema com que o Suriname se confrontou. Isso foi exposto anteriormente, no capítulo que tratou da política geral do governo. Mas quem tentar apreender os fatos políticos que foram revelados neste capítulo final em particular como uma acusação tendenciosa dos Países Baixos, deve ter em mente que os motivos por trás dessa política do governo são em muitos casos desconhecidos e não foram esgotados pela história. Minha intenção era lançar luz sobre os efeitos práticos do sistema político no pensamento dos surinameses politicamente conscientes e esboçar os fatores políticos objetivos que determinaram sua atitude de oposição, além de diferenças raciais e de classe. Para poder dar uma opinião científica definitiva sobre a política adotada pelo governo holandês e pela administração nos diferentes conflitos que emergiram no curso da história é preciso, contudo, um estudo mais aprofundado. Deixarei aos políticos a tarefa de formular um julgamento final agora sobre os acontecimentos que, de um ponto de vista histórico, são recentes. Mas nosso objetivo em fazer o estudo das dificuldades que surgiram no passado foi criar uma compreensão da sociedade do Suriname e de seus membros por parte dos Países Baixos a fim de que erros como os que foram cometidos no passado possam ser evitados no futuro. É objetivo deste estudo é criar a unidade entre as pessoas e não propagar a dissensão.

Quanto aos meus conterrâneos, desejo especialmente que compreendam as dificuldades psicológicas e sociais enfrentadas pelo povo surinamês como resultado da herança social e política do passado e da estrutura social do presente, a fim de capacitá-los a reconhecer o

que quer que possa se erguer no caminho do futuro desenvolvimento do país.

Foi também meu objetivo dar àqueles que sentem necessidade de aprender com o passado alguma orientação que os ajude a mudar seu modo de pensar, que é uma condição essencial para se tornar uma pessoa realmente livre.

Pós-escrito

A luta por uma existência Nacional

A garantia de que o Suriname teria permissão de gerenciar seus próprios negócios de forma independente como parte do reino reorganizado dos Países Baixos foi dada, pela primeira vez, durante a Segunda Guerra Mundial em um discurso pronunciado na rádio pela rainha dos Países Baixos, transmitido da Inglaterra, em 1º de dezembro de 1942. Doze anos se passaram antes que o estatuto regulando a reorganização do reino fosse promulgado (26 de dezembro de 1954), após longa série de conversações e três mesas-redondas (1948, 1952 e 1954).

A demora na realização do “reino novo estilo”, suscitou tensão e ressentimento no Suriname foi, em primeiro lugar, ocasionada pelo conflito holandês com a Indonésia, que até 1949 mobilizou a atenção do governo holandês; além disso, ela necessitava de uma emenda da Constituição, que foi posta em vigor em 1948¹. A principal causa da demora de seis anos para que a promessa de 1942 fosse cumprida, foi o comportamento formal e inflexível dos holandeses e a suspeita de

¹ A tensão e descontentamento subsequente à demora em garantir ao Suriname maior autonomia política manifestou-se numa conspiração para derrubar o governo e tomar o poder político. O cabeça era Simon Sanchez, um crioulo que servira como subalterno na marinha holandesa e que voltara ao Suriname depois da guerra. Seus cúmplices eram um grupo de voluntários de guerra que lutaram contra os japoneses no Pacífico. O padrão dos preparativos e o plano de ação revelam semelhanças marcantes com a conspiração de Killinger (ver p. 360). A conspiração foi descoberta em novembro de 1947. Sanchez foi condenado à prisão (1948), mas foi perdoado poucos meses depois e, em seguida, partiu para a Holanda. Embora o povo não aprovasse o uso da violência, a reação simpática à sua pessoa e o ato que ele cometera mostravam que ele dera expressão aos sentimentos agressivos de uma parte considerável da população por sua conduta. Ver Mitrasing, *Tien jaar Suriname*, p. 71 e segs.

irresolução do Suriname e das Antilhas durante as negociações do Estatuto. Além disso, era tarefa difícil unir parceiros com tal diversidade de caráter e importância na organização de um único reino sem criar uma posição dominante para o parceiro mais poderoso. Uma vez o Estatuto concluído, verificou-se que se tratava de uma obra sem paralelo na história. Durante dezesseis anos, desde sua conclusão, o Estatuto funcionou sem grandes dificuldades em todas as circunstâncias, mesmo que esteja claro que, de um ponto de vista histórico, criava uma situação política transicional que governava as relações entre a Holanda e o Suriname. Os que trabalharam na elaboração do Estatuto compreenderam desde o início, que não estavam criando um edito eterno².

O estatuto baseava-se em três princípios fundamentais, a saber, igualdade das diferentes partes do reino, autonomia nas questões regionais e assistência mútua em base voluntária. Fixa, enfaticamente, as questões que preocupam o reino e que não estão sujeitas às decisões autônomas dos países individualmente, sendo as mais importantes a defesa federal, as relações exteriores e a preservação dos direitos humanos fundamentais, a segurança legal e a validade administrativa. Não foram mencionados os assuntos internos não sujeitos à influência nem do reino nem dos demais países que formavam o reino. Além disso, os países individualmente não podem ser obrigados a se comprometer com acordo econômico ou financeiro internacional algum contra sua

² Sobre o Estatuto, ver: W. H. van Heldsdingen, *Het Statuut voor het Koninkrijk der Nederlanden. Wordingsgeschiedenis, Commentaar en Praktijk*, 's-Gravenhage, 1957; *De Rechtsorde in het Koninkrijk der Nederlanden. De basis-regelingen*, 's-Gravenhage, 1960³; E. Tuyl Schuitemaker-van Steenberg, *Politieke ontwikkelingen in Suriname na de inwerkingtreding der Interim-Regeling*, *Nieuwe W. I. Gids*, 32, p. 154-167, 1951; F. E. M. Mitrasing, *Tien jaren Suriname 1945-1955*, Leiden, 1959; *Tien Jaar Statuut 1954-1964*, *Nieuwe W. I. Gids*, 44, p. 3-74, 1965; A. L. Gastmann, *The Politics of Surinam and the Netherlands Antilles*, Puerto Rico, 1968; J. H. Logemann, *De hiërarchie der wettelijke regelingen in het statuut*, *Ned. Juristenblad*, May 14, 1955; J. H. Logemann, *The Constitutional Status of the Netherlands Caribbean Territories*, in: *Developments towards self-government in the Caribbean*, 's-Gravenhage, 1955.

vontade, sendo isso possível apenas na conclusão de tratados políticos. Para o levantamento ou garantia de empréstimos fora do reino aplica-se o regulamento restritivo neste sentido, que só podem ser feitos de acordo com o governo federal. O Estatuto prevê, além disso, a suspensão ou retirada pelo rei, como chefe do reino, dos decretos legislativos e administrativos, de atos do Parlamento, de ordem administrativa federal ou de regra internacional contraditórios ao Estatuto no Suriname e nas Antilhas holandesas; além disso, o modo pelo qual Estados-membros devem cumprir suas obrigações em relação ao reino pode ser estipulado por ordem administrativa federal na eventualidade de seu descumprimento parcial ou total.

O rei, chefe intocável do reino, é representado no Suriname pelo governador, cuja função é regulada por Ato do Parlamento. O Conselho Ministerial do reino consiste de um Gabinete holandês complementado pelos ministros plenipotenciários do Suriname e das Antilhas holandesas que representam seus respectivos governos nos Países Baixos. Esses, também, participam das reuniões do Conselho Ministerial seja qual for a matéria pertinente ao reino como um todo a ser discutida. O Conselho Federal é formado pelo Conselho de Estado, no qual o Suriname e as Antilhas holandesas podem ter cada qual um membro nomeado pelo governo federal a seu pedido. As câmaras dos Estados-Gerais também agem como parlamento federal. Os ministros plenipotenciários e um ou mais delegados extraordinários podem assistir aos debates sobre os atos federais do Parlamento nas Casas e fornecer informações se o quiserem; podem também apresentar emendas aos projetos de lei de tais atos.

Projetos de atos federais do Parlamento são apresentados simultaneamente perante os Estados-Gerais e os órgãos representativos do Suriname e das Antilhas holandesas, que comunicam seu parecer a seus respectivos governos. Os ministros plenipotenciários têm a oportunidade, antes da votação final sobre uma lei federal, de dar seu

parecer sobre ela. Em caso de oposição, a maioria de três quintos do número de votos depositados é necessária para que a lei seja aprovada. Se a maioria não for alcançada, serão realizadas mais deliberações sobre a lei no Conselho Ministerial. Se um ministro plenipotenciário objetar qualquer dispositivo pertinente a seu país ou qualquer tema discutido no Conselho Ministerial em sua presença, novas deliberações podem ser realizadas a pedido dele entre o primeiro-ministro, dois ministros, o ministro plenipotenciário e o ministro ou delegado extraordinário a ser designado pelo governo em questão.

Os artigos nº 41-53 do Estatuto fixam regras sobre as constituições dos países-membros; esses garantem a instituição de órgãos representativos eleitos pelos cidadãos dos respectivos países em eleições abertas e votos secretos, bem como a preservação dos direitos humanos e liberdades fundamentais, segurança legal e validade administrativa. O artigo 43.2 pronuncia a salvaguarda desses direitos e de uma administração válida de interesse federal. Os artigos nº 36-40 fixam regulamentos referentes a ajuda mútua, deliberação e cooperação em relação a assuntos culturais, sociais, econômicos e financeiros.

O governador preenche uma função dupla. Ele é o líder constitucional do governo local e, como tal, possui prerrogativas em relação à dissolução do Parlamento e a designação do primeiro-ministro. Como tal, ele não pode ser instruído pela Coroa, nem pode agir sem o consentimento dos ministros responsáveis que o cercam. Mas ele é também o representante do governo federal que, junto com os respectivos governos do Estado, tem de executar atos do Parlamento, na qualidade também de comandante-chefe das Forças Armadas.

Em essência, o Estatuto introduziu uma relação federal entre um número de países dos quais cabe dizer que eles não possuem interesses comuns imediatos, isto é, deixando fora de consideração um interesse mútuo em empreendimentos particulares estabelecidos nesses países que operam com capital holandês importado. Contudo, esses países

abrigam populações que possuem cada qual uma consciência nacional diferente bem como apresenta um caráter cultural diverso. Sem dúvida, o Estatuto conferiu considerável autonomia ao Suriname que, na prática, é absoluta em questões internas. Mas ele impõe certas limitações ao país em suas relações externas e cria a possibilidade formal de intervenção, na eventualidade de sua validade administrativa ou segurança legal ser prejudicada ou se leis federais não estiverem sendo executadas de modo algum ou de modo insatisfatório na opinião do governo federal. Todavia, a indicação do governador pelo governo federal, por mais limitada que sua influência como chefe constitucional possa ser, também pode ser vista como um sinal de autonomia incompleta de um ponto de vista formal. Evidentemente, desde 1962 este cargo tem sido sempre ocupado por um surinamês. O Suriname, por sua vez, na maior parte das vezes, deixa de notar que os Países Baixos, também, sacrificaram parte de sua autonomia dando ao Suriname e às Antilhas holandesas o poder de adiar e influenciar as deliberações do governo federal e de aprovar atos do Parlamento que podem ser de extrema importância para os Países Baixos.

Mas, na prática, a aplicação do Estatuto não criou conflitos. Apenas em duas ocasiões houve divergência de opinião que necessitaram do uso de um procedimento prescrito pelo Estatuto no caso de controvérsia (apelação interna)³.

Tanto nos Países Baixos quanto no Suriname, contudo, as opiniões sobre o Estatuto gradualmente se dividiram. O desenvolvimento do sentimento nacional no Suriname tomou um rumo em que cada limitação em sua independência é rejeitada; há, além disso, a aspiração

³ Sobre a apelação interna, ver: W. H. van Helsdingen, *Het Statuut voor het Koninkrijk der Nederlanden*, 's-Gravenhage, 1957, p. 325. Em 1969 houve recurso a uma segunda instância de apelação interna em relação ao adiamento na nomeação do ex-primeiro ministro Jonkheer como governador das Antilhas holandesas. Sobre isso, ver os jornais holandeses do ano em questão.

de uma completa autonomia nacional formal que encontra expressão em cada símbolo de Estado e em cada lei. Esse desenvolvimento *per se* era de se esperar, e é resultado do caráter do sentimento nacional, que é absoluto em sua integridade. Mas, sem dúvida, também uma tentativa de acabar com desapontamentos, frustrações e sensação de impotência que surgiram em relação ao desenvolvimento do país a partir de 1954 que se reflete nessa aspiração sentimental. A crença de que se o Suriname pudesse se tornar responsável por suas próprias relações externas seria mais capaz de cuidar dos próprios negócios, de modo que estaria também mais apto, de acordo com os seguidores deste pensamento, de obter mais ajuda financeira e econômica do exterior, constitui um motivo mais realista para lutar por uma ampla autonomia.

Pode-se, seguramente, presumir que um grande percentual de surinameses politicamente conscientes aspira a maior autonomia. Nesta maioria há, todavia, diferenças de opinião quanto ao ritmo como este processo deve ser realizado. A incerteza sobre a própria força e o medo de que a independência possa resultar em diminuição da assistência econômica dos Países Baixos tem certa influência nisso. Por razões de segurança, muitos deles relutam em ver as forças militares holandesas se retirarem subitamente do país, que até agora não apresenta forte união nacional e em que há ainda precário equilíbrio político e social entre grupos extremamente diversos da população. Especialmente entre os indianos há diversas pessoas que visam à contemporização da autonomia. O que encerra a discussão para muitos deles é o fato de relutarem em ver a independência total chegar em uma época em que a maior parte do poder é ainda claramente sustentado pelo grupo crioulo. Diametralmente oposta a esta é a opinião de grupos radicais, entre os quais há muitos estudantes, que clamam impacientemente pela autonomia absoluta. Eles são claramente influenciados por correntes ideológicas européias. Os estudantes encaram a luta política pela independência completa como parte da luta universal contra a dominação cultural e econômica dos principais poderes capitalistas.

Na Holanda, a opinião pública também se volta a maior independência para o Suriname. Ao contrário dos surinameses instruídos, o holandês instruído nunca experimentou a idéia de um reino maior como realidade viva. Nos Países Baixos, o novo estilo do reino é assunto encerrado. Além disso, tornou-se claro aos membros mais sensatos do povo que o Estatuto impõe obrigações ao governo holandês em relação à responsabilidade por uma administração válida que, de fato, ele não pode cumprir. A conseqüente aplicação das regulamentações nesse aspecto pode, sob certas circunstâncias, levar a intervenção armada, o que a opinião pública acharia difícil de aceitar e que tende também a encontrar oposição por parte de um setor do público holandês. Os Países Baixos poderiam também, contra sua vontade, ser implicado em atos de guerra com Estados vizinhos. Isso se tornara visível nos incidentes de fronteiras que surgiram em 1967 entre o Suriname e a Guiana em relação a uma disputa entre os dois países. Há, além disso, a compreensão de que o reino em sua forma atual é insuficientemente apoiado pela opinião pública em ambos os países. Conseqüentemente, vozes influentes se ergueram dentro e fora do Parlamento holandês que insistem para que o governo holandês avance na realização de maior independência para o Suriname. Conseqüentemente, vemos aqui a situação paradoxal de paternalismo sendo combatido com paternalismo.

A promessa real de maior independência alcançou o Suriname numa época em que as relações entre a administração colonial, representada pelo governador, e o povo estavam numa situação embaraçosa (ver p. 246 e segs.). O estado de sítio, que foi mantido em relação à guerra de maio de 1940 até setembro de 1946, conferia extensos poderes ao governador. Ele os usou, entre outras coisas, para prender pessoas que considerava ameaça à segurança do país devido a suas opiniões políticas, reais ou imaginárias. Uma das vítimas dessas reações levemente paranóicas foi um membro do *Staten* que gozava de ampla popularidade e que sempre defendeu os interesses do povo.

Sua prisão levou a um conflito com o *Staten*, que como protesto recusou-se a se reunir de 8 de outubro de 1943 até 3 de janeiro de 1944. O conflito não se resolveu até que o governador Kielstra ter sido absolvido de forma honrosa no último ano de governo.

Outro fator que teve influência desfavorável no relacionamento entre a administração e o *Staten* foi a publicação, na imprensa local, de um artigo de um dos comissários distritais do círculo imediato do governador, que criticou o corpo do *Staten* de modo cáustico e denegridor, não sem uma certa jocosidade intelectual; a instauração de processo contra o autor numa acusação de libelo resultou na imposição de multa em dinheiro. Outro fator que contribuiu para a atmosfera tensa foi a atitude arrogante e racialmente discriminatória acima mencionada de alguns holandeses europeus, inclusive funcionários do governo e oficiais, dos quais grande número estava estacionado no Suriname em consequência da guerra. Por outro lado, havia nesse grupo um número relativamente maior de pessoas que mantinham relações amistosas e informais com a população local.

Assim, os fundamentos para uma agitação mais forte pela independência foram inteiramente preparados durante os anos de guerra. Conseqüentemente, uma comissão estabelecida, em 1945, para estudar a reforma política conseguiu listar um grande contingente de pessoas em seu relatório redigido em 1947 que eram favoráveis a manter um certo vínculo com a Holanda, mas que desaprovavam a interferência daquele país nos negócios internos do Suriname⁴. Os indianos e javaneses ouvidos pela comissão pareciam claramente pouco propensos a ir tão longe quanto os crioulos; mas, depois de terem se organizado politicamente, seguiram o grupo crioulo na luta por maior autonomia. De forma geral, no começo havia muita indecisão em cada grupo

⁴ *Verslag van de Commissie ter bestudering van de Staatkundige Hervormingen*, 2 vols., Paramaribo, 1947, 's-Gravenhage, 1948.

populacional por causa da falta de experiência política, mas nos últimos anos muita experiência foi adquirida em política.

O direito de regular seus próprios negócios foi realmente conferido ao Suriname antes da introdução do estatuto por meio de uma série de expedientes políticos que, em consequência da impaciência e desconfiança, não conseguiu despertar muito entusiasmo por parte do povo do Suriname na época em que entraram em vigor. Após o estabelecimento inicial de regras transicionais, que entraram em vigor pelo decreto real, em 25 de maio de 1948, e tornaram possível à administração geral do Suriname ser conduzida pelo governador juntamente com um Conselho Administrativo, uma série de Regras Interinas, ratificadas por Ato do Parlamento em 22 de dezembro de 1949, entraram em vigor em 20 de janeiro de 1950. Daí em diante, ministros locais responsáveis conduziram os negócios do país sem interferência e com o governador representando a Coroa. Em seguida, o estatuto e a Constituição de 1955 do Suriname introduziram as regras que, desde então, determinaram a estrutura do reino e as relações políticas internas⁵.

A Constituição de 1955 do Suriname (decreto real de 29 de março de 1955) que foi completada depois da aprovação do Estatuto, confere Poder Executivo ao governador como chefe do governo do Suriname e representante do monarca. O governador ratifica leis locais depois que essas são aprovadas pelo *Staten*. Ele designa um Conselho Consultivo, a que recorre, em conexão com as leis locais, resoluções locais, atos do Parlamento e assim por diante. A administração é exercida por um Conselho Ministerial que responde pelo *Staten*. O *Staten* é eleito para um período de quatro anos com base em regras eleitorais

⁵ J. A. E. Buiskool, *De Staatsinstellingen van Suriname*, 's-Gravenhage, 1954; *Gedenkboek 100 jaar Staten van Suriname 1866-1966*, Paramaribo, 1966; F. E. M. Mitrasing, *Tien Jaren Suriname 1945-1955*, Leiden, 1959.

decretadas por Ato do Parlamento local. A Constituição contém regras que governam a estrutura, as atividades e os poderes desse órgão.

A Constituição estabelece, além disso, leis concernentes ao ministro plenipotenciário, orçamento, administração interna, sistema legal, magistratura, finanças, religião, defesa, educação, saúde, administração de assistência aos pobres e indústria nacional.

A forma assumida pelo sistema eleitoral no Suriname veio à tona sob sérias divergências de opinião e disputa política. A Constituição de 1948 prescrevia um sistema eleitoral com base no direito universal. Esse sistema era regulamentado com detalhes nas leis eleitorais que entraram em vigor naquele mesmo ano (*Gazeta do Governo* nº 161). Essas leis, contudo, haviam sido alteradas pelo menos catorze vezes com a introdução de uma quantidade de mudanças extremamente drásticas. O sistema eleitoral é em sua forma atual uma combinação de três sistemas: um sistema distrital, uma representação proporcional com um sistema de votação e um sistema de pluralidade majoritário pelo qual os votos da minoria não contam. O país é dividido em dez distritos eleitorais, que em sua maioria coincidem com os distritos administrativos existentes. As leis eleitorais de 1948 estipulavam a eleição de 21 membros do *Staten*, tendo esse número sido aumentado para 39 em 1966. Desses 39, dezesseis são eleitos em distritos eleitorais I (Paramaribo) e II (Suriname) com base na representação proporcional em um sistema de votação, onze são eleitos nos distritos do país com base em um sistema de pluralidade majoritária, e doze são eleitos com base na representação proporcional nacional. Até 1963, o sistema baseava-se exclusivamente em uma combinação do sistema distrital e na pluralidade do sistema majoritário, cujo acerto criava a possibilidade de uma maioria crioula ser obtida no *Staten*, apesar do fato de outros grupos étnicos combinados excederem o grupo crioulo. Alocando dez das vinte e uma cadeiras para o Distrito Eleitoral de Paramaribo, habitado por uma maioria de votantes crioulos, bem como uma cadeira cada um para Coronie e Marowijne, dois distritos com uma população

muito esparsa, mas de maioria crioula, os eleitores crioulos estavam numa posição em que eles sempre podiam obter maioria no *Staten* desde que a frente crioula não estivesse demasiado dividida internamente. Depois de 1963, isso foi corrigido mudando o número de cadeiras por distrito eleitoral e alocando doze cadeiras com representação proporcional nacional. Mesmo assim, isso não acabou completamente com a posição privilegiada dos crioulos.

A introdução desse sistema eleitoral tornou-se possível devido a enorme liderança e experiência política do grupo crioulo sobre os demais grupos étnicos na primeira fase do desenvolvimento voltado à independência. Os líderes políticos crioulos, que tomaram a liderança na luta pela autonomia, queriam, desse modo, salvaguardar a posição dominante do próprio grupo. Sua atitude com os demais grupos era também determinada pelo medo de que a população rural com seu padrão educacional mais baixo viesse a dominar os eleitores mais instruídos no distrito urbano.

Em um país onde até o momento nunca mais de 2% das pessoas haviam participado das eleições para o corpo representativo, de acordo com um direito qualificado na base do pagamento de impostos e no nível educacional, o direito universal entrou em operação pela primeira vez em 30 de maio de 1949. Não havia obrigação legal alguma ligada a esse exercício. Em vista da relativa falta de experiência em práticas democráticas de um escopo mais amplo do que antes, a frequência às diferentes eleições sob o novo sistema só pode ser considerada promissora. Em 1969, por exemplo, 95.311 dos 152.300 (isto é, 62%) eleitores inscritos depositaram seu voto. No todo, as eleições realizaram-se de maneira democrática. Depois das eleições de 1967, correram boatos sobre irregularidades; os partidos políticos que participaram nas eleições, exceto o NPS e o VHP, chegaram a apresentar um protesto oficial contra a conduta do pleito. Mas não foram apresentadas provas convincentes de práticas ilegais.

Durante o período que vai de 1949, ano em que o direito universal entrou em vigor, a 1970 o Suriname teve sete gabinetes; portanto, o sistema democrático de governo mostrou-se certamente factível para o país. Apenas em duas ocasiões houve sérias crises que deram origem a graves tensões e puseram à prova os próprios princípios democráticos. Em 1951, um conflito importante manifestou-se em torno da assim chamada questão do hospital, na qual o ministro da Saúde Nacional demitiu um membro do *Staten* que também era médico. Conseqüentemente, a maioria parlamentar que elegera o Conselho do Gabinete foi perdida. Mas, por intermédio de um processo de divisão e de reagrupamento das combinações políticas no *Staten*, o governo conseguiu manter a maioria e, portanto, não se considerou obrigado a se afastar. O conflito foi finalmente resolvido pelos membros do governo cedendo suas pastas. O modo como essa disputa política foi conduzida tanto dentro quanto fora do *Staten* exerceu influência muito desfavorável sobre o moral público. Os pasquins foram armas importantes expondo de forma brutal a vida privada dos envolvidos. A segunda crise emergiu em 1969, quando o governo Pengel renunciou sob a pressão de greves e protestos nas ruas. Isso pôs fim ao reino político do primeiro-ministro Pengel, que tinha dominado a cena política desde 1959, primeiramente como membro do *Staten* e depois, de 1963 – 1969, como primeiro-ministro. Nos últimos anos de seu mandato ouviam-se cada vez mais queixas sobre seu governo autocrático e nepotístico. Uma parte parcela do povo que não estava entre os defensores do primeiro-ministro viveu em uma atmosfera política de medo e apreensão, pois interesses partidários e pessoais começavam a desempenhar um papel cada vez mais importante. Portanto, o povo perdeu a confiança, com razão, na eficiência da administração das finanças do país. Outra causa da intranqüilidade, contudo, era que o governo Pengel, como outros governos do Suriname, tinha de enfrentar o problema do desemprego, de modo que, em nome

da própria sobrevivência, tinha freqüentemente de ceder à pressão de seus partidários na distribuição de cargos ou na criação de novos postos. A política resultante adotada em relação às nomeações era resumida na pitoresca expressão “arranjar” da linguagem corrente. Muitas histórias sobre corrupção entre políticos foram persistentemente divulgadas a partir de 1955 para considerá-las infundadas; casos de corrupção tinham supostamente ocorrido especialmente em transações do governo com homens de negócios. Mas não é provável que práticas corruptas na vida pública, com poucas exceções, tenham assumido proporções significativas.

Apesar de todas essas falhas pode-se, contudo, dizer que a administração, no que se refere a práticas legais, nunca foi seriamente violada desde que o estatuto entrou em vigor. Em comparação com muitos outros países em desenvolvimento, o Suriname não faz má figura nesse aspecto. A magistratura até então foi capaz de operar livre de influência externa e, em ações civis entre indivíduos privados e o Estado, repetidamente foram pronunciados pareceres desfavoráveis ao governo.

Uma tentativa inicial de dar forma ao despertar político levou, em 1943, à fundação da *Unie Suriname*, uma associação cujos objetivos eram estimular a solidariedade assim como o desenvolvimento socioeconômico e que, em certo sentido, pode ser considerada precursora dos partidos políticos. Ela encerrou suas atividades com a emergência desses partidos.

A moldagem de uma volição política não se manifestou apropriadamente até 1946, quando foi fundada uma série de partidos. Estes foram formados com base em linhas étnicas e religiosas; o caráter plural da sociedade refletia-se no sistema partidário. A maioria dos três grupos étnicos principais, os crioulos, indianos e indonésios, alinhou-se com partidos políticos que eram claramente dominados por líderes de seu próprio grupo. Houve diversificação posterior entre os crioulos

com base na convicção religiosa; protestantes (especialmente com uma maioria morávia) e uma percentagem de católicos romanos unidos sob as bandeiras dos diferentes partidos políticos. A diferença entre muçulmanos e hindus também repercutiu no campo político⁶.

O primeiro partido político foi fundado em 1946, a saber, o Partido Muçulmano em que muçulmanos indianos desempenhavam o papel de liderança; no mesmo ano, foram fundados o *Progressieve Surinaamse Volkspartij* (PSV) (Partido Progressista do Povo do Suriname) com uma assinatura católica romana e crioula, e o grande *Nationale Partij Suriname* crioulo (NPS) (Partido Nacional do Suriname) com uma clara maioria protestante. No ano seguinte, formaram-se vários partidos indianos, que em 1949 uniram-se no *Verenigde Hindostaanse Partij* (VHP) (Partido Hindustani Unido)⁷. Em 1966, esse partido foi renomeado *Vatan Hitkari Partij, Partij ter bevordering van het Nationaal Welzijn* (Partido para a Promoção do Bem-estar Nacional), com a mesma sigla VHP. Essa mudança de nome está ligada a uma tentativa – de resto, inútil – de suprimir o caráter especificamente indiano desse partido. Os muçulmanos tinham, contudo, se retirado desse partido já em 1951. Desde 1963, um novo agrupamento indiano participara nas eleições como um grupo de ação. A maioria dos indonésios se alinhava com o *Kaum Tani Persatuan Indonesia* (KTPI) em 1947; durante as eleições de 1967 e 1969 um novo partido indonésio, o *Serekat Rakjat Indonesia* (SRI) entrou na arena.

Como resultado da divisão da frente crioula em 1955, foi formado o *Surinaamse Democratische Partij* (Partido Democrático do Suriname) (SDP). Houve uma cisão posterior em consequência da fundação do *Progressieve Nationale Partij*. O impulso para isso foi dado por alguns

⁶ R. A. J. van Lier, *Ontwikkeling en karakter van de Westindische Maatschappij*, 's-Gravenhage, 1949.

⁷ Um deles era o partido indo-javanês; mas o número de indonésios pertencentes a esse partido era pequeno.

ex-ministros do primeiro Gabinete Pengel (1958-1963) que se dissociaram do NPS. O *Partij Nationale Republiek* (PNR) surgiu como resultado da iniciativa de um intelectual crioulo que se manifestou em nome da independência total imediata. Desde 1946, vários partidos políticos menores apareceram em cena, que ruíram ou não conseguiram desempenhar um papel significativo. O NPS e o VHP foram capazes de sobreviver como principais partidos; o PNP emergiu das eleições de 1969 como um partido importante.

As eleições de 1969 apresentam a seguinte distribuição de votos depositados na disputa nacional⁸.

Partido	Votos (1967)	percentagem (1967)	votos (1969)	percentagem (1969)
VHP	20.275	21,6	33.466	35,1
Grupo de Ação	11.614	12,1	com bloco VHP	
NPS	30.135	31,5	26.416	27,8
Bloco PNP	8.506	8,9	22.244	23,4
KTPI	5.825	6,1	com bloco PNP	
PSV	5.373	5,6	com bloco PNP	
PNR	2.396	2,5	7.377	7,7
SDP	7.242	7,6	1.433	1,5
SRI	3.064	3,2	3.189	3,3
Dihaat	889	0,9		
Restantes			1.188	1,2
Total	95.769	100	95.311	100

De 1949 até 1958, o partido foi governado por ministros crioulos com a maioria dos membros crioulos do *Staten*. Há apenas uma exceção, com a ocupação do cargo de ministro da Educação por um indiano. Nesse período, a grande maioria tanto dos ministros quanto dos membros do *Staten* vinha da classe alta mulato-clara e das camadas

⁸ *Surinaams Nieuws*, vol. 19, nº 43, 1969.

superiores da classe média. Desde 1958, essa situação mudou gradualmente em consequência de membros das classes altas e médias recentemente formadas terem se tornado ministros e membros do *Staten*. Daí em diante, membros dos estratos mais antigos deixaram de desempenhar papel importante. Naquele ano formou-se uma coalizão dos partidos NPS, VHP e PSV que conduziram dois ministros hindustanis ao poder. Quando essa coalizão se desintegrou, antes das eleições de 1967, o primeiro-ministro Pengel formou uma nova coalizão com o Grupo Ação e o SDP. O VHP emergiu como o partido mais forte das eleições de 1969. Seu presidente, J. Lachmon, atuou como ministro e efetuou uma coalizão com o PNP, o Grupo Ação e o SRI, mas deixou o primeiro ministério nas mãos de um político crioulo para não aumentar a tensão com o grupo crioulo que havia pela primeira vez sido afastado de sua posição dominante. A cooperação entre políticos crioulos, indianos e indonésios em diferentes coalizões teve indiscutivelmente efeito favorável na relação entre os grupos étnicos. Conseqüentemente, os canais para consulta sobre questões políticas e econômicas importantes entre os grupos étnicos mantiveram-se abertos e o povo aprendeu a trabalhar juntos com os limites étnicos. Essa cooperação, contudo, não é capaz por si mesma de sanar as deficiências existentes entre grupos étnicos.

Há, no todo, pouca diferença entre os programas dos diferentes partidos políticos; tampouco possuem um fundo ideológico claro. Apenas o PNR tem objetivos que, do ponto de vista político e socioeconômico, apresentam um caráter mais radical e teórico do que o dos outros partidos.

Diferenças de classe não têm ainda repercussão no sistema político partidário; o SDP gozava de certa preferência com a classe média instruída, mas esta também é bem representada em outros partidos. Os partidos apresentam primeiramente o caráter do grupo de interesse organizado que se uniu em torno de personalidades políticas diferentes

que apelam para a imaginação das massas dentro das linhas étnicas ou religiosas existentes. Nos primeiros anos de sua existência, o NPS foi um importante fator que ajudou a despertar sentimentos de unidade nacional no grupo crioulo. Para muitos da classe baixa, particularmente, o partido representava um fator de ligação social e os enchia de esperança e fé no próprio futuro. O político Pengel formou capital político em razão do vínculo carismático com muitas pessoas da classe baixa negra e de seu partido.

Os partidos, especialmente o partido crioulo, são apoiados por redes nas classes baixas. Os núcleos dos partidos são formados por propagandistas, que amiúde exercem influência considerável no curso político dos negócios. As amplas relações de parentesco, agrupamentos de vizinhança nos diferentes distritos urbanos e associações de trabalhadores também parecem formar claramente segmentos distintos dessa rede. Há íntima cooperação entre o movimento sindical e a política; diferentes líderes sindicais desempenharam papéis políticos importantes. Pengel, por exemplo, por muitos anos ocupou o cargo de presidente do NPS e de primeiro-ministro com a liderança de uma importante federação de sindicatos, o *Algemene Surinaamse Vakverbond* (Federação Geral dos Sindicatos do Suriname), o “Sindicato Mãe”. O movimento sindical desenvolveu-se rapidamente desde a Segunda Guerra Mundial. Além do “Sindicato Mãe” há duas outras federações de sindicatos, às quais muitos estão associados, a saber, o católico romano *Progressieve Werknemersorganisatie* (Organização dos Empregados Progressistas) e a “C 47”, uma federação cujo líder é também o líder do PNR. O número exato de membros dessas federações é desconhecido. A expansão dos movimentos sindicais não acompanhou o ritmo com a habilidade de organização necessária para seu funcionamento efetivo.

O índice de crescimento da população do Suriname é estimado em aproximadamente 3,5% por ano; de acordo com a estatística oficial

de 1970, a população total era de aproximadamente 365 mil. Mas há diferença em relação ao ritmo de crescimento nos diferentes grupos étnicos. Uma comparação entre os grupos, com base no censo de 1950, dos números da fertilidade para mulheres de 14 anos e mais, a fertilidade de todos os grupos combinados sendo fixada em 100, revela o seguinte resultado: crioulos – 92,1; indianos – 148,4; indonésios – 64; outros – 83,6. O crescimento surpreendentemente rápido dos indianos também se torna evidente em comparação com os números absolutos das duas últimas contagens populacionais (1950 e 1964); eles revelam que, por volta de 1964, os grupos crioulo e hindustani eram numericamente quase iguais⁹.

Censos populacionais de 1950 e 1964

	1950				1964			
	Suriname por 1.000		Paramaribo por 1.000		Suriname por 1.000		Paramaribo por 1.000	
Crioulos	74.918	40,8	49.870	69,7	114.961	39,3	67.544	61,4
Hindustanis	63.770	34,7	12.857	18	112.633	38,5	25.437	23,1
Indonésios	35.949	19,6	3.645	5,1	48.463	16,6	7.963	7,2
Chineses	2.468	1,3	1.822	2,5	5.339	1,8	3.869	3,5
Europeus	2.626	1,5	1.712	2,4	4.322	1,5	2.197	2
Indianos	1.846	1	422	0,6	2.979	1	1.631	1,5
Outros	1.703	0,9	1.094	1,5	2.986	1	1.342	1,2
Desconhecidos	401	0,2	74	0,1	522	0,2	110	0,1
	183.681	100	100		292.205	100	110.093	100
Boschnegers	19.180				27.698		668	
Indianos	1.700		71.496		4.308		106	
	204.561				324.211		110.867	

Fonte: *Eindverslag Tweede Algemene Volkstelling Suriname 1958*, vol. X; General Statistics Office, *Suriname in Cijfers*. nº 33, 1967.

⁹ J. Gemmink, *Reproductiepatronen binnen een raciaal en cultureel heterogene bevolking*, Utrecht, 1966.

A proporção entre os números da população nas áreas urbana e rural mudou. Deixando de lado os boschnegers e indianos, em 1950, constata-se que 40% da população viviam em Paramaribo contra 37% no ano de 1964. O fato de esse fenômeno poder ser observado, apesar da migração regular dos distritos para a cidade, resulta de um aumento maior na população rural (63,8 % contra 47,8% em Paramaribo).

Todavia, a diminuição proporcional na população urbana não introduziu mudança alguma no padrão geral de colonização, como resultado da concentração em volta da capital; quase metade (47,38%) ainda vive no entorno ou nas vizinhanças imediatas da cidade de Paramaribo. Outra mudança importante é a conclusão de algumas áreas residenciais modernas nas margens da antiga cidade colonial, que atraiu os residentes mais abastados.

Não surgiram tensões importantes ou conflitos abertos nas relações sociais dos diferentes grupos étnicos. O significado dessa declaração torna-se ainda maior quando se leva em consideração que, durante e após a Segunda Guerra Mundial, a proporção entre os diferentes grupos mudou drasticamente, em detrimento dos crioulos, e o progresso econômico dos indianos se tornou cada vez mais claro. Contatos sociais entre os grupos tornaram-se cada vez mais freqüentes como resultado da crescente urbanização dos indianos e indonésios; eles são também estimulados pelo aumento especialmente no número de indianos em cargos e postos no governo. Mas a distância social entre os grupos permaneceu. O número de casamentos interétnicos é ainda pequeno, embora esteja ocorrendo um inequívoco aumento nas relações legais e ilegais entre os membros dos diferentes grupos. Os preconceitos em relação um ao outro, que encontram expressão na imagem negativa formada entre si, também sobreviveram no período subsequente à Segunda Guerra Mundial e continuam a fornecer solo fértil ao conflito étnico potencial. A tendência de preservar o caráter cultural distintivo continuou, apesar do inequívoco processo de ocidentalização dos

indianos, que acompanhavam a liderança dos crioulos nisso. O crescente contato cultural dos indianos e indonésios mais instruídos com seus países de origem, facilitado pela prosperidade e pelas comunicações internacionais, tem sido um fator que contribui para impulsionar sua autoconfiança etnocultural; particularmente o auto-respeito dos indonésios foi fortalecido pela emergência da Indonésia como Estado independente. Mesmo assim, a cooperação mútua nos campos econômico e político dentro de um corpo político independente, de acordo com princípios democráticos, mostrou-se assim factível. Já aponte a colaboração de partidos políticos com um caráter étnico distintivo dentro de uma estrutura de coalizão. Isso não obstante, ainda se observa uma certa cautela com respeito às relações interétnicas.

Os crioulos são escolhidos principalmente entre as profissões ou entre os que trabalham como operários no setor industrial ou de transporte; os indianos dão preferência à agricultura e ao comércio; os indonésios são geralmente empregados como fazendeiros ou trabalhadores na indústria¹⁰.

Dos servidores públicos, que formam até 25,5% da força de trabalho, 62% são crioulos, enquanto os indianos e indonésios são representados com 20% e 10% respectivamente. Não é improvável que a crescente atração dos indianos por cargos públicos constitua no futuro em uma fonte de tensão com os crioulos.

¹⁰ General Statistics Office, *Suriname in cijfers*, nº 33, p. 42.

População trabalhadora de acordo com o grupo ocupacional e a nacionalidade em percentagens por nacionalidade e sexo

	Crioulos		Indianos		Indonésios	
	M	F	M	F	M	F
Profissões qualificadas e administrativas	24,2	43,7	10	5,8	5,8	5,9
Comércio e seguro	3,1	6,4	8,4	14,3	2,8	12,8
Agricultura e pesca	7,3	3,7	38,5	60,3	39,9	50,4
Indústria, mineração e transporte	56,1	18,3	38,5	5,2	47,3	11,3
Indústrias de serviço	7,6	36,8	3,1	7,2	2,5	18,4
Não-classificados	1,7	1,1	1,5	1,7	1,1	1,2
Totais	100	100	100	100	100	100

O padrão de estratificação mudou claramente desde 1940. As classes médias crioula e indiana expandiram-se consideravelmente pelo aumento no número de profissões qualificadas e de posições intermediárias na máquina burocrática, comércio e indústria. A classe alta e a classe média alta mudaram em consequência da influência dos negros e dos indianos das classes médias baixa e baixa. Isso se tornou possível pelas facilidades educacionais que, mais do que nunca, esses grupos conseguem utilizar, pelo aumento da prosperidade e por um sistema de bolsas de estudo na Holanda. Tal estudo é ainda facilitado pela abertura de instituições da educação secundária no Suriname. Uma nova classe alta e média surgiu na qual crioulos de pele mais clara, que costumavam determinar o caráter desses estratos, ocupam agora apenas uma posição minoritária. A migração de membros desse grupo para a Holanda continuou em proporção maior desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A nova classe alta e média, que passou a se desenvolver fora da classe baixa, continuou a manter estreitos vínculos com sua classe de origem. Mas é notável a rapidez como a distância social se desenvolve entre a classe no poder e o povo comum. Essa distância é, algumas vezes, ainda mais fortemente acentuada do que na velha

estrutura. No todo, a sociedade do Suriname, contudo, não tem muita consciência de classe.

A classe baixa crioula se esforçou, consciente ou inconscientemente, a identificar-se com os líderes políticos negros. Onde antigamente “homem branco” tinha a imagem do superior, a imagem do “homem negro” passou a ser aceita cada vez mais como normal e igual na comunidade. Mas é interessante notar neste contexto que, de acordo com o censo de 1950, aproximadamente 58% dos crioulos consideram-se mestiços por pelo menos duas gerações. Esse censo dá a percepção, pela primeira vez, do caráter altamente mestiço do grupo crioulo. Há indicações de que o grau com que a descendência é mestiça está ainda associado a características sociais particulares como resultado de fatores históricos que conferiram ao sistema de classe um caráter social. Por exemplo, das mil crianças nascidas de mulheres crioulas, 295 são mestiços e nascidos de casamento legalizados, enquanto as de descendência pura são 108. Esses números refletem que havia mais pessoas de descendência mestiça na classe média, onde se atribui maior importância ao casamento legal, em 1950.

Não se observa tendência alguma a um aumento no número de nascimentos em relacionamentos legalizados no grupo crioulo no período de 1900-1950. As relações tradicionais entre os sexos na classe baixa parecem ter permanecido. O mesmo se verifica com as práticas afro-religiosas, tais como o culto *winti* e *luku* (adivinhação) nessas classes. Essas cerimônias são realizadas muito mais abertamente e são socialmente aceitas em um grau muito maior. Isso está ligado com a apreciação mais positiva da cultura africana. É razoável supor que, como resultado disso, bem como da maior prosperidade, que está provendo os meios financeiros necessários para o culto e o *lukuman*, os costumes religiosos africanos tenham aumentado ao invés de diminuir.

De maneira geral, a população do Suriname fez progressos sociais significativos desde o começo da Segunda Guerra Mundial. O produto

nacional *per capita* real (custo dos fatores) aumentou cerca de 34% no período de 1955, o ano em que o primeiro Plano Decenal foi implementado, a 1968. A melhora do padrão de vida reflete-se também no aumento marcante das importações de produtos de consumo acompanhado do aumento simultâneo na produção local; entre outras coisas, há um aumento substancial no número de carros e motocicletas. Em 1958, havia 7.228 motocicletas e 2.979 carros rodando, enquanto em 1967 esses números são de 18.983 e 8.907 respectivamente, portanto, crescimento de aproximadamente 163% e 204%.

De acordo com o censo de 1964, 68,3% das famílias no Suriname possuíam rádio, 25,4% máquina de lavar e 23,7% geladeira. Desde então, essas percentagens aumentaram acentuadamente, tendo um grande número de aparelhos de televisão sido acrescentado à categoria de aparelhos elétricos. Os números dos artigos de consumo durável são tudo menos baixos para um país em desenvolvimento nos trópicos¹¹.

A comparação dos números da distribuição da renda nacional ampliada mostra que esta se estendeu. Mesmo assim, há ainda grande quantidade de pessoas que vivem na pobreza e desprovidas dos meios de usufruírem acomodações decentes; favelas ainda desfiguram a paisagem do Suriname. A prosperidade está refletida no aumento do número de casas construídas: entre 1957 e 1965, as licenças para construção quase dobraram e o total das despesas com construção quase triplicaram (1957: licenças, despesas com construção 6,7 milhões; 1968: 2.208 permissões, despesas com construção 19 milhões). É preciso ter em mente, contudo, que nem todas as licenças eram realmente acompanhadas de construção; no período de 1965 a 1968, entre 15% e 18% das licenças foram canceladas. Mesmo assim, a construção de casas para a classe trabalhadora e a moradia de baixo custo, em geral,

¹¹ General Statistics Office, *Suriname in cijfers*, nº 33, p. 59.

continuou a ser um dos mais urgentes de toda a série de problemas em relação ao desenvolvimento do Suriname; a construção de moradia ainda está muito aquém da necessidade real.

A saúde pública mostrou um progresso marcante como resultado do especial cuidado dispensado à saúde e à legislação sanitária, devido a melhoria da situação socioeconômica. Um número de doenças comuns como tuberculose, malária e sífilis não mais ocupam lugar na lista das principais causas de morte; a campanha para a prevenção da filiarose – terrível doença que causa sérias deformidades físicas –, teve resultados positivos. No período de 1940-1944, o índice de mortalidade era de 15,5 por mil homens, e 13 para mulheres. Naqueles dias, isso era notável para uma área tropical. No período de 1951-1967, esses números diminuíram, sendo o índice de mortalidade total para esse período 9,5 por mil pessoas¹². Houve também avanços importantes no campo da medicina curativa como resultado da construção de dois grandes hospitais modernos para o período de 1950-1960.

	1950	1955	1960	percentagem anual
Professores	887	1.250	1.785	7
Alunos	32.260	41.939	58.735	6
Escolas	127	155	172	2,9
Alunos/professor	37	33	32	

Fonte: General Statistics Office, *Suriname in cijfers*, nº 26, 1962.

Um fator importante no desenvolvimento da educação no Suriname foi a acima mencionada abertura de instituições de educação secundária em Paramaribo, que permitia ser admitido nas universidades na Holanda.

¹² E. van der Kuyp, W. Chr. Walvis, R. A. J. van Lier, Report on the Demographic Problems of Surinam, *Vox Guyanae*, III, nº 3, 1959, p. 108; General Statistics Office, *Suriname in cijfers*, nº 55, p. 22.

A educação superior também se desenvolveu: além da Escola de Medicina, uma Escola de Direito foi fundada em 1949 para formar advogados e servidores civis. Essas duas instituições foram incorporadas às Faculdades de Direito e Medicina da Universidade do Suriname, que foi oficialmente aberta em 1968¹³. Essa universidade, cuja fundação foi sem dúvida inspirada por motivos de prestígio e igualdade social com os países desenvolvidos, adaptou seu currículo às necessidades e ao caráter especial do Suriname. Ao mesmo tempo espera-se que, educando jovens intelectuais do Suriname em casa, fomentar vínculos mais fortes com a pátria prevenindo-se, desse modo, a evasão de cérebros. Por outro lado, a universidade deu origem a uma série de problemas ligados ao financiamento das instituições de ensino superior, atração de professores plenamente qualificados e a criação de emprego adequado para os graduados, o que não será de fácil solução. Com respeito ao clima intelectual que é tão importante para a vida acadêmica, há também o problema do estreito escopo da esfera intelectual no Suriname. Esses problemas não são necessariamente insolúveis *per se* e podem até encontrar uma solução automática no desenvolvimento socioeconômico posterior do país.

Há um fenômeno ligado ao progresso social entre os indonésios que não deve passar em branco. De todos os ex-imigrantes, os indonésios tiveram mais dificuldades de adaptação. Assim, não é de surpreender que, em 1954, quando seus membros tiveram a oportunidade de retornar ao seu país de origem, mais de mil deles, inclusive vários bem atuantes, aproveitaram a ocasião. Isso foi estimulado, em grande parte, pelas altas expectativas criadas pela nova nação indonésia. Mas a colonização da Indonésia provou ser um amargo desapontamento para muitos; relatos disso puseram automaticamente um paradeiro na emigração desse membros do grupo. Contudo, muitos indonésios ainda acalentam o desejo de retornar a terra natal.

¹³ *De Universiteit van Suriname, Rapport van de Commissie "Universiteit i.o."*, Paramaribo, 1966.

Todavia, não pode se concluir dessa disposição para emigrar, como sinal de falta de adaptação ou do progresso dos indonésios da plena assimilação cultura surinamesa. Estatísticas criminais comprovam que a ocorrência de crime, que era a mais alta entre eles no período anterior a 1940, rapidamente diminuiu após a Segunda Guerra Mundial e apresenta números favoráveis comparativamente aos de outros grupos étnicos. Esse fenômeno pode ser explicado pela melhor adaptação, entre outras coisas¹⁴.

A classe baixa como um todo mostra sinais de crescimento intelectual. Os membros desse grupo movem-se mais livremente e com mais autoconfiança. A maior quantidade de comunicações com o mundo exterior foi um importante fator que contribuiu para isso; muitos surinameses viajaram ao exterior. Mesmo durante a Segunda Guerra Mundial a presença do Exército americano e a expansão das forças militares holandesas bem como a influência de refugiados da Europa realizaram contatos que ampliaram o círculo restrito da sociedade. Além disso, aproximadamente 500 surinameses participaram como voluntários na campanha do Pacífico; 150 voluntários serviram como artilheiros em navios mercantes aliados. A maioria deles voltou ao Suriname. Muitas pessoas dos distritos serviram, além disso, com as Forças surinamesas na cidade durante a guerra. O rádio, a televisão e os cinemas ampliaram os horizontes intelectuais. Até agora não se questionou as autoridades uma política de consciência social, embora tenha havido uma melhora marcante na legislação social desde a Segunda Guerra Mundial, especialmente em relação às condições de trabalho. Além disso, após a guerra foi criado o Departamento de Bem-Estar Social, encarregado do programa público de construção de moradia.

¹⁴ B. Pronk, *Verkenningen op het gebied van de criminaliteit in Suriname*, 's-Gravehage, 1962, p. 163 e segs.

Tampouco foi questionada uma política conscientemente direcionada no campo da cultura no sentido mais restrito. As autoridades deixaram o desenvolvimento cultural inteiramente a cargo da iniciativa privada. Desde a criação, em 1961, do *Adviesraad voor Culturele Samenwerking tussen de landen van het Koninkrijk* (Conselho Consultivo sobre a Cooperação Cultural entre os países do Reino) o governo do Suriname tem dado mais atenção à vida cultural. O Conselho age como consultor para os três governos dos países-membros do reino na coordenação da cooperação cultural mútua, na iniciação de atividades culturais com países estrangeiros, na representação do reino em organizações internacionais e na elaboração dos planos anuais para atividades culturais conjuntas. Mas a participação no trabalho do conselho ainda não conduziu a uma política cultural para o Suriname. O resultado mais importante alcançado até o momento é que os Países Baixos foram persuadidos a financiar uma série de projetos culturais, tais como a fundação de um departamento lingüístico, de um centro de educação equipada de um laboratório de língua. Na verdade, isso nada mais é do que uma extensão das atividades de ajuda cultural holandesas que já estavam sendo levadas a cabo pela *Stichting voor de Culturele Samenwerking* (Fundação para Cooperação Cultural).

Desde 1967 há um órgão consultivo, o *Surinaamse Culturele Federatie* (SFC) que lidera as organizações privadas envolvidas na promoção da cultura. A CCS, ou *Stichting Cultureel Centrum Suriname* (Fundação Centro Cultural do Suriname) assume um lugar à parte entre essas organizações. É uma organização irmã da acima mencionada *Stichting voor de Culturele Samenwerking met Suriname en de Nederlandse Antillen* (*Sticusa*) fundada pelo governo holandês para a promoção independente de relações culturais com os membros ultramarinos do reino. Essa fundação é subsidiada inteiramente por fundos do governo e financia todas as atividades das organizações irmãs ultramarinas. A programação é redigida pela CCS no Suriname e

submetido para financiamento à Fundação Holandesa, que também paga as despesas de funcionamento dos centros. Além disso, o escritório *Sticusa* em Amsterdam presta serviços que são necessários ao programa fora do Suriname.

Esta situação que corretamente desperta sentimentos de dependência no Suriname é especialmente indesejável na posição de uma ex-colônia que recentemente adquiriu independência política. Entretanto, a *Sticusa*, criada com o propósito de intercâmbio cultural, encontra-se, conseqüentemente, na posição de uma instituição que oferece ajuda ao desenvolvimento cultural aos membros ultramarinos do reino. Por causa disso constantemente se envolve, direta e indiretamente, nos problemas internos do Suriname. Além disso, ela é obrigada a desenvolver suas atividades de acordo com um programa elaborado pelos surinameses. A *Sticusa* depende de como essas pessoas desejam gerir as atividades e sua capacidade de organização. Além de tudo, a *Sticusa* e o CCS não podem certamente preencher o vazio resultante da falta de atividades culturais organizadas pelo governo do Suriname, especialmente para as classes trabalhadoras. Seria, portanto, indesejável deixar esta tarefa a cargo de uma organização holandesa. Não é necessário dizer, o trabalho da *Sticusa* sofreu, às vezes, críticas. Mas não ficou suficientemente claro para maior parte dos críticos sob quais condições a *Sticusa* é forçada a agir. Essas condições são determinadas pela presente estrutura política do reino e pela situação sociopolítica do Suriname, sobre a qual a *Sticusa* é incapaz de exercer qualquer influência. Entretanto, a atenção crítica do público focalizou de maneira demasiado parcial a implementação de programas, negligenciando assim os problemas reais mais profundos.

A verdadeira tarefa da *Sticusa* é a promoção do intercâmbio cultural entre os Países Baixos, o Suriname e as Antilhas Holandesas; desse modo, fortalecer o caráter ocidental holandês da cultura do Suriname. Portanto, suas atividades não são, de modo algum, neutras

na estrutura cultural do Suriname e encontram, portanto, resistência daqueles que buscam uma orientação em outra direção. Uma queixa feita contra o CCS é que ele é dirigido de maneira demasiado parcial às altas camadas da população. Mas aqueles que se beneficiaram das atividades do CCS vêm de todas as posições sociais. Mesmo assim, a própria natureza da propriedade cultural que é transferida as torna acessível principalmente às pessoas mais instruídas. As atividades do CCS conseguiram cobrir uma ampla área, foram implantadas bibliotecas, uma escola de música e de teatro, aulas de balé, desenho e pintura, para cujas atividades a *Sticusa* forneceu livros, especialistas e orçamentos. Desse modo, resultados positivos foram indubitavelmente obtidos¹⁵.

A associação *Wi Egi Sani* (Nossa Própria Casa) merece menção à parte; seu objetivo é preservar e também desenvolver a cultura afro-crioula. A *Wi Egi San* vê a promoção marcadamente parcial da cultura holandesa como uma inibição do esforço por uma identidade cultural distinta. Nos anos pós-guerra, a literatura, especialmente a poesia, evoluiu em língua popular crioula, a *sranan*. Alguns poemas à parte, esses esforços não produziram até então literatura significativa. Eles são mais interessantes como exercícios e experimentos literários no desenvolvimento de uma cultura tipicamente surinamesa. Há também tentativas visíveis de colocar o que é tipicamente surinamês em primeiro plano nas obras de poesia e prosa de autores surinameses jovens que escrevem em holandês.

Não só entre os intelectuais crioulos encontramos pessoas que, em suas aspirações para criar um mundo intelectual distinto, adotaram comportamento defensivo à assimilação da cultura holandesa. Também encontramos essa atitude entre intelectuais indianos e indonésios mais

¹⁵ R. A. J. van Lier, Culturele ontwikkeling van Suriname en de Nederlandse Antillen, *De Gids*, Aug.-Sept., 1956; sobre a obra da *Sticusa*, ver *Culturele Kroniek* 48 – 68. *Twintig jaar culturele samenwerking*, Amsterdam, 1976.

jovens que fizeram progressos consideráveis no caminho da ocidentalização por intermédio de um sistema educacional que, embora focalize, mais do que antes, o ambiente doméstico, é ainda completamente europeu na estrutura e no conteúdo. A ocidentalização é ainda encorajada pelas demandas do desenvolvimento econômico moderno. Como resultado da incompatibilidade dessas demandas e do sistema educacional a elas conectado, de um lado, e a aspiração de uma identidade cultural individual, do outro, refletida em tentativas de preservar a língua, costumes e religião nativos, surgiu um conflito cultural que está criando todo tipo de problemas não resolvidos para os intelectuais surinameses.

Pode-se concluir do que foi exposto anteriormente, que as políticas culturais dos governos dos países que formam o reino terão no futuro de ser novamente questionadas e receber uma atenção mais séria do que antes.

O quadro do desenvolvimento social e cultural do Suriname que esbocei perde suas tintas róseas à luz da situação econômica que deverá prover a fundação duradoura desse desenvolvimento. Mas, de fato, temos aqui um país que, visto de uma perspectiva um pouco mais distante, vive acima de seus meios e por enquanto pode continuar a fazer isso graças à ampla ajuda externa e como resultado de importantes investimentos privados de natureza limitada.

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial o Suriname era um país pobre com uma balança de pagamentos e comércio passiva; o déficit era coberto por subsídio do governo holandês. Esse subsídio era aumentado para cobrir o déficit do orçamento colonial. A indústria da bauxita respondia por aproximadamente 80% das exportações, sendo isso também uma importante fonte de renda do governo. As plantações estavam diminuindo. A agricultura em pequena escala começou a se desenvolver favoravelmente, mas produzia principalmente para o mercado interno e não era mais capaz do que as indústrias do ouro, da balata e da madeira de impulsionar significativamente o produto

nacional. Do ponto de vista econômico, o país oferecia poucas perspectivas e tinha de enfrentar graves problemas de desemprego.

Em consequência da guerra, houve enormes importações de capital (aproximadamente 68 milhões de florins holandeses no período de 1940-1945). Uma grande proporção dele foi usada pelo governo holandês para a construção de obras de defesa e estradas, e pelo governo americano para suas forças de ocupação no Suriname. Outros 40% foram usados na indústria de bauxita que começou a expandir seus estabelecimentos devido à crescente demanda por alumínio para a condução da guerra. Uma grande demanda de mão-de-obra para essas atividades deu origem a um mercado de trabalho cujo suprimento era substancialmente limitado por causa da mobilização de aproximadamente 5 mil pessoas para o Exército territorial e para o serviço ultramarino. Essa situação também ajudou a deslocar o sistema agrícola, pois muitos trabalhadores rurais se mudaram para a cidade, seja devido à mobilização seja atraídos por salários mais altos pagos na execução de obras de defesa. Grandes quantias de dinheiro entraram em circulação. Mesmo assim, não havia salário exorbitante e os aumentos de preço devido às importações de produtos de consumo foram submetidos a certas restrições e foram fixados preços máximos para os produtos de primeira necessidade. Colocando 1939 em 100, o índice do padrão de vida aumentou para um índice estimado em 160 a 165. O câmbio exterior e as reservas de ouro do Banco do Suriname cresceram apreciavelmente e desenvolveram um poder aquisitivo altamente flutuante. Apesar de tudo isso, os que tinham renda regular tiveram tempos especialmente difíceis. Entre esses, havia um grande grupo de servidores civis que encontravam dificuldade em sobreviver de acordo com sua renda, apesar de um bônus de custo de vida. Devido à escassez de ovos, carne, leite, hortaliças e frutas devido a demanda extra criada pelas pessoas trazidas ao país pela guerra – refugiados de guerra e militares estrangeiros –, em combinação com o controle de preço, desenvolveu-se um vigoroso

mercado negro. Mas, para a sociedade do Suriname como um todo, a guerra trouxe crescimento da renda nacional e um aumento marcante da oferta de emprego¹⁶. Outro resultado importante do crescimento da atividade econômica foi a melhoria da renda do país. Desde 1943, o Suriname tinha um orçamento equilibrado de modo que o subsídio dos cofres dos Países Baixos se tornou redundante.

Pode-se dizer que a única melhora duradoura na situação econômica do Suriname após a Segunda Guerra Mundial foi a expansão da indústria da bauxita. Durante a guerra, Biliton também se dedicou à mineração da bauxita no Suriname. A significativa demanda por bauxita durante e após a guerra também levou a apreciável expansão nas atividades do *Surinaamse Bauxiet Mij. (Suralco)*. Isso também ajudou a fortalecer a posição financeira do governo nos anos pós-guerra. Mas o governo nada fez para resolver os problemas estruturais do país. Como antes, o Suriname enfrentava renda nacional *per capita* muito baixa, que ameaçava se deteriorar ainda mais em consequência do aumento substancial da população, déficit crônico da balança de pagamentos, dependência da única indústria em mãos estrangeiras – mineração de bauxita – que está, oferta de emprego insuficiente e limitação da renda do governo, o que tornava impossível compensar o atraso no campo social e prover infra-estruturas para o desenvolvimento do país. O governo precisava, ainda, mostrar uma atividade extra no campo do investimento em projetos lucrativos, pois o capital estrangeiro demonstrava pouco interesse pelo Suriname e o capital doméstico privado era muito pequeno, além disso, indicava interesse especial em investimentos de baixo risco em imóveis e hipotecas. Era claro ao governo holandês que não seria uma atitude responsável conceder ao

¹⁶ H. W. J. Bosman, De betalingsbalans en het geldwezen van Suriname tijdens de tweede wereldoorlog, *De W. I. Gids*, 30, p. 48-54, 1948; C. F. G. Getrouw, Suriname en de Oorlog, *De W. I. Gids*, 28, p. 129-136, 1946; J. C. Brons, *Het Rijksdeel Suriname*, Haarlem, 1952; *Surinaamsche Verslagen*, 1940-1945, Reports of the *Surinaamsche Bank*.

país independência política sem ajudá-lo economicamente a sair do atraso socioeconômico que fora deixado do período colonial e tornar possível uma existência independente. O meio para isso foi facilitado pelas opiniões político-econômicas prevalecentes após a Segunda Guerra Mundial. O dogmatismo liberal com a atitude negativa ou hesitante para ativar a interferência do governo na economia foi substituído por um oportunismo econômico que não diminuiu a partir dessa ação e que se orientava com base nos princípios de estudos macroeconômicos em rápido desenvolvimento. Como resultado, a ação planejada por parte do governo pelo estímulo ao desenvolvimento econômico tornou-se possível. Com esse objetivo, os Países Baixos em 1947 criaram o Fundo de Bem-estar para o Suriname, colocando à sua disposição 40 milhões de florins holandeses. O governador do Suriname ficou encarregado desse Fundo e, sob sua supervisão, foi elaborado um cronograma de trabalho pelos órgãos de cooperação do governo do Suriname e pelo administrador assistente do Fundo que era anualmente ratificado pelos ministros holandeses para os Territórios Ultramarinos e para Finanças, após consulta com os Estados-Gerais e o *Staten* do Suriname¹⁷.

Como resultado da desvalorização do florim holandês, em 1949, o teto total de 40 milhões de florins holandeses teve de ser reduzido a 20,4 florins surinameses; conseqüentemente, foram necessárias alterações no cronograma de trabalhos original. Mesmo assim, isso veio a ter mais tarde de grande significado, pois com esse dinheiro foi realizado o desenvolvimento.

O próprio Fundo de Bem-estar executou ou financiou projetos de natureza muito variada. Começou-se com o levantamento aéreo do Suriname do Norte junto com a foto-interpretação e cartografia com

¹⁷ *Samenvattend Eindverslag van het Welvaartsfond Suriname*, Paramaribo, 1955; L. J. Vroon, *Voorgeschiedenis, opzet en resultaten van het Tienjarenplan*, *W. I. Gids*, 43, p. 25-72, 1963.

o propósito de obter dados para o planejamento do desenvolvimento; igualmente, foi dado o impulso para o segundo censo de 1950. No campo social, a promoção para a construção da moradia e a fundação de um banco de crédito popular devem ser mencionados. Foi desenvolvido o sistema de abastecimento de água para os distritos e, além disso, a missão católica romana obteve subsídio para a extensão e modernização de seu hospital.

No campo industrial, foi criado um conselho de exportação de cítricos e disponibilizaram-se fundos para o Controle Florestal do Estado para a exploração e pesquisa florestal. Teve início, também, a análise do potencial hidrelétrico do rio Suriname, que foi uma introdução ao projeto Brokopondo.

Melhorias na frota mercante tornaram-se possíveis por meio de um empréstimo ao *Scheepvaartmaatschappij Suriname*. Em benefício da agricultura de pequeno porte foram construídos novos pôlderes (4.465 hectares) e melhorados os pôlderes existentes nos distritos de Nickerie e Coronie. No campo da agricultura, três experimentos foram conduzidos. No pôlder Prins Bernhard foram realizados experimentos com o objetivo de resolver problemas da agricultura mecanizada com vista à implementação do projeto Wageningen. Na fazenda Slootwijk fizeram-se pesquisas para ver se com o uso da mecanização e a escolha correta de cultivos as fazendas abandonadas poderiam ser reativadas. Investigou-se com base no esquema de Lelydorp as propriedades de tamanho médio nos solos secos que permaneciam sem cultivo, em outras palavras, as perspectivas de concentração de laterita no solo nas áreas bem no interior. Os dois últimos projetos fracassaram, embora dados valiosos tenham sido obtidos. Pesquisas sobre a possibilidade da agricultura nos solos do interior do país foram retomadas em 1959 nas fazendas experimentais de Brokobaka e Baboenhol. Como no esquema Lelydorp anterior, espera-se que a agricultura possa ser praticada naqueles solos com investimentos menores, e que diferentes

tipos de lavouras possam se originar na planície costeira. As perspectivas para isso parecem favoráveis.

O Fundo do Bem-estar também forneceu financiamento inicial para o Projeto Wageningen anteriormente mencionado, em conexão com o Prins Bernhard Polder. Esse projeto é administrado pela *Stichting voor Ontwikkeling van de Mechanale Landbouw in Suriname* (SML) (Fundação para o Desenvolvimento da Agricultura Mecanizada no Suriname), criada pelo governo holandês, em 1949, que também forneceu todos os fundos adicionais necessários.

O projeto foi lançado na época de sua concepção, imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, com vários objetivos em vista, pretendendo dar aos Países Baixos o controle dos grãos na expectativa de uma escassez mundial, facilitando a emigração de fazendeiros holandeses, avançando as exportações do Suriname e elevando o padrão da agricultura no país por meio do efeito demonstração. Desses objetivos, apenas os dois últimos se mostraram factíveis e, julgados à luz desses dois, o projeto pode ser considerado um êxito.

Aqueles que consideram que o projeto fracassou pensam principalmente em termos da ampliação dos investimentos no projeto e no retorno nos anos anteriores a 1968. O governo holandês investira 100 milhões de florins holandeses no projeto, a maior parte dos quais (58 milhões de florins holandeses) vinculado a esse empreendimento. Uma fazenda de arroz inteiramente mecanizada de aproximadamente 10 mil hectares foi criada com esse dinheiro. Não se deve perder de vista o fato de que parte do dinheiro foi investido na aquisição de conhecimento sobre a agricultura de arroz tropical mecanizada, que não existia na época, e que todos os custos para benefícios sociais para o projeto foram sustentados pelo SML. O plano original englobando fazendas familiares de 72 hectares cada, cujo trabalho era realizado por fazendeiros holandeses, foi abandonado. O projeto compreende unidades de aproximadamente 1.500 hectares com administradores e trabalhadores locais sob um único gerenciamento central.

Do ponto de vista da agricultura mecanizada, o projeto pode ser considerado um sucesso, pois o SML conseguiu resolver muitos problemas de mecanização da agricultura. Com um rendimento médio de 3.500 quilos por hectare, o projeto Wageningen é responsável por um terço de todo o arroz cultivado no Suriname (40 mil quilos por ano), e fornece, além disso, grandes quantidades de semente para os outros países tropicais. Desde 1968, a posição econômica do projeto fortaleceu-se consideravelmente: há excedentes ativos que, em consequência do princípio de não-acumulação de lucro do SLM, são reinvestidos no negócio e no setor social. Sob a direção do governo e do SLM, os experimentos estão agora sendo realizados na organização de fazendas mecanizadas de tamanho médio por fazendeiros locais, cujos resultados até agora alcançados são extremamente promissores. Ainda restam, todavia, alguns problemas estruturais que precisam de solução e que estão ligados à integração desse projeto altamente desenvolvido ao sistema do país. Embora o projeto seja gerenciado por um conselho de diretores, cujos membros são nomeados pelos Países Baixos e pelo Suriname conjuntamente, ele fica em sua maior parte sob a supervisão e responsabilidade do governo holandês. O projeto Wageningen terá de se tornar muito mais uma preocupação local. Em acréscimo a esse problema de controle político há também problemas em relação à surinamização, do *staff* e da posição de empregados locais. Estes continuarão a exigir séria atenção.

O programa do Fundo de Bem-estar inclui um item que, à luz de discussões mantidas no passado sobre a possibilidade de um esquema de desenvolvimento para o Suriname, ressalta a incapacidade da administração colonial de então. Esse item refere-se à estrutura de um desenvolvimento abrangente e a um plano financeiro para o Suriname. Para começar, um órgão de coordenação foi estabelecido com esse objetivo, constituído pelo governador, por um ministro local e um especialista em economia. No decorrer do mesmo ano que este órgão

assumiu suas funções, em 1950, foi substituído pelo *Stichting Planbureau Suriname* do governo local. Embora este órgão tivesse uma administração independente, formado de duas pessoas, ele foi colocado sob a supervisão política do primeiro-ministro.

O primeiro plano plurianual para o desenvolvimento do Suriname, o Primeiro Plano Decenal, foi completado em colaboração com os diferentes departamentos do governo local por um grupo especial de especialistas holandeses sob a direção de um dos diretores do *Planbureau Suriname*. Antes de ser submetido ao governo local pelo *Planbureau* em julho de 1952, um parecer sobre o projeto de plano foi emitido por uma delegação do Banco Internacional em Washington, que entregou seu relatório em maio de 1952, depois de passar um mês no Suriname. No mesmo ano o projeto de plano foi submetido à discussão pelo *Staten* do Suriname. Mas os debates foram adiados, principalmente pela incerteza quanto às relações políticas com os Países Baixos, que fizeram parecer inoportuna a discussão do plano, financiado, em sua maior parte, pelo governo holandês. Portanto, a discussão do Plano Decenal e sua aceitação no mesmo ano, assim como a conclusão do acordo político com a Holanda não é tampouco mera coincidência.

O projeto de plano, que foi aprovado unanimemente pelo *Staten* do Suriname em 1954, difere, contudo, do projeto apresentado primeiramente a esse corpo. No período desde a submissão do primeiro projeto, o plano foi revisto e revisado. Enquanto isso, o *Planbureau* foi reforçado em consequência da chegada de um novo diretor do *staff* do Departamento de Planejamento Central holandês. Discussões internas com membros proeminentes do *Staten* trouxeram à tona várias objeções ao plano, a principal sendo a incorporação no Plano Decenal do projeto Wageningen, que foi considerado uma questão puramente holandesa. Também foi presumido, injustificadamente, que esse projeto resultaria na redução dos fundos disponíveis para projetos

puramente surinameses e também ficariam sob a responsabilidade financeira do governo do Suriname. Contudo, o projeto, um dos esquemas de desenvolvimento mais importantes no período coberto pelo Plano, fora incluído no projeto por razões de technicalidades do plano; ficara evidente, desde o início, que o financiamento se realizaria fora do plano.

Principalmente os indianos pressionaram para a ampliação e recuperação de terra nova. Mudanças também foram introduzidas com respeito ao setor viário e do financiamento da construção de moradias para a classe trabalhadora; o levantamento aéreo da parte sul do Suriname constituiu-se, além disso, em um acréscimo importante. A maioria desses acréscimos já estava, contudo, incluída no projeto do plano, embora em uma parte suplementar que não podia ser imediatamente recomendada para execução dentro dos limites financeiros impostos na primeira instância pelo governo holandês. Na eventualidade da posição financeira demonstrar ser melhor do que parecia, ela seria afinal executada. Mas o restabelecimento da economia holandesa tornou possível, após alguns anos, ampliar os limites originariamente impostos¹⁸.

O segundo projeto do plano apresenta um caráter diferente em relação a seu predecessor. O primeiro projeto apresenta detalhada análise socioeconômica à luz da qual o plano é desenvolvido, e também contém projetos específicos. O segundo projeto é um memorando fixando diretrizes bem argumentadas para investimentos do governo nos diferentes setores socioeconômicos; mas a base para isso é formada pelo primeiro projeto do plano, intitulado “Princípios para um plano decenal para o Suriname”, constituindo uma das primeiras tentativas

¹⁸ D. B. W. M. van Dusseldorp, *Meerdimensionale overheidsplanning. De overheidsplanning van Suriname in de periode 1952-1964 getoetst aan een relatiemodel*, Wageningen, 1967; L. J. Vroon, *Voorgeschiedenis, opzet en resultaten van het Tienjarenplan, W. I. Gids*, 43, p. 25-72, 1963; *Nationaal Ontwikkelingsplan Suriname. Algemene Inleiding*, Paramaribo, 1965.

de traçar um plano integrado, com base nas visões macroeconômicas modernas para um país em desenvolvimento.

O Plano Decenal estabelece três objetivos, a saber, “tornar disponível ao povo do Suriname os meios para atingir maior independência econômica; lançar os fundamentos para um desenvolvimento socioeconômico futuro sem ajuda externa, após o fim do período coberto pelo plano; realizar estes objetivos nas melhores condições sem detrimento do atual padrão de bem-estar social e com a melhoria gradual do padrão de vida dos mais pobres”. Essas metas de longo alcance não foram alcançadas, mas, sem dúvida, o Plano foi acompanhado de progresso em todos os campos e evitou que o país caísse em uma depressão econômica catastrófica.

Como resultado duradouro o Suriname dispõe de boa infraestrutura para desenvolvimento futuro graças, igualmente, ao Plano Decenal. Apesar disso, em relação aos objetivos anteriormente mencionados, o país ainda se encontra no mesmo ponto que há duas ou três décadas e as ameaças de catástrofes econômicas e financeiras permaneceram.

O Plano foi executado pelos diferentes departamentos. Para as atividades mais importantes foram criados órgãos intradepartamentais especiais. O Escritório de Obras Hidrelétricas separadamente sob a responsabilidade do primeiro-ministro realizou pesquisa com respeito ao desenvolvimento do potencial hidrelétrico do Suriname.

O *Planbureau* recebeu o papel de supervisão e coordenação de todo o planejamento futuro e da pesquisa necessária para isso. Uma missão holandesa, substituída em 1958 pelo representante holandês em nome do Plano Decenal no Suriname, foi encarregada de manter o governo holandês informado sobre o progresso do Plano e avaliar os projetos recomendados para financiamento.

Após a conclusão do Plano Decenal, o *Planbureau* realizou diferentes atividades na área de planejamento, embora muitas delas

tivessem um caráter esporádico. Em 1958, o governo criou o Conselho Consultivo para Revisão do Plano Decenal, a fim de submetê-lo a uma avaliação crítica e, se necessário, revisá-lo e ajustá-lo. Em 1959, este Conselho elaborou um volumoso relatório que não teve, contudo, conseqüências imediatas. Em 1961, completou-se um Plano de Reconstrução Suplementar para o Suriname, que se tornara necessário de acordo com as deliberações dos Países Baixos com o propósito de estender o Plano Decenal. O Plano de Reconstrução foi redigido por um especialista especialmente designado nos Países Baixos, levando em conta as recomendações do acima-mencionado Conselho Consultivo. De fato, o Plano de Reconstrução Suplementar é um programa de dispêndio previsto para os anos 1962-1966. Passos dados pelo ministro para a Reconstrução, em 1961, para a redação de um novo plano nacional resultaram, pela falta de *staff* especializado e de dados básicos, apenas na construção de uma estrutura para um plano mais elaborado (Plano de Reconstrução de Estrutura Integrada). Novos passos dados pelo mesmo ministro resultaram, em 1965, em um abrangente Plano de Desenvolvimento Nacional para o Suriname, em que um grande volume de material sobre o desenvolvimento socioeconômico do Suriname foi reunido com base em pesquisa detalhada.

Tentou-se também avaliar sumariamente os resultados do Plano Decenal. Propostas detalhadas para o desenvolvimento futuro foram apresentadas por quase todos os ramos de atividades do governo do Suriname. Mas o plano não obteve suficiente êxito em apresentar um esboço claramente integrado das atividades de desenvolvimento projetadas.

Após a submissão ao Conselho do Governo o plano não foi, contudo, posto em discussão, provavelmente por motivos políticos.

O Plano Quinquenal que entrou em operação, em 1967, desviase completamente de seus predecessores, sendo uma lista de projetos. As recomendações do Plano de 1965 foram levadas em consideração

em sua composição. O modo como essa seleção de projetos foi feita não era muito sistemático e seguia o critério da conveniência.

O financiamento do Plano Quinquenal baseia-se em um acordo entre os governos holandês e surinamês. De acordo com esse, o próprio Suriname deveria fornecer um terço da quantia requerida, e os Países Baixos contribuir com o outro terço por meio de doação e um terço como empréstimo. A quantia originalmente decidida como contribuição conjunta para o período de 1955 a 1964 era de 127 milhões de florins surinameses. Mas houve mudanças substanciais no financiamento do Plano. Em 1960, o governo holandês, após deliberações com o governo do Suriname, declarou-se preparado para ampliar o período em que ele prometia financiar o desenvolvimento material para 1969, com 89 milhões de florins surinameses em suplemento à quantia ainda disponível no fim de 1959. Mas o Suriname conseguiu ter o controle sobre a quantia total dos 207 milhões de florins surinameses reservados em princípio para o desenvolvimento sistemático. O próprio país mostrou-se incapaz de fornecer a quantia total de sua contribuição financeira ao Plano Decenal. Em 1962, o governo holandês deu seu consentimento para que o Suriname anexasse quinze milhões de florins surinameses reservados para o financiamento de projetos fora do Plano Decenal ao orçamento para o Plano por meio de contribuição. Os projetos EEG foram também levados em consideração. Pois, quantias de dinheiro dos fundos EEG (39,7 milhões de florins surinameses no período de 1964 a 1968) foram nesse ínterim disponibilizados para o desenvolvimento socioeconômico. Resultou inexequível aderir à fórmula de financiamento original que obrigava o Suriname a fornecer um terço dos fundos do próprio plano Decenal.

Em 1965, os Países Baixos também ampliaram os créditos adicionais. Em 1968, uma quantia de 191,1 milhões de florins surinameses foi gasta no Plano Decenal e sua continuação, o Plano de Reconstrução Suplementar, a contribuição do Suriname remontando

a 41,1 milhões de florins surinameses (21%) e a parte dos Países Baixos a 150,4 milhões (79%). O último número também inclui empréstimos do Plano Decenal. Em 1968, o governo holandês pleiteou outros 120 milhões de florins surinameses como doação para a continuação das atividades de desenvolvimento para um período de cinco anos (1967 até inclusive 1971), com uma quantia adicional de 24 milhões de florins surinameses disponibilizada para empréstimos. O governo holandês foi posteriormente obrigado a estender a assistência orçamentária por causa das dificuldades de liquidez do governo do Suriname.

No geral, o planejamento no Suriname prosseguiu de uma maneira decepcionante, apesar das atividades anteriormente mencionadas. Depois de um começo que parecia rico em promessas de pesquisa e planejamento sistemáticos ininterruptos para o benefício do desenvolvimento do país, todas as atividades empreendidas nesse campo tiveram um fim incidental. Com receio de que o *Planbureau* se tornasse demasiado poderoso com base em sua capacidade coordenadora e supervisora, seu poder foi refreado e seu papel se tornou menos dominante. Isso fica bem claro pelo modo como sua administração pessoal foi conduzida. Não houve análise e avaliação sistemáticos satisfatórios dos resultados alcançados, com uma conseqüente falta de *know-how* no campo do planejamento integrado no Suriname, apesar das oportunidades que a abordagem original parecia oferecer. Os órgãos encarregados da preparação de projetos tornaram-se igualmente ineficazes por falta de pessoal e de capacidade suficientes, de modo que resultaram em atrasos na submissão de projetos para financiamento e esses eram algumas vezes entregues incompletos. Além disso, quase não se usou o potencial científico holandês no planejamento e execução de projetos.

A execução do Plano Decenal também se dava de uma maneira um tanto casual; faltava-lhe coordenação, pois projetos de infraestrutura, como estradas, eram mais fáceis de preparar e realizar em comparação com projetos imediatamente produtivos. Uma vez

completados, eles requeriam fundos para posterior manutenção e constituíam uma carga no orçamento do Suriname que não era levada suficientemente em conta na política orçamentária.

Outro ponto fraco é a abordagem superficial da promoção do desenvolvimento industrial. O Plano Decenal agia na premissa de que as atividades do governo nesse aspecto seriam restritas à pesquisa, à formação, à extensão de créditos a indústrias essenciais que não podiam dispor desses de nenhuma outra maneira e à provisão de facilidades estimulantes. Mas gastava-se tempo demais antes que os especialistas fossem convocados para estudar as possibilidades industriais do Suriname. Das outras medidas propostas, poucas eram implementadas. As atividades no campo industrial focalizavam unilateralmente projetos gigantescos para os padrões do Suriname, como o projeto Brokopondo, que em si mesmo não pode efetuar a reconstrução econômica equilibrada do país. O ritmo em que o crescimento do setor agrário se realizou foi outra decepção; uma das causas disso foi o atraso na conclusão de projetos cuja execução se tornara dependente, algumas vezes injustificadamente, dos projetos hidrelétricos sob análise. Este estado de coisas traz consigo o perigo de que uma abordagem metódica sistemática seja encarada no futuro como atividade inexecutável, e que seja substituída por uma conduta de assuntos socioeconômicos dirigidos por indicações temporárias na prática imediata e que ponha de lado o exame sistemático das reais possibilidades futuras.

Os diferentes projetos realizados a partir de 1954 com base no orçamento para o Plano cobrem uma área extensa. No campo agrícola, há projetos de recuperação de terra e de desenvolvimento de terra agrícola, a construção de plantas de drenagem e de armazenamento, créditos agrícolas e de pesca, investimentos em extensão agrícola e educação, pesquisa agrícola e levantamentos do solo. Uma atividade importante é aquela que estimulou um apreciável renascimento da indústria do cultivo da banana numa quantidade de novos pôlderes

(Santo, Boma, Jarikaba, Polder Queen Juliana, e Nickerie II)¹⁹. Ampliou-se o crédito para a elaboração de um inventário florestal, de recuperação florestal e pesquisa e de extensão florestal. Os métodos de pesquisa geológica e mineração e levantamento aéreo estão tornando possível redigir um inventário mais detalhado dos recursos minerais. O processo foi acelerado pela Operação Gafanhoto (“gafanhoto” é o nome do pequeno avião, usado para o reconhecimento) pela qual o sul do Suriname se tornou mais acessível a equipes de campo pelo uso da aviação.

Em consequência dessas atividades, descobriram-se, entre outros, os depósitos de bauxita na área de Adampada-Kabalebo.

Como resultado do Plano Decenal, o Suriname atualmente possui uma rede de estradas consideravelmente melhorada e ampliada; o projeto mais importante de construção de rodovia é o que liga o leste ao oeste, de modo que atualmente a planície costeira é recortada por um sistema rodoviário que percorre do extremo leste ao extremo oeste.

Dos projetos no setor de tráfego deve-se fazer menção especial às melhorias do aeroporto de Zanderij, dos portos e do Canal Saramacca.

Em Paramaribo foram construídas redes de esgotos e de drenagens, e os mercados foram melhorados. O moderno hotel turístico Torarica foi construído com a cooperação do governo.

A construção de escolas e internatos, a extensão e melhoria de hospitais, a construção de centros de treinamento, centros comunitários e lares para idosos constituem os mais importantes projetos nos setores educacional e de saúde pública; a *Stichting Volkshuisvesting Suriname* (Fundação de Moradia Nacional do Suriname) recebeu fundos para a construção de casas para trabalhadores. E no setor social foram liberados fundos para um sistema de crédito popular.

¹⁹ As seis plantações de banana de propriedade do governo fundiram-se numa companhia limitada chamada “Surland” em 1970; 51% das ações são detidas pelo governo. A fruta é fornecida em contrato com a United Fruit Company até o fim de 1971; as exportações em 1969 totalizavam 32 mil toneladas.

Tentativas de estimular a indústria tomaram principalmente a forma de liberação de verbas por meio do *Nationale Ontwikkelingsbank N.V.* (Banco Nacional de Desenvolvimento); o ritmo de crescimento da ampliação de crédito é indicativo do lento desenvolvimento local no setor industrial. Além do NOB, o *Nationale Investeringsbank* (Banco Nacional de Investimento), um subsidiário do *Banco Holandês de Recuperação*, operou no campo de ampliação do crédito industrial; os créditos que ele ampliou também indicam um ritmo moderado de desenvolvimento industrial nacional. O empenho do governo em criar uma indústria de suco de frutas com participação terminou em fracasso total. O Conselho do Leite saiu-se melhor, embora tivesse de enfrentar dificuldades operacionais por causa de restrições impostas pelas regulações de preços. As iniciativas de industrialização mais importantes foram aquelas tomadas pela empresa norte-americana e holandesa. Estabelecimentos industriais pós-guerra importantes são *Bruynzeel Suriname Houtmaat-schappij N.V.*, produzindo madeira compensada, pranchas e madeira principalmente para exportação; o *Surinaamse Brouwerij N.V.* que fornece cerveja para o mercado interno; e a *Van Gelder's Textiles*. Dos outros estabelecimentos industriais mencionamos uma fábrica de margarina, uma fábrica de cimento e um moinho de trigo. Outras indústrias manufatureiras como de sapatos, cigarros, fósforos e alimento para gado também aumentaram gradualmente a produção. Do mesmo modo, houve aumento na produção de rum na fazenda Marienburg. Mas o desenvolvimento industrial mais importante está ligado ao projeto hidrelétrico Brokopondo.

Já em 1950, investigou-se sobre a possibilidade de represar o rio Suriname com o propósito de gerar eletricidade. A aldeia de Brokopondo foi por muito tempo o ponto focal dessas pesquisas e, por isso, emprestou seu nome ao projeto. Investigações preliminares foram feitas sob a direção do *Planbureau* por uma firma de engenheiros franceses e americanos que submeteram projetos alternativos a

apreciação. Em 1957, o projeto foi considerado tecnicamente factível e iniciaram-se negociações definitivas para sua execução. Estas terminaram num acordo com a *Suralco*, que assumiu o financiamento da represa, a estação de energia e as instalações elétricas, bem como a criação de uma planta de redução de alumínio e instalações de alume. A *Suralco* recebeu a concessão de direitos de mineração de bauxita em áreas na parte leste do país. O acordo é válido por 75 anos; depois da expiração desse, as obras executadas e as instalações elétricas serão cedidas ao Suriname.

Em 1960, começou em Afobaka a construção de uma represa com 1.913 metros de comprimento, 50 metros de altura e pelo menos 400 metros de largura em sua base. Cinco anos depois, a primeira eletricidade foi gerada e conduzida ao complexo industrial em Paranam. A estação de energia tem uma capacidade de aproximadamente 150.000 quilowatts; do 1 bilhões kw-h por ano, 80 milhões são reservados para o governo e o restante é disponibilizado para uso nas instalações de alume na planta de redução de alumínio. Pelo represamento da água formou-se um lago de aproximadamente 30 milhões de metros cúbicos de água. Como resultado, uma área onde viviam 5 mil boschnegers de Saramacca foi inundada; a responsabilidade pela transmigração desse grupo coube ao governo e essa se realizou na base de um planejamento extremamente inadequado. Com a força disponível, apenas uma pequena proporção da bauxita minerada no Suriname pode ser processada no próprio país. Devido ao ritmo lento em que o lago foi cheio, a indústria foi incapaz de operar imediatamente com plena capacidade. Aproximadamente 33% da bauxita minerada foi processada em alume no Suriname em 1968.

O governo do Suriname também considera um grande projeto hidrelétrico no oeste do Suriname em relação à mineração de bauxita e a produção de alumínio. Isso resultou, em 1970, em um acordo com a Reynolds Metals Company. O Suriname e a Reynolds, cada qual possuindo uma metade, deverão criar uma empresa para o desenvolvimento

de uma fábrica de alumínio integrada para mineração e processamento das reservas de bauxita nas montanhas Bakhuis e na planície costeira perto de Coppename.

Há também uma interessante oportunidade industrial em relação à produção de óleos vegetais; uma fazenda de palmeira foi aberta sob a direção da HVA, com a participação do governo. Essa empresa plantará 1.200 hectares com palmeiras para o fornecimento de matéria-prima para uma fábrica de óleo, cuja produção deverá começar em 1974.

Houve também importantes mudanças na área bancária no Suriname no período pós-guerra. O *Centrale Bank* assumiu a função de um banco de emissão do *De Surinaamse Bank* em 1956, e esta era afiliada com o *Nederlandse Handel Mij.* (Companhia de Comércio Holandês). Posteriormente, uma grande companhia bancária holandesa, a *Hollandse Bank Unie (HBU)* iniciou os negócios no Suriname. As fusões na Holanda das companhias bancárias que faziam negócios no Suriname tiveram também repercussões formais no negócio bancário no Suriname. Finalmente, o controle assumido pelo HBU no Suriname resultou numa concentração pela qual 80% do mercado no Suriname são dominados pelas companhias afiliadas do *Algemene Bank Nederland*; 20% são controlados pelo pequeno *Vervuurts Bank*, que também tem conexões com bancos no exterior.

Está além do escopo do presente capítulo isolar e avaliar separadamente a influência dos efeitos na economia do Suriname do Plano Decenal e seu sucessor. Mas dificilmente se pode superestimar sua importância para o país. Observando a economia de uma forma geral, do produto nacional bruto ao custo de fatores considera-se que o aumento média foi de 10,6% no ano de 1955 a 1968; na realidade, calculado na base de preços fixos, esse aumento chega a 7% por ano. O aumento substancial, após 1966, é causado principalmente pela expansão da produção de bauxita e da operacionalização das indústrias de processamento da bauxita.

Produção nacional e renda nacional 1957-1967 (Em milhões de florimns surinameses)¹

	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1967
Agriculture	15,9	20,5	21,0	20,0	20,5	21,0	22,0	24,3	28,8	36,0
Forestry	3,2	2,8	3,4	3,0	4,5	4,5	5,0	5,6	6,0	5,3
Mining	47,0	42,5	55,0	58,0	57,0	58,0	58,3	64,1	71,5	70,1
Industry	15,3	17,0						28,6	36,3	118,0
Trade								31,5	38,9	57,7
Transport	20,0 ²	21,7 ²						8,9	10,5	11,7
Services	12,3	12,7	57,0 ²	66,3 ³	71,1 ³	84,8 ³	89,7 ³	18,7	19,6	
Housing	6,1	4,4					9,9	10,7	11,4	13,3
Public Service	20,6	21,5	24,0	27,0	36,0	37,0	38,0	43,5	47,0	83,9 ⁴
Gross internal product (factor cost)	140,4	143,1	160,4	174,3	189,1	205,3	222,9	235,9	270,0	369,9
Amounts written off	12,5	12,9	14,0	15,0	20,0	20,5	21,7	24,1	27,9	
Net internal product (factor cost)	127,9	130,2	146,4	159,3	169,1	184,8	201,2	211,8	242,1	
Net external factor revenues	11,0	9,4	24,0	28,0	26,5	26,0	28,5	29,	28,5	39,1
Net national product (factor cost)	116,9	120,8	122,4	131,3	142,6	158,8	172,7	182,7	213,6	
Indirect taxes minus subsidies	19,2	19,8	21,0	25,0	26,3	27,0	29,0	32,0	35,5	
Net national product (market value)	136,1	140,6	143,4	156,3	168,9	185,8	201,7	214,7	249,1	

Source: *Planbureau Suriname*.

1 In current florins. 3 Including Industry, Trade, Transport and Services.

2 Including trade. 4 Including Services.

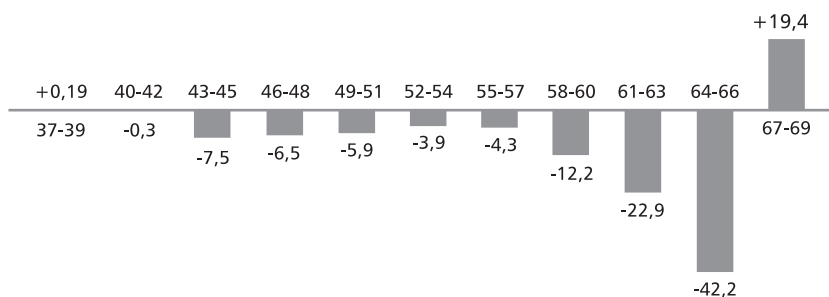
(Em milhões de florins surinameses)

	1955	1965	1966	1967	1968
PIB (ao custo de fatores)	108	242	306	357	400
Índice de preço	100	128	135	153	153
PIB real (ao custo de fatores)	108	188	228	233	261
Tamanho da população (x 1.000)	236	347	352	365	379
Produto real <i>per capita</i> em florins surinameses	456	542	646	638	689

O ritmo de crescimento das prosperidades no Suriname permaneceu à frente do aumento da população, a porcentagem média do crescimento anual *per capita* do PIB sendo 3,2%, excede a média mundial. Mas isso só foi possível porque o país recebe a mais alta quantia *per capita* em ajuda externa mundial, o que o coloca na mesma posição que Israel.

A balança comercial também tem sido positiva desde 1966 como resultado das exportações das indústrias de bauxita; neste ano, iniciou-se a produção de alume e de alumínio.

Balança comercial em base de transação
(médias trienais) em milhões de florins surinameses

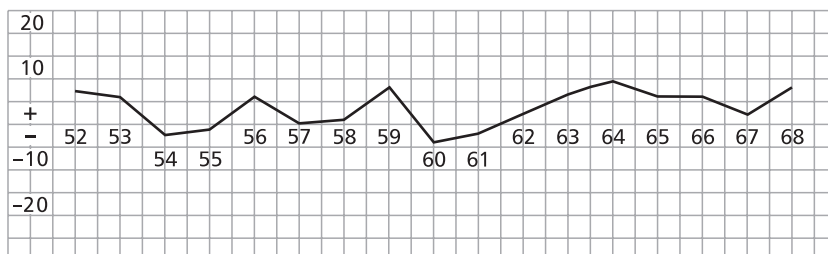


Fonte: Relatórios do *Surinaamse Bank e Centrale Bank* e Relatórios do Suriname.

Mas isso não resolveu os problemas relativos à balança comercial na mesma época. Pois o aumento na receita da bauxita, resultante do

aumento da produção e das exportações conduz à remessa maior de lucros para países estrangeiros pelas companhias de bauxita. No futuro, o pagamento das dívidas externas e dos juros dessas dívidas aumentarão ainda mais a pressão sobre a balança de pagamentos. O fato de a balança do orçamento total de 1962 a 1968 ser favorável é atribuível, principalmente, à doação de contribuições de desenvolvimento da Holanda e do EEG. Naqueles anos, as companhias de bauxita também reinvestiram quantias consideráveis de dinheiro no país. Será, portanto, necessário aumentar os investimentos produtivos a fim de evitar uma situação negativa em que serviços e balanças de renda de capital excedam a balança comercial positiva²⁰.

Balança de pagamentos 1952-1968
(balança de orçamento total) em milhões de florins surinameses



Fonte: *Surinaamse Bank e Centrale Bank van Suriname Reports*.

A dependência da economia de um único produto, a bauxita, ainda a torna extremamente vulnerável. O Produto Interno Bruto, em 1968, era 34% dependente das indústrias de bauxita, que eram responsáveis por aproximadamente 75% das exportações. Tanto os

²⁰ *Verslagen Centrale Bank van Suriname*; E. H. Jonkers, Enkele facetten van de economische ontwikkeling van Suriname, *Nieuwe W. I. Gids*, 44, p. 1 – 2, 16 – 59, 1965; W. Struben, Suriname: economie op smalle basis, *Econ. Statistische Berichten*, 55, p. 12 – 17, 1st Jan., 1970. Ver também tabelas I, II e III.

investimentos internos quanto o comércio e o emprego dependem fortemente de suas atividades.

Um fator negativo para o desenvolvimento econômico do Suriname é o aumento considerável do consumo a partir de 1964, aproximadamente 50% do que é consumido é de origem estrangeira ou mista. Importações de carros particulares e motocicletas influenciam significativamente este número. Os consideráveis aumentos de salários e de preços no exterior têm também reflexos no Suriname. Mas o desenvolvimento interno também está provocando inflação nos salários e preços, como resultado do aumento da demanda, do suprimento atrasado de alimentos e da falta de uma melhor organização e eficiência da indústria, do comércio e do setor de serviços. O custo de vida aumentou regularmente de 1955 (= 100) a 1968 (= 153), significando um aumento anual de 3% para mais de 4% nos últimos dez anos. O quadro total que emerge dos fatores mencionados é de um povo que vive acima de seus recursos; a grande quantidade de compras feitas prestações desempenha nisso seu papel.

O papel dos revigorantes e cada vez mais poderosos sindicatos e sua influência no desenvolvimento do valor dos salários serão de grande importância para o futuro do país; será necessário o uso de sua habilidade e bom senso.

Todos os setores da economia contribuíram para o aumento do produto nacional. A maior parte deles dobrou sua produção entre 1955 e 1968 (ver tabela na p. 562).

O crescimento da produtividade agrícola deve ser atribuído especialmente à expansão da rizicultura, ao *boom* do cultivo da banana, ao desenvolvimento da pesca, especialmente de camarão, e à criação de gado. A área total de arroz plantada com, por pequenos proprietários, apresentou pouco aumento. Um dos fatores responsáveis por isso foi a invasão da terra cultivável em torno da cidade de Paramaribo pelo desenvolvimento urbano. Entretanto, houve o aumento na produção

por hectare, de modo que a contribuição da agricultura, em pequena escala, para a produção de arroz aumentou. A principal contribuição foi dada pelo projeto Wageningen, aumentando de 15%, em 1955, para 36% em 1968. A produção de outra cultura, a do açúcar, dobrou num período de dez anos, após 1957. Mas as culturas de café, cacau e de citros declinaram. No que se refere à lavoura de pequeno porte, a conclusão de que no período passado ela não mostrara desenvolvimento satisfatório parece justificada²¹.

À parte as indústrias de bauxita, foram feitas contribuições ao aumento da produção industrial especialmente pela produção de eletricidade, água, cerveja e cerveja escura, rum e bebidas alcoólicas, alimento para gado, pedra britada, pranchas de madeira e calçados.

Há um setor do serviço público que requer atenção especial nesse contexto. Pressionado pelas oportunidades de emprego lentamente ascendentes e de uma reserva constantemente crescente de trabalhadores habilitados e graduados universitários, o governo passou a empregar um número cada vez maior de pessoas. Formou-se uma grande máquina burocrática que demonstra pouca eficiência e que, devido a seu tamanho, desproporcional às necessidades reais, estimula o desemprego latente entre os servidores civis. O país encontra-se,

²¹ De acordo com o *Tweede landbouwtelling Suriname november 1959* (Departamento de Estatística Geral, *Suriname in cijfers*, nº 16), o número e tamanho das fazendas segundo o grupo étnico da pessoa responsável, em números absolutos e porcentagens, são os seguintes:

Grupo étnico	Nº total de fazendas	%	Área total em hectares	%	Tamanho médio da fazenda em hectares
Crioulos	1.779	10,9	15.284	14,4	8,59
Hindustanis	8.047	49,6	47.876	45,2	5,95
Indonésios	6.175	38,0	13.599	12,9	2,20
Outros	238	1,5	29.073	27,5	122,15
Total	16.239	100,0	105.832	100,0	6,42

O número de hectares de terra arável em 1955 totalizou 13.877 para propriedades rurais, 11.986 das quais eram produtivas e 31.646 para pequenas propriedades, 23.015 das quais eram produtivas.

também, sob o fardo de um sistema ineficiente de criação de emprego extremamente custoso. O sistema de clientela que domina a vida política também exerceu considerável influência sobre a política de emprego do governo. Os 29 mil empregados do governo custaram 80 milhões de florins surinameses em salários (aproximadamente seis décimos da renda total); apenas 2% desse valor retorna na forma de impostos ao erário em um país cujo governo é o principal empregador.

Não há números precisos disponíveis em relação ao desemprego. Presume-se que, inclusive o desemprego não registrado, 10% da população está desempregada. Com o ritmo lento do aumento das oportunidades de trabalho, cerca de 2.500 pessoas que atingem a idade de emprego ativo soma-se a esse número a cada ano. Como resultado da falta de trabalho há emigração em grande escala para os Países Baixos; esse êxodo é também encorajado pelo atraente sistema de benefícios sociais na Holanda. São 25 mil imigrantes surinameses nos Países Baixos, muitos dos quais enfrentam problemas de adaptação.

O inchaço da máquina do governo reflete-se também na situação das finanças públicas. A renda dos serviços triplicou desde 1954, mas seus gastos aumentaram na mesma proporção²². Conseqüentemente, não havia meios disponíveis suficientes para o serviço extraordinário, pois no orçamento as quantias destinadas ao desenvolvimento também estão incluídas; com exceção de 1961, o orçamento total apresentou todos os anos um balanço negativo. Conseqüentemente, o Suriname teve de recorrer aos Países Baixos para assistência orçamentária em várias ocasiões e por isso não conseguiu cumprir inteiramente suas obrigações em relação ao Plano Decenal, como foi mencionado acima.

O país sobrecarregou-se, também, com uma enorme dívida nacional; os empréstimos internos, em 1968, chegaram a aproximadamente 23 milhões de florins surinameses e os empréstimos externos, em 1970, a

²² Perfil dos orçamentos nacionais realizados de 1954 – 1968 (tabela IV).

cerca de 160 milhões de florins surinameses. Em 1970, o governo apresentou um orçamento com um déficit de 40 milhões de florins surinameses, que mostrou o quanto à posição financeira do país se deteriorara no período após 1967 devido a políticas irresponsáveis de gastos e do aumento com despesas em educação, saúde pública e manutenção de facilidades de infra-estrutura.

O governo do Suriname enfrenta uma tarefa excepcionalmente difícil. Terá antes de tudo de restaurar a confiança do povo em sua própria objetividade e integridade e na de seus funcionários. Terá de propagar uma atitude em relação ao trabalho mais positiva a fim de melhorar o clima profissional e tentar preservar a paz industrial. A máquina burocrática precisa ser reorganizada se quiser promover eficiência. A disciplina burocrática interna, prejudicada pelo protecionismo político precisa ser restaurada; o governo terá, ao mesmo tempo, que regular o *status* legal dos servidores públicos a fim de proteger sua autoconfiança. As finanças do governo necessitam urgentemente de reorganização. Além disso, o governo terá de incluir novamente políticas bem fundamentadas e planejadas em seu programa, os investimentos produtivos e o emprego constituindo importantes problemas em longo prazo.

A luta por uma identidade nos campos político, sociocultural e econômico está ainda em franco progresso. Desse modo, a sociedade de fronteira perderá gradualmente suas características. Como resultado da descolonização, a administração não é mais determinada por um poder estrangeiro; conseqüentemente, o foco político recai no próprio país e, no essencial, seu caráter político periférico desapareceu. Outras características limítrofes dividirão o mesmo destino na luta por um lugar próprio no mundo em que todas as nações, não obstante as muitas diferenças, estão ligadas cada vez mais a um destino comum.

Tabela I
 Balança de pagamentos do Suriname (Base de caixa em milhões de florins surinameses, tabela sumário)

	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968
Exportações visíveis	45,0	43,7	63,7	64,7	62,6	78,8	87,6	81,1	82,1	86,8	95,1	110,3	176,9	202,6	225,0
Importações visíveis	46,5	47,6	59,4	72,7	69,5	83,3	98,2	99,5	100,1	106,7	140,8	171,2	165,7	182,0	182,5
Balança comercial	-1,5	-3,9	+4,3	-8,0	-6,9	-4,5	-10,6	-18,4	-18,0	-19,9	-45,7	-60,9	+11,2	+20,6	+42,5
Rendas de serviços	9,1	9,3	13,0	15,4	13,8	15,6	19,0	20,0	18,4	20,2	22,3	25,9	27,7	31,4	34,0
Gastos com serviços	5,8	5,7	9,4	10,8	11,5	13,9	16,9	20,0	22,5	25,4	29,0	8,5	37,8	37,0	40,5
Balança de serviços	+3,3	+3,6	+3,6	+4,6	2,3	+1,7	+2,1	0,0	-4,1	-5,2	-6,7	-2,6	-10,1	-5,6	-6,5
Rendas ganhos capital	0,4	0,3	0,3	0,7	0,4	0,6	0,5	0,3	0,3	0,4	1,0	1,5	1,8	2,1	0,6
Remessa ganhos capital	8,3	4,7	11,3	11,7	9,8	24,3	28,3	26,7	26,8	28,9	30,1	30,0	32,9	41,2	69,7
Balança ganhos capital	-7,9	-4,4	-11,0	-11,0	-9,4	-23,7	-27,8	-26,4	-26,5	-28,5	-29,1	-28,5	-31,1	39,1	-69,1
Balança de orçamento corrente	-6,1	-4,7	-3,1	-14,4	-14,0	-26,5	-36,3	-44,8	-48,6	-53,6	-81,5	-92,0	-30,0	-24,1	-33,1
Balança de orçamento de capital	+2,9	+2,9	+8,8	+14,3	+14,5	+35,1	+32,3	+41,6	+50,5	+59,8	+91,2	+97,8	+35,8	+25,9	+40,6
Balança de orçamento	-3,2	-1,8	+5,7	-0,1	+0,5	+8,6	-4,0	-3,2	+1,9	+6,2	+9,7	+5,8	+5,8	+1,8	+7,5
Total	-3,2	-1,8	+5,7	-0,1	+0,5	+8,6	-4,0	-3,2	+1,9	+6,2	+9,7	+5,8	+5,8	+1,8	+7,5

Fonte: *Central Bank*.

Tabela II
 Importações e exportações (em milhões de florins surinameses)

Ano	Importações	Exportações	Balança	Média trienal
1952	56,5	45,9	-10,6	
1953	54,3	50,1	-4,2	-3,9
1954	52,0	55,2	+3,2	
1955	51,7	50,4	-1,3	
1956	62,6	59,0	-3,6	-4,3
1957	73,1	65,2	-7,9	
1958	71,4	62,3	-9,1	
1959	84,9	77,0	-7,9	-12,2
1960	102,0	82,5	-19,5	
1961	101,1	78,0	-23,1	
1962	103,0	80,0	-23,0	-22,9
1963	110,2	87,5	-22,7	
1964	152,1	90,1	-62,0	
1965	179,5	110,7	-68,8	-42,2
1966	168,8	172,9	+4,1	
1967	193,8	201,0	+7,2	
1968	188,9	218,5	+29,6	+19,4

Tabela III
Retorno estatístico de reservas monetárias 1955-1968 (em milhares de florins surinameses)¹

	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968
Moeda circulante	15.451	16.502	16.348	16.626	19.479	22.250	22.832	23.688	26.306	27.077	31.902	35.801	37.887	39.915
Balanças contas correntes	12.781	15.769	14.768	13.515	16.039	16.658	17.782	16.086	22.993	23.651	24.306	25.936	27.817	33.313
Bens líquidos primários totais	28.232	32.271	31.116	30.141	35.518	38.908	40.614	39.774	49.299	50.728	56.208	61.737	65.704	73.228
Depósito fixos	674	843	2.516	2.580	2.881	2.244	1.587	2.827	2.995	3.519	5.328	5.612	6.057	10.746
Contas poupança	826	1.128	3.050	4.185	5.977	7.373	8.680	9.762	11.918	14.621	18.929	23.345	26.829	32.064
Bens líquidos secundários totais	1.500	1.971	5.566	6.765	8.858	9.617	10.267	12.589	14.913	18.140	24.257	28.957	32.886	42.810
Reservas monetárias	29.732	34.242	36.682	36.906	44.376	48.525	50.881	52.363	64.212	68.868	80.465	90.694	98.590	116.038

¹ Posição no final do ano.

Tabela IV
Orçamentos nacionais executados 1954-1968 (em milhões de florins surinameses)

Ano	Serviços comuns			Serviços extraordinários			Orçamento total		
	Rendas	Despesas	Balança	Rendas ¹	Despesas	Balança	Rendas	Despesas	Balança
1954	33.9	28.5	+ 5.4	3.4	11.1	- 7.7	37.3	39.6	- 2.3
1955	36.0	32.2	+ 3.8	9.0	13.0	- 4.0	45.0	45.2	- 0.2
1956	38.6	33.2	+ 5.4	6.1	13.5	- 7.4	44.7	46.7	- 2.0
195	51.8	44.3	+ 7.5	10.6	17.7	- 7.1	62.4	62.0	+ 0.4
1958	47.0	40.5	+ 6.5	19.6	24.5	- 4.9	66.6	65.0	+ 1.6
1959	51.2	46.6	+ 4.6	19.6	22.7	- 3.1	70.8	69.3	+ 1.5
1960	58.0	52.7	+ 5.3	15.7	32.5	- 16.8	73.7	85.2	- 11.5
1961	58.9	58.1	+ 0.8	34.8	34.5	+ 0.3	93.7	92.6	+ 1.1
1962	61.1	62.4	- 1.3	28.0	34.5	- 6.5	29.1	96.9	- 7.8
1963	62.9	69.4	- 6.6	24.4	26.1	- 1.7	87.2	95.5	- 8.3
1964	70.6	76.5	- 5.9	19.4	24.7	- 5.3	90.0	101.2	- 11.2
1965	80.5	80.1	+ 0.4	20.6	27.9	- 7.3	101.1	108.0	- 6.9
1966	99.8	88.2	+ 11.6	22.4	35.3	- 12.9	122.2	123.5	- 1.3
1967	110.2	100.9	+ 9.3	19.9	30.4	- 10.5	130.1	131.3	- 1.2
1968	112.1	108.9	+ 3.2	20.3	31.5	- 11.2	132.4	140.4	- 8.0

I. Excluindo a ajuda transicional a partir de 1962.

Bibliografia

Documentos

Journaals van de Gouverneurs 1728-1816 (Diários do Governador de 1728 a 1816) (para um inventário dos Diários do Governador no Departamento de Registro Público, ver R. Bylsma, *Het Oud-Archief van de Gouvernementssecretarie (Gouverneurs-archief der kolonie Suriname), Verslagen van de toestand van het Algemeen Rijksarchief te 's-Gravenhage* 1916).

Notulen van het Hof van Politie en van het Hof van Politie en Crimineele Justitie 1669 – 1816 (Minutas da Corte de Polícia e da Justiça Criminal). (Ver R. Bylsma, *Archieven van de Raad van Politie en Justitie en het Hof van Crimineele Justitie in Suriname, Verslagen van de toestand van het Algemeen Rijksarchief* 1919).

Plakkatën, publicatiën en notificatiën, 1683-1816 (cf. R. Bylsma, *ibid.*, p. 11, n° 209 e seg.)

Recueil van egte Stukken en bewijzen door Salomon du Plessis en door andere tegens Mr. Jan Jacob Mauricius, Gouverneur-Generaal der kolonie Suriname alsmede door de Societeit van Suriname en den Selven Gouverneur Mauricius tegen den gemelden du Plessis en andere van tijd tot tijd zoo ter Vergaderinge van haar Hoog Mogende Hweeren Staaten-Generaal, als van de Societeit van Suriname ingedient en overgelevert (Coleção de Documentos Autênticos e Prova entregues e submetidas por Salomon du Plessis e outros contra Jan Jacob Mauricius, governador-geral da Colônia do Suriname...), Amsterdam, 1752.

J. Nepveu's *Annotatien* em forma de manuscrito (Departamento de Registro Público, cf. R. Bylsma, *De Annotatien van Gouverneur Nepveu op Herlein's beschrijving van Suriname, W. I. Gids*, 1919, II, p. 311).

An Abstract of the evidence delivered before a select Committee of the House of Commons in 1791, London, 1791.

N. G. Vlier, *Ontwerp ter Verbetering van onderscheidene Zaken in de Kolonie Suriname opgedragen aan Zijne Majesteit, den Koning der Nederlanden, Amsterdam 7 Maart 1826* (Departamento de Registro Público: Koloniën após 1813, nº 1740).

Gouvernementsbladen 1816 – 1946 (G. B.).

Gouvernements-Advertentieblad van Suriname (Gazeta do Governo do Suriname).

Handelingen van de Staten-Generaal (Relatórios dos Processos dos Estados-Gerais Holandeses).

Handelingen van de Koloniale Staten van Suriname (Relatórios dos Processos dos Estados do Suriname).

Koloniale Verslagen 1848 – 1923 (Relatórios Coloniais, chamados pós-1923). *Verslagen van Bestuur en Staat over Suriname.*

Os jornais e panfletos citados serão mencionados nas notas de rodapé.

Livros e artigos:

Het Ambacht in Suriname, Rapport van de Commissie benoemd bij G.R. van 13 Januari 1910, nº 3, Paramaribo, 1912.

Andrews, W., *Old Time Punishments*. Londres, 1890.

Barbot, J., *A Description of the coasts of North and South Guinea and of Ethiopia, vulgarly Angola*. Londres, 1732.

Bartelink, E. J., *Hoe de tijden veranderen, Herinneringen van een ouden planter*. Paramaribo, 1914.

Baumann, H., R. Thurnwald, D. Westermann, *Völkerkunde von Afrika*. Leipzig, 1940.

Beck, S., *Lezingen over Surinaamsche Problemen*. Paramaribo, 1924.

Beets, N., *De Bevrijding der Slaven*. Haarlem, 1856.

Belmonte, B. E. Colaço, *Neerlands West-Indië in zijne belangen en Dr. W. R. van Hoëvel in zijn "Slaven en Vrijen"*. Leiden, 1855.

- Beltran, G. A., Tribal Origins of Slaves in Mexico. *The Journal of Negro History*, Vol. XXXI, n° 3, 1946.
- Beltran, G. A., *La Población Negra de México*. México, 1940.
- Benoit, P. J., *Voyage à Suriname; Description des possessions néerlandaises dans la Guyana*. Bruxelles, 1839.
- Beijer, E., *Suriname in deszelfs tegenwoordige toestand*. Amsterdam, 1823.
- Blankensteijn, M. van, *Suriname*. Rotterdam, 1923.
- Blom, A., *Verhandeling over de Landbouw in de Colonie Suriname*. Haarlem, 1786.
- Boeke, J., De Nederlandsche Bestuurspolitiek in Indonesië. *Indonesië*, 1947-1948, 560.
- Boekhoudt, W., *Uit mijn Verleden*. Winschoten, 1874.
- Bordewijk, H. W. C., *Handelingen over de Reglementen op het beleid der Regeering in de Koloniën Suriname en Curaçao*. Haia, 1914.
- Bonaparte, Prince Roland, *Les Habitants de Surinam: Notes recueillis à l'exposition coloniale d'Amsterdam en 1883*. Paris, 1884.
- Bosch, G., *Reizen in West-Indië*. Utrecht, 1843.
- Bosman, W., *Nauwkeurige beschrijvinge van de Guinese Goud-, Tand- en Slavekust*. Utrecht, 1704.
- Breughel, G. van, *Dagverhaal van eene reis naar Paramaribo en verdere omstreken in de kolonie Suriname*. Amsterdam, 1842.
- Buckland, W., *A Textbook of Roman Law*. Cambridge, 1921.
- Buiskool, J. A. E., *Surinaamsch Staatsrecht*. Amsterdam, 1937.
- Buiskool, J. A. E., *Suriname Nu en Straks*. Amsterdam, 1947.
- Buxton, Th., T., *The African Slave Trade*. Londres, 1845.
- Bijlsma, R., Surinaamsche plantage-inventarissen uit het tijdvak 1713-1742, *West-Indische Gids*, 1921, 325.
- Bijlsma, R., De brieven van Gouverneur van Aerssen van Sommelsdyck, *W. I. Gids*, 1923, 1924, 1925 and 1929.
- Carp, E. A. D. E., *De Neurosen*. Amsterdam, 1939.

- Carp, E. A. D. E., *De Psychopathieën*. Amsterdam, 1941.
- Claridge, W., *History of the Gold Coast and Ashanti*. Londres, 1915.
- Cock Buning, W. de, *Rapport over Suriname in opdracht van de Vereeniging van Kamers van Koophandel en Fabrieken in Nederland. s.l.*, 1926.
- Comins, D. W. D., *Note on Emigration from the East Indies to Surinam or Dutch Guiana*. Calcuta, 1892.
- Coupland, R., *The British Anti-Slavery Movement*. Londres, 1923.
- Dollard, J. et al., *Frustration and Aggression*. New Haven, 1939.
- Donnan, E., *Documents Illustrative of the Slave Trade*. 4 vols., Washington, 1931-1937.
- De Economische en Financiële toestand der Kolonie Suriname*. Rapport der Commissie benoemd bij besluit van 11 Maart 1911. Haia, 1911.
- Eekhout, J. J. W., *Heeft Suriname een toekomst?* Haia, 1927.
- Elout van Soeterwoude, W. C. N., *Onze West*. Haia, 1884.
- Essai Historique sur la Colonie de Surinam*. 2 vols., Paramaribo, 1788.
- Encyclopaedie van Nederlandsch West-Indië*. Haia, 1917.
- Encyclopaedia of the Social Sciences*. Nova York, 1930-1935.
- Fermin, Ph., *Description générale, historique, géologique et physique de la colonie de Surinam*. Amsterdam, 1767.
- Fermin, Ph., *Tableau historique et politique de l'Etat ancien et actuel de la colonie de Surinam*. Maastricht, 1778.
- Flu, P. C. *Verslag van een studiereis naar Suriname*. Utrecht, 1928.
- Fock, D., *Over de Kolonie Suriname*. Baarn, 1914.
- Freyer, H., *Soziologie als Wirklichkeitswissenschaft. Logische Grundlegung des Systems der Soziologie*. Leipzig, 1930.
- Freyre, G., *The Masters and the Slaves*. Nova York, 1946.
- Furnivall, J. S., *Netherlands India. A Study of Plural Economy*. Londres, 1939.
- Gaay Fortman, B. de, Suriname op den drempel van de afschaffing der slavernij. *W. I. Gids*, 1930, 401.

- Gaay Fortman, B. de, Een vijftaags bezoek in Suriname in 1825. *W. I. Gids*, 1948, 15.
- Gallandat, D. H., Noodige onderrichtingen voor de Slaafhandelaren. *Verhandelingen Zeeuwisch Genootschap*, 1769.
- Gon Netscher, A. D. van der, *Bijdrage ter aanwijzing van de grondslagen, waarop de afschaffing der slavernij in Suriname dient gevestigd te worden*. Haia, 1858.
- Gon Netscher, A. D. van der, *Beschouwing van het op den 25 October 1858 aan de Staten-Generaal voorgesteld ontwerp van wet ter afschaffing der slavernij in Suriname*. Haia, 1859.
- Gonggrijp, S. H., *Lezing gehouden voor de Vereeniging voor den Grooten Landbouw*. Paramaribo, 1917.
- Handwörterbuch der Soziologie*. Ed. A. Vierkandt, Stuttgart, 1931.
- Hartog, J., *Journalistiek leven in Curaçao*. Willemstad, 1944.
- Hartsinck, J. J., *Beschrijving van Guyana of de Wilde Kust in Zuid-Amerika*. 2 vols. Amsterdam, 1770.
- Heeckeren, E. L. van., *Aanteekeningen betreffende de Kolonie Suriname*. Arnhem, 1826.
- Heemskerk, A., *Reisindrucken uit West-Indië*. Amsterdam, 1878.
- Herlein, J. D., *Beschrijving van de Volkplanting Suriname*. Leeuwarden, 1718.
- Herskovits, M. J. & F. S. Herskovits, *Surinam Folklore*. Nova York, 1937.
- Herskovits, M. J., *The Myth of the Negro Past*. Nova York, 1941.
- Herskovits, M. J., Problem, Method, and Theory in Afro-american Studies, *Afro-America*, vol. I, n^{os} 1-2, 1945.
- Hoëvel, W. R. van, *Slaven en Vrijen onder de Nederlandsche wet*. Zaltbommel, 1854.
- Hogendorp, D. van, *Stukken Raakende den tegenwoordigen toestand der Bataafsche Bezittingen in Oost-Indië* (incluindo a *Memorie de B. van der Oudermeulen on Suriname*). Haia, 1801.

- Honoré Naber, S. P. L., *De Nederlanders in Guinée en Brazilië*, in: *Geschiedkundige Atlas van Nederland*. Haia, 1931.
- Hostmann, Dr., F. W., *Over de Beschaving van negers in Amerika door Kolonisatie van Europeanen*, 1850.
- Houven van Oordt, A. J. van der, *Het Regeeringsreglement van Suriname*. Leiden, 1895.
- Hudig, J., *De Scheepvaart op West-Afrika en West-Indië in de achttiende Eeuw*. 1926.
- Huizinga, D. S., *De Surinaamse loonsverhoging van 1920*. *W. I. Gids*, 1927, 121.
- Jaspers, K. *Allgemeine Psychopathologie*. Berlin, 1923.
- Joest, W., *Ethnographisches und Verwandtes aus Guyana*. Leiden, 1893.
- Johnston, H. H., *The Negro in the New World*. Londres, 1910.
- Jonge, J. R. de, *De oorsproang van Neerland's Bezittingen op de Kust van Guinea*. Haia, 1871.
- Kalff, S., *Franschen in Suriname*. *W. I. Gids*, 1929, 316.
- Kappler, A., *Sechs Jahre in Surinam*. Stuttgart, 1854.
- Kappler, A., *Holländisch-Guiana. Erlebnisse und Erfahrungen während einer 43 Jährigen Aufenthalts in der Kolonie Surinam*. Stuttgart, 1881.
- Karsten, R., *De Britsch-Indiërs in Suriname*. Haia, 1930.
- Keller, A. G., *Colonisation. A Study of the founding of new societies*. Boston, 1908.
- Kielstra, J. C., *Wirtschaftliche und soziale Probleme in Niederländisch-West Indien*. Jena, 1925.
- Klerk, C., *De Britsch-Indiërs in Suriname*. *W. I. Gids*, 1942, 97.
- Knappert, L. *De Labadisten in Suriname*. *W. I. Gids*, 1926, 193.
- Kol, H. van, *Naar de Antillen en Venezuela*. Leiden, 1904.
- Kom, A. de, *Wij Slaven van Suriname*. Amsterdam, 1934.
- Kuhn, F. A., *Beschouwing van den toestand der Surinaamsche plantageslaven*. Amsterdam, 1828.

- Kunitz, J. D., *Surinam und seine Bewohner*. Erfurt, 1805.
- Lampe, P. H. J., Enkele opmerkingen over den sociaal-hygiënischen toestand en de geneeskundige verzorging van Suriname. *W. I. Gids*, 1926, 249.
- Lampe, P. H. J., *Suriname. Sociaal-Hygiënische Beschouwingen*. Amsterdam, 1927.
- Landbouwoopvoeding der Surinaamsche jeugd*. Ed. by D. Mulder et al. Paramaribo, 1938.
- Lans, W. H., *Bijdrage tot de Kennis der kolonie Suriname*. Haia, 1842.
- Laurent, H., *Les châtimens corporels*. Lyon, 1922.
- Lenep Coster, G. van, *Herinneringen mijner reizen*. Amsterdam, 1836. (Um “extrato” foi publicado em 1915 por H. van Ommeren em Paramaribo).
- Lenep Coster, G. van, *Aantekeningen gehouden gedurende mijn verblijf in de West-Indiën in de jaren 1837 – 1840*. Amsterdam, 1842.
- Leroy Beaulieu, P., *De la Colonisation chez les peuples modernes*, Paris, 1908.
- Leschenault de la Tour, M., *Extrait d'un voyage à Surinam*. Caiena, 1824.
- Lichtveld, L., Afrikaansche resten in de Creolentaal van Suriname. *W. I. Gids*, 1928 e 1929.
- Liems, J. A., Het klein-landbouwbedrijf en de vruchtencultuur in Suriname. *W. I. Gids*, 1922, 625.
- Liems, J. A., Over den klein-landbouw in Suriname. *W. I. Gids*, 1925, 625.
- Lindblon, G., *Afrikanische Relikte und Indianische Entlehnungen in der Kultur der Buschnegers Surinams*. Göteborg, 1924.
- Mac Iver, R. M., *Society. A Textbook of Sociology*. Londres, 1937.
- Mac Millan, W., *Warning to the West Indies*. Londres, 1936.
- Mac Neill, J., & Chimman Lal, *Report on the conditions of Indian Immigrants in the four British Colonies Trinidad, British Guiana or Demerara, Jamaica and Fiji and the Dutch Colony of Surinam or Dutch Guiana*. 1914.

- Malouet, P. V., *Collection de mémoires et correspondances officielles sur l'administration des Colonies...* 5 vols., an X [= 1802], Paris.
- Marchais, Renaud des, *Voyage en Guinée, isles voisines et à Cayenne fait en 1725, 1726 et 1727*. Paris, 1730.
- Martin, K., *West-Indische Skizzen*. Leiden, 1887.
- Menkman, W. R. Lanti sa pai. *W. I. Gids*, 1927, 289.
- Menkman, W. R., *Nederland en Suriname*. *W. I. Gids*, 1926, 193.
- Mühlenfels, A. von, *Der Kolonial Begriff in der Wirtschaftswissenschaft*, *Weltwirtschaftliches Archiv*. 6, 1942, II, 28.
- Mulder, D. & C. A. Paap, *De Hervormde Gemeente te Paramaribo bij haar 275-jarig Bestaan*. Paramaribo, 1943.
- Mulder, G. J., *De voeding van den Surinaamschen Neger*. Rotterdam, 1847.
- Mullert, F., *De bevolking van Suriname in 1675*. *De Navorscher*, 1917, n° 10.
- Munnick, O. M. de, *Het rijke ertsland Suriname en zijn problemen*. Hengelo, 1946.
- Neef, A. A. J. de, *De regelingsbevoegdheid van de Kroon voor de Koloniën*, Leiden, 1915.
- Nettelbeck, J., *Des Seefahrers und aufrechten Bürgers Joachim Nettlebeck wundersame Lebensgeschichte geschickt von ihm selbst erzählt*. Munich, 1925.
- Newton, A. P., *The European Nations in the West-Indies 1493-1688*. Londres, 1933.
- Nieboer, H. J., *Slavery as an Industrial System*. Haia, 1910.
- Oldendorp, C. G. A., *Geschichte der Missionen der Evangelischen Brüder auf den inseln S. Thomas, S. Croix und S. Jan Barbey*, 1777.
- Oliviera, A. T., *De natuurlijke aanwas van de bevolking van Suriname*. *W. I. Gids*, 1922, 561.
- Oomens, C. A., *Jaarrekeningen van Suriname 1938 en 1947*, Centraal Bureau van de Statistiek, Economische en Econometrische

- onderzoekingen. New Series, vol. 3, n° 4, March, 1948, Utrecht, 1948.
- Ons Koninkrijk in Amerika. West-Indië.* Haia, 1947.
- Ortiz, F., *Cuban Counterpoint: Tobacco and Sugar.* Nova York, 1947.
- Oudschans Dentz, F., *De Kolonisatie van de Portugeesch-Joodsche Natie in Suriname,* Amsterdam, 1927.
- Palgrave, W., *Dutch Guiana.* Londres 1876.
- Panhuys, L. C. van, Mr. Lammens over het bestuur van Suriname in 1816, *W. I. Gids*, 1934, 151.
- Pareau, A., *Onze West.* Haia, 1898.
- Phillips, U. B., *American Negro Slavery.* N. Y., 1918.
- Pirenne, H., *Histoire du Moyen-Âge.* Paris, 1936.
- Pistorius, Th., *Korte en zakelijke beschrijvinge van de Colonie van Suriname,* Amsterdam, 1763.
- Plante Fébure, J. M., *West-Indië in het Parlement 1897-1917. Bijdrage tot Nederlands Koloniaal-politieke geschiedenis.* Haia, 1918.
- Polak, J. A., *Historisch overzicht van de goudindustrie in Suriname.* Haia, 1908.
- Prudhomme, L., *Voyage à la Guyane et à Cayenne fait en 1789 et Années suivantes par L. M. B., Armateur,* 1798.
- Publications of the American Jewish Historical Society*, nos 2, 4, 6, 9, 10, 13, 16-19.
- Rapport van de Commissie voor Na-Oorlogsche Problem.* Paramaribo, 1945 (stencilled).
- Rapport van de commissie tot onderzoek van de in het staatsdeel Curaçao levende politieke opvattingen en wenschen.* Haia, 1946.
- Rapport der Staatscommissie benoemd bij K. B. van 29 November 1853.* 2 vols., Haia, 1855-1856.
- Rapport van de Studie-Commissie van het Suriname Studie-Syndicaat.* Rotterdam, 1920.

- Raynal, G. F., *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*. 6 vols., Amsterdam, 1773.
- Remarques critiques sur le Tableau Historique*. Londres, Amsterdam, 1779.
- Ridder, IJ. H. de, *Een levensteeken op een doodenveld*. Schoonhoven, 1857.
- Riko, A. J., *Ons Rijk Suriname*. Rotterdam, 1885.
- Rodway, J., *Guiana, British, Dutch and French*. Londres, 1921.
- Sack, J., *De Balata-industrie in Suriname*. Paramaribo, 1908.
- Samson, Ph. A., Kiesverenigingen in Suriname. *W. I. Gids*, 1947, 161.
- Savornin Lohman, A. de, *Herinneringen*. Amsterdam, s.d.
- Schaick, C. van, Proeve van of bijdrage tot de Geschiedenis van de Hervormde Kerk in Suriname. *West Indië*, I, 1855.
- Schelven, A. A. van, Suriname in de 18e eeuw. *W. I. Gids*, 1922, 65.
- Schrieke, J., De Surinaamsch ontwerp-verordeningen betreffende huwelijken van Aziaten. *Vergadering Indisch Genootschap*. Haia, 1938.
- Simey, T. S., *Welfare and Planning in the West Indies*. Londres, 1946.
- Smit, A. L. R., *Surinaamse Bauxiet Maskerade*. Paramaribo, 1948.
- Smidt, H. J., *Geschiedenis van het Wetboek van Strafrecht*. 5 vols., Haarlem, 1881 – 1886.
- Smissen, J. van der, *Over de Emancipatie der Slaven*. Haarlem, 1861.
- Snelleman, J., Chineesche immigranten in Suriname. *W. I. Gids*, 1920, 225.
- Snellen, E., *De aanvoer van arbeiders voor den landbouw in Suriname*. Wageningen, 1933.
- Staal, G. J., Ontwongen bezwaren. *W. I. Gids*, 1926, 235.
- Staal, G. J., Stroomingen in Suriname. *W. I. Gids*, 1927, 337.
- Staal, G. J., Uit den slaventijd. *W. I. Gids*, 1928, 168.

- Staal, G. J., Nettelbecks plannen. *W. I. Gids*, 1928, 283.
- Staal, G. J., *Nederlandsch Guyana. Een kort begrip van Suriname*. Amsterdam, 1928.
- Stahelin, F., *Die Mission der Brüdergemeine in Suriname und Berbice im achtzehnten Jahrhundert*. Herrnhut, s.d., 2 vols.
- Stedman, J. G., *A narrative of a five years expedition against the revolted negroes of Surinam*. 2 vols., Londres, 1813.
- Steinberg, H. G., *Ons Suriname. De Zending der Evangelische Broedergemeente in Nederlandsch Guyana* (met medewerking van G. J. Staal). Haia, 1933.
- Struycken de Roysancour, C. A. J. & J. W. Gonggrijp, *Het Balata-vraagstuk in Suriname*. Paramaribo, 1912.
- Sypesteyn, C. A. van, *Beschrijving van Suriname*. Haia, 1854.
- Sypesteyn, C. A. van, De vestiging van Franschen uitgewekenen (Refugiés) in Suriname. *West Indië*, I, 1855, 101.
- Sypesteyn, C. A. van, Afschaffing der Slavernij in de Nederlandsch West-Indische Koloniën, *De Economist*, 1866.
- Tannenbaum, F., *Slaves and Citizens. The Negro in the Americas*. Nova York, 1947.
- Teenstra, M. D., *De Landbouw in de Kolonie Suriname*. 2 vols. Groningen, 1833.
- Teenstra, M. D., *De Neger-slaven in de Kolonie Suriname*. Dordrecht, 1842.
- Thierens, A. E., Drie jaar in Suriname. (Uit het dagboek van een hoofdambtenaar). *De Nieuwe Gids*, 1924.
- Thomson, E. Th., *Race Relations and the Race Problem. A Definition and an Analysis*. Durham, 1934.
- Thompson, E. Th., Population expansion and the plantation system. *American Journal of Sociology*, 1935, 314.
- Thomson, J. R., *Overzicht van de geschiedenis van Suriname*. Haia, 1903.

- Traa, A. van, *Suriname 1900—1940*. Deventer, 1946.
- Turner, F. J., *The Frontier in American History*, Nova York, 1920.
- Verkade-Cartier van Dissel, E. F., *De mogelijkheid van landbouwkholonisatie voor blanken in Suriname*. Amsterdam, 1937.
- Verschuur, G., Een maand in Suriname. *Elseviers Geillustreerd Maandblad*, 1892, 81.
- Verschuur, G., *Voyage aux trois Guyanes et aux Antilles*. Paris, 1894.
- Verslag van de Commissie ter Bestudeering van de Staatkundige Hervormingen*. 2 vols., Paramaribo, 1941; Haia, 1949.
- Vollenhoven, C. van, De Herziening der grondwet ingevoerd voor Indië, Suriname en Curaçao. *Verspreide Geschriften III*, Haarlem, 1935.
- Vollenhoven, J. van, *Rapport over de werving, emigratie en immigratie van arbeiders en de kolonisatie in Oost-Indië en Suriname*. Haia, 1913.
- Voullaire, W. R., *Land, Leute und Missionsleben in Suriname*. Herrnhut, 1925.
- Wätjen, H., Der Negerhandel in West-Indië. *Hansische Geschichtsblätter*, 1913, 147.
- Warren, G., *Een onpartijdige beschrijvinge van Suriname*. Amsterdam, 1669.
- Weber, M. *Wirtschaftsgeschichte*. Munique, 1923.
- Weiss, H. *Vier maanden in Suriname*. Nijkerk, 1914.
- Wesenhagen, A. C., *Enkele beschouwingen gewijd aan de belangen van de kolonie Suriname*. Rotterdam, 1886.
- Wieringen, A. G. van, *Geschiedenis der Belastingen in de Kolonie Suriname*. Algemene Landsdrukkerij, The Hague, z.j.
- Williams, E., *Capitalism and Slavery*. Chapel Hill, 1944.
- Williams, J. A., *The Caribbee Inlands under the proprietary patents*. Londres, 1926.
- Williams Jr., R. M., *The Reduction of Intergroup Tensions. A Survey of Research on Problems of Ethnic, Racial and Religious Group Relations*. Nova York, 1947.

- Winkels, W. E. U., *Slavernij en Emancipatie. Een beschrijving van de toestand der slavernij in Suriname*. Utrecht, 1856.
- Wolbers, J., *De Surinaamsche Negerlaaf*, Amsterdam, 1854.
- Wolbers, J., *Geschiedenis van Suriname*. Amsterdam, 1861.
- Wijnaendts Francken, C. J., *Door West-Indië, Antillen, Panama, Venezuela, Britsch Guyana, Suriname*. Haarlem, 1915.
- Wyndham, H. E., *The Atlantic and Slavery*. Londres, 1935.
- Zeeelaar, J. T., *Suriname en de opheffing van de Slavernij in 1863*. Amsterdam, 1871.
- Zevenbergen, W., *Leerboek van het Nederlandsche Strafrecht*. Groningen, 1924.
- Zimmerman, A., *Kolonialpolitik*. Leipzig, 1905.

Bibliografia de literatura selecionada (1940-1970)

Sobre dados estatísticos, ver: *Algemeen Bureau voor de Statistiek*, Jaarcijfers voor Suriname e outras publicações. Sobre dados de população: Tweede Algemene Volkstelling Suriname 1950, Vol. X, De Eigenlijke Volkstelling, 1956, e A. B. S. *Suriname in cijfers n° 33*, Geheel Suriname – Inclusief beperkte telling. Dados econômicos são também publicados no *Verslagen van de Centrale Bank van Suriname*.

Literatura Geral:

- J. C. Brons, *Het Rijksdeel Suriname*, Haarlem, 1952.
- G. S. Kruijer, *Suriname en zijn buurlanden in ontwikkeling*, Meppel, 1968.
- R. A. J. van Lier, *Ontwikkeling en Karakter van de Westindische Maatschappij*, 's-Gravenhage, 1949.
- R. A. J. van Lier, The Problem of the political elite in the West Indies and the Guyana's, in: *INCIDI: Record of the XXVIth Meeting*, Bruxelas, 1951.

J. D. Speckmann, De plurale Surinaamse samenleving, in: *De Plurale Samenleving, begrip zonder toekomst?* Meppel, 1966. (Com uma bibliografia sobre a sociedade plural, p. 120-121; ver também L. Kupers em M. G. Smith, *Pluralism in Africa*, Los Angeles, 1969.)

História:

R. Buve, Surinaamse slaven en vrije negers in Amsterdam gedurende de achttiende eeuw, *Bijdr. TLV* (Bijdragen Taal-, Lan- en Volkenkunde), 119: 8-17, 1963.

R. Buve, Gouverneur Johannes Heinsius: De rol van Van Aerssen's voorganger in de Surinaamse Indianenoorlog 1678-1680, *Nw. W. I. Gids*, 45: 14-26, 1966.

Emancipatie 1863-1963, Biografiën uitgegeven door de Surinaamse Historische Kring, Paramaribo, 1964.

J. Meyer, *Sleutels tot Sranan. Wegwijzer in de Surinaamse geschiedenis*, Amsterdam, 1957.

J. Meyer, Suriname en de Nederlandse Antillen 1795-1945, *Algemene Geschiedenis der Nederlanden*, deel XII, Zeist, 1958.

C. F. G. Getrouw, Suriname en de oorlog, *De West-Indische Gids*, 27: 129-136, 1946.

C. F. Getrouw, De Stemming van de bevolking vóór, tijdens en na de Emancipatie van de Slaven in Suriname, *De W. I. Gids*, 34: 3-12, 1953.

R. Reinsma, De West-Indische maatschappij 1828-1863, *Tijdschr. v. Geschiedenis*, vol. 73, 1, 1960.

R. Reinsma, *Een merkwaardige episode uit de geschiedenis van de slavenemancipatie*, Den Haag, 1963.

S. Thompson ed., *The Journal of John Gabriel Stedman 1744-1797, Soldier and Author*, Londres, 1962.

- W. S. Unger, Bijdragen tot de Geschiedenis van de Nederlandse slavenhandel, *Econ. Historisch Jaarboek*, 26: 133-174, 1956 en *Econ. Historisch Jaarboek*, 28: 3-148, 1958.
- J. Voorhoeve & H. C. van Renselaar, Messianism and nationalism in Surinam, *Bijdr. TLV* 118: 193-216, 1962.
- E. Th. Waaldijk, *Die Rolle der Niederländischen Publistik bei der Meinungsbildung hinsichtlich der Aufhebung der Sklaverei in den Westindischen Kolonien*, Münster, 1959.
- Th. Waller, *Surinaamse Herinneringen van Boer Thomas*, Paramaribo, 1966.
- J. M. van Winter, De openbare mening in Nederland over de afschaffing der slavernij, *De W. I. Gids*, 39: 61 – 90, 1953.

Estado e política:

- J. A. E. Buiskool, *De Staatsinstellingen van Suriname*, 's-Gravenhage, 1954.
- A. L. Gastman, The Politics of Suriname and the Netherlands Antilles, Den Haag, *Monograph Series*, 3, Porto Rico, 1968.
- Gedenkboek 100 jaar Staten van Suriname 1866-1966*, Paramaribo, 1966.
- W. H. Helsdingen, *Het Statuut voor het Koninkrijk der Nederlanden*, 's-Gravenhage, 1957.
- W. H. van Helsdingen, *De Staatsregeling van Suriname van 1955*, 's-Gravenhage, 1957.
- Interlinks*, 4 sept. 1969 (Artigos de J. van den Berg. H. J. Lankhorst, R. F. Kross & F. Marthe).
- R. Kranenburg, *De Nieuwe Structuur van ons Koninkrijk*, Haarlem, 1955.
- L. Lichtveld, *Suriname's nationale aspiraties*, Amsterdam, 1953.

- R. A. J. van Lier, Social and Political Conditions in Surinam and the Netherlands Antilles, in: *Development Towards Self-Government in the Caribbean*, Den Haag, 1955.
- J. H. Logemann, De Hiërarchie der wettelijke regelingen in het statuut, *Nederlands Juristenblad*, mei 14, 1955.
- J. H. Logemann, The Constitutional Status of the Netherlands Caribbean Territories, in: *Development Towards Self-Government in the Caribbean*, Den Haag, 1955.
- F. L. M. Mitrasing, *Tien Jaar Suriname. Van Afhankelijkheid tot Gelijkgerechtigheid. Bijdrage tot de kennis van de staatkundige ontwikkeling van Suriname van 1945-1955*, Leiden, 1955.
- F. E. M. Mitrasing, *Constitutionele Regelingen van Suriname*, 's-Gravenhage, 1966.
- C. D. Ooft, *Aanloop tot een rechtsvergelijkende studie van het Nederlandse en Surinaamse staatsrecht*, Alphen a/d Rijn, 1966.
- De Rechtsorde in het Koninkrijk der Nederlanden. De basisregelingen*, 's-Gravenhage, 1960.
- Tien Jaar Statuut 1954-1964, *Nw. W. I. Gids*, 44: 1-2, 1965.
- Twintig Jaren N. P. S. Groei temidden van beroering*, Paramaribo, 1966.

Economia:

- J. H. Adhin, *Development planning in Surinam in historical perspective*, Groningen, 1961.
- F. M. Andic & S. Andic, Government Finance and planned development: Fiscal surveys of Surinam and the Netherlands Antilles, 1968, *Caribbean Monograph Series*, 5, Rio Piedras.
- D. B. W. M van Dusseldorp, *Het Centraplan voor Suriname*, Wageningen, 1963.
- D. B. W. M. van Dusseldorp, Geografische mobiliteit en de ontwikkeling van Suriname, *Bijdr. TLV*, 119: 18-50, 1963.

- D. B. W. M. van Dusseldorp, *Meerdimensionale overheidsplanning. De overheidsplanning van Suriname in de periode 1952-1964 getoetst aan een relatiemodel*, Wageningen, 1967.
- J. A. H. Hendriks, *Het Lelydorpplan in Suriname*, Wageningen, 1956.
- E. H. Jonkers, Enkele facetten van de economische ontwikkeling van Suriname, *Nw. W. I. Gids*, 44, 1-2: 16-59, 1965.
- R. Kool, *Agricultural Planning in Surinam 1950-1960. An Evaluation*, Wageningen, 1964.
- P. Lieftinck & C. Goedhart, *Rapport inzake de vermoedelijke expansieve invloed op de Surinaamse volkshuishouding en de uitvoering van het Brokopondoplan en andere tegelijk te entameren ontwikkelingsprojecten*, 's-Gravenhage, 1959.
- R. A. J. van Lier, *Le Plan de développement de Surinam*, in: *Symposium Intercolonial*, Bordeaux, 1952.
- H. A. Luning, Some notes on the place of agriculture in the economic development of Surinam, *De Surinaamse Landbouw*, 14: 117-135, 1966.
- H. A. Luning, *The economic transformation of family rice-farming in Surinam*, Wageningen, 1969.
- Nationaal ontwikkelingsplan Suriname. Algemene Inleiding*, Paramaribo, 1965.
- R. M. N. Panday, *Agriculture in Surinam 1650-1950. An inquiry into the causes of its decline*, Amsterdam, 1959.
- J. Sedney, *Het werkgelegenheidsaspect van het Surinaase Tienjaren-Plan*, Amsterdam, 1955.
- W. Struben, Suriname: economie op smalle basis, *Economisch-Statistische Berichten*, 55: 12-17, 1 jan. 1970.
- M. de Vries, *De Landbouwers van Suriname*, Paramaribo, 1965.
- L. J. Vroon, Voorgeschiedenis, opzet en resultaten van het Tienjarenplan, *W. I. Gids*, 43: 25-72, 1963.

- L. J. Vroon, Vraagstukken rond de maatschappelijke ontwikkeling van Suriname, *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 56, n° 1 en 2, 1965.
- Th. P. M. de Wit, *The Wageningen, Rice Project in Surinam*, 's-Gravenhage, 1960.
- Y. B. de Wit, Is Paramaribo te groot, *N. W. I. Gids*, 45: 77-93, 1966.

Grupos étnicos:

Literatura Geral

- J. M. M. van Amersfoort, *Surinamers in de lage landen*, 's-Gravenhage, 1968.
- E. C. Bayer, *Surinaamse arbeiders in Nederland*, Assen, 1965.
- D. B. W. M. van Dusseldorp, Een classificatie van de occupatievormen in Suriname, *Tijdschr. Ned. Aardr. Genootschap*, 79: 28-147, 1962.
- J. Gemmink, *Reproductiepatronen binnen een raciaal en cultureel heterogene bevolking*, Utrecht, 1966.
- G. J. Kruyer, Urbanisme in Suriname, *Tijdschr. v. het Kon. Ned. Aardr. Genootschap*, 88: 31-63, 1951.
- E. van der Kuyp, W. Chr. Walvis & R. A. J. van Lier, Report on the Demographic Problems of Surinam, *Vox Guyanae*, vol. III, n° 3, 1959.
- R. A. J. van Lier, De sociale wetenschappen van de Neger in Amerika, *Bijdr. T. L. V.*, 107: 219-303, 1951.
- H. C. van Renselaar & J. D. Speckmann, Social Research on Surinam and the Netherlands Antilles, *Nw. W. I. Gids*, 47: 29-59, 1969.
- B. N. Sedoc-Dahlberg, *Surinaamse Studenten in Nederland*, Amsterdam, 1971.

Crioulos

- H. C. van Renselaar, De houding van de Creoolse bevolkingsgroep in Suriname ten opzichte van de andere bevolkingsgroepen, *Bijdr. TLV*, 119: 93-105, 1963.

H. C. van Renselaar, Het Sociaal Economische vermogen van de Creolen in Suriname, *Tijdschr. Ned. Aardr. Gen.*, 80-481, 1963.

Indianos

J. H. Adhin, Over de joint family der Hindostanen, *Nw. W. I. Gids*, 40: 17-27, 1960.

J. M. M. van Amersfoort, Hindostaanse Surinamers in Amsterdam, *Nw. W. I. Gids*, 47, 2: 104-138, 1970.

M. Arya, *Ritual Songs and Folksongs of the Hindus of Surinam*, Leiden, 1968.

Van Britsch-Indisch emigrant tot burger van Suriname 1873-1963, 's-Gravenhage, 1963.

C. J. M. de Klerk, *De immigratie der Hindostanen in Suriname*, Amsterdam, 1953.

J. D. Speckmann, De houding van de Hindostaanse bevolkinggroep in Suriname ten opzichte van de Creolen, *Bijdr. TLV*, 119: 76-92, 1963.

J. D. Speckmann, *Marriage and Kinship among the Indians in Surinam*, Assen, 1965.

Indonésios

J. Ismaël, *De Immigratie van Indonesiërs in Suriname*, Leiden, 1949.

J. Ismaël, *De Indonesische bevolkinggroep in Suriname*, Amsterdam, 1951.

A. de Waal Malefijt, *The Javanese of Surinam: Segment of a Plural Society*, Assen, 1963.

G. D. van Wengen, Tajoeb, een prestigefeest bij de Javanen in Suriname, *Bijdr. TLV*, 119: 106-121, 1963.

G. D. van Wengen, De Rijstbouw bij de Javanen in Suriname – een veranderend cultuurpatroon, *Nw. W. I. Gids*, 45: 67, 1966.

Colonizadores holandeses

J. Gemmink, *Copulatiepatronen*, Utrecht, 1970.

Boschnegers

L. Doornbos, *Kinderjaren aan de Tapanahony*, Groningen, 1966.

D. H. van der Elst, *The Bush Negroes tribes of Surinam, South America*.
A synthesis, Thesis North Western Univ. Evanston, 1970.

S. W. de Groot, Van isolatie naar integratie, De Surinaamse Marrons en hun afstammelingen, *Verhandelingen Kon. Instituut TLV*, 41, 1963.

S. W. den Groot, *Djuka society and social change*, Assen, 1969.

M. J. Herskovits & F. S. Herskovits, *Rebel Destiny: Among the Bush Negroes of Dutch Guyana*, Nova York, 1934.

A. J. F. Köbben, Unity and Disunity: Cottica Djuka Society as a Kinship system, *Bijdragen Taal-, Land- en Volkenkonden*, vol. 123, 1st part: 10-52, 1967.

A. J. F. Köbben, Continuity and Change: Coittica Djuka Society as a changing system, *Bijdragen TLV*, vol. 124, 1st part: 10-52, 1968.

A. J. F. Köbben, Classificatory Kinship and Classificatory Status: The Cottica Djuka of Surinam, *Man*, vol. 4, 2: 236-249, 1969.

A. J. F. Köbben, Law at the Village Level: the Cottica Djuka of Surinam in: *Law in the Culture and Society*, ed. L. Nader, Chicago, Aldino.

H. E. Lamur, De levensomstandigheden van de in Paramaribo werkende Aukaner Arbeiders, *Nw. W. I. Gids*, 44: 119-132, 1965.

W. F. van Lier, Aanteenkeningen over het geestelijk leven en de samenleving der Djuka (Aukaner Bosnegers) in Suriname, *Bijdr. TLV*, 99: 129-295, 1940.

- R. S. Price, *Saramaka Social Structure*, Thesis, Harvard University, Cambridge, 1969.
- R. S. Price, Saramaka emigration and marriage: a case study of social change, *Southwestern Journ. of Anthropol.*, 26, 2, 1970.
- H. U. E. Thoden van Velzen, *Politieke beheersing in de Djuka maatschappij. Een studie van een onvolledig machtoverwicht*, Amsterdam, 1966.

Ameríndios

- W. Ahlbrick, Encyclopaedie der Karaiben, *Verhand. Kon. Academie van Wetensch. Letterk.* N.R. 27 (1), 1931.
- C.H. de Goeje, *Bijdrage tot de Ethnographie der Surinaamsche Indianen*, Leiden, 1906.
- C. H. de Goeje, De Oayana-Indianen, *Bijdr. TLV*, 100: 71-125, 1941.
- P. Kloos, *The Maroni River Caribs of Surinam*, Assen, 1970.
- P. Rivière, *Marriage among the Trio, a principle of social organization*, Londres, 1969.

Religião:

- F. M. Abbenhuis, *De Katholieke Kerk in Suriname*, 1956.
- A. Helman, *Zaken, zending en bezinning*, Paramaribo, 1968.
- G. J. M. de Klerk, *Cultus en ritueel van het orthodoxe Hindoeïsme in Suriname*, Amsterdam, 1951.
- J. M. van der Linde, *Het Visioen van Herrnhut en het Apostolaat der Moravische Broeders in Suriname 1735 – 1863*, Paramaribo, 1956.
- J. M. van der Linde, *Heren, Slaven en Broeders. Momenten uit de geschiedenis der Slavernij*, Nijkerk, 1963.
- J. M. van der Linde, *Surinaamse Suikerheren en hun Kerk*, Wageningen, 1966.

J. W. C. Ort, *Vestiging van de Hervormde Kerk in Suriname, 1667-1800*, Amsterdam, 1963.

J. Prins, De Islam in Suriname: een oriëntatie, *Nw. W. I. Gids*, 41: 14-37, 1961.

Direito:

Een Eeuw Surinaamse Codificatie. *Gedenkboek 1869-1969*, Paramaribo, 1969.

B. Pronk, *Verkenningen op het gebied van de criminaliteit in Suriname*, 's-Gravenhage, 1962.

A. J. A. Quintus Bosz, *Drie eeuwen gronpolitiek in Suriname. Een historische studie van de achtergrond en de Surinaamse rechten op de grond*, Assen, 1954.

R. Wijnholt, *Strafrecht in Suriname*, Groningen, 1965.

Língua, cultura e educação:

Culturele Kroniek 48-68. Twintig jaar culturele samenwerking, Amsterdam, 1970.

J. J. Echteld, *The English words in Sranan. Negro English of Surinam*, Groningen, 1961.

J. H. E. Ferrier, *De Surinaamse samenleving als sociaal paedagogische opgave*, Amsterdam, 1950.

W. G. Hellinga, *Language problems in Surinam. Dutch as the language of the schools*, Amsterdam, 1955.

B. J. Hoff, *The Carib Language*, 's-Gravenhage, 1968.

H. D. van Leeuwen, Veranderingen in onderwijs in Suriname, *Sociol. Gids*, 15, 379-392, 1968. L. Lichtveld, The Social and Economic Background of education in Surinam and the Netherlands Antilles, *Voz Guyanae*, 1: 35-48, 1955.

- L. L. E. Rens, *The Historical and Social Background of Surinam's Negro English*, Amsterdam, 1953.
- J. L. Volders, *Bouwkunst in Suriname*, Hilversum, 1966.
- J. Voorhoeve, *Voorstudies tot een beschrijving van het Sranan Tongo (Negerengels van Suriname)*, Amsterdam, 1953.
- J. Voorhoeve & A. Donicie, *Bibliographie du Nègro-anglais du Surinam. Avec une appendice sur les langues parlées à l'intérieur du pays*, 's-Gravenhage, 1963.
- J. J. Volskuil, *Het Nederlands van Hindostaanse kinderen in Suriname*, Amsterdam, 1950.

Livro: Sociedade de Fronteira:
uma análise social da história do Suriname

Autor: R. A. J. Van Lier

Tradutor: Mary Amazonas Leite de Barros

Coordenação editorial: Heloisa Vilhena de Araújo
Carmen Lúcia Gillet Lomonaco

Revisão: Rejane Maria Lobo Vieira
Janne Sawaya

Capa: Paulo Pedersolli

Editoração eletrônica: Samuel Tabosa de Castro

Formato: 15,5 x 22,5 cm

Mancha gráfica: 11 x 17,5 cm

Tipologias: AGaramond nos corpos 12, 11, 9, 8 e 7 (texto)
Humanist 77BT corpos 18, 14, 13, 12 e 11
(títulos e subtítulos)

Número de páginas 600

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão e acabamento: Gráfica Prol